PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO SECUNDÁRIA DE AÇÕES ORDINÁRIAS DE EMISSÃO DA

TVIT3 NOVO MERCADO BM&FBOVESPA

TIVIT

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

Companhia de Capital Autorizado
CNPJ/MF n.º 07.073.027/0001-53
Av. Prefeito Carlos Ferreira Lopes, nº 490 – Mogi das Cruzes, SP
38.304.446 Ações
Valor da Distribuição: R$574.566.690,00
Código ISIN das Ações: BRTVITACNOR4
Código de Negociação das Ações no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA: TVIT3

Preço por Ação: R$15,00.

Os Acionistas Vendedores (conforme definido neste Prospecto) estão realizando uma Oferta (conforme definido abaixo) de 38.304.446 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia") e de titularidade dos Acionistas Vendedores, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e gravames ("Ações").

A Oferta compreenderá, simultaneamente, a distribuição pública de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM 400") a Investidores Institucionais e Investidores Não-Institucionais, pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro ("Coordenadores Contratados") e de instituições intermediárias autorizadas a operar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados e os Coordenadores da Oferta, "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelo Credit Suisse Securities (USA) LLC, pelo Morgan Stanley & Co. Incorporated e pelo Bradesco Securities, Inc. e outras instituições nomeadas por eles ("Agentes de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado ("*Securities Act*"), e (ii) para *non-U.S. persons* nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S ("Regulamento S") do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos em operações isentas de registro nos Estados Unidos em conformidade com o *Securities Act* e realizadas por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 2.689 (conforme definido neste Prospecto), pela Instrução CVM 325 e pela Lei nº 4.131/62 ("Oferta"). A Oferta não foi e nem será registrada na *U.S. Securities and Exchange Commission* ("SEC") ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer país, exceto o Brasil.

A quantidade total de Ações inicialmente ofertada poderá ser acrescida de um lote suplementar de até 5.745.666 Ações ("Ações Suplementares"), equivalente a até 15,0% das Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta, nas mesmas condições e preços das Ações inicialmente ofertadas, conforme opção para distribuição de Ações Suplementares outorgada por determinados Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder ("Opção de Ações Suplementares"). A Opção de Ações Suplementares será destinada a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, e poderá ser exercida pelo Coordenador Líder, no prazo de até 30 dias a contar da data de início da negociação das Ações da Companhia na BM&FBOVESPA ("Início de Negociação"), após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta no momento de precificação da Oferta.

O preço de distribuição das Ações ("Preço por Ação") será fixado após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimentos ("Procedimento de *Bookbuilding*") a ser conduzido, no Brasil, pelos Coordenadores da Oferta e, no exterior, pelos Agentes de Colocação Internacional, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400.

	Valor (em R$)	Comissões (em R$)[2]	Recursos Líquidos (em R$)[1][2]
Por Ação	15,00	0,45	14,55
Oferta Secundária	574.566.690,00	17.237.000,70	557.329.689,30
Total	**574.566.690,00**	**17.237.000,70**	**557.329.689,30**

(1) Sem dedução das despesas da Oferta.
(2) Sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares.

A alienação das Ações de titularidade da Tivit Tecnologia, um dos Acionistas Vendedores, foi autorizada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de agosto de 2009, cuja ata segue anexa a este Prospecto. Nos termos dos documentos societários dos demais Acionistas Vendedores que são pessoas jurídicas, não são necessárias autorizações societárias para alienação de nossas Ações no âmbito da Oferta. As Ações serão negociadas sob o código "TVIT3", a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início. O código ISIN das Ações é BRTVITACNOR4. As Ações da Companhia serão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Registro da Oferta na CVM: CVM/SRE/SEC/2009/008, em 25 de setembro de 2009.

Este Prospecto não deve ser considerado uma recomendação de compra das Ações. Ao adquirir as Ações, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação sobre a Companhia, seus negócios e atividades. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco" nas páginas 61 a 74 deste Prospecto para discussão de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à aquisição das Ações.

"O registro da presente Oferta não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre as Ações a serem distribuídas."

ANBID

"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenadores da Oferta

CREDIT SUISSE

Coordenador Global e Coordenador Líder

Morgan Stanley

BBI

Coordenadores Contratados

Santander GLOBAL BANKING & MARKETS

Banco Votorantim

A data deste Prospecto Definitivo é 24 de setembro de 2009.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES 1
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES 14
Introdução 14
Outras Informações 17
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO 19
SUMÁRIO DA COMPANHIA 20
Visão Geral 20
A Indústria 21
Nossos Pontos Fortes 23
Nossa Estratégia 26
Nossa Estrutura Societária 28
SUMÁRIO DA OFERTA 31
RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES 38
Demonstrações do Resultado 38
Contas Patrimoniais 40
Outras Informações Financeiras 42
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA 43
Composição Atual do Capital Social 43
Descrição da Oferta 44
Preço por Ação 44
Montante da Oferta 44
Reserva de Capital 44
Quantidade, Valor e Recursos Líquidos 45
Custos de Distribuição 45
Aprovações Societárias 45
Público-Alvo da Oferta 45
Cronograma da Oferta 46
Procedimentos da Oferta 46
Prazo da Oferta 49
Inadequação da Oferta a Certos Investidores 50
Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional 50
Garantia Firme de Liquidação 51
Restrições à Negociação de Ações *(Lock up)* 51
Estabilização do Preço das Ações 52
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação 52
Suspensão e Cancelamento da Oferta 53
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações 53
Relacionamento entre nós, os Acionistas Vendedores e as Instituições Participantes da Oferta 53
Instituição Financeira Escrituradora das Ações 56
Informações Complementares 56
Instituições Participantes da Oferta 57
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES INDEPENDENTES 58
NOSSAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS 60
FATORES DE RISCO 61
Riscos Relacionados aos Nossos Negócios e ao Setor de Atuação 61
Riscos Relativos ao Brasil 69
Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações Ordinárias 72
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS 75
CAPITALIZAÇÃO 76
DILUIÇÃO 77
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA 78

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS 79
Demonstrações do Resultado 79
Contas Patrimoniais 81
Outras Informações Financeiras 83
APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 84
Nossa Estrutura Societária 84
Tivit Tecnologia – Demonstração de Resultados 85
Softway – Demonstração de Resultados 87
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES 88
Visão Geral 88
Estrutura Societária e Comparabilidade das Demonstrações Financeiras 89
Conjuntura Econômica Brasileira 90
Principais Fatores que Podem Afetar Nossa Situação Financeira e Nossos Resultados Operacionais 91
Principais Práticas Contábeis 92
Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e MP 449/08 94
Descrição do Conteúdo das Contas de Resultado 95
Análise e Discussão da Demonstração de Resultados 96
Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais 102
Liquidez e Recursos de Capital 111
Obrigações Contratuais 113
Operações Não Registradas nas Demonstrações Financeiras 114
Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos de Mercado 114
NOSSAS ATIVIDADES E VISÃO GERAL DO SETOR 116
Visão Geral 116
A Indústria 117
Nossos Pontos Fortes 119
Nossa Estratégia 122
Nossa História 123
Grupo Votorantim e Pátria Investimentos 126
Nossa Abordagem 126
Nossa Oferta de Serviços 127
Nosso Capital Humano 130
Área de Recursos Humanos 132
Fornecedores 133
Esforços de Vendas e *Marketing* 134
Nossas Unidades 135
Nossos Clientes 135
Concorrência 135
Contratos Relevantes 137
Imóveis e Equipamentos 139
Seguros 140
Pendências Judiciais e Administrativas 141
Propriedade Intelectual 143
RESPONSABILIDADE SOCIAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL 145
Responsabilidade Social 145
Preservação Ambiental 145
REGULAMENTAÇÃO DO SETOR 146
Terceirização 146
BPO 146
Desenvolvimento de *Software* 146
Sigilo de Dados 147

ADMINISTRAÇÃO ... 148
Conselho de Administração ... 148
Diretoria ... 151
Titularidade de Ações ... 152
Remuneração ... 153
Plano de Opção de Compra de Ações ... 153
Processos Judiciais e Administrativos Envolvendo Nossos Administradores ... 154
Relações Familiares Entre Nossos Administradores e Entre os Administradores e os Acionistas Controladores ... 154
Contratos ou Obrigações Relevantes Entre Nós e Nossos Administradores ... 154
PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES ... 155
Acordos de Acionistas ... 156
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS ... 161
INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO E OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS ... 163
Geral ... 163
Negociação na BM&FBOVESPA ... 163
Regulação do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários ... 163
Regulamentação de Investimentos Estrangeiros ... 164
DESCRIÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES ... 165
Capital Social ... 165
Direito de Recesso e Resgate ... 166
Direito de Preferência ... 167
Assembleias Gerais ... 167
Juízo Arbitral ... 169
DIVIDENDOS E POLÍTICAS DE DIVIDENDOS ... 170
Reservas de Lucros e Reserva de Capital ... 170
Valores Distribuídos a Título de Dividendo ... 172
PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ... 173
Introdução ... 173
Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa ... 173
Adesão ao Novo Mercado ... 173
Cancelamento do Registro de Companhia Aberta ... 174
Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado ... 175
Alienação de Controle ... 175
Negociação de Valores Mobiliários de Nossa Emissão pelos Nossos Acionistas Controladores, Administradores e por Nós ... 176
Operações de Compra de Ações de nossa Própria Emissão ... 177
Reunião Pública com Analistas ... 177
Calendário Anual ... 177
Contratos com o Mesmo Grupo ... 177
Arbitragem ... 177
Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC ... 178
Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração ... 178
Divulgação de Informações ... 179
Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas ... 179
Divulgação de Informações Trimestrais ... 180
Demonstrações de Fluxos de Caixa ... 180
Divulgação de Negociação por Acionistas Controladores, Administradores ou Membros do Conselho Fiscal ... 180
Divulgação de Ato ou Fato Relevante ... 181
Política de Divulgação de Informações ao Mercado ... 182

ANEXOS

Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto 187

Estatuto Social 207

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 5 de agosto de 2009, aprovando a abertura de capital da Companhia 235

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Tivit Tecnologia, realizada em 5 de agosto de 2009, aprovando a Oferta Pública Secundária de Ações da Companhia e a alienação de Ações no âmbito de tal Oferta 267

Informações Anuais – IAN relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, somente as informações não constantes do Prospecto 271

Informações Trimestrais – ITR relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2009 399

Informações Trimestrais – ITR relativas ao período de três meses encerrado em 30 de junho de 2009 463

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e respectivos pareceres dos Auditores Independentes 543

Demonstrações Financeiras combinadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e respectivos pareceres dos Auditores Independentes 575

Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008, e respectivo parecer dos Auditores Independentes para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, incluindo parágrafo específico sobre a revisão limitada para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 611

Demonstrações Financeiras da Tivit Tecnologia, individuais e consolidadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e respectivo parecer dos Auditores Independentes 657

Demonstrações Financeiras da Tivit Tecnologia, individuais e consolidadas, relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e 2007, e respectivos relatórios de revisão limitada dos auditores independentes 689

Demonstrações Financeiras da Softway relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e respectivos pareceres dos Auditores Independentes 719

DEFINIÇÕES

Os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos para fins do presente Prospecto.

Acionistas Controladores	Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e Pátria FIP.
Acionistas Minoritários	Flávio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier.
Acionistas Vendedores	Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier.
Ações	As ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de nossa emissão, objeto da presente Oferta e, salvo se disposto de forma diversa, as Ações Suplementares.
Ações Suplementares	Montante de até 5.745.666 Ações equivalentes a até 15,0% das Ações inicialmente ofertadas, destinadas a atender um eventual excesso de demanda verificada no âmbito da Oferta, conforme opção para distribuição de Ações Suplementares outorgada por determinados Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder, a ser por ele exercida após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta no momento de precificação da Oferta.
Acordo de Acionistas com Minoritários	Acordo de Acionistas celebrado em 13 de novembro de 2007 entre os Acionistas Vendedores, com interveniência do Pátria Investimentos e da TTS, que estabelece certas restrições para transferência de ações de emissão da TTS detidas pelos Acionistas Minoritários e obrigações de não competição para os Acionistas Minoritários. Após a incorporação da TTS por nós, o Acordo de Acionistas com Minoritários passou a viger com relação às ações de nossa emissão, regulando o relacionamento entre os nossos acionistas que, por sua vez, já eram originalmente signatários do Acordo de Acionistas com Minoritários.
Acordo de Acionistas Pós-IPO	Minuta de Acordo de Acionistas, anexa ao Acordo de Acionistas Pré-IPO, que será celebrado após a realização da Oferta, pela Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e Pátria FIP, com nossa interveniência e do Pátria Investimentos, em substituição ao Acordo de Acionistas Pré-IPO, que vincula ações de nossa emissão detidas pelos Acionistas Controladores, representativas de 40% de nosso capital social na data deste Prospecto.
Acordo de Acionistas Pré-IPO	Acordo de Acionistas da TTS celebrado em 25 de outubro de 2007 e aditado em 30 de agosto de 2009, entre a Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e Pátria FIP, com interveniência do Pátria Investimentos e nossa (na qualidade de sucessores da TTS) que regulamenta, em linhas gerais, o exercício do voto dos acionistas signatários, a composição e o funcionamento do nosso Conselho de Administração e a compra e venda de nossas ações.
Administração	Nosso Conselho de Administração e nossa Diretoria.

Administradores	Membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria.
Agentes de Colocação Internacional	Credit Suisse Securities (USA) LLC, Morgan Stanley & Co. Incorporated, Bradesco Securities, Inc. e outras instituições nomeadas por eles.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., informando acerca do resultado final da Oferta, a ser publicado pelos Coordenadores da Oferta e por nós nos termos do artigo 29 da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., a ser publicado pelos Coordenadores da Oferta e por nós, nos termos da Instrução CVM 400.
Anúncio de Retificação	Anúncio comunicando a revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta a ser divulgado por meio do jornal "Valor Econômico", conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400.
Auditores Independentes ou Deloitte	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. publicado em 9 de setembro de 2009, informando acerca de determinados termos e condições da Oferta, incluindo os relacionados ao recebimento de Pedidos de Reserva durante o Período de Reserva em conformidade com o artigo 53 da Instrução CVM 400.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BPO	*Business Process Outsourcing*, ou terceirização de processos de negócio.
Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
BRASSCOM	Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BSC	*Balanced Scorecard*, metodologia de avaliação de performance e gestão estratégica baseada no contínuo monitoramento de indicadores referentes a quatro perspectivas corporativas: financeira, clientes, aprendizado e crescimento, e processos internos.
Câmara de Arbitragem do Mercado	Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA, em julho de 2001.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
Churn	Medida utilizada para avaliar a rotatividade de clientes em determinado negócio, em um período de tempo específico.

Cláusula Compromissória	Cláusula de arbitragem mediante a qual nós, nossos acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal assumimos a obrigação de resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral e daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado.
CMMi ou *Capability Maturity Model Integration*	Modelo de referência que contém práticas (genéricas ou específicas) necessárias à maturidade dos processos de desenvolvimento de sistemas aplicativos (*Systems Engineering, Software Engineering, Integrated Product and Process Development, Supplier Sourcing*).
CMN	Conselho Monetário Nacional.
COBIT ou *Control Objectives for Information and related Technology*	Guia formulado como *framework* dirigido para a gestão de TI, recomendado por especialistas em gestão e institutos independentes como meio para otimizar investimentos em TI, orientando o desenvolvimento dos processos de TI mediante avaliação da maturidade desses processos.
COBOL ou *Common Business Oriented Language*	Linguagem de programação avançada focada em sistemas comerciais, financeiros e administrativos para empresas e entidades governamentais.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia	Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
Conselheiro Independente	O(s) conselheiro(s) independente(s) é(são) membro(s) do conselho de administração e caracteriza(m)-se por: (i) não ter(em) qualquer vínculo conosco, exceto participação de capital; (ii) não ser(em) acionista(s) controlador(es), cônjuge(s) ou parente(s) até segundo grau daquele(s), ou não ser(em) ou não ter(em) sido, nos últimos três anos, vinculado(s) a sociedade ou entidade relacionada aos Acionistas Controladores (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas dessa restrição); (iii) não ter(em) sido, nos últimos três anos, nosso(s) empregado(s) ou diretor(es), dos Acionistas Controladores ou de sociedade controlada por nós; (iv) não ser(em) fornecedor(es) ou comprador(es) direto(s) ou indireto(s) de nossos serviços e/ou produtos em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser(em) funcionário(s) ou administrador(es) de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos a nós; (vi) não ser(em) cônjuge(s) ou parente(s) até segundo grau de algum de nossos administradores; e (vii) não receber(em) outra remuneração de nós além da de conselheiro(s) (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição). Serão ainda considerados Conselheiros Independentes aqueles eleitos por meio das faculdades previstas no artigo 141, parágrafos 4º e 5º da Lei n.º 6.404/76.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.

Contrato de Colocação Internacional	Contrato de Colocação Internacional (*Placement Facilitation Agreement*), celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, regulando os esforços de colocação das Ações no exterior, no âmbito da Oferta pelos Agentes de Colocação Internacional.
Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Garantia Firme de Liquidação e Colocação de Ações de Emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores, os Coordenadores da Oferta e a BM&FBOVESPA.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Ações de Emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores (exceto Lit Tele), o Coordenador Líder e a Credit Suisse Corretora.
Contrato de Participação no Novo Mercado	Contrato de Participação no Novo Mercado celebrado entre, de um lado, a BM&FBOVESPA e, de outro, nós, nossos Administradores e Acionistas Controladores, em 8 de setembro de 2009, contendo obrigações relativas ao Regulamento do Novo Mercado, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início.
Contrato Profill	Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Informática, Licenciamento de *Software* e Outras Avenças, celebrado em 20 de setembro de 2002, entre, de um lado, Telefutura, Telefutura Locação de Equipamentos Ltda. (sociedade incorporada por nós) e nós; e, de outro lado, Profill, DMN, Java Point e DM, conforme alterado e consolidado pelo aditamento celebrado em 13 de novembro de 2007.
Controle	Poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos nossos órgãos, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum ("grupo de controle") que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas nossas três últimas Assembleias Gerais, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.
Coordenador Global e Coordenador Líder	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Coordenadores Contratados	Banco Votorantim S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.
Coordenadores da Oferta	Coordenador Líder, Banco Morgan Stanley S.A. e Banco Bradesco BBI S.A., em conjunto.
Corretoras	Instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários que foram contratadas para realizar a colocação das Ações na Oferta de Varejo.
Credit Suisse Corretora	Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta no Brasil que ocorrerá no terceiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Terceiro dia útil contado da data do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.
DM	DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda.
DMN	DMN Webdesigns e Mídia Digital Ltda.
Dólar ou US$	Moeda oficial dos Estados Unidos.
EBITDA	O EBITDA é igual ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de uma maneira diferente da nossa. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, o EBITDA é um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA seja uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permita uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.
EBITDA Ajustado	O EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA ajustado para excluir as despesas relacionadas com nossa oferta pública de ações. O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, medida de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou medidas de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós. Em razão de não serem consideradas para seus cálculos as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA Ajustado funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funcione como ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Empresas Profill	Profill, DMN, Java Point e DM, em conjunto.
ERP	*Enterprise Resource Planning*, que é uma arquitetura de *software* integrado que facilita o fluxo de informações entre todas as atividades da empresa como fabricação, logística, finanças e recursos humanos.
Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Estatuto Social	Nosso Estatuto Social.
FGV	Fundação Getulio Vargas.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
Grupo Tivit	Nós, em conjunto com sociedades sobre nosso Controle e administração comuns.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Coorporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IDC	*International Data Corporation,* sociedade especializada em pesquisas de mercado e análises nos setores de TI, telecomunicações e *business to consumer*.
IFRS	*International Financial Reporting Standards*.
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getulio Vargas.
Índice BOVESPA ou IBovespa	Um dos indicadores de desempenho do mercado de ações no Brasil. O índice é o valor atual de uma carteira teórica de ações negociadas na BM&FBOVESPA constituída a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.
Início de Negociação	Data de início de negociação das Ações na BM&FBOVESPA, que ocorrerá no primeiro dia útil após a publicação do Anúncio de Início.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores da Oferta, os Coordenadores Contratados e as Corretoras, consideradas em conjunto.
Instrução CVM 282	Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998.
Instrução CVM 325	Instrução CVM nº 325, de 27 de janeiro de 2000, conforme alterada.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.

Instrução CVM 469	Instrução CVM nº 469, de 2 de maio 2008.
Investidores Institucionais	Investidores que não sejam Investidores Não-Institucionais.
Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, e *non-U.S. persons* nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), de acordo com o Regulamento S, que invistam no Brasil, em conformidade com os mecanismos da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e da Lei nº 4.131/62.
Investidores Não-Institucionais	Investidores residentes no País com pedidos de investimento de no mínimo R$3.000,00 e no máximo R$300.000,00 e que preencham o Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo.
IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
ISO	*International Organization for Standardization* (Organização Internacional para Padronização).
ISO 27001:2005	Selo emitido pela ISO, que avalia e certifica sistemas de gerência da segurança da informação (ISMS – *Information Security Management System*).
ISO 9001:2000	Selo emitido pela ISO, que avalia e certifica sistemas de gestão da qualidade para organizações em geral, qualquer que seja o seu tipo ou dimensão.
ITIL ou *Information Technology Infrastructure Library*	Compilação de boas práticas nos serviços de TI, desenvolvida pelo CCTA (*Central Computer and Telecommunications Agency*) e atualmente sob custódia da OGC (*Office for Government Commerce*) da Inglaterra.
ITRs	Informações Trimestrais.
Java/.Net/COBOL/ABAP	Tipos de linguagens de programação. Um programa é escrito em qualquer das mais de 20 linguagens de programação disponíveis para a sua plataforma.
Java Point	Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de *Software*	Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998.
Lei dos Direitos Autorais	Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.
Lei nº 11.638/07	Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações.
Lit Tele	Lit Tele LLC, um dos Acionistas Vendedores.

Lock up	Período de 180 dias contados da data do Prospecto Definitivo, durante o qual nós, os Acionistas Controladores e nossos Administradores não poderemos emitir, oferecer, vender, contratar a venda, dar em garantia ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, ações, opções ou bônus de subscrição para compra de ações, ou quaisquer títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações de nossa emissão e dos Acionistas Controladores, exceto a transferência de valores mobiliários a uma corretora, com o consentimento dos Coordenadores da Oferta, no contexto da realização de atividade de formador de mercado, de acordo com a legislação aplicável, inclusive a Instrução nº 348, de 17 de março de 2007, e com o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários. Adicionalmente, de acordo com as regras do Novo Mercado, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda ações, ou derivativos lastreados nas ações, durante os primeiros seis meses subsequentes à nossa primeira distribuição pública de ações. Após o período inicial de seis meses, os Acionistas Controladores e os Administradores não poderão vender ou ofertar mais de 40,0% de suas ações ordinárias, ou derivativos lastreados em ações de nossa emissão de que eram titulares, imediatamente após a efetivação da distribuição anteriormente mencionada, por seis meses adicionais. Quando assinarem o Acordo de Acionistas Pós-IPO, os Acionistas Controladores estarão sujeitos ainda a restrições de alienação de ações até 31 de julho de 2011, com liberações gradativas após um ano e um ano e seis meses a partir da data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO. Para maiores informações, veja a seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores – Acordo de Acionistas", na página 156 deste Prospecto.
Mainframe	Computadores de grande porte, dedicados normalmente ao processamento de um volume grande de informações, capazes de oferecer serviços de processamento a milhares de usuários por meio de milhares de terminais conectados diretamente ou por meio de uma rede.
Margem EBITDA Ajustado	EBITDA Ajustado dividido pela receita líquida de serviços.
Morgan Stanley	Banco Morgan Stanley S.A.
MP 449/08	Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, que alterou a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedeu remissão nos casos em que especifica, instituiu regime tributário de transição, e deu outras providências.
Nível 5 ou Cinco 9's	Indicador de alta confiabilidade e disponibilidade operacional combinada de 0,99999 (99,999%) das funções mecânicas e elétricas da infra-estrutura de um *datacenter*, o que representaria uma indisponibilidade máxima da infra-estrutura do Datacenter de apenas 5 minutos e 15 segundos durante um período de 365 dias (um ano).
Normas Expedidas Pela CVM	Corresponde as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Oferta	Distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, a Investidores Institucionais e Investidores Não-Institucionais, pelo Coordenador Líder e pelos demais Coordenadores da Oferta, em conjunto com os Coordenadores Contratados e as Corretoras, com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act*, e (ii) para *non-U.S. persons* nos demais países (exceto nos Estados Unidos e Brasil), com base no Regulamento S do *Securities Act*, em ambos os casos em operações isentas de registro nos Estados Unidos em conformidade com o *Securities Act* e realizadas por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 2.689, pela Instrução CVM 325 e pela Lei nº 4.131/62.
Oferta de Varejo	Oferta pública de distribuição de Ações realizada junto a Investidores Não-Institucionais, classificados como "Com Prioridade de Alocação" ou "Sem Prioridade de Alocação".
Oferta Institucional	Oferta pública de distribuição das Ações direcionadas a Investidores Institucionais.
Ofertas Consideradas	Corresponde às quatro últimas ofertas públicas de ações ou certificados de depósito de ações liquidadas pela BM&FBOVESPA e cuja liquidação do 1º dia de negociação das ações de tais ofertas na BM&FBOVESPA tenha ocorrido antes da data de início do Período de Reserva da presente Oferta.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada por determinados Acionistas Vendedores ao Coordenador Líder para distribuição de um lote de Ações equivalentes a até 15,0% das Ações inicialmente ofertadas, ou 5.745.666 Ações, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, sendo destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Coordenador Líder, no prazo de até 30 dias contados da data de Início de Negociação, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta no momento de precificação da Oferta.
Open Concept	Open Concept Serviços e Open Concept Tecnologia, consideradas em conjunto.
Open Concept Serviços	Open Concept Serviços Ltda., sociedade incorporada por nós em 30 de junho de 2008.
Open Concept Tecnologia	Open Concept Tecnologia em Informática Ltda., sociedade incorporada por nós em 30 de junho de 2008.
Optiglobe	Optiglobe Telecomunicações S.A.
Pátria FIP	Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – FIP, um dos Acionistas Vendedores.

Pátria Investimentos	Pátria Investimentos S.A.
PDCA ou *Plan*, *Do*, *Check*, *Act* (Planejar, Fazer, Checar, Agir)	Modelo que tem por princípio tornar mais claros e ágeis os processos envolvidos na execução da gestão, como, por exemplo, na gestão da qualidade, dividindo-a em quatro principais passos.
Pedido de Reserva	Formulário específico celebrado em caráter irrevogável e irretratável, para reserva de Ações, no âmbito da Oferta de Varejo.
Período de Colocação	Prazo para os Coordenadores da Oferta efetuarem a colocação das Ações, o qual será de até três dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início.
Período de Reserva	Prazo para Investidores Não Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva, de 16 de setembro de 2009 a 23 de setembro de 2009, inclusive.
Pessoas Vinculadas	Investidores Não-Institucionais e Investidores Institucionais que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, nossos controladores ou Administradores, bem como controladores ou administradores das instituições intermediárias, ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.
Plataforma Baixa	Arquitetura computacional que separa o cliente de um servidor e quase sempre é implementada em uma rede de computadores.
PMI ou *Project Management Institute*	Instituto de Gerenciamento de Projeto, entidade responsável pela publicação do PMBoK – *Project Management Body of Knowledge* – Conjunto de Conhecimentos para Gerenciamento de Projeto, que tem como objetivo promover e ampliar o conhecimento existente sobre gerenciamento de projetos, bem como melhorar o desempenho dos profissionais e organizações da área.
Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da CVM, normativos do IBRACON e as resoluções do CFC.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações objeto da Oferta, incluindo as Ações Suplementares, que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data da publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.

Preço por Ação	O Preço por Ação foi fixado em R$15,00, após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, conduzido junto a investidores da Oferta Institucional pelos Coordenadores da Oferta, em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, sendo certo que a escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada pois (i) não promoverá a diluição injustificada dos nossos atuais acionistas, e (ii) as Ações serão distribuídas por meio de distribuição pública, em que o valor de mercado das Ações a serem vendidas foi determinado com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram sua ordem de compra no contexto da Oferta. Foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), e portanto não foi permitida a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados para proteção (*hedge*) de operações com derivativos não são considerados investimentos efetuados por Pessoas Vinculadas para fins da Oferta.
Proceda	Proceda Tecnologia e Informática S.A.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento conduzido pelos Coordenadores da Oferta para coleta de intenções de investimento de Investidores Institucionais interessados em adquirir Ações, no âmbito da Oferta, em conformidade com o art. 44 da Instrução CVM 400.
Profill	Profill Consultoria em Marketing e Tecnologia da Informação Ltda.
Prospecto ou Prospecto Preliminar	Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
Prospecto Definitivo	O Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária das Ações Ordinárias de Emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
Prospectos Internacionais	O Prospecto Preliminar Internacional e o Prospecto Definitivo Internacional.
R$, Real ou Reais	Moeda oficial do Brasil.
Regra 144A	*Rule* 144A do *Securities Act*.
Regulamento de Arbitragem	Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, que disciplina o procedimento de arbitragem ao qual serão submetidos todos os conflitos estabelecidos na Cláusula Compromissória inserida no nosso Estatuto Social.
Regulamento do Novo Mercado	Regulamento de Listagem do Novo Mercado, que disciplina os requisitos para negociação de valores mobiliários de companhias abertas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA, estabelecendo regras de listagem diferenciadas para essas companhias, seus administradores e seus acionistas controladores.

Santander	Banco Santander (Brasil) S.A.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
SAS 70 ou *Statement on Auditing Standards No. 70*	Regulamentação norte-americana complementar às lei Sarbannes-Oxley e aplicada às prestadoras de serviços de TI, com objetivo de garantir controles eficazes destas instituições. A Certificação de Sistemas de Gestão, que atesta o cumprimento do SAS, é oferecida pelo SAS Institute Inc.
SEC	*U.S. Securities and Exchange Commission.*
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
Seis Sigma	Conjunto de práticas voltadas à melhoria dos processos de negócios, eliminando as variações apresentadas (defeitos).
SELIC	Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
Sociedades	Sociedades incorporadas por nós no passado, consideradas em conjunto.
Softway	Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A.
Soluções Críticas	Concepção, implantação, integração, operação e gerenciamento de processos de negócios e/ou processos tecnológicos de larga escala que são essenciais para o funcionamento do negócio dos nossos clientes.
TAT	Tivit Atendimentos Telefônicos S.A., nossa antiga denominação social.
Telefutura	Telefutura Centrais de Atendimentos S.A.
Termo de Anuência dos Acionistas Controladores	Termo de Anuência dos Acionistas Controladores por meio do qual o novo Acionista Controlador responsabiliza-se pessoalmente a submeter-se e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, o Regulamento do Novo Mercado e o Regulamento de Arbitragem.
Termo de Anuência dos Administradores	Termo de Anuência de Administradores por meio do qual os novos membros da Administração responsabilizam-se pessoalmente a submeter-se e a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, o Regulamento do Novo Mercado e o Regulamento de Arbitragem.
TI	Tecnologia da informação.
Tivit Paris	Nossa subsidiária localizada em Paris, França, da qual detemos 99,0% do capital social e Luiz Roberto Novaes Mattar detém 1,0%.
Tivit Tecnologia	Tivit Tecnologia da Informação S.A., um dos Acionistas Vendedores.
Tivit USA	Nossa subsidiária localizada em Delaware, nos Estados Unidos, da qual detemos 100,0% do capital social.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo CMN.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.

TTS	Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A., sociedade que serviu de veículo para a associação das atividades conduzidas pela Tivit Tecnologia e Telefutura e desenvolveu atividades operacionais relativas a serviços de TI, até sua incorporação por nós em 30 de janeiro de 2009.
Varanasi	Varanasi Administração de Bens S.A.
VNN	Votorantim Novos Negócios Ltda.
VoIP	Voz sobre protocolo de internet, tecnologia que permite realizar ligações utilizando conexão de internet tipo banda larga em vez de uma linha de telefone.
Votorantim	Banco Votorantim S.A.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Introdução

Resultamos da associação das atividades e ativos da Tivit Tecnologia (anteriormente denominada Optiglobe) e da Telefutura, concluída em julho de 2007, além da aquisição da Softway, também concluída em julho de 2007. No âmbito dessa reorganização societária da qual resultamos, destacamos os seguintes eventos:

- Em abril de 2007, a Telefutura, nossa controladora à época, foi incorporada por nós (quando ainda chamávamos TAT);

- Em junho de 2007, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP (por meio de sua controlada Varanasi) e Profill contribuíram ao capital social da TTS, uma companhia recém constituída não operacional, a totalidade de suas participações na Companhia (à época chamada TAT), de forma que passamos a ser controlados pela TTS;

- Em julho de 2007, a Tivit Tecnologia contribuiu ao capital social da TTS parte do seu acervo líquido, incluindo seus ativos operacionais (*drop down*);

- Em julho de 2007, adquirimos a totalidade do capital social da Softway;

- Em maio de 2008, adquirimos a Open Concept, incorporada por nós em junho do mesmo ano;

- Em junho de 2008, incorporamos a Softway; e

- Em janeiro de 2009, incorporamos nossa controladora, TTS.

Em função dos atos praticados no contexto da reorganização societária para implementação da associação entre Tivit Tecnologia e Telefutura, as nossas demonstrações financeiras incluem (i) as informações financeiras e resultados operacionais da Tivit Tecnologia a partir de julho de 2007, quando parte dos ativos operacionais da Tivit Tecnologia foi contribuída para a TTS (*drop down*), que foi posteriormente incorporada por nós; e (ii) as informações financeiras e resultados operacionais da Softway também a partir de julho de 2007, quando sua aquisição por nós foi concluída. Até referidas datas, as informações financeiras e resultados operacionais da Tivit Tecnologia e da Softway estavam refletidas nas suas respectivas demonstrações financeiras individuais. Por sua vez, nossas informações financeiras e resultados operacionais eram consolidados nas demonstrações financeiras da Telefutura até sua incorporação por nós (abril de 2007) e, a partir daí, nas demonstrações financeiras da TTS.

Uma vez que nossas informações financeiras e resultados operacionais nos primeiros seis meses de 2007 não consolidam as informações financeiras e resultados operacionais da Tivit Tecnologia e da Softway, nossas demonstrações financeiras combinadas relativas (i) aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e (ii) aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 possuem comparabilidade limitada.

Tendo em vista essa comparabilidade limitada e para auxiliar o investidor potencial a entender as causas e as variações da nossa situação financeira em uma base histórica e a magnitude de nossas atividades, optamos por disponibilizar, além de nossas demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais da Tivit Tecnologia e da Softway, nos exercícios sociais e períodos em que não consolidávamos as informações financeiras e resultados operacionais dessas sociedades. Para maiores informações, veja a seção "Apresentação de Informações Financeiras Individuais", na página 84 deste Prospecto.

Assim, as demonstrações financeiras que estão anexas a este Prospecto são as seguintes:

- As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Tivit referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas pela Deloitte, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, cujo parecer de auditoria contém ênfase quanto (a) ao fato de tais demonstrações financeiras combinadas somente refletirem as operações históricas das Sociedades lá referidas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e não necessariamente representarem as condições que existiriam ou os resultados combinados das operações, as mutações combinadas do patrimônio líquido, os fluxos de caixa combinados e o valor adicionado combinado nas operações caso as operações de tais Sociedades combinadas estivessem concentradas em uma única entidade jurídica e (b) à reapresentação das demonstrações financeiras históricas individuais, para incorporar as modificações das práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Essas demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas seguindo critérios contábeis de consolidação previstos pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e pelas Normas Expedidas pela CVM, abrangendo as nossas demonstrações financeiras e das Sociedades. As sociedades controladas direta e indiretamente por nós e nossas controladoras nas respectivas datas, que foram incluídas nas demonstrações financeiras combinadas, são as seguintes:

  No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006:

  (i) Doze meses de operações da Telefutura, nossa controladora à época;

  (ii) Dez meses de nossas operações, para o período de 2 de março a 31 de dezembro de 2007, sendo que à época éramos controlados pela Telefutura; e

  (iii) Doze meses de operações da Telefutura Locação de Equipamentos Ltda., à época controlada pela Telefutura;

  No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007:

  (i) Quatro meses de operações da Telefutura, para o período de 1 de janeiro a 30 de abril de 2007, data de sua incorporação por nós;

  (ii) Doze meses de nossas operações, incluindo as operações da Telefutura a partir de 1 de maio de 2007;

  (iii) Seis meses de operações da TTS, para o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2007, data em que passamos a estar sob controle comum;

  (iv) Onze meses de operações da Tivit Locação de Equipamentos Ltda., para o período de 1 de janeiro a 30 de novembro de 2007, data de sua incorporação por nós;

  (v) Seis meses de operações da Softway, para o período de 1 de julho (data em que nós a adquirimos) a 31 de dezembro de 2007;

  (vi) Seis meses de operações da Tivit Investimentos S.A., para o período de 1 de julho (data de sua constituição) a 31 de dezembro de 2007;

  (vii) Seis meses de operações da Angra dos Reis Ltda., para o período de 1 de julho (data em que nós a adquirimos) a 31 de dezembro de 2007;

  (viii) Nove meses de operações da Notafix Consultoria e Assessoria em Informática S.A., para o período de 3 de abril (data de sua constituição) a 31 de dezembro de 2007; e

  (ix) Sete meses de operações da Varanasi, para o período de 1 de junho (data em que nós a adquirimos) a 31 de dezembro de 2007.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008:

(i) Doze meses de nossas operações, sendo que à época éramos controlados pela TTS;

(ii) Doze meses de operações da TTS;

(iii) Seis meses de operações da Softway, para o período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2008, data de sua incorporação por nós;

(iv) Cinco meses de operações da Tivit Investimentos S.A., para o período de 1 de janeiro a 31 de maio de 2008, data de sua incorporação pela Softway;

(v) Cinco meses de operações da Angra dos Reis Ltda., para o período de 1 de janeiro a 31 de maio de 2008, data de sua incorporação pela Softway;

(vi) Oito meses de operações da Notafix Consultoria e Assessoria em Informática S.A., para o período de 1 de janeiro a 31 de agosto de 2008, data de sua alienação a terceiros;

(vii) Um mês de operações da Open Concept Serviços, para o período de 31 de maio (data em que nós a adquirimos) a 30 de junho de 2008, data de sua incorporação por nós; e

(viii) Um mês de operações da Open Concept Tecnologia, para o período de 31 de maio (data em que a adquirimos) a 30 de junho de 2008, data de sua incorporação por nós.

- Nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas pela Deloitte, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e o parecer de auditoria contém parágrafo de ênfase quanto à reapresentação dessas demonstrações financeiras;

- Nossas demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, revisadas de forma limitada pela Deloitte, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o CFC, sendo que o relatório de revisão limitada inclui parágrafos de ênfase quanto: (a) à inclusão do balanço patrimonial combinado e das demonstrações financeiras combinadas do resultado e dos fluxos de caixa para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, como forma de propiciar informações suplementares sobre as Sociedades, visto que essas Sociedades estavam sob controle e administração comuns, e não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e (b) ao fato dessas demonstrações financeiras combinadas somente refletirem as operações históricas das Sociedades em questão para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 e não necessariamente representarem as condições que existiriam ou a situação patrimonial e financeira e os resultados combinados das operações e os fluxos de caixa caso as operações das Sociedades combinadas tivessem sido efetivamente conduzidas em uma única entidade jurídica;

- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tivit Tecnologia referentes aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e 2007, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, revisadas de forma limitada pela Deloitte, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON, em conjunto com o CFC, sendo que o relatório de revisão limitada contém ressalva quanto à não apresentação das demonstrações do valor adicionado e ênfase quanto à reapresentação dessas demonstrações financeiras para incorporar as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07;

- As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tivit Tecnologia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas pela Deloitte, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, sendo que o parecer de auditoria contém ressalva quanto à não apresentação das demonstrações do valor adicionado e ênfase quanto à reapresentação dessas demonstrações financeiras para incorporar as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07; e

- As demonstrações financeiras da Softway referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, auditadas pela Deloitte, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, sendo que o parecer de auditoria contém ressalva quanto à não apresentação das demonstrações do valor adicionado e ênfase quanto à reapresentação dessas demonstrações financeiras para incorporar as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.

As demonstrações financeiras comentadas neste Prospecto requerem, em sua elaboração, a adoção de estimativas e julgamentos que afetam os valores de determinados ativos e passivos e receitas e despesas nos exercícios e períodos demonstrados, e que estão sujeitos a riscos e incertezas. Os resultados reais poderão diferir substancialmente daqueles indicados nessas previsões em decorrência de diversos fatores que afetam nossos negócios, inclusive, entre outros, aqueles constantes nas seções "Considerações sobre Estimativas e Perspectivas para o Futuro" e "Fatores de Risco", e outros fatores discutidos neste Prospecto.

Os resultados refletidos em nossas demonstrações financeiras para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e para os períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009 não são indicativos dos resultados que podem ser esperados para períodos e exercícios futuros, incluindo o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2009.

Outras Informações

Informações sobre o EBITDA e o EBITDA Ajustado

O EBITDA é igual ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de uma maneira diferente da nossa. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, o EBITDA é um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA seja uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permita uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

O EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA ajustado para excluir as despesas relacionadas com nossa oferta pública de ações. O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, medida de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou medidas de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós. Em razão de não serem consideradas para seus cálculos as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA Ajustado funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funcione como ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

Informações de Mercado

As informações e dados estatísticos sobre o mercado em que atuamos são baseados em dados publicados pelo IDC, IAOP (*International Association of Outsourcing Professionals*), AT Kearney, Gartner, Banco Central do Brasil, IBGE, outros órgãos governamentais e outras fontes independentes, tais como relatórios de consultorias independentes e publicações em geral. Não realizamos qualquer verificação independente quanto à precisão ou suficiência de tais informações ou dados estatísticos.

Arredondamentos

Determinados números incluídos neste Prospecto foram arredondados. Portanto, alguns dos totais constantes das tabelas aqui apresentadas podem não representar uma soma exata.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Este Prospecto inclui estimativas e declarações futuras, principalmente nas Seções "Sumário da Companhia", "Fatores de Risco", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações" e "Nossas Atividades e Visão Geral do Setor".

As declarações que apresentam natureza hipotética, que dependam de acontecimentos ou condições futuras ou que a eles se refiram ou palavras como "acredita", "poderia", "pode", "poderá", "faria", "estima", "prevê", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e expressões similares são estimativas e declarações futuras. Embora acreditemos que essas estimativas e declarações futuras baseiem-se em pressupostos razoáveis, essas estimativas e declarações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, e são feitas levando em conta as informações às quais atualmente temos acesso.

Estas estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, que incluem, entre outras coisas:

- os efeitos da crise financeira e econômica internacional no Brasil, em especial no setor de TI e BPO;
- mudanças na conjuntura econômica, política, social e de negócios no Brasil;
- interesse dos Acionistas Controladores;
- alterações nas preferências, condição financeira dos clientes e condições competitivas nos mercados em que atuamos;
- contínuo sucesso do nosso *marketing* e esforços de venda;
- competição nos mercados em que atuamos;
- capacidade de identificar oportunidades de novos negócios;
- capacidade de desenvolver e introduzir novos produtos e serviços;
- capacidade de acompanhar a rápida evolução tecnológica dos mercados em que atuamos;
- alteração no custo dos nossos serviços e custos operacionais;
- capacidade de nossos clientes obterem opções de crédito competitivas;
- o nosso nível de endividamento e outras obrigações pecuniárias;
- a nossa capacidade de implementar nossa estratégia operacional e nosso plano de expansão;
- inflação, desvalorização ou valorização do Real e flutuações da taxa de juros;
- alterações nas leis e regulamentos aplicáveis às nossas atividades e práticas;
- intervenções governamentais, resultando em alterações na economia, tributos ou ambiente regulatório no Brasil; e
- os fatores de risco apresentados na seção "Fatores de Risco", na página 61 deste Prospecto.

Essas estimativas envolvem riscos e incertezas, e não implicam garantia de um desempenho futuro, sendo que os reais resultados ou desenvolvimentos podem ser substancialmente diferentes das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras. Tendo em vista os riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações acerca do futuro constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os nossos resultados futuros e nosso desempenho podem diferir substancialmente daqueles previstos em nossas estimativas em razão, inclusive, mas não se limitando, aos fatores mencionados acima. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve se basear nestas estimativas e declarações futuras para tomar uma decisão de investimento. Nós, os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional não assumimos qualquer obrigação de atualizar ou de revisar tais informações.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Visão Geral

Acreditamos ser a companhia brasileira líder na prestação de serviços integrados de BPO e de TI na América Latina. Os nossos serviços de BPO consistem na terceirização e gestão de processos críticos, que tipicamente envolvem atividades operacionais, comerciais, financeiras, dentre outras, de forma a permitir que nossos clientes se concentrem em suas atividades fim. Os serviços de BPO que prestamos aos nossos clientes normalmente envolvem o acompanhamento e gestão de atividades que são intensivas em pessoas, processos e tecnologia, como, por exemplo, atividades de pós-venda, controle de processos logísticos, organização e armazenagem de informações transacionais, serviços de atendimento ao consumidor e cobrança, entre outras. Nossa divisão de TI é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, integração e manutenção das infra-estruturas de TI de nossos clientes, oferecendo, dentre outros, serviços de processamento de contas, armazenamento de dados, processamento *mainframe*, serviços integrados de *help desk* e *field services*, autorização e processamento de transações, e gerenciamento de aplicativos relacionados ao ERP. Acreditamos contar com uma das maiores plataformas de BPO e TI da América Latina, com mais de 23.000 funcionários e 15 unidades operacionais no Brasil, incluindo dois *datacenters* Nível 5. Um dos nossos principais diferenciais é que as nossas divisões de BPO e TI trabalham de forma integrada, buscando criar soluções customizadas que gerem valor para nossos clientes. Somos especializados na prestação de serviços e soluções para diversos segmentos de negócio, incluindo serviços financeiros, seguros, serviços públicos e indústrias de bens de consumo, entre outros.

Devido à natureza dos serviços que prestamos, um alto grau de confiança e cooperação é estabelecido entre nós e nossos clientes, sejam eles empresas brasileiras ou grandes multinacionais com operações no Brasil. Acreditamos ser vistos pelos nossos clientes como uma extensão de suas áreas de negócios e parceiros estratégicos na terceirização de suas atividades. Elaboramos soluções personalizadas e inovadoras para seus negócios por meio do desenvolvimento, implementação e gerenciamento de atividades críticas de BPO e TI. Oferecemos aos nossos clientes soluções que apresentam resultados tangíveis, verificados por meio da redução de custos, aumento da eficiência de processos e melhoria no nível de serviços. A satisfação e confiança de nossos clientes nos serviços que prestamos é evidenciada pela relação contratual de longo prazo que possuímos com eles e também pelo baixo *Churn* de nosso portfólio. Como resultado, estas características nos propiciam um fluxo estável e previsível de receitas, sendo que 90,8% das nossas receitas no primeiro semestre de 2009 foram decorrentes de contratos com prazo de pelo menos 24 meses.

Acreditamos que a nossa habilidade para gerenciar pessoas, processos e tecnologias de maneira eficiente é a principal razão para a manutenção do nosso modelo diferencial de negócios e impulsiona o forte crescimento de nossas operações, resultando em consistente geração de caixa.

Nossa receita líquida de 2008 foi de R$866,59 milhões, de R$524,84 milhões em 2007 e de R$201,67 milhões em 2006. A receita líquida de 2006 da Tivit Tecnologia, cujos ativos foram integralizados em julho de 2007 numa sociedade que posteriormente foi incorporada por nós (em janeiro de 2009), foi de R$275,17 milhões. Já a receita líquida da Softway em 2006 (adquirida por nós em julho de 2007 e incorporada por nós em junho de 2008) foi de R$120,81 milhões. O nosso crescimento médio anual entre 2006 e 2008, foi significativamente superior ao crescimento médio anual do mercado brasileiro de BPO e de TI no mesmo período de acordo com o IDC. O crescimento da nossa receita líquida reflete, entre outros fatores, o efeito de nossos esforços focados em *cross-selling* e na celebração de novos contratos. Nossa Margem de EBITDA Ajustado de 2008 foi de 18,0%, representando um aumento de 2,6 ponto percentual sobre a Margem de EBITDA Ajustado de 2006, que foi de 15,4%. A Margem de EBITDA Ajustado de 2006 da Tivit Tecnologia foi de 14,7% e da Softway foi de 3,3%. Acreditamos que o aumento da nossa Margem de EBITDA Ajustado demonstra a significativa capacidade de gestão e escalabilidade do nosso modelo de negócios, bem como a nossa capacidade de integrar as atividades e melhorar a rentabilidade das empresas que adquirimos. Em 30 de junho de 2009, nossa carteira era composta por mais de 900 clientes. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, nosso maior cliente representou 13,5% de nossa receita total bruta, ao passo que nossos dez maiores clientes representaram 63,3% de nossa receita nesse período. Entre nossos maiores clientes estão grandes companhias internacionais e brasileiras.

A tabela abaixo apresenta algumas de nossas informações financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009
	(Combinado)		(Consolidado)
	(em R$ milhões, exceto percentuais)		
Informações financeiras:			
Receita líquida de serviços	866,59	419,02	452,23
BPO	462,59	226,39	255,17
TI	404,00	192,63	197,06
Lucro bruto	179,76	76,16	98,31
Lucro líquido	13,96	8,81	21,73
Outras informações:			
EBITDA[(1)]	151,91	73,73	78,34
EBITDA Ajustado[(1)]	155,56	73,73	78,34
Margem EBITDA Ajustado[(1)]	18,0%	17,6%	17,3%

(1) Para maiores informações sobre EBITDA e Margem EBITDA Ajustado, veja a seção "Definições" e "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações – Outras Informações", nas páginas 1 e 17 deste Prospecto, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta a distribuição percentual de nossa receita bruta entre os principais setores da economia representados pelos nossos clientes para os períodos indicados:

Percentual da Receita Bruta por Setor

Setor	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009
		% da Receita Bruta	
Cartões	28,7%	29,1%	30,1%
Bancos e Seguradoras	31,0%	30,7%	32,8%
Indústria	16,3%	17,1%	12,4%
Saúde, Varejo, Logística e *Agribusiness*	12,6%	11,9%	10,8%
Serviços Públicos	10,6%	10,4%	13,5%
Outros	0,9%	0,8%	0,5%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

A Indústria

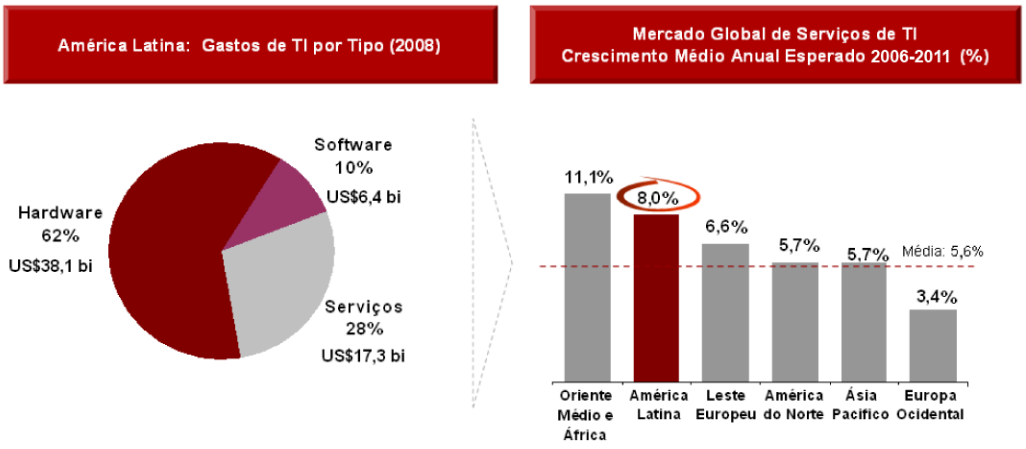
A globalização da economia mundial elevou consideravelmente o nível de competição entre as empresas em praticamente todos os mercados. Devido aos avanços tecnológicos e das telecomunicações, as companhias passaram a competir em escala global. Para permanecerem competitivas, as empresas tiveram que aumentar seus níveis de eficiência, concentrando esforços nas suas atividades principais e terceirizando processos e atividades de suporte. Nesse sentido, a globalização tem desempenhado papel fundamental para os setores de BPO e TI, que compreendem atividades terceirizadas de suporte aos negócios das empresas, tais como o planejamento, desenho e gerenciamento de infra-estrutura e processos tecnológicos.

A prestação do serviço de BPO consiste na contratação de serviços de terceiros para gerenciar uma função ou processo dentro do negócio do cliente, como por exemplo, processamento de ocorrências, administração e gerenciamento de clientes, enquanto a terceirização de funções de TI inclui o planejamento, desenho e gerenciamento da estratégia de TI de uma companhia e da infra-estrutura necessária para suportar operações de missão crítica.

A necessidade das empresas por um gerenciamento intensivo de custos para se manterem competitivas tem se intensificado com a desaceleração da economia mundial, principalmente a partir de meados de 2008, e o atual cenário de incerteza, fazendo com que as empresas elevem de maneira estratégica o grau de terceirização de suas atividades. Os serviços de BPO representam uma importante área de crescimento no mercado de terceirização, dado que a demanda de clientes por serviços de natureza estratégica cresce em detrimento da demanda por serviços de terceirização focados unicamente na redução de custos. Além do crescimento individual dos setores, foi identificado ainda um crescimento na integração da prestação de serviços de BPO e TI, evidenciada, segundo Gartner (dezembro de 2008), pelo crescimento no número de contratos com oferta integrada de serviços de BPO e TI em 2007 e 2008. Este é um importante indicador que valida a estratégia de fornecedores de oferecer serviços de maneira integrada e abrangente e o crescimento da demanda de clientes por soluções completas que estejam presentes em todas as fases de determinados processos. Consequentemente, acreditamos que empresas que forneçam soluções integradas de BPO e TI terão posicionamento privilegiado junto a seus clientes.

O mercado global estimado para esses serviços de BPO e TI em 2008 foi de US$1,15 trilhão, de acordo com o IDC, e é esperada uma taxa de crescimento médio anual de 7,5% até 2013.

A América Latina tem crescentemente se inserido nesse cenário como um mercado importante para serviços de BPO e TI, em função do aumento de seu crescimento econômico. Em 2008, a região apresentou o quinto ano sucessivo de crescimento econômico, a taxas de aproximadamente 5,0% ao ano. De acordo com o IDC e com base em informações da Global Insight e Gartner, de um mercado total de US$61,7 bilhões de gastos com TI (que incluem gastos com *hardware*, *software* e serviços de TI) na América Latina em 2008, aproximadamente 28,0% (ou cerca de US$17,3 bilhões) foram gastos com serviços de TI. De acordo com dados da Global Insight e do Gartner (2007), o mercado latino-americano de serviços de TI deverá estar dentre os de maior crescimento entre todos os mercados no mundo, no período de 2006 a 2011, apresentando um crescimento médio anual esperado de 8,0%.



Fonte: IDC, 2008; Global Insight e Gartner, 2007.

Acreditamos que a demanda por serviços de TI no Brasil é mais sofisticada do que em outros países. Parte disto deve-se à diversidade das plataformas de TI em operação no Brasil, onde os mais importantes produtos/soluções de TI existentes no mundo são encontrados. De acordo com as informações divulgadas pela BRASSCOM, o Brasil possui o segundo maior parque de *mainframes* do mundo e, consequentemente, possui o segundo maior contingente global de programadores COBOL, fato que faz com que o País seja extremamente atraente para o desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas legados. Esse cenário criou um ambiente bastante competitivo e aberto no mercado de serviços de BPO e TI no Brasil.

O Brasil possui o maior mercado de serviços de TI na América Latina, movimentando cerca de US$10,10 bilhões, o equivalente a 58,0% do gasto anual em serviços de TI na América Latina, de acordo com o IDC. Além de seu tamanho, o mercado brasileiro de serviços de TI deverá apresentar um elevado crescimento médio nos próximos anos de acordo com o IDC, de cerca de 8,0% ao ano no período de 2008 a 2013. Apesar de não existirem estudos estatísticos abrangentes sobre o mercado brasileiro de BPO preparados por institutos de pesquisa internacionais, acreditamos que a oportunidade de BPO no Brasil pode ser ainda maior e menos explorada que o mercado de serviços de TI.

Apesar de constituir o maior mercado de serviços de TI na América Latina, esse mercado ainda é pouco penetrado quando comparado a mercados mais maduros, como os EUA. Segundo o IDC, os serviços de TI representaram apenas 34,0% dos gastos de TI das empresas em 2008, enquanto, nos EUA, os serviços de TI representaram 42% dos gastos de TI das empresas. O mercado brasileiro de BPO é provavelmente ainda menos explorado que o mercado de serviços de TI. Estima-se que, somente no segmento de serviços financeiros, os gastos internos das instituições financeiras com processos de negócios poderiam ser até três vezes maiores que os seus gastos totais de TI, de acordo com o Anuário Outsourcing – Edição Anual de Junho de 2009 – da Série Estudos (Anuário Outsourcing 2009). A mesma publicação define o mercado brasileiro de BPO como sendo "a nova fronteira" para a terceirização, com um crescimento médio anual histórico de faturamento de 11,9% entre 2006 e 2008 e um crescimento médio anual projetado de faturamento de 11,6% de 2008 a 2013.

Adicionalmente ao crescimento da demanda por serviços de terceirização no mercado interno, acreditamos que o Brasil tornar-se-á um dos principais pólos de serviços de *offshoring*. O mercado *offshore* de serviços de BPO e TI é pouco explorado atualmente por empresas brasileiras devido às grandes oportunidades existentes no mercado interno. As empresas globais estão começando a buscar diferentes provedores de serviços de BPO e TI em novos mercados, o que representa uma oportunidade importante para a América Latina, especialmente para o Brasil, como atesta o A.T. Kearney Global Services Location Index. Os atributos que acreditamos que fazem do Brasil um destino atrativo para terceirização de serviços de BPO e TI incluem (i) mão-de-obra abundante a custos competitivos; (ii) infra-estrutura moderna em comparação com outros destinos de terceirização *offshore* de BPO e TI; (iii) estabilidade geopolítica; (iv) proximidade geográfica e fuso horário favorável em relação aos Estados Unidos; e (v) maior semelhança cultural com os Estados Unidos e Europa, comparativamente a países asiáticos. O segmento de *offshoring* é o de maior crescimento nos mercados de serviços de BPO e TI, de acordo com A. T. Kearney Global Services Location Index.

De acordo com informações divulgadas pela BRASSCOM, o País possui cerca de 2.300 universidades federais e privadas, com cerca de oito milhões de estudantes em 2009, nas quais existem aproximadamente 110 cursos de pós-graduação relacionados a TI. Atualmente, existe cerca de 1,7 milhão de profissionais trabalhando em funções relacionadas a TI, sendo que escolas técnicas e universidades estão formando cerca de 250.000 profissionais na área de TI por ano.

Em função desses fatores, entendemos que as oportunidades nos mercados de BPO e TI no Brasil são bastante expressivas, principalmente porque: (i) o país possui o maior mercado na América Latina; (ii) esse mercado ainda é pouco penetrado e ainda há expressivas oportunidades de crescimento; e (iii) os serviços de *offshoring* ainda representam uma pequena fração do total.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes sejam:

Oferta abrangente e integrada de soluções de negócios

Acreditamos ser a companhia brasileira líder na América Latina na prestação de serviços baseados em soluções integradas de BPO e de TI. Nossa divisão de serviços de BPO opera de forma integrada e coordenada com nossa divisão de serviços de TI para desenvolver e implementar soluções que melhor atendam às demandas de nossos clientes. Nosso conhecimento e experiência em plataformas e aplicativos de TI nos permitem melhor administrar a transição de processos, operá-los de forma mais eficiente e substituir ou redesenhar processos para melhorar a produtividade de nossos clientes. Nosso modelo de negócios nos permite prestar serviços de alto valor agregado, que abrangem uma gama completa de soluções de BPO e TI. Buscamos nos tornar uma extensão das operações de nossos clientes, beneficiando-nos de nossa plataforma integrada de soluções de terceirização, alavancando oportunidades de *cross-selling* e aumentando a penetração nas atividades e processos de nossos clientes. Por exemplo, oito dos nossos 20 maiores clientes no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 contrataram nossos serviços de TI e de BPO. Em 2006, somente três dentre esses 20 clientes contratavam nossos serviços em ambas as divisões de negócios.

Relacionamento de longo prazo com clientes devido à oferta de Soluções Críticas

Mantemos relacionamentos de longo prazo com nossos clientes, para os quais administramos uma grande variedade de processos. A partir da nossa vasta experiência e conhecimento na prestação de serviços de terceirização em diversos setores, focamos em serviços de BPO e TI que são críticos ao funcionamento diário das operações de nossos clientes, e somos reconhecidos como parceiros estratégicos para funcionamento de seus negócios. A experiência que adquirimos nos últimos anos e a excelência dos nossos serviços permitem que a maior parte dos nossos contratos seja de longa duração, com prazos que podem variar de um a 10 anos para os contratos de TI e de um a cinco anos para os contratos de BPO. Para alguns clientes que foram integralmente migrados para nossos centros de processamento de dados (*datacenters*), essa estrutura contratual nos proporciona uma receita relativamente previsível e estável para grande parte de nossos negócios e dilui nossos custos com vendas e *marketing* em comparação com serviços prestados em projetos pontuais. O relacionamento com nossos clientes é expandido à medida que, por meio de oportunidades de *cross-selling*, evoluímos de um processo inicial isolado para uma cadeia de processos integrados, em múltiplas linhas de negócio. Acreditamos que essa evolução, considerando a excelência, customização e complexidade dos serviços que oferecemos, contribua para a fidelização de nossos clientes, o que é evidenciado por: (i) contratos de longo prazo, com uma média de 50 meses; e (ii) taxa de C*hurn* inferior a 3,0% em 2008, em número de clientes, que acreditamos ser relativamente baixa comparada às demais empresas brasileiras de BPO e TI.

Cultura orientada para a busca contínua pela excelência operacional

Acreditamos que a oferta de soluções customizadas para cada cliente, combinada com nossa constante busca pela excelência operacional, seja fundamental para o sucesso de longo prazo de empresas prestadoras de serviços de BPO e TI. Nossa Administração, equipe de vendas e de serviços técnicos desenvolvem um entendimento profundo da indústria e do negócio no qual nossos clientes operam. A nossa equipe de vendas e *marketing* está organizada para atender determinados setores de atividade econômica nos quais focamos, como serviços financeiros, cartões de crédito, seguros, serviços públicos e indústria, e beneficia-se de sua especialização e conhecimento das melhores práticas de cada mercado para desenvolver soluções que atendam às necessidades específicas de nossos clientes. Trabalhamos próximos aos nossos clientes e criamos soluções customizadas para facilitar nossa integração às suas operações, proporcionando uma melhoria contínua de processos, desenvolvendo novas soluções e identificando potenciais novos serviços. Adicionalmente, desenvolvemos em cada serviço uma abordagem direcionada para excelência operacional, controlando e analisando as diferentes métricas e melhorias na qualidade da prestação de nossos serviços. Nós também investimos fortemente em metodologias e ferramentas de governança, tais como Seis Sigma (metodologia para redução de custos), PDCA (*Plan-Do-Check-Act*, ferramenta para solução de problemas) e BSC (*Balanced Scorecard*, ferramenta de gestão) sustentando ainda mais nossa abordagem voltada à excelência operacional e garantindo a entrega de serviços de alta qualidade e de resultados tangíveis aos investimentos de nossos clientes.

Plataforma robusta de BPO e TI com tecnologia e infra-estrutura de ponta

As empresas que objetivam a terceirização de determinadas atividades geralmente buscam prestadores de serviços que possam suportar um escopo abrangente de serviços, possuam uma extensa e qualificada base de profissionais, utilizem infra-estrutura de tecnologia e de telecomunicações de ponta e tenham capacidade para atender as necessidades crescentes de seus negócios. Acreditamos possuir uma das maiores plataformas de BPO e TI na América Latina, empregando mais de 23.000 funcionários em 15 unidades em todo o Brasil. Além disso, procuramos manter uma infra-estrutura baseada em escalabilidade, redundância e segurança de informação. Temos diversos *datacenters* no Brasil com tecnologia de ponta, capazes de suportar nosso crescimento futuro. Acreditamos ser a única companhia no Brasil com dois *datacenters* Nível 5 garantindo disponibilidade de 99,999% (ou Cinco 9's) para as operações críticas de TI de nossos clientes. Adicionalmente, a nossa unidade de BPO localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, foi uma das primeiras unidades de BPO na América Latina a empregar *VoIP* em larga escala.

Abordagem diferenciada na gestão de pessoas

Acreditamos que nossos funcionários representam um dos principais fatores de sucesso do nosso negócio. Investimos significativamente em nossa capacidade de atrair, treinar, motivar e reter pessoas, para prestar serviços de alta qualidade e para adaptar rapidamente nosso quadro de profissionais ao aumento na demanda por nossos serviços. Temos uma equipe dedicada exclusivamente a identificar, atrair e desenvolver talentos para nossas operações. Recrutamos ativamente nossos profissionais em instituições de ensino técnico e superior e acreditamos que a força da nossa marca nos ajuda a atrair os melhores talentos. Investimos fortemente no treinamento de nossos funcionários e temos capacidade para treinar mensalmente mais de 1.900 funcionários, em vários níveis de nossos negócios, implementando programas de qualificação com foco na melhoria da capacitação e identificação de melhores prática de trabalho. Celebramos acordos com instituições educacionais de nível superior para qualificar nossos funcionários em competências específicas, tais como programação avançada de sistemas, e para facilitar a contratação de alunos da graduação que apresentam alto desempenho acadêmico. Nosso foco na gestão de recursos humanos nos proporciona baixas taxas de evasão. Em nossa unidade de TI, a taxa mensal de evasão voluntária no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 foi de 0,6% e, na unidade de BPO, de 3,7%. Nossos indicadores de resultado possibilitam que nossa Administração analise de forma objetiva o desempenho de nossos funcionários. Acreditamos que nosso foco na gestão de nossos funcionários nos proporcione uma significativa vantagem competitiva em nossos mercados de atuação.

Equipe de executivos com relevante experiência e marca reconhecida

Contamos com uma experiente equipe de executivos, com uma cultura que enfatiza o trabalho em equipe e abordagem voltada à identificação das necessidades do cliente e ao desenvolvimento de uma oferta integrada de serviços. Nossa equipe de executivos tem profundo conhecimento dos mercados de BPO e TI, com competência gerencial destacada e alto nível de comprometimento, sendo alguns deles nossos fundadores. A nossa equipe de executivos é liderada por Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Carlos Eduardo Mazon e José Maria Dias Gadanha, que juntos possuem mais de 79 anos de experiência como profissionais prestadores de serviços de BPO e TI, com um histórico de sucesso na aquisição e integração de empresas. Também temos uma sólida gerência de nível médio, composta, em 30 de junho de 2009, por 21 superintendentes, 226 gerentes e 227 coordenadores, que supervisionam e executam as estratégias do nosso Conselho de Administração, garantindo a excelência de nossas operações.

Além de contar com uma equipe de executivos altamente qualificada e experiente, nossa marca Tivit é notoriamente reconhecida entre os principais diretores operacionais, diretores de TI e outros principais executivos do Brasil. Em 2009, fomos considerados o prestador de serviços de *datacenter* mais confiável do País, de acordo com a revista InfoExame, e fomos classificados entre os três mais confiáveis prestadores de serviços de TI nos *rankings* publicados nos últimos quatro anos (2006 a 2009), segundo uma pesquisa realizada entre 500 executivos conduzida pela mesma publicação. Adicionalmente, recebemos o prêmio de melhor empresa de cobrança do ano de 2009, pela Revista Clientes S/A, uma das principais publicações de BPO do Brasil, e ganhamos prêmios por casos de inovação em estratégias e utilização de TI para melhorar a eficiência das operações de cobrança. Ainda em 2009, figuramos no ranking das 100 maiores empresas de *outsourcing* do mundo, elaborado pela IAOP (*International Association of Outsourcing Professionals*) e publicado pela Fortune, sendo a única empresa brasileira classificada entre as sete maiores empresas na categoria de *Size and Growth*, juntamente com empresas indianas e chinesas. Estamos entre as três empresas do setor brasileiro de TI que mais geraram valor ao acionista (EBITDA sobre margem líquida), de acordo com a revista Valor Econômico 1000, edição 2009.

Consistente crescimento e sólida geração de caixa

Nossa capacidade de combinar recursos de maneira diferenciada nos faz competitivos. Nosso modelo integrado de soluções de BPO e TI nos permite entregar serviços de maneira contínua e recorrente para nossos clientes. Entre os nossos 20 maiores clientes, oito são tomadores de serviços de BPO e TI de maneira integrada. Temos um modelo de negócios que nos permite atender de forma personalizada uma base diversificada de mais de 900 clientes. Em média, nossos contratos têm um prazo de 50 meses. O nosso crescimento médio anual entre 2006 e 2008 foi significativamente superior ao crescimento médio anual do mercado brasileiro de BPO e de TI no mesmo período de acordo com o IDC. O crescimento da nossa receita líquida reflete, entre outros fatores, o efeito de nossos esforços focados em *cross-selling* e na celebração de novos contratos. A capacidade de gerenciar de forma eficiente nossos custos associada à natureza do nosso modelo de negócios escalonável nos permitiram alcançar um incremento de margens. Nossa Margem de EBITDA Ajustado de 2008 foi de 18,0%, representando um aumento de 2,6 pontos percentuais sobre a Margem de EBITDA Ajustado de 2006, que foi de 15,4%. O aumento da nossa Margem de EBITDA Ajustado demonstra a significativa capacidade de gestão e escalabilidade do nosso modelo de negócios, bem como a nossa capacidade de integrar e melhorar a rentabilidade das empresas adquiridas. Nosso modelo de negócios propicia uma sólida geração de caixa. Entre os períodos de 30 de junho de 2008 e 30 de junho de 2009, nosso saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras subiu 101,1% para R$66,54 milhões em 30 de junho de 2009, enquanto nosso saldo de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, diminuíram 3,9% para R$206,81 milhões, em 30 de junho de 2009. Somos conservadores na alavancagem financeira. Em 30 de junho de 2009, o índice de dívida liquida de caixa e aplicações dividido pelo EBITDA Ajustado era de 0,9 vez.

Nossa Estratégia

Pretendemos continuar sendo um dos líderes no desenvolvimento e implementação de uma ampla gama de soluções de BPO e TI na América Latina, com uma estratégia de crescimento e consolidação de nossas operações tendo por base os seguintes pilares principais:

Continuar desenvolvendo nossos conhecimentos e competências

Os mercados de BPO e TI são dinâmicos e exigem constante inovação. Pretendemos continuar a investir no desenvolvimento de novos serviços, ampliando nossas competências e desenvolvendo novas soluções integradas em nossa crescente oferta de serviços. Nós continuaremos alavancando nosso profundo conhecimento para desenvolver soluções proprietárias que auxiliarão em nossa estratégia de integrar, controlar e gerenciar um escopo crescente de soluções de BPO e TI para nossos clientes. Um exemplo de como conseguimos desenvolver uma solução integrada é um dos maiores e mais recentes contratos que celebramos, firmado em 2008 com a Câmara Interbancária de Pagamentos, por meio do qual todo o processo de emissão e gestão de boletos bancários de clientes está sendo automatizado, integrando mais de 120 bancos e reduzindo sensivelmente os custos de cobrança, especialmente despesas com impressões e despesas de envio postal.

Aumentar o* cross-selling *em nossa base de clientes e conquistar novos clientes

Nossa base de clientes é majoritariamente composta por grandes empresas, com diferentes necessidades de serviços de BPO e TI e um potencial para terceirização de serviços ainda maior do que o já explorado por nós. Planejamos continuar nossa estratégia de expandir a escala e o escopo dos serviços que prestamos a esses grandes clientes. Frequentemente, iniciamos nosso relacionamento com determinado cliente pela terceirização de um processo isolado e, com o passar do tempo, expandimos nossa atuação de forma a prestar serviços mais complexos de BPO e TI, em um leque mais amplo de atividades. Adicionalmente, pretendemos estruturar nosso profundo conhecimento do mercado de BPO e TI em soluções proprietárias que possam ser vendidas como uma solução isolada ou como parte de uma solução mais ampla de BPO ou TI. Nós acreditamos também que haja uma grande oportunidade para ampliarmos nossa receita por meio de *cross-selling* em nossa base atual de clientes. Por exemplo, oito dos nossos 20 maiores clientes no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 contrataram nossos serviços de TI e de BPO. Em 2006, somente três dentre esses 20 clientes contratavam nossos serviços em ambas as divisões de negócios, o que demonstra, além de uma evolução, haver ainda um grande potencial inexplorado no restante da nossa base de clientes. Além disso, há no mercado outras empresas com potencial para a terceirização de serviços, mas que ainda não utilizam esse recurso, para as quais pretendemos oferecer nossos serviços.

Continuar com nossa estratégia seletiva de aquisições

Esperamos continuar nossa estratégia de aquisições seletivas no Brasil e no exterior, a qual tem basicamente quatro objetivos: (i) agregar novas competências, áreas de atuação, serviços e *expertise*; (ii) potencializar as oportunidades de *cross-selling* na base de clientes das companhias adquiridas; (iii) aumentar economias de escala; e (iv) expandir nossa presença para novas geografias. Pretendemos focar em aquisições de empresas de médio e pequeno porte, com operações em determinados nichos de mercado que possam agregar valor à nossa oferta de serviços, ao mesmo tempo que minimizam os riscos de integração. Para implementar essa estratégia, estamos continuamente avaliando empresas que se encaixam nesse perfil.

Aperfeiçoar constantemente o nosso capital humano

Nosso sucesso depende da qualidade e comprometimento de nossos funcionários. Planejamos continuar investindo significativamente na atração, contratação, desenvolvimento e retenção de funcionários, estendendo nossas parcerias com universidades e buscando desenvolver técnicas inovadoras de recrutamento. Além disso, pretendemos continuar expandindo nossas operações em cidades que possuam mão-de-obra qualificada e menor competição para contratação, bem como ampliar o número e aprofundar o escopo dos treinamentos que oferecemos aos nossos funcionários.

Continuar investindo em nossa excelência operacional

Pretendemos continuar investindo na geração de valor por meio da gestão eficiente dos processos de nossos clientes. Nossa capacidade de desenvolver e implementar serviços e de trabalhar com diversas plataformas tecnológicas em inúmeras indústrias complementam nosso *expertise* em processos. Pretendemos continuar a investir em metodologias e em ferramentas de gestão, tais como Seis Sigma, PDCA e BSC para nos concentrarmos na obtenção de resultados de alto valor agregado para nossos clientes e para nos mantermos na vanguarda de nosso mercado de atuação. Obtivemos a certificação CMMi de nível 3 e estamos investindo em processos e treinamento para chegarmos ao CMMi de nível 5 em maturidade de processo.

Expandir nossas operações internacionais

Atualmente, menos de 1,0% de nossa receita total bruta provém de operações internacionais. Planejamos aumentar nossa presença internacional, principalmente por meio de duas oportunidades: (i) a crescente internacionalização de companhias brasileiras; e (ii) a grande quantidade de multinacionais que possuímos em nossa base de clientes. A primeira oportunidade fundamenta-se em acompanhar companhias brasileiras em seu processo de internacionalização. Grandes conglomerados industriais brasileiros e instituições financeiras de capital nacional têm aumentado sua presença fora do Brasil nos últimos anos e isso abre a oportunidade de oferecermos nossos serviços nos países em que essas companhias se instalam ou atender às necessidades das operações internacionais destas empresas a partir do Brasil. A segunda oportunidade é estreitar nosso relacionamento com as matrizes de empresas multinacionais que possuam grandes operações no Brasil. Em determinados casos, os serviços de terceirização de gestão tecnológica que desenvolvemos para a filial brasileira são adotados pela sua matriz e replicados globalmente. Nossas filiais recentemente abertas nos Estado Unidos e na França foram resultado desse processo. Desenvolvemos um serviço de TI no Brasil para uma multinacional francesa e a matriz na França decidiu utilizar este serviço prestado a partir do Brasil para atender todas as suas unidades espalhadas pelo mundo.

Nossa Estrutura Societária

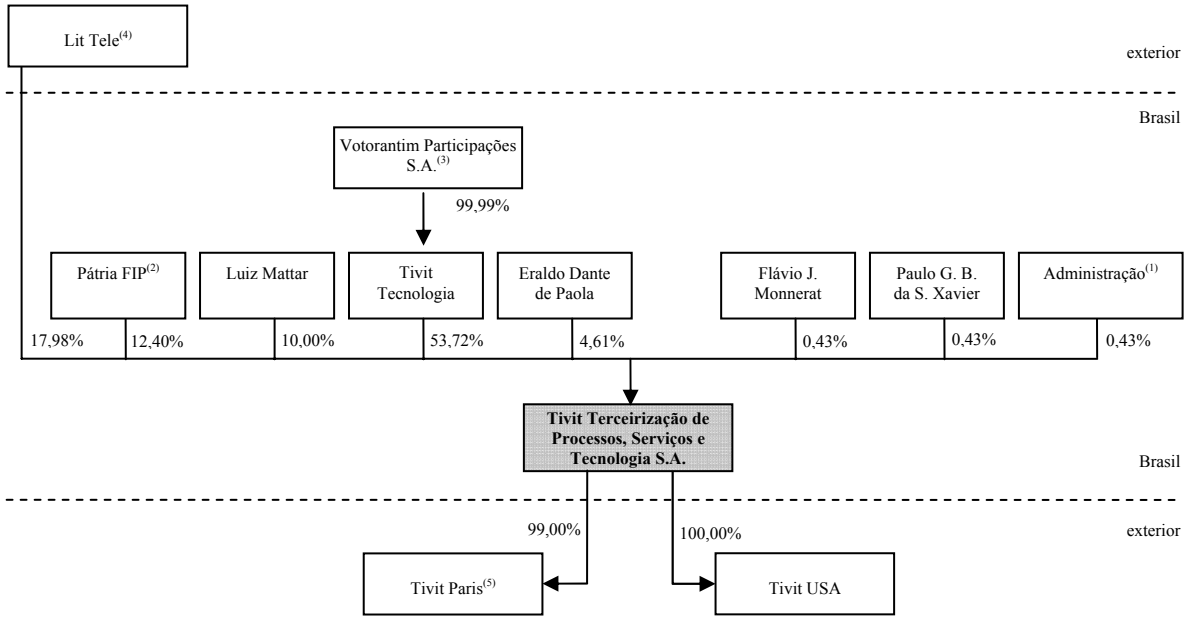
Resultamos da combinação de duas outras empresas: Telefutura e Optiglobe. A Telefutura foi fundada como uma prestadora de serviços de BPO em 1998 por um grupo de empreendedores, dentre os quais o nosso atual Diretor Presidente, Luiz Roberto Novaes Mattar, e nosso atual Vice-Presidente de BPO, Eraldo Dante de Paola. O Grupo Votorantim tornou-se acionista da Telefutura em 2001 e o Pátria Investimentos em 2006. A Optiglobe foi fundada em 1999 como uma provedora de serviços de infra-estrutura de TI. Em 2002, o Grupo Votorantim adquiriu 100,0% das ações da Optiglobe, transformando seu modelo de negócios em uma prestadora completa de serviços de terceirização de TI. Em 2005, a Proceda, uma provedora de serviços de infra-estrutura de BPO e de TI, integrante do Grupo Votorantim desde 2004, foi incorporada à Optiglobe, criando a Tivit Tecnologia. Tanto a Tivit Tecnologia quanto a Telefutura evoluíram em seus modelos de negócios, compartilhando culturas semelhantes e direcionamentos estratégicos similares. Em abril de 2007, percebendo que os modelos de negócio de ambas as empresas eram altamente complementares e que, juntas, as empresas estariam melhor posicionadas para competir nos mercados de serviços de BPO e TI, a Tivit Tecnologia, a Telefutura e seus respectivos acionistas celebraram um contrato de associação, formando uma companhia integrada de prestação de serviços de BPO e TI. Em julho de 2007, adquirimos a Softway, uma das maiores empresas de BPO do Brasil, consolidando nossa posição dentre os três maiores prestadores de serviços de *full outsourcing* de tecnologia no Brasil, em volume de vendas, de acordo com a revista Outsourcing 2007 – Série Estudos, e intensificando nossa presença em cidades fora do eixo Rio-São Paulo, que apresentam condições de mão-de-obra mais atraentes. Em maio de 2008, adquirimos a Open Concept, uma pequena empresa especializada em desenvolvimento de aplicativos focados no processamento de altos volumes e operações críticas para o setor financeiro e de meios de pagamento, incorporada por nós em junho de 2008.

Ainda em junho de 2008, incorporamos a Softway e, em janeiro de 2009, incorporamos a TTS, como parte de nossa estratégia de simplificação da estrutura acionária do grupo e, consequentemente, para o aproveitamento de sinergias e otimização de resultados.

Nos primeiros semestres de 2008 e de 2009, anunciamos a abertura de duas unidades fora do Brasil – uma nos Estados Unidos e outra na França – para dar suporte aos nossos clientes em suas operações internacionais.

Para maiores informações, veja a seção "Nossas Atividades e Visão Geral do Setor – Nossa História", na página 123 deste Prospecto.

Apresentamos abaixo o organograma simplificado de nossa estrutura societária atual. Para uma descrição completa de nossa reorganização societária, veja a seção "Nossas Atividades e Visão Geral do Setor – Nossa História", na página 123 deste Prospecto.



(1) Exclui os Srs. Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola. Para maiores informações sobre a quantidade de ações detidas pelos membros de nossa Administração, veja a seção "Administração", na página 148 deste Prospecto.

(2) Os Srs. Arthur Brandi Mascioli, Adalmiro Dellape Baptista, Antonio Carlos de Freitas Valle, John George de Carle Gottheiner e Lotário Heilbrunn Krause possuem, respectivamente, 58,36%, 13,62%, 8,95%, 5,45% e 5,45% das quotas do Pátria FIP.

(3) A Votorantim Participações S.A. é diretamente controlada pela Hejoassu Administração S.A., que detém 98,58% de seu capital social. A Hejoassu Administração S.A. é diretamente controlada por JEMF Participações S.A., AEM Participações S.A., ERMAN Participações S.A. e MRC Participações S.A. que detêm, cada uma, 25% do seu capital social. A JEMF Participações S.A. é diretamente controlada pelos Srs. José Ermírio de Moraes Neto, José Roberto Ermírio de Moraes e Neide Helena de Moraes, que detêm, cada um, 33,33% do capital social. A AEM Participações S.A. é diretamente controlada pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que detém 100,0% de seu capital social. A ERMAN Participações S.A. é diretamente controlada pelo Sr. Ermírio Pereira de Moraes, que detém 100,0% de seu capital social. A MRC Participações S.A. é diretamente controlada pela Sra. Maria Helena Moraes Scripilliti, que detém 100,0% de seu capital social.

(4) A Lit Tele é indiretamente controlada pela Votorantim Participações S.A., que detém 99,99% de seu capital social.

(5) A Tivit Paris, localizada em Paris, na França, é 1,0% detida pelo Sr. Luiz Roberto Novaes Mattar.

Nossa sede situa-se na Av. Prefeito Carlos Ferreira Lopes, nº 490, Mogi das Cruzes – SP, e o número de telefone da nossa Diretoria de Relações com Investidores é (11) 3757-2222. Nosso *website* é http://www.tivit.com.br/, cujas informações não integram o Prospecto e não são a ele incorporadas por referência.

Endividamento e Obrigações Contratuais

Nosso saldo de empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição, em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006:

		Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	Encargos financeiros	2009	2008	2007	2006
		(consolidado)		(combinado)	
			(em R$ milhões)		
Banco ABN AMRO Real S.A.	104,5% CDI	131,06	124,03	120,03	–
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES	9,55% a.a.	6,28	7,94	9,90	–
Banco do Brasil S.A	101% do CDI	27,16	25,75	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	103,7% CDI	42,32	57,45	58,02	2,15
Outros	–	–	–	–	–
Total		**206,81**	**215,17**	**187,95**	**2,15**
Parcela do circulante		189,81	67,49	160,73	1,63
Parcela do não circulante		17,00	147,68	27,22	0,52

A composição da parcela de empréstimos e financiamentos não circulante, em 30 de junho de 2009, por ano de vencimento, pode ser assim demonstrada:

Ano de vencimento	Em 30 de junho de 2009
	(em R$ milhões)
2010	16,58
2011	0,42
Total	**17,00**

Obrigações Contratuais

Além das obrigações financeiras mencionadas na discussão acima sobre nosso endividamento, nossas obrigações contratuais, em 30 de junho de 2009, encontram-se resumidas na tabela abaixo:

Tipo de obrigação	Parte	Valor de despesa no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009	Vigência
		(em R$ milhões)	
Energia elétrica	Light Serviços de Eletricidade S.A.	1,99	Início 14/11/2002, prorrogável automaticamente
	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	6,78	Início em 11/2006, prorrogável automaticamente
	Bandeirantes Energia S.A.	0,19	01/03/2006 a 01/03/2011
	Cia Piratininga de Força e Luz – CPFL	0,21	Início em 04/12/07, prorrogável automaticamente
	Celesc Distribuição S/A	0,18	Início em 09/2005, prorrogável automaticamente
Telefonia	Diversos	10,43	Diversos
Transmissão e entrega de sinais digitais	Diversos	7,41	Diversos
Licenças de uso de software e manutenção	BMC	0,37	01/10/2006 a 31/12/2011
	Computer Associates	6,33	31/03/2006 a 31/03/2012
	IBM	7,52	Diversos
	Diversos	12,14	Diversos
Aluguel de imóveis	Diversos	10,68	Diversos
Total		**64,23**	

SUMÁRIO DA OFERTA

Companhia	Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
Acionistas Vendedores	Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier.
Coordenador Global e Coordenador Líder	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Coordenadores da Oferta	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Morgan Stanley S.A. e Banco Bradesco BBI S.A., considerados em conjunto.
Coordenadores Contratados	Banco Votorantim S.A. e Banco Santander (Brasil) S.A.
Agentes de Colocação Internacional	Credit Suisse Securities (USA) LLC, Morgan Stanley & Co. Incorporated e Bradesco Securities, Inc.
Oferta	Distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, a Investidores Institucionais e Investidores Não-Institucionais, pelo Coordenador Líder e pelos demais Coordenadores da Oferta, em conjunto com os Coordenadores Contratados e as Corretoras, com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act*, e (ii) para *non-U.S. persons* nos demais países (exceto nos Estados Unidos e Brasil), com base no Regulamento S do *Securities Act*, em ambos os casos em operações isentas de registro nos Estados Unidos em conformidade com o *Securities Act* e realizadas por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela Resolução CMN 2.689, pela Instrução CVM 325 e pela Lei nº 4.131/62. A Oferta não foi e nem será registrada na SEC ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer país, exceto o Brasil.
Opção de Ações Suplementares	Opção outorgada pela Tivit Tecnologia, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier ao Coordenador Líder para distribuição de um lote de Ações equivalentes a até 15,0% das Ações inicialmente ofertadas, ou 5.745.666 Ações, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas, sendo destinadas a atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta, a ser exercida pelo Coordenador Líder, no prazo de até 30 dias contados da data de Início de Negociação, após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta no momento de precificação da Oferta.
Instituição Financeira Depositária das Ações	Banco Itaú S.A.

Preço por Ação	O Preço por Ação foi fixado em R$15,00. O Preço por Ação foi fixado após a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, conduzido junto a Investidores da Oferta Institucional pelos Coordenadores da Oferta, em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, sendo certo que a escolha do critério de determinação do Preço por Ação é justificada, pois (i) não promoverá a diluição injustificada dos nossos atuais acionistas, e (ii) as Ações serão distribuídas por meio de distribuição pública, em que o valor de mercado das Ações a serem vendidas foi determinado com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram sua ordem de compra no contexto da Oferta. Foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), e portanto não foi permitida a colocação de Ações aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados para proteção (*hedge*) de operações com derivativos não são considerados investimentos efetuados por Pessoas Vinculadas para fins da Oferta.
Ações da Oferta	Todas as ações ofertadas são ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, de nossa emissão e de titularidade dos Acionistas Vendedores.
Valor Total da Oferta	R$574.566.690,00.
Garantia Firme de Liquidação	Nos termos do Contrato de Distribuição, as Ações objeto da Oferta serão colocadas em regime de garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, incluindo as Ações Suplementares, se for o caso. Caso a totalidade das Ações objeto da Oferta Brasileira não seja totalmente liquidada até a Data de Liquidação (ou, no caso das Ações Suplementares, a Data de Liquidação das Ações Suplementares), cada um dos Coordenadores da Oferta realizará a aquisição, de forma individual e não solidária, em tal data, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre o número de Ações objeto da garantia firme prestada por tal Coordenador da Oferta nos termos do Contrato de Colocação e o número de Ações colocadas e efetivamente liquidadas no mercado, pelo Preço por Ação. Tal garantia individual e não solidária é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e publicado o Anúncio de Início, sendo que a responsabilidade dos Coordenadores da Oferta está limitada exclusivamente à respectiva garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta no Contrato de Colocação. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda das Ações será o preço de mercado das Ações, tendo por limite máximo o Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização.
Público Alvo da Oferta	As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações nos termos da Instrução CVM 400 e conforme previsto no Contrato de Distribuição. As Ações serão colocadas aos Investidores Institucionais e aos Investidores Não-Institucionais.

Oferta de Varejo	Oferta pública de distribuição de Ações realizada junto a Investidores Não-Institucionais, classificados como "Com Prioridade de Alocação" ou "Sem Prioridade de Alocação".
Oferta Institucional	Oferta pública de distribuição das Ações direcionadas a Investidores Institucionais.
Período de Reserva	Prazo para Investidores Não-Institucionais efetuarem seus Pedidos de Reserva, de 16 de setembro de 2009 a 23 de setembro de 2009, inclusive.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, controladores ou administradores das instituições intermediárias e da emissora ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até o 2º grau.
Investidores Não-Institucionais	Investidores residentes no País com pedidos de investimento de no mínimo R$3.000,00 e no máximo R$300.000,00 e que preencham o Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo.
Investidores Institucionais	Investidores que não sejam Investidores Não-Institucionais.
Investidores Estrangeiros	Investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) residentes e domiciliados nos Estados Unidos, definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A, e *non-U.S. persons* nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), de acordo com o Regulamento S, que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos da Resolução CMN 2.689, da Instrução CVM 325 e da Lei 4.131/62.
Período de Colocação	Prazo de até três dias úteis, contado da data de publicação do Anúncio de Início.
Prazo de Distribuição	Prazo para distribuição das Ações, incluindo as Ações Suplementares, que terá início na data de publicação do Anúncio de Início e será encerrado na data da publicação do Anúncio de Encerramento, limitado ao prazo máximo de seis meses contados a partir da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 18 da Instrução CVM 400.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta no Brasil que ocorrerá no terceiro dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.
Data de Liquidação das Ações Suplementares	Terceiro dia útil contado da data do eventual exercício da Opção de Ações Suplementares.

Regime de Colocação	Nos termos do Contrato de Distribuição, as Ações objeto da Oferta serão colocadas em regime de garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, incluindo as Ações Suplementares, se for o caso. Caso a totalidade das Ações objeto da Oferta Brasileira não seja totalmente liquidada até a Data de Liquidação (ou, no caso das Ações Suplementares, a Data de Liquidação das Ações Suplementares), cada um dos Coordenadores da Oferta realizará a aquisição, de forma individual e não solidária, em tal data, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre o número de Ações objeto da garantia firme prestada por tal Coordenador da Oferta nos termos do Contrato de Colocação e o número de Ações colocadas e efetivamente liquidadas no mercado, pelo Preço por Ação. Tal garantia individual e não solidária é vinculante a partir do momento em que for assinado o Contrato de Colocação, sendo que a responsabilidade dos Coordenadores da Oferta está limitada exclusivamente à respectiva garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta no Contrato de Colocação. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda das Ações será o preço de mercado das Ações, tendo por limite máximo o Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização.
Listagem e Contrato de Participação no Novo Mercado	Após a efetivação da presente Oferta, o mercado de negociação das Ações será a BM&FBOVESPA. Em 8 de setembro de 2009, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BM&FBOVESPA, cuja eficácia somente terá início na data da publicação do Anúncio de Início, momento a partir do qual as Ações passarão a estar admitidas à negociação no segmento Novo Mercado. No primeiro dia útil seguinte à entrada em vigor do Contrato de Participação no Novo Mercado, as Ações passarão a ser negociadas sob o código "TVIT3". Não foi e nem será realizado qualquer registro da Oferta ou das Ações na SEC ou a qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto o Brasil.
Atividades de Estabilização	O Coordenador Líder, por intermédio da Credit Suisse Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, realizar atividades de estabilização de preço das Ações, no prazo de até 30 dias a contar da data do Início de Negociação, inclusive, por meio de operações de compra e venda de Ações, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, o qual foi submetido à análise prévia e aprovação da BM&FBOVESPA e da CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º da Instrução CVM 400.
Direito de Venda Conjunta (*tag along rights*)	Conforme estabelecido em nosso Estatuto Social, na hipótese de alienação do nosso controle acionário, o adquirente deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações aos demais acionistas, observando-se os prazos e as condições previstas na legislação vigente para a compra de todas as ações em circulação no mercado pelo mesmo preço por ação pago ao acionista alienante do controle, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário. Para maiores informações, veja a seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores – Acordos de Acionistas", na página 156 deste Prospecto.

Restrição à Venda de Ações (*Lock up*)	Nos termos dos contratos assinados com os Agentes de Colocação Internacional, nós, os Acionistas Controladores e nossos Administradores que detiverem ações na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional, sujeitos a determinadas exceções, assumimos a obrigação pelo prazo de 180 dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, salvo nas hipóteses de prévio consentimento por escrito dos Agentes de Colocação Internacional e transferências de valores mobiliários a uma corretora, com o consentimento dos Coordenadores da Oferta, no contexto da realização de atividades de formador de mercado, de acordo com a legislação aplicável, inclusive com a Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003, e com o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, exceto caso as atividades de formador de mercado sejam realizadas por corretoras pertencentes ao grupo econômico dos Coordenadores da Oferta, a não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar ou outorgar opção de compra de quaisquer ações de nossa emissão, ou outros valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por ações de nossa emissão, bem como abster-se de celebrar operação de *swap*, *hedge*, venda a descoberto ou de outra natureza que venha a transferir, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos advindos da titularidade dos valores mobiliários. A presente restrição à negociação de ações abrange a divulgação pública de qualquer intenção de realizar as operações acima descritas. Quaisquer valores mobiliários recebidos por conta do exercício de opções outorgadas estarão igualmente sujeitos à restrição a transferência de ações. Os valores mobiliários que venham a ser adquiridos pelas pessoas sujeitas às restrições de transferência de ações no mercado aberto não estarão sujeitos às referidas restrições. Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos seis meses subsequentes à data da publicação do Anúncio de Início, o Controlador (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado) e os nossos Administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das nossas ações e Derivativos (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado) de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o Controlador e os nossos Administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40,0% das nossas ações e Derivativos de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Quando assinarem o Acordo de Acionistas Pós-IPO, os Acionistas Controladores estarão sujeitos ainda a restrições de alienação de ações até 31 de julho de 2011, com liberações gradativas após um ano e um ano e seis meses a partir da data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO. Para maiores informações, veja a seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores – Acordo de Acionistas", na página 156 deste Prospecto.
Destinação dos Recursos	Não receberemos quaisquer recursos provenientes da venda das Ações. Por se tratar de uma oferta secundária, todos os recursos obtidos com a venda das Ações serão recebidos pelos Acionistas Vendedores.

Nosso Capital Social	Nosso capital social atualmente encontra-se divido em 88.990.128 ações ordinárias, já considerando o desdobramento de ações aprovado em 4 de setembro de 2009. As Ações conferem aos titulares todos os direitos assegurados aos titulares de nossas ações, inclusive a atribuição de dividendos integrais e todos os outros benefícios por nós declarados a partir da Data de Liquidação. Para maiores informações sobre o nosso capital social após a realização da Oferta, veja a seção "Descrição do Estatuto Social e Outras Informações – Capital Social", na página 165 deste Prospecto.
Dividendos	As Ações conferem aos seus titulares o direito ao recebimento de dividendo obrigatório de pelo menos 25,0% do nosso lucro líquido apurado no respectivo exercício social e ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. Para maiores informações, veja a seção "Dividendos e Políticas de Dividendos – Valores Distribuídos a Título de Dividendo", na página 172 deste Prospecto.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações	As Ações garantem aos seus titulares os direitos, vantagens e restrições estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo nosso Estatuto Social e pelo Regulamento do Novo Mercado. Para maiores informações, veja as seções "Descrição do Estatuto Social e Outras Informações" e "Dividendos e Políticas de Dividendos", nas páginas 165 e 170 deste Prospecto, respectivamente.
Fatores de Risco	O investimento nas Ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Para informações acerca dos fatores de risco que devem ser considerados cuidadosamente antes da decisão de investimento nas Ações, veja a seção "Fatores de Risco", na página 61 deste Prospecto, além de outras informações incluídas no presente Prospecto.
Inadequação da Oferta	Não há inadequação específica da Oferta a determinado grupo ou categoria de investidor. No entanto, a presente Oferta não é adequada a investidores avessos ao risco inerente ao investimento em ações. Como todo e qualquer investimento em ações, a aquisição das Ações apresenta certos riscos e possibilidades de perdas patrimoniais que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", na página 61 deste Prospecto, para ciência dos fatores de risco que devem ser considerados em relação à aquisição das Ações.
Aprovações Societárias	A alienação das Ações de titularidade da Tivit Tecnologia, um dos Acionistas Vendedores, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de agosto de 2009, cuja ata segue anexa a este Prospecto. Nos termos dos documentos societários dos demais Acionistas Vendedores que são pessoas jurídicas não são necessárias autorizações societárias para alienação de nossas Ações no âmbito da Oferta.

Mercado de Negociação	Após a efetivação da presente Oferta, o mercado de negociação de nossas Ações será a BM&FBOVESPA. No primeiro dia útil seguinte à publicação do Anúncio de Início, nossas Ações passarão a ser negociadas sob o código "TVIT3". Não foi e não será realizado nenhum registro da Oferta ou das Ações na SEC ou em qualquer outra agência ou órgão regulador do mercado de capitais de qualquer outro país, exceto no Brasil.
"Free Float" após a Oferta	Considerando a distribuição da totalidade das Ações objeto da Oferta, sem considerar as Ações Suplementares, o "free float" após a Oferta será de aproximadamente 43,5% do capital total e, se considerarmos as Ações Suplementares, o "*free float*" após a Oferta será de aproximadamente 49,9% do capital total. Para maiores informações, veja a seção "Informações sobre a Oferta", na página 43 deste Prospecto.
Informações Adicionais	Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, veja a seção "Informações sobre a Oferta", na página 43 deste Prospecto. O registro da Oferta foi solicitado pelos Acionistas Vendedores e pelo Coordenador Líder em 10 de agosto de 2009, tendo sido concedido em 25 de setembro de 2009, sob o número CVM/SRE/SEC/2009/008. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto às Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Informações sobre a Oferta", na página 43 deste Prospecto.

RESUMO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto, e com as Seções "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações", "Informações Financeiras Selecionadas" e "Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações".

Nossas demonstrações financeiras individuais, consolidadas e combinadas disponíveis são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que incluem a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções emitidas pela CVM e IBRACON e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

Em função dos atos praticados no contexto da reorganização societária para implementação da associação entre Tivit Tecnologia e Telefutura, bem como em razão da aquisição da Softway, nossas demonstrações financeiras combinadas possuem comparabilidade limitada. Para maiores informações sobre as limitações de comparabilidade de nossas demonstrações financeiras, veja as seções "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações", "Apresentação das Informações Financeiras Individuais" e "Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações – Reorganização Societária e Comparabilidade das Demonstrações Financeiras", nas páginas 14, 84 e 89 deste Prospecto.

Para maiores informações sobre as alterações à Lei das Sociedades por Ações, veja a seção "Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações – Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07 e MP 449/08", na página 94 deste Prospecto.

As tabelas abaixo apresentam os nossos resultados nos períodos indicados:

Demonstrações do Resultado

Períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009:

	Períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de				Variação
	2008	%	2009	%	2008/2009
	(combinado)		(consolidado)		
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)				
Receita líquida de serviços	**419,02**	**100,0%**	**452,23**	**100,0%**	**7,9%**
Custo dos serviços prestados	(342,86)	-81,8%	(353,92)	-78,3%	3,2%
Lucro bruto	**76,16**	**18,2%**	**98,31**	**21,7%**	**29,2%**
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	(6,42)	-1,5%	(9,07)	-2,0%	41,3%
Gerais e administrativas	(46,58)	-11,1%	(54,01)	-11,9%	16,0%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2,35)	-0,6%	0,41	0,1%	N/A
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**20,81**	**5,0%**	**35,64**	**7,9%**	**71,3%**
Resultado financeiro	**(8,84)**	**-2,1%**	**(8,87)**	**-2,0%**	**0,3%**
Receitas financeiras	0,41	0,1%	2,96	0,7%	622,0%
Despesas financeiras	(9,25)	-2,2%	(11,83)	-2,6%	27,9%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	**11,97**	**2,9%**	**26,77**	**5,9%**	**123,6%**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(7,33)	-1,7%	(3,61)	-0,8%	-50,8%
Diferidos	4,05	1,0%	(1,43)	-0,3%	-135,3%
Lucro antes da participação de minoritários	**8,69**	**2,1%**	**21,73**	**4,8%**	**150,1%**
Participação de minoritários	0,12	0,0%	–	0,0%	- 100,0%
Lucro líquido do período	**8,81**	**2,1%**	**21,73**	**4,8%**	**146,7%**

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de						Variação	Variação
	2006	%	2007	%	2008	%	2006/2007	2007/2008
			(combinado)					
			(Em R$ milhões, exceto percentuais)					
Receita líquida de serviços.....	**201,67**	**100,0%**	**524,84**	**100,0%**	**866,59**	**100,0%**	**160,2%**	**65,1%**
Custo dos serviços prestados.....	(159,81)	-79,2%	(406,73)	-77,5%	(686,83)	-79,3%	154,5%	68,9%
Lucro bruto.....	**41,86**	**20,8%**	**118,11**	**22,5%**	**179,76**	**20,7%**	**182,1%**	**52,2%**
Despesas operacionais								
Vendas	(1,30)	-0,6%	(11,38)	-2,2%	(17,76)	-2,0%	775,4%	56,1%
Gerais e administrativas	(16,83)	-8,3%	(80,09)	-15,3%	(101,84)	-11,8%	375,9%	27,2%
Resultado de equivalência patrimonial	–	0,0%	(0,02)	0,0%	–	0,0%	N/A	N/A
Outras despesas operacionais, líquidas.....	(1,30)	-0,6%	(4,85)	-0,9%	(17,05)	-2,0%	273,1%	251,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**22,43**	**11,1%**	**21,77**	**4,1%**	**43,11**	**5,0%**	**-2,9%**	**98,0%**
Resultado financeiro	**1,01**	**0,5%**	**(8,13)**	**-1,5%**	**(23,39)**	**-2,7%**	**-905,0%**	**187,7%**
Receitas financeiras.....	1,44	0,7%	1,55	0,3%	1,25	0,1%	7,6%	-19,4%
Despesas financeiras	(0,43)	-0,2%	(9,68)	-1,8%	(24,64)	-2,8%	2151,2%	154,5%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social.....	**23,44**	**11,6%**	**13,64**	**2,6%**	**19,72**	**2,3%**	**-41,8%**	**44,6%**
Imposto de renda e contribuição social								
Correntes.....	(4,73)	-2,3%	(9,24)	-1,8%	(5,16)	-0,6%	95,3%	-44,2%
Diferidos	(1,47)	-0,7%	1,16	0,2%	(0,65)	-0,1%	-178,9%	-156,0%
Lucro antes da participação de minoritários	**17,24**	**8,6%**	**5,56**	**1,1%**	**13,91**	**1,6%**	**-67,7%**	**150,2%**
Participação de minoritários.....	–	0,0%	–	0,0%	0,05	0,0%	N/A	N/A
Lucro líquido do exercício.....	**17,24**	**8,6%**	**5,56**	**1,1%**	**13,96**	**1,6%**	**-67,7%**	**151,1%**

As tabelas abaixo apresentam os nossos saldos nas datas indicadas:

Contas Patrimoniais

Em 30 de junho de 2008 e 2009

	Em 30 de junho de				Variação
	2008	%	2009	%	2008/2009
ATIVO	(combinado)		(consolidado)		
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)				
Circulante					
Caixa e bancos	7,99	1,3%	8,03	1,3%	0,5%
Aplicações financeiras	7,84	1,3%	58,51	9,3%	646,3%
Contas a receber de clientes	99,26	16,5%	102,64	16,3%	3,4%
Contas a receber – partes relacionadas	6,42	1,1%	4,00	0,6%	-37,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4,86	0,8%	6,48	1,0%	33,3%
Impostos a recuperar	9,49	1,6%	16,38	2,6%	72,6%
Despesas antecipadas	25,37	4,2%	20,72	3,3%	-18,3%
Outros créditos	9,27	1,5%	7,44	1,2%	-19,7%
Total do ativo circulante	**170,5**	**28,4%**	**224,20**	**35,6%**	**31,5%**
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Despesas antecipadas	31,60	5,3%	24,70	3,9%	-21,8%
Impostos a recuperar	–	0,0%	0,32	0,1%	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9,45	1,6%	1,63	0,3%	-82,8%
Total do realizável a longo prazo	**41,05**	**6,8%**	**26,65**	**4,2%**	**-35,1%**
Permanente:					
Imobilizado	248,55	41,4%	246,71	39,1%	-0,7%
Intangível	140,39	23,4%	132,87	21,1%	-5,4%
Total do permanente	**388,94**	**64,8%**	**379,58**	**60,2%**	**-2,4%**
Total do ativo não circulante	**429,99**	**71,6%**	**406,23**	**64,4%**	**-5,5%**
Total do ativo	**600,49**	**100,0%**	**630,43**	**100,0%**	**5,0%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	56,95	9,5%	36,59	5,8%	-35,8%
Empréstimos e financiamentos	44,51	7,4%	189,81	30,1%	326,4%
Impostos a recolher	11,07	1,8%	10,33	1,6%	-6,7%
Impostos parcelados	0,35	0,1%	0,35	0,1%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2,78	0,5%	0,98	0,2%	-64,8%
Salários e encargos sociais	17,45	2,9%	18,20	2,9%	4,3%
Provisão para férias e encargos	45,37	7,6%	48,49	7,7%	6,9%
Provisão pra contingências	–	0,0%	1,95	0,3%	N/A
Demais contas a pagar	5,25	0,9%	5,33	0,9%	1,5%
Total do passivo circulante	**183,73**	**30,6%**	**312,03**	**49,5%**	**69,8%**
Não circulante					
Exigível a longo prazo:					
Fornecedores	1,50	0,3%	0,75	0,1%	-50,0%
Empréstimos e financiamentos	137,72	22,9%	17,00	2,7%	-87,7%
Provisão para contingências	25,06	4,2%	16,02	2,5%	-36,1%
Impostos parcelados	2,27	0,4%	2,04	0,3%	-10,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,47	0,2%	1,34	0,2%	-8,8%
Demais contas a pagar	0,31	0,1%	–	0,0%	-100,0%
Total do passivo não circulante	**168,33**	**28,0%**	**37,15**	**5,9%**	**-77,9%**
Participação de minoritários	0,21	0,0%	–	0,0%	-100,0%
Patrimônio líquido	**248,22**	**41,3%**	**281,25**	**44,6%**	**13,3%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**600,49**	**100,0%**	**630,43**	**100,0%**	**5,0%**

Em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

ATIVO	Em 31 de dezembro de						Variação 2006 / 2007	Variação 2007 / 2008
	2006	%	2007	%	2008	%		
	(combinado)							
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)							
Circulante								
Caixa e bancos	6,37	8,1%	17,22	2,8%	7,77	1,3%	170,3%	-54,9%
Aplicações financeiras	2,09	2,7%	5,26	0,9%	25,32	4,1%	151,7%	381,4%
Contas a receber de clientes	27,51	34,8%	92,55	15,2%	106,12	17,1%	236,4%	14,7%
Contas a receber – partes relacionadas	–	0,0%	5,93	1,0%	4,17	0,1%	N/A	-29,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,98	1,2%	7,19	1,2%	7,68	1,2%	633,7%	6,8%
Impostos a recuperar	1,91	2,4%	8,22	1,4%	15,89	2,6%	330,4%	93,3%
Despesas antecipadas	–	0,0%	19,53	3,2%	13,96	2,3%	N/A	-28,5%
Outros créditos	1,96	2,5%	7,63	1,3%	11,91	1,9%	289,3%	56,1%
Total do ativo circulante	**40,82**	**51,7%**	**163,53**	**26,9%**	**192,82**	**31,1%**	**300,6%**	**17,9%**
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3,26	4,1%	2,28	0,4%	1,83	0,3%	-30,1%	-19,7%
Impostos a recuperar	–	0,0%	–	0,0%	3,28	0,5%	N/A	N/A
Despesas antecipadas	–	0,0%	35,60	5,9%	28,40	4,6%	N/A	-20,2%
Imobilizado	34,04	43,1%	266,78	43,9%	260,59	42,0%	683,7%	-2,3%
Intangível:								
Ágio na aquisição de investimentos	–	0,0%	92,43	15,2%	84,08	13,6%	N/A	-9,0%
Outros intangíveis	0,89	1,1%	47,84	7,9%	48,84	7,9%	5.275,3%	2,1%
Total do ativo não circulante	**38,19**	**48,3%**	**444,93**	**73,1%**	**427,02**	**68,9%**	**1.065,0%**	**-4,0%**
Total do ativo	**79,01**	**100,0%**	**608,46**	**100,0%**	**619,84**	**100,0%**	**670,1%**	**1,9%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Circulante								
Fornecedores	5,54	7,0%	65,85	10,8%	44,21	7,1%	1088,6%	-32,9%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	–	0,0%	160,73	26,4%	67,49	10,9%	N/A	-58,0%
Partes relacionadas	–	0,0%	0,39	0,1%	–	0,0%	N/A	-100,0%
Impostos a recolher	3,33	4,2%	11,74	1,9%	10,64	1,7%	252,6%	-9,4%
Impostos parcelados	0,30	0,4%	0,35	0,1%	0,35	0,1%	16,7%	0,0%
Salários e encargos sociais	7,55	9,6%	21,80	3,6%	19,79	3,2%	188,7%	-9,2%
Provisão para férias e encargos sociais	7,88	10,0%	30,31	5,0%	33,87	5,5%	284,6%	11,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	0,0%	1,17	0,2%	1,16	0,2%	N/A	-0,9%
Dividendos propostos	13,16	16,7%	–	0,0%	3,27	0,5%	-100,0%	N/A
Provisão para contingências	1,50	1,9%	1,80	0,3%	1,45	0,2%	20,0%	- 19,4%
Outras contas a pagar	1,17	1,5%	10,54	1,7%	3,92	0,6%	800,9%	-62,8%
Total do passivo circulante	**40,43**	**51,2%**	**304,68**	**50,1%**	**186,15**	**30,0%**	**653,6%**	**-38,9%**
Não circulante								
Fornecedores	–	0,0%	2,24	0,4%	1,50	0,2%	N/A	-33,0%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	–	0,0%	27,22	4,5%	147,68	23,8%	N/A	442,5%
Provisão para contingências	2,93	3,7%	19,32	3,2%	20,23	3,3%	559,4%	4,7%
Impostos parcelados	2,63	3,3%	2,43	0,4%	2,10	0,3%	-7,6%	-13,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	0,0%	3,47	0,6%	2,75	0,4%	N/A	-20,8%
Outras contas a pagar	–	0,0%	0,02	0,0%	–	0,0%	N/A	-100,0%
Total do passivo não circulante	**5,56**	**7,0%**	**54,70**	**9,0%**	**174,26**	**28,1%**	**883,8%**	**218,6%**
Participação de minoritários	–	0,0%	0,33	0,1%	–	0,0%	N/A	- 100,0%
Patrimônio líquido	**33,02**	**41,8%**	**248,75**	**40,9%**	**259,43**	**41,9%**	**653,3%**	**4,3%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**79,01**	**100,0%**	**608,46**	**100,0%**	**619,84**	**100,0%**	**670,1%**	**1,9%**

Outras Informações Financeiras

O EBITDA é igual ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de uma maneira diferente da nossa. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, o EBITDA é um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA seja uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permita uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

O EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA ajustado para excluir as despesas relacionadas com nossa oferta pública de ações. O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, medida de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou medidas de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós. Em razão de não serem consideradas para seus cálculos as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA Ajustado funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funcione como ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

	Períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de				Variação
	2008	%	2009	%	2008/2009
	(combinado)		(consolidado)		
Reconciliação do EBITDA					
Lucro líquido do período	**8,81**	–	**21,73**	–	–
Imposto de renda e contribuição social	3,28	–	5,04	–	–
Resultado financeiro líquido	8,84	–	8,87	–	–
Depreciação e amortização	52,80	–	42,70	–	–
EBITDA	**73,73**	**17,6%**	**78,34**	**17,3%**	**6,3%**

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de						Variação	Variação
	2006	%	2007	%	2008	%	2006/2007	2007/2008
			(combinado)					
Reconciliação do EBITDA								
Lucro líquido do exercício	**17,24**	–	**5,56**	–	**13,96**	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social	6,20	–	8,08	–	5,81	–	–	–
Resultado financeiro líquido	(1,01)	–	8,13	–	23,39	–	–	–
Depreciação e amortização	8,68	–	53,47	–	108,75	–	–	–
EBITDA	**31,11**	**15,4%**	**75,24**	**14,3%**	**151,91**	**17,5%**	**141,9%**	**101,9%**
Despesas com a Oferta	–	–	6,33	–	3,65	–	–	–
EBITDA Ajustado	**31,11**	**15,4%**	**81,57**	**15,5%**	**155,56**	**18,0%**	**162,2%**	**90,7%**

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Composição Atual do Capital Social

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações ordinárias e por nossos Conselheiros, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares:

	Quantidades de Ações e Porcentagens			
	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações**	**(%)**	**Ações**	**(%)**
Tivit Tecnologia	47.805.378	53,72	31.232.558[3]	35,10
Lit Tele	16.001.088	17,98	5.322.273	5,98
Pátria FIP	11.033.638	12,40	6.284.376	7,06
Luiz Roberto Novaes Mattar[1]	8.899.380	10,00	5.068.777	5,70
Eraldo Dante de Paola[1]	4.102.620	4,61	2.336.710	2,63
Paulo Henrique de Oliveira Santos[1]	160.189[3]	0,18	1[3]	0,00
Fernando de Castro Reinach[1]	160.189[3]	0,18	1[3]	0,00
Naldilei Zumpano[1]	53.401[3]	0,06	1[3]	0,00
Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh[1]	1	0,00	1	0,00
Elton Flávio Silva de Oliveira[1]	1	0,00	1	0,00
Marco Nicola D'Ippolito[1]	1	0,00	1	0,00
Ricardo Gonçalves da Costa[1]	1	0,00	1	0,00
Maurizio Mauro[1]	1	0,00	1	0,00
Mercado	0	0	38.745.426[4]	43,54
Outros[2]	774.240	0,87	–	–
Total	**88.990.128**	**100,00**	**88.990.128**	**100,00**

(1) Membro do nosso Conselho de Administração.

(2) Inclui os Srs. Flavio Benjamin Giovine Araújo (0,43%) e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier (0,43%).

(3) Todas as ações detidas pelos Srs. Paulo Henrique de Oliveira Santos, Fernando de Castro Reinach e Naldilei Zumpano, exceto uma, são objeto do plano de opção de compra de ações da Tivit Tecnologia. Nos termos de referido plano, a Tivit Tecnologia possui opção de recompra sobre essas ações pelo Preço por Ação, a qual foi exercida na data deste Prospecto. A tabela acima reflete, na coluna "Após a Oferta", o exercício da opção de recompra.

(4) Inclui 440.980 Ações, representativas de 0,50% do capital social da Companhia, detidas pelos Srs. Flavio Benjamin Giovine Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier, que são Acionistas Minoritários e Acionistas Vendedores na presente Oferta. Após a abertura de capital e realização da Oferta, as Ações detidas pelos Acionistas Minoritários são consideradas "Ações em Circulação", conforme definido no Regulamento do Novo Mercado, embora estejam sujeitas a restrições de transferência, nos termos do Acordo de Acionistas com Minoritários. Para maiores informações, veja Seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores" – Acordo de Acionistas, na página 156 deste Prospecto.

O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações ordinárias e por nossos Conselheiros, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações e considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares:

	Quantidades de Ações e Porcentagens			
	Antes da Oferta		Após a Oferta	
Acionista	**Ações**	**(%)**	**Ações**	**(%)**
Tivit Tecnologia	47.805.378	53,72	27.088.747[3]	30,44
Lit Tele	16.001.088	17,98	5.322.273	5,98
Pátria FIP	11.033.638	12,40	5.571.987	6,26
Luiz Roberto Novaes Mattar[1]	8.899.380	10,00	4.494.187	5,05
Eraldo Dante de Paola[1]	4.102.620	4,61	2.071.822	2,33
Paulo Henrique de Oliveira Santos[1]	160.189[3]	0,18	1[3]	0,00
Fernando de Castro Reinach[1]	160.189[3]	0,18	1[3]	0,00
Naldilei Zumpano[1]	53.401[3]	0,06	1[3]	0,00
Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh[1]	1	0,00	1	0,00
Elton Flávio Silva de Oliveira[1]	1	0,00	1	0,00
Marco Nicola D'Ippolito[1]	1	0,00	1	0,00
Ricardo Gonçalves da Costa[1]	1	0,00	1	0,00
Maurizio Mauro[1]	1	0,00	1	0,00
Mercado	0	0	44.441.104[4]	49,94
Outros[2]	774.240	0,87	–	–
Total	**88.990.128**	**100,00**	**88.990.128**	**100,00**

(1) Membro do nosso Conselho de Administração.

(2) Inclui os Srs. Flavio Benjamin Giovine Araújo (0,43%) e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier (0,43%).

(3) Todas as ações detidas pelos Srs. Paulo Henrique de Oliveira Santos, Fernando de Castro Reinach e Naldilei Zumpano, exceto uma, são objeto do plano de opção de compra de ações da Tivit Tecnologia. Nos termos de referido plano, a Tivit Tecnologia possui opção de recompra sobre essas ações pelo Preço por Ação, a qual foi exercida na data deste Prospecto. A tabela acima reflete, na coluna "Após a Oferta", o exercício da opção de recompra.

(4) Inclui 390.992 Ações, representativas de 0,44% do capital social da Companhia, detidas pelos Srs. Flavio Benjamin Giovine Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier, que são Acionistas Minoritários e Acionistas Vendedores na presente Oferta. Após a abertura de capital e realização da Oferta, as Ações detidas pelos Acionistas Minoritários são consideradas "Ações em Circulação", conforme definido no Regulamento do Novo Mercado, embora estejam sujeitas a restrições de transferência, nos termos do Acordo de Acionistas com Minoritários. Para maiores informações, veja Seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores" – Acordo de Acionistas, na página 156 deste Prospecto.

Descrição da Oferta

A Oferta compreenderá a distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, em conformidade com a Instrução CVM 400, a Investidores Institucionais e Investidores Não-Institucionais, pelos Coordenadores da Oferta, em conjunto com os Coordenadores Contratados e as Corretoras, com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional, (i) nos Estados Unidos a Investidores Estrangeiros, em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act*, e (ii) para Investidores estrangeiros nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no Regulamento S do *Securities Act*, em ambos os casos, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável e em operações isentas de registro nos Estados Unidos em conformidade com o *Securities Act*.

As Ações serão distribuídas no Brasil pelas Instituições Participantes da Oferta, em regime de garantia firme de liquidação.

Opção de Ações Suplementares. A Tivit Tecnologia, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier concederam ao Coordenador Líder uma opção para distribuição de lote suplementar de Ações equivalentes a até 15,0% do total de Ações inicialmente ofertadas no âmbito da Oferta, a ser exercida pelo Coordenador Líder após notificação aos demais Coordenadores da Oferta, desde que a decisão de sobrealocação tenha sido tomada em comum acordo pelos Coordenadores da Oferta no momento de precificação da Oferta, em até 30 dias contados da data de Início de Negociação, inclusive, para atender a um eventual excesso de demanda que vier a ser constatado no decorrer da Oferta, nas mesmas condições e preço das Ações inicialmente ofertadas.

Preço por Ação

O Preço por Ação foi fixado após (i) a efetivação dos Pedidos de Reserva no Período de Reserva; e (ii) a apuração do resultado do Procedimento de *Bookbuilding*, em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400. Os Investidores Não-Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Ação.

A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço por Ação: (a) é devidamente justificada, na medida em que o preço de mercado das Ações a serem adquiridas foi auferido com a realização do Procedimento de *Bookbuilding*, o qual reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas ordens firmes de aquisição das Ações no contexto da Oferta; e, em decorrência, (b) não promoverá a diluição injustificada dos nossos atuais acionistas.

Foi verificado excesso de demanda superior em um terço às Ações (excluída a Opção de Ações Suplementares), e portanto não foi permitida a colocação de Ações para Pessoas Vinculadas que sejam consideradas Investidores Institucionais. A aquisição de Ações realizadas para proteção (*hedge*) de operações com derivativos não são consideradas investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta.

Montante da Oferta

O montante da Oferta é de R$574.566.690,00, sem considerar a Opção de Ações Suplementares.

Reserva de Capital

Não receberemos quaisquer recursos provenientes da venda das Ações. Por se tratar de uma oferta secundária, todos os recursos obtidos com a venda das Ações serão recebidos pelos Acionistas Vendedores.

Quantidade, Valor e Recursos Líquidos

O quadro seguinte indica a quantidade de Ações, o Preço por Ação, o valor total dos recursos oriundos da Oferta, das comissões e dos recursos líquidos recebidos pelos Acionistas Vendedores:

	Quantidade	Preço por Ação (R$/Ação)	Comissões[1] (R$)	Recursos líquidos[1] (R$)
Sem exercício da Opção de Ações Suplementares	38.304.446	15,00	17.237.000,70	557.329.689,30
Com exercício da Opção de Ações Suplementares	44.050.112	15,00	19.822.550,40	640.929.129,60

(1) Sem dedução de despesas da Oferta.

Custos de Distribuição

As taxas de registro na CVM relativas à Oferta, as despesas com auditores, com advogados e outras despesas descritas abaixo serão arcadas pela Companhia e as comissões serão arcadas pelos Acionistas Vendedores. Segue, abaixo, descrição dos custos da Oferta:

Comissões e Despesas	Valor (R$)	Valor por Ação (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta[2]
Comissão de Coordenação	3.447.400,14	0,09	0,60%
Comissão de Garantia Firme	3.447.400,14	0,09	0,60%
Comissão de Colocação	10.342.200,42	0,27	1,80%
Total de Comissões	**17.237.000,70**	**0,45**	**3,00%**
Despesas de Registro e Listagem da Oferta	82.870,00	0,00	0,01%
Despesas com Advogados[1]	1.400.000,00	0,04	0,24%
Despesas com Auditores[1]	600.000,00	0,02	0,10%
Despesas com Publicidade da Oferta[1]	1.000.000,00	0,03	0,17%
Total de Despesas[1]	**3.082.870,00**	**0,08**	**0,54%**
Total	**20.319.870,70**	**0,53**	**3,54%**

(1) Os números apresentados são estimados, estando sujeitos a variações.
(2) Sem levar em consideração o exercício da Opção de Ações Suplementares.

Aprovações Societárias

A alienação das Ações de titularidade da Tivit Tecnologia, um dos Acionistas Vendedores, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 5 de agosto de 2009, cuja ata segue anexa a este Prospecto. Nos termos dos documentos societários dos demais Acionistas Vendedores que são pessoas jurídicas, não são necessárias autorizações societárias para alienação de nossas Ações no âmbito da Oferta.

Público-Alvo da Oferta

As Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Ações objeto da Oferta por meio de duas ofertas distintas, quais sejam, a Oferta de Varejo, direcionada a Investidores Não-Institucionais, os quais foram classificados como "Com Prioridade de Alocação" e "Sem Prioridade de Alocação", conforme definidos abaixo, e a Oferta Institucional.

A Oferta de Varejo será realizada junto a investidores residentes no Brasil, com pedidos de investimento de no mínimo R$3.000,00 e no máximo R$300.000,00 e que preencheram o Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo.

A Oferta Institucional será realizada a investidores que não sejam Investidores Não-Institucionais.

Cronograma da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Nº	Eventos	Data de Realização/Data Prevista[(1)]
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logotipos das Corretoras)	09/09/2009
	Disponibilização do Prospecto Preliminar	09/09/2009
	Início do *Roadshow*	09/09/2009
	Início do Procedimento de *Bookbuilding*	09/09/2009
2.	Republicação do Aviso ao Mercado (com os logotipos das Corretoras)	16/09/2009
	Início do Período de Reserva	16/09/2009
3.	Encerramento do Período de Reserva	23/09/2009
4.	Encerramento do *Roadshow*	24/09/2009
	Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding*	24/09/2009
	Assinaturas do Contrato de Distribuição e do Contrato de Colocação Internacional	24/09/2009
	Registro da Oferta	24/09/2009
5.	Publicação do Anúncio de Início	25/09/2009
	Disponibilização do Prospecto Definitivo	25/09/2009
	Início do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	25/09/2009
6.	Início de Negociação das Ações	28/09/2009
7.	Data de Liquidação da Oferta	30/09/2009
8.	Encerramento do prazo de exercício da Opção de Ações Suplementares	26/10/2009
9.	Publicação do Anúncio de Encerramento	26/10/2009

(1) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas, e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos.

Procedimentos da Oferta

Oferta de Varejo

Critério para determinação de prioridade de alocação para Investidor Não-Institucional

Caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais tenha sido superior à quantidade de Ações destinadas à Oferta de Varejo, o procedimento de rateio observará os critérios descritos abaixo.

O critério de rateio será aplicado de forma diferenciada, nos termos indicados abaixo, para os Investidores Não-Institucionais avaliados como "Com Prioridade de Alocação" ou "Sem Prioridade de Alocação", de modo a permitir que os Investidores Não-Institucionais que tenham um histórico de manutenção de valores mobiliários recebam um tratamento prioritário no rateio da Oferta. Todos os Investidores Não-Institucionais puderam solicitar sua classificação no respectivo Pedido de Reserva. Os Investidores Não-Institucionais que não solicitaram tal classificação foram automaticamente considerados como "Sem Prioridade de Alocação".

Os Investidores Não-Institucionais que solicitaram sua classificação foram classificados em função da manutenção dos valores mobiliários por eles adquiridos nas quatro últimas ofertas públicas de ações ou certificados de depósito de ações liquidadas pela BM&FBOVESPA e cuja liquidação do primeiro dia de negociação das ações de tais ofertas na BM&FBOVESPA tenha ocorrido antes da data de início do Período de Reserva da presente Oferta ("Ofertas Consideradas").

Ademais, foi verificado, para cada investidor que solicitou a classificação acima mencionada, se o saldo dos valores mobiliários das Ofertas Consideradas do respectivo Investidor Não-Institucional, após a liquidação das negociações do primeiro dia de negociação das ações de cada uma das Ofertas Consideradas, foi igual ou superior a 80,0% do volume de valores mobiliários que referido investidor adquiriu na respectiva Oferta Considerada.

No contexto da Oferta, foi considerado como "Sem Prioridade de Alocação" o Investidor Não-Institucional que (i) não solicitou a sua classificação nos termos aqui descritos; e/ou (ii) solicitou sua classificação e que em duas ou mais das quatro Ofertas Consideradas, teve saldo de valores mobiliários, após a liquidação do primeiro dia de negociação, inferior a 80,0% do total adquirido na alocação da respectiva Oferta Considerada.

Todos os demais Investidores Não-Institucionais, inclusive aqueles que não tenham participado em nenhuma das Ofertas Consideradas, que solicitaram a sua classificação foram considerados como "Com Prioridade de Alocação".

A relação das Ofertas Consideradas para a determinação do perfil de manutenção de valores mobiliários dos Investidores Não-Institucionais, que assim solicitaram em campo específico no Pedido de Reserva, foi disponibilizada no site da BM&FBOVESPA (http://www.bovespa.com.br/) no dia de início do Período de Reserva.

Procedimento da Oferta de Varejo

O montante de, no mínimo, 10,0% e, no máximo, 20,0% das Ações, sem considerar o exercício da Opção de Ações Suplementares, será destinado prioritariamente à colocação pública junto aos Investidores Não-Institucionais, que realizaram reservas de Ações, em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (h), (i) e (j) abaixo:

(a) cada um dos Investidores Não-Institucionais interessados, inclusive Pessoas Vinculadas, pôde efetuar reservas de Ações junto a uma única Corretora, nos seus respectivos endereços, conforme indicado no Aviso ao Mercado, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, celebrado em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (h), (i) e (j) abaixo, no período entre 16 de setembro de 2009 e 23 de setembro de 2009, observado o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 e o valor máximo de investimento de R$300.000,00 por Investidor Não-Institucional. Foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares), e portanto não foi permitida a colocação de Ações aos Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo que os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas foram automaticamente cancelados;

(b) cada Investidor Não-Institucional pôde estipular, no respectivo Pedido de Reserva, o preço máximo por Ação como condição de eficácia do seu Pedido de Reserva, nos termos do parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional tenha optado por estipular um preço máximo por Ação no Pedido de Reserva e o Preço por Ação tenha sido fixado em valor superior ao preço máximo por Ação estipulado pelo investidor, tal Pedido de Reserva foi cancelado;

(c) a quantidade de Ações adquiridas e o respectivo valor do investimento dos Investidores Não-Institucionais serão informados a cada Investidor Não-Institucional até às 12:00 horas do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do Anúncio de Início pela Corretora que houver recebido o respectivo Pedido de Reserva, por meio de mensagem enviada ao endereço eletrônico fornecido no Pedido de Reserva ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva e ressalvada a possibilidade de rateio prevista no item (g) abaixo;

(d) cada Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (c) acima, junto à Corretora com que tenha realizado o respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até às 11:00 horas da Data de Liquidação. Não havendo pagamento pontual, o Pedido de Reserva será automaticamente cancelado pela Corretora junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado;

(e) na Data de Liquidação, após a verificação de que os Acionistas Vendedores efetuaram o depósito das Ações objeto da Oferta junto ao serviço de custódia da BM&FBOVESPA e confirmado o crédito correspondente ao produto da colocação das Ações na conta de liquidação da BM&FBOVESPA, a BM&FBOVESPA, em nome de cada uma das Corretoras junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, entregará a cada Investidor Não-Institucional que com ela tenha feito a reserva, o número de Ações correspondente à relação entre o valor do investimento pretendido constante do Pedido de Reserva e o Preço por Ação, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (h), (i) e (j) abaixo e a possibilidade de rateio prevista no item (g). Caso tal relação resulte em fração de Ação, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Ações;

(f) tendo a totalidade dos Pedidos de Reserva de Ações realizados por Investidores Não-Institucionais sido igual ou inferior ao montante das Ações destinadas à Oferta de Varejo, sem considerar a Opção de Ações Suplementares, não haverá rateio, sendo todos os Investidores Não-Institucionais integralmente atendidos em todas as suas reservas e eventuais sobras no lote ofertado aos Investidores Não-Institucionais destinadas a Investidores Institucionais;

(g) caso a totalidade dos Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não-Institucionais tenha sido superior ao montante das Ações destinadas à Oferta de Varejo, sem considerar a Opção de Ações Suplementares, foi realizado rateio das Ações da seguinte forma (1) entre os Investidores Não-Institucionais "Com Prioridade de Alocação", conforme estabelecidos acima, até o limite de R$20.000,00, inclusive, a divisão igualitária e sucessiva das Ações destinadas à Oferta de Varejo, limitada ao valor individual de cada Pedido de Reserva e ao valor total de Ações destinadas à Oferta de Varejo; (2) após o atendimento do critério (1) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes foram rateadas entre os Investidores Não-Institucionais que foram considerados "Sem Prioridade de Alocação", conforme estabelecidos acima, sendo que até o limite de R$5.000,00 inclusive, o critério de rateio foi a divisão igualitária e sucessiva de tais Ações, limitada ao valor individual de cada um dos Pedidos de Reserva e à quantidade total de tais Ações; e (3) uma vez atendidos os critérios descritos nos itens (1) e (2) acima, as Ações destinadas à Oferta de Varejo remanescentes foram rateadas proporcionalmente aos valores dos Pedidos de Reserva, desconsiderando-se, entretanto, em ambos os casos, as frações de Ações. A critério dos Coordenadores da Oferta, de comum acordo conosco, a quantidade de Ações destinada prioritariamente a Investidores Não-Institucionais pode ter sido aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não-Institucionais possam ser total ou parcialmente atendidos, sendo que, no caso de atendimento parcial, será observado o mesmo critério de rateio previsto neste item "g";

(h) caso (i) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e deste Prospecto que altere substancialmente o risco assumido pelo Investidor Não-Institucional, ou a sua decisão de investimento; (ii) a Oferta seja suspensa, nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (iii) a Oferta seja modificada, nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, o Investidor Não-Institucional poderá desistir do Pedido de Reserva, devendo, para tanto, informar sua decisão à Corretora que tenha recebido o Pedido de Reserva (a) até às 12:00 horas do quinto dia útil subsequente à data de publicação deste Prospecto, no caso da alínea (i) acima; e (b) até às 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (ii) e (iii) acima. Caso o Investidor Não-Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento;

(i) na hipótese de não haver a conclusão da Oferta, ou na hipótese de resilição do Contrato de Distribuição, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada uma das Corretoras comunicará o cancelamento da Oferta, inclusive por meio de publicação de aviso ao mercado, aos Investidores Não-Institucionais de quem tenham recebido Pedido de Reserva;

(j) na hipótese de haver descumprimento, por qualquer um dos Coordenadores Contratados ou das Corretoras, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, tal Coordenador Contratado ou Corretora (i) deixará de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Ações, pelo que serão cancelados todos os Pedidos de Reserva ou Contratos de Compra e Venda Institucional que tenha recebido e deverá informar imediatamente os investidores que com ela tenha realizado Pedido de Reserva ou ordens para coleta de investimento, conforme o caso, (ii) arcará com quaisquer custos relativos à sua exclusão da Oferta, incluindo custos com publicações e honorários advocatícios; e (iii) poderá ser suspensa, por um período de até seis meses contados da data de comunicação de violação, de atuar como Instituição Participante da Oferta em ofertas de distribuição pública coordenadas pelos Coordenadores da Oferta; e

(k) caso o Investidor Não-Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do item (e) acima e venha a desistir do Pedido de Reserva nos termos do item (i) ou tenha seu Pedido de Reserva cancelado nos termos dos itens (j) e (l) acima, os valores depositados serão devolvidos sem juros ou correção monetária no prazo de cinco dias úteis contados, respectivamente, a partir do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva ou do cancelamento da Oferta e/ou do Pedido de Reserva.

Os Investidores Não-Institucionais deverão realizar a aquisição das Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com o procedimento descrito acima.

As Instituições Participantes da Oferta somente atenderão aos Pedidos de Reserva feitos por Investidores Não-Institucionais titulares de conta-corrente bancária ou de conta de investimento nelas aberta ou mantida pelo respectivo investidor.

Oferta Institucional

As Ações que não tenham sido alocadas na Oferta de Varejo, bem como eventuais sobras de Ações destinadas aos Investidores Não-Institucionais que realizaram Pedidos de Reserva, conforme previsto acima, serão destinadas à colocação pública junto a Investidores Institucionais, não sendo admitidas para esses Investidores Institucionais reservas antecipadas e inexistindo valores mínimos ou máximos de investimento.

Foi verificado excesso de demanda superior em um terço às Ações (excluídas a Opção de Ações Suplementares), e portanto não foi permitida a colocação de Ações para Pessoas Vinculadas que sejam consideradas Investidores Institucionais, sendo as intenções de investimento realizadas por tais investidores canceladas. As aquisições de Ações realizadas para proteção (*hedge*) de operações com derivativos não são consideradas investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta.

Caso a quantidade de Ações objeto de ordens recebidas de Investidores Institucionais durante o procedimento de coleta de intenções de investimento junto a Investidores Institucionais, conduzido pelos Coordenadores da Oferta (Procedimento de *Bookbuilding*), tenha excedido o total de Ações remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva, tiveram prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a nosso critério exclusivo e dos Coordenadores da Oferta, melhor atendam o objetivo desta Oferta de criar uma base diversificada de acionistas formada por Investidores Institucionais com diferentes critérios de avaliação sobre as nossas perspectivas, ao longo do tempo, nosso setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, levando-se em conta, ainda, as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, nossas e dos Coordenadores da Oferta, em conformidade com o plano de distribuição desenvolvido por nós em conjunto com os Coordenadores da Oferta.

Os Investidores Institucionais deverão realizar a aquisição de Ações mediante o pagamento à vista, em moeda corrente nacional, no ato da aquisição.

Prazo da Oferta

A data de início da Oferta será divulgada mediante a publicação de Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400.

A liquidação física e financeira da Oferta, observado o disposto no item abaixo, deverá ser realizada dentro do prazo de até três dias úteis, contado da data de publicação do Anúncio de Início.

O prazo para a distribuição das Ações é de até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento em ações representa um investimento de risco, posto que é um investimento em renda variável e, assim, os investidores que pretendam investir nas Ações estão sujeitos a perdas patrimoniais e riscos, inclusive àqueles relacionados às Ações, a nós, ao setor da economia em que atuamos aos nossos acionistas, e o ambiente macroeconômico do Brasil descritos neste Prospecto e que devem ser cuidadosamente considerados antes da tomada de decisão de investimento. O investimento em ações não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações Ordinárias", na página 72 deste Prospecto.

Contrato de Distribuição e Contrato de Colocação Internacional

O Contrato de Distribuição foi celebrado entre nós, os Coordenadores da Oferta e os Acionistas Vendedores, tendo como interveniente anuente a BM&FBOVESPA. Os Acionistas Vendedores contrataram cada um dos Coordenadores da Oferta para, sujeito aos termos e às condições do Contrato de Distribuição, realizar a oferta das Ações, diretamente ou por meio dos Coordenadores Contratados e/ou das Corretoras, em conformidade com as disposições da Instrução CVM 400 e observados os esforços de dispersão acionária previstos no Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado da BM&FBOVESPA.

Os Coordenadores da Oferta prestaram garantia firme de liquidação conforme explicado no item "Garantia Firme de Liquidação" abaixo. O objeto da garantia firme de liquidação é o valor total das Ações ofertadas no âmbito da Oferta, que corresponde ao produto da quantidade das Ações ofertadas no âmbito da Oferta pelo Preço por Ação.

Nos termos do Contrato de Colocação Internacional, celebrado entre nós, os Acionistas Vendedores e os Agentes de Colocação Internacional, na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Agentes de Colocação Internacional, realizarão os esforços de colocação das Ações no exterior. O Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a potenciais procedimentos judiciais.

O Contrato de Distribuição e o Contrato de Colocação Internacional estabelecem que a obrigação dos Coordenadores da Oferta e dos Agentes de Colocação Internacional de efetuarem o pagamento pelas Ações está sujeita a determinadas condições, como a entrega de opiniões legais por nossos e seus assessores jurídicos, bem como a assinatura de termos de restrição à negociação de Ações por nós, pelos Acionistas Controladores e por nossos Administradores.

De acordo com o Contrato de Distribuição e com o Contrato de Colocação Internacional, nós e os Acionistas Vendedores assumimos a obrigação de indenizar os Coordenadores da Oferta e os Agentes de Colocação Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências.

O Contrato de Colocação Internacional apresenta cláusula de indenização por nós e pelos Acionistas Vendedores em favor dos Agentes de Colocação Internacional para indenizá-los caso eles venham a sofrer perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes nos Prospectos Internacionais. Informamos que o Contrato de Colocação Internacional possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. A nossa eventual condenação em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes nos Prospectos Internacionais, se envolver valores elevados, poderá nos ocasionar um impacto significativo e adverso. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações Ordinárias", na página 72 deste Prospecto.

Cópia do Contrato de Distribuição está disponível para consulta ou cópia nos endereços dos Coordenadores da Oferta indicados no item "Informações Complementares" que se encontra na página 56 deste Prospecto.

Garantia Firme de Liquidação

Nos termos do Contrato de Distribuição, as Ações objeto da Oferta serão colocadas em regime de garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores da Oferta, de forma individual e não solidária, incluindo a Opção de Ações Suplementares, se for o caso. Caso a totalidade das Ações objeto da Oferta não seja totalmente liquidada até a Data de Liquidação (ou, no caso da Opção de Ações Suplementares, a Data de Liquidação das Ações Suplementares), cada um dos Coordenadores da Oferta realizará a aquisição, de forma individual e não solidária, em tal data, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre o número de Ações objeto da garantia firme prestada por tal Coordenador da Oferta nos termos do Contrato de Colocação e o número de Ações colocadas e efetivamente liquidadas no mercado, pelo Preço por Ação. Tal garantia individual e não solidária é vinculante a partir do momento em que for concluído o Procedimento de *Bookbuilding*, assinado o Contrato de Colocação e publicado o Anúncio de Início, sendo que a responsabilidade dos Coordenadores da Oferta está limitada exclusivamente à respectiva garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador da Oferta no Contrato de Colocação. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Ações ao público pelos Coordenadores da Oferta, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda das Ações será o preço de mercado das Ações, tendo por limite máximo o Preço por Ação, ressalvadas as atividades de estabilização.

De acordo com os termos previstos para o Contrato de Distribuição, os Coordenadores da Oferta distribuirão, inicialmente, em regime de garantia firme de liquidação, de maneira não solidária, as Ações conforme indicado na tabela abaixo:

Coordenador da Oferta	% em relação ao total de Ações objeto da Oferta
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.	51
Banco Morgan Stanley S.A.	34
Banco Bradesco BBI S.A.	15

Restrições à Negociação de Ações (*Lock up*)

Nos termos dos contratos assinados com os Agentes de Colocação Internacional, nós, os Acionistas Controladores e os nossos Administradores que detém ações na data de assinatura do Contrato de Colocação Internacional, sujeitos a determinadas exceções, obrigaram-se pelo prazo de 180 dias contados da data da publicação do Anúncio de Início, inclusive, salvo nas hipóteses de prévio consentimento por escrito dos Agentes de Colocação Internacional e transferências de valores mobiliários a uma corretora, com o consentimento dos Coordenadores da Oferta, no contexto da realização de atividades de formador de mercado, de acordo com a legislação aplicável, inclusive com a Instrução CVM nº 384, de 17 de março de 2003, e com o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, exceto caso as atividades de formador de mercado sejam realizadas por corretoras pertencentes ao grupo econômico dos Coordenadores da Oferta, a não emitir, ofertar, vender, contratar a venda, dar em garantia, emprestar ou outorgar opção de compra de quaisquer de nossas ações, ou outros valores mobiliários conversíveis em ou permutáveis por nossas ações, bem como abster-se de celebrar operação de *swap*, *hedge*, venda a descoberto ou de outra natureza que venha a transferir, no todo ou em parte, quaisquer dos benefícios econômicos advindos da titularidade dos valores mobiliários. A presente restrição à negociação de ações abrange a divulgação pública de qualquer intenção de realizar as operações acima descritas. Quaisquer valores mobiliários recebidos por conta do exercício de opções outorgadas estarão igualmente sujeitos à restrição de transferência de ações. Os valores mobiliários que venham a ser adquiridos pelas pessoas sujeitas às restrições de transferência de ações no mercado aberto não estarão sujeitos às referidas restrições.

Adicionalmente, nos termos do Regulamento do Novo Mercado, nos seis meses subsequentes à data da publicação do Anúncio de Início, o Controlador (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado) e nossos Administradores não poderão vender e/ou ofertar à venda quaisquer das nossas ações e Derivativos (conforme definido no Regulamento do Novo Mercado) de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta. Após esse período inicial de seis meses, o Controlador e os Administradores não poderão, por mais seis meses, vender e/ou ofertar à venda mais do que 40,0% das nossas ações e Derivativos de que eram titulares imediatamente após a efetivação da Oferta.

Quando assinarem o Acordo de Acionistas Pós-IPO, os Acionistas Controladores estarão sujeitos ainda a restrições de alienação de ações até 31 de julho de 2011, com liberações gradativas após um ano e um ano e seis meses a partir da data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO. Para maiores informações, veja a seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores – Acordos de Acionistas", na página 156 deste Prospecto.

Estabilização do Preço das Ações

O Coordenador Líder, por intermédio da Credit Suisse Corretora, poderá realizar operações em bolsa de valores visando à estabilização do preço das Ações de nossa emissão na BM&FBOVESPA, durante um período de 30 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos do Contrato de Estabilização e observadas as disposições legais aplicáveis. O Contrato de Estabilização foi submetido à aprovação prévia da BM&FBOVESPA e da CVM.

O Coordenador Líder e a Credit Suisse Corretora (ou qualquer agente atuando em seu nome) não estarão obrigados a realizar as operações de estabilização previstas no Contrato de Estabilização e, uma vez iniciadas, tais operações poderão ser descontinuadas a qualquer momento.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

Os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão requerer que a CVM autorize a modificação ou cancelamento da Oferta, caso ocorram alterações posteriores, relevantes e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta, existentes na data do pedido de registro de distribuição, que resultem em um aumento relevante nos riscos por eles assumidos. Adicionalmente, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta poderão modificar, a qualquer tempo, a Oferta, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta poderá ser adiado em até 90 dias. Se a Oferta for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta ou qualquer modificação na Oferta será imediatamente divulgada por meio do jornal "Valor Econômico", veículo também usado para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, por meio do Anúncio de Retificação. Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores da Oferta só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e as Corretoras só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados cinco dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficaz a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida à aquisição das Ações, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Suspensão e Cancelamento da Oferta

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) deverá suspender qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o quinto dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Ações, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de três dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações

As Ações garantem aos seus titulares o direito a um voto nas deliberações sociais, direito ao recebimento de dividendo obrigatório de 25,0% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e de acordo com nosso Estatuto Social, bem como o direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações em algumas circunstâncias previstas em nosso Estatuto Social, como alienação de controle, fechamento de capital e descontinuidade de listagem no segmento de prática de governança corporativa Novo Mercado. Para maiores informações, veja as seções "Descrição do Estatuto Social e Outras Informações" e "Dividendos e Política de Dividendos", nas páginas 165 e 170 deste Prospecto.

As nossas ações serão listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o símbolo "TVIT3" e serão negociadas no dia seguinte à data de publicação do Anúncio de Início.

Relacionamento entre Nós, os Acionistas Vendedores e as Instituições Participantes da Oferta

Relacionamento entre nós e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre nós e o Coordenador Líder

Exceto no que se refere à Oferta, não possuímos atualmente qualquer relacionamento com o Coordenador Líder. Poderemos, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Ações com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Relacionamento entre nós e o Morgan Stanley

Além do que se refere à Oferta, o Morgan Stanley não possui atualmente qualquer relacionamento conosco. Poderemos, no futuro, contratar o Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

O Morgan Stanley ou sociedades de seu conglomerado econômico podem celebrar operação com derivativos relacionadas com as Ações, agindo por conta e ordem de seus clientes. Nesse sentido, tais sociedades poderão adquirir Ações na Oferta como forma de proteção (*hedge*) para essas pessoas. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

Relacionamento entre nós e o Bradesco BBI

Além do que se refere à Oferta, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, possui relacionamento conosco por meio das seguintes transações financeiras e/ou comerciais: (i) dois contratos de prestação de serviços de BPO sobre voz, celebrados entre nós e o Banco Bradesco S.A. em 25 de julho de 2007 e 12 de dezembro de 2008, bem como um contrato de troca eletrônica de arquivos, datado de 11 de abril de 2008; (ii) contrato de fiança cujo saldo total era, em 30 de junho de 2009, R$6,45 milhões; (iii) contrato de financiamento na modalidade *leasing*, cujo saldo total era, em 30 de junho de 2009, R$0,24 milhão; e (iv) contrato de prestação de serviços de cobrança bancária e pagamentos a fornecedores, tributos e folhas de pagamento. Poderemos, no futuro, contratar o Bradesco BBI e/ou sociedades do conglomerado econômico do Banco Bradesco S.A. para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das nossas atividades.

Relacionamento entre nós e os Coordenadores Contratados

Relacionamento entre nós e o Votorantim

Além do que se refere à Oferta, possuímos junto ao Votorantim aplicações em Renda Fixa (Compromissada) e aplicações financeiras (*box* com *swap* em CDI), que, em 30 de junho de 2009, totalizavam R$57,46 milhões, todas remuneradas a taxas de mercado.

Relacionamento entre nós e o Santander

Além do que se refere à Oferta, o Santander mantém relações comerciais usuais conosco, a preços e condições de mercado, notadamente por meio das seguintes transações financeiras e/ou comerciais: (i) Contratos para prestação de serviços de BPO sobre voz, datados de 1 de outubro de 2006, 10 de janeiro de 2007, 12 de abril de 2007, 23 de outubro de 2007, 1 de março de 2008, 5 de maio de 2008 e 29 de janeiro de 2009; (ii) Cédula de Crédito Bancário nº 4471/07 e contrato de Swap nº 07G04737 por meio do qual nós (à época da contratação ainda sob a denominação social de TAT) captamos recursos no valor de R$99,5 milhões ao custo de 102% do CDI. Sua mais recente renovação foi feita em 19 de março de 2008 ao custo de 104,5% do CDI com vencimento para 5 de março de 2010. O valor atualizado do empréstimo em 30 de junho de 2009 era de R$131,1 milhões; (iii) O Santander é também nosso provedor de Serviços de "*Cash Management*", abrangendo a prestação de serviços de conta corrente, depósitos a vista, cobrança bancária, pagamentos a fornecedores e de tributos, cartões de crédito e folha de pagamento (funcionários), entre outros. Poderemos, no futuro, contratar o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento e comercial, formador de mercado, crédito, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das suas atividades.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta especificada no item "Custo de Distribuição" acima, o Santander não receberá de nós nenhum outro tipo de remuneração dependente do Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Coordenador Líder

Além do que se refere à Oferta, o Acionista Vendedor Luiz Roberto Novaes Mattar é titular de conta corrente no Coordenador Líder. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta especificada no item "Custo de Distribuição" acima, o Coordenador Líder não receberá dos Acionistas Vendedores nenhum outro tipo de remuneração dependente do Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Morgan Stanley

Além do que se refere à Oferta, o Morgan Stanley e outras sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico não mantêm relações comerciais com os Acionistas Vendedores, mas, no futuro, poderão prestar serviços de banco de investimento, consultoria financeira e outros serviços para os Acionistas Vendedores, pelos quais pretendem ser remunerados.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta especificada no item "Custo de Distribuição" acima, o Morgan Stanley não receberá dos Acionistas Vendedores nenhum outro tipo de remuneração dependente do Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Bradesco BBI

Além do que se refere à Oferta, o Banco Bradesco S.A., controlador do Bradesco BBI, possui relacionamento com alguns Acionistas Vendedores por meio de transações financeiras e/ou comerciais, como conta corrente, disponibilização de limite de crédito pessoal e contra na Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários. O Banco Bradesco S.A. presta serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas e ações para outros fundos de investimento em participações administrados pelo Pátria Investimentos, gestor do Pátria FIP, e para outras companhias controladas por outros fundos administrados pelo Pátria. Fundos de investimento administrados pelo Bradesco BBI e pelo Pátria Investimentos, gestor do Pátria FIP, fazem parte do Acordo de Acionistas da Empresa de Investimentos em Energias Renováveis S.A.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta especificada no item "Custo de Distribuição" acima, o Bradesco BBI não receberá dos Acionistas Vendedores nenhum outro tipo de remuneração dependente do Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e os Coordenadores Contratados

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Votorantim.

Além do que se refere à Oferta, (i) a Tivit Tecnologia possui junto ao Votorantim aplicações em Renda Fixa (Compromissada) que, em 30 de junho de 2009, totalizavam R$2,20 milhões, remuneradas a taxas de mercado; (ii) Luiz Roberto Novaes Mattar possui aplicações financeiras em fundos de investimento administrados pela Votorantim Asset Management DTVM Ltda., subsidiária integral do Votorantim; (iii) a Lit Tele LLC possui aplicações financeiras (*time deposit*) junto ao Votorantim Nassau Branch que, em 30 de junho de 2009, totalizavam US$0,80 milhão, remuneradas a taxa de mercado. O Votorantim e outras sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico não mantêm relações comerciais com os demais Acionistas Vendedores, mas, no futuro, poderão prestar serviços financeiros a tais Acionistas Vendedores, pelos quais pretendem ser remunerados.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta especificada no item "Custo de Distribuição" acima, o Votorantim não receberá dos Acionistas Vendedores nenhum outro tipo de remuneração dependente do Preço por Ação.

Relacionamento entre os Acionistas Vendedores e o Santander

Além do que se refere à Oferta, o Santander possui relacionamento com alguns Acionistas Vendedores por meio de transações financeiras e/ou comerciais, como conta corrente, folha de pagamentos, crédito consignado e cartões de crédito. O Santander presta serviços de custódia, controladoria e escrituração de quotas para outros fundos de investimento em participações administrados pelo Pátria Investimentos, gestor do Pátria FIP. Os Acionistas Vendedores poderão, no futuro, contratar o Santander e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento e comercial, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das nossas atividades.

Além da remuneração referente à colocação das Ações da presente Oferta especificada no item "Custo de Distribuição" acima, o Santander não receberá dos Acionistas Vendedores nenhum outro tipo de remuneração dependente do Preço por Ação.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações

A instituição financeira contratada para prestação de serviços de escrituração das Ações e custódia das nossas Ações é o Banco Itaú S.A.

Informações Complementares

Os Coordenadores da Oferta recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta, a consultarem este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta e dos riscos a ela inerentes.

Para a obtenção de maiores informações sobre a Oferta, bem como cópias do Contrato de Distribuição, do Contrato de Estabilização e dos demais documentos relativos à Oferta, os investidores interessados deverão dirigir-se à CVM, nos seguintes endereços: (i) Rua Sete de Setembro, nº 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, tel.: (21) 3233-8686 ou (ii) Rua Cincinato Braga, nº 340, São Paulo – SP, tel.: (11) 2146-2000, ou contatar as Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados abaixo:

Instituições Participantes da Oferta

Coordenadores da Oferta

Coordenador Líder

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 12º, 13º e 14º andares (parte)
São Paulo, SP – Brasil
At.: Sr. Denis Jungerman
Tel.: (11) 3841-6000
Fax: (11) 3841-6912
http://br.credit-suisse.com/ofertas

Coordenador

Banco Morgan Stanley S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º andar e 7º andar (parte)
São Paulo, SP – Brasil
At.: Srta. Domenica Noronha
Tel.: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6010
http://www.morganstanley.com.br/prospectos

Coordenador

Banco Bradesco BBI S.A.
Avenida Paulista, nº 1450, 8º andar
São Paulo, SP – Brasil
At.: Sr. Bruno Boetger
Tel.: (11) 2178-4800
Fax: (11) 2178-4880
http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas

Coordenador Contratado

Banco Votorantim S.A.
Av. das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 16º andar
São Paulo, SP – Brasil
At.: Sr. Roberto Roma
Tel.: (11) 5171-2612
Fax: (11) 5171-2656
http://www.bancovotorantim.com.br/solucao/s_underwriting.jsp

Banco Santander (Brasil) S.A.
Rua Hungria, nº 1.400, 7º andar
01455-000 São Paulo, SP
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: (11) 3012-7172
Fax: (11) 3012-7393
http://www.superbroker.com.br

Corretoras

Informações das Corretoras participantes da Oferta, conforme indicadas no Aviso ao Mercado. Informações adicionais sobre as Corretoras poderão ser obtidas no *website* da BM&FBOVESPA (http://www.bovespa.com.br/).

IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES INDEPENDENTES

Companhia

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
Diretoria de Relações com Investidores
At.: Edson Hiroshi Matsubayashi
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar
São Paulo – SP
Tel: (11) 3757-2222
Fax: (11) 3757-2902
E-mail: investor.relations@tivit.com.br
Internet: http://www.tivit.com.br/

Acionistas Vendedores

Tivit Tecnologia da Informação S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, conjunto B
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3757-2222
Fax: (11) 3757-2902
At.: Sr. Luiz Roberto Novaes Mattar

Lit Tele LLC
16192 Coastal Highway, Lewes
Cidade de Sussex, Estado de Delaware
Estados Unidos
Tel.: (11) 3077-5050
Fax: (11) 3077-5051
At.: Sr. Paulo Henrique de Oliveira Santos

Pátria Investimentos S.A.
(na qualidade de instituição administradora do Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – FIP)
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2055, 7º andar
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3039-9002
Fax: (11) 3039-9001
At.: Sr. Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh

Luiz Roberto Novaes Mattar
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, conjunto B
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3757-2222
Fax: (11) 3757-2902

Eraldo Dante de Paola
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, conjunto B
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3757-2222
Fax: (11) 3757-2902

Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo
Avenida das Américas, nº 500, bloco 9,
Barra da Tijuca,
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3153-7676
Fax: (21) 3153-7676

Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier
Avenida das Américas, nº 500, bloco 9,
Barra da Tijuca,
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 3153-7676
Fax: (21) 3153-7676

Coordenadores da Oferta

Coordenador Global e Coordenador Líder
Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
At.: Sr. Denis Jungerman
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 12º, 13º e 14º andares (parte)
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3841-6800
Fax: (11) 3841-6912
Internet: http://br.credit-suisse.com/ofertas

Banco Bradesco BBI S.A.
At.: Sr. Bruno Boetger
Avenida Paulista, nº 1450, 8º andar
São Paulo - SP
Tel.: (11) 2178-4800
Fax: (11) 2178-4880
Internet: http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas

Banco Morgan Stanley S.A.
At.: Srta. Domenica Noronha
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 6º e 7º andar (parte)
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3048-6000
Fax: (11) 3048-6010
Internet: http://www.morganstanley.com.br/prospectos

Coordenadores Contratados

Banco Votorantim S.A.
Av. das Nações Unidas, nº. 14.171, Torre A, 16º andar
São Paulo, SP – Brasil
At.: Sr. Roberto Roma
Tel.: (11) 5171-2612
Fax: (11) 5171-2656
Internet: http://www.bancovotorantim.com.br/solucao/s_underwriting.jsp

Banco Santander (Brasil) S.A.
Rua Hungria, nº. 1.400, 7º andar
São Paulo, SP– Brasil
At.: Sr. Bruno Saraiva
Tel.: (11) 3012-7172
Fax: (11) 3012-7393
Internet: http://www.superbroker.com.br

Nossos Consultores Legais Locais e dos Acionistas Vendedores

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
At.: Sr. Carlos Barbosa Mello
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, nº 477, 14º andar
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3147-7600
Fax: (11) 3174-7770

Nossos Consultores Legais Externos e dos Acionistas Vendedores

Shearman & Sterling LLP
At.: Sr. André B. Jánszky
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 17º andar
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3702-2200
Fax: (11) 3702-2224

Consultores Legais Locais dos Coordenadores da Oferta

Pinheiro Neto Advogados
At.: Sra. Daniela Anversa Sampaio Doria
Rua Hungria, nº 1100
São Paulo - SP
Tel.: (11) 3247-8652
Fax: (11) 3247-8600

Consultores Legais Externos dos Coordenadores da Oferta

Simpson Thacher & Bartlett LLP
At.: Sr. S. Todd Crider
425 Lexington Avenue
Nova Iorque - NY
Tel.: (1 212) 455-2664
Fax: (1 212) 455-2502

Nossos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
At.: Sr. Ismar de Moura
Rua Alexandre Dumas, nº 1981
São Paulo - SP
Tel.: (11) 5186-1274
Fax: (11) 5186-1049

Banco Escriturador

Banco Itaú S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100,
São Paulo - SP
Tel.: (11) 5029-1908
Fax.: (11) 5029-1917

As Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto emitidas por nós, pelo Coordenador Líder e pelos Acionistas Vendedores encontram-se anexas a este Prospecto.

O Coordenador Líder esclarecerá quaisquer dúvidas referentes à Oferta, inclusive para fins do disposto no artigo 33, parágrafo 3º, inciso III, da Instrução CVM 400.

NOSSAS INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Identificação	Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
Sede	A nossa sede está localizada na Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, nº 490, na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, Brasil.
Diretoria de Relações com Investidores	A nossa Diretoria de Relações com Investidores localiza-se na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, e o responsável por essa área é o Sr. Edson Hiroshi Matsubayashi. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores é (11) 3757-2222 e o endereço eletrônico é investor.relations@tivit.com.br.
Nossos Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Banco Escriturador	Banco Itaú S.A., localizado na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, telefone (11) 5029-1908.
Listagem das Ações	Em 8 de setembro de 2009, foi celebrado Contrato de Participação no Novo Mercado com a BM&FBOVESPA, o qual entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início, quando as nossas ações estarão registradas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e, no dia útil seguinte, passarão a ser negociadas sob o código TVIT3.
Jornais em que Divulgamos Informações	Divulgamos informações no "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e no jornal "Valor Econômico".
Nosso *Website*	http://www.tivit.com.br/. As informações constantes do nosso *website* não integram o presente Prospecto e não devem ser a ele incorporadas por referência.

FATORES DE RISCO

O investimento nas nossas Ações envolve alto grau de risco. Os investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomar uma decisão de investimento. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos, dentre outros. O preço de mercado das nossas Ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os potenciais investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa, sendo que riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, podem também prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Para fins desta seção, a indicação de que um risco pode ter ou terá "um efeito adverso sobre nós" significa que o risco pode ter um efeito negativo sobre as nossas atividades, situação financeira, liquidez, resultados operacionais ou valor das Ações.

Riscos Relacionados aos Nossos Negócios e ao Setor de Atuação

Se não conseguirmos atrair novos talentos e manter funcionários qualificados para dar apoio às nossas operações, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira serão materialmente afetados.

Nossa atividade depende de um grande número de empregados e nosso sucesso depende, em grande parte, de nossa capacidade de atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado. Ademais, a conjuntura econômica pode influenciar nossa capacidade de retenção de empregados, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos em determinadas cidades onde atuamos, elevando nossa taxa de *turn over*. Adicionalmente, há forte e contínua concorrência no setor em que atuamos quanto à contratação de profissionais nas áreas operacional, técnica e em outras. Poderemos não conseguir atrair, treinar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender nossos clientes, o que poderá afetar materialmente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A saída de membros da nossa Administração, ou a incapacidade de atrair e manter membros adicionais para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nossa capacidade de manter uma posição competitiva e alcançar estratégias de crescimento depende da nossa Administração. Nossos Administradores possuem habilidades técnicas e negociais específicas que dificultam sua reposição por outro profissional. Ademais, poderemos não obter sucesso em atrair e manter membros qualificados para integrá-la. A perda dos serviços de qualquer dos membros da nossa Administração, por qualquer razão, e nossa incapacidade de atrair um substituto qualificado em tempo adequado, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

O Sr. Eraldo Dante de Paola, um de nossos Diretores, é uma das muitas partes na Ação Penal que tramita no Rio de Janeiro, sob a alegação da prática de crimes contra o sistema financeiro e formação de quadrilha, decorrentes da liquidação do Banco Nacional S.A., onde o Sr. Eraldo Dante de Paola trabalhou durante o período de 1988 a 1993. Para maiores informações veja a seção "Administração – Processos Judiciais e Administrativos Envolvendo Nossos Administradores", na página 154, deste Prospecto.

Podemos não ser capazes de administrar nosso crescimento de forma efetiva e manter controles internos efetivos, o que pode ter um efeito negativo relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Esperamos ter um grande crescimento e uma significativa expansão de nossas atividades. Para administrar o crescimento de forma efetiva, devemos implementar e aprimorar os sistemas operacionais, os procedimentos e controles internos de forma oportuna. Se não implementarmos esses sistemas, procedimentos e controles de forma oportuna, podemos não ser capazes de manter nossos clientes ou obter novos negócios, contratar e manter novos funcionários, concluir futuras potenciais aquisições ou operar nossos negócios de forma efetiva.

Aumentos de salários podem reduzir nossa margem de lucro.

Os salários e benefícios de nossos empregados são nossos custos mais significativos. Entretanto, os níveis de salário para empregados vêm aumentando nos últimos anos, em função de novas leis, acordos sindicais e outras razões, tais como o crescimento econômico do País, maior concorrência por empregados e maior demanda por serviços de BPO. Por exemplo, no Estado de São Paulo, por meio da Lei Estadual nº 12.640, de 11 de julho de 2007, alterada pela Lei Estadual nº 12.967, de 29 de abril de 2008 e posteriormente pela Lei Estadual nº 13.485, de 3 de abril de 2009 e no Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Estadual nº 5.357, de 23 de dezembro de 2008 foram fixados pisos salariais regionais, acima do salário mínimo nacional. É possível que não consigamos repassar os aumentos de salário aos preços de nossos serviços, o que pode vir a reduzir nossas margens e, se repassarmos tais aumentos, poderemos deixar de ser competitivos.

Se não formos capazes de negociar de forma adequada com os sindicatos aos quais nossos empregados são filiados, nosso negócio poderá ser adversamente afetado.

Nossos empregados são filiados a diferentes sindicatos de trabalhadores, denominados Sintratel (Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing), Sintetel (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações), SindPD (Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados) e Sinttel (Sindicato de Telecomunicações), e, de acordo com as leis trabalhistas, somos obrigados a negociar anualmente com os sindicatos os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros. Se não formos capazes de satisfatoriamente negociar com os sindicatos de nossos empregados, podemos ser obrigados a aumentar os níveis dos salários em valores superiores aos índices inflacionários ou conceder outros benefícios que podem resultar em um aumento em nossas despesas ou gerar insatisfações de nossos empregados, que podem resultar em greves e paralisações.

Se as leis trabalhistas e previdenciárias tornarem-se mais rigorosas e onerosas, o mercado em que atuamos e, consequentemente, nossos negócios poderão ser adversamente afetados.

O Brasil tem legislações trabalhista e previdenciária rigorosas, que protegem os interesses dos empregados, e onerosas, com diversos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a remuneração paga aos empregados. Como nossa atividade é bastante dependente de mão de obra, em termos quantitativos e qualitativos, se as leis trabalhistas e previdenciárias se tornarem mais rigorosas ou impuserem encargos adicionais, bem como aumentarem as alíquotas dos encargos existentes, o mercado em que atuamos será afetado e, como consequência, nossos negócios serão adversamente afetados.

O mercado em que atuamos e nosso negócio dependem dos serviços de telecomunicações e energia elétrica. O desenvolvimento inadequado da infra-estrutura da rede pública necessária para expansão de nossas atividades poderá causar um impacto adverso ao nosso negócio.

O desenvolvimento inadequado da infra-estrutura da rede pública necessária ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias poderá causar um impacto adverso ao mercado em que atuamos e, consequentemente, ao nosso negócio. Mudanças no serviço ou disponibilidade insuficiente dos serviços de telecomunicação podem causar tempos de resposta mais lentos, afetando a conectividade necessária à prestação dos nossos serviços. Além disso, o aumento do custo dos serviços de telefonia e de transmissão de dados geram elevação de custos para o mercado em que atuamos, o que pode afetar nossos negócios na medida em que não conseguirmos repassar esses custos de forma eficiente aos preços que praticamos. A eventual incapacidade da rede pública de prestar adequadamente os serviços de telecomunicações e energia elétrica pode impactar negativamente na nossa capacidade de prestar nossos serviços com o mesmo nível de qualidade e disponibilidade.

Dependemos de tecnologias de terceiros, às quais podemos deixar de ter acesso ou ter acesso em condições não satisfatórias, podendo acarretar custos adicionais.

Para prestar nossos serviços dependemos, em parte, da tecnologia que licenciamos de terceiros de forma não exclusiva. Como resultado da estratégia de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de serviços, podemos nos tornar mais dependentes da tecnologia fornecida por terceiros. Tais tecnologias podem ser revogadas ou não serem renovadas, e podemos não conseguir as licenças necessárias para o desenvolvimento de serviços no futuro. Além disso, podemos não conseguir renegociar tais licenças em termos aceitáveis para refletir mudanças em nossa estrutura de preços. Mudanças ou perdas dessas licenças podem aumentar nossos custos com licenças, bem como levar à redução de desempenho dos nossos serviços. Adicionalmente, a tecnologia licenciada de terceiros pode conter erros não detectados que prejudiquem a funcionalidade ou afetem o sucesso de sua integração às nossas atividades. Como resultado dessas mudanças ou perdas, poderemos incorrer em custos adicionais para garantir o contínuo desempenho de nossos serviços, bem como sofrer atrasos na prestação desses serviços até que a reposição da tecnologia, se disponível, seja obtida e integrada às nossas atividades. Quaisquer erros, atrasos ou omissões que tivermos em relação a tecnologia de terceiros, podem impactar negativamente nossos negócios, bem como prejudicar o relacionamento comercial com nossos clientes.

O desaquecimento da economia e movimentos de consolidação podem fazer com que a demanda por serviços de TI e BPO caiam no mercado em que atuamos ou nos setores em que concentramos nossa atuação, gerando uma redução da nossa receita.

Alterações na atividade econômica afetam significativamente o resultado de nossas operações. Nossas atividades dependem principalmente do volume e frequência de transações realizadas diariamente, as quais, por sua vez, dependem do aquecimento da economia nacional e, em menor escala, internacional. Reduções na atividade econômica nacional, em razão de variados fatores, tais como reduções no crescimento do PIB, aumentos das taxas de juros, inflação alta, reflexos de crises internacionais etc., reduzem nossas receitas porque elas são impactadas, diretamente ou indiretamente, pela redução no volume de processos de negócio. O desaquecimento na atividade econômica poderá afetar substancialmente o mercado em que atuamos e, como consequência, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A maioria de nossos clientes se concentra nos setores de serviços financeiros, seguros, serviços públicos, indústria, aviação civil e saúde. O sucesso de nosso negócio depende em grande parte da demanda continuada por nossos serviços pelos clientes desses setores, bem como da manutenção de tendências de terceirização de processos de negócios verificadas nesses setores. O desaquecimento de quaisquer desses setores, a desaceleração ou reversão da tendência de terceirização de processos de negócios em quaisquer desses setores resultará em diminuição da demanda por nossos serviços, o que, por sua vez, afetará nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Outros acontecimentos também poderão conduzir à diminuição da demanda por nossos serviços nesses setores, como, por exemplo, a verificação de movimentos de consolidação em quaisquer desses setores ou aquisições em que participem nossos clientes, diminuindo o número de consumidores potenciais de nossos serviços, o que poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Nossos clientes podem reduzir gastos com serviços de TI ou deixar de terceirizar parte ou todas as suas atividades conosco, o que pode afetar negativamente nossos resultados. Muitos dos nossos principais clientes têm ou podem desenvolver capacitação técnica e suporte tecnológico para suprir internamente suas necessidades relativas aos processos que hoje contratam conosco. Adicionalmente, a maioria dos nossos contratos comerciais é celebrada por prazos de um a dez anos no caso de serviços de TI e de um a cinco anos no caso de serviços de BPO, sem previsão de exclusividade e sem obrigatoriedade de renovação. Alguns destes contratos podem conter dispositivos que permitem a sua rescisão unilateral por liberalidade do cliente. Qualquer alteração na demanda dos serviços por um ou mais desses principais clientes, dificuldade de recebimento de pagamento ou mesmo perda de qualquer destes clientes poderá ter um efeito adverso sobre os nossos resultados operacionais. Pode haver situações onde iniciamos a prestação dos serviços durante o processo de formalização contratual, bem como situações onde a demora na conclusão do processo de formalização contratual ou constestação pelo cliente da medição dos serviços prestados podem gerar perdas e/ou atrasos no faturamento, reduzindo nossas receitas. No vencimento desses contratos, os clientes podem reavaliar seu relacionamento conosco, deixando de renová-los e, eventualmente, optar por desenvolver seus próprios serviços. A redução na demanda por nossos serviços por parte de nossos clientes também poderá afetar nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Temos instalações localizadas em municípios com alíquota favorável de Imposto sobre Serviços e a modificação de tais alíquotas pode afetar adversamente os nossos resultados.

Possuímos instalações em municípios nos quais a alíquota do Imposto sobre Serviços é reduzida em relação à alíquota praticada nas grandes capitais. A majoração de tal alíquota ou das bases de cálculo por legislação posterior poderá acarretar aumento do custo operacional e, caso não consigamos repassar estes custos para nossos clientes, nossos resultados financeiros e situação financeira poderão ser afetados negativamente. Se não conseguirmos cumprir as metas de negócios e de investimentos exigidas como contra-partida pelos municípios nos quais temos benefícios fiscais, podemos sofrer aumento de custos com impostos.

Os setores em que atuamos são competitivos e podemos não ser capazes de competir eficientemente, o que pode dificultar a expansão dos nossos negócios.

Os mercados nos quais atuamos são altamente competitivos, fragmentados e sujeitos a rápidas mudanças. Acreditamos que os principais fatores competitivos no nosso setor sejam a amplitude e complexidade dos processos que empregamos, *expertise* tecnológica, qualidade de serviço, capacidade de atrair, treinar e reter pessoal qualificado, controles eficientes, capacidade de atuação global, preço, conhecimento das indústrias atendidas e capacidade de *marketing* e vendas. Competimos com uma grande variedade de companhias, incluindo empresas multinacionais que prestam serviços de consultoria, tecnologia e/ou de terceirização de processos de negócios, prestadores de serviços de BPO localizados em áreas competitivas de termos de preço e empresas de *software* que também prestam serviços de BPO.

Alguns de nossos competidores têm mais recursos financeiros, de *marketing*, tecnológicos e outros, além de uma maior base de clientes do que nós, e podem expandir suas ofertas de serviço e concorrer de forma mais efetiva por clientes e funcionários do que nós. Adicionalmente, alguns de nossos competidores multinacionais que não atuam no Brasil podem expandir sua capacidade de atuação até o Brasil, podendo ocasionar um aumento na concorrência para contratação de funcionários e reduzir nossa vantagem competitiva. Mudanças nos rumos de terceirização e tecnologia podem resultar no surgimento de novos e diferentes competidores em nossos mercados. Poderão também surgir novos competidores de maior expressão oriundos da fusão de competidores menores ou de companhias que prestam diferentes serviços ou serviços a diferentes divisões de negócios.

Esperamos que a concorrência se intensifique no futuro, com a entrada de mais empresas em nossos mercados. Uma maior concorrência pode resultar em preços e volumes mais baixos, maiores custos de recursos, especialmente de pessoal, lucratividade mais baixa, maior pressão sobre os preços, perda de *market share* e pressão inflacionária sobre os salários de nossos funcionários. Podemos não ser capazes de prestar aos clientes os serviços que eles consideram superiores e a preços competitivos e podemos perder negócios para nossos concorrentes. Qualquer incapacidade de concorrer de forma efetiva afetará de forma negativa os nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Os mercados em que atuamos estão sujeitos a rápida evolução tecnológica.

Os padrões tecnológicos estão sujeitos a rápida evolução, de forma que não podemos garantir que os padrões com base nos quais optamos por desenvolver novos serviços nos permitirão competir de forma eficiente para a exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atuamos. A nossa capacidade de nos mantermos em uma posição de liderança no mercado no futuro dependerá da nossa capacidade de desenvolver novas soluções ou de nos adaptarmos a mudanças tecnológicas e de padrões de mercado, bem como de melhorar o desempenho dos nossos serviços e respectiva confiabilidade. A adaptação às mudanças tecnológicas podem envolver investimentos substanciais de nossa parte, podendo afetar nossos resultados operacionais e situação financeira.

Se não formos capazes de continuar adicionando valor agregado aos nossos serviços, nossas margens poderão ser substancialmente afetadas.

O nosso sucesso depende da nossa capacidade de implementar e integrar novos serviços e alinhá-los à demanda dos nossos clientes. Tendo em vista os constantes avanços tecnológicos do mercado de TI e de BPO, as necessidades dos nossos clientes são cada vez mais complexas e estes demandam constantemente novos serviços. Caso deixemos de prever e desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e incrementar nossos serviços em tempo hábil, ou de nos posicionarmos ou precificarmos nossos serviços de modo a atender à demanda do mercado, os nossos clientes poderão deixar de adquirir nossos serviços e, como consequência, poderemos ter nossas margens reduzidas.

Parcela significativa das nossas receitas advém de contratos de prestação de serviços concentrados em poucos clientes.

Uma parcela significativa da nossa receita está concentrada entre os nossos dez maiores clientes em termos de receita bruta anual. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, esses clientes representaram, aproximadamente, 63,3% da nossa receita bruta e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente 61,1%. Não há garantia de que nossos contratos com nossos principais clientes serão renovados ou prorrogados ou que obteremos dos nossos principais clientes uma receita equivalente no futuro. Cerca de 90,8% de nossas receitas decorrem de contratos com prazo de pelo menos 24 meses. Qualquer alteração na demanda dos serviços por um ou mais desses principais clientes, dificuldade de recebimento de pagamento ou mesmo perda de qualquer destes clientes poderá ter um efeito adverso sobre os nossos resultados operacionais.

Estamos sujeitos a erros, atrasos ou falhas de nossas medidas de segurança de TI, que poderão também ser violadas ou comprometidas, além de estarmos sujeitos a indisponibilidades imprevistas de sistema de TI, que podem resultar em indenizações e na perda da confiança de nossos clientes na segurança dos nossos serviços, afetando adversamente nossas receitas.

Somos comumente contratados para a coleta e armazenagem de informações relacionadas às nossas atividades e, portanto, a manutenção ininterrupta da segurança de computadores e de redes de conectividade é crítica para nós e para os nossos clientes. Tentativas por qualquer pessoa, incluindo nossos funcionários, de violar dados ou invadir a segurança de redes para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais, bem como a invasão de nossa rede por vírus de qualquer natureza ou falhas de sistema ou de nossos funcionários que acarretem no uso indevido de informações confidenciais, podem acarretar a interrupção da prestação dos nossos serviços e, consequentemente, afetar as operações dos nossos clientes. Em tais hipóteses, estaremos sujeitos a responsabilidades significativas perante nossos clientes ou os clientes de nossos clientes em virtude da violação das disposições contratuais de confidencialidade ou leis de privacidade. Ademais, podemos ser obrigados a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para nos protegermos da ameaça de quebras de segurança e para minimizar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos nossos sistemas internos de TI. Em nossos esforços para desenvolver novos serviços e incrementar os existentes, procuramos criar características destinadas a otimizar a segurança desses, entretanto, tais esforços não constituem uma imunidade absoluta à violação de dados por terceiros.

A divulgação não autorizada de dados exclusivos ou confidenciais de clientes, quer seja pela violação de nossos sistemas de computador, falha de sistema ou de outra forma, também pode prejudicar nossa reputação e fazer com que percamos os clientes existentes e os clientes em potencial, além de nos sujeitar a penalidades previstas em lei.

Podemos ficar sujeitos a erros e/ou atrasos significativos nos serviços que oferecemos.

Os serviços que oferecemos e a sua implementação podem conter erros ou falhas no projeto, especialmente quando introduzidos pela primeira vez. Esses erros ou falhas nos expõem à responsabilidade por serviço e reclamações de desempenho, bem como prejudicam a nossa reputação, o que pode causar impacto nas vendas futuras.

Podemos não ser capazes de repassar integralmente aos nossos clientes os aumentos de custos em que incorrermos, incluindo os aumentos de preço de nossos fornecedores.

Os nossos custos são afetados pelo preço pago pelos produtos e serviços oferecidos pelos nossos fornecedores, entre outros custos. Por outro lado, as nossas receitas oriundas dos contratos firmados com nossos clientes não são necessariamente ajustados pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os nossos fornecedores. Se os custos aumentarem e não formos capazes de repassar esses acréscimos para os nossos clientes, teremos que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente nossos resultados.

Podemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócio.

Nossa capacidade de implementar nossa estratégia de negócio depende de uma série de fatores, incluindo nossa habilidade de:

- captar novos clientes e reter clientes existentes;
- adquirir novas empresas e/ou ativos tanto no Brasil como no exterior;
- financiar investimentos;
- estabelecer e manter parcerias;
- contratar e reter mão de obra capacitada; e
- aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados.

O não atingimento de quaisquer desses objetivos, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo, pode limitar a nossa capacidade de executar integralmente nossa estratégia de negócio, afetando negativamente nossos resultados.

Enfrentamos um longo ciclo de venda para garantir um novo contrato e períodos de implementação que exigem significativos compromissos de recursos, o que pode afetar a manutenção de receitas.

Normalmente enfrentamos um longo ciclo de venda para garantir um novo contrato, com a significativa utilização de recursos humanos e esforços comerciais. Após a celebração do contrato, caso haja falhas ou perda de eficiência da nossa área comercial e operacional, seja por fatores internos ou externos, a implementação e a manutenção dos serviços contratados pode ser afetada, acarretando perda de rentabilidade.

Também não podemos garantir que seja possível negociar novos contratos com base na mesma estrutura de custos que a atual, de forma que caso não possamos manter, por fatores internos ou externos, a mesma estrutura de custos na negociação de novos contratos e esses venham a ser celebrados, as receitas daí advindas poderão ser com menor margem do que as receitas atuais.

Celebramos contratos de longo prazo e contratos de preço fixo com nossos clientes. Se não definirmos corretamente o preço desses contratos nossa lucratividade pode ser afetada negativamente.

Os preços de nossos serviços são definidos em nossos contratos, muitos dos quais são de prazo longo. Em certos casos, comprometemo-nos com certos preços durante o prazo do contrato, assumindo o risco de aumento dos custos envolvidos. Se não estimarmos precisamente os futuros índices de correção salarial, taxas de câmbio ou nossos outros custos, bem como o tempo necessário para a conclusão dos serviços, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser negativamente afetados.

Podemos estar sujeitos a pedidos de indenização substanciais feitos por nossos clientes, decorrentes de interrupções em seus negócios ou de serviço inadequado.

A maior parte de nossos contratos de prestação de serviço com clientes contém exigências de nível de serviço e desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade de nossos serviços e ao tempo demandado para a conclusão dos mesmos. O fato de não cumprirmos de forma consistente as exigências de serviço de um cliente ou de errarmos no curso da prestação dos serviços, podem interromper os negócios do cliente e resultar em uma redução nas receitas e/ou em um pedido de indenização contra nós. Além disso, podemos incorrer em responsabilidade se um processo que administramos para um cliente resultar em falhas de controle interno ou prejudicar a capacidade de nosso cliente cumprir suas próprias exigências de controle interno.

Podemos não ser capazes de renovar a licença de utilização de nossa propriedade intelectual ou de terceiros ou não sermos capazes de proteger nossa propriedade intelectual ou a de terceiros.

Nossos serviços de TI e BPO dependem do uso intensivo de propriedade intelectual. Nós não detemos a propriedade de grande parte do software que utilizamos no desenvolvimento de nossos produtos, contando com a licença para sua utilização dos detentores desse software. Caso tais licenças não sejam renovadas, por qualquer razão, ou caso sejamos acionados judicialmente por uso indevido desse software ou propriedade intelectual relacionada, isto poderá afetar negativamente as operações da empresa e seu fluxo de caixa. Valemo-nos de uma combinação de proteções oferecidas pela propriedade intelectual, tais como leis sobre direitos autorais, patentes, marcas e de segredos de negócio e indústria, procedimentos de confidencialidade e compromissos contratuais para proteção das suas informações confidenciais e de terceiros. Apesar de nossos esforços, não se pode garantir que essas proteções serão adequadas.

A imposição de leis e regulamentos proibindo ou restringindo as atividades de prestação de serviços de atendimento telefônico no Brasil ou no exterior poderão afetar adversamente nossas operações e receitas.

Em 31 de julho de 2008, foi editado o Decreto Federal nº 6.523/2008, que entrou em vigor em 1º de dezembro de 2008. Tal Decreto estabeleceu diversas restrições e regras operacionais aplicáveis aos serviços de atendimento ao consumidor, ou SACs (assim entendidos os serviços de atendimento telefônico que tenham como finalidade resolver as demandas dos consumidores sobre informação, dúvida, reclamação, suspensão ou cancelamento de contratos e de serviços). Em caso de descumprimento de tais restrições e regras, a parte inadimplente estará sujeita a multa. Ademais, o Governo do Estado de São Paulo promulgou em 7 de outubro de 2008 a Lei nº 13.226/08, que entrou em vigor na data de sua publicação, criando o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações, cadastro esse no qual estão inscritos consumidores que manifestaram seu interesse por não receber ligações telefônicas de prestadores de serviços. A existência de previsões legais que restrinjam nossa atuação no ramo de forma ativa poderá desencorajar nossos clientes na terceirização de tais serviços. Ademais, parte de nossa estratégia de captação de novos clientes consiste na oferta de serviços de atendimento telefônico ativo, estratégia que poderá ser afetada pela existência de novas regulamentações. Se forem promulgadas novas leis que (i) proíbam, dificultem ou restrinjam nossa estratégia de captação de clientes, ou (ii) estabeleçam novos critérios técnicos e operacionais que aumentem o custo de nossos serviços, nossos negócios serão adversamente afetados.

A imposição de leis e regulamentos proibindo ou restrigindo as atividades de terceirização de processos de negócios no Brasil ou no exterior poderão afetar adversamente nossas operações e receitas.

Empresas que terceirizam serviços a prestadores de serviços estrangeiros tornaram-se tópico de discussão política em muitos países, em função dos efeitos da terceirização vis a vis a perda de empregos nos mercados domésticos. Além disso, tem havido uma recente publicidade sobre experiências negativas relacionadas à terceirização no exterior, tais como roubo e apropriação indébita de dados confidenciais de clientes. Nossos clientes estrangeiros podem ser estimulados a terceirizar serviços ou processos para prestadores locais, para evitar as percepções negativas que podem ser associadas ao uso de uma prestadora estrangeira. Qualquer desaceleração ou mudança das atuais tendências do segmento para a terceirização prejudicará nossa capacidade de concorrer de forma efetiva com prestadoras de serviços.

No Brasil, a terceirização de processos de negócios não é uma atividade regulada. A falta de regulamentação resultou em discussões trabalhistas sobre vínculo empregatício entre os empregados das empresas terceirizadas com os contratantes dos serviços. A Súmula nº 331 do TST consolidou o entendimento jurisprudencial para considerar válida a terceirização de atividades quando se trata de serviços especializados, ligados à atividade-meio da empresa tomadora, devendo a prestação dos serviços ocorrer sem a existência de pessoalidade e subordinação. Além disso, ainda que se trate de terceirização regular (de acordo com a Súmula nº 331, do TST), a empresa tomadora de serviços é considerada responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora com relação aos seus empregados. Neste aspecto, se forem promulgadas novas leis que proíbam, restrinjam ou dificultem a terceirização de serviços por nossos clientes, nossos negócios serão adversamente afetados.

Somos resultado de aquisições e reorganizações societárias e parte de nossa estratégia de crescimento está baseada na continuidade destas aquisições não apenas no Brasil, mas também no exterior. As aquisições e reorganizações societárias apresentam muitos riscos que poderão afetar adversamente nossas operações e receitas.

Somos resultado de aquisições e reorganizações societárias e a continuidade da aquisição de ativos e negócios não apenas no Brasil, mas também no exterior, constitui elemento importante da nossa estratégia de crescimento e esperamos continuar a adquirir empresas, serviços e tecnologias. Os riscos provenientes destas aquisições e reorganizações societárias incluem, entre outros, os seguintes: (i) a aquisição poderá não contribuir para nossa estratégia comercial, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor real; (ii) poderemos não ser capazes de integrar de forma satisfatória as empresas e negócios que adquirimos por variadas razões; (iii) poderemos ter dificuldade em assimilar as tecnologias adquiridas à nossa linha de serviços, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; (iv) o relacionamento com os atuais e novos funcionários, clientes e fornecedores poderá ficar prejudicado; (v) o processo de diligência de negócios pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas à qualidade ou estrutura de serviços da empresa adquirida; (vi) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; (vii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos e a atenção da nossa Administração pode ser desviada para questões ligadas à transição ou à integração; e (viii) as aquisições podem vir a gerar ágio contábil e sua amortização terá como efeito a redução do lucro no período e, em consequência, a redução do valor do dividendo obrigatório. Adicionalmente, podemos assumir um passivo contingente das empresas adquiridas e/ou resultante de reorganizações societárias relativo a questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das empresas alvo. No que diz respeito à assunção de passivos e contingências resultante de reorganizações societárias, veja a seção "Nossas Atividades – Pendências Judiciais", na página 141 deste Prospecto.

Fazemos aquisições onde assumimos o compromisso de pagamento futuro atrelado ao cumprimento de indicadores financeiros e garantimos a manutenção de parte da gestão da empresa adquirida por um prazo determinado. A metodologia de cálculo dos indicadores financeiros utilizados no contrato pode ser questionada em função de mudanças nas práticas contábeis, critérios de apropriação de receitas, custos, despesas e investimentos entre linhas de negócios que estão atrelados às métricas do contrato de aquisição. O prazo de garantia de permanência dos gestores da empresa adquirida pode ser inferior ao período de vigência dos pagamentos futuros, e os gestores podem ser desligados. Este fato pode também gerar questionamentos em relação à condução dos negócios e seu impacto nos pagamentos futuros.

A expansão para países nos quais não operamos atualmente pode gerar dificuldades regulamentares, de pessoal, tecnológicas, comerciais e outras dificuldades que aumentem nossas despesas ou adiem nossa capacidade de iniciar nossas operações ou nos tornarmos lucrativos nesses países.

Esses fatores, aliados ao risco de assumirmos um passivo contingente de empresas adquiridas e/ou resultante de reorganizações societárias, podem causar efeito prejudicial sobre os nossos negócios, resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte. Podemos utilizar ações de nossa emissão como forma de pagamento por tais aquisições. Na medida em que emitirmos ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas.

Alguns de nossos contratos de longo prazo com clientes contêm disposições de "benchmarking" que, caso acionadas, poderiam afetar adversamente nossas receitas futuras oriundas desses contratos.

Alguns dos contratos que celebramos com nossos clientes contêm disposições de "*benchmarking*". Disposições de "*benchmarking*" são cláusulas contratuais pelas quais um cliente poderá, sob certas circunstâncias, requerer que um terceiro designado pelas partes produza um estudo de mercado comparando determinados fatores, como nosso preço, desempenho e o ganho de eficiência proporcionado ao cliente, com os mesmos fatores de empresas que prestam serviços comparáveis aos nossos. Com base nos resultados dos estudos de "*benchmarking*" e dependendo das razões que deram ensejo a uma variação desfavorável a nós, poderemos ser obrigados a reduzir os nossos preços nos contratos objeto do "*benchmarking*" pelo seu prazo de vigência restante, o que poderia acarretar um impacto adverso relevante em nossas receitas.

Nossas instalações físicas e nossos sistemas de informação estão sujeitos a infortúnios em decorrência de desastres catastróficos, eclosão de doenças contagiosas ou eventos similares

Nossa sede, nossos centros de processamento de dados, nossos sistemas de informação e nossas centrais de atendimento estão sujeitos a interrupções em seu funcionamento, em decorrência de catástrofes imprevisíveis que se encontram além do nosso controle, tais como desastres naturais, eclosão de doenças contagiosas (como a influenza A, H1N1) e a suspensão no fornecimento de energia elétrica. Se alguma dessas instalações for afetada por algum dos acontecimentos apontados acima ou eventos similares, isso poderá interromper nossas operações, retardar a prestação de serviços e postergar o aferimento de receitas, resultando na interrupção de nossas principais atividades, o que poderá afetar significativamente nossas operações e receitas.

Riscos Relativos ao Brasil

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente nossas atividades e o valor de mercado de nossas Ações.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal, nas políticas monetária, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e colocar em prática outras políticas, envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e limitações sobre as mercadorias e os serviços importados. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Os negócios, condição financeira e resultados das nossas operações, bem como o valor de mercado das Ações, podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal, relacionadas a determinados fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior, tais como as que eram impostas a remessas (incluindo dividendos) em 1989 ao início de 1990;
- variações nas taxas de câmbio;
- inflação;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;
- política fiscal e regime tributário;
- tarifas públicas;
- políticas governamentais de investimento em telecomunicações e energia;
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil; e
- restrição à importação de *software*, equipamentos e outros insumos necessários à nossa operação.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

A inflação e os esforços do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar nossas atividades e o preço de mercado de nossas Ações.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, as taxas de juros oficiais no Brasil em 30 de junho de 2009 foram de 9,3% e no final de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 foram de 17,7%, 18,0%, 13,2%, 11,2% e 13,7%, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM. A taxa de inflação, conforme medida pelo IPCA, para os anos de 2004 a 2008, foi de 7,6%, 5,7%, 3,1%, 4,5% e 5,9%, respectivamente.

Inflação, medidas de combate à inflação e especulação sobre possíveis medidas também podem contribuir de forma relevante para incertezas sobre a economia no Brasil e enfraquecer a confiança do investidor no Brasil, podendo afetar a nossa capacidade de acessar fontes de financiamento, incluindo o acesso a mercado de capitais internacional.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação, afetando adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo. Se o Brasil experimentar novamente inflação elevada, podemos não ser capazes de ajustar os preços que cobramos dos nossos clientes para compensar o custo da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderá aumentar nossos custos e reduzir nossas margens líquidas e operacionais.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como nossos negócios e o preço de mercado de nossas Ações.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o Real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao Dólar. O Real se valorizou 8,1%, 11,8%, 8,7% e 17,2% em relação ao Dólar em 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. No entanto, em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 31,9% frente ao Dólar. Não se pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou valorização em relação ao Dólar novamente, tampouco que a instabilidade cambial não persistirá. Em 31 de dezembro de 2008, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar foi de R$2,337 por US$1,00. Em 30 de junho de 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$1,9516 por US$1,00.

Caso o Real continue a se valorizar em relação ao Dólar, nossos serviços poderão ficar mais caros, especialmente para nossos clientes estrangeiros, podendo nos deixar menos competitivos em termos globais, afetando o resultado de nossas operações. Por outro lado, as desvalorizações do Real em relação ao Dólar afetam diretamente nosso custo porque grande parte de nossos equipamentos são importados e/ou dolarizados, afetando nossa capacidade de repor equipamentos. Adicionalmente, as desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o resultado de nossas operações, e o preço de mercado das Ações, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas Ações, além de poder limitar nosso acesso aos mercados internacionais.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, principalmente dos Estados Unidos e da China, bem como países da América Latina e países de economia emergente. Condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultaram algumas vezes em significativos fluxos de saída de recursos do Brasil ao exterior. Além disso, a crise financeira originada nos Estados Unidos no quarto trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos, que direta ou indiretamente afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos pelos nossos clientes, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises em outros países podem dificultar ou impedir nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis, bem como, direta ou indiretamente, dificultar ou impedir nosso acesso a mercados internacionais, afetando negativamente os nossos resultados operacionais, nosso valor de mercado e nossa condição financeira.

Flutuações da taxa de juros poderão aumentar nossos custos ocasionando efeitos adversos sobre nosso negócio e o preço de nossas Ações.

O Banco Central estabelece periodicamente a taxa SELIC, a taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro, que serve como um importante instrumento para o cumprimento de metas inflacionárias. A taxa básica de juros tem oscilado frequentemente nos últimos anos. O Banco Central tem frequentemente ajustado a taxa básica de juros em razão de incertezas econômicas e para atingir os objetivos determinados pela política econômica do Governo Federal. Por exemplo, em resposta ao cenário econômico, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros durante o primeiro semestre de 2004. Já em 2005, o Banco Central, com o intuito de controlar a inflação, aumentou por diversas vezes a taxa básica de juros, a qual passou de 16,0% ao ano em setembro de 2004, para 19,8% ao ano, em maio de 2005. Nos últimos dois anos, o Governo Federal vinha reduzindo as taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2006, a taxa básica de juros era de 13,2% ao ano, e em 31 de dezembro de 2007, de 11,2% ao ano. Já em 2008, o Banco Central retomou a postura de controle da inflação, novamente aumentando a taxa básica de juros que, em 31 de dezembro de 2008, era de 13,7% ao ano. Já em 2009, devido aos efeitos da crise econômica mundial no Brasil, há nova tendência de queda na taxa básica de juros que, em 30 de junho de 2009, era de 9,3%.

Grande parte de nossos equipamentos são objeto de contratos de *leasing* e, portanto, aumentos na taxa básica de juros podem afetar adversamente o resultado das nossas operações, por meio do aumento de nossos custos e diminuição das margens, dentre outros fatores.

As nossas condições financeiras e resultados reportados podem ser afetados adversamente pelas mudanças nos práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os princípios contábeis brasileiros estão sendo rapidamente alterados em razão de legislação adotada no fim de 2007, fazendo com que os parâmetros dos princípios contábeis brasileiros convirjam com o IFRS, que se tornará obrigatório em 2010. Mudanças que entraram em vigor em 2008 foram refletidas nos exercícios de 2006, 2007 e 2008 nas nossas demonstrações financeiras combinadas e estão descritas na nota explicativa nº 2 de nossas demonstrações financeiras auditadas e combinadas.

Novos pronunciamentos contábeis foram adotados e estão vigentes, enquanto a emissão de outros é esperada em breve. Ainda não se pode prever os efeitos que a entrada em vigor dessas mudanças terá sobre as nossas demonstrações financeiras. Esses efeitos podem incluir a redução de receitas, lucro líquido ou lucro operacional reportados ou afetar adversamente o nosso balanço patrimonial.

Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações Ordinárias

Um mercado ativo e líquido para nossas Ações poderá não se desenvolver, o que poderá ter um impacto adverso na liquidez das Ações.

Não existe, atualmente, um mercado ativo ou líquido para nossas Ações. Não podemos prever em que medida o interesse de investidores por nós ocasionará o desenvolvimento de um mercado para a negociação das Ações na BM&FBOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

Como exemplo, a BM&FBOVESPA apresentou capitalização bursátil de aproximadamente R$1,36 trilhões em 31 de dezembro de 2008 e uma média diária de negociação de R$5,40 bilhões em 2008. As dez ações mais negociadas em termos de volume contabilizaram, aproximadamente, 57,4% do volume total negociado na BM&FBOVESPA no ano de 2008. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de Ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das Ações.

A venda de quantidades significativas das Ações após a Oferta pode fazer com que o preço das Ações diminua.

Nós, nossos Administradores e os Acionistas Controladores celebramos acordos de não disposição, em conformidade com os quais, observadas certas exceções, concordamos em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, conceder qualquer preferência, direito ou garantia para compra, emprestar, dar em garantia ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, no prazo de até 180 dias a contar da data deste Prospecto Definitivo, quaisquer das Ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em Ações, que possam ser permutados por Ações, ou que representem direito de receber Ações. Concordamos também em, até 180 dias a contar da data deste Prospecto Definitivo, não celebrar swap ou qualquer acordo que transfira a terceiro, total ou parcialmente, resultados econômicos dos proprietários das Ações. Referidos compromissos negativos estendem-se a qualquer arquivamento junto à CVM de pedidos ou requerimentos visando à prática de quaisquer dos atos acima descritos. Além disso, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, os Acionistas Controladores e Administradores não podem vender ou ofertar as Ações e instrumentos derivativos relacionados às Ações, durante os seis primeiros meses após a Oferta. Após o período de seis meses, os Acionistas Controladores e Administradores não poderão, por um período adicional de seis meses, vender ou ofertar mais de 40,0% das Ações ou instrumentos derivativos relacionados às Ações adquiridas após a Oferta. Após assinarem o Acordo de Acionistas Pós-IPO, ações de nossa emissão detidas pelos Acionistas Controladores, representativas de 40% de nosso capital social na data deste Prospecto, estarão sujeitas a restrição de venda até 31 de julho de 2011, sendo que após um ano da data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO, a Tivit Tecnologia e a Lit Tele poderão vender ações representativas de 2,91% de nosso capital, o Pátria FIP poderá vender ações representativas de 0,50% de nosso capital, Luiz Roberto Novaes Mattar poderá vender ações representativas de 0,40% de nosso capital e Eraldo Dante de Paola poderá vender ações representativas de 0,19% de nosso capital. Um ano e seis meses após a data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO, Tivit Tecnologia, Lit Tele, Pátria FIP, Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola poderão vender mais ações de nosso capital social, nas mesmas quantidades liberadas após um ano da data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO (ou seja, a Tivit Tecnologia e a Lit Tele poderão vender ações representativas de 2,91% de nosso capital, o Pátria FIP poderá vender ações representativas de 0,50% de nosso capital, Luiz Roberto Novaes Mattar poderá vender ações representativas de 0,40% de nosso capital e Eraldo Dante de Paola poderá vender ações representativas de 0,19% de nosso capital). Após 31 de julho de 2011, todas as Ações estarão integralmente livres para venda ao público. Caso os titulares das Ações as vendam ou, caso o mercado tenha a impressão de que pretendemos vender as Ações ou um montante significativo de Ações, o preço de mercado das Ações poderá cair significativamente.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor nas Ações.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço das Ações e na diluição da participação do referido investidor nas Ações.

Ao adquirir as Ações, o investidor sofrerá diluição imediata no valor contábil de seu investimento.

Esperamos que o Preço por Ação exceda o valor patrimonial contábil por ação de nosso capital social. O investidor, portanto, pagará um Preço por Ação maior do que o total de nosso ativo, menos o total de nosso passivo, dividido pelo número total de nossas ações ordinárias, sofrendo uma diluição imediata e substancial do valor patrimonial contábil de seu investimento.

Os interesses dos Acionistas Controladores podem entrar em conflito com os interesses dos investidores.

Os Acionistas Controladores terão poderes para decidir, na forma determinada pelo Acordo de Acionistas Pós-IPO, que estipula reuniões prévias vinculantes para o exercício do voto em reuniões do Conselho de Administração e nas Assembleias Gerais, todas as matérias sujeitas à aprovação de nossos acionistas, incluindo a eleição dos nossos administradores, a distribuição e o pagamento de dividendos e outros assuntos operacionais e administrativos. Os interesses dos nossos Acionistas Controladores podem não coincidir com os interesses dos detentores das Ações.

A Oferta poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a esforços de venda de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a oferta de Ações realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, por meio de uma distribuição pública secundária registrada na CVM, que inclui esforços de colocação das Ações no exterior, nos Estados Unidos para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos e Brasil), com base no Regulamento S do *Securities Act* que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento autorizados pelo governo brasileiro. Os esforços de colocação de Ações no exterior nos expõe a normas relacionadas à proteção destes Investidores Estrangeiros em relação a informações incorretas relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a essas questões. Adicionalmente, somos parte do *Placement Facilitation Agreement*, que regula os esforços de venda de Ações no exterior e apresenta cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional caso venham a sofrer perdas no exterior em razão de informações incorretas relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a tais questões, estes poderão ter direito de regresso contra nós em razão desta cláusula de indenização. Ademais, este contrato possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique comprovado que nenhuma improbidade foi cometida. A nossa eventual condenação em um processo no exterior pelos motivos expostos acima poderá envolver valores elevados, o que poderá nos causar um impacto significativo e adverso.

Os detentores das nossas Ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25,0% do nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira. Para maiores informações, veja a seção "Dividendos e Política de Dividendos", na página 170 deste Prospecto.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Não receberemos quaisquer recursos em decorrência da realização da Oferta. Os Acionistas Vendedores receberão todos os recursos líquidos resultantes da venda das Ações objeto da Oferta, inclusive caso exista o exercício da Opção de Ações Suplementares.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta o nosso endividamento de curto e longo prazo e nosso patrimônio líquido em 30 de junho de 2009. As informações descritas abaixo foram extraídas das nossas demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, elaboradas de acordo com as Normas Expedidas Pela CVM. O investidor deve ler a tabela em conjunto com as seções "Informações Financeiras Selecionadas", "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações" e as demonstrações financeiras anexas a este Prospecto.

	Em 30 de junho de 2009
	(em milhões de R$)
Dívida de curto prazo	
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	189,81
Dívida de longo prazo	
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	17,00
Total da dívida	206,81
Patrimônio líquido	281,25
Capitalização total[(1)]	**488,06**

(1) Corresponde à soma do total dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, e total do patrimônio líquido.

Não houve mudanças relevantes em nossa capitalização entre 30 de junho de 2009 e a data deste Prospecto.

DILUIÇÃO

Em 30 de junho de 2009, o valor do nosso patrimônio líquido era de R$281.251.527,44 e o valor patrimonial contábil por ação, na mesma data, era de R$37,93. Considerando o desdobramento de ações aprovado em 4 de setembro de 2009, o valor patrimonial por ação passou a ser de R$3,16. O referido valor patrimonial por ação representa o valor contábil total dos nossos ativos menos o valor contábil total do nosso passivo, dividido pelo número total de nossas ações em 30 de junho de 2009, considerando o desdobramento de ações aprovado em 4 de setembro de 2009.

Considerando a natureza secundária da Oferta, não haverá diluição do valor patrimonial contábil por ação em decorrência da Oferta.

O Preço por Ação a ser pago pelos investidores no contexto da presente Oferta não guarda relação com o valor patrimonial de nossas ações e foi fixado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, em consonância com o disposto no artigo 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto a Investidores Institucionais. Para uma descrição mais detalhada do procedimento de fixação do Preço por Ação e das condições da presente Oferta, veja a seção "Informações Sobre a Oferta", na página 43 deste Prospecto.

Atualmente, não possuímos planos de opção de compra de ações, mas temos a intenção de implementar um plano para executivos elegíveis com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos nossos e aos dos nossos acionistas. Conforme atualmente contemplado, o plano de opção de compra de ações que pretendemos implementar estará limitado a 3,0% do total do nosso capital social.

As ações objetos do plano de opção de compra de ações poderão ser ações existentes mantidas em tesouraria, ou ações novas, emitidas sem direito de preferência aos nossos acionistas, conforme vier a ser decidido a cada outorga das opções. Caso a opção envolva a subscrição de nossas ações, haverá efeitos de diluição aos nossos acionistas. Abaixo apresentamos duas hipóteses do efeito da outorga de todas as opções previstas para o plano de opção de compra de ações na nossa demonstração de resultado e no nosso patrimônio líquido em 30 de junho de 2009, considerando: (i) o Preço por Ação; e (ii) a aplicação de desconto de 30,0% sobre o Preço por Ação:

Patrimônio Líquido (em 30 de junho de 2009)	**Considerando o Preço por Ação**	**Considerando o desconto de 30,0% sobre o Preço por Ação**
Patrimônio líquido	281.225.527,44	281.225.527,44
Reserva legal	–	–
Número de ações emitidas[(1)]	88.990.120	88.990.120
Valor patrimonial por ação	3,16	3,16
Número total de ações da opção	2.669.704	2.669.704
Preço de exercício da opção	15,00	10,50
Novo patrimônio líquido	321.271.087,44	309.257.419,44
Novo valor patrimonial por ação	3,51	3,37
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores	(11,49)	(7,13)
Diluição percentual dos novos investidores[(2)]	-76,6%	-67,9%

(1) Considerando o desdobramento de ações aprovado em 4 de setembro de 2009.

(2) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores foi obtido por meio da divisão da diluição no valor patrimonial por ação dos novos investidores pelo Preço por Ação.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelos Coordenadores da Oferta a nós, aos Acionistas Vendedores, seus acionistas controladores ou sociedades controladas por nós, vinculados à presente Oferta. Para mais informações sobre outras operações nas quais nós, os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da presente Oferta estamos envolvidos, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre nós, Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta", na página 53 deste Prospecto.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto, e com as seções "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações", "Resumo das Demonstrações Financeiras e Outras Informações" e "Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações".

Nossas demonstrações financeiras individuais, consolidadas e combinadas disponíveis são elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que incluem a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções emitidas pela CVM e IBRACON e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade.

Em função dos atos praticados no contexto da reorganização societária para implementação da associação entre Tivit Tecnologia e Telefutura, bem como em razão da aquisição da Softway, nossas demonstrações financeiras combinadas possuem comparabilidade limitada. Para maiores informações sobre as limitações de comparabilidade de nossas demonstrações financeiras, veja as seções "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações", "Apresentação das Informações Financeiras Individuais" e "Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações – Estrutura Societária e Comparabilidade das Demonstrações Financeiras", nas páginas 14, 84 e 89 deste Prospecto.

Para maiores informações sobre as alterações à Lei das Sociedades por Ações, veja a seção "Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações – Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei n.º 11.638/07 e MP 449/08", na página 94 deste Prospecto.

As tabelas abaixo apresentam os nossos resultados nos períodos indicados:

Demonstrações do Resultado

Períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009:

	Períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de				Variação
	2008	%	2009	%	2008/2009
	(combinado)		(consolidado)		
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)				
Receita líquida de serviços	**419,02**	**100,0%**	**452,23**	**100,0%**	**7,9%**
Custo dos serviços prestados	(342,86)	-81,8%	(353,92)	-78,3%	3,2%
Lucro bruto	**76,16**	**18,2%**	**98,31**	**21,7%**	**29,2%**
Receitas (despesas) operacionais					
Vendas	(6,42)	-1,5%	(9,07)	-2,0%	41,3%
Gerais e administrativas	(46,58)	-11,1%	(54,01)	-11,9%	16,0%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2,35)	-0,6%	0,41	0,1%	N/A
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**20,81**	**5,0%**	**35,64**	**7,9%**	**71,3%**
Resultado financeiro	**(8,84)**	**-2,1%**	**(8,87)**	**-2,0%**	**0,3%**
Receitas financeiras	0,41	0,1%	2,96	0,7%	622,0%
Despesas financeiras	(9,25)	-2,2%	(11,83)	-2,6%	27,9%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	**11,97**	**2,9%**	**26,77**	**5,9%**	**123,6%**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(7,33)	-1,7%	(3,61)	-0,8%	-50,8%
Diferidos	4,05	1,0%	(1,43)	-0,3%	-135,3%
Lucro antes da participação de minoritários	**8,69**	**2,1%**	**21,73**	**4,8%**	**150,1%**
Participação de minoritários	0,12	0,0%	–	0,0%	-100,0%
Lucro líquido do período	**8,81**	**2,1%**	**21,73**	**4,8%**	**146,7%**

Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de						Variação 2006/ 2007	Variação 2007/ 2008
	2006	%	2007	%	2008	%		
			(combinado)					
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)							
Receita líquida de serviços.....	**201,67**	**100,0%**	**524,84**	**100,0%**	**866,59**	**100,0%**	**160,2%**	**65,1%**
Custo dos serviços prestados.....	(159,81)	-79,2%	(406,73)	-77,5%	(686,83)	-79,3%	154,5%	68,9%
Lucro bruto.....	**41,86**	**20,8%**	**118,11**	**22,5%**	**179,76**	**20,7%**	**182,1%**	**52,2%**
Despesas operacionais								
Vendas	(1,30)	-0,6%	(11,38)	-2,2%	(17,76)	-2,0%	775,4%	56,1%
Gerais e administrativas	(16,83)	-8,3%	(80,09)	-15,3%	(101,84)	-11,8%	375,9%	27,2%
Resultado de equivalência patrimonial.....	–	0,0%	(0,02)	0,0%	–	0,0%	N/A	N/A
Outras despesas operacionais, líquidas.....	(1,30)	-0,6%	(4,85)	-0,9%	(17,05)	-2,0%	273,1%	251,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**22,43**	**11,1%**	**21,77**	**4,1%**	**43,11**	**5,0%**	**-2,9%**	**98,0%**
Resultado financeiro	**1,01**	**0,5%**	**(8,13)**	**-1,5%**	**(23,39)**	**-2,7%**	**-905,0%**	**187,7%**
Receitas financeiras.....	1,44	0,7%	1,55	0,3%	1,25	0,1%	7,6%	-19,4%
Despesas financeiras	(0,43)	-0,2%	(9,68)	-1,8%	(24,64)	-2,8%	2151,2%	154,5%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	**23,44**	**11,6%**	**13,64**	**2,6%**	**19,72**	**2,3%**	**-41,8%**	**44,6%**
Imposto de renda e contribuição social								
Correntes.....	(4,73)	-2,3%	(9,24)	-1,8%	(5,16)	-0,6%	95,3%	-44,2%
Diferidos	(1,47)	-0,7%	1,16	0,2%	(0,65)	-0,1%	-178,9%	-156,0%
Lucro antes da participação de minoritários	**17,24**	**8,6%**	**5,56**	**1,1%**	**13,91**	**1,6%**	**-67,7%**	**150,2%**
Participação de minoritários.....	–	0,0%	–	0,0%	0,05	0,0%	N/A	N/A
Lucro líquido do exercício	**17,24**	**8,6%**	**5,56**	**1,1%**	**13,96**	**1,6%**	**-67,7%**	**151,1%**

As tabelas abaixo apresentam nossos saldos nas datas indicadas:

Contas Patrimoniais

Em 30 de junho de 2008 e 2009

ATIVO	Em 30 de junho de 2008	%	2009	%	Variação 2008/2009
	(combinado)		(consolidado)		
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)				
Caixa e bancos	7,99	1,3%	8,03	1,3%	0,5%
Aplicações financeiras	7,84	1,3%	58,51	9,3%	646,3%
Contas a receber de clientes	99,26	16,5%	102,64	16,3%	3,4%
Contas a receber – partes relacionadas	6,42	1,1%	4,00	0,6%	-37,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4,86	0,8%	6,48	1,0%	33,3%
Impostos a recuperar	9,49	1,6%	16,38	2,6%	72,6%
Despesas antecipadas	25,37	4,2%	20,72	3,3%	-18,3%
Outros créditos	9,27	1,5%	7,44	1,2%	-19,7%
Total do ativo circulante	**170,5**	**28,4%**	**224,20**	**35,6%**	**31,5%**
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Despesas antecipadas	31,60	5,3%	24,70	3,9%	-21,8%
Impostos a recuperar	–	0,0%	0,32	0,1%	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9,45	1,6%	1,63	0,3%	-82,8%
Total do realizável a longo prazo	**41,05**	**6,8%**	**26,65**	**4,2%**	**-35,1%**
Permanente:					
Imobilizado	248,55	41,4%	246,71	39,1%	-0,7%
Intangível	140,39	23,4%	132,87	21,1%	-5,4%
Total do permanente	**388,94**	**64,8%**	**379,58**	**60,2%**	**-2,4%**
Total do ativo não circulante	**429,99**	**71,6%**	**406,23**	**64,4%**	**-5,5%**
Total do ativo	**600,49**	**100,0%**	**630,43**	**100,0%**	**5,0%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	56,95	9,5%	36,59	5,8%	-35,8%
Empréstimos e financiamentos	44,51	7,4%	189,81	30,1%	326,4%
Impostos a recolher	11,07	1,8%	10,33	1,6%	-6,7%
Impostos parcelados	0,35	0,1%	0,35	0,1%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2,78	0,5%	0,98	0,2%	-64,8%
Salários e encargos sociais	17,45	2,9%	18,20	2,9%	4,3%
Provisão para férias e encargos	45,37	7,6%	48,49	7,7%	6,9%
Provisão pra contingências	–	0,0%	1,95	0,3%	N/A
Demais contas a pagar	5,25	0,9%	5,33	0,9%	1,5%
Total do passivo circulante	**183,73**	**30,6%**	**312,03**	**49,5%**	**69,8%**
Não circulante					
Exigível a longo prazo:					
Fornecedores	1,50	0,3%	0,75	0,1%	-50,0%
Empréstimos e financiamentos	137,72	22,9%	17,00	2,7%	-87,7%
Provisão para contingências	25,06	4,2%	16,02	2,5%	-36,1%
Impostos parcelados	2,27	0,4%	2,04	0,3%	-10,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,47	0,2%	1,34	0,2%	-8,8%
Demais contas a pagar	0,31	0,1%	–	–	-100,0%
Total do passivo não circulante	**168,33**	**28,0%**	**37,15**	**5,9%**	**-77,9%**
Participação de minoritários	0,21	0,0%	–	–	-100,0%
Patrimônio líquido	**248,22**	**41,3%**	**281,25**	**44,6%**	**13,3%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**600,49**	**100,0%**	**630,43**	**100,0%**	**5,0%**

Em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008

ATIVO	Em 31 de dezembro de						Variação 2006 / 2007	Variação 2007 / 2008
	2006	%	2007	%	2008	%		
	(combinado)							
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)							
Circulante								
Caixa e bancos	6,37	8,1%	17,22	2,8%	7,77	1,3%	170,3%	-54,9%
Aplicações financeiras	2,09	2,7%	5,26	0,9%	25,32	4,1%	151,7%	381,4%
Contas a receber de clientes	27,51	34,8%	92,55	15,2%	106,12	17,1%	236,4%	14,7%
Contas a receber - partes relacionadas	–	0,0%	5,93	1,0%	4,17	0,1%	N/A	-29,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,98	1,2%	7,19	1,2%	7,68	1,2%	633,7%	6,8%
Impostos a recuperar	1,91	2,4%	8,22	1,4%	15,89	2,6%	330,4%	93,3%
Despesas antecipadas	–	0,0%	19,53	3,2%	13,96	2,3%	N/A	-28,5%
Outros créditos	1,96	2,5%	7,63	1,3%	11,91	1,9%	289,3%	56,1%
Total do ativo circulante	**40,82**	**51,7%**	**163,53**	**26,9%**	**192,82**	**31,1%**	**300,6%**	**17,9%**
Não circulante								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3,26	4,1%	2,28	0,4%	1,83	0,3%	-30,1%	-19,7%
Impostos a recuperar	–	0,0%	–	0,0%	3,28	0,5%	N/A	N/A
Despesas antecipadas	–	0,0%	35,60	5,9%	28,40	4,6%	N/A	-20,2%
Imobilizado	34,04	43,1%	266,78	43,9%	260,59	42,0%	683,7%	-2,3%
Intangível:								
Ágio na aquisição de investimentos	–	0,0%	92,43	15,2%	84,08	13,6%	N/A	-9,0%
Outros intangíveis	0,89	1,1%	47,84	7,9%	48,84	7,9%	5.275,3%	2,1%
Total do ativo não circulante	**38,19**	**48,3%**	**444,93**	**73,1%**	**427,02**	**68,9%**	**1.065,0%**	**-4,0%**
Total do ativo	**79,01**	**100,0%**	**608,46**	**100,0%**	**619,84**	**100,0%**	**670,1%**	**1,9%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Circulante								
Fornecedores	5,54	7,0%	65,85	10,8%	44,21	7,1%	1088,6%	-32,9%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	–	0,0%	160,73	26,4%	67,49	10,9%	N/A	-58,0%
Partes relacionadas	–	0,0%	0,39	0,1%	–	0,0%	N/A	-100,0%
Impostos a recolher	3,33	4,2%	11,74	1,9%	10,64	1,7%	252,6%	-9,4%
Impostos parcelados	0,30	0,4%	0,35	0,1%	0,35	0,1%	16,7%	0,0%
Salários e encargos sociais	7,55	9,6%	21,80	3,6%	19,79	3,2%	188,7%	-9,2%
Provisão para férias e encargos sociais	7,88	10,0%	30,31	5,0%	33,87	5,5%	284,6%	11,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	0,0%	1,17	0,2%	1,16	0,2%	N/A	-0,9%
Dividendos propostos	13,16	16,7%	–	0,0%	3,27	0,5%	-100,0%	N/A
Provisão para contingências	1,50	1,9%	1,80	0,3%	1,45	0,2%	20,0%	- 19,4%
Outras contas a pagar	1,17	1,5%	10,54	1,7%	3,92	0,6%	800,9%	-62,8%
Total do passivo circulante	**40,43**	**51,2%**	**304,68**	**50,1%**	**186,15**	**30,0%**	**653,6%**	**-38,9%**
Não circulante								
Fornecedores	–	0,0%	2,24	0,4%	1,50	0,2%	N/A	-33,0%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	–	0,0%	27,22	4,5%	147,68	23,8%	N/A	442,5%
Provisão para contingências	2,93	3,7%	19,32	3,2%	20,23	3,3%	559,4%	4,7%
Impostos parcelados	2,63	3,3%	2,43	0,4%	2,10	0,3%	-7,6%	-13,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	0,0%	3,47	0,6%	2,75	0,4%	N/A	-20,8%
Outras contas a pagar	–	0,0%	0,02	0,0%	–	0,0%	N/A	-100,0%
Total do passivo não circulante	**5,56**	**7,0%**	**54,70**	**9,0%**	**174,26**	**28,1%**	**883,8%**	**218,6%**
Participação de minoritários	–	0,0%	0,33	0,1%	–	0,0%	N/A	-100,0%
Patrimônio líquido	**33,02**	**41,8%**	**248,75**	**40,9%**	**259,43**	**41,9%**	**653,3%**	**4,3%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**79,01**	**100,0%**	**608,46**	**100,0%**	**619,84**	**100,0%**	**670,1%**	**1,9%**

Outras Informações Financeiras

O EBITDA é igual ao lucro antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas financeiras líquidas, das despesas de depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA de uma maneira diferente da nossa. Em nossos negócios, utilizamos o EBITDA como medida de desempenho operacional. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda e a contribuição social, a depreciação e amortização, o EBITDA é um indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações da carga tributária do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA seja uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Acreditamos que o EBITDA permita uma melhor compreensão não só sobre o nosso desempenho financeiro, como também sobre a nossa capacidade de cumprir com nossas obrigações passivas e de obter recursos para nossas despesas de capital e para nosso capital de giro. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de nossa lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes de nossos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os nossos lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

O EBITDA Ajustado é igual ao EBITDA ajustado para excluir as despesas relacionadas com nossa oferta pública de ações. O EBITDA Ajustado não é medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, medida de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou medidas de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós. Em razão de não serem consideradas para seus cálculos as despesas e receitas com juros (financeiras), o imposto de renda, a contribuição social, a depreciação e a amortização, o EBITDA Ajustado funciona como indicador de nosso desempenho econômico geral, que não é afetado por flutuações das taxas de juros, alterações das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social ou dos níveis de depreciação e amortização. Consequentemente, acreditamos que o EBITDA Ajustado funcione como ferramenta significativa para comparar, periodicamente, nosso desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa.

	Períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de				Variação
	2008	%	2009	%	2008/2009
	(combinado)		(consolidado)		
Reconciliação do EBITDA					
Lucro líquido do período	**8,81**	–	**21,73**	–	–
Imposto de renda e contribuição social	3,28	–	5,04	–	–
Resultado financeiro líquido	8,84	–	8,87	–	–
Depreciação e amortização	52,80	–	42,70	–	–
EBITDA	**73,73**	**17,6%**	**78,34**	**17,3%**	**6,3%**

	Exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de						Variação	Variação
	2006	%	2007	%	2008	%	2006/ 2007	2007/ 2008
			(combinado)					
Reconciliação do EBITDA								
Lucro líquido do exercício	**17,24**	–	**5,56**	–	**13,96**	–	–	–
Imposto de renda e contribuição social	6,20	–	8,08	–	5,81	–	–	–
Resultado financeiro líquido	(1,01)	–	8,13	–	23,39	–	–	–
Depreciação e amortização	8,68	–	53,47	–	108,75	–	–	–
EBITDA	**31,11**	**15,4%**	**75,24**	**14,3%**	**151,91**	**17,5%**	**141,9%**	**101,9%**
Despesas com a Oferta	–	–	6,33	–	3,65	–	–	–
EBITDA Ajustado	**31,11**	**15,4%**	**81,57**	**15,5%**	**155,56**	**18,0%**	**162,2%**	**90,7%**

APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

A presente seção apresenta informações financeiras individuais de sociedades relacionadas ao nosso histórico, relevantes para o entendimento de nossa atual situação financeira. A presente seção deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras anexas a este Prospecto, no item "Demonstrações Financeiras", bem como em conjunto com outras informações constantes das seções "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações", "Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados das Operações", "Resumo das Demonstrações Financeiras", "Informações Financeiras Selecionadas", "Considerações sobre Estimativas e Perspectivas para o Futuro" e "Fatores de Risco", nas páginas 14, 88, 38, 79, 19 e 61 deste Prospecto.

Nossa Estrutura Societária

Resultamos da associação das atividades e ativos da Tivit Tecnologia (anteriormente denominada Optiglobe) e da Telefutura, concluída em julho de 2007, além da aquisição da Softway, também concluída em julho de 2007. No âmbito dessa reorganização societária da qual resultamos, destacamos os seguintes eventos:

- Em abril de 2007, a Telefutura, nossa controladora à época, foi incorporada por nós (quando ainda chamávamos TAT);

- Em junho de 2007, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP (por meio de sua controlada Varanasi) e Profill contribuíram ao capital social da TTS, uma companhia recém constituída não operacional, a totalidade de suas participações na Companhia (à época chamada TAT), de forma que passamos a ser controlados pela TTS;

- Em julho de 2007, a Tivit Tecnologia contribuiu ao capital social da TTS parte do seu acervo líquido, incluindo seus ativos operacionais (*drop down*);

- Em julho de 2007, adquirimos a totalidade do capital social da Softway;

- Em maio de 2008, adquirimos a Open Concept, incorporada por nós em junho do mesmo ano;

- Em junho de 2008, incorporamos a Softway; e

- Em janeiro de 2009, incorporamos nossa controladora, TTS.

Em função dos atos praticados no contexto da reorganização societária para implementação da associação entre Tivit Tecnologia e Telefutura, as nossas demonstrações financeiras incluem (i) as informações financeiras e resultados operacionais da Tivit Tecnologia a partir de julho de 2007, quando parte dos ativos operacionais da Tivit Tecnologia foi contribuída para a TTS (*drop down*), que foi posteriormente incorporada por nós; e (ii) as informações financeiras e resultados operacionais da Softway também a partir de julho de 2007, quando sua aquisição por nós foi concluída. Até referidas datas, as informações financeiras e resultados operacionais da Tivit Tecnologia e da Softway estavam refletidas nas suas respectivas demonstrações financeiras individuais. Por sua vez, nossas informações financeiras e resultados operacionais eram consolidados nas demonstrações financeiras da Telefutura até sua incorporação por nós (abril de 2007) e, a partir daí, nas demonstrações financeiras da TTS.

Uma vez que nossas informações financeiras e resultados operacionais nos primeiros seis meses de 2007 não consolidam as informações financeiras e resultados operacionais da Tivit Tecnologia e da Softway, nossas demonstrações financeiras combinadas relativas (i) aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e (ii) aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006 possuem comparabilidade limitada.

Tendo em vista essa comparabilidade limitada e para auxiliar o investidor potencial a entender as causas e as variações da nossa situação financeira em uma base histórica e a magnitude de nossas atividades, optamos por disponibilizar, além de nossas demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais das sociedades Tivit Tecnologia (no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006) e Softway (no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006), as quais foram anexadas a este Prospecto, no item "Demonstrações Financeiras".

Tendo em vista que as demonstrações financeiras da Tivit Tecnologia e Softway referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 e as demonstrações financeiras da Tivit Tecnologia referentes ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil vigentes à época, essas demonstrações financeiras não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07. Dessa forma, as informações incluídas neste Prospecto apresentam limitações na sua comparabilidade.

Tivit Tecnologia – Demonstração de Resultados

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2007	**%**
	(em R$ milhões, exceto %)	
Receita líquida de serviços	**152,55**	**100,0%**
Custo dos serviços prestados	(121,35)	-79,5%
Lucro bruto	**31,20**	**20,5%**
(Despesas) receitas operacionais		
Vendas	(5,10)	-3,3%
Gerais e administrativas	(24,12)	-15,8%
Resultado de participações societárias	(0,58)	-0,4%
Outras receitas operacionais, líquidas	0,63	0,4%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**2,03**	**1,3%**
Resultado financeiro	**20,50**	**13,4%**
Receitas Financeiras	28,62	18,8%
Despesas Financeiras	(8,12)	-5,3%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	**22,53**	**14,8%**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(5,39)	-3,5%
Diferidos	(0,51)	-0,3%
Lucro líquido do período	**16,63**	**10,9%**

OUTRAS INFORMAÇÕES	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2007	**%**
	(em R$ milhões, exceto %)	
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido do período	**16,63**	**–**
Imposto de renda e contribuição social	5,90	–
Resultado financeiro líquido	(20,50)	–
Depreciação e amortização	27,21	–
EBITDA[(1)]	**29,24**	**19,2%**

(1) Para maiores informações sobre EBITDA, veja a seção "Definições" e "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações – Outras Informações Financeiras", nas páginas 5 e 17 deste Prospecto, respectivamente.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2006	**%**
	(em R$ milhões, exceto %)	
Receita líquida de serviços	**275,17**	**100,0%**
Custo dos serviços prestados	(221,93)	-80,7%
Lucro bruto	**53,24**	**19,3%**
(Despesas) receitas operacionais		
Vendas	(29,06)	-10,6%
Gerais e administrativas	(36,03)	-13,1%
Resultado de participações societárias	0,18	0,1%
Outras receitas operacionais, líquidas	1,19	0,4%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(10,48)**	**-3,8%**
Resultado financeiro	**47,58**	**17,3%**
Receitas financeiras	60,27	21,9%
Despesas financeiras	(12,69)	-4,6%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	**37,10**	**13,5%**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(8,25)	-3,0%
Diferidos	1,90	0,7%
Lucro líquido do exercício	**30,75**	**11,2%**

OUTRAS INFORMAÇÕES	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2006	**%**
	(em R$ milhões, exceto %)	
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido do exercício	**30,75**	**–**
Imposto de renda e contribuição social	6,35	–
Resultado financeiro líquido	(47,58)	–
Depreciação e amortização	50,95	–
EBITDA[(1)]	**40,47**	**14,7%**

(1) Para maiores informações sobre EBITDA, veja a seção "Definições" e "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações – Outras Informações Financeiras", nas páginas 5 e 17 deste Prospecto, respectivamente.

Softway – Demonstração de Resultados

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2006	**%**
	(em R$ milhões)	
Receita líquida de serviços	**120,81**	**100,0%**
Custo dos serviços prestados	(90,04)	-74,5%
Lucro bruto	**30,77**	**25,5%**
Despesas operacionais		
Vendas	(1,18)	-1,0%
Gerais e administrativas	(30,22)	-25,0%
Outras despesas operacionais líquidas	(0,93)	-0,8%
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(1,56)**	**-1,3%**
Resultado financeiro	**(0,76)**	**-0,6%**
Receitas financeiras	0,38	0,3%
Despesas financeiras	(1,14)	-0,9%
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	**(2,32)**	**-1,9%**
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(0,26)	-0,2%
Diferidos	(0,05)	-0,0%
Prejuízo líquido do exercício	**(2,63)**	**-2,2%**

OUTRAS INFORMAÇÕES	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2006	**%**
	(em R$ milhões, exceto %)	
Reconciliação do EBITDA		
Lucro líquido do exercício	**(2,63)**	**–**
Imposto de renda e contribuição social	0,31	–
Resultado financeiro líquido	0,76	–
Depreciação e amortização	5,58	–
EBITDA[(1)]	**4,02**	**3,3%**

(1) Para maiores informações sobre EBITDA, veja a seção "Definições" e "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações – Outras Informações Financeiras", nas páginas 5 e 17 deste Prospecto, respectivamente.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES

A análise e discussão da Administração sobre a situação financeira e os resultados das operações a seguir foram elaboradas com base em, e devem ser lidas em conjunto com, as demonstrações financeiras anexas a este Prospecto "item 4 – Demonstrações Financeiras", bem como em conjunto com outras informações constantes das seções "Resumo das Demonstrações Financeiras", "Informações Financeiras Selecionadas", "Apresentação de Informações Financeiras Individuais", "Considerações sobre Estimativas e Perspectivas para o Futuro" e "Fatores de Risco", nas páginas 38, 79, 84, 19 e 61 deste Prospecto.

Visão Geral

Acreditamos ser a companhia brasileira líder na prestação de serviços integrados de BPO e de TI na América Latina. Os nossos serviços de BPO consistem na terceirização e gestão de processos críticos, que tipicamente envolvem atividades operacionais, comerciais, financeiras, dentre outras, de forma a permitir que nossos clientes se concentrem em suas atividades fim. Os serviços de BPO que prestamos aos nossos clientes normalmente envolvem o acompanhamento e gestão de atividades que são intensivas em pessoas, processos e tecnologia, como, por exemplo, atividades de pós-venda, controle de processos logísticos, organização e armazenagem de informações transacionais, serviços de atendimento ao consumidor e cobrança, entre outras. Nossa divisão de TI é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, integração e manutenção das infra-estruturas de TI de nossos clientes, oferecendo, dentre outros, serviços de processamento de contas, armazenamento de dados, processamento *mainframe*, serviços integrados de *help desk* e *field services*, autorização e processamento de transações, e gerenciamento de aplicativos relacionados ao ERP. Acreditamos contar com uma das maiores plataformas de BPO e TI da América Latina, com mais de 23.000 funcionários e 15 unidades operacionais no Brasil, incluindo dois *datacenters* Nível 5. Um dos nossos principais diferenciais é que as nossas divisões de BPO e TI trabalham de forma integrada, buscando criar soluções customizadas que gerem valor para nossos clientes. Somos especializados na prestação de serviços e soluções para diversos segmentos de negócio, incluindo serviços financeiros, seguros, serviços públicos e indústrias de bens de consumo, entre outros.

Devido à natureza dos serviços que prestamos, um alto grau de confiança e cooperação é estabelecido entre nós e nossos clientes, sejam eles empresas brasileiras ou grandes multinacionais com operações no Brasil. Acreditamos ser vistos pelos nossos clientes como uma extensão de suas áreas de negócios e parceiros estratégicos na terceirização de suas atividades. Elaboramos soluções personalizadas e inovadoras para seus negócios por meio do desenvolvimento, implementação e gerenciamento de atividades críticas de BPO e TI. Oferecemos aos nossos clientes soluções que apresentam resultados tangíveis, verificados por meio da redução de custos, aumento da eficiência de processos e melhoria no nível de serviços. A satisfação e confiança de nossos clientes nos serviços que prestamos é evidenciada pela relação contratual de longo prazo que possuímos com eles e também pelo baixo *Churn* de nosso portfólio. Como resultado, estas características nos propiciam um fluxo estável e previsível de receitas, sendo que 90,8% das nossas receitas no primeiro semestre de 2009 foram decorrentes de contratos com prazo de pelo menos 24 meses.

Acreditamos que a nossa habilidade para gerenciar pessoas, processos e tecnologias de maneira eficiente é a principal razão para a manutenção do nosso modelo diferencial de negócios e impulsiona o forte crescimento de nossas operações, resultando em consistente geração de caixa.

Nossa receita líquida de 2008 foi de R$866,59 milhões, de R$524,84 milhões em 2007 e de R$201,67 milhões em 2006. A receita líquida de 2006 da Tivit Tecnologia, cujos ativos foram integralizados em julho de 2007 numa sociedade que posteriormente foi incorporada por nós (em janeiro de 2009), foi de R$275,17 milhões. Já a receita líquida da Softway em 2006 (adquirida por nós em julho de 2007 e incorporada por nós em junho de 2008) foi de R$120,81 milhões. O nosso crescimento médio anual entre 2006 e 2008 foi significativamente superior ao crescimento médio anual do mercado brasileiro de BPO e de TI no mesmo período de acordo com o IDC. O crescimento da nossa receita líquida reflete, entre outros fatores, o efeito de nossos esforços focados em *cross-selling* e na celebração de novos contratos.

A capacidade de gerenciar de forma eficiente nossos custos associada a natureza do nosso modelo de negócios escalonável permitiram-nos alcançar um incremento de margem bruta entre o primeiro semestre do 2009 e o primeiro semestre de 2008. Em 30 de junho de 2008, nossa margem bruta foi de 18,8%, enquanto em 30 de junho de 2009 nossa margem bruta foi de 21,7%.

Nossa Margem de EBITDA Ajustado de 2008 foi de 18,0%, representando um aumento de 2,6 ponto percentual sobre a Margem de EBITDA Ajustado de 2006, que foi de 15,4%. A Margem de EBITDA Ajustado de 2006 da Tivit Tecnologia foi de 14,7% e da Softway foi de 3,3%. Acreditamos que o aumento da nossa Margem de EBITDA Ajustado demonstra a significativa capacidade de gestão e escalabilidade do nosso modelo de negócios, bem como a nossa capacidade de integrar as atividades e melhorar a rentabilidade das empresas que adquirimos.

Nosso modelo de negócios propicia uma sólida geração de caixa. Entre os períodos de 30 de junho de 2008 e 30 de junho de 2009, nosso crescimento de receita líquida foi de 7,9%. Todavia, nosso saldo de caixa e bancos no mesmo período subiu 101,1% para R$66,54 milhões em 30 de junho de 2009. Neste mesmo período, os empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, diminuíram 3,9% para R$206,81 milhões.

Somos conservadores na alavancagem financeira. Em 30 de junho de 2009, nosso endividamento líquido dividido pelo nosso EBITDA Ajustado do mesmo período apresentou um índice de 0,9 vezes. Em 30 de junho de 2009, o saldo de empréstimos e financiamentos e arrendamentos mercantis, subtraído pelo saldo de caixa e bancos (endividamento líquido de aplicações) era de R$140,00 milhões, enquanto nosso EBITDA Ajustado para o mesmo período foi de R$155,56 milhões.

Temos uma base diversificada de clientes. Em 30 de junho de 2009, nossa carteira era composta por mais de 900 clientes. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, nosso maior cliente representou 13,5% de nossa receita total bruta, ao passo que nossos dez maiores clientes representaram 63,3% de nossa receita nesse período. Entre nossos maiores clientes estão grandes companhias internacionais e brasileiras.

Estrutura Societária e Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Resultamos da associação das atividades e ativos da Tivit Tecnologia (anteriormente denominada Optiglobe) e da Telefutura, concluída em julho de 2007, além da aquisição da Softway, também concluída em julho de 2007. No âmbito dessa reorganização societária da qual resultamos, destacamos os seguintes eventos:

- Em abril de 2007, a Telefutura, nossa controladora à época, foi incorporada por nós (quando ainda chamávamos TAT);
- Em junho de 2007, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP (por meio de sua controlada Varanasi) e Profill contribuíram ao capital social da TTS, uma companhia recém constituída não operacional, a totalidade de suas participações na Companhia (à época chamada TAT), de forma que passamos a ser controlados pela TTS;
- Em julho de 2007, a Tivit Tecnologia contribuiu ao capital social da TTS parte do seu acervo líquido, incluindo seus ativos operacionais (*drop down*);
- Em julho de 2007, adquirimos a totalidade do capital social da Softway;
- Em maio de 2008, adquirimos a Open Concept, incorporada por nós em junho do mesmo ano;
- Em junho de 2008, incorporamos a Softway; e
- Em janeiro de 2009, incorporamos nossa controladora, TTS.

Em função dos atos praticados no contexto da reorganização societária para implementação da associação entre Tivit Tecnologia e Telefutura, as nossas demonstrações financeiras incluem (i) as informações financeiras e resultados operacionais da Tivit Tecnologia a partir de julho de 2007, quando parte dos ativos operacionais da Tivit Tecnologia foi contribuída para a TTS (*drop down*), que foi posteriormente incorporada por nós; e (ii) as informações financeiras e resultados operacionais da Softway também a partir de julho de 2007, quando sua aquisição por nós foi concluída. Até referidas datas, as informações financeiras e resultados operacionais da Tivit Tecnologia e da Softway estavam refletidas nas suas respectivas demonstrações financeiras individuais. Por sua vez, nossas informações financeiras e resultados operacionais eram consolidados nas demonstrações financeiras da Telefutura até sua incorporação por nós (abril de 2007) e, a partir daí, nas demonstrações financeiras da TTS.

Por essa razão, ao compararmos nossas demonstrações financeiras combinadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 com nossas demonstrações financeiras combinadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, nossas informações financeiras e resultados operacionais nos primeiros seis meses de 2007 não consolidam as informações financeiras e resultados operacionais da Tivit Tecnologia e da Softway e, portanto, possuem comparabilidade limitada. Da mesma forma, ao compararmos nossas demonstrações financeiras combinadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 com nossas demonstrações financeiras combinadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, as informações financeiras e os resultados operacionais da Tivit Tecnologia e da Softway somente estão combinados a partir de julho de 2007, de forma que também possuem comparabilidade limitada.

Para maiores informações sobre as demonstrações individuais das sociedades Tivit Tecnologia (no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2007 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006) e Softway (no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006), as quais foram anexadas a este Prospecto no item "Demonstrações Financeiras", veja a seção "Apresentação das Informações Financeiras Individuais", na página 84 deste Prospecto.

Conjuntura Econômica Brasileira

Nossa condição financeira e resultados operacionais são influenciados pela conjuntura econômica brasileira. A conjuntura macroeconômica brasileira melhorou significativamente nos últimos anos. A inflação permaneceu dentro da meta nos últimos cinco anos, as taxas de juros diminuíram e o crescimento econômico médio anual foi de 4,7% no período entre 2004 e 2008.

No período entre 2006 e 2008, o PIB brasileiro apresentou uma taxa média de crescimento anual de 4,9% (4,0% em 2006, 5,7% em 2007 e 5,1% em 2008). A taxa de inflação IPCA, divulgada pelo IBGE, foi de 3,1%, 4,5% e 5,9%, em 2006, 2007 e 2008, respectivamente. Entre janeiro de 2006 e julho de 2009, o Real valorizou-se 20,0% em comparação ao Dólar. A taxa de desemprego caiu de 9,2%, em janeiro de 2006, para 8,1%, em junho de 2009. As reservas internacionais aumentaram de US$56,90 bilhões para US$208,40 bilhões e a dívida pública líquida em relação ao PIB diminuiu de 47,9% para 43,2% no mesmo período.

Em 29 de maio de 2008, o Brasil obteve a classificação de grau de investimento concedida pela agência de avaliação de risco Standard & Poor's, entrando no grupo de países considerados de baixa possibilidade de inadimplência. Em 30 de abril de 2008, a Fitch Ratings, outra agência de avaliação de risco, também concedeu a classificação de grau de investimento ao Brasil. A melhor classificação de risco reforça o cenário favorável no médio prazo para a economia brasileira, refletindo a maturidade das instituições financeiras e da estrutura política do país, bem como o avanço de políticas fiscais e de controle da dívida pública.

No segundo semestre de 2008, as condições da economia global pioraram significativamente em decorrência da crise e consequente desaceleração econômica mundial. O efeito imediato na economia brasileira foi evidenciado pelo declínio da expectativa do crescimento econômico e a depreciação da moeda, a qual desvalorizou 46,1% entre agosto de 2008 e outubro de 2008 (de R$1,57/US$ em 4 de agosto de 2008 para R$2,29/US$ em 10 de outubro de 2008). A cotação de ativos locais também foi afetada adversamente, o que refletiu na queda do índice Ibovespa, o qual diminuiu 48,9% entre 19 de maio de 2008 e 30 de dezembro de 2008.

Entretanto, a economia brasileira tem demonstrado uma notável resistência à crise financeira desde o início de 2009. Os indicadores macroeconômicos têm melhorado significativamente e, apesar da esperada desaceleração do crescimento do PIB para o ano de 2009, com um decréscimo de 0,3% (versus uma expectativa global de decréscimo do PIB de 1,4% em 2009, de acordo com o relatório do FMI divulgado em julho de 2009), espera-se que a economia cresça em 2010. De acordo com o relatório do Banco Central, divulgado em 17 de julho de 2009, o PIB deverá crescer 4,0% em 2010.

Adicionalmente, fundamentos macroeconômicos sólidos e a maior estabilidade econômica permitiram ao Banco Central reduzir ainda mais as taxas de juros, tendo a taxa da Selic atingindo seu nível mais baixo na história, equivalente a 8,8%, em julho de 2009. As reservas internacionais permanecem acima de US$200,00 bilhões.

A tabela abaixo apresenta o crescimento do PIB, a taxa de inflação, as taxas de juros médias no Brasil e a apreciação do Dólar em relação ao Real para cada um dos períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			Período de três meses encerrado em 31 de março de	
	2006	**2007**	**2008**	**2008**	**2009**
Crescimento PIB[1]	4,0%	5,7%	5,1%	6,1%	(1,8%)
Inflação (IGP-M)[2]	3,8%	7,8%	9,8%	2,4%	(0,9%)
Inflação (IPCA)[3]	3,1%	4,5%	5,9%	1,5%	1,2%
CDI[4]	15,2%	11,9%	12,3%	2,6%	2,9%
TJLP[5]	6,9%	6,3%	6,3%	6,3%	6,3%
Valorização (desvalorização) do Real contra o Dólar	8,6%	17,2%	(31,9)%	1,2%	0,9%
Taxa de câmbio no final do período — US$1,00	R$2,138	R$1,771	R$2,337	R$1,749	R$2,315
Taxa média de câmbio — US$ 1,00[6]	R$2,177	R$1,948	R$1,838	R$1,737	R$2,311

(1) Fonte: IBGE.
(2) A taxa de inflação (IGP-M) representa o índice geral de preços de mercadorias publicado pela Fundação Getulio Vargas.
(3) A taxa de inflação (IPCA) representa o índice de preço ao consumidor publicado pelo IBGE.
(4) A taxa de CDI representa as taxas de depósito interfinanceiro realizados em um dia no Brasil registrados e realizados na Câmara de Custódia e Liquidação ou sistema CETIP.
(5) A TJLP representa a taxa de juros em longo prazo publicada trimestralmente pelo Banco Central Brasileiro. As quantias demonstradas representam a média do período indicado.
(6) Média das taxas de câmbio para o período indicado.

Principais Fatores que Podem Afetar Nossa Situação Financeira e Nossos Resultados Operacionais

Atividade econômica

Nossas atividades dependem principalmente das economias nacional e, em menor escala, internacional. O crescimento do PIB, as taxas de juros e a política de crédito no Brasil são alguns dos principais fatores que impactam o crescimento do volume de serviços e da receita proveniente da nossa base de clientes. Tais fatores possuem uma correlação com a evolução de nosso negócio, uma vez que os segmentos de bancos e seguradoras representaram 32,8% da nossa receita líquida no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e o segmento de cartão de crédito representou 30,1% da receita líquida referente ao mesmo período acima mencionado. O crescimento da atividade econômica nacional pode refletir um aumento do volume de negócios, o que impacta diretamente nossas atividades de BPO e TI, que também incluem clientes dos segmentos de indústria, serviços públicos e serviços em geral. Na medida em que as empresas buscam terceirizar mais processos de BPO e TI antes realizados internamente, seja para atender suas necessidade de crescimento operacional, melhoria de qualidade ou redução de custos para garantir sua competitividade em diferentes cenários econômicos, nosso crescimento é positivamente impactado.

Por outro lado, reduções na atividade econômica nacional, em razão de variados fatores, tais como aumentos das taxas de juros, inflação elevada, reflexos de crises internacionais, entre outros fatores, podem impactar significativamente nossas atividades, pois podem reduzir o volume de negócios, o que, por sua vez, impactará nossas receitas.

Inflação

As variações dos índices de inflação podem impactar nossos custos e despesas por serem o IGP-M e o IPCA bases de reajuste de diversos serviços utilizados por nós. Este impacto é minimizado pela indexação dos contratos com nossos clientes a estes mesmos índices, permitindo seu repasse aos preços de nossos serviços.

Ademais, a inflação pode contribuir para um aumento da volatilidade do mercado em decorrência de incertezas econômicas, redução da atividade econômica, quedas nos gastos da população, menor crescimento da renda real e redução da confiança do consumidor, fatores estes que, por sua vez, são capazes de impactar negativamente os resultados de nossas operações. As taxas de inflação no Brasil apresentaram grande volatilidade no passado, podendo voltar a apresentar flutuações significativas no futuro.

Taxas de Juros

Flutuações das taxas de juros brasileiras afetam o resultado das nossas operações. Grande parte de nossos equipamentos são objeto de contratos de *leasing* e, portanto, aumentos na taxa básica de juros podem afetar adversamente o resultado das nossas operações, ao aumentarem nossos custos e diminuírem nossas margens operacionais, dentre outros fatores.

Alterações na Legislação Trabalhista e Previdenciária

Nossa atividade é significativamente dependente de mão-de-obra, em termos quantitativos e qualitativos. Os salários e benefícios de nossos funcionários representam nossos custos mais significativos. O Brasil tem legislações trabalhista e previdenciária rigorosas, que protegem os interesses dos funcionários, e onerosas, com diversos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a remuneração paga aos empregados. Por exemplo, o Estado de São Paulo, por meio da Lei Estadual nº 12.640, de 11 de julho de 2007, e o Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Estadual nº 4.686, de 29 de dezembro de 2005, fixaram pisos salariais regionais acima do salário mínimo nacional. Alterações nas leis trabalhistas e previdenciárias, tornando-as mais rigorosas ou onerosas para os empregadores, poderão afetar negativamente nossas operações, na medida em que essas alterações impactem os salários e benefícios de nossos empregados, podendo, inclusive, afetar nossas margens operacionais.

Alterações na Legislação Tributária

Nossos resultados são influenciados por alterações na legislação tributária e nos regimes de tributação relacionados às nossas operações e nossos clientes. Essas alterações incluem mudanças nas alíquotas de tributação e a imposição de novos tributos efetivos ou temporários, cujos recursos são destacados para o atendimento de fins específicos. O aumento da carga tributária é um fator que afeta adversamente o nosso setor de atuação, dado que eles diminuem o poder de compra de nossos clientes e dos consumidores em geral.

Principais Práticas Contábeis

Preparamos nossas demonstrações financeiras em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Apresentamos a seguir a descrição das principais práticas contábeis que atualmente afetam nossa situação financeira e resultado das operações. Na elaboração das nossas demonstrações financeiras é necessário ainda utilizar estimativas para registrar certos ativos, passivos, receitas e despesas. As nossas demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas contábeis que foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no nosso julgamento para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisão para créditos de liquidação duvidosa, taxas de depreciação do ativo imobilizado, impostos diferidos e provisão para contingências. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela nossa Administração. Essas estimativas têm o potencial de acarretar em resultados diferentes quando adotadas diferentes premissas e condições. A Nota Explicativa nº 2 às nossas demonstrações financeiras para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, anexas ao presente Prospecto, inclui um resumo das políticas e métodos contábeis utilizados na elaboração de nossas demonstrações financeiras.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são avaliadas pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios/períodos, e não superam o valor de mercado.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituímos provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando o seguinte critério: (i) provisão de 100,0% para os saldos vencidos há mais de 120 dias, e (ii) análise individual dos devedores, para os saldos vencidos há menos de 120 dias.

Imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8 das demonstrações financeiras, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção são capitalizados, quando aplicável. Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, adotaremos como procedimento revisar os ativos imobilizados para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes.

Intangível

O intangível é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8 das demonstrações financeiras, que consideram a vida útil-econômica estimada dos softwares e dos gastos com implementação de sistemas.

O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado com base na expectativa de lucratividade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado pelo prazo de cinco anos, de forma linear, considerando as expectativas de geração de resultados futuros.

Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, adotaremos como procedimento revisar os ativos intangíveis para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

O imposto de renda é constituído à alíquota de 15,0%, acrescida do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável anual excedente a R$0,24 milhão. A contribuição social é calculada à alíquota de 9,0% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais pela aplicação das alíquotas vigentes.

Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis por nós e pelos nossos assessores legais, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas.

Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os nossos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das nossas demonstrações financeiras. Os resultados dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil dos bens do ativo imobilizado, às projeções preparadas para a realização do saldo de imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) e às provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências.

Alterações na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 11.638/07 e MP 449/08

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, alterada pela MP 449/08, que modificou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, e tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS*)* que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB). A aplicação da nova legislação é obrigatória para demonstrações contábeis anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2008.

As nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007 e o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 foram ajustadas e reapresentadas para incorporar referidas mudanças. Para maiores informações sobre a Lei n° 11.638/07 e MP 449/08, vide nota explicativa nº 2 das nossas demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e demonstrações financeiras para os períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009.

De acordo com a MP 449/08, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 36 e 37 da MP 449/08, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

As demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, no que se refere à determinação dos impostos, foram elaboradas considerando as regras do Regime Tributário de Transição – RTT que, neste momento, não resultaram em efeitos tributários.

Adicionalmente, as nossas futuras demonstrações financeiras eventualmente poderão ser alteradas de maneira relevante em decorrência de diversos pronunciamentos contábeis previstos para serem publicados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC a partir do exercício de 2009, como parte de seu programa de trabalho.

As principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP 449/08, consideradas nas nossas demonstrações financeiras nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e de 2009 e exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, são as seguintes:

- apresentação da demonstração dos fluxos de caixa em substituição à demonstração das origens e aplicações de recursos;

- inclusão da apresentação da demonstração do valor adicionado, que demonstra o valor adicionado por nós e pelas nossas controladas (se aplicável), bem como a composição da origem e alocação de tais valores;

- criação da rubrica "Intangível", apresentada nos balanços patrimoniais no grupo "Ativo não circulante";

- eliminação da rubrica "Ativo diferido";

- registro no ativo imobilizado de bens destinados às nossas operações, adquiridos por meio de operações de arrendamento mercantil; e

- extinção da rubrica "Resultados não operacionais" apresentada na demonstração do resultado.

Descrição do Conteúdo das Contas de Resultado

Receita líquida de serviços

A receita líquida de serviços representa a receita bruta deduzida dos impostos incidentes sobre os serviços, os quais correspondem aos impostos incidentes sobre os serviços prestados no mercado interno, conforme legislação aplicável. Sobre a prestação dos serviços incidem os seguintes tributos: (i) ISS, à alíquota de até 5,0%, conforme a natureza e local da prestação dos serviços; (ii) PIS, à alíquota de 0,65% ou 1,65%, conforme o regime cumulativo ou não-cumulativo; e (iii) COFINS, à alíquota de 3,0% ou 7,6%, conforme o regime cumulativo ou não-cumulativo.

Custo dos serviços prestados

Correspondem ao custo dos seguintes insumos, necessários para a prestação dos serviços: (i) custos de mão-de-obra, direta e indireta, e seus respectivos encargos sociais dos funcionários das áreas operacionais; (ii) custos com manutenção de *hardware* e *software*; (iii) serviços de terceiros; (iv) custos com infra-estrutura física e demais gastos necessários ao desenvolvimento de todas as atividades operacionais, incluindo aluguel, manutenção, reparos, energia elétrica, água, seguros, consumo de materiais auxiliares, materiais de embalagem, materiais de expediente, combustíveis e lubrificantes; e (v) depreciação, amortização e despesas com *leasing* das áreas operacionais.

Lucro bruto

O lucro bruto é o resultado da dedução dos custos dos serviços prestados da receita líquida de serviços.

Despesas operacionais

Compreendem as receitas e despesas relacionadas com:

- Vendas: correspondem, principalmente, aos gastos com pessoal de vendas, comissões, despesas gerais e depreciação dos setores da área comercial, incluindo as despesas de *marketing*;

- Gerais e administrativas: correspondem, principalmente, aos gastos com pessoal administrativo, despesas gerais e depreciação dos setores administrativos, incluídas despesas com remuneração da Administração e Conselho Fiscal (quando instalado); e

- Outras receitas ou despesas operacionais líquidas: correspondem aos gastos ou receitas com demais atividades.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

É igual ao lucro bruto deduzido das despesas operacionais, incluídos o resultado de participações societárias e outras receitas ou despesas operacionais.

Resultados financeiros

As receitas ou despesas financeiras correspondem, principalmente, aos rendimentos das aplicações financeiras, dos juros sobre contas a receber em atraso de clientes, aos descontos financeiros obtidos junto a fornecedores por antecipação de pagamento, aos juros, comissões, variações cambiais e monetárias, IOF sobre os financiamentos de terceiros e descontos financeiros concedidos por antecipação de recebimento de créditos de clientes.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferido)

Correspondem à aplicação da alíquota de 15,0% de Imposto de Renda, mais 10,0% sobre o resultado que exceder R$0,24 milhão no exercício, mais 9,0% de CSLL de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor, pelas adições e exclusões temporárias que serão objeto de tributação futura e adições e exclusões permanentes ou pelo aproveitamento de determinados benefícios fiscais.

Análise e Discussão da Demonstração de Resultados

Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 comparado com o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de				Variação
	2008	**%**	**2009**	**%**	**2008/2009**
	(combinado)		(consolidado)		
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)				
Receita líquida de serviços	**419,02**	**100,0%**	**452,23**	**100,0%**	**7,9%**
Custo dos serviços prestados	(342,86)	-81,8%	(353,92)	-78,3%	3,2%
Lucro bruto	**76,16**	**18,2%**	**98,31**	**21,7%**	**29,2%**
(Despesas) Receitas operacionais					
Vendas	(6,42)	-1,5%	(9,07)	-2,0%	41,3%
Gerais e administrativas	(46,58)	-11,1%	(54,01)	-11,9%	16,0%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(2,35)	-0,6%	0,41	0,1%	N/A
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**20,81**	**5,0%**	**35,64**	**7,9%**	**71,3%**
Resultado financeiro	**(8,84)**	**-2,1%**	**(8,87)**	**-2,0%**	**0,3%**
Receitas financeiras	0,41	0,1%	2,96	0,7%	622,0%
Despesas financeiras	(9,25)	-2,2%	(11,83)	-2,6%	27,9%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	**11,97**	**2,9%**	**26,77**	**5,9%**	**123,6%**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(7,33)	-1,7%	(3,61)	-0,8%	-50,8%
Diferidos	4,05	1,0%	(1,43)	-0,3%	-135,3%
Lucro antes da participação de minoritários	**8,69**	**2,1%**	**21,73**	**4,8%**	**150,1%**
Participação de minoritários	0,12	0,0%	–	0,0%	-100,0%
Lucro líquido do período	**8,81**	**2,1%**	**21,73**	**4,8%**	**146,7%**

Receita líquida de serviços

A receita líquida de serviços aumentou 7,9%, ou R$33,21 milhões, para R$452,23 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparado com R$419,02 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Os serviços de BPO, que representaram 56,4% da nossa receita líquida do primeiro semestre de 2009, contribuíram com um aumento de R$28,77 milhões ou um crescimento de 12,7% em relação ao mesmo período de 2008. Os serviços de TI, que representaram 43,6% da nossa receita líquida do primeiro semestre de 2009, contribuíram com um aumento de R$4,44 milhões ou um crescimento de 2,3% em relação ao mesmo período de 2008. O incremento de receita proveniente da prestação dos serviços de BPO e TI resultou do crescimento do volume de serviços prestados aos clientes da base existente e conquista de novos clientes. Esse incremento de receita foi parcialmente compensado por ajustes no escopo dos serviços prestados. As receitas dos contratos de novos clientes conquistados no início deste ano ainda não contribuíram de maneira significativa para o crescimento das receitas do primeiro semestre de 2009, visto que estão na fase inicial de implementação dos serviços contratados.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados aumentou 3,2% ou R$11,06 milhões, para R$353,92 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparado com R$342,86 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, ao aumento dos gastos para comportar o aumento da receita líquida de serviços, destacadamente os gastos com pessoal, licenças e manutenção de *software* e ocupação (aluguéis, energia, água e telefonia). O percentual do custo de serviços frente à receita líquida de serviços diminuiu de 81,9% para 78,3%, ou uma redução de 3,6 pontos percentuais, em função dos ganhos de escala advindos do crescimento dos clientes da base existente.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 29,2% ou R$22,15 milhões, para R$98,31 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparado com R$76,16 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, ao crescimento da receita líquida de serviços. A margem bruta evoluiu de 18,1% para 21,7%, ou um aumento de 3,6 pontos percentuais, como resultado dos ganhos de escala conforme exposto acima.

Despesas operacionais (com vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais líquidas)

As despesas operacionais aumentaram 13,2% ou R$7,32 milhões, para R$62,67 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparado com R$55,35 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, ao aumento da provisão para pagamento do bônus, de gastos com ocupação e de gastos com a implementação de ERP (SAP) em 2009, aumento esse parcialmente compensado pela redução da amortização de ágio de aquisições, que, por força da Lei nº 11.638/07, foi efetuada somente até o final de 2008. A variação remanescente refere-se ao aumento nas despesas gerais para suportar o aumento das nossas atividades. O percentual das despesas operacionais frente à receita líquida de serviços aumentou de 13,2% para 13,8%, ou um aumento de 0,6 ponto percentual, em função de custos com pessoal administrativo superiores ao período anterior, destacadamente para o bônus dos funcionários e administração, gastos com implementação de ERP (SAP), compensados pela redução do ágio que cessou sua amortização a partir de janeiro de 2009.

Resultado financeiro

O resultado financeiro aumentou 0,3% ou R$0,03 milhão, para uma despesa de R$8,87 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparado com uma despesa de R$8,84 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, ao aumento da despesa dos juros sobre empréstimos e financiamentos compensada parcialmente pela receita de aplicações financeiras do período. O percentual do resultado financeiro frente à receita líquida de serviços diminuiu de 2,1% para 2,0%, ou uma redução de 0,1 ponto percentual. Apesar da variação não ter sido relevante, as despesas financeiras aumentaram 28,0% em função do aumento nos custos de financiamentos, aumento esse quase integralmente compensado pelo aumento da receita de aplicações financeiras em função do maior saldo médio de aplicações mantido durante o primeiro semestre de 2009, em comparação com 2008.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

As despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) aumentaram 53,7% ou R$1,76 milhão, para R$5,04 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparado com R$3,28 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, ao aumento do lucro tributável do período. Contudo a taxa efetiva de imposto foi reduzida para 18,8% em 2009 comparada com 27,0% em 2008, principalmente em decorrência do aproveitamento do crédito fiscal do ágio em 2009 e compensação de prejuízos fiscais. O percentual do imposto de renda e contribuição social frente à receita líquida de serviços aumentou de 0,8% para 1,1%, ou um aumento de 0,3 ponto percentual, em função do maior lucro tributável do período.

Lucro líquido do período

O lucro líquido aumentou 146,7% ou R$12,92 milhões, para R$21,73 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparado com R$8,81 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, como resultado da combinação dos fatores acima discutidos. O percentual do lucro líquido frente à receita líquida de serviços aumentou de 2,1% para 4,8%, ou um aumento de 2,7 pontos percentuais.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
	2007	**%**	**2008**	**%**	**2007/2008**
	(combinado)		(combinado)		
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)				
Receita líquida de serviços	**524,84**	**100,0%**	**866,59**	**100,0%**	**65,1%**
Custo dos serviços prestados	(406,73)	-77,5%	(686,83)	-79,3%	68,9%
Lucro bruto	**118,11**	**22,5%**	**179,76**	**20,7%**	**52,2%**
Despesas operacionais					
Vendas	(11,38)	-2,2%	(17,76)	-2,0%	56,1%
Gerais e administrativas	(80,09)	-15,3%	(101,84)	-11,8%	27,2%
Resultado de equivalência patrimonial	(0,02)	0,0%	–	0,0%	N/A
Outras despesas operacionais, líquidas	(4,85)	-0,9%	(17,05)	-2,0%	251,5%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**21,77**	**4,1%**	**43,11**	**5,0%**	**98,0%**
Resultado financeiro	**(8,13)**	**-1,5%**	**(23,39)**	**-2,7%**	**187,7%**
Receitas financeiras	1,55	0,3%	1,25	0,1%	-19,4%
Despesas financeiras	(9,68)	-1,8%	(24,64)	-2,8%	154,5%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	**13,64**	**2,6%**	**19,72**	**2,3%**	**44,6%**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(9,24)	-1,8%	(5,16)	-0,6%	-44,2%
Diferidos	1,16	0,2%	(0,65)	-0,1%	-156,0%
Lucro antes da participação de minoritários	**5,56**	**1,1%**	**13,91**	**1,6%**	**150,2%**
Participação de minoritários	–	0,0%	0,05	0,0%	N/A
Lucro líquido do exercício	**5,56**	**1,1%**	**13,96**	**1,6%**	**151,1%**

Receita líquida de serviços

A receita líquida de serviços aumentou 65,1% ou R$341,75 milhões, para R$866,59 milhões em 2008, comparado com R$524,84 milhões em 2007. Essa variação se explica, principalmente, pela receita líquida da Tivit Tecnologia e da Softway, nos primeiros seis meses de 2007, no período que antecedeu o *drop down* da Tivit Tecnologia e a aquisição da Softway, o que, portanto, fez com que suas informações financeiras não fossem combinadas. A variação residual decorre do aumento no volume de serviços prestados a clientes da base existente, além da conquista de novos clientes no segundo semestre de 2008.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados aumentou 68,9% ou R$280,10 milhões, para R$686,83 milhões em 2008, comparado com R$406,73 milhões em 2007. Essa variação se explica, em parte, pelo custo dos serviços prestados da Tivit Tecnologia e da Softway, nos primeiros seis meses de 2007, no período que antecedeu o *drop down* da Tivit Tecnologia e a aquisição da Softway, o que, portanto, fez com que suas informações financeiras não fossem combinadas. O percentual do custo de serviços frente à receita líquida de serviços aumentou de 77,5% para 79,3% (um aumento de 1,8 ponto percentual). Os custos dos serviços residuais foram impactados pelo aumento dos custos operacionais, destacadamente custo com pessoal, ocupação e licenças de uso, para fazer frente ao crescimento dos serviços prestados.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 52,2% ou R$61,65 milhões, para R$179,76 milhões em 2008, comparado com R$118,11 milhões em 2007. Essa variação se explica, principalmente, pelo lucro bruto da Tivit Tecnologia e da Softway, no período que antecedeu o *drop down* da Tivit Tecnologia e a aquisição da Softway, o que, portanto, fez com que suas informações financeiras não fossem combinadas. O lucro bruto residual foi impactado pelo aumento do volume faturado aos clientes da base existente e da conquista de novos clientes. A margem bruta diminuiu de 22,5% para 20,7% (uma redução de 1,8 ponto percentual), em função dos aumentos de custos para fazer frente ao crescimento dos serviços prestados conforme exposto acima.

Despesas operacionais (com vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais líquidas)

As despesas operacionais aumentaram 41,8% ou R$40,31 milhões, para R$136,65 milhões em 2008, comparado com R$96,34 milhões em 2007. Essa variação se explica, principalmente, pelas despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais líquidas) da Tivit Tecnologia e da Softway, nos primeiros seis meses de 2007, no período que antecedeu o *drop down* da Tivit Tecnologia e a aquisição da Softway, o que, portanto, fez com que suas informações financeiras não fossem combinadas. As despesas operacionais residuais foram impactadas pela amortização do ágio gerado pela aquisição da Softway, parcialmente compensado pela diminuição dos gastos com pessoal e aluguéis, decorrentes das sinergias adquiridas nas áreas administrativas e corporativas com a união das empresas, resultando numa redução do percentual das despesas operacionais frente à receita líquida de serviços, de 18,4% em 2007 para 15,8% em 2008 (uma redução de 2,6 pontos percentuais).

Resultado financeiro

O resultado financeiro aumentou 187,7% ou R$15,26 milhões, para uma despesa de R$23,39 milhões em 2008, comparado com uma despesa de R$8,13 milhões em 2007. Essa variação se explica, principalmente, pelo resultado financeiro da Tivit Tecnologia e da Softway, nos primeiros seis meses de 2007, no período que antecedeu o *drop down* da Tivit Tecnologia e a aquisição da Softway, o que, portanto, fez com que suas informações financeiras não fossem combinadas. O resultado financeiro residual foi impactado pelo aumento das despesas financeiras decorrentes dos custos do empréstimo para a aquisição da Softway, no montante de R$99,50 milhões, ao custo de 104,5% do CDI, cujo saldo em 30 de junho de 2009 era de R$131,06 milhões. Este impacto contribuiu significativamente para que o percentual do resultado financeiro frente à receita líquida de serviços aumentasse de 1,5% em 2007 para 2,7% em 2008 (um aumento de 1,2 ponto percentual).

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

As despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) diminuíram 28,1% ou R$2,27 milhões, para R$5,81 milhões em 2008, comparado com R$8,08 milhões em 2007, devido, principalmente, ao aproveitamento do saldo do prejuízo fiscal e do crédito fiscal do ágio. Como resultado, a taxa efetiva foi reduzida para 29,5% em 2008 comparado com 59,2% em 2007. O percentual do imposto de renda e contribuição social frente à receita líquida de serviços diminuiu de 2,6% em 2007 para 2,3% em 2008 (uma redução de 0,3 ponto percentual).

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido aumentou 151,1% ou R$8,40 milhões, para R$13,96 milhões em 2008, comparado com R$5,56 milhões em 2007, como resultado da combinação dos fatores acima discutidos. Desta forma, o percentual do lucro líquido frente à receita líquida de serviços aumentou de 1,1% em 2007 para 1,6% em 2008, um aumento de 0,5 ponto percentual.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de				Variação
	2006	**%**	**2007**	**%**	**2006/2007**
	(combinado)		(combinado)		
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)				
Receita líquida de serviços	**201,67**	**100,0%**	**524,84**	**100,0%**	**160,2%**
Custo dos serviços prestados	(159,81)	-79,2%	(406,73)	-77,5%	154,5%
Lucro bruto	**41,86**	**20,8%**	**118,11**	**22,5%**	**182,1%**
Despesas operacionais					
Vendas	(1,30)	-0,6%	(11,38)	-2,2%	775,4%
Gerais e administrativas	(16,83)	-8,3%	(80,09)	-15,3%	375,9%
Resultado de equivalência patrimonial	–	0,0%	(0,02)	0,0%	N/A
Outras despesas operacionais, líquidas	(1,30)	-0,6%	(4,85)	-0,9%	273,1%
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**22,43**	**11,1%**	**21,77**	**4,1%**	**-2,9%**
Resultado financeiro	**1,01**	**0,5%**	**(8,13)**	**-1,5%**	**-905,0%**
Receitas financeiras	1,44	0,7%	1,55	0,3%	7,6%
Despesas financeiras	(0,43)	-0,2%	(9,68)	-1,8%	2151,2%
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	**23,44**	**11,6%**	**13,64**	**2,6%**	**-41,8%**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	(4,73)	-2,3%	(9,24)	-1,8%	95,3%
Diferidos	(1,47)	-0,7%	1,16	0,2%	-178,9%
Lucro líquido do exercício	**17,24**	**8,6%**	**5,56**	**1,1%**	**-67,7%**

Receita líquida de serviços

A receita líquida de serviços aumentou 160,2% ou R$323,17 milhões, para R$524,84 milhões em 2007, comparado com R$201,67 milhões em 2006. Essa variação se explica, em parte, pela combinação, por nós, da receita líquida da TTS e da Softway, a partir de julho de 2007 (quando foi realizado o *drop down* da Tivit Tecnologia e aquisição da Softway), que foi de R$175,28 milhões e R$71,11 milhões, respectivamente. A receita líquida residual foi impactada, principalmente, pelo crescimento da venda de serviços aos clientes da base existente e pela conquista de novos clientes.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados aumentou 154,5% ou R$246,92 milhões, para R$406,73 milhões em 2007, comparado com R$159,81 milhões em 2006. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, do custo dos serviços prestados da TTS e da Softway, a partir de julho de 2007 (quando foi realizado o *drop down* da Tivit Tecnologia e aquisição da Softway), que foi de R$136,88 milhões e R$56,38 milhões, respectivamente. O percentual do custo de serviços frente à receita líquida de serviços diminuiu de 79,2% em 2006 para 77,5% em 2007 (uma redução de 1,7 ponto percentual). O custo dos serviços residual foi impactado, principalmente, pelo aumento do número de funcionários e dos custos diretos incorridos na expansão das operações para suportar o crescimento de receita líquida de nossos serviços.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 182,1% ou R$76,25 milhões, para R$118,11 milhões em 2007, comparado com R$41,86 milhões em 2006. Neste mesmo período, a margem bruta apresentou aumento de 20,8% para 22,5%. Essa variação se explica, em parte, pela combinação, por nós, do lucro bruto da TTS e da Softway, a partir de julho de 2007 (quando foi realizado o *drop down* da Tivit Tecnologia e aquisição da Softway), que foi de R$38,40 milhões e R$14,74 milhões, respectivamente. O lucro bruto residual foi impactado, principalmente, pelo aumento da receita líquida de serviços. Este aumento foi devido, principalmente, ao ganho de escala nas operações e ao crescimento direcionado às cidades com menor custo de mão-de-obra e de implementação de operações, o que fez com que o custo dos serviços aumentasse em proporções ligeiramente menores em relação ao aumento da receita líquida de serviços. Desta forma, o percentual do lucro bruto frente à receita líquida de serviços aumentou de 20,8% em 2006 para 22,5% em 2007, que representa um incremento de 1,7 ponto percentual.

Despesas operacionais (com vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais líquidas)

As despesas operacionais aumentaram R$76,91 milhões, para R$96,34 milhões em 2007, comparado com R$19,43 milhões em 2006. Essa variação se explica, em parte, pela combinação, por nós, das despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais líquidas) da TTS e da Softway, a partir de julho de 2007 (quando foi realizado o *drop down* da Tivit Tecnologia e aquisição da Softway), que foram de R$45,95 milhões e R$11,05 milhões, respectivamente. O percentual das despesas operacionais frente à receita líquida de serviços aumentou de 9,5% em 2006 para 18,5% em 2007 (um aumento de 9,0 pontos percentuais). As despesas operacionais residuais foram impactadas, principalmente, pelo aumento das despesas decorrentes do aumento de quadro de funcionários e da infra-estrutura para suportar a instalação de um novo site na Cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, pela ampliação do site de Alfredo Issa, bem como pela implantação de um novo site administrativo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, ambos na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. O crescimento das despesas operacionais contempla, ainda, gastos referentes ao processo de reestruturação para preparação para abertura de nosso capital, aumento das despesas de *marketing e* despesas decorrentes da amortização do ágio pago pela aquisição da Softway, no terceiro trimestre de 2007.

Resultado financeiro

O resultado financeiro aumentou R$9,14 milhões, para uma despesa de R$8,13 milhões em 2007, comparado com uma receita de R$1,01 milhão em 2006. Essa variação se explica, em parte, pela combinação, por nós, do resultado financeiro da TTS e da Softway, a partir de julho de 2007 (quando foi realizado o *drop down* da Tivit Tecnologia e aquisição da Softway), que foi de uma despesa de R$0,62 milhão e R$0,32 milhão, respectivamente. O percentual do resultado financeiro de 2006, cujo saldo foi uma receita financeira de R$1,01 milhões, frente à receita líquida de serviços foi de 0,5%. O percentual do resultado financeiro de 2007, cujo saldo foi uma despesa de R$8,13 milhões, frente à receita líquida de serviços representou 1,5% (um aumento de 1,0 ponto percentual). O resultado financeiro residual foi impactado, principalmente, pela redução dos juros incidentes sobre notas promissórias pagas no início do exercício de 2007 e sobre obrigações financeiras oriundas dos empréstimos bancários, principalmente do empréstimo captado para a aquisição da Softway em julho de 2007, no montante de R$99,50 milhões, ao custo de 104,5% do CDI, cujo saldo em 30 de junho de 2009 era de R$131,06 milhões.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

As despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) aumentaram 30,3% ou R$1,88 milhão, para R$8,08 milhões em 2007, comparado com R$6,20 milhões em 2006. O imposto de renda e contribuição social residuais foram impactados, principalmente, pelo maior lucro tributável apurado no exercício. O percentual do imposto de renda e contribuição social frente à receita líquida de serviços diminuiu de 11,6% em 2006 para 2,6% em 2007, uma redução de 9,0 pontos percentuais.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido diminuiu 67,7% ou R$11,68 milhões, para R$5,56 milhões em 2007, comparado com R$17,24 milhões em 2006, e o percentual do lucro líquido frente à receita liquida de serviços diminui de 8,6% em 2006 para 1,1% em 2007 (uma redução de 7,5 pontos percentuais), como resultado da combinação dos fatores acima discutidos.

Análise e Discussão das Principais Contas Patrimoniais

30 de junho de 2009 comparado com 30 de junho de 2008

	Em 30 de junho de				Variação
ATIVO	**2008**	**%**	**2009**	**%**	**2008/2009**
	(Em R$ milhões, exceto percentuais)				
Circulante					
Caixa e bancos	7,99	1,3%	8,03	1,3%	0,5%
Aplicações financeiras	7,84	1,3%	58,51	9,3%	646,3%
Contas a receber de clientes	99,26	16,5%	102,64	16,3%	3,4%
Contas a receber - partes relacionadas	6,42	1,1%	4,00	0,6%	-37,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4,86	0,8%	6,48	1,0%	33,3%
Impostos a recuperar	9,49	1,6%	16,38	2,6%	72,6%
Despesas antecipadas	25,37	4,2%	20,72	3,3%	-18,3%
Outros créditos	9,27	1,5%	7,44	1,2%	-19,7%
Total do ativo circulante	**170,50**	**28,4%**	**224,20**	**35,6%**	**31,5%**
Não circulante					
Realizável a longo prazo:					
Despesas antecipadas	31,60	5,3%	24,70	3,9%	-21,8%
Impostos a recuperar	–	–	0,32	0,1%	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9,45	1,6%	1,63	0,3%	-82,8%
Total do realizável a longo prazo	**41,05**	**6,8%**	**26,65**	**4,2%**	**-35,1%**
Permanente:					
Imobilizado	248,55	41,4%	246,71	39,1%	-0,7%
Intangível	140,39	23,4%	132,87	21,1%	-5,4%
Total do permanente	**388,94**	**64,8%**	**379,58**	**60,2%**	**-2,4%**
Total do ativo não circulante	**429,99**	**71,6%**	**406,23**	**64,4%**	**-5,5%**
Total do ativo	**600,49**	**100,0%**	**630,43**	**100,0%**	**5,0%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	56,95	9,5%	36,59	5,8%	-35,8%
Empréstimos e financiamentos	44,51	7,4%	189,81	30,1%	326,4%
Impostos a recolher	11,07	1,8%	10,33	1,6%	-6,7%
Impostos parcelados	0,35	0,1%	0,35	0,1%	0,0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2,78	0,5%	0,98	0,2%	-64,8%
Salários e encargos sociais	17,45	2,9%	18,20	2,9%	4,3%
Provisão para férias e encargos	45,37	7,6%	48,49	7,7%	6,9%
Provisão pra contingências	–	–	1,95	0,3%	–
Demais contas a pagar	5,25	0,9%	5,33	0,9%	1,5%
Total do passivo circulante	**183,73**	**30,6%**	**312,03**	**49,5%**	**69,8%**
Não circulante					
Exigível a longo prazo:					
Fornecedores	1,50	0,3%	0,75	0,1%	-50,0%
Empréstimos e financiamentos	137,72	22,9%	17,00	2,7%	-87,7%
Provisão para contingências	25,06	4,2%	16,02	2,5%	-36,1%
Impostos parcelados	2,27	0,4%	2,04	0,3%	-10,1%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,47	0,2%	1,34	0,2%	-8,8%
Demais contas a pagar	0,31	0,1%	–	–	-100,0%
Total do passivo não circulante	**168,33**	**28,0%**	**37,15**	**5,9%**	**-77,9%**
Participação de minoritários	0,21	0,0%	–	–	-100,0%
Patrimônio líquido	**248,22**	**41,3%**	**281,25**	**44,6%**	**13,3%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**600,49**	**100,0%**	**630,43**	**100,0%**	**5,0%**

Caixa, bancos e aplicações financeiras

O saldo das disponibilidades aumentou R$50,71 milhões, para R$66,54 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$15,83 milhões em 30 de junho de 2008, devido principalmente à geração de caixa do período e à captação de R$25,00 milhões junto ao Banco do Brasil.

Contas a receber e partes relacionadas

O saldo de contas a receber aumentou 0,91% ou R$0,96 milhão, para R$106,64 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$105,68 milhões em 30 de junho de 2008. Apesar do aumento do faturamento no mesmo período, a variação do saldo de contas a receber não é material, o que reflete a melhoria na gestão de cobrança e recebimento.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (circulante e não circulante)

O saldo da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos diminuiu 43,3% ou R$6,20 milhões, para R$8,11 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$14,31 milhões em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, à realização de parte das diferenças temporárias e aproveitamento de crédito de prejuízo fiscal acumulado de anos anteriores.

Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

O saldo da conta de impostos a recuperar aumentou 76,0% ou R$7,21 milhões, para R$16,70 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$9,49 milhões em 30 de junho de 2008, devido ao aumento no volume do faturamento e, consequentemente, um aumento do saldo de tributos sobre o faturamento (PIS, COFINS, INSS, IR-Fonte, CSLL).

Despesas antecipadas (circulante e não circulante)

O saldo da conta de despesas antecipadas diminuiu 20,3% ou R$11,55 milhões, para R$45,42 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$56,97 milhões em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, à amortização de R$4,00 milhões referente a bônus previsto em contrato de prestação de serviços. A variação remanescente refere-se à amortização das demais despesas de licenças e manutenção de software.

Outros créditos

O saldo de outros créditos diminuiu 19,7% ou R$1,83 milhões, para R$7,44 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$9,27 milhões em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, a uma redução de R$1,41 nos adiantamentos a fornecedores.

Imobilizado e intangível

O imobilizado e intangível diminuiu 2,4% ou R$9,36 milhões, para R$379,58 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$388,94 milhões em 30 de junho de 2008, devido a depreciação e amortização do período no montante de R$100,69 milhões, em contrapartida às adições no valor de R$91,33 milhões, líquidas das respectivas baixas.

Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos e financiamentos aumentou 13,5% ou R$24,58 milhões, para R$206,81 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$182,23 milhões em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, à captação de recursos junto ao Banco do Brasil, no montante de R$25,00 milhões. A variação residual refere-se aos juros, líquidos das amortizações realizadas no exercício.

Fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo da conta de fornecedores diminuiu 36,1% ou R$21,11 milhões, para R$37,34 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$58,45 milhões em 30 de junho de 2008, devido, à redução dos saldos com fornecedores de equipamentos de informática e licenças de software e também a redução dos saldos com fornecedores de telefonia, que estavam em negociação no ano de 2008.

Salários e encargos sociais e provisão para férias e encargos

Os saldos das contas de salários e encargos sociais e provisão para férias e encargos aumentaram 6,16% ou R$3,87 milhões, para R$66,69 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com a R$62,82 milhões em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, ao aumento das provisões de férias, 13º salário e encargos decorrentes do dissídio coletivo.

Provisão para contingências (circulante e não circulante)

A provisão para contingências diminuiu 28,3% ou R$7,09 milhões, para R$17,97 milhões em 30 de junho de 2009, comparada com R$25,06 milhões em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, a reversão das provisões para contingências, cujo prazo decadencial foi atingido.

Outras contas a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de outras contas a pagar diminuiu 4,3% ou R$ 0,23 milhões, para R$5,33 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$5,56 milhões em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, à redução das antecipações recebidas de clientes.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou 13,3% ou R$33,03 milhões, para R$281,25 milhões em 30 de junho de 2009, comparado com R$248,22 milhões em 30 de junho de 2008, devido, principalmente, ao resultado do período de julho de 2008 a junho de 2009.

31 de dezembro de 2008 comparado com 31 de dezembro de 2007.

ATIVO	Em 31 de dezembro de 2007 (combinado)	%	2008 (combinado)	%	Variação 2007/2008
Circulante					
Caixa e bancos	17,22	2,8%	7,77	1,3%	-54,9%
Aplicações financeiras	5,26	0,9%	25,32	4,1%	381,4%
Contas a receber de clientes	92,55	15,2%	106,12	17,1%	14,7%
Contas a receber – partes relacionadas	5,93	1,0%	4,17	0,1%	-29,7%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7,19	1,2%	7,68	1,2%	6,8%
Impostos a recuperar	8,22	1,4%	15,89	2,6%	93,3%
Despesas antecipadas	19,53	3,2%	13,96	2,3%	-28,5%
Outros créditos	7,63	1,3%	11,91	1,9%	56,1%
Total do ativo circulante	**163,53**	**26,9%**	**192,82**	**31,1%**	**17,9%**
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2,28	0,4%	1,83	0,3%	-19,7%
Impostos a recuperar	–	0,0%	3,28	0,5%	N/A
Despesas antecipadas	35,60	5,9%	28,40	4,6%	-20.2%
Imobilizado	266,78	43,9%	260,59	42,0%	-2,3%
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	92,43	15,2%	84,08	13,6%	-9,0%
Outros intangíveis	47,84	7,9%	48,84	7,9%	2,1%
Total do ativo não circulante	**444,93**	**73,1%**	**427,02**	**68,9%**	**-4,0%**
Total do ativo	**608,46**	**100,0%**	**619,84**	**100,0%**	**1,9%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	65,85	10,8%	44,21	7,1%	-32,9%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	160,73	26,4%	67,49	10,9%	-58,0%
Partes relacionadas	0,39	0,1%	–	0,0%	-100,0%
Impostos a recolher	11,74	1,9%	10,64	1,7%	-9,4%
Impostos parcelados	0,35	0,1%	0,35	0,1%	0,0%
Salários e encargos sociais	21,80	3,6%	19,79	3,2%	-9,2%
Provisão para férias e encargos sociais	30,31	5,0%	33,87	5,5%	11,8%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,17	0,2%	1,16	0,2%	-0,9%
Dividendos propostos	–	0,0%	3,27	0,5%	N/A
Provisão para contingências	1,80	0,3%	1,45	0,2%	-19,4%
Outras contas a pagar	10,54	1,7%	3,92	0,6%	-62,8%
Total do passivo circulante	**304,68**	**50,1%**	**186,15**	**30,0%**	**-38,9%**
Não circulante					
Fornecedores	2,24	0,4%	1,50	0,2%	-33,0%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	27,22	4,5%	147,68	23,8%	442,5%
Provisão para contingências	19,32	3,2%	20,23	3,3%	4,7%
Impostos parcelados	2,43	0,4%	2,10	0,3%	-13,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3,47	0,6%	2,75	0,4%	-20,8%
Outras contas a pagar	0,02	0,0%	–	0,0%	-100,0%
Total do passivo não circulante	**54,70**	**9,0%**	**174,26**	**28,1%**	**218,6%**
Participação de minoritários	0,33	0,1%	–	0,0%	-100,0%
Patrimônio líquido	**248,75**	**40,9%**	**259,43**	**41,9%**	**4,3%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**608,46**	**100,0%**	**619,84**	**100,0%**	**1,9%**

Caixa e bancos e aplicações financeiras

O saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras aumentou 47,2% ou R$10,61 milhões, para R$33,09 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$22,48 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido à captação de R$25,00 milhões junto ao Banco do Brasil, compensado parcialmente pelo pagamento de fornecedores.

Contas a receber de clientes e partes relacionadas

O saldo de contas a receber de clientes e partes relacionadas aumentou 12,0% ou R$11,81 milhões, para R$110,29 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$98,48 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido, principalmente, ao aumento do faturamento de novos clientes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (circulante e não circulante)

O saldo da conta de imposto de renda e contribuição social circulante e não circulante diferidos aumentou 0,4% ou R$0,04 milhão, para R$9,51 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$9,47 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido à variação nas diferenças temporárias.

Impostos a recuperar (circulante e não circulante)

O saldo da conta de impostos a recuperar circulante e não circulante aumentou 133,2% ou R$10,95 milhões, para R$19,17 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$8,22 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido ao aumento no volume do faturamento e consequentemente um aumento do saldo de tributos sobre o faturamento (PIS, COFINS, INSS, IR-Fonte, CSLL).

Despesas antecipadas (circulante e não circulante)

O saldo da conta de despesas antecipadas circulante e não circulante diminuiu 23,2% ou R$12,77 milhões, para R$42,36 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$55,13 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido à amortização das despesas de licenças e manutenção de *software*.

Outros créditos

O saldo de outros créditos aumentou 56,1% ou R$4,28 milhões, para R$11,91 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$7,63 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao aumento dos adiantamentos a fornecedores.

Imobilizado e intangível

O imobilizado e intangível diminuiu 3,3% ou R$13,54 milhões, para R$393,51 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$407,05 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido a adições de R$96,11 milhões, líquidas das baixas, e depreciações e amortizações do período de R$108,75 milhões.

Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil (circulante e não circulante)

O saldo de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil circulante e não circulante aumentou 14,5% ou R$27,22 milhões, para R$215,17 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$187,95 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido, principalmente, à captação de recursos junto ao Banco do Brasil no montante de R$25,00 milhões. O valor residual refere-se aos juros, líquidos das amortizações realizadas no exercício.

Fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo da conta de fornecedores circulante e não circulante diminuiu 32,9% ou R$22,38 milhões, para R$45,71 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$68,09 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido, principalmente, à redução dos saldos com fornecedores de equipamentos de informática e licenças de *software* e também à redução dos saldos com fornecedores de telefonia que estavam em negociação no início de 2008.

Salários e encargos sociais e provisão para férias e encargos sociais

Os saldos das contas de salários e encargos sociais e provisão para férias e encargos aumentaram 3,0% ou R$1,55 milhão, para R$53,66 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$52,11 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido ao aumento no saldo de provisão de férias e encargos em função do dissídio coletivo do exercício.

Dividendos propostos

O saldo de dividendos propostos aumentou R$3,27 milhões, devido à provisão dos dividendos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a serem pagos em 2009.

Provisão para contingências (circulante e não circulante)

A provisão para contingências circulante e não circulante aumentou 2,6% ou R$0,56 milhão, para R$21,68 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparada com R$21,12 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido, principalmente, à complementação da provisão para novas contingências trabalhistas.

Outras contas a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de outras contas a pagar diminuiu 62,8% ou R$6,62 milhões, para R$3,92 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$10,54 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à redução dos adiantamentos recebidos de clientes.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou 4,3% ou R$10,68 milhões, para R$259,43 milhões em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$248,75 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido ao lucro líquido do período no montante de R$13,78 milhões, líquido dos dividendos pagos no valor de R$3,27 milhões.

31 de dezembro de 2007 comparado com 31 de dezembro de 2006.

ATIVO	Em 31 de dezembro de 2006 (combinado)	%	2007 (combinado)	%	Variação 2006/2007
		(Em R$ milhões, exceto percentuais)			
Circulante					
Caixa e bancos	6,37	8,1%	17,22	2,8%	170,3%
Aplicações financeiras	2,09	2,7%	5,26	0,9%	151,7%
Contas a receber de clientes	27,51	34,8%	92,55	15,2%	236,4%
Contas a receber - partes relacionadas	–	0,0%	5,93	1,0%	N/A
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,98	1,2%	7,19	1,2%	633,7%
Impostos a recuperar	1,91	2,4%	8,22	1,4%	330,4%
Despesas antecipadas	–	0,0%	19,53	3,2%	N/A
Outros créditos	1,96	2,5%	7,63	1,3%	289,3%
Total do ativo circulante	**40,82**	**51,7%**	**163,53**	**26,9%**	**300,6%**
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3,26	4,1%	2,28	0,4%	-30,1%
Despesas antecipadas	–	0,0%	35,60	5,9%	N/A
Imobilizado	34,04	43,1%	266,78	43,9%	683,7%
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	–	0,0%	92,43	15,2%	N/A
Outros intangíveis	0,89	1,1%	47,84	7,9%	5.275,3%
Total do ativo não circulante	**38,19**	**48,3%**	**444,93**	**73,1%**	**1.065,0%**
Total do ativo	**79,01**	**100,0%**	**608,46**	**100,0%**	**670,1%**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Circulante					
Fornecedores	5,54	7,0%	65,85	10,8%	1.088,6%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	–	0,0%	160,73	26,4%	N/A
Partes relacionadas	–	0,0%	0,39	0,1%	N/A
Impostos a recolher	3,33	4,2%	11,74	1,9%	252,6%
Impostos parcelados	0,30	0,4%	0,35	0,1%	16,7%
Salários e encargos sociais	7,55	9,6%	21,80	3,6%	188,7%
Provisão para férias e encargos sociais	7,88	10,0%	30,31	5,0%	284,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	0,0%	1,17	0,2%	N/A
Dividendos propostos	13,16	16,7%	–	0,0%	-100,0%
Provisão para contingências	1,50	1,9%	1,80	0,3%	20,0%
Outras contas a pagar	1,17	1,5%	10,54	1,7%	800,9%
Total do passivo circulante	**40,43**	**51,2%**	**304,68**	**50,1%**	**653,6%**
Não circulante					
Fornecedores	–	0,0%	2,24	0,4%	N/A
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	–	0,0%	27,22	4,5%	N/A
Provisão para contingências	2,93	3,7%	19,32	3,2%	559,4%
Impostos parcelados	2,63	3,3%	2,43	0,4%	-7,6%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	0,0%	3,47	0,6%	N/A
Outras contas a pagar	–	0,0%	0,02	0,0%	N/A
Total do passivo não circulante	**5,56**	**7,0%**	**54,70**	**9,0%**	**883,8%**
Participação de minoritários	–	0,0%	0,33	0,1%	N/A
Patrimônio líquido	**33,02**	**41,8%**	**248,75**	**40,9%**	**653,3%**
Total do passivo e patrimônio líquido	**79,01**	**100,0%**	**608,46**	**100,0%**	**670,1%**

Caixa e bancos e aplicações financeiras

O saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras aumentou R$14,02 milhões, para R$22,48 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$8,46 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de disponibilidades da TTS e da Softway, nos valores de R$14,41 milhões e R$5,26 milhões, respectivamente, em referida data. Essa variação foi parcialmente compensada pela aplicação de recursos em investimentos para ampliação das atividades, encargos sobre os empréstimos e para atividades operacionais.

Contas a receber de clientes e partes relacionadas

O saldo de contas a receber de clientes e partes relacionadas aumentou R$70,97 milhões, para R$98,48 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$27,51 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de contas a receber da TTS e da Softway, nos valores de R$45,19 milhões e R$14,20 milhões, respectivamente, em referida data. O valor residual decorre, principalmente, do aumento do faturamento.

Imposto de renda e contribuição social diferidos (circulante e não circulante)

O saldo da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos circulante e não circulante aumentou R$5,23 milhões, para R$9,47 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$4,24 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos da TTS, no valor de R$6,21 milhões em referida data. Essa variação foi parcialmente compensada pela realização de diferenças temporárias.

Impostos a recuperar

O saldo da conta de impostos a recuperar aumentou R $6,31 milhões, para R$8,22 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$1,91 milhão em 31 de dezembro de 2006. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de impostos a pagar da TTS e da Softway, nos valores de R$1,75 milhão e R$1,70 milhão, respectivamente, em referida data. O valor residual decorre do aumento do faturamento e consequentemente aumento do saldo dos tributos sobre o faturamento.

Despesas antecipadas (circulante e não circulante)

O saldo da conta de despesas antecipadas circulante e não circulante aumentou R$55,13 milhões, considerando que, em 31 de dezembro de 2006, não havia saldo de despesas antecipadas. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de despesas antecipadas da TTS no valor de R$53,69 milhões em referida data. O valor residual decorre de novos contratos de licença de uso e manutenção de *software*.

Outros créditos

O saldo de outros créditos aumentou R$5,67 milhões, para R$7,63 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$1,96 milhão em 31 de dezembro de 2006, devido principalmente pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de outras contas a pagar da TTS, no valor de R$5,42 milhões. O valor residual refere-se ao aumento dos adiantamentos recebidos de clientes.

Imobilizado e intangível

O saldo das contas de imobilizado e intangível aumentou R$372,12 milhões, para R$407,05 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$34,93 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de imobilizado e intangível da TTS e da Softway, nos valores de R$244,25 milhões e R$15,82 milhões, respectivamente, em referida data. O valor residual decorre, principalmente, da expansão e renovação dos ativos envolvidos nas operações novas para suportar o crescimento da receita líquida de serviços, com destaque para os sites de São José dos Campos, Alfredo Issa e Faria Lima.

Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil (circulante e não circulante)

O saldo da conta de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil circulante e não circulante aumentou R$187,95 milhões, considerando que, em 31 de dezembro de 2006, não havia saldo de empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de empréstimos e financiamentos da TTS e da Softway, nos valores de R$66,05 milhões e R$0,30 milhão, respectivamente, em referida data. O valor residual decorre, principalmente, da captação de recursos no montante de R$99,50 milhões para a aquisição da Softway e financiamento das atividades operacionais.

Fornecedores (circulante e não circulante)

O saldo da conta de fornecedores circulante e não circulante aumentou R$62,55 milhões, para R$68,09 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$5,54 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de fornecedores da TTS e da Softway, nos valores de R$49,92 milhões e R$4,70 milhões, respectivamente, em referida data. O valor residual decore do aumento dos saldos de fornecedores de telefonia, imobilizado e *software*.

Salários e encargos sociais e provisão para férias e encargos sociais

Os saldos das contas de salários e encargos sociais e provisão para férias e encargos aumentaram R$36,68 milhões, para R$52,11 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$15,43 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de salários e encargos sociais e provisão para férias e encargos da TTS e da Softway, nos valores de R$20,55 milhões e R$10,95 milhões, respectivamente, em referida data. O valor residual decorre, principalmente, de maior provisão de férias e encargos trabalhistas advinda do aumento do número de funcionários para suportar o crescimento da receita líquida de serviços e do dissídio coletivo do período.

Dividendos propostos

O saldo de dividendos propostos, em 31 de dezembro de 2006, no valor de R$13,16 milhões, foi integralmente pago aos nossos acionistas durante o exercício social de 2007.

Provisão para contingências (circulante e não circulante)

A provisão para contingências circulante e não circulante aumentou R$16,69 milhões, para R$21,12 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparada com R$4,43 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa variação decorre da combinação, por nós, dos saldos de provisão para contingências da Softway, no valor de R$19,32 milhões em 31 de dezembro de 2007, parcialmente compensado pela liquidação de contingências trabalhistas e previdenciárias.

Outras contas a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de outras contas a pagar aumentou R$9,37 milhões, para R$10,54 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$1,17 milhão em 31 de dezembro de 2006, devido principalmente à combinação, por nós, em 31 de dezembro de 2007, dos saldos de outras contas a pagar da TTS, no valor de R$7,88 milhões. O valor residual refere-se ao aumento dos adiantamentos a fornecedores.

Patrimônio líquido

O patrimônio líquido aumentou 653,3% ou R$215,73 milhões, para R$248,75 milhões em 31 de dezembro de 2007, comparado com R$33,02 milhões em 31 de dezembro de 2006. Essa variação se explica, principalmente, pela combinação, por nós, dos saldos de patrimônio líquido da TTS e da Softway, em 31 de dezembro de 2007, nos valores de R$214,88 milhões e R$0,56 milhão, respectivamente, em referida data. O patrimônio líquido residual decorre, principalmente, do resultado do exercício e efeitos de incorporação do acervo líquido da Telefutura por nós (à época sob a denominação social de TAT).

Liquidez e Recursos de Capital

Nossa principal fonte de recursos deriva do caixa gerado pelas nossas operações, das atividades de financiamento e do aporte de recursos dos nossos acionistas.

Nossas principais exigências de caixa são decorrentes das necessidades de capital de giro, de investimentos para suportar o crescimento da base de clientes e para manter nosso parque instalado (instalações, equipamentos e *software*) atualizado tecnologicamente, além de pagamento de empréstimos e financiamentos.

A tabela abaixo apresenta o nosso fluxo de caixa condensado para os exercícios e períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			**Período de seis meses encerrado em 30 de junho de**		**Variação**		
	2006	**2007**	**2008**	**2008**	**2009**	**2006/2007**	**2007/2008**	**2008/2009**
		(combinado)			(consolidado)			
	(em milhões de R$, exceto percentuais)							
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	32,34	76,49	104,98	54,92	84,66	136,5%	37,2%	54,2%
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimento...	(25,85)	(177,15)	(106,10)	(77,02)	(30,13)	585,3%	-40,1%	-60,9%
Caixa Gerado pelas (Aplicado nas) Atividades de Financiamento	(15,11)	108,27	11,73	14,65	(21,08)	N/A	-89,2%	-243,9%
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	17,08	8,46	22,48	22,48	33,09	-50,5%	165,7%	47,2%
Caixa Proveniente de Controladas Adquiridas	–	6,41	–	0,79	–	N/A	-100,0%	-100,0%
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	**8,46**	**22,48**	**33,09**	**15,83**	**66,54**	**165,7%**	**47,2%**	**320,3%**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(8,62)	14,02	10,61	(6,66)	33,45			
Variação de caixa e equivalentes de caixa (%)	-50,5%	165,7%	47,2%	-29,6%	101,1%			

Recursos de Fluxo de Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, o fluxo de caixa gerado por nossas operações totalizou R$84,66 milhões e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o fluxo de caixa gerado totalizou R$104,98 milhões. O saldo mantido em caixa, bancos e aplicações financeiras em 30 de junho de 2009 era de R$66,54 milhões e em 31 de dezembro de 2008 era de R$33,09 milhões.

Recursos de Fluxo de Caixa Utilizados em Atividades de Investimento

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, efetuamos investimentos na expansão de nossas atividades no valor total de R$30,13 milhões os quais foram utilizados para investimentos em imobilizado, compostos por móveis e utensílios, equipamentos de informática e outros, que são, em sua essência, aqueles necessários à manutenção de nossas operações.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, efetuamos investimentos na expansão de nossas atividades no valor total de R$106,10 milhões, que foram aplicados na aquisição de imobilizado, principalmente equipamentos de informática necessários à manutenção de nossas operações. Deste montante, R$26,00 milhões referem-se à capitalização dos ativos adquiridos por meio de contratos de arrendamento mercantil para adequação à Lei nº 11.638/07.

Os últimos investimentos em aquisições que realizamos foram a aquisição da Softway, em 2007 e a aquisição da Open Concept, em 2008. A Softway foi adquirida por R$91,55 milhões, valor esse que não levou em consideração as sinergias eventualmente geradas e as oportunidades de *cross-selling* com novos clientes.

Recursos de Fluxo de Caixa Utilizados em (Gerados Pelas) Atividades de Financiamento

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, o fluxo de caixa consumido por nossas atividades de financiamento foi de R$21,08 milhões, que foram utilizados para pagamentos de empréstimos e financiamentos no valor de R$16,76 milhões, pagamento de dividendos no valor de R$3,27 milhões e outros pagamentos no valor de R$1,05 milhão. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, o fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento foi de R$11,73 milhões advindos das captações de financiamentos, líquidas dos pagamentos no valor de R$16,75 milhões, bem como do pagamento de dividendos no montante de R$3,28 milhões, além de outros pagamentos no montante de R$1,74 milhão.

Endividamento

Nosso saldo de empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição, em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006:

		Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	Encargos financeiros	**2009**	**2008**	**2007**	**2006**
		(consolidado)		(combinado)	
			(em R$ milhões)		
Banco ABN AMRO Real S.A.	104,5% CDI	131,06	124,03	120,03	–
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES	9,55% a.a.	6,28	7,94	9,90	–
Banco do Brasil S.A	101% do CDI	27,16	25,75	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	103,7% CDI	42,32	57,45	58,02	2,15
Outros	–	–	–	–	–
Total		**206,81**	**215,17**	**187,95**	**2,15**
Parcela do circulante		189,81	67,49	160,73	1,63
Parcela do não circulante		17,00	147,68	27,22	0,52

A composição da parcela de empréstimos e financiamentos não circulante, em 30 de junho de 2009, por ano de vencimento, pode ser assim demonstrada:

Ano de vencimento	**Em 30 de junho de 2009**
	(em R$ milhões)
2010	16,58
2011	0,42
Total	**17,00**

Obrigações Contratuais

Além das obrigações financeiras mencionadas na discussão acima sobre nosso endividamento, nossas obrigações contratuais, em 30 de junho de 2009, encontram-se resumidas na tabela abaixo:

Tipo de obrigação	Parte	Valor de despesa no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009	Vigência
		(em R$ milhões)	
Energia elétrica.....	Light Serviços de Eletricidade S.A.	1,99	Início 14/11/2002, prorrogável automaticamente
	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	6,78	Início em 11/2006, prorrogável automaticamente
	Bandeirantes Energia S.A.	0,19	01/03/2006 a 01/03/2011
	Cia Piratininga de Força e Luz – CPFL	0,21	Início em 04/12/07, prorrogável automaticamente
	Celesc Distribuição S/A	0,18	Início em 09/2005, prorrogável automaticamente
Telefonia	Diversos	10,43	Diversos
Transmissão e entrega de sinais digitais.....	Diversos	7,41	Diversos
Licenças de uso de software e manutenção	BMC	0,37	01/10/2006 a 31/12/2011
	Computer Associates	6,33	31/03/2006 a 31/03/2012
	IBM	7,52	Diversos
	Diversos	12,14	Diversos
Aluguel de imóveis	Diversos	10,68	Diversos
Total		**64,23**	

Ademais, além das obrigações financeiras mencionadas na discussão acima sobre nosso endividamento, celebramos, entre abril de 2006 e junho de 2009, 38 contratos de arrendamento mercantil financeiro, que continuam vigentes e possuem vencimentos entre agosto de 2009 e outubro de 2011, com a Companhia Itaú Leasing de Arrendamento Mercantil S.A., Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Banco IBM S.A., Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e HBSC Bank Brasil S.A. Grande parte destes contratos tem prazo de 36 meses e custo aproximado de 103,7% do CDI. O valor atualizado da dívida derivada destes contratos em 30 de junho de 2009 é de aproximadamente R$42,32 milhões. Esses contratos de arrendamento mercantil têm como objeto equipamentos de informática (*hardware*) e *software*.

A tabela abaixo descreve as principais características dos contratos de arrendamento mercantil celebrados por nós:

Parte	Valor dos pagamentos dos juros até 30 de junho de 2009	Saldo devedor em 30 de junho de 2009	Vigência
	(em R$ milhões)		
Companhia Itaú Leasing de Arrendamento Mercantil	1,80	29,02	abril de 2006 a outubro de 2011
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	0,07	0,98	junho de 2007 a abril de 2010
Banco IBM S.A.	0,80	12,06	março de 2006 a dezembro de 2010
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	0,02	0,24	junho de 2007 a agosto de 2010
HSBC Bank Brasil S.A	0,00	0,02	julho de 2006 a outubro de 2009
Total	**2,69**	**42,32**	

Aderimos ao parcelamento concedido pela Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006 (Parcelamento Excepcional – PAEX). Tal parcelamento possibilita aos contribuintes pagar os tributos federais vencidos, até 28 de fevereiro de 2003, em até 130 meses; e entre março de 2003 e dezembro de 2005, em 120 meses. Nesse parcelamento foram inscritos débitos previdenciários decorrentes da diferença de 1,5% dos valores destinados ao SESC/SENAC, não recolhidos no período de junho de 2001 a outubro de 2005. Em 30 de junho de 2009, o saldo total remanescente do referido parcelamento correspondia a R$2,39 milhões. Atualmente aguardamos a homologação do parcelamento pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no entanto as referidas parcelas estão sendo recolhidas de forma regular. O não cumprimento regular das obrigações tributárias correntes ou ao atraso de duas parcelas consecutivas ou alternadas do programa implicaria na exclusão do parcelamento e na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago. A tabela abaixo apresenta o valor dos vencimentos anuais de tal parcelamento:

Ano de vencimento	**Em 30 de junho de 2009**
	(em R$ milhões)
2010	0,35
2011	0,35
2012	0,35
2013 em diante	1,00
Total	**2,05**

Para maiores informações, veja a seção "Nossas Atividades e Visão Geral do Setor – Contratos Relevantes", na página 137 deste Prospecto.

Capacidade de Pagamento de Compromissos Financeiros

Acreditamos que temos liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos exercícios, embora nós não possamos garantir que tal situação permanecerá inalterada. Caso entendamos necessário contrair empréstimos para financiar nossos investimentos e aquisições, acreditamos ter capacidade para contratá-los, sem afetar significativamente nossos resultados.

Operações não Registradas nas Demonstrações Financeiras

Não temos quaisquer operações não registradas nas nossas demonstrações financeiras. Não possuímos quaisquer controladas que não estejam incluídas nas nossas demonstrações financeiras consolidadas, tampouco possuímos quaisquer coligadas ou participações que não estejam refletidas nas nossas demonstrações financeiras combinadas.

Avaliação Quantitativa e Qualitativa dos Riscos de Mercado

Risco de crédito – No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, os nossos dez maiores clientes representaram aproximadamente 61,1% de nossa receita bruta no exercício. Já no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, os nossos dez maiores clientes representaram aproximadamente 63,3% do total de nossa receita bruta no período, um aumento, portanto, de 2,2 pontos percentuais, quando comparada ao percentual referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. A nossa política de vendas está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estamos dispostos a nos sujeitar no curso de nossos negócios. A diversificação de nossa carteira de recebíveis, a seletividade de nossos clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nossas contas a receber.

Risco de taxa de juros – Nossas receitas e despesas são afetadas pelas mudanças nas taxas de juros incidentes sobre os saldos do nosso caixa, nossas aplicações financeiras e nossos empréstimos. Adicionalmente, a cada ponto percentual de variação ao ano da taxa do CDI, nossas despesas com juros podem variar aproximadamente R$1,47 milhão.

Risco cambial – Na data do Prospecto, não temos receitas, dívidas ou custos relevantes sujeitos à variação de taxas de câmbio. No entanto, com a potencial intensificação de nossa atuação fora do Brasil, podemos passar a auferir receitas relevantes em moeda estrangeira, ficando portanto sujeitos ao risco de variação de tais moedas frente ao Real.

Derivativos

Temos a política de não contratar operações de derivativos no curso normal de nossas operações. Tais operações necessitam de aprovação formal de nosso Conselho de Administração, conforme determina nosso Estatuto Social. Em 30 de junho de 2009, possuíamos um empréstimo em moeda estrangeira junto ao Banco ABN AMRO Real S.A. e, para mitigar este risco, celebramos também contrato de *swap*, passando o custo efetivo de juros a ser fixado em 104,5% do CDI.

NOSSAS ATIVIDADES E VISÃO GERAL DO SETOR

Visão Geral

Acreditamos ser a companhia brasileira líder na prestação de serviços integrados de BPO e de TI na América Latina. Os nossos serviços de BPO consistem na terceirização e gestão de processos críticos, que tipicamente envolvem atividades operacionais, comerciais, financeiras, dentre outras, de forma a permitir que nossos clientes se concentrem em suas atividades fim. Os serviços de BPO que prestamos aos nossos clientes normalmente envolvem o acompanhamento e gestão de atividades que são intensivas em pessoas, processos e tecnologia, como, por exemplo, atividades de pós-venda, controle de processos logísticos, organização e armazenagem de informações transacionais, serviços de atendimento ao consumidor e cobrança, entre outras. Nossa divisão de TI é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, integração e manutenção das infra-estruturas de TI de nossos clientes, oferecendo, dentre outros, serviços de processamento de contas, armazenamento de dados, processamento *mainframe*, serviços integrados de *help desk* e *field services*, autorização e processamento de transações, e gerenciamento de aplicativos relacionados ao ERP. Acreditamos contar com uma das maiores plataformas de BPO e TI da América Latina, com mais de 23.000 funcionários e 15 unidades operacionais no Brasil, incluindo dois *datacenters* Nível 5. Um dos nossos principais diferenciais é que as nossas divisões de BPO e TI trabalham de forma integrada, buscando criar soluções customizadas que gerem valor para nossos clientes. Somos especializados na prestação de serviços e soluções para diversos segmentos de negócio, incluindo serviços financeiros, seguros, serviços públicos e indústrias de bens de consumo, entre outros.

Devido à natureza dos serviços que prestamos, um alto grau de confiança e cooperação é estabelecido entre nós e nossos clientes, sejam eles empresas brasileiras ou grandes multinacionais com operações no Brasil. Acreditamos ser vistos pelos nossos clientes como uma extensão de suas áreas de negócios e parceiros estratégicos na terceirização de suas atividades. Elaboramos soluções personalizadas e inovadoras para seus negócios por meio do desenvolvimento, implementação e gerenciamento de atividades críticas de BPO e TI. Oferecemos aos nossos clientes soluções que apresentam resultados tangíveis, verificados por meio da redução de custos, aumento da eficiência de processos e melhoria no nível de serviços. A satisfação e confiança de nossos clientes nos serviços que prestamos é evidenciada pela relação contratual de longo prazo que possuímos com eles e também pelo baixo *Churn* de nosso portfólio. Como resultado, estas características nos propiciam um fluxo estável e previsível de receitas, sendo que 90,8% das nossas receitas no primeiro semestre de 2009 foram decorrentes de contratos com prazo de pelo menos 24 meses.

Acreditamos que a nossa habilidade para gerenciar pessoas, processos e tecnologias de maneira eficiente é a principal razão para a manutenção do nosso modelo diferencial de negócios e impulsiona o forte crescimento de nossas operações, resultando em consistente geração de caixa.

Nossa receita líquida de 2008 foi de R$866,59 milhões, de R$524,84 milhões em 2007 e de R$201,67 milhões em 2006. A receita líquida de 2006 da Tivit Tecnologia, cujos ativos foram integralizados em julho de 2007 numa sociedade que posteriormente foi incorporada por nós (em janeiro de 2009), foi de R$275,17 milhões. Já a receita líquida da Softway em 2006 (adquirida por nós em julho de 2007 e incorporada por nós em junho de 2008) foi de R$120,81 milhões. O nosso crescimento médio anual entre 2006 e 2008 foi significativamente superior ao crescimento médio anual do mercado brasileiro de BPO e de TI no mesmo período de acordo com o IDC. O crescimento da nossa receita líquida reflete, entre outros fatores, o efeito de nossos esforços focados em *cross-selling* e na celebração de novos contratos. Nossa Margem de EBITDA Ajustado de 2008 foi de 18,0%, representando um aumento de 2,6 ponto percentual sobre a Margem de EBITDA Ajustado de 2006, que foi de 15,4%. A Margem de EBITDA Ajustado de 2006 da Tivit Tecnologia foi de 14,7% e da Softway foi de 3,3%. Acreditamos que o aumento da nossa Margem de EBITDA Ajustado demonstra a significativa capacidade de gestão e escalabilidade do nosso modelo de negócios, bem como a nossa capacidade de integrar as atividades e melhorar a rentabilidade das empresas que adquirimos. Em 30 de junho de 2009, nossa carteira era composta por mais de 900 clientes. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, nosso maior cliente representou 13,5% de nossa receita total bruta, ao passo que nossos dez maiores clientes representaram 63,3% de nossa receita nesse período. Entre nossos maiores clientes estão grandes companhias internacionais e brasileiras.

A tabela abaixo apresenta algumas de nossas informações financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009
	(Combinado)		(Consolidado)
	(em R$ milhões, exceto percentuais)		
Informações financeiras:			
Receita líquida de serviços	866,59	419,02	452,23
BPO	462,59	226,39	255,17
TI	404,00	192,63	197,06
Lucro bruto	179,76	76,16	98,31
Lucro líquido	13,96	8,81	21,73
Outras informações:			
EBITDA[(1)]	151,91	73,73	78,34
EBITDA Ajustado[(1)]	155,56	73,73	78,34
Margem EBITDA Ajustado[(1)]	18,0%	17,6%	17,3%

(1) Para maiores informações sobre EBITDA e Margem EBITDA Ajustado, veja a seção "Definições" e "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações – Outras Informações", nas páginas 1 e 17 deste Prospecto, respectivamente.

A tabela abaixo apresenta a distribuição percentual de nossa receita bruta entre os principais setores da economia representados pelos nossos clientes para os períodos indicados:

Percentual da Receita Bruta por Setor

Setor	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009
		% da Receita Bruta	
Cartões	28,7%	29,1%	30,1%
Bancos e Seguradoras	31,0%	30,7%	32,8%
Indústria	16,3%	17,1%	12,4%
Saúde, Varejo, Logística e *Agribusiness*	12,6%	11,9%	10,8%
Serviços Públicos	10,6%	10,4%	13,5%
Outros	0,9%	0,8%	0,5%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

A Indústria

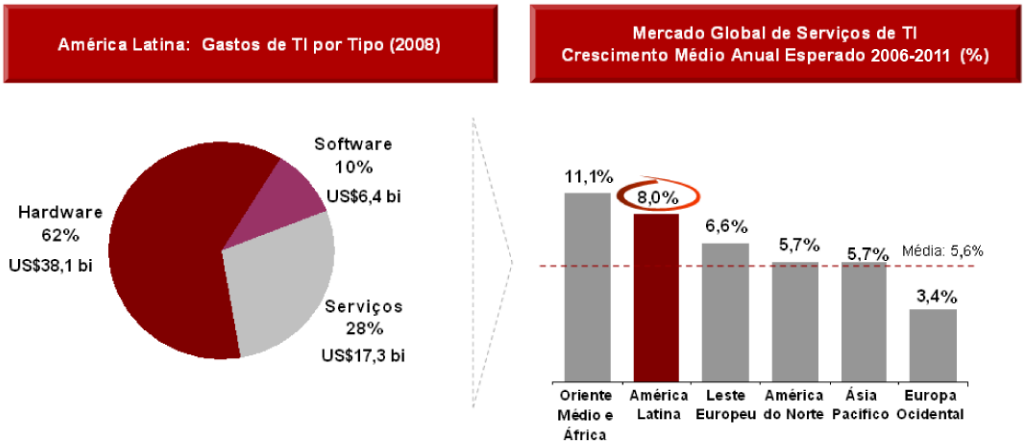
A globalização da economia mundial elevou consideravelmente o nível de competição entre as empresas em praticamente todos os mercados. Devido aos avanços tecnológicos e das telecomunicações, as companhias passaram a competir em escala global. Para permanecerem competitivas, as empresas tiveram que aumentar seus níveis de eficiência, concentrando esforços nas suas atividades principais e terceirizando processos e atividades de suporte. Nesse sentido, a globalização tem desempenhado papel fundamental para os setores de BPO e TI, que compreendem atividades terceirizadas de suporte aos negócios das empresas, tais como o planejamento, desenho e gerenciamento de infra-estrutura e processos tecnológicos.

A prestação do serviço de BPO consiste na contratação de serviços de terceiros para gerenciar uma função ou processo dentro do negócio do cliente, como, por exemplo, processamento de ocorrências, administração e gerenciamento de clientes, enquanto a terceirização de funções de TI inclui o planejamento, desenho e gerenciamento da estratégia de TI de uma companhia e da infra-estrutura necessária para suportar operações de missão crítica.

A necessidade das empresas por um gerenciamento intensivo de custos para se manterem competitivas tem se intensificado com a desaceleração da economia mundial, principalmente a partir de meados de 2008, e o atual cenário de incerteza, fazendo com que as empresas elevem de maneira estratégica o grau de terceirização de suas atividades. Os serviços de BPO representam uma importante área de crescimento no mercado de terceirização, dado que a demanda de clientes por serviços de natureza estratégica cresce em detrimento da demanda por serviços de terceirização focados unicamente na redução de custos. Além do crescimento individual dos setores, foi identificado ainda um crescimento na integração da prestação de serviços de BPO e TI, evidenciada, segundo Gartner (dezembro de 2008), pelo crescimento no número de contratos com oferta integrada de serviços de BPO e TI em 2007 e 2008. Este é um importante indicador que valida a estratégia de fornecedores de oferecer serviços de maneira integrada e abrangente e o crescimento da demanda de clientes por soluções completas que estejam presentes em todas as fases de determinados processos. Consequentemente, acreditamos que empresas que forneçam soluções integradas de BPO e TI terão posicionamento privilegiado junto a seus clientes.

O mercado global estimado para esses serviços de BPO e TI em 2008 foi de US$1,15 trilhão, de acordo com o IDC, e é esperada uma taxa de crescimento médio anual de 7,5% até 2013.

A América Latina tem crescentemente se inserido nesse cenário como um mercado importante para serviços de BPO e TI, em função do aumento de seu crescimento econômico. Em 2008, a região apresentou o quinto ano sucessivo de crescimento econômico, a taxas de aproximadamente 5,0% ao ano. De acordo com o IDC e com base em informações da Global Insight e Gartner, de um mercado total de US$61,80 bilhões de gastos com TI (que incluem gastos com *hardware*, *software* e serviços de TI) na América Latina em 2008, aproximadamente 28,0% (ou cerca de US$17,30 bilhões) foram gastos com serviços de TI. De acordo com dados da Global Insight e do Gartner (2007), o mercado latino-americano de serviços de TI deverá estar dentre os de maior crescimento entre todos os mercados no mundo, no período de 2006 a 2011, apresentando um crescimento médio anual esperado de 8,0%.



Fonte: IDC, 2008; Global Insight e Gartner, 2007.

Acreditamos que a demanda por serviços de TI no Brasil é mais sofisticada do que em outros países. Parte disto deve-se à diversidade das plataformas de TI em operação no Brasil, onde os mais importantes produtos/soluções de TI existentes no mundo são encontrados. De acordo com as informações divulgadas pela BRASSCOM, o Brasil possui o segundo maior parque de *mainframes* do mundo e, consequentemente, possui o segundo maior contingente global de programadores COBOL, fato que faz com que o País seja extremamente atraente para o desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas legados. Esse cenário criou um ambiente bastante competitivo e aberto no mercado de serviços de BPO e TI no Brasil.

O Brasil possui o maior mercado de serviços de TI na América Latina, movimentando cerca de US$10,10 bilhões, o equivalente a 58,0% do gasto anual em serviços de TI na América Latina, de acordo com o IDC. Além de seu tamanho, o mercado brasileiro de serviços de TI deverá apresentar um elevado crescimento médio nos próximos anos de acordo com o IDC, de cerca de 8,0% ao ano no período de 2008 a 2013. Apesar de não existirem estudos estatísticos abrangentes sobre o mercado brasileiro de BPO preparados por institutos de pesquisa internacionais, acreditamos que a oportunidade de BPO no Brasil pode ser ainda maior e menos explorada que o mercado de serviços de TI.

Apesar de constituir o maior mercado de serviços de TI na América Latina, esse mercado ainda é pouco penetrado quando comparado a mercados mais maduros, como os EUA. Segundo o IDC, os serviços de TI representaram apenas 34,0% dos gastos de TI das empresas em 2008, enquanto, nos EUA, os serviços de TI representaram 42% dos gastos de TI das empresas. O mercado brasileiro de BPO é provavelmente ainda menos explorado que o mercado de serviços de TI. Estima-se que, somente no segmento de serviços financeiros, os gastos internos das instituições financeiras com processos de negócios poderiam ser até três vezes maiores que os seus gastos totais de TI, de acordo com o Anuário Outsourcing – Edição Anual de Junho de 2009 – da Série Estudos (Anuário Outsourcing 2009). A mesma publicação define o mercado brasileiro de BPO como sendo "a nova fronteira" para a terceirização, com um crescimento médio anual histórico de faturamento de 11,9% entre 2006 e 2008 e um crescimento médio anual projetado de faturamento de 11,6% de 2008 a 2013.

Adicionalmente ao crescimento da demanda por serviços de terceirização no mercado interno, acreditamos que o Brasil tornar-se-á um dos principais pólos de serviços de *offshoring*. O mercado *offshore* de serviços de BPO e TI é pouco explorado atualmente por empresas brasileiras devido às grandes oportunidades existentes no mercado interno. As empresas globais estão começando a buscar diferentes provedores de serviços de BPO e TI em novos mercados, o que representa uma oportunidade importante para a América Latina, especialmente para o Brasil, como atesta o A.T. Kearney Global Services Location Index. Os atributos que acreditamos que fazem do Brasil um destino atrativo para terceirização de serviços de BPO e TI incluem (i) mão-de-obra abundante a custos competitivos; (ii) infra-estrutura moderna em comparação com outros destinos de terceirização *offshore* de BPO e TI; (iii) estabilidade geopolítica; (iv) proximidade geográfica e fuso horário favorável em relação aos Estados Unidos; e (v) maior semelhança com os Estados Unidos e Europa, comparativamente a países asiáticos. O segmento de *offshoring* é o de maior crescimento nos mercados de serviços de BPO e TI, de acordo com a A.T. Kearney Global Services Location Index.

De acordo com informações divulgadas pela BRASSCOM, o País possui cerca de 2.300 universidades federais e privadas, com cerca de oito milhões de estudantes em 2009, nas quais existem aproximadamente 110 cursos de pós-graduação relacionados a TI. Atualmente, existe cerca de 1,7 milhão de profissionais trabalhando em funções relacionadas a TI, sendo que escolas técnicas e universidades estão formando cerca de 250.000 profissionais na área de TI por ano.

Em função desses fatores, entendemos que as oportunidades nos mercados de BPO e TI no Brasil são bastante expressivas, principalmente porque: (i) o país possui o maior mercado na América Latina; (ii) esse mercado ainda é pouco penetrado e ainda há expressivas oportunidades de crescimento; e (iii) os serviços de *offshoring* ainda representam uma pequena fração do total.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes sejam:

Oferta abrangente e integrada de soluções de negócios

Acreditamos ser a companhia brasileira líder na América Latina na prestação de serviços baseados em soluções integradas de BPO e de TI. Nossa divisão de serviços de BPO opera de forma integrada e coordenada com nossa divisão de serviços de TI para desenvolver e implementar soluções que melhor atendam às demandas de nossos clientes. Nosso conhecimento e experiência em plataformas e aplicativos de TI nos permitem melhor administrar a transição de processos, operá-los de forma mais eficiente e substituir ou redesenhar processos para melhorar a produtividade de nossos clientes. Nosso modelo de negócios nos permite prestar serviços de alto valor agregado, que abrangem uma gama completa de soluções de BPO e TI. Buscamos nos tornar uma extensão das operações de nossos clientes, beneficiando-nos de nossa plataforma integrada de soluções de terceirização, alavancando oportunidades de *cross-selling* e aumentando a penetração nas atividades e processos de nossos clientes. Por exemplo, oito dos nossos 20 maiores clientes no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 contrataram nossos serviços de TI e de BPO. Em 2006, somente três dentre esses 20 clientes contratavam nossos serviços em ambas as divisões de negócios.

Relacionamento de longo prazo com clientes devido à oferta de Soluções Críticas

Mantemos relacionamentos de longo prazo com nossos clientes, para os quais administramos uma grande variedade de processos. A partir da nossa vasta experiência e conhecimento na prestação de serviços de terceirização em diversos setores, focamos em serviços de BPO e TI que são críticos ao funcionamento diário das operações de nossos clientes, e somos reconhecidos como parceiros estratégicos para funcionamento de seus negócios. A experiência que adquirimos nos últimos anos e a excelência dos nossos serviços permitem que a maior parte dos nossos contratos seja de longa duração, com prazos que podem variar de um a 10 anos para os contratos de TI e de um a cinco anos para os contratos de BPO. Para alguns clientes que foram integralmente migrados para nossos centros de processamento de dados (*datacenters*), essa estrutura contratual nos proporciona uma receita relativamente previsível e estável para grande parte de nossos negócios e dilui nossos custos com vendas e *marketing* em comparação com serviços prestados em projetos pontuais. O relacionamento com nossos clientes é expandido à medida que, por meio de oportunidades de *cross-selling*, evoluímos de um processo inicial isolado para uma cadeia de processos integrados, em múltiplas linhas de negócio. Acreditamos que essa evolução, considerando a excelência, customização e complexidade dos serviços que oferecemos, contribua para a fidelização de nossos clientes, o que é evidenciado por: (i) contratos de longo prazo, com uma média de 50 meses; e (ii) taxa de C*hurn* inferior a 3,0% em 2008, em número de clientes, que acreditamos ser relativamente baixa comparada às demais empresas brasileiras de BPO e TI.

Cultura orientada para a busca contínua pela excelência operacional

Acreditamos que a oferta de soluções customizadas para cada cliente, combinada com nossa constante busca pela excelência operacional, seja fundamental para o sucesso de longo prazo de empresas prestadoras de serviços de BPO e TI. Nossa Administração, equipe de vendas e de serviços técnicos desenvolvem um entendimento profundo da indústria e do negócio no qual nossos clientes operam. A nossa equipe de vendas e *marketing* está organizada para atender determinados setores de atividade econômica nos quais focamos, como serviços financeiros, cartões de crédito, seguros, serviços públicos e indústria, e beneficia-se de sua especialização e conhecimento das melhores práticas de cada mercado para desenvolver soluções que atendam às necessidades específicas de nossos clientes. Trabalhamos próximos aos nossos clientes e criamos soluções customizadas para facilitar nossa integração às suas operações, proporcionando uma melhoria contínua de processos, desenvolvendo novas soluções e identificando potenciais novos serviços. Adicionalmente, desenvolvemos em cada serviço uma abordagem direcionada para excelência operacional, controlando e analisando as diferentes métricas e melhorias na qualidade da prestação de nossos serviços. Nós também investimos fortemente em metodologias e ferramentas de governança, tais como Seis Sigma (metodologia para redução de custos), PDCA (*Plan-Do-Check-Act*, ferramenta para solução de problemas) e BSC (*Balanced Scorecard*, ferramenta de gestão) sustentando ainda mais nossa abordagem voltada à excelência operacional e garantindo a entrega de serviços de alta qualidade e de resultados tangíveis aos investimentos de nossos clientes.

Plataforma robusta de BPO e TI com tecnologia e infra-estrutura de ponta

As empresas que objetivam a terceirização de determinadas atividades geralmente buscam prestadores de serviços que possam suportar um escopo abrangente de serviços, possuam uma extensa e qualificada base de profissionais, utilizem infra-estrutura de tecnologia e de telecomunicações de ponta e tenham capacidade para atender as necessidades crescentes de seus negócios. Acreditamos possuir uma das maiores plataformas de BPO e TI na América Latina, empregando mais de 23.000 funcionários em 15 unidades em todo o Brasil. Além disso, procuramos manter uma infra-estrutura baseada em escalabilidade, redundância e segurança de informação. Temos diversos *datacenters* no Brasil com tecnologia de ponta, capazes de suportar nosso crescimento futuro. Acreditamos ser a única companhia no Brasil com dois *datacenters* Nível 5 garantindo disponibilidade de 99,999% (ou Cinco 9's) para as operações críticas de TI de nossos clientes. Adicionalmente, a nossa unidade de BPO localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, foi uma das primeiras unidades de BPO na América Latina a empregar *VoIP* em larga escala.

Abordagem diferenciada na gestão de pessoas

Acreditamos que nossos funcionários representam um dos principais fatores de sucesso do nosso negócio. Investimos significativamente em nossa capacidade de atrair, treinar, motivar e reter pessoas, para prestar serviços de alta qualidade e para adaptar rapidamente nosso quadro de profissionais ao aumento na demanda por nossos serviços. Temos uma equipe dedicada exclusivamente a identificar, atrair e desenvolver talentos para nossas operações. Recrutamos ativamente nossos profissionais em instituições de ensino técnico e superior e acreditamos que a força da nossa marca nos ajuda a atrair os melhores talentos. Investimos fortemente no treinamento de nossos funcionários e temos capacidade para treinar mensalmente mais de 1.900 funcionários, em vários níveis de nossos negócios, implementando programas de qualificação com foco na melhoria da capacitação e identificação de melhores prática de trabalho. Celebramos acordos com instituições educacionais de nível superior para qualificar nossos funcionários em competências específicas, tais como programação avançada de sistemas, e para facilitar a contratação de alunos da graduação que apresentam alto desempenho acadêmico. Nosso foco na gestão de recursos humanos nos proporciona baixas taxas de evasão. Em nossa unidade de TI, a taxa mensal de evasão voluntária no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 foi de 0,6% e, na unidade de BPO, de 3,7%. Nossos indicadores de resultado possibilitam que nossa Administração analise de forma objetiva o desempenho de nossos funcionários. Acreditamos que nosso foco na gestão de nossos funcionários nos proporcione uma significativa vantagem competitiva em nossos mercados de atuação.

Equipe de executivos com relevante experiência e marca reconhecida

Contamos com uma experiente equipe de executivos, com uma cultura que enfatiza o trabalho em equipe e abordagem voltada à identificação das necessidades do cliente e ao desenvolvimento de uma oferta integrada de serviços. Nossa equipe de executivos tem profundo conhecimento dos mercados de BPO e TI, com competência gerencial destacada e alto nível de comprometimento, sendo alguns deles nossos fundadores. A nossa equipe de executivos é liderada por Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Carlos Eduardo Mazon e José Maria Dias Gadanha, que juntos possuem mais de 79 anos de experiência como profissionais prestadores de serviços de BPO e TI, com um histórico de sucesso na aquisição e integração de empresas. Também temos uma sólida gerência de nível médio, composta, em 30 de junho de 2009, por 21 superintendentes, 226 gerentes e 227 coordenadores, que supervisionam e executam as estratégias do nosso Conselho de Administração, garantindo a excelência de nossas operações.

Além de contar com uma equipe de executivos altamente qualificada e experiente, nossa marca Tivit é notoriamente reconhecida entre os principais diretores operacionais, diretores de TI e outros principais executivos do Brasil. Em 2009, fomos considerados o prestador de serviços de *datacenter* mais confiável do País, de acordo com a revista InfoExame, e fomos classificados entre os três mais confiáveis prestadores de serviços de TI nos *rankings* publicados nos últimos 4 anos (2006 a 2009), segundo uma pesquisa realizada entre 500 executivos conduzida pela mesma publicação. Adicionalmente, recebemos o prêmio de melhor empresa de cobrança do ano de 2009, pela Revista Clientes S/A, uma das principais publicações de BPO do Brasil, e ganhamos prêmios por casos de inovação em estratégias e utilização de TI para melhorar a eficiência das operações de cobrança. Ainda em 2009, figuramos no ranking das 100 maiores empresas de *outsourcing* do mundo, elaborado pela IAOP (*International Association of Outsourcing Professionals*) e publicado pela Fortune, sendo a única empresa brasileira classificada entre as sete maiores empresas na categoria de *Size and Growth*, juntamente com empresas indianas e chinesas. Estamos entre as três empresas do setor brasileiro de TI que mais geraram valor ao acionista (EBITDA sobre margem líquida), de acordo com a revista Valor Econômico 1000, edição 2009.

Consistente crescimento e sólida geração de caixa

Nossa capacidade de combinar recursos de maneira diferenciada nos faz competitivos. Nosso modelo integrado de soluções de BPO e TI nos permite entregar serviços de maneira contínua e recorrente para nossos clientes. Entre os nossos 20 maiores clientes, oito são tomadores de serviços de BPO e TI de maneira integrada. Temos um modelo de negócios que nos permite atender de forma personalizada uma base diversificada de mais de 900 clientes. Em média, nossos contratos têm um prazo de 50 meses. O nosso crescimento médio anual entre 2006 e 2008 foi significativamente superior ao crescimento médio anual do mercado brasileiro de BPO e de TI no mesmo período de acordo com o IDC. O crescimento da nossa receita líquida reflete, entre outros fatores, o efeito de nossos esforços focados em *cross-selling* e na celebração de novos contratos. A capacidade de gerenciar de forma eficiente nossos custos associada à natureza do nosso modelo de negócios escalonável nos permitiram alcançar um incremento de margens. Nossa Margem de EBITDA Ajustado de 2008 foi de 18,0%, representando um aumento de 2,6 pontos percentuais sobre a Margem de EBITDA Ajustado de 2006, que foi de 15,4%. O aumento da nossa Margem de EBITDA Ajustado demonstra a significativa capacidade de gestão e escalabilidade do nosso modelo de negócios, bem como a nossa capacidade de integrar e melhorar a rentabilidade das empresas adquiridas. Nosso modelo de negócios propicia uma sólida geração de caixa. Entre os períodos de 30 de junho de 2008 e 30 de junho de 2009, nosso saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras subiu 101,1% para R$66,54 milhões em 30 de junho de 2009, enquanto nosso saldo de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, diminuíram 3,9% para R$206,81 milhões, em 30 de junho de 2009. Somos conservadores na alavancagem financeira. Em 30 de junho de 2009, o índice de dívida liquida de caixa e aplicações dividido pelo EBITDA Ajustado era de 0,9 vez.

Nossa Estratégia

Pretendemos continuar sendo um dos líderes no desenvolvimento e implementação de uma ampla gama de soluções de BPO e TI na América Latina, com uma estratégia de crescimento e consolidação de nossas operações tendo por base os seguintes pilares principais:

Continuar desenvolvendo nossos conhecimentos e competências

Os mercados de BPO e TI são dinâmicos e exigem constante inovação. Pretendemos continuar a investir no desenvolvimento de novos serviços, ampliando nossas competências e desenvolvendo novas soluções integradas em nossa crescente oferta de serviços. Nós continuaremos alavancando nosso profundo conhecimento para desenvolver soluções proprietárias que auxiliarão em nossa estratégia de integrar, controlar e gerenciar um escopo crescente de soluções de BPO e TI para nossos clientes. Um exemplo de como conseguimos desenvolver uma solução integrada é um dos maiores e mais recentes contratos que celebramos, firmado em 2008 com a Câmara Interbancária de Pagamentos, por meio do qual todo o processo de emissão e gestão de boletos bancários de clientes está sendo automatizado, integrando mais de 120 bancos e reduzindo sensivelmente os custos de cobrança, especialmente despesas com impressões e despesas de envio postal.

Aumentar o* cross-selling *em nossa base de clientes e conquistar novos clientes

Nossa base de clientes é majoritariamente composta por grandes empresas, com diferentes necessidades de serviços de BPO e TI e um potencial para terceirização de serviços ainda maior do que o já explorado por nós. Planejamos continuar nossa estratégia de expandir a escala e o escopo dos serviços que prestamos a esses grandes clientes. Frequentemente, iniciamos nosso relacionamento com determinado cliente pela terceirização de um processo isolado e, com o passar do tempo, expandimos nossa atuação de forma a prestar serviços mais complexos de BPO e TI, em um leque mais amplo de atividades. Adicionalmente, pretendemos estruturar nosso profundo conhecimento do mercado de BPO e TI em soluções proprietárias que possam ser vendidas como uma solução isolada ou como parte de uma solução mais ampla de BPO ou TI. Nós acreditamos também que haja uma grande oportunidade para ampliarmos nossa receita por meio de *cross-selling* em nossa base atual de clientes. Por exemplo, oito dos nossos 20 maiores clientes no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 contrataram nossos serviços de TI e de BPO. Em 2006, somente três dentre esses 20 clientes contratavam nossos serviços em ambas as divisões de negócios, o que demonstra, além de uma evolução, haver ainda um grande potencial inexplorado no restante da nossa base de clientes. Além disso, há no mercado outras empresas com potencial para a terceirização de serviços, mas que ainda não utilizam esse recurso, para as quais pretendemos oferecer nossos serviços.

Continuar com nossa estratégia seletiva de aquisições

Esperamos continuar nossa estratégia de aquisições seletivas no Brasil e no exterior, a qual tem basicamente quatro objetivos: (i) agregar novas competências, áreas de atuação, serviços e *expertise*; (ii) potencializar as oportunidades de *cross-selling* na base de clientes das companhias adquiridas; (iii) aumentar economias de escala; e (iv) expandir nossa presença para novas geografias. Pretendemos focar em aquisições de empresas de médio e pequeno porte, com operações em determinados nichos de mercado que possam agregar valor à nossa oferta de serviços, ao mesmo tempo que minimizam os riscos de integração. Para implementar essa estratégia, estamos continuamente avaliando empresas que se encaixam nesse perfil.

Aperfeiçoar constantemente o nosso capital humano

Nosso sucesso depende da qualidade e comprometimento de nossos funcionários. Planejamos continuar investindo significativamente na atração, contratação, desenvolvimento e retenção de funcionários, estendendo nossas parcerias com universidades e buscando desenvolver técnicas inovadoras de recrutamento. Além disso, pretendemos continuar expandindo nossas operações em cidades que possuam mão-de-obra qualificada e menor competição para contratação, bem como ampliar o número e aprofundar o escopo dos treinamentos que oferecemos aos nossos funcionários.

Continuar investindo em nossa excelência operacional

Pretendemos continuar investindo na geração de valor por meio da gestão eficiente dos processos de nossos clientes. Nossa capacidade de desenvolver e implementar serviços e de trabalhar com diversas plataformas tecnológicas em inúmeras indústrias complementam nosso *expertise* em processos. Pretendemos continuar a investir em metodologias e em ferramentas de gestão, tais como Seis Sigma, PDCA e BSC para nos concentrarmos na obtenção de resultados de alto valor agregado para nossos clientes e para nos mantermos na vanguarda de nosso mercado de atuação. Obtivemos a certificação CMMi de nível 3 e estamos investindo em processos e treinamento para chegarmos ao CMMi de nível 5 em maturidade de processo.

Expandir nossas operações internacionais

Atualmente, menos de 1,0% de nossa receita total bruta provém de operações internacionais. Planejamos aumentar nossa presença internacional, principalmente por meio de duas oportunidades: (i) a crescente internacionalização de companhias brasileiras; e (ii) a grande quantidade de multinacionais que possuímos em nossa base de clientes. A primeira oportunidade fundamenta-se em acompanhar companhias brasileiras em seu processo de internacionalização. Grandes conglomerados industriais brasileiros e instituições financeiras de capital nacional têm aumentado sua presença fora do Brasil nos últimos anos e isso abre a oportunidade de oferecermos nossos serviços nos países em que essas companhias se instalam ou atender às necessidades das operações internacionais destas empresas a partir do Brasil. A segunda oportunidade é estreitar nosso relacionamento com as matrizes de empresas multinacionais que possuam grandes operações no Brasil. Em determinados casos, os serviços de terceirização de gestão tecnológica que desenvolvemos para a filial brasileira são adotados pela sua matriz e replicados globalmente. Nossas filiais recentemente abertas nos Estado Unidos e na França foram resultado desse processo. Desenvolvemos um serviço de TI no Brasil para uma multinacional francesa e a matriz na França decidiu utilizar este serviço prestado a partir do Brasil para atender todas as suas unidades espalhadas pelo mundo.

Nossa História

Possuímos uma história marcada por empreendedorismo, crescimento e sucesso. Obtivemos significativo êxito por meio da expansão da nossa escala operacional e da ampliação de nossa oferta de serviços. Nos últimos 10 anos, desenvolvemos novas competências e fizemos aquisições que contribuíram para a ampliação de nosso escopo de atuação.

Resultamos da combinação de duas outras empresas: Telefutura e Optiglobe. A Telefutura foi fundada em 1998 por um grupo de empreendedores como uma prestadora de serviços de BPO, especialmente nas indústrias de serviços financeiros e serviços públicos. Em 2001, o Grupo Votorantim tornou-se acionista e passou a aplicar modernas ferramentas e práticas de gestão e estritos princípios de governança corporativa. Em 2006, o Pátria Investimentos tornou-se acionista da Telefutura, contribuindo para fortalecer os princípios de governança corporativa e as iniciativas de fusões e aquisições e mercado de capitais. Nossa Administração, cultura, perfil e modelo de negócios foram influenciados pelos nossos acionistas financeiros. Com o passar dos anos, o modelo de negócios da Telefutura evoluiu de uma prestadora de serviços isolados de BPO para uma companhia de múltiplos processos de BPO, desenvolvendo e realizando atividades de maior complexidade.

A Optiglobe foi fundada em 1999 como uma prestadora de serviços de infra-estrutura de TI. Em 2002, o Grupo Votorantim adquiriu 100,0% das ações da Optiglobe, transformando seu modelo de negócios em uma prestadora de serviços completos de terceirização de TI. Em 2005, a Proceda, uma prestadora de serviços de infra-estrutura de TI e especializada em processamento mainframe e de serviços de BPO, integrante do Grupo Votorantim desde 2004, foi incorporada à Optiglobe, criando uma plataforma unificada e integrada de infra-estrutura de TI e serviços de BPO. Todas funções e back-offices operacionais, comerciais e administrativos foram integradas. Já em 2005, a nova empresa surgida desta fusão começou a operar sob uma marca e entidade legal unificadas chamada de Tivit Tecnologia, uma prestadora de serviços integrados de BPO e TI, que buscava estender a abrangência dos serviços de TI e entrar em novos segmentos do mercado de BPO.

Tanto a Tivit Tecnologia quanto a Telefutura evoluíram em seus modelos de negócios, compartilhando culturas semelhantes e direções estratégicas. Em 20 de abril de 2007, entendendo que os modelos de negócio de ambas as empresas eram altamente complementares e que, juntas, as empresas estariam melhor posicionadas para competir nas indústrias de serviços de BPO e de TI, a Tivit Tecnologia, a Telefutura e seus respectivos acionistas celebraram um contrato de associação para unir as atividades da Tivit Tecnologia e da Telefutura, formando uma companhia integrada de prestação de serviços de BPO e TI. Em 2007, as plataformas de BPO e TI pertencentes às duas companhias foram combinadas, com significativo ganho de escala. Também foram integrados os back-offices comerciais, de recursos humanos, finanças, contabilidade e administrativos das duas companhias. Em julho de 2007, adquirimos a Softway, uma plataforma de BPO especializada na gestão de recebíveis e cobrança. Durante o segundo semestre de 2007, tais operações foram integradas às nossas plataformas de BPO e iniciamos nossos esforços de *cross-selling* de gestão de recebíveis em nossa base de clientes. Em maio de 2008, adquirimos a Open Concept, uma companhia especializada em software de processamento de alto volume e de Soluções Críticas para transações financeiras. Em dezembro de 2008, a Open Concept já estava completamente integrada à nossa divisão de TI e as competências técnicas da Open Concept foram fundamentais para que conquistássemos um de nossos maiores e mais recentes contratos, celebrado em 2008 com a Câmara Interbancária de Pagamentos, por meio do qual todo o processo de emissão e gestão de boletos bancários do cliente está sendo automatizado, integrando mais de 120 bancos e reduzindo sensivelmente o manuseio de papel.

Em abril de 2007, incorporamos a Telefutura, nossa controladora na ocasião.

Em junho de 2007, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP (por meio de sua controlada Varanasi) e Profill contribuíram ao capital social da TTS a totalidade de suas participações na Companhia, com base em laudos contábeis em 31 de maio de 2007, de forma que passamos a ser controlados pela TTS e referidos acionistas receberam ações da TTS em troca da participação que detinham na Companhia.

Em julho de 2007, a Tivit Tecnologia contribuiu ao capital social da TTS parte do seu acervo, incluindo os ativos operacionais, com base no valor contábil de 30 de junho de 2007. A Tivit Tecnologia permaneceu com o seu saldo de disponibilidades em 30 de junho de 2007, bem como com o saldo de impostos a pagar, parte do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos e as provisões para contingências. Ainda, a Tivit Tecnologia obrigou-se contratualmente a responder por eventuais contingências fiscais, trabalhistas e previdenciárias relativas às atividades desenvolvidas até junho de 2007, que sejam conhecidos até a data de realização da Oferta.

Ainda em julho de 2007, adquirimos a totalidade do capital social da Softway, uma das dez maiores empresas de BPO do Brasil, pelo valor de R$91,50 milhões, consolidando nossa posição de liderança no mercado de BPO, reforçando nossa atuação no segmento de cobrança, bem como aprofundando nossa presença em cidades fora do eixo Rio-São Paulo, que apresentam condições de mão-de-obra mais atraentes.

Em 31 de dezembro de 2007, incorporamos a Varanasi, tendo em vista que referida empresa não possuía bens relevantes além de sua participação societária na Companhia. Ainda em 31 de dezembro de 2007, incorporamos nossa controlada, Tivit Locação de Equipamentos Ltda., com o intuito de otimizar o desenvolvimento de nossas atividades operacionais.

Em 5 de maio de 2008, adquirimos 100,0% do capital social da Open Concept Serviços que, por sua vez, detinha 100,0% do capital social da Open Concept Tecnologia, pelo valor total de R$2,50 milhões. Incorporamos tais sociedades em 30 de junho de 2008. Uma vez que o acervo líquido de tais sociedades já estava refletido no nosso patrimônio líquido, não houve nenhuma emissão de ações ou aumento de capital em decorrência de tais incorporações. O objetivo dessa aquisição foi aumentar a exportação de serviços e o desenvolvimento de sistemas, bem como agregar o *know how* em projetos de sistemas transacionais críticos de alto volume e alta disponibilidade.

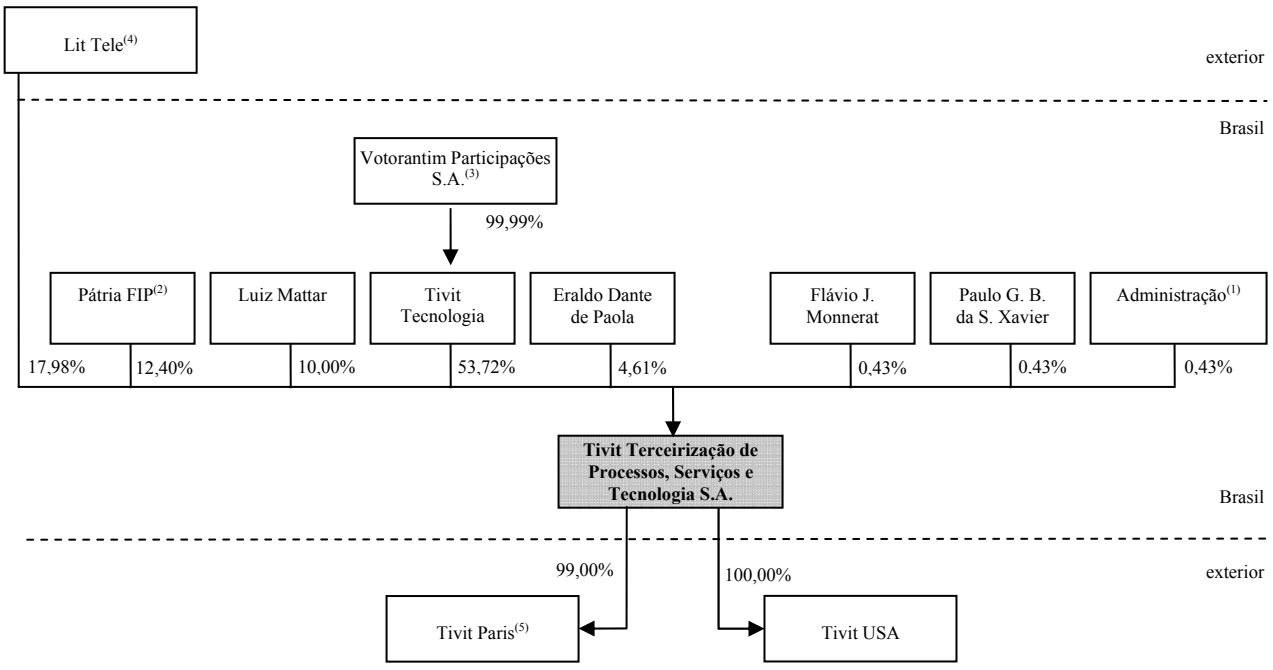
Em maio de 2008, a TTS constituiu a Tivit USA em Delaware, Estados Unidos, que passou a ser nossa controlada após incorporarmos a TTS, em janeiro de 2009. A Tivit USA poderá ser utilizada como um veículo para implementação da nossa estratégia de internacionalização.

Em junho de 2008, incorporamos a Softway, para otimização de resultados e aproveitamento de sinergias, sem aumento do nosso capital social, uma vez que a totalidade do acervo líquido da Softway já estava refletida no nosso patrimônio líquido.

Em janeiro de 2009, incorporamos nossa controladora, TTS. Como consequência, todas as ações de nossa emissão foram canceladas, reemitidas e conferidas aos antigos acionistas da TTS, à proporção da participação por eles antes detida em tal companhia. Dessa forma, o nosso capital social passou a ter sua atual distribuição.

Em janeiro de 2009, constituímos a Tivit Paris, sendo 99,0% de seu capital social detido por nós e 1,0% detido por Luiz Roberto Novaes Mattar.

Apresentamos abaixo organograma de nossa estrutura societária atual. Para maiores informações sobre nossos acionistas, veja a seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores", na página 155 deste Prospecto.



(1) Exclui os Srs. Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola. Para maiores informações sobre a quantidade de ações detidas pelos membros de nossa Administração, veja a seção "Administração", na página 148 deste Prospecto.

(2) Os Srs. Arthur Brandi Mascioli, Adalmiro Dellape Baptista, Antonio Carlos de Freitas Valle, John George de Carle Gottheiner e Lotário Heilbrunn Krause possuem, respectivamente, 58,36%, 13,62%, 8,95%, 5,45% e 5,45% das quotas do Pátria FIP.

(3) A Votorantim Participações S.A. é diretamente controlada pela Hejoassu Administração S.A., que detém 98,58% de seu capital social. A Hejoassu Administração S.A. é diretamente controlada por JEMF Participações S.A., AEM Participações S.A., ERMAN Participações S.A. e MRC Participações S.A. que detêm, cada uma, 25% do seu capital social. A JEMF Participações S.A. é diretamente controlada pelos Srs. José Ermírio de Moraes Neto, José Roberto Ermírio de Moraes e Neide Helena de Moraes, que detêm, cada um, 33,33% do capital social. A AEM Participações S.A. é diretamente controlada pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que detém 100,0% de seu capital social. A ERMAN Participações S.A. é diretamente controlada pelo Sr. Ermírio Pereira de Moraes, que detém 100,0% de seu capital social. A MRC Participações S.A. é diretamente controlada pela Sra. Maria Helena Moraes Scripilliti, que detém 100,0% de seu capital social.

(4) A Lit Tele é indiretamente controlada pela Votorantim Participações S.A., que detém 99,99% de seu capital social.

(5) A Tivit Paris, localizada em Paris, na França, é 1,0% detida pelo Sr. Luiz Roberto Novaes Mattar.

Grupo Votorantim e Pátria Investimentos

Votorantim Novos Negócios

Votorantim Novos Negócios Ltda. é o braço de investimentos do Grupo Votorantim, focado em biotecnologia, exploração mineral e terceirização de serviços. O Grupo Votorantim é o maior grupo privado brasileiro, segundo a revista Exame (Exame – 100 Maiores Grupos, edição de junho de 2009), com R$40,80 bilhões em vendas líquidas em 2008 e EBITDA de R$7,30 bilhões de acordo com o relatório da administração e demonstrações financeiras publicadas em 30 de abril de 2009 e presentes no *website* do grupo (http://www.votorantim.com.br/). O Grupo Votorantim está presente em mais de 100 cidades brasileiras, com unidades em 17 países, gerenciando negócios de capital intensivo e tecnologia de ponta. Com aproximadamente 60 mil funcionários, o Grupo Votorantim tem operações nos mercados de cimento e concreto, mineração e metalurgia (alumínio, aço, níquel e zinco), papel e celulose, suco de laranja concentrado, indústria química, auto-geração de energia elétrica e no setor financeiro com o Banco Votorantim S.A.

Fundado em 1918, o Grupo Votorantim é um grupo de controle familiar, agora em sua terceira geração. Foi reconhecido pela IMD Business School e pelo Lombard Odier Darier Hentsch Bank como o melhor grupo de controle familiar do mundo em 2005. O Grupo Votorantim também faz parte do seleto grupo de empresas brasileiras classificadas pelas três principais agências de *rating* do mundo: Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's.

Pátria Investimentos

O Pátria Investimentos é uma das principais empresas de gestão de ativos alternativos e assessor financeiro do Brasil, com mais de R$4,60 bilhões de ativos sob gestão. É especializado na gestão de fundos de *private equity*, de *real estate*, de infra-estrutura, de *hedge funds* e também atua como assessor em fusões e aquisições, reestruturações e finanças corporativas.

O Pátria Investimentos é formado por um time de investimento altamente comprometido, sob o comando de 16 sócios e mais de 130 profissionais, que combinam 140 anos de experiência em gestão empresarial e em transações financeiras.

Desde o início de suas atividades em *private equity*, em 1994, o Pátria Investimentos investiu em 12 empresas e realizou mais de 90 transações. Entre as empresas do seu portfólio estão a Anhanguera Educacional, o maior grupo de ensino superior do Brasil; e a Zatix, a maior empresa de rastreamento, monitoramento e recuperação de veículos da América Latina.

Nossa Abordagem

Nosso compromisso é trabalhar em conjunto com nossos clientes para melhoria de suas operações. Trabalhamos com nossos clientes em estreita colaboração para aproveitar as oportunidades de melhoria de qualidade e de desempenho de suas operações, reduzindo os custos de seus processos de negócio e de TI. Em nossa abordagem comercial, essa estreita colaboração se inicia na fase da proposta de serviços. Investimos uma parte considerável de nosso tempo e energia para entender os negócios e necessidades de nossos clientes. Com a finalidade de identificar as melhores soluções, inicialmente mapeamos os processos operacionais de nossos clientes para entender todos os passos necessários para atender as suas expectativas.

Com base nesses conceitos, usamos nosso conhecimento das operações e dos setores de nossos clientes, bem como nossa criatividade, para auxiliar na melhoria ou na remodelagem de soluções de alto desempenho, pela combinação de nosso conhecimento em três recursos fundamentais: tecnologia, capital humano e processos. Interagimos com nossos clientes para sintonizar e desenvolver um plano de implementação, baseado em nossa extensa experiência operacional. Uma vez assinado o contrato, iniciamos a fase de implementação, com o apoio integral e a estreita supervisão de nossos *Project Management Officers*. Trabalhando em conjunto com a equipe de vendas e operações, nossos *Project Management Officers* garantem que os projetos sejam iniciados e implementados de acordo com o cronograma estabelecido e que os objetivos sejam alcançados. As ferramentas de metodologia e gestão, tais como Seis Sigma, *PDCA* e *BSC,* proporcionam um alicerce para a colaboração interna e criam incentivos para focar nossos esforços na solução das necessidades de nossos clientes.

Os quadros abaixo mostram nossos programas de gestão de qualidade e de melhoria de desempenho:

Gestão da Qualidade	Melhorias de Desempenho
PMI – Gestão de Projetos	Seis Sigma
ISO – 9001-2000	BSC – Avaliação de Desempenho
ITIL – Infraestrutura de TI	COBIT
ISO 27001:2005	CMMi
PDCA	

Em gestão de qualidade, possuímos as seguintes certificações como prestadores de serviço terceirizado para BPO e TI:

1. PMI – Certificado de atendimento aos padrões de gestão de projetos, de acordo com as melhores práticas conhecidas pelo instituto PMI;

2. ISO 9001-2000 – Certificação garantida pela ISO, que certifica o sistema de qualidade na produção;

3. Infra-estrutura de ITIL – Certificado de atendimento ao ITIL que, por sua vez, é um conjunto de conceitos e políticas para a gestão de infra-estrutura, desenvolvimento e operação da tecnologia da informação;

4. ISO 27001:2005 – Certificação de atendimento ao padrão internacional de qualidade para sistema de gerência da segurança da informação; e

5. PDCA – PDCA é modelo que tem por princípio tornar mais claros e ágeis os processos envolvidos na execução da gestão dividindo-a em quatro passos principais que são planejar, fazer, checar e agir.

Na gestão de processos, usamos quatro ferramentas principais para garantir uma melhoria contínua em nossos serviços:

1. Seis Sigma – Ferramenta de gestão que busca a melhoria da qualidade dos processos, por meio da identificação e resolução das causas dos erros e variações nos processos;

2. BSC – *Balanced Scorecard* é uma metodologia de avaliação de desempenho e gestão estratégica baseada no contínuo monitoramento de indicadores referentes a quatro perspectivas corporativas: financeira, clientes, aprendizado e crescimento, e processos internos;

3. COBIT – Controle de Objetivos para Informação e Tecnologia Relacionada é um guia desenvolvido por especialistas com foco na otimização dos resultados dos investimentos de TI; e

4. CMMi – CMMi é um modelo de referência para o processo de melhoria corporativo. Temos certificado CMMi nível 3 para toda nossa fábrica de *software*.

Nossa Oferta de Serviços

Estamos organizados em duas divisões de negócios: BPO e TI. Empregamos uma abordagem integrada para oferecer soluções completas de terceirização a nossos clientes. Possuímos extenso *expertise* em nossas divisões de negócios, o que nos permite proporcionar soluções customizadas que geram valor para nossos clientes. Nosso processo de desenvolvimento de sistemas de TI ilustra a abordagem integrada que adotamos. Nossa fábrica de *software*, além de prestar serviços de integração de *software* aos nossos clientes de TI, tem papel fundamental de viabilizar a operacionalização da nossa estratégia de serviços integrados e tem sido responsável pelos sistemas desenvolvidos para cada uma das nossas demais linhas de negócio. Desenvolvemos mais de 150 sistemas para nossos serviços de BPO e para clientes de infra-estrutura de TI, o que nos permite integrar diferentes serviços em uma plataforma única e aprimorar o conhecimento em desenvolvimento de *software*, com significativo ganho de escala.

O organograma abaixo demonstra o mecanismo de oferta dos nossos serviços nas nossas divisões de negócio:



Serviços de BPO

Trabalhamos junto a nossos clientes para identificar suas necessidades operacionais e criar soluções de BPO diferenciadas. Nossa capacidade de construir relacionamentos de longo prazo com nossos clientes nos auxilia no melhor entendimento de seus processos e na identificação de oportunidades para melhoria contínua na prestação de nossos serviços, ao mesmo tempo em que nos permite antecipar novas soluções.

Nossos serviços de BPO gerenciam a totalidade ou parte da cadeia de valor dos processos terceirizados de nossos clientes. Buscamos migrar nossos clientes que utilizam apenas serviços de terceirização de processos individuais para soluções integradas e completas de BPO. Alcançamos esse objetivo por meio de uma ampla linha de soluções e *software* proprietários desenvolvidos pelo nosso time de sistemas aplicativos para criar uma solução integrada e customizada para nossos clientes. Por exemplo, na indústria farmacêutica, prestamos serviços que abrangem consultoria e *business intelligence*, faturamento, autorização para serviços médicos, faturamento digital, *back-office* e serviços de cobrança, dentre outros.

A divisão de negócios de BPO opera em um ambiente integrado e cooperativo com a divisão de TI para auxiliar na criação e implementação de soluções que agregam valor aos nossos clientes. Nossa diversificada oferta de soluções e experiência na prestação de serviços de BPO tem nos ajudado a consolidar nossa posição no mercado.

Serviços de TI

Desenvolvemos uma oferta completa de serviços de terceirização de TI, por meio da qual nossos clientes podem terceirizar desde suas necessidades de infra-estrutura e suporte técnico até a integração e desenvolvimento de sistemas. Podemos gerenciar a infra-estrutura de nossos clientes a partir de nossos *datacenters*, migrá-la para os nossos *datacenters*, desenvolver um novo pacote completo de sistemas ou desenvolver nossas soluções para seu próprio ambiente e gerenciá-las remotamente.

Com relação à infra-estrutura de TI, acreditamos ser a única companhia no Brasil a possuir dois *datacenters* Nível 5, uma medida de alta confiabilidade e disponibilidade operacional, indicando nível máximo de segurança para *datacenter* com disponibilidade garantida de 99,999%. Acreditamos também ser a única companhia brasileira capaz de oferecer soluções integradas de infra-estrutura de TI para sustentar operações críticas e de larga escala das grandes corporações brasileiras e grandes filiais de multinacionais no Brasil. Não só garantimos Cinco 9's de disponibilidade de infra-estrutura por meio de nossos *datacenters* Nível 5 no Brasil, como também oferecemos serviços completos de gestão de TI, que incluem gestão e demais serviços relacionados à infra-estrutura de TI, bem como suporte técnico.

Acreditamos fazer parte de um pequeno e seleto grupo de prestadores de serviços de TI no mercado brasileiro que oferecem soluções de terceirização em todas as plataformas, desde *mainframe* até plataforma baixa para sistemas abertos. Estamos entre os três maiores prestadores de serviços de *full outsourcing* no Brasil, em volume de vendas, de acordo com a revista Outsourcing 2009 – Série Estudos, de forma que apresentamos larga escala para competir neste mercado. Temos grande capacidade e vasta experiência para implementar e operar projetos de terceirização de grande escala.

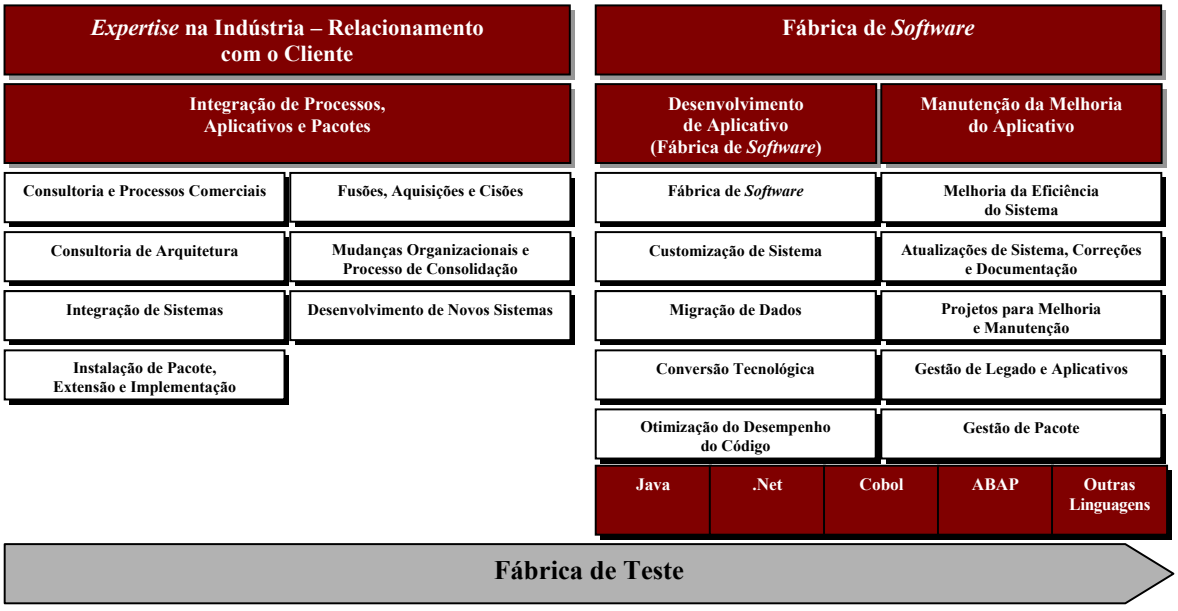
A figura abaixo mostra alguns de nossos serviços de infra-estrutura de TI:



Para servir nossos clientes da melhor forma possível, criamos soluções customizadas por meio de nosso processo de trabalho flexível e cooperativo, e executamos serviços com rígida disciplina e adesão às melhores práticas operacionais. Operamos sob rígida disciplina de execução operacional regidos por fortes protocolos de gestão de processos em conformidade com padrões ITIL, CoBIT, ISO 27001:2005, SAS 70 e ISO 9001:2000. Nossos processos de implementação são apoiados por metodologias PMI e temos profissionais certificados para administrar processos de implementação de grande escala.

A nossa capacidade de soluções de TI segue uma estratégia de oferecer uma linha completa de serviços de valor agregado aos nossos clientes, incluindo consultoria, desenvolvimento, integração e manutenção. A nossa fábrica de *software* viabiliza a nossa abordagem integrada de serviços de BPO e TI.

A figura abaixo lista as estruturas, os processos e as capacitações de nossa fábrica de *software*:



O processo de desenvolvimento de sistemas é baseado em duas estruturas principais. A primeira estrutura é a de relacionamento com o cliente, na qual nos concentramos em compreender o processo de negócio do cliente para criar soluções otimizadas e integradas para as suas necessidades de sistemas aplicativos. Nosso pessoal de serviços de BPO e de infra-estrutura de TI trabalha em conjunto com nossa área de sistemas para avaliar e ajudar a determinar a solução mais adequada a ser desenvolvida. Aplicamos a nossa capacidade de consultoria e nosso profundo conhecimento de diversos sistemas aplicativos para oferecer serviços que vão desde a customização e desenvolvimento de sistemas até a integração completa de pacotes de sistemas ERP. A segunda estrutura do processo de desenvolvimento de sistemas é a nossa fábrica de *software* que é responsável pelo desenvolvimento e manutenção de aplicativos para nossos clientes. A fábrica de *software* customiza, integra, implementa melhorias e mantém sistemas aplicativos ou conjuntos de sistemas aplicativos em diversas plataformas tecnológicas, alcançando significativo ganho de escala, não apenas dos serviços fornecidos por nosso departamento de serviços de TI, mas também para o desenvolvimento de *software* proprietário para a nossa divisão de BPO. A experiência em operações críticas que possuímos em BPO e TI, o vasto conhecimento dos processos de negócios que temos acumulado nos últimos anos e a nossa escala de desenvolvimento de sistemas nos permite hoje desenvolver, de forma eficiente, *software* proprietário. Nosso *software* proprietário pode ser comercializado na forma de produto ou na forma de serviço. Na forma de produto, cobramos o aluguel de licença e taxa de manutenção. Na forma de serviço, obtemos receitas pela execução de um processamento de transação viabilizada pelo nosso *software* proprietário. Nosso processo de desenvolvimento de *software* proprietário parte de uma plataforma já existente e criada para atender as necessidades internas da companhia de gestão de seus contratos e operações de clientes. Desta forma, ao partir de plataformas já existentes, o ciclo de desenvolvimento e produção de softwares pode ser mais rápido e barato.

Nossa fábrica de *software* é especializada em diversas linguagens, como Java, .Net, COBOL e ABAP.

O escopo da nossa certificação CMMi de nível 3 abrange todos os processos da nossa fábrica de *software*. CMMi significa *Capability Maturity Model Integration* (Integração do Modelo de Maturidade da Capacidade) e consiste em uma abordagem de melhoria de processo. A certificação CMMi tem uma escala que vai de 1 a 5, sendo 5 a qualificação mais alta. Estamos investindo em processos e treinamento para rapidamente alcançarmos a certificação de nível 5 em maturidade de processo.

Nosso Capital Humano

Acreditamos que nosso capital humano seja nosso ativo mais valioso. Em 30 de junho de 2009, tínhamos 23.686 empregados. A nossa equipe de profissionais vai desde analistas de sistema até gerentes de identificação de novos negócios a consultores seniores e engenheiros com vasta experiência em TI. Contamos com empregados com experiência em *mainframe*, Plataforma Baixa e tecnologias de sistemas abertos, com formação em diversas linguagens de programação de computador, ferramentas de *software*, sistemas de gerenciamento de bancos de dados, processo de redes e metodologias, técnicas e padrões. Nossa gestão de recursos humanos está focada no desenvolvimento e expansão da nossa base de profissionais. A estratégia de desenvolvimento da nossa base de profissionais está baseada em quatro pilares integrados de gestão de recursos humanos e identificação de talentos: (i) recrutamento; (ii) treinamento; (iii) motivação, plano de carreira e retenção; e (iv) avaliação de desempenho e remuneração.

Recrutamento

Acreditamos que nossa metodologia de recrutamento seja um de nossos principais diferenciais. Em 30 de junho de 2009, contávamos com 35 pessoas dedicadas exclusivamente à criação, planejamento e implementação de nossas políticas de recrutamento. Nossa estratégia é apoiada no desenvolvimento de operações, recursos humanos e capacidade gerencial em unidades fora do eixo Rio-São Paulo, o que nos possibilita montar times de profissionais com excelente capacitação técnica e gerencial por remunerações mais competitivas. Nosso processo de seleção utiliza testes padronizados escritos, entrevistas e verificação de referências. Além do recrutamento em instituições de ensino técnico e superior, buscamos profissionais mais experientes e ampliamos a base de recrutamento por meio de anúncios em nossas próprias unidades, jornais e revistas comerciais, além de participação em feiras de trabalho.

Também somos muito ativos na contratação em instituições de ensino técnico e superior. Possuímos acordos com universidades brasileiras para fazer apresentações periódicas sobre nossa estrutura e oportunidades de carreira. Acreditamos ter uma marca com sólida reputação que nos ajuda a atrair os melhores talentos.

Treinamento

Promovemos programas de treinamento e *coaching* para melhorar o desempenho de nosso pessoal. Usamos diversas técnicas de treinamento com o objetivo de atrair e manter, de forma consistente e confiável, profissionais qualificados de BPO e TI qualificados. Nossos programas de treinamento cobrem diversos tópicos, incluindo (i) serviços específicos, (ii) principais capacidades técnicas e de TI, (iii) estratégias de reconhecimento da cultura de trabalho de nossos clientes e sua fidelização; e (iv) a metodologia Seis Sigma.

Desenvolvemos um conjunto completo de cursos. Os mais relevantes são os seguintes:

- **Treinamento *online*:** mantemos um programa via internet com oferta de cursos *online* de treinamento.

- **Integração:** oferecemos aos novos empregados uma apresentação completa sobre nossa estrutura, introduzindo-os às nossas principais divisões de negócios e linhas de serviço. Nesse curso, também é apresentado o nosso perfil corporativo explicando nossa missão, valores e cultura.

- **Qualificação dos estagiários:** acreditamos que o nosso programa de estágios represente uma das melhores fontes de profissionais qualificados para nós. Desenvolvemos programas específicos para atrair e treinar nossos estagiários e desenvolver suas habilidades, com aulas teóricas e práticas.

- **Desenvolvimento de novas lideranças:** temos um programa de liderança que tem como alvo nossos empregados operacionais. Esse programa busca o desenvolvimento de suas habilidades pessoais e profissionais para crescimento de sua liderança. Temos muito orgulho do fato de que alguns de nossos gerentes e executivos são provenientes de áreas operacionais. Este programa é projetado precisamente para formar e identificar profissionais com capacidades para assumir responsabilidades gerenciais e de direção.

- **Formação de treinadores:** programa projetado para empregados que desempenharão papéis de treinamento.

- **Gestão de desempenho:** treinamento que tem como público-alvo os supervisores operacionais e visa desenvolver suas capacidades gerenciais para torná-los aptos a exercerem as funções e assumirem responsabilidades gerenciais em suas próximas etapas de carreira.

- **Desenvolvimento de competências:** cursos periódicos de revisão oferecidos a todos os empregados e que fornecem informações atualizadas sobre diversos temas técnicos e gerenciais.

Também firmamos acordos com escolas de idiomas e instituições de ensino de nível superior com o objetivo de qualificar nossos empregados. Para poder participar desse programa, nossos empregados precisam cumprir certas exigências, como, por exemplo, período mínimo de vínculo empregatício conosco.

Motivação, plano de carreira e retenção

Buscamos fornecer apoio significativo a nossos empregados com a intenção de alcançarmos uma melhoria nos níveis de retenção e nos serviços prestados aos nossos clientes. Temos duas iniciativas principais para motivação e retenção. A primeira consiste em um plano de carreira elaborado de maneira minuciosa que visa o máximo desenvolvimento possível de cada empregado. Um dos benefícios de ser uma grande prestadora de serviços de BPO e TI com abrangência de serviços e atividades é a variedade de experiências e oportunidades que podemos oferecer aos nossos empregados. Quando possível, fazemos uma rotação de nossos empregados em diferentes divisões e linhas de negócios, para que possam familiarizar-se com funções diversas, diferentes daquelas que normalmente desempenham e, com isso, acumular maior experiência em todas as áreas em que atuamos. O segundo é promover os empregados que demonstram desempenho superior a média para funções de maior responsabilidade. Nossas promoções são baseadas exclusivamente no mérito de nossos empregados, independentemente de sua idade ou tempo de trabalho conosco. Oferecemos oportunidades desafiadoras aos nossos empregados constantemente, conferindo-lhes crescentes responsabilidades, o que acreditamos ser uma ferramenta eficiente para motivá-los e retê-los.

Avaliação de desempenho e remuneração

Outro pilar importante da nossa gestão de recursos humanos é a avaliação de desempenho e remuneração. Tentamos oferecer salários competitivos e pacotes atraentes de benefícios, incluindo assistência médica, seguro de vida, vale-refeição e vale-transporte, entre outros. Desde 1999, temos um plano de participação nos lucros, alinhando os interesses de nossos empregados aos interesses de nossos acionistas. Empregamos diversas ferramentas para gerenciar as pessoas, incluindo um *BSC*, de forma a permitir que nossa Administração analise de forma objetiva o desempenho de nossos empregados que, por sua vez, recebem o respectivo *feedback* constantemente. Por meio de um processo rigoroso de medição de desempenho, acreditamos que possamos identificar e promover nossos empregados que demonstraram alto desempenho e oferecer pacotes salariais agressivos, baseados exclusivamente em mérito.

Área de Recursos Humanos

A área de recursos humanos é estratégica para o desenvolvimento dos nossos negócios, vinculada diretamente à Presidência. Contávamos com 23.686 empregados em 30 de junho de 2009.

A tabela abaixo apresenta a distribuição regional dos nossos empregados nas datas indicadas:

Região	Em 31 de dezembro de 2008	Em 30 de junho de 2009
Sudeste	23.807	21.439
Sul	2.538	2.247
Outras regiões	–	–
Total	**26.345**	**23.686**

Relacionamento com os Sindicatos

Nossos empregados são representados por diferentes sindicatos, conforme as localidades em que se encontram estabelecidos. Não possuímos empregados na condição de representante sindical. Acreditamos ter um bom relacionamento com os sindicatos representantes da categoria profissional de nossos empregados, sendo que, nos últimos três anos, não houve qualquer tipo de greve ou paralisação de atividades. Atualmente, aplicamos as normas coletivas relativas a três acordos coletivos de trabalho e três convenções coletivas de trabalho, conforme tabela abaixo:

Tipo de acordo	Sindicatos	Objeto	Vigência
Acordo Coletivo	Sindicato dos trabalhadores em empresas de (i) telecomunicações, (ii) transmissão de dados e correio eletrônicos, (iii) telefonia móvel celular, (iv) serviços troncalizados de comunicação, (v) rádio chamada, (vi) atendimento telefônico, (vii) projeto, construção, instalação e operação de equipamentos e meios físicos de transmissão de sinal e similares, e (viii) operadores de mesas telefônicas, todos no Estado do Rio de Janeiro (SINTTEL – RJ).	Reajuste salarial de 4,0%, a partir de 1º de junho de 2009, e piso salarial de R$480,00.	1 de junho de 2009 a 31 de maio de 2010
Acordo Coletivo	Sindicato dos trabalhadores em empresas de telecomunicações e operadores de mesas telefônicas no Estado de Santa Catarina (SINTTEL – SC).	Reajuste salarial, de 4,0% a partir de 1º de maio de 2009 e piso salarial de R$494,00.	1 de maio de 2009 a 1 de maio de 2010
Acordo Coletivo	Sindicato dos trabalhadores de atendimento telefônico e empregados em empresas de atendimento telefônico da cidade de São Paulo e Grande São Paulo (SINTETEL – SP)	Reajuste salarial de 6,6% a partir de 1º de janeiro de 2009 e piso salarial de R$480,00.	1 de junho de 2008 a 31 de maio de 2009 (extensão de prazo em negociação)
Convenção Coletiva	Sindicato dos trabalhadores em empresas e serviços públicos e privados, de informática e internet, e similares, no Estado do Rio de Janeiro; e Sindicato das empresas de informática do Estado do Rio de Janeiro (SINPD – RJ).	Reajuste salarial de 7,6%, a partir de 1º de setembro de 2008, e piso salarial de R$635,37, (para digitador), R$681,78 (para técnico profissional de informática) e R$1.043,12 (para analista de sistemas), dentre outras disposições.	1 de setembro de 2007 a 31 de agosto de 2009 (extensão de prazo em negociação)
Convenção Coletiva	Sindicato das empresas de processamento de dados e serviços de informática do Estado de São Paulo; e Sindicato dos trabalhadores em processamento de dados e empregados de empresas de processamento de dados do Estado de São Paulo (SINDPD – SP).	Reajuste salarial de 7,1%, a partir de 1º de janeiro de 2009, e piso salarial de R$768,00 (para digitador), R$600,00 (para empregados administrativos) e R$840,00 (para empregados da área de informática).	1 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009
Convenção Coletiva	Sindicato dos trabalhadores em empresas de telecomunicações e operadores de mesas telefônicas no Estado de São Paulo (SINTRATEL – SP).	Reajuste salarial de 4,0% a partir de 1º de maio de 2009 e piso salarial de R$494,00.	1 de maio de 2009 a 30 de abril de 2010

Benefícios

Concedemos os seguintes benefícios aos nossos empregados: (i) plano de assistência médica; (ii) seguro de vida; (iii) auxílio refeição; (iv) vale transporte ou ônibus fretado; (v) estacionamento; (vi) seguro odontológico; e (vii) custeio de cursos para certificações em tecnologia. Além desses, concedemos outros benefícios previstos em normas coletivas, quais sejam: (i) auxílio creche; (ii) auxílio reclusão; e (iii) auxílio funeral.

Diversos programas e iniciativas objetivam a atração, retenção e desenvolvimento dos nossos talentos, entre eles (i) Banco de Talentos, que consiste em aulas sobre o mercado de TI e no desenvolvimento de competências básicas para a operação de BPO; (ii) programa "Crescendo Juntos", que consiste na criação de oportunidades internas de crescimento e desenvolvimento profissional; e (iii) programa "Cuidando de Você", que consiste em palestras e condutas que visam estimular os empregados a elevarem sua auto-estima e autoconfiança, favorecendo seu desenvolvimento profissional, pessoal, familiar e social.

Recebemos os prêmios "Os Incríveis – Prêmio ABT 2005" e "Muito Além do Dever – Prêmio ABT 2006", pela gestão de pessoas.

Plano de Participação nos Lucros ou Resultados – PPLR

Celebramos Acordos Coletivos de Trabalho com os sindicatos representantes da categoria profissional de nossos empregados, para implantar PPLR, exclusivamente para nossa unidade de negócios BPO. Os valores são pagos com base no tempo pelo qual cada empregado trabalha conosco, conforme homologação em Convenção Coletiva e demais Acordos Coletivos celebrados nos municípios em que estão localizadas nossas unidades. Em 2008, o valor pago a título de PPLR foi R$2,5 milhões.

Também pagamos ao nosso corpo gerencial uma remuneração variável (bônus) com base nos resultados e métricas individuais de desenvolvimento. Em 2008, o valor pago a esse título foi R$7,2 milhões.

Terceirização de Atividades

Contratamos profissionais com habilidades específicas no desenvolvimento de *software*, com os quais celebramos contratos de prestação de serviços. Em 30 de junho de 2009, contávamos com 50 profissionais prestando serviços de desenvolvimento de *software*.

Além disso, contratamos empresas prestadoras de serviços para a execução de atividades secundárias, tais como: (i) limpeza; (ii) manutenção; e (iii) segurança e vigilância. Em 30 de junho de 2009, contávamos com 264 profissionais terceirizados para essas atividades.

Considerando a possibilidade de responsabilização subsidiária conforme entendimento jurisprudencial trabalhista (Súmula nº 331, do TST), acompanhamos o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária pelos prestadores de serviço contratados, para afastar eventuais débitos trabalhistas e previdenciários que possam surgir da relação entre estes trabalhadores terceirizados e seus empregadores.

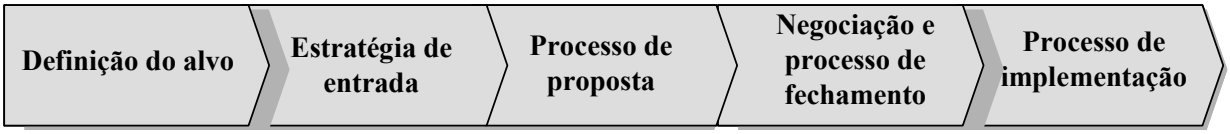
Fornecedores

Contamos com uma extensa lista de fornecedores. Para determinados serviços que prestamos, utilizamos certos equipamentos que são produzidos por poucas companhias no mercado. Todavia, devido à escala de nossas operações, acreditamos que também representamos um grande e importante contrato para estes fornecedores no mercado brasileiro, garantindo um certo equilíbrio de forças na negociação destes contratos. Além disso, as nossas operações também conferem vantagens a esses fornecedores, como a oportunidade de alavancar suas vendas nos mercados em que atuamos. Por exemplo, diversas vezes um fornecedor importa novas tecnologias para determinado mercado e, em parceria conosco, beneficia-se do pioneirismo no lançamento de uma solução que utiliza essa nova tecnologia. Essa parceria nos proporciona ótimas condições comerciais para essas novas tecnologias, as quais, muitas vezes, são adotadas por outras empresas do mercado poucos meses depois.

Esforços de Vendas e *Marketing*

Oferecemos e vendemos nossos serviços por meio de nossos profissionais de vendas e nossa Administração. O pessoal de vendas é apoiado por especialistas técnicos. Antes de abordar um novo cliente, investimos um tempo considerável estudando suas necessidades e formulando uma proposta que traga algum valor agregado ao cliente. Acreditamos que esse seja um dos nossos principais diferenciais frente aos nossos concorrentes.

Nossa equipe de vendas tem um processo estruturado para abordar o cliente-alvo e para criar uma proposta para maximizar a possibilidade de se conquistar um novo projeto:



Definição do alvo – Nós selecionamos nossos clientes-alvo entre as 500 maiores empresas no Brasil e fazemos uma estimativa de seus gastos com serviços de BPO e TI. Nossa equipe de vendas tem comitês semanais para definir quais alvos abordar de acordo com o plano estratégico elaborado para os trimestres seguintes. Como resultado dessa fase, criamos um mapa de oportunidades com os serviços potenciais a serem prestados e a estimativa de receita de *outsourcing* dos clientes-alvo selecionados.

Estratégia de entrada – Apresentamos a nossa estrutura e nossos serviços para o cliente-alvo, atualizando-o constantemente sobre as nossas histórias de sucesso e enfatizando a experiência no segmento do cliente. Nossa Administração faz a primeira abordagem, desenvolvendo um relacionamento com o cliente-alvo. O comitê semanal de nossa equipe de vendas também discute e define a estratégia de entrada e as oportunidades mapeadas para os clientes-alvo.

Proposta – Um Comitê de Avaliação de Oportunidades Comerciais (Comitê de Bid / No-Bid) determina se temos condições de desenvolver uma proposta competitiva. Em seguida, formamos uma equipe multidisciplinar para analisar as necessidades dos clientes e desenvolver a solução. Essa equipe é formada por gerentes de venda e especialistas na gestão de processos de negócios, em desenvolvimento de sistemas de TI e em gestão de recursos humanos, a fim de otimizar o desenvolvimento da solução *vis-a-vis* a determinação de preço. Após a solução ser criada e o preço ser determinado, temos um comitê que delibera sobre outros aspectos da proposta antes da sua submissão ao potencial cliente. O produto final dessa fase é a proposta pronta para ser enviada ao cliente.

Negociação e processo de fechamento – Nesta fase, trabalhamos junto com o cliente-alvo para negociar a proposta final, fazendo os ajustes finais para considerar as necessidades do cliente, especificações de solução e negociação financeira. Após o processo de refinamento da proposta, temos um comitê interno que revisa os aspectos técnicos e de preço para determinar se as condições negociadas são satisfatórias, de acordo com nosso orçamento e planejamento estratégico anuais. O resultado dessa fase é a proposta final negociada com o cliente e aprovada internamente em nossos comitês.

Implementação – Nossa equipe interna, formada pelas pessoas que fizeram parte da equipe multidisciplinar que desenvolveu a proposta, tem uma reunião inicial com o cliente para iniciar a operação. O processo de implementação começa pelo planejamento da migração das operações de nosso cliente para nós. A equipe responsável pelo projeto segue todos os processos para fazer qualquer ajuste necessário e monitorar o processo. Como resultado dessa fase, nós assumimos a operação e validamos os níveis de serviço (SLAs) do contrato com o cliente.

Nossas Unidades

Acreditamos oferecer uma das mais amplas plataformas de BPO e TI da América Latina, com 15 unidades concentradas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Desenvolvemos também uma extensa infra-estrutura concentrada em escalabilidade, redundância e segurança de informação. Temos *datacenters* de última geração, estrategicamente localizados e com capacidade disponível para suportar o crescimento futuro e, ao mesmo tempo, proporcionar grande alavancagem operacional de nosso modelo de negócio. Acreditamos ser a única empresa no Brasil com dois *datacenters* de Nível 5, garantindo disponibilidade de 99,999% (Cinco 9's) para as operações essenciais de TI de nossos clientes. A nossa unidade de BPO de gestão de clientes localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, foi uma das primeiras unidades de BPO de gestão de clientes na América Latina a empregar VoIP em larga escala. Em 2007, abrimos nossa nova unidade de BPO em São José dos Campos, com capacidade para mais de 2.000 colaboradores. Em 2008, continuamos a expandir nossas operações na cidade de São Paulo, abrindo uma unidade de BPO no centro. Adicionalmente, no primeiro semestre de 2009, consolidamos duas de nossas operações no Estado de Santa Catarina na nossa unidade mais moderna na cidade de Florianópolis. No mesmo período, consolidamos operações de menor escala na cidade de São Paulo, na unidade do centro da cidade inaugurada no final de 2008.

Nossos Clientes

Nosso esforço de vendas é orientado para construir relacionamentos lucrativos e de longo prazo. Nossa Administração, equipes de vendas e técnica dispensam parte considerável de seu tempo estudando e entendendo a indústria e o contexto operacional no qual nossos clientes operam.

Em 30 de junho de 2009, tínhamos mais de 900 clientes. Prestamos serviços a diversas companhias de primeira linha e celebramos contratos com empresas brasileiras e grandes multinacionais com operações no Brasil. Em 30 de junho de 2009, tínhamos 926 clientes, dos quais 58 representavam um faturamento anual superior a R$1,00 milhão, representando 96,0% de nossa receita bruta.

A tabela abaixo apresenta a distribuição percentual de nossa receita bruta entre os principais setores da economia representados pelos nossos clientes para os períodos indicados:

Setor	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009
		% da Receita Bruta	
Cartões	28,7%	29,1%	30,1%
Bancos e Seguradoras	31,0%	30,7%	32,8%
Indústria	16,3%	17,1%	12,4%
Saúde, Varejo, Logística e *Agribusiness*	12,6%	11,9%	10,8%
Serviços Públicos	10,6%	10,4%	13,5%
Outros	0,9%	0,8%	0,5%
Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Os contratos com nossos clientes geralmente contêm cláusulas de verificação de níveis de serviço (SLAs*)*, garantindo o nível de qualidade para as operações de nossos clientes. Acreditamos que estamos em posição para celebrar SLAs, principalmente devido ao nosso *expertise* nos processos de negócios de nossos clientes e nossas instalações de última geração.

Concorrência

Acreditamos ser a companhia brasileira líder na prestação de serviços baseados em soluções integradas de BPO e de TI na América Latina. Em razão do nosso modelo único de negócio, não podemos ser comparados a um único grupo de competidores, mas a algumas características pertencentes a cada um dos três grupos abaixo. Temos uma oferta de serviços abrangente e integrada como um competidor global; apresentamos alto crescimento e excelente base de clientes, composta por grandes empresas brasileiras e multinacionais, que estão nos ajudando a desenvolver as nossas capacidades de *offshoring* como os concorrentes regionais; e nossa receita se concentra em um mercado atraente e de alto crescimento, o Brasil, como os competidores locais.

Nossos concorrentes podem ser classificados de acordo com sua abrangência geográfica ou sua oferta de serviço, conforme segue:

- ***Grandes concorrentes multinacionais:*** International Business Machines Corp. – IBM, Accenture Ltd., Hewlett-Packard Company – HP e outros. Esses concorrentes têm uma oferta de serviço de BPO e TI abrangente. Eles possuem uma extensa rede de infra-estrutura em todo o mundo e podem prestar diferentes serviços a seus clientes a partir de diversos locais, focando em contratos globais com os clientes.

- ***Concorrentes regionais***: WNS (Holdings) Ltd., Genpact Ltd., Syntel, Inc., Cognizant Technology Solutions, Tata Consultancy Services (TCS), Wipro Ltd., Infosys Tecnologies Ltd. e outros. Esses concorrentes prestam serviços *offshore* de BPO e TI para mercados desenvolvidos, como os Estados Unidos e Europa. Eles concentram suas capacidades em um ou mais locais, como a Índia, e têm sua receita concentrada em países desenvolvidos, onde normalmente dispõem de um *front-end* comercial. Apresentam altas taxas de crescimento e boa base de clientes.

- ***Concorrentes locais***: Stefanini IT Solutions Ltda., CPM-Braxis S.A., Atento Brasil S.A., Dedic Ltda., Sonda Procwork Software Informática Ltda. e outros. Esses concorrentes são companhias locais, focadas no mercado doméstico, e que normalmente atuam em consórcio para competir por contratos maiores com companhias que prestam serviços completos de BPO e TI, como os competidores multinacionais.

Endividamento

Nosso saldo de empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição, em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006:

		Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		
	Encargos financeiros	**2009**	**2008**	**2007**	**2006**
		(consolidado)		(combinado)	
			(em R$ milhões)		
Banco ABN AMRO Real S.A.	104,5% CDI	131,06	124,03	120,03	–
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES	9,55% a.a.	6,28	7,94	9,90	–
Banco do Brasil S.A	101% do CDI	27,16	25,75	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	103,7% CDI	42,32	57,45	58,02	2,15
Outros	–	–	–	–	–
Total		**206,81**	**215,17**	**187,95**	**2,15**
Parcela do circulante		189,81	67,49	160,73	1,63
Parcela do não circulante		17,00	147,68	27,22	0,52

A composição da parcela de empréstimos e financiamentos não circulante, em 30 de junho de 2009, por ano de vencimento, pode ser assim demonstrada:

Ano de vencimento	**Em 30 de junho de 2009**
	(em R$ milhões)
2010	16,58
2011	0,42
Total	**17,00**

Contratos Relevantes

Contratos Financeiros

Em 19 de julho de 2007, emitimos em favor do Banco ABN AMRO Real S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 4471/07 e o contrato de swap nº 07G04737, para captação de recursos no valor de R$99,50 milhões ao custo de 102,0% do CDI, com vencimento para 18 de outubro de 2007 e com garantia da Tivit Tecnologia. Tais recursos foram utilizados, parte para aquisição da Softway, por meio da Tivit Investimentos S.A., e parte para financiamento de suas atividades operacionais. Este empréstimo foi renovado em 18 de outubro de 2007 com vencimento para 17 de janeiro de 2008 ao custo de 105,5% do CDI. Em 17 de janeiro de 2008, referido empréstimo foi renovado com vencimento para 17 de abril de 2008 ao custo de 104,8% do CDI. Em 19 de março de 2008, este empréstimo foi novamente renovado com vencimento para 5 de março de 2010 ao custo de 104,5% do CDI. Em 30 de junho de 2009, o valor atualizado do empréstimo era de R$131,10 milhões.

Em 8 de outubro de 2008, emitimos em favor do Banco do Brasil S.A., Notas de Crédito de Exportação Indireta, por meio das quais captamos R$25,00 milhões ao custo de 101,0% do CDI, com vencimento em 2 de outubro de 2009. Esse recurso foi utilizado por nós com o intuito de fomentar a exportação de prestação de serviços de tecnologia, principalmente a empresas do Grupo Votorantim. Em 30 de junho de 2009, o saldo atualizado do empréstimo era de R$27,10 milhões.

Em 30 de novembro de 2006, a Tivit Tecnologia emitiu em favor do Banco Itaú S.A., a Cédula de Crédito Bancário nº 10660611002400, proveniente de linha de crédito do BNDES-automático, no valor de R$10,00 milhões ao custo de TJLP + 3,3% – para 90,0% do empréstimo, e 2,8% para 10,0% do empréstimo com atualização por meio da variação da cesta de moedas estabelecida pelo BNDES, carência de 12 meses, pagamento de juros trimestrais e amortização do principal em 48 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2008. Tais recursos foram utilizados para financiamento de investimentos de aquisição de *software* e consultorias para projeto de implantação de sistemas do ERP. Em 30 de junho de 2009, o valor atualizado do empréstimo era de R$6,30 milhões.

Celebramos entre abril de 2006 e junho de 2009, 38 contratos de arrendamento mercantil, que continuam vigentes e possuem vencimentos entre agosto de 2009 e outubro de 2011, com a Companhia Itaú Leasing de Arrendamento Mercantil S.A., Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Banco IBM S.A., Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e HBSC Bank Brasil S.A. Grande parte destes contratos tem prazo de 36 meses e custo aproximado de 103,7% do CDI. O valor atualizado da dívida derivada destes contratos em 30 de junho de 2009 era de aproximadamente R$42,32 milhões. Esses contratos de arrendamento mercantil têm como objeto equipamentos de informática (*hardware*) e *software*.

A tabela abaixo descreve as principais características dos contratos de arrendamento mercantil celebrados por nós:

Parte	Valor dos pagamentos dos juros até 30 de junho de 2009	Saldo devedor em 30 de junho de 2009	Vigência
	(em R$ milhões)		
Companhia Itaú Leasing de Arrendamento Mercantil..	1,80	29,02	abril de 2006 a outubro de 2011
Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.....	0,07	0,98	junho de 2007 a abril de 2010
Banco IBM S.A.....	0,80	12,06	março de 2006 a dezembro de 2010
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	0,02	0,24	junho de 2007 a agosto de 2010
HSBC Bank Brasil S.A.	0,00	0,02	julho de 2006 a outubro de 2009
**Total ..... **	**2,69**	**42,32**	

Contratos Comerciais

Celebramos diretamente com nossos clientes contratos para a prestação de serviços de gestão, operação, monitoração, manutenção, fornecimento de infra-estrutura física, interligação, consultoria e terceirização em TI. Os prazos de vigência desses contratos variam de um a 10 anos. Não estamos autorizados a divulgar os nomes dos nossos clientes em razão de estarmos obrigados contratualmente com tais clientes a manter sigilo.

Celebramos com nossos clientes contratos (i) para a prestação de serviços de BPO; (ii) para a locação de espaço físico, infra-estrutura e equipamentos; e (iii) para o fornecimento de aplicativos necessários à prestação do serviço de BPO. Os prazos de vigência desses contratos variam de um a cinco anos. Não estamos autorizados a divulgar os nomes dos nossos clientes em razão de estarmos obrigados contratualmente com tais clientes a manter sigilo.

Contratos de Fornecimento

Contratamos fornecimento de energia elétrica com as seguintes distribuidoras de energia: Light Serviços de Eletricidade S.A.; Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.; Bandeirantes Energia S.A.; Cia Piratininga de Força e Luz – CPFL; e Celesc Distribuição S.A. Com exceção do contrato com a Bandeirantes Energia S.A., cujo prazo de vigência termina em 1 de março de 2001, os demais contratos são prorrogáveis automaticamente. As despesas associadas com os contratos de fornecimento de energia elétrica no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 foram de R$9,35 milhões.

Mantemos contratos com a maioria das operadoras de conectividade e telefonia do Brasil.

Contratamos serviços de recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos por nós para suporte de aplicações de voz, dados e vídeo, com diversos fornecedores. Os prazos de vigência desses contratos variam de um a três anos, renováveis por iguais períodos sucessivos. As despesas associadas com esses contratos no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 foram de R$7,41 milhões.

Celebramos contratos de prestação de serviços de telefonia com as maiores operadoras de telefonia do Brasil. Esses contratos consistem na prestação de serviços para recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos por nós. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. As despesas associadas com esses contratos no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 foram de R$10,43 milhões.

Mantemos ainda relacionamento comercial com as maiores empresas fornecedoras de tecnologia e equipamentos de informática (*hardware* e *software*) do mercado, tais como IBM, BMC e Computer Associates. Através desses contratos adquirimos (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento; e (d) outros equipamentos. As aquisições de equipamentos são feitas na medida de nossa necessidade, considerando, por exemplo, nossa contratação para a implementação de novos projetos para os nossos clientes. Esse relacionamento comercial permite, ainda, que negociemos periodicamente a atualização dos equipamentos de informática adquiridos dessas empresas. Os contratos com fornecedores de tecnologia e equipamentos de informática têm vigência 1 de outubro de 2006 a 31 de dezembro de 2011. As despesas associadas com esses contratos no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 foram de R$26,36 milhões.

A tabela abaixo resume as informações sobre nossos contratos com fornecedores:

Tipo de obrigação	Parte	Valor de despesa no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009	Vigência
		(em R$ milhões)	
Energia elétrica	Light Serviços de Eletricidade S.A.	1,99	Início 14/11/2002, prorrogável automaticamente
	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	6,78	Início em 11/2006, prorrogável automaticamente
	Bandeirantes Energia S.A.	0,19	01/03/2006 a 01/03/2011
	Cia Piratininga de Força e Luz - CPFL	0,21	Início em 04/12/07, prorrogável automaticamente
	Celesc Distribuição S/A	0,18	Início em 09/2005, prorrogável automaticamente
Telefonia	Diversos	10,43	Diversos
Transmissão e entrega de sinais digitais	Diversos	7,41	Diversos
Licenças de uso de software e manutenção	BMC	0,37	01/10/2006 a 31/12/2011
	Computer Associates	6,33	31/03/2006 a 31/03/2012
	IBM	7,52	Diversos
	Diversos	12,14	Diversos

Contratos com Partes Relacionadas

Para informações sobre os contratos que celebramos com nossas Partes Relacionadas, bem como com Participantes da Oferta, veja as seções "Operações com Partes Relacionadas" e "Informações Sobre a Oferta - Relacionamento entre Nós, os Acionistas Vendedores e as Instituições Participantes da Oferta", nas páginas 161 e 53 deste Prospecto.

Imóveis e Equipamentos

Não possuímos imóveis próprios, com exceção do imóvel do *site* localizado na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, conduzindo nossas atividades administrativas e comerciais basicamente com imóveis alugados. O valor dos aluguéis despendidos nos locais em que possuímos instalações importava no montante global mensal de R$1,78 milhões em 30 de junho de 2009.

Os nossos ativos permanentes consistem essencialmente em equipamentos de informática e de telefonia, inclusive *software* e servidores, móveis e equipamentos para escritório. O valor total do nosso ativo imobilizado, líquido de depreciação, foi de R$246,71 milhões, em 30 de junho de 2009, conforme tabela abaixo:

	Em 30 de junho de 2009		
	Custo	**Depreciação acumulada**	**Residual**
		(em R$ milhões)	
Terrenos[1]	10,43	–	10,43
Edificações[2]	42,86	(14,73)	28,13
Instalações[3]	8,61	(2,99)	5,62
Móveis e utensílios[4]	32,74	(15,27)	17,47
Benfeitorias em propriedade de terceiros[5]	85,87	(64,87)	21,00
Máquinas e equipamentos[6]	150,82	(102,86)	47,96
Computadores e periféricos	317,54	(202,70)	114,84
Veículos[7]	3,37	(2,11)	1,26
Total	**652,24**	**(405,53)**	**246,71**

(1) Refere-se ao terreno do *site* localizado na Estrada dos Bandeirantes, Recreio dos Bandeirantes, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde está localizado um dos nossos *datacenters*.
(2) Refere-se ao edifício do *site* localizado na Estrada dos Bandeirantes, Recreio dos Bandeirantes, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, onde está localizado um dos nossos *datacenters*.
(3) Substancialmente refere-se às instalações elétricas das estações de atendimento e infra-estrutura de cabeamento dos *datacenters*.
(4) Composto pelo nosso mobiliário administrativo e operacional (mesas, cadeiras, estações de trabalho, armários entre outros).
(5) Benfeitorias efetuadas nas 13 unidades alugadas, destacando-se as benfeitorias realizadas nos *sites* da República (São Paulo-SP), Transamérica (São Paulo-SP), Mogi da Cruzes (Mogi das Cruzes-SP), São José dos Campos (São José dos Campos-SP) e Faria Lima (São Paulo-SP).
(6) Composto principalmente por geradores de energia para alimentação dos *datacenters*, equipamentos elétricos e hidráulicos para refrigeração dos *datacenters*, além das centrais de telefonia e aparelhos telefônicos.
(7) Refere-se substancialmente aos veículos dos nossos executivos.

Seguros

Mantemos coberturas de seguros contratadas com seguradoras renomadas, por montantes considerados suficientes pela nossa Administração para cobrir eventuais prejuízos decorrentes de eventos que venham a afetar nosso patrimônio, bem como cobrir eventuais indenizações que tenhamos que pagar a terceiros em virtude das operações inerentes a nossa atividade. Buscamos no mercado coberturas de riscos compatíveis com o nosso porte e tipo de operações, considerando a natureza de nossas atividades, os riscos envolvidos nas operações, a prática de contratação de seguros em nosso ramos de atividades e a orientação de nossos consultores de seguros.

Dentre os seguros contratados com base na política acima exposta, podemos destacar os seguros que visam resguardar as operações e atividades realizadas, tais como seguros de responsabilidade civil de operações, de responsabilidade civil profissional e de riscos nomeados e operacionais. Os valores segurados são revistos anualmente, quando da renovação das apólices, para adequação das importâncias aos ativos de nossa propriedade e as responsabilidades assumidas em decorrência da operação. Cabe ressaltar que as importâncias seguradas das apólices de responsabilidade civil são fixadas com base na análise dos valores dos contratos firmados com os nossos clientes.

Embora mantenhamos contratos de seguro dentro das práticas usuais de mercado, existem determinados tipos de risco que podem não estar cobertos pelas apólices (tais como guerra, terrorismo, caso fortuito e de força maior, responsabilidades por certos danos ou poluição ambiental ou interrupção de certas atividades).

Assim, na hipótese de ocorrência de quaisquer desses eventos não cobertos, poderemos incorrer em custos adicionais para a reforma e recomposição de nosso patrimônio e/ou indenização de nossos clientes, que poderão impactar-nos negativamente. Adicionalmente, não podemos garantir que, mesmo na hipótese da ocorrência de um sinistro coberto por nossas apólices, o pagamento do seguro será suficiente para cobrir os danos decorrentes de tal sinistro.

Pendências Judiciais e Administrativas

Somos parte em alguns processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, previdenciária e trabalhista, decorrentes do curso normal de nossos negócios. Além disso, a Tivit Tecnologia é parte em alguns processos judiciais e administrativos nas esferas cível, tributária, previdenciária e trabalhista, sendo que, em função do *drop down* de ativos, entendemos que há certo risco de sucessão, razão pela qual trataremos de tais processos na presente seção.

A provisão é constituída com base no andamento dos processos e considerando a opinião e análise (i) dos advogados externos, que se baseiam na jurisprudência local, nas evoluções legislativas e nos aspectos fáticos de cada caso, bem como (ii) de nossos advogados internos e em cálculos efetuados por peritos contábeis internos ou contratados por nós. Os valores provisionados correspondem a 100,0% dos valores envolvidos em processos cuja probabilidade de perda é provável. Acreditamos que nenhuma ação judicial ou processo administrativo individual pendente, se decidido de maneira que nos seja desfavorável, cause um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira ou resultados operacionais.

Ressaltamos que os valores das causas não exprimem necessariamente o valor econômico efetivamente envolvido nos processos.

Companhia

Em 30 de junho de 2009, existiam 2.174 ações movidas contra nós, perfazendo o valor total de, aproximadamente, R$34,50 milhões.

- **Cível**

Em 30 de junho de 2009, éramos parte em 32 ações cíveis, figurando como autores em 12 delas e, como réus, em 20, perfazendo o valor total reclamado de, aproximadamente, R$0,10 milhão, do qual R$0,09 milhão refere-se às ações cujo risco é considerado possível e R$0,01 milhão refere-se às ações cujo risco é considerado remoto. Em 30 de junho de 2009, não havíamos constituído provisão para as contingências cíveis.

Essas ações são relativas, principalmente, a (i) sustação de protesto; (ii) nulidade de título cambial; (iii) cobrança; (iv) pedido de indenização decorrente de rescisão contratual e de uso indevido de *software*; e (v) prestação de contas decorrente de contrato de prestação de serviços.

- **Trabalhista**

Em 30 de junho de 2009, éramos parte em 2.130 ações trabalhistas perfazendo o valor total de, aproximadamente, R$32,70 milhões, dos quais R$7,60 milhões refere-se às ações cujo risco é considerado provável, R$21,70 milhões refere-se às ações cujo risco é considerado possível e R$3,40 milhões refere-se às ações cujo risco é considerado remoto. Em 30 de junho de 2009, havíamos constituído provisão de R$7,60 milhões para as contingências trabalhistas.

As ações trabalhistas, em sua grande maioria, encontram-se em trâmite no Estado de São Paulo e no Estado de Santa Catarina. Dentre os principais objetos pleiteados em tais ações trabalhistas, destacamos:

(i) horas extras decorrentes da extrapolação do limite de 8 horas diárias e 44 semanais, ou 6 horas diárias para os operadores de atendimento telefônico, e a não concessão de intervalo intrajornada. Por ser matéria que depende de prova, entendemos que o risco de perda é possível, tendo em vista a situação peculiar de cada reclamante, bem como sua jornada de trabalho;

(ii) equiparação salarial sob alegação de exercício das mesmas funções, em idênticas condições quantitativas e qualitativas, entre dois empregados cuja comparação de seu período de admissão não supera dois anos. Por ser matéria que depende de prova, entendemos que o risco de perda é possível, tendo em vista a situação peculiar de cada reclamante e sua rotina de trabalho;

(iii) reconhecimento de vínculo empregatício direto entre ex-cooperados ou ex-empregados de empresas terceirizadas, sendo que avaliamos as chances de perda como prováveis; e

(iv) integração da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) ao salário, sendo que avaliamos as chances de perda como prováveis.

Com relação às ações trabalhistas movidas por sindicatos, o principal pedido está relacionado à representatividade dos trabalhadores de atendimento telefônico, sendo objeto de três ações trabalhistas, ajuizadas nas Comarcas de Jundiaí e Mogi das Cruzes, que têm como autores os Sindicatos dos Trabalhadores em Empresa de Telemarketing, Operadores em Telemarketing, Trabalhadores em Empresas de Rádio Chamada de Campinas e Região (Sintratel-Campinas) e Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing e Empregados de Empresas em Telemarketing da Cidade de São Paulo e Grande SP (Sintratel-São Paulo). Trata-se de ações em que se discute o enquadramento da atividade de atendimento telefônico nas seguintes hipóteses: (i) como atividade recente e atinente ao desenvolvimento da tecnologia da informação, sendo, desta forma, representada pelo Sintratel, ou, ao contrário senso, (ii) atividade similar à comunicação de voz à distância, não sendo o atendimento telefônico categoria peculiar em relação à telecomunicação, razão pela qual o enquadramento de seus empregados seria do Sinttel e do Sintetel. Reconhecemos que os empregados que atuam na área de atendimento telefônico possam vir a sofrer alterações em seu enquadramento sindical, sendo este risco avaliado como possível.

- **Tributário e Previdenciário**

Em 30 de junho de 2009, éramos parte em 28 processos e procedimentos administrativos perfazendo o valor total de, aproximadamente, R$1,70 milhão, cujo risco é considerado possível. Em 30 de junho de 2009, havíamos constituído provisão no valor de R$16,20 milhões para as os processos e procedimentos administrativos.

A provisão para contingências em 30 de junho de 2009 difere dos valores prováveis das causas em andamento, em virtude da constituição de provisões adicionais para potenciais contingências não materializadas. A provisão para contingências foi constituída observando-se os seguintes critérios: (i) para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores legais e pela nossa Administração, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes; e (ii) para assuntos classificados como obrigações legais, independentemente do desfecho esperado para as causas.

Tivit Tecnologia

Em 30 de junho de 2009, existiam 168 ações movidas contra a Tivit Tecnologia, incluindo processos cíveis, trabalhistas, previdenciários, tributários e regulatórios, perfazendo o valor total de, aproximadamente, R$100,82 milhões, relacionadas ao acervo da Tivit Tecnologia (incluindo os ativos operacionais), que foi transferido para nós no âmbito de nossa reorganização societária (*drop down*). Em 31 de dezembro de 2008, a Tivit Tecnologia havia constituído provisão de R$13,10 milhões para as contingências mencionadas.

Entendemos que possa haver risco de sucessão por tais contingências judiciais e administrativas da Tivit Tecnologia em função do *drop down*. Todavia, nos termos do Acordo de Acionistas Pré-IPO, conforme aditado, a Tivit Tecnologia obrigou-se a responder por eventuais contingências fiscais, trabalhistas e previdenciárias relativas às atividades desenvolvidas até 30 de junho de 2007, que tenham sido transferidas a nós no âmbito do *drop down* e que sejam conhecidas até a data de realização da Oferta. A responsabilidade da Tivit Tecnologia está limitada ao valor dos processos em trâmite contra a Tivit Tecnologia, que é estimado em R$100,82 milhões, mas será ajustado, para cima ou para baixo, conforme o valor efetivo das contingências que se materializarem em perdas. Dessa forma, as contingências decorrentes dos processos existentes, bem como daqueles que forem conhecidos até a realização da Oferta serão de responsabilidade da Tivit Tecnologia, integralmente detida pelo Grupo Votorantim. Esta obrigação da Tivit Tecnologia sobreviverá ao término do Acordo de Acionistas Pré-IPO.

Assim, caso haja alguma contingência da Tivit Tecnologia relacionada ao acervo operacional contribuído ao nosso patrimônio, relativa ao período anterior a 30 de junho de 2007, que se torne conhecida somente após a realização da Oferta e que não esteja já assumida pela Tivit Tecnologia, tal contingência será de nossa responsabilidade.

Para maiores informações sobre esse risco de sucessão, veja a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados aos Nossos Negócios e ao Setor de Atuação", na página 61 deste Prospecto.

Propriedade Intelectual

A nossa estratégia envolve a tomada de todas as medidas necessárias para proteger os direitos de propriedade intelectual relativos ao nosso *software* e atividades à luz da legislação brasileira aplicável a tais direitos e propriedades, bem como utilizarmos os recursos legais disponíveis para tal proteção nos contratos firmados com nossos clientes. Todas as marcas relevantes utilizadas por nós estão registradas ou em processo de registro no INPI ou em órgão competente no exterior, ou, ainda, em processo de transferência em razão de nossa reorganização societária, conforme descrito abaixo.

Patentes

Não possuímos patentes no Brasil ou no exterior.

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes no País, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional, durante um prazo de 10 anos, renovável por períodos adicionais de 10 anos cada um, para uma determinada classe de serviços ou produtos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para uso exclusivo das marcas depositadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Somos titulares do registro da marca "Tivit" no Brasil nas classes 41, 38 e 35, além de diversos pedidos de registro da marca "Tivit" em outras classes. Tal marca foi transferida para nós pela Tivit Tecnologia, em 4 de agosto de 2008, transferência essa anotada pelo INPI em agosto de 2009. No entanto, três desses pedidos de registro, nas classes 42, 37 e 9, referentes a serviços de tecnologia, *software* e *hardware*, sofreram oposição da empresa Kivik Comercial em Informática Ltda., que aduziu suposta similaridade entre sua marca e aquelas por nós requeridas. Ressaltamos que o pedido da marca "Kivik" que embasou a oposição aos pedidos de registro de nossa marca foi arquivado, pelo INPI, em 8 de janeiro de 2008, por falta de pagamento de taxas, de modo que, oportunamente, a oposição apresentada deverá ser julgada improcedente.

A Tivit Tecnologia é titular de pedido de registro da marca "Tivit" em diversas outras jurisdições, tais como União Europeia, Índia, China e alguns países da América Latina, sendo que, em alguns casos já obtivemos o registro da marca, como, por exemplo, no Reino Unido, Chile, México e Uruguai. Tais pedidos de registro de marca serão transferidos da Tivit Tecnologia para nós, no momento das respectivas renovações.

Apresentamos ainda oposição na Índia, (i) em face da empresa Orion Media Pvt Ltd., em 20 de março de 2009, contra a tentativa de registro da marca "TIVI", nas classes 35, 38, 41 e 42, a qual encontra-se pendente de julgamento; e (ii) em face da empresa Tuv Nord AG., em 14 de julho de 2009, contra a tentativa de registro da marca "TUVIT", na classe 42, a qual também encontra-se pendente de julgamento.

Somos titulares dos slogans "TIVIT IT CREATIVITY", "TIVIT IT SENSITIVITY" e "TIVIT IT CONNECTIVITY", registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, utilizados com exclusividade desde julho de 2005. A proteção aos direitos de que trata a lei brasileira de direitos autorais independe de registro. Entretanto, tal lei não é clara quanto à possibilidade de proteção de slogans especificamente. Além disso, o uso de slogans por concorrente é tipificado como crime de concorrência desleal, de modo que é vedado aos nossos concorrentes utilizar essas expressões em suas atividades. Assim sendo, ainda que o registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos não garanta a proteção irrestrita dos slogans por direito de autor, ele demonstra uma anterioridade no uso desse slogan, sendo suficiente para coibir o seu uso por concorrentes.

Software

A proteção conferida pela legislação brasileira aos direitos de propriedade intelectual sobre o *software* independe de registro. Tal registro (que é atualmente realizado no INPI) serve principalmente para facilitar a prova de titularidade do *software*. Entretanto, por ser necessário informar a identificação do método de elaboração do *software* pelo interessado para a concessão do registro, optamos por não registrar nosso *software* no INPI, a fim de proteger nossos segredos industriais.

Não desenvolvemos *software* em nome próprio, mas por encomenda, por meio de nossos empregados e/ou prestadores de serviços, os quais têm em seus contratos de trabalho cláusulas que prevêem expressamente a cessão dos direitos, alteração de conteúdo e demais aspectos relativos ao *software* desenvolvidos em nosso favor.

Domínios

Nossos principais nomes de domínio foram devidamente registrados no Brasil em nosso nome (como é o caso dos domínios http://www.tivit.net/, http://www.telefutura.com.br/ e http://www.softway.com.br/) ou em nome da Tivit Tecnologia (como é o caso do domínio http://www.tivit.com.br/), sendo que esse último se encontra em processo de transferência para nós.

Além disso, a Tivit Tecnologia possui diversos nomes de domínio formados pelas expressões "tivit" e/ou "tivittechnology" registrados em outras jurisdições, como Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, União Europeia, Estados Unidos, México, Uruguai e Reino Unido, os quais serão transferidos para nós oportunamente.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL

Responsabilidade Social

Participamos de diversos programas voltados à inclusão social, dentre os quais merecem destaque: “Projeto Muito Além do Dever”, que proporciona a capacitação profissional para deficientes físicos, “Projeto Maturidade”, que oferece oportunidade de carreira e capacitação a pessoas, principalmente mulheres, acima de 40 anos, e “Campanha Árvore dos Sonhos”, campanha de Natal que visa beneficiar crianças carentes por meio da doação de brinquedos. Além disso, nós proporcionamos a nossos funcionários acesso a educação superior por meio de uma parceria com a Anhanguera Educacional.

Promovemos ainda diversas ações e campanhas de responsabilidade social, começando pelo programa “1º Emprego”, que privilegia a contratação de funcionários que não tenham experiência, abrindo as portas do mercado de trabalho para essas pessoas, passando pelo “Projeto Horizonte”, que procura dar oportunidades de estudo e trabalho para pessoas carentes, com a efetiva participação de líderes comunitários e entidades de bairro, à nossa política de contratação de portadores de deficiência física, até o estímulo de ações de voluntariado, como campanhas de doação de agasalhos e brinquedos para crianças no Natal.

Preservação Ambiental

As nossas atividades não geram impactos ambientais significativos, pois nossas atividades não ocasionam a emissão de poluentes e os produtos por elas desenvolvidos decorrem de trabalho intelectual e de equipamentos que, quando podem causar algum impacto potencial ambiental, são devidamente licenciados pelas autoridades ambientais competentes. Dessa forma, possuímos um CDL (Certificado de Dispensa de Licença), emitido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb-SP), inclusive no que diz respeito à quantidade de óleo diesel que armazenamos para nossas atividades.

Adotamos medidas concretas de análise dos aspectos ambientais e consequentes impactos, tais como o descarte de lâmpadas fluorescentes, baterias, óleos e caixas de coleta, atendendo às regulamentações legais. Possuímos ainda uma área de proteção ambiental junto à nossa unidade localizada na Barra da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro.

Não aderimos a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR

Terceirização

A atividade de terceirização de serviços não é regulada no Brasil. No entanto, a Súmula nº 331 do TST consolidou o entendimento jurisprudencial, para considerar válida a terceirização de atividades quando se trata de serviços especializados, ligados à atividade-meio da empresa tomadora, devendo a prestação dos serviços ocorrer sem a existência de pessoalidade e subordinação. No entanto, caso a terceirização seja de atividade-fim da empresa tomadora ou havendo pessoalidade e subordinação entre os trabalhadores terceirizados e o tomador dos serviços, haverá o risco de configuração do vínculo empregatício. Notamos que, ainda que se trate de terceirização regular (de acordo com a Súmula nº 331, do TST), a empresa tomadora de serviços é considerada responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas não quitados pela empresa prestadora com relação aos seus empregados.

BPO

Em 31 de julho de 2008, foi editado o Decreto Federal nº 6.523/2008, que entrou em vigor em 1º de dezembro de 2008. Tal Decreto estabeleceu diversas restrições e regras operacionais aplicáveis aos serviços de atendimento ao consumidor, ou SACs (assim entendidos os serviços de atendimento telefônico que tenham como finalidade resolver as demandas dos consumidores sobre informação, dúvida, reclamação, suspensão ou cancelamento de contratos e de serviços). Ademais, o Governo do Estado de São Paulo, promulgou em 7 de outubro de 2008 a Lei nº 13.226/08, que entrou em vigor na data de sua publicação, criando o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing, cadastro esse no qual estão inscritos consumidores que manifestaram seu interesse por não receber ligações telefônicas de prestadores de serviços de atendimento telefônico.

Desenvolvimento de *Software*

Na prestação de nossos serviços de BPO e TI, por vezes desenvolvemos *software* para atender às necessidades de nossos clientes. A produção de *software* no Brasil encontra-se sujeita às disposições da Constituição Federal, bem como à legislação complementar federal vigente, especialmente no que tange aos aspectos cíveis, trabalhistas e fiscais.

Adicionalmente, os direitos relativos ao *software* são regulados por duas leis específicas: (a) Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998 ("Lei de *Software*"); e (b) Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 ("Lei dos Direitos Autorais").

Proteção da Propriedade Intelectual de Programas de Computador e Direitos Autorais

A Lei de *Software* dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador e sua comercialização no Brasil e a Lei dos Direitos Autorais dispõe sobre a proteção aos direitos autorais sobre obras intelectuais (propriedade intelectual), dentre as quais se inclui o *software*.

O registro de obras intelectuais, dependendo de sua natureza, pode ser solicitado a alguns órgãos governamentais determinados por lei, entre eles a Fundação Biblioteca Nacional e o INPI. No caso de *software*, o pedido de registro deve ser encaminhado ao INPI, sendo que o registro é apenas uma garantia adicional aos autores das obras intelectuais, uma vez que a Lei dos Direitos Autorais reconhece o direito autoral independentemente do registro.

A proteção intelectual de *software*, observado o disposto na Lei de *Software*, é a mesma conferida às obras literárias pela legislação de direitos autorais vigente no Brasil. Os direitos relativos ao *software* são assegurados por 50 anos contados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua publicação ou, se esta não ocorrer, da data de sua criação.

Alguns aspectos são estabelecidos tanto pela Lei dos Direitos Autorais como pela Lei de *Software*, dentre os quais a independência da proteção dos direitos relativos ao *software* do respectivo registro.

O pedido de registro de *software* não é obrigatório; entretanto, a imaterialidade característica do *software* implica certa dificuldade com relação à comprovação de sua autoria. Assim, o registro de um *software* é a maneira mais eficaz e rápida de se provar a titularidade do mesmo contra sua utilização não autorizada.

Em decorrência da proteção conferida ao *software* ser uma espécie de proteção a direitos autorais, ela possui outra característica relevante: a proteção garantida pelo registro goza de abrangência internacional. Os registros feitos no Brasil devem ser aceitos nos demais países signatários dos acordos internacionais como comprovação de autoria e o título do *software* é protegido concomitantemente com o programa. Desta forma, mediante um único procedimento (o registro do *software* no INPI) protege-se tanto o produto quanto seu nome comercial.

De acordo com a Lei de *Software*, o pedido de registro de *software* a ser encaminhado ao INPI deverá conter no mínimo, (a) os dados referentes ao autor do *software* e ao titular, se distinto do autor; (b) a identificação e descrição funcional do *software*; e (c) os trechos do *software* e outros dados considerados suficientes para identificação e caracterização de sua originalidade, ressalvados os direitos de terceiros. Tais informações são confidenciais, não podendo ser reveladas, salvo por ordem judicial ou por requerimento escrito do próprio titular.

O *software* pode ser utilizado mediante licença concedida pelo fabricante/titular dos direitos ao licenciado, por meio de contrato de licença de uso de *software*. A comprovação da regularidade do uso do software, caso não exista o contrato adequado, pode ser verificada por meio de documento fiscal que comprove a aquisição ou licenciamento de cópia do *software*.

No caso de transferência de tecnologia de *software* (i.e., transferência do código-fonte), o registro dos respectivos contratos no INPI é necessário para que produzam efeitos com relação a terceiros.

A liberdade do mercado foi um dos principais elementos trazidos pela Lei de *Software*. Desde seu advento, não existem restrições à aquisição de direitos sobre os programas desenvolvidos por empresas e pessoas estrangeiras, que têm, também, liberdade para comercializá-los.

Contudo, a Lei de *Software* exige especificação, nos atos e contratos de licença de direitos de comercialização de *software* de origem estrangeira, quanto à (i) responsabilidade pelo pagamento de tributos e encargos exigíveis, e (ii) remuneração devida ao titular dos direitos de *software* residente ou domiciliado no exterior.

Além disso, nos contratos de licença de direitos de comercialização de *software*, são consideradas nulas quaisquer cláusulas contratuais que (a) limitem a produção, a distribuição ou a comercialização, em violação às disposições normativas em vigor; ou (b) que eximam qualquer dos contratantes das responsabilidades por eventuais ações movidas por terceiros em decorrência de vícios, defeitos ou violação de direitos de autor.

A Lei de *Software* tipifica crimes de pirataria, um dos mais relevantes problemas enfrentados pelas empresas de *software*, estipulando que os autores de tais crimes respondem criminal e civilmente pelas infrações cometidas. As formas de pirataria de *software* mais comumente utilizadas para burlar os direitos autorais são: cópia pirata, cópia pirata pré-instalada, falsificação, pirataria em Bulletin Board e aluguel não autorizado de *software*. O Código Penal brasileiro também contém regras relativas à violação de direitos de autor, aplicáveis a *software*.

Sigilo de Dados

Em nossa atividade de operar processos terceirizados de nossos clientes, muitas vezes tomamos contato e somos responsáveis pela guarda de dados pessoais e sigilosos. Nos termos do inciso XII, do artigo 5º, da Constituição Federal, o sigilo de dados é inviolável e um dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal aos cidadãos. A violação do sigilo de dados pode nos sujeitar a indenizações por perdas e danos.

ADMINISTRAÇÃO

De acordo com nosso Estatuto Social e com a Lei das Sociedades por Ações, somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O nosso Estatuto Social estipula, ainda, que o Conselho Fiscal terá funcionamento não permanente.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação colegiada, responsável pelo estabelecimento das nossas políticas gerais de negócios, incluindo nossa estratégia de longo prazo. É responsável também, dentre outras atribuições, pela supervisão da gestão dos nossos Diretores.

De acordo com nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração deve ser composto por sete membros, em consonância com as determinações do Novo Mercado, segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA ao qual aderiremos. Os conselheiros são eleitos em Assembleia Geral de acionistas para um mandato unificado de dois anos, permitida a reeleição, podendo ser destituídos a qualquer momento pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral.

A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo, mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10,0% do capital votante. Segundo a Instrução CVM 282, o percentual mínimo de capital votante exigido para que se solicite a adoção do processo de voto múltiplo em companhias abertas pode ser reduzido em função do valor do capital social, variando entre 5,0% e 10,0%. Considerando o valor atual do nosso capital social, acionistas representando 5,0% do nosso capital social votante poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração. Em não sendo solicitada a adoção do voto múltiplo, os conselheiros são eleitos pelo voto majoritário de acionistas titulares das ações ordinárias, presentes ou representados por procurador. A Lei das Sociedades por Ações permite, ainda, que titulares de ações de nossa emissão com direito a voto que representem 15,0% do total das ações com direito a voto elejam e destituam um membro do Conselho de Administração e respectivo suplente. O Colegiado da CVM, em decisão por maioria, datada de 8 de novembro de 2005, adotou, porém, o entendimento de que, caso não se alcance tal percentual, titulares de ações de nossa emissão que representem 10,0% do capital social poderão agregar suas ações de forma a eleger e destituir um membro do Conselho de Administração e respectivo suplente.

Todos os novos membros do Conselho de Administração devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os novos membros do nosso Conselho de Administração responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado.

Atualmente, o Conselho de Administração é formado por sete membros titulares e três membros suplentes. O mandato destes conselheiros é válido até 30 de abril de 2011. A tabela abaixo apresenta os nomes, idades e posições dos membros do Conselho de Administração.

Nome	Idade	Posição	Data de Eleição	Término do Mandato
Paulo Henrique de Oliveira Santos	50	Presidente do Conselho	04.09.2009	30.04.2011
Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh	42	Vice-Presidente do Conselho	04.09.2009	30.04.2011
Luiz Roberto Novaes Mattar	46	Conselheiro	04.09.2009	30.04.2011
Naldilei Zumpano	45	Conselheiro	04.09.2009	30.04.2011
Elton Flávio Silva de Oliveira	34	Conselheiro	04.09.2009	30.04.2011
Fernando de Castro Reinach	53	Conselheiro	04.09.2009	30.04.2011
Maurizio Mauro	59	Conselheiro Independente	04.09.2009	30.04.2011
Eraldo Dante de Paola	56	Suplente	04.09.2009	30.04.2011
Marco Nicola D'Ippolito	32	Suplente	04.09.2009	30.04.2011
Ricardo Gonçalves da Costa	27	Suplente	04.09.2009	30.04.2011

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada conselheiro deve ser titular de, pelo menos, uma de nossas ações.

O Regulamento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA estabelece que pelo menos 20,0% dos membros do nosso Conselho de Administração sejam Conselheiros Independentes.

Quando, em decorrência da observância do percentual de 20,0% acima referido, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5; ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5. Uma vez composto por sete membros, o nosso Conselho de Administração deverá apresentar, portanto, ao menos um Conselheiro Independente. O Conselheiro Independente deve ser identificado como tal na ata da Assembleia Geral que o eleger. Atualmente, o Sr. Maurizio Mauro é o nosso Conselheiro Independente.

As decisões do Conselho de Administração são tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes a qualquer reunião, sendo que o voto dos representantes dos nossos Acionistas Controladores será definido em reunião prévia, conforme prevê o Acordo de Acionistas Pós-IPO (para maiores informações sobre referidas matérias, ver seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores – Acordo de Acionitas", na página 156 deste Prospecto). Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o membro do Conselho de Administração está proibido de votar em qualquer assembleia, ou ainda de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais este tenha um conflito de interesses conosco.

Informações Biográficas dos Conselheiros

Conselheiros

Paulo Henrique de Oliveira Santos. O Sr. Paulo Henrique de Oliveira Santos foi Presidente do Conselho de Administração da TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito Presidente do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 4 de novembro de 1958, graduou-se em Engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), além de concluir curso de especialização em finanças e *marketing* (CEAG), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e curso *OPM – Owner/President Management Program*, pela Harvard Business School. Em 2000, foi o responsável pela criação e estruturação da VNN, nossa acionista indireta, onde liderava profissionais nas áreas de estruturação de negócios, fusões e aquisições, estratégia, gestão operacional e financeira, ciência e tecnologia, entre outras. Atuou em diversos processos de privatizações dentre os quais o da CPFL, no qual liderou a equipe de transição. Foi também Diretor Financeiro da Votorantim Metais e Diretor Executivo do Banco Votorantim, além de atuar em outros bancos em São Paulo e em Nova York nas áreas de Tesouraria e Finanças Corporativas. Foi ainda Diretor Financeiro da Brasilpar Ltda., um dos primeiros fundos de Private Equity do Brasil. Atualmente é Diretor Presidente da Votorantim Novos Negócios e Diretor de Fusões e Aquisições da Votorantim Industrial S.A.

Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh. O Sr. Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh foi membro do Conselho de Administração da TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 13 de julho de 1967, graduou-se em Ciências, Administração Financeira e Administração Hoteleira, pela Universidade de Boston, nos Estados Unidos, e é pós-graduado em Economia, pela Universidade de Harvard, também nos Estados Unidos. É sócio co-fundador e responsável pela área de *private equity* do Pátria Investimentos S.A. É, ainda, Presidente do Conselho de Administração da Anhanguera Educacional S.A., desde 2005. Foi sócio responsável pelo desenvolvimento e execução da área de *private equity* do Banco Patrimônio S.A., além de Diretor Presidente e Diretor Financeiro da Drogasil S.A. Foi ainda Vice-Presidente do JPMorgan Investment Bank, além de atuar nas divisões de finanças corporativas e fusões e aquisições desta mesma instituição.

Luiz Roberto Novaes Mattar. O Sr. Luiz Roberto Novaes Mattar foi membro do Conselho de Administração da TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 18 de agosto de 1963, cursou Engenharia Civil na Universidade Presbiteriana Mackenzie. É sócio-fundador da Telefutura. Antes de fundar a Telefutura, o Sr. Luiz Mattar foi tenista profissional e ocupou o *ranking* de 27º melhor tenista do mundo, conquistou 12 títulos da Associação de Tenistas Profissionais, participou das Olimpíadas de Barcelona e Seul, e integrou a equipe brasileira da Copa Davis. Foi, ainda, um dos sócios fundadores de uma das primeiras micro cervejarias do Brasil, Dado Bier.

Naldilei Zumpano. O Sr. Naldilei Zumpano foi membro do Conselho de Administração da TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 5 de janeiro de 1964, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis de Rio Claro (FACCO). Desde 2000, atua como Diretor Financeiro da VNN, empresa integrante do Grupo Votorantim. Foi ainda Gerente de Controladoria do Banco SulAmérica S.A. e Diretor Executivo da Brasilpar Ltda.

Elton Flávio Silva de Oliveira. O Sr. Elton Flávio Silva de Oliveira foi membro do Conselho de Administração de TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 25 de abril de 1975, graduou-se em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e é pós-graduado em Administração de Empresas, também pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, e em Direito do Consumidor, Ambiental e Processos Coletivos, pela Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP). Desde 2005, é Gerente Jurídico da VNN, sendo anteriormente advogado sênior da Votorantim Celulose e Papel S.A., empresa do Grupo Votorantim.

Fernando de Castro Reinach. O Sr. Fernando de Castro Reinach é membro de nosso Conselho de Administração desde 25 de agosto de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 3 de abril de 1956, graduou-se em biologia pela Universidade de São Paulo (USP). É pós-graduado também pela USP e obteve seu PhD na Cornell University Medical College. Foi professor titular da USP, Secretário do Desenvolvimento Científico do Ministério de Ciência e Tecnologia e é membro da Academia Brasileira de Ciências. É Diretor Executivo da VNN desde 2001. Como gestor do fundo de capital de risco da VNN, montou e presidiu as empresas Alellyx e Canavialis das quais também foi Presidente do Conselho de Administração até sua venda para a Monsanto em 2008. É membro do *Board of Directors* da Amyris e da Moksha8, empresas de biotecnologia com sede nos EUA. Antes de ocupar seu cargo na VNN, fundou em 1990 a Genomic Engenharia Molecular, um dos primeiros laboratórios a oferecer testes de paternidade por DNA no Brasil. Em 1999 fundou a .comDominio, uma empresa de *datacenters* na qual ocupou o cargo de Diretor de TI. Entre 1996 e 2001 idealizou e foi um dos coordenadores do Projeto Genoma Brasileiro.

Maurizio Mauro. O Sr. Maurizio Mauro é membro independente de nosso Conselho de Administração desde 25 de agosto de 2009 e foi reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 6 de maio de 1949, graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e é pós-graduado em *Corporate Finance* pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. O Sr. Maurizio Mauro é sócio da TTLM Gestão e Participações, empresa com atividades em investimentos em ativos não líquidos. Entre 2001 e 2005, o Sr. Maurizio Mauro foi CEO do Grupo Abril, um dos maiores grupos de mídia do Brasil, e entre 1998 e 2001 trabalhou na Booz Allen Hamilton, chegando a ocupar o cargo de *country head*. O Sr. Maurizio Mauro é membro de conselho de administração de diversas empresas, entre elas Tecnisa S.A., Dufry S.A., Banco Pine S.A. e Droga Raia S.A.

Suplentes

Eraldo Dante de Paola. O Sr. Eraldo Dante de Paola foi membro suplente do Sr. Luiz Roberto Novaes Mattar como membro do Conselho de Administração da TTS, de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro suplente do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 6 de dezembro de 1952, graduou-se em Engenharia pela Universidade do Estado da Guanabara e cursou mestrado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e MBA, pela *New York University*, em Nova York, nos Estados Unidos. Em 1999, foi um dos fundadores da Telefutura. Foi também Vice-Presidente da área de *Customer* Services do Banco Citibank S.A. e Diretor Geral de Vendas a Pessoas Físicas do Banco Nacional S.A. Ver "-Processos Judiciais e Administrativos Envolvendo Nossos Administradores", na página 154 deste Prospecto.

Marco Nicola D'Ippolito. O Sr. Marco Nicola D'Ippolito foi suplente do Sr. Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh como membro do Conselho de Administração da TTS, de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro suplente do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 2 de setembro de 1976, graduou-se em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e é mestre em Administração de Empresas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Desde 2007, é sócio do Pátria Investimentos S.A., sendo responsável por novos negócios na divisão de *private equity*. Foi gestor de carteira de *private equity* para um dos maiores *family offices* do Brasil, além de trabalhar no Banco CCF Brasil S.A.

Ricardo Gonçalves da Costa. O Sr. Ricardo Gonçalves da Costa foi suplente dos membros titulares indicados pelo Grupo Votorantim como membro do Conselho de Administração da TTS, de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro suplente do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 21 de novembro de 1981, graduou-se em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV - EAESP). Desde 2005, é analista de negócios na VNN. Foi também analista na área de consultoria econômico-financeira da BDO-Trevisan.

Para uma descrição dos contratos ou outras obrigações relevantes existentes entre nós e nossos Administradores, veja a seção "Operações com Partes Relacionadas", na página 161 deste Prospecto.

Diretoria

Os Diretores são nossos representantes legais, responsáveis, principalmente, pela sua administração cotidiana e pela implementação das políticas e diretrizes gerais estabelecidas pelo Conselho de Administração.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro da Diretoria deve ser residente no País, podendo ser acionista ou não. Além disso, até, no máximo, um terço dos cargos do Conselho de Administração poderão ser preenchidos por membros da Diretoria.

Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de um ano, sendo permitida a reeleição, podendo, a qualquer tempo, serem por ele destituídos.

De acordo com nosso Estatuto Social, há cinco cargos de Diretores, que poderão ser cumulados pelos Diretores eleitos pelos membros do Conselho de Administração, sendo que, atualmente, a Diretoria é composta por quatro membros. O mandato dos membros será de um ano, contado da data de sua eleição.

Todos os novos membros da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência, os nossos novos Diretores responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado.

A tabela abaixo apresenta os nomes, idades, posições, tempo de experiência no setor, data de eleição e término do mandato dos atuais membros da nossa Diretoria.

Nome	Idade	Posição	Experiência no Setor	Data de Eleição	Término do Mandato
Luiz Roberto Novaes Mattar.....	46	Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente de TI	10	30.04.2009	30.04.2010
Eraldo Dante de Paola.....	56	Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios	12	30.04.2009	30.04.2010
José João Trigo	54	Diretor Administrativo-Financeiro	3	30.04.2009	30.04.2010
Edson Hiroshi Matsubayashi.....	34	Diretor de Desenvolvimento Corporativo e de Relações com Investidores	5	05.08.2009	30.04.2010

Informações Biográficas dos Diretores

(exceto os Srs. Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola, que compõem o Conselho de Administração)

José João Trigo. O Sr. José João Trigo é nosso Diretor Administrativo-Financeiro desde 15 de agosto de 2007. Nascido em 18 de março de 1955, graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade São Luiz e cursou MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Ingressou no Grupo Votorantim em 2000, sendo *controller* e gerente geral de tesouraria da Votorantim Celulose e Papel S.A. até 2006. Antes de ingressar no Grupo Votorantim, atuou em outras empresas como Nestlé, Unilever e Grupo Louis Dreyfus.

Edson Hiroshi Matsubayashi. O Sr. Edson Hiroshi Matsubayashi é nosso Diretor de Relações com Investidores desde 5 de agosto de 2009, cumulando o cargo de Diretor de Desenvolvimento Corporativo. Nascido em 23 de outubro de 1974, graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) e possui MBA pela The University of Chicago. Ingressou na Tivit como Diretor de Soluções de Negócios em julho de 2007. Foi analista de negócios sênior na VNN entre 2004 e 2007. Foi também consultor sênior da empresa de consultoria estratégica The Boston Consulting Group.

Endereço Comercial dos Conselheiros e Diretores

O endereço comercial dos conselheiros Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola é na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, conjunto A, CEP 01452-002.

O endereço comercial dos conselheiros Paulo Henrique de Oliveira Santos, Naldilei Zumpano, Elton Flávio Silva de Oliveira, Fernando de Castro Reinach e Ricardo Gonçalves da Costa é na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Jerônimo da Veiga, nº 384, 12º andar, CEP 04536-001.

O endereço comercial dos conselheiros Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh e Marco Nicola D'Ippolito é na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 7º andar, CEP 01452-001.

O endereço comercial dos Diretores é na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, conjunto A, CEP 01452-002.

O endereço comercial do Sr. Maurizio Mauro é na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Viradouro, nº 63, 9º andar.

Titularidade de Ações

A tabela abaixo indica o número de ações detidas diretamente pelos nossos Administradores e o percentual que suas participações individuais representam no número total de ações ordinárias emitidas na data deste Prospecto, ou seja, em relação à totalidade do capital social. Os membros do Conselho de Administração, com exceção dos conselheiros Sr. Luiz Roberto Novaes Mattar e seu suplente Sr. Eraldo Dante de Paola, detêm uma ação de nossa emissão cedida pelos Acionistas Controladores, sendo a quantidade restante de titularidade própria.

Conselheiros/Diretores	Número de Ações	Percentual(%)
Luiz Roberto Novaes Mattar[(1)]	8.899.380	10,00
Eraldo Dante de Paola[(1)]	4.102.620	4,61
Paulo Henrique de Oliveira Santos	1	0,00
Fernando de Castro Reinach	1	0,00
Naldilei Zumpano	1	0,00
Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh	1	0,00
Elton Flávio Silva de Oliveira	1	0,00
Marco Nicola D'Ippolito	1	0,00
Ricardo Gonçalves da Costa	1	0,00
Maurizio Mauro	1	0,00
Total	**13.002.008**	**14,61**

(1) Acionistas Vendedores.

Remuneração

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar, anualmente, o montante global ou individual da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria. Conforme disposto no nosso Estatuto Social, cabe à Assembleia Geral fixar a remuneração global anual dos administradores e ao Conselho de Administração realizar a distribuição dos valores aos seus membros e aos membros da Diretoria.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, foram pagos honorários aos nossos Administradores no valor total de R$5,50 milhões sendo R$5,40 milhões de remuneração direta (honorários e bônus) e R$0,10 milhão de remuneração indireta que inclui seguro de vida, saúde e odontológico e disponibilização de veículos no valor médio de R$0,10 milhão, trocados a cada período de quatro anos ou 100 mil quilômetros.

Foi estipulado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2009, que o valor da remuneração global dos nossos Administradores para o ano de 2009 será de R$6,00 milhões, referente a remuneração direta.

Adicionalmente, os Srs. Paulo Henrique de Oliveira Santos, Fernando de Castro Reinach e Naldilei Zumpano, membros do nosso Conselho de Administração, são beneficiários de plano de opção de compra de ações da Tivit Tecnologia. Com base em referido plano, a Tivit Tecnologia, utilizando ações de nossa emissão de sua titularidade, outorgou opções de compra de ações aos beneficiários. Dessa forma, o Sr. Paulo Henrique de Oliveira Santos adquiriu 160.188 ações, o Sr. Fernando de Castro Reinach adquiriu 160.188 ações e o Sr. Naldilei Zumpano adquiriu 53.400 ações. As ações adquiridas no âmbito desse plano serão recompradas pela Tivit Tecnologia pelo Preço por Ação, no dia em que este for definido nos termos do Procedimento de *Bookbuilding*. Após o exercício de opções de recompra pela Tivit Tecnologia, a remuneração indireta representada pelo plano de opção de compra de ações da Tivit Tecnologia é de R$6.914.856,00 para os Srs. Paulo Henrique de Oliveira Santos, Fernando de Castro Reinach e Naldilei Zumpano, com base no ponto médio da faixa de preço indicativa referida na capa deste Prospecto.

Adicionalmente, oferecemos um programa de participação nos lucros a todos os nossos funcionários, de acordo com a legislação federal e cujo pagamento é feito no mês de março de cada ano. O programa tem por base metas a serem atingidas por nós e é condicionado ao alcance do lucro antes do imposto de renda projetado e aprovado pelo nosso Conselho de Administração.

Plano de Opção de Compra de Ações

Atualmente, não possuímos planos de opção de compra de ações, mas temos a intenção de implementar um plano para executivos elegíveis com o objetivo de atraí-los, motivá-los e retê-los, bem como alinhar seus interesses aos nossos e aos dos nossos acionistas.

Conforme atualmente contemplado, o plano de opção de compra de ações que pretendemos implementar estará limitado a 3,0% do total do capital social. Os nossos executivos que serão elegíveis ao plano, as condições de outorga, bem como preços e condições de exercício das opções e outras condições estão ainda indefinidas, mas estarão detalhadas no plano, que, para ser adotado, deverá ser aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, conforme previsto em nosso Estatuto Social. Tendo em vista que certas características fundamentais do plano ainda estão indefinidas, não é possível valorizar cada outorga neste momento. No entanto, considerando que a quantidade máxima de ações incluídas no plano de opção de compra de ações, quando implantado, estará limitada a 3% de nosso capital social, e adotando-se, apenas para fins de exercício e divulgação de informação ao investidor, o Preço por Ação como valor de outorga de cada opção, o valor global do plano de opção de compra que pretendemos implementar, com base no número de ações existente na data deste Prospecto, será de R$40.045.560,00. Caso apliquemos um desconto de 30% sobre o Preço por Ação (também apenas para fins de exercício), o valor global do plano de opção de compra passará a ser de R$28.031.892,00.

As ações objeto do plano de opção de compra de ações poderão ser ações existentes mantidas em tesouraria, ou ações novas, emitidas sem direito de preferência aos nossos acionistas conforme vier a ser decidido a cada outorga das opções aos beneficiários do plano. Caso a opção envolva a subscrição de novas ações, haverá efeitos de diluição aos nossos acionistas. Abaixo apresentamos duas hipóteses do efeito da outorga de todas as opções previstas para o plano de opção de compra de ações na nossa demonstração de resultado e no nosso patrimônio líquido em 30 de junho de 2009: (i) o Preço por Ação; e (ii) a aplicação de desconto de 30,0% sobre o Preço por Ação:

Patrimônio Líquido (em 30 de junho de 2009)	Considerando o Preço por Ação	Considerando o desconto de 30,0% sobre o Preço por Ação
Patrimônio líquido	281.225.527,44	281.225.527,44
Reserva legal	–	–
Número de ações emitidas[1]	88.990.120	88.990.120
Valor patrimonial por ação	3,16	3,16
Número total de ações da opção	2.669.704	2.669.704
Preço de exercício da opção	15,00	10,50
Novo patrimônio líquido	321.271.087,44	309.257.419,44
Novo valor patrimonial por ação	3,51	3,37
Diluição do valor patrimonial contábil por ação dos novos investidores	(11,49)	(7,13)
Diluição percentual dos novos investidores[2]	-76,6%	-67,9%

(1) Considerando o desdobramento de ações aprovado em 4 de setembro de 2009.
(2) O cálculo da diluição percentual dos novos investidores foi obtido por meio da divisão da diluição no valor patrimonial por ação dos novos investidores pelo Preço por Ação.

Processos Judiciais e Administrativos Envolvendo Nossos Administradores

O Sr. Eraldo Dante de Paola, um de nossos Diretores, foi diretor do Banco Nacional S.A. entre 1987 e 1993, onde era responsável pelos produtos de crédito para pessoas físicas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil e, durante 30 dias em 1993, atuou na área internacional do Banco Nacional S.A., substituindo o diretor da área durante suas férias. Em razão desse período em que atuou na área internacional do banco, o Sr. Eraldo Dante de Paola figura como uma das várias partes na ação penal n.º 98.009041-8, que tramita perante a 1ª Vara Federal do Rio de Janeiro, movida desde 2002 pelo Ministério Público Federal contra vários outros diretores do Banco Nacional sob alegação da prática dos crimes de: (i) operar instituição financeira sem a devida autorização (art. 16 da Lei n° 7.492/86); (ii) evasão de divisas (art. 22 da Lei nº 7.492/86); (iii) gestão fraudulenta (art. 4° da Lei n° 7.492/86); e (iv) formação de quadrilha (art. 288 do Código Penal), puníveis com pena de reclusão e multa. O Sr. Eraldo Dante de Paola se considera inocente e está se defendendo vigorosamente em tal ação, que é a única ação entre as demais ações penais movidas pelo Ministério Público Federal em razão da liquidação do Banco Nacional S.A. na qual o Sr. Eraldo Dante de Paola figura como parte. A ação penal se encontra em fase de instrução e corre sob segredo de Justiça. Ver "Fatores de Risco – Riscos Relacionados aos Nossos Negócios e ao Setor de Atuação", na página 61 deste Prospecto.

Relações Familiares Entre Nossos Administradores e Entre os Administradores e os Acionistas Controladores

Não há relação familiar entre os nossos Administradores ou entre eles e os Acionistas Controladores.

Contratos ou Obrigações Relevantes Entre Nós e Nossos Administradores

Não há contratos ou obrigações relevantes entre nós e nossos Administradores.

PRINCIPAIS ACIONISTAS E ACIONISTAS VENDEDORES

O capital social é composto exclusivamente por ações ordinárias.

O quadro abaixo indica a distribuição das nossas ações entre nossos acionistas, na data deste Prospecto e após a Oferta, assumindo a colocação da totalidade das Ações, sem considerar as Ações Suplementares:

	Antes da Oferta		Após a Oferta[1]	
Acionistas	**Ações**	**(%)**	**Ações**	**(%)**
Tivit Tecnologia	47.805.378	53,72	31.232.558[2]	35,10
Lit Tele	16.001.088	17,98	5.322.273	5,98
Pátria FIP	11.033.638	12,40	6.284.376	7,06
Luiz Roberto Novaes Mattar	8.899.380	10,00	5.068.777	5,70
Eraldo Dante de Paola	4.102.620	4,61	2.336.710	2,63
Flávio Benjamin G. Monnerat Araújo	387.120	0,43	–	–
Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier	387.120	0,43	–	–
Paulo Henrique de Oliveira Santos	160.189	0,18	1[2]	0,00
Fernando de Castro Reinach	160.189	0,18	1[2]	0,00
Naldilei Zumpano	53.401	0,06	1[2]	0,00
Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh	1	0,00	1	0,00
Elton Flávio Silva de Oliveira	1	0,00	1	0,00
Marco Nicola D'Ippolito	1	0,00	1	0,00
Ricardo Gonçalves da Costa	1	0,00	1	0,00
Maurizio Mauro	1	0,00	1	0,00
Mercado	0	0,00	38.745.426[3]	43,54
Total	**88.990.128**	**100,00**	**88.990.128**	**100,00**

(1) Sem considerar as Ações Suplementares.

(2) Todas as ações detidas pelos Srs. Paulo Henrique de Oliveira Santos, Fernando de Castro Reinach e Naldilei Zumpano, exceto uma, são objeto do plano de opção de compra de ações da Tivit Tecnologia. Nos termos de referido plano, a Tivit Tecnologia possui opção de recompra sobre essas ações pelo Preço por Ação, a qual foi exercida na data deste Prospecto. A tabela acima reflete, na coluna "Após a Oferta", o exercício de opção de recompra.

(3) Inclui 440.980 Ações, representativas de 0,50% do capital social da Companhia, detidas pelos Srs. Flavio Benjamin Giovine Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier, que são Acionistas Minoritários e Acionistas Vendedores na presente Oferta. Após a abertura de capital e realização da Oferta, as Ações detidas pelos Acionistas Minoritários são consideradas "Ações em Circulação", conforme definido no Regulamento do Novo Mercado, embora estejam sujeitas a restrições de transferência, nos termos do Acordo de Acionistas com Minoritários. Para maiores informações, veja Seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores" – Acordo de Acionistas, na página 156 deste Prospecto.

Nossos principais acionistas são os seguintes:

Tivit Tecnologia da Informação S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, conjunto B, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.461.300/0001-66, antiga sociedade operacional e, atualmente, detentora de 53,7% de nosso capital social, sendo 99,9% detida pela Votorantim Participações S.A. A Votorantim Participações S.A. é diretamente controlada pela Hejoassu Administração S.A., que detém 98,6% de seu capital social. A Hejoassu Administração S.A. é diretamente controlada por JEMF Participações S.A., AEM Participações S.A., ERMAN Participações S.A. e MRC Participações S.A. que detêm, cada uma, 25,0% do capital social. A JEMF Participações S.A. é diretamente controlada pelos Srs. José Ermírio de Moraes Neto, José Roberto Ermírio de Moraes e Neide Helena de Moraes, que detêm, cada um, 33,3% do capital social. A AEM Participações S.A. é diretamente controlada pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que detém 100,0% de seu capital social. A ERMAN Participações S.A. é diretamente controlada pelo Sr. Ermírio Pereira de Moraes, que detém 100,0% de seu capital social. A MRC Participações S.A. é diretamente controlada pela Sra. Maria Helena Moraes Scripilliti, que detém 100,0% de seu capital social.

Lit Tele LLC, sociedade devidamente constituída e organizada segundo as leis de Delaware, atualmente tem sede em 16192 Coastal Highway, Cidade de Lewes, Estado de Delaware, Estados Unidos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.716.355/0001-03, detentora de 17,9% de nosso capital social, sendo 100,0% detida indiretamente pela VNN que, por sua vez, é 99,9% detida pela Votorantim Participações S.A.

Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – Fundo de Investimento em Participações, fundo de investimento com sede na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 7º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.078.234/0001-63, administrado pela Pátria Investimentos S.A., detentora de 12,4% de nosso capital social. Os Srs. Arthur Brandi Mascioli, Adalmiro Dellape Baptista, Antonio Carlos de Freitas Valle, John George de Carle Gottheiner e Lotário Heilbrunn Krause possuem, respectivamente, 58,4%, 13,6%, 8,9%, 5,4% e 5,4% das quotas do Pátria FIP. Os demais quotistas possuem menos de 5,0%.

Luiz Roberto Novaes Mattar, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, conjunto B, detentor de 10,0% de nosso capital social.

Os Acionistas Vendedores, além de nossos principais acionistas, são:

Eraldo Dante de Paola, brasileiro, casado, engenheiro civil, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com escritório comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, conjunto B, detentor de 4,6% de nosso capital social.

Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 9, Barra da Tijuca, detentor de 0,4% de nosso capital social.

Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 9, Barra da Tijuca, detentor de 0,4% de nosso capital social.

Acordos de Acionistas

Acordos de Acionistas Pré-IPO

Em 25 de outubro de 2007, Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e Pátria FIP, bem como a TTS e o Pátria Investimentos na qualidade de intervenientes, celebraram Acordo de Acionistas da TTS. Após a incorporação da TTS, tornamo-nos sucessores da TTS em todos os direitos e obrigações decorrentes do Acordo de Acionistas Pré-IPO que, por sua vez, passou a viger com relação às ações de nossa emissão e regular o relacionamento entre nossos acionistas. O Acordo de Acionistas Pré-IPO foi aditado em 30 de agosto de 2009. Este acordo regulamenta, em linhas gerais, o exercício do voto dos acionistas signatários, a composição e o funcionamento do nosso Conselho de Administração, compra e venda e alienação das nossas ações. O Acordo de Acionistas Pré-IPO determina, ainda, que quando da realização da Oferta, os acionistas deverão assinar o Acordo de Acionistas Pós-IPO, cujas principais características estão descritas abaixo. O Acordo de Acionistas Pré-IPO está arquivado na nossa sede e vigorará até a celebração do Acordo de Acionistas Pós-IPO, após a realização da presente Oferta. Nos termos do Acordo de Acionistas Pré-IPO, conforme aditado, a Tivit Tecnologia obrigou-se a responder por eventuais contingências fiscais, trabalhistas e previdenciárias relativas às atividades desenvolvidas até 30 de junho de 2007, que tenham sido transferidas a nós no âmbito do *drop down* e que sejam conhecidas até a data de realização da Oferta, o que inclui os processos existentes, cuja valor estimado em 30 de junho de 2009 é de R$100,82 milhões, mas será ajustado, para cima ou para baixo, conforme o valor efetivo das contingências que se materializarem em perdas. Essa obrigação da Tivit Tecnologia sobreviverá ao término do Acordo de Acionistas Pré-IPO.

Acordo de Acionistas Pós-IPO

Nos termos do Acordo de Acionistas Pré-IPO, a Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e Pátria FIP, bem como o Pátria Investimentos, obrigaram-se a celebrar um acordo de acionistas após a realização da Oferta na data de publicação do Anúncio de Início e que substituirá o acordo atualmente em vigor, cujas principais disposições estão resumidas abaixo.

O Acordo de Acionistas Pós-IPO prevê, com relação às respectivas partes signatárias, entre outras matérias, as a seguir indicadas:

- Apenas ações representativas de 40,0% de nosso capital social estarão vinculadas ao Acordo de Acionistas Pós-IPO, de forma que as ações remanescentes estarão disponíveis para alienação, sujeitas apenas às vedações de alienação nos termos da regulamentação do Novo Mercado e dos acordos a serem assinados com os Agentes de Colocação Internacional.

- O nosso Conselho de Administração será composto por sete membros, podendo haver igual número de suplentes.

- Caberá aos acionistas Tivit Tecnologia e Lit Tele, enquanto detiverem pelo menos 23,28% de nosso capital, a seu exclusivo critério, a eleição do Presidente do Conselho de Administração.

- Os acionistas Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola terão o direito de designar um membro efetivo e respectivo suplente do Conselho de Administração, enquanto detiverem, em conjunto, direta ou indiretamente, ações representativas de pelo menos 4,72% do nosso capital social em circulação. O acionista Pátria FIP terá o direito de designar um membro efetivo e respectivo suplente do Conselho de Administração, enquanto detiver, direta ou indiretamente, ações representativas de pelo menos 4,0% do nosso capital social em circulação.

- Os acionistas vinculados ao Acordo de Acionistas Pós-IPO devem se reunir com antecedência mínima de dois dias úteis de qualquer reunião do nosso Conselho de Administração ou Assembleia Geral para deliberar sobre as seguintes matérias relevantes:

    (i) qualquer alteração do Estatuto Social, em especial, mas sem limitação, alteração de vantagens ou características das ações existentes, bem como a realização de qualquer mudança no escopo das nossas atividades sociais;

    (ii) aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre nós e/ou nossas controladas (se aplicável), de um lado, e qualquer Acionista ou parte relacionada de qualquer Acionista, de outro;

    (iii) alienação, oneração ou locação, por nós ou por nossas controladas (se aplicável), de ativos relevantes para suas operações, assim entendidos como aqueles cujo valor de mercado represente, individualmente, quantia superior a R$1,00 milhão;

    (iv) reorganizações societárias nas quais estivermos envolvidos, tais como fusão, cisão, incorporação, dentre outras, na hipótese exclusiva de tais reorganizações acarretarem a diluição da participação acionária dos acionistas Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e o Pátria FIP;

    (v) aumento do capital autorizado, redução do capital social subscrito, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações, sendo vedada a emissão de partes beneficiárias por nós;

    (vi) fixação das remunerações anual e global e individual dos nossos Administradores;

    (vii) a autorização aos nossos Administradores para confessar falência ou pedir recuperação extrajudicial ou judicial;

    (viii) a nossa liquidação e dissolução;

    (ix) distribuição de nossos resultados a qualquer título, incluindo dividendos, em forma diferente daquela estabelecida no Estatuto Social;

    (x) aprovação do nosso orçamento anual e nosso planejamento comercial e operacional anual e de nossas controladas (se aplicável), bem como qualquer de suas alterações e, ainda, aprovação de quaisquer novos investimentos em projetos de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em ativos fixos, que não aqueles previstos nos aludidos orçamento e planejamento comercial e operacional;

    (xi) realização de qualquer despesa ou investimento por nós ou por nossas controladas (se aplicável), cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) supere a quantia de R$7,00 milhões;

    (xii) contratação, seja por nós ou quaisquer de nossas controladas credoras ou devedoras (se aplicável), de empréstimos ou outras obrigações financeiras que acarretem endividamento em valor que exceda a quantia de R$7,00 milhões, sendo que no caso de operações com derivativos há necessidade de proposta prévia da Diretoria, informando os riscos associados além de outros detalhes de cada operação;

(xiii) autorização para celebração, por nós ou por nossas controladas (se aplicável), de quaisquer contratos com fornecedores em valor que exceda a quantia de R$7,00 milhões (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(xiv) autorização para celebração, por nós ou por nossas controladas (se aplicável), de quaisquer contratos com clientes em valor que exceda a quantia de R$30,00 milhões (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(xv) concessão por nós ou por nossas controladas (se aplicável) de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações assumidas no curso normal dos negócios;

(xvi) contratação e substituição por nós ou por nossas controladas (se aplicável) de sua empresa de auditoria independente, que deverá estar devidamente registrada na CVM e ter notória reputação internacional;

(xvii) eleição, reeleição, destituição e substituição dos nossos Diretores e de nossas controladas (se aplicável) e dos nossos principais executivos e de nossas controladas (conforme sejam assim considerados pelo Conselho de Administração);

(xviii) aprovação da política salarial e planos de incentivos aos nossos Diretores e de nossas controladas (se aplicável), incluindo a criação de planos de opção em ações ou emissão de bônus de subscrição ou outros valores mobiliários em favor dos nossos empregados, funcionários ou administradores ou de nossas controladas;

(xix) alienação por qualquer forma ou oneração de investimentos detidos por nós ou por nossas controladas (se aplicável) em outras sociedades;

(xx) realização de investimentos e aquisições de participações por nós ou por nossas controladas (se aplicável) em outras sociedades;

(xxi) a cessão ou transferência, por nós ou por nossas controladas (se aplicável), por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, *know how*, *software* ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível;

(xxii) as emissões públicas de ações, até o limite do capital autorizado;

(xxiii) aumento do nosso capital social, para subscrição particular, dentro do limite do capital autorizado fixado pelo Estatuto Social;

(xxiv) aprovação da assunção de obrigações que possam acarretar responsabilidade a nós ou às nossas controladas (se aplicável) por lucros cessantes, danos emergentes, danos indiretos e perdas financeiras;

(xxv) aprovação da abertura e encerramento de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao nosso objeto social ou de nossas controladas (se aplicável), no país ou no exterior;

(xxvi) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos nossos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços a nós ou a outra sociedade sob nosso controle, limitados a 3,0% do nosso capital social;

(xxvii) definição de política que estabeleça os valores, parâmetros e condições em que estaremos legalmente obrigados, bem como a forma pela qual nós e nossas controladas deveremos nos fazer representar;

(xxviii) deliberar sobre nossa saída do Novo Mercado;

(xix) escolher empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das nossas ações, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado;

(xxx) deliberar sobre a exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e

(xxxi) apresentar à Assembleia Geral lista tríplice de instituições especializadas em avaliação econômica para os fins do disposto no item (xxviii) acima.

- Além das restrições a alienação de nossa ações que serão assumidas pela Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e Pátria FIP nos termos dos contratos a serem assinados com os Agentes de Colocação Internacional (veja a seção "Informações sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Ações (*Lock-up*)", na página 51 deste Prospecto), referidos acionistas não poderão vender as ações de nossa emissão que detêm até 31 de julho de 2011, com as seguintes ressalvas:

  (i) um ano após a data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO, a Tivit Tecnologia e a Lit Tele poderão vender ações representativas de 2,91% de nosso capital, o Pátria FIP poderá vender ações representativas de 0,50% de nosso capital, Luiz Roberto Novaes Mattar poderá vender ações representativas de 0,40% de nosso capital e Eraldo Dante de Paola poderá vender ações representativas de 0,19% de nosso capital; e

  (ii) adicionalmente um ano e seis meses após a data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO, a Tivit Tecnologia e a Lit Tele poderão vender ações representativas de 2,91% de nosso capital, o Pátria FIP poderá vender ações representativas de 0,50% de nosso capital, Luiz Roberto Novaes Mattar poderá vender ações representativas de 0,40% de nosso capital e Eraldo Dante de Paola poderá vender ações representativas de 0,19% de nosso capital.

- Nos termos do Acordo de Acionistas Pós-IPO, Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e Pátria FIP obrigaram-se a não competir conosco nos mercados de BPO e TI enquanto indicarem membros para o nosso Conselho de Administração e por um período adicional de um ano. Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola assumiram, ainda, a mesma restrição para o período que permanecerem na nossa Diretoria e por um período adicional de um ano.

- O Acordo de Acionistas Pós-IPO permanecerá em vigor: (i) por dez anos a partir de sua entrada em vigor; (ii) enquanto a Tivit Tecnologia e Lit Tele permanecerem titulares, em conjunto, de ações que representem pelo menos 23,28% mais uma ação de nosso capital social; (iii) enquanto Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola permanecerem titulares, em conjunto, de ações que representem pelo menos 4,72% de nosso capital social; ou (iv) Pátria FIP permanecer titular de ações que representem pelo menos 4,00% de nosso capital social, o que ocorrer primeiro.

Acordo de Acionistas com Minoritários

Em 13 de novembro de 2007, Flávio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier, de um lado, e Tivit Tecnologia, Lit Tele, Pátria FIP, Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola, do outro, assinaram um Acordo de Acionistas da TTS, com interveniência da TTS e Pátria Investimentos. Com a incorporação da TTS por nós em dezembro de 2008, sucedemos a TTS em todas as obrigações e direitos previstos no Acordo de Acioistas com os Acionistas Minoritários.

Nos termos do Acordo de Acionistas com Minoritários, os Acionistas Minoritários se obrigaram a não transferir ou alienar em bolsa de valores ou por meio de negociações privadas, direta ou indiretamente, qualquer de suas ações ou direitos de preferência à subscrição de ações, pelo prazo de um ano contado da data de Inicio de Negociação, sendo que tal limitação não será aplicável no caso de realização de uma oferta secundária com a participação dos Acionistas Minoritários, desde que mediante aprovação prévia.

Após referido prazo de um ano, os Acionistas Minoritários terão o direito de negociar suas ações à proporção mensal de 16,6% do total das ações pertencentes aos Acionistas Minoritários, caso nós adquiramos o software DB2000 Contact Center, objeto do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Informática, Licenciamento de Software e Outras Avenças, celebrado por nós e pela Profill em 20 de setembro de 2002. Se nós não adquirirmos o software DB2000 Contact Center, os Acionistas Minoritários poderão alienar nossas ações dois anos após a oferta pública inicial. Para maiores informações sobre o Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Informática, Licenciamento de Software e Outras Avenças, veja a seção "Operações com Partes Relacionadas", na página 161 deste Prospecto.

Os Acionistas Minoritários têm direito de preferência na subscrição de ações, direito de venda conjunta (tag along) e direito de participar de oferta secundária de nossas ações. Os Acionistas Minoritários concederam direito de preferência para Tivit Tecnologia, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola e Pátria FIP. Os Acionistas Minoritários, ainda, outorgam à Tivit Tecnologia e à Lit Tele direito de negociar e vender ações dos Acionistas Minoritários em conjunto com as suas (drag along), além de opção de compra sobre a totalidade de suas ações, no caso de uma oferta de terceiro para compra de 100,0% de nossas ações em valor que seja inferior a três ou maior que 12 vezes nosso EBITDA consolidado (conforme tal termo é definido no Acordo de Acionistas com Minoritários) no período de 12 meses antecedentes.

Ainda de acordo com o Acordo de Acionistas com Minoritários, pelo período de dois anos depois da saída dos Acionistas Minoritários da Companhia ou após a rescisão do Contrato de Prestação de Serviços de Gestão de Informática, Licenciamento de Software e Outras Avenças, os Acionistas Minoritários se obrigam a não concorrer conosco e a não divulgar nossas informações.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Acreditamos que todos os contratos firmados com nossas partes relacionadas observem condições equânimes de mercado (*arms' length basis*). Nosso Estatuto Social prevê que a aprovação de qualquer negócio entre nós e qualquer Parte Relacionada deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração. No caso de qualquer conselheiro possuir interesse conflitante com o nosso na contratação com Parte Relacionada, tal conselheiro não tomará parte das discussões sobre referido contrato.

Em 30 de junho de 2009, as operações com nossas Partes Relacionadas referiam-se à prestação de serviços de tecnologia da informação de natureza diversa às empresas integrantes do Grupo Votorantim, tais como hospedagem, gerenciamento de ambientes, atendimento a clientes, gerenciamento de dados, gestão de aplicativos, impressão de dados variáveis, segurança da informação, serviços de campo de *software*, serviços de rede, arquitetura de soluções, disponibilização e gestão de ativos, gestão de projetos, serviços de campo de hardware, serviços distribuídos, dentre outros.

Tais contratos conjuntamente considerados representaram uma receita, em 30 de junho de 2009, de R$22,04 milhões, o que equivale a aproximadamente 5,0% do nosso faturamento bruto estimado mensal.

Elencamos as empresas do Grupo Votorantim que são nossos clientes, a saber: Anfreixo S.A., Banco Votorantim S.A. (um dos Coordenadores Contratados), Citrovita Agroindustrial Ltda., Citrovita Agropecuária Ltda., Companhia Brasileira de Alumínio, Companhia Nitro Química Brasileira, Engemix S.A., Saint Mary´s Cement Inc., Votorantim Celulose e Papel S.A., VCP-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda., Votorantim Cimentos Brasil Ltda., Votorantim Cimentos Ltda., Votorantim Energia Ltda., Votorantim International Brasil Ltda., Votorantim Investimentos Industriais S.A., Votorantim Metais Ltda., Votorantim Metais Zinco Ltda., Votorantim Metais Níquel S.A., Votorantim Novos Negócios Ltda. e Votorantim Participações S.A.

A tabela abaixo indica nosso saldo e transações com partes relacionadas, em 30 de junho de 2009:

	Ativo	**Receita**
	(R$ milhões)	
Aplicações financeiras:		
Banco Votorantim S.A.	57,46	1,28
Contas a receber:		
Anfreixo S.A.	–	0,03
Banco Votorantim S.A.	0,07	0,44
Citrovita Agro Industrial Ltda.	0,37	1,61
Citrovita Agro Pecuária Ltda.	0,01	0,01
Companhia Brasileira de Alumínio	0,20	1,27
Companhia Nitroquímica Brasileira	0,07	0,46
Siderúrgica Barra Mansa	0,37	1,61
VCP - MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.	0,06	0,22
Votorantim Celulose e Papel S.A.	0,95	4,53
Votorantim Cimentos Ltda.	0,05	3,83
Votorantim Cimento Brasil Ltda.	0,68	0,49
Votorantim Energia Ltda.	0,06	0,35
Votorantim International Brasil Ltda.	0,09	0,56
Votorantim Investimentos Industriais S.A.	0,23	1,51
Votorantim Metais Ltda.	0,71	4,22
Votorantim Metais Zinco S.A.	0,08	0,37
Votorantim Metais Níquel S.A.	–	0,03
Votorantim Novos Negócios Ltda.	–	0,02
Votorantim Participações S.A.	–	0,02
St. Marys Cement Inc.	–	0,46
	4,00	**22,04**
Contas a pagar:		
Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda	–	0,93
Profill Consultoria em Marketing e Tecnologia	–	1,55
DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda.	–	–
	–	**2,48**

As Empresas Profill, que incluem a Profill, DMN Webdesigns, Java Point e DM, são detidas, direta ou indiretamente, por nossos acionistas Srs. Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier.

A relação com a Profill e seus controladores foi iniciada pela Telefutura em 2002. Na época, a Profill prestava serviços ligados à área de informática. Os sócios da Telefutura convidaram, em 2006, os Srs. Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier, controladores da Profill, para tornarem-se sócios na Telefutura, por julgar que os serviços prestados pela Profill eram estratégicos e com o intuito de incentivar a retenção de tais profissionais. Os Srs. Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier tornaram-se sócios da TAT em 2007, inicialmente através da Profill e depois diretamente.

Em 20 de setembro de 2002, foi celebrado o Contrato Profill, posteriormente aditado em 1º de dezembro de 2003 e em 1º de julho de 2006. O Contrato Profill versa sobre a prestação de serviços, pelas Empresas Profill, de gestão de informática, com a implantação, reestruturação, planejamento, coordenação, aquisição de materiais, treinamento de pessoal e acompanhamento das atividades das contratantes, bem como a elaboração de novos projetos e modernização operacional e comercial relacionados à área de informática. O contrato teve seu primeiro vencimento em 20 de setembro de 2007, sendo renovável automaticamente por períodos sucessivos de cinco anos, exceto se manifestado seu desinteresse por quaisquer das partes, com antecedência mínima de seis meses. Em 13 de novembro de 2007, o contrato foi aditado e, nesse aditamento, as Empresas Profill outorgaram a nós a opção de compra do *software* DB 2000, de forma não exclusiva, exercível no prazo de um ano, a contar do início da negociação das nossas ações na BM&FBOVESPA. O Contrato Profill pode ainda ser rescindido, pelas contratantes, mediante aviso prévio e escrito com antecedência de 60 dias e, pelas Empresas Profill, sempre em conjunto, mediante aviso prévio e escrito com antecedência de 120 dias.

O Contrato Profill prevê ainda a confidencialidade das informações obtidas por meio dos serviços prestados e contém cláusula de não-concorrência entre as Empresas Profill e as contratantes, durante a vigência do contrato e por um período adicional de cinco anos.

A Profill continua como uma de nossas fornecedoras e, no período encerrado em 30 de junho de 2009, nós contratamos serviços das Empresas Profill no valor total de R$2,48 milhões, que representaram 0,7% dos nossos custos operacionais no mesmo período.

Em 18 de julho de 2007 celebramos o Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Marcas com a Tivit Tecnologia, pelo qual a Tivit Tecnologia nos transferiu a titularidade sobre os registros e pedidos de registros de marcas, dentre elas a marca "Tivit", pelo valor total de R$130.595,27, valor esse que foi utilizado pela Tivit Tecnologia para integralizar o aumento por ela subscrito em nosso capital social.

Em 21 de junho de 2005, foi firmado um contrato, por prazo indeterminado, entre a UNIBERO – Centro Universitário Ibero-Americano e a Companhia (à época, ainda chamada TAT e antes da associação com a Tivit Tecnologia), para concessão de desconto (bolsas parciais) aos funcionários e seus dependentes. No dia 08 de fevereiro de 2007, a Anhanguera Educacional Participações S.A., assumiu o controle da entidade mantenedora da UNIBERO – Centro Universitário Ibero-Americano. O acionista controlador da Anhanguera Educacional Participações S.A., é Fundo de Educação para o Brasil (FEBR), com 49% do total das ações, que é administrado pelo Pátria Investimentos, que também é gestor do Pátria FIP, nosso acionista e um dos Acionistas Vendedores.

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO E OS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Geral

Após a realização desta Oferta, o principal mercado de negociação das Ações será a BM&FBOVESPA. As Ações serão listadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA sob o código "TVIT3", e passarão a ser negociadas no dia útil seguinte à data de publicação do Anúncio de Início. Em 10 de agosto de 2009, solicitamos nosso registro de companhia aberta junto à CVM, o qual foi deferido em 24 de setembro de 2009, para negociação de nossos valores mobiliários em bolsa de valores. À exceção das ações de nosso capital social, não emitimos qualquer outro tipo de valor mobiliário.

Negociação na BM&FBOVESPA

Em maio de 2000, o mercado de renda variável foi reorganizado por meio da assinatura de memorandos de entendimentos entre as bolsas de valores brasileiras. Essa organização teve por objetivo fortalecer a liquidez e aumentar a competitividade do mercado acionário nacional. De acordo com estes memorandos, a BM&FBOVESPA passou a concentrar toda a negociação com valores mobiliários, referentes à renda variável.

As negociações na BM&FBOVESPA ocorrem das 10 horas às 17 horas, ou entre 11 horas e 18 horas durante o período de horário de verão no Brasil. A BM&FBOVESPA também permite negociações das 17h45min às 19 horas, ou das 18h45min às 19h30min durante o período de horário de verão no Brasil, em um horário diferenciado de negociação denominado *"after market"*. As negociações no *"after market"* estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre o volume de ações negociadas pelos investidores que operam pela Internet.

Quando acionistas negociam ações na BM&FBOVESPA, a liquidação acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar as ações à BM&FBOVESPA na manhã do terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento das ações são realizados por meio das instalações da BM&FBOVESPA.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice BOVESPA, a BM&FBOVESPA adotou um sistema *"circuit breaker"* de acordo com o qual a sessão de negociação é suspensa por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o Índice BOVESPA cair abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

Em 8 de setembro de 2009, celebramos o Contrato de Participação no Novo Mercado com a BM&FBOVESPA, cuja eficácia somente terá início no dia seguinte à data da publicação do Anúncio de Início.

Regulação do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários

O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulado pela CVM, e sua competência inclui a regulamentação das bolsas de valores e mercado de balcão, bem como pelo Banco Central, que tem, entre outros poderes, a autoridade para licenciar corretoras de valores e para regular investimentos estrangeiros e operações de câmbio. O mercado brasileiro de valores mobiliários é regulado pela Lei das Sociedades por Ações e pela Lei do Mercado de Valores Mobiliários, sendo que esta é a principal lei que regula o mercado brasileiro de valores mobiliários, e por atos normativos da CVM, do CMN e do Banco Central. Estas leis e regulamentos, entre outros, determinam os requisitos de divulgação de informações aplicáveis a emissoras de valores mobiliários publicamente negociados, as sanções penais por negociação de ações utilizando informação privilegiada e manipulação de preço, e a proteção de acionistas minoritários. Tais leis e regras também regulam o licenciamento e supervisão das corretoras de valores e a governança das bolsas de valores brasileiras. Em 25 de janeiro de 2006, foi criado o Coremec (Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização), ente responsável por coordenar os órgãos públicos federais que fiscalizam e regulam as atividades dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros e de Previdência e Capitalização.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta (e listada) ou fechada (e não listada). Todas as companhias listadas estão registradas na CVM e ficam sujeitas a obrigações de divulgação periódica de informações e de divulgação de quaisquer atos ou fatos relevantes. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na BM&FBOVESPA ou no mercado de balcão brasileiro. Ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA não podem ser negociadas simultaneamente nos mercados de balcão brasileiros. As ações de uma companhia listada também podem ser negociadas fora de bolsa, observadas as diversas limitações impostas a este tipo de negociação. Para ser listada na BM&FBOVESPA, uma companhia deve requerer o registro à BM&FBOVESPA e à CVM.

A negociação de valores mobiliários na BM&FBOVESPA pode ser interrompida mediante solicitação de uma companhia antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BM&FBOVESPA ou da CVM, com base em ou devido a, entre outros motivos, indícios de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou forneceu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela BM&FBOVESPA.

Regulamentação de Investimentos Estrangeiros

Investidores estrangeiros podem registrar seus investimentos em ações amparados pela Lei nº 4.131, ou pela Resolução CMN 2.689 e Instrução CVM 325. A Resolução CMN 2.689 favorece o tratamento fiscal a investidores não residentes no Brasil, contanto que não sejam residentes em paraísos fiscais (i.e., países que não impõem tributo ou em que a renda é tributada a alíquotas inferiores a 20,0%), de acordo com as leis fiscais brasileiras.

De acordo com a Resolução CMN 2.689, investidores não residentes podem investir em quase todos os ativos disponíveis no mercado financeiro e no mercado de capitais brasileiro, desde que obedecidos certos requisitos. Segundo tal resolução, consideram-se investidores não residentes, individuais ou coletivos, as pessoas físicas ou jurídicas, os fundos ou outras entidades de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior. Previamente ao investimento, o investidor não residente deve:

- constituir um ou mais representantes no País;
- apontar instituição financeira custodiante devidamente registrada pelo Banco Central ou pela CVM;
- por meio de seu representante, registrar-se na CVM como investidor não residente nos termos da Instrução CVM 325; e
- obter registro do investimento junto ao Banco Central.

Adicionalmente, o investidor operando nos termos da Resolução CMN 2.689 deve ser registrado junto à Secretaria da Receita Federal de acordo com a Instrução Normativa n° 200, de 13 de setembro de 2002, conforme alterada.

O processo de registro do investimento junto ao Banco Central é empreendido pelo representante legal do investidor no Brasil. Valores mobiliários e outros ativos financeiros de propriedade de investidores não residentes devem ser registrados ou mantidos em conta depósito, ou, ainda, sob custódia de entidade devidamente autorizada pelo Banco Central ou pela CVM. Ademais, a negociação de valores mobiliários é restrita ao mercado de valores mobiliários exceto nos casos de reorganização societária ou morte.

DESCRIÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL E OUTRAS INFORMAÇÕES

Capital Social

Em 30 de junho de 2009, o nosso capital social era de R$260.674.781,00, totalmente integralizado e dividido em 7.415.844 ações ordinárias, sem valor nominal. Em 4 de setembro de 2009 foi aprovado o desdobramento de nossas ações, sendo que cada ação foi desdobrada em 12 ações. Atualmente nosso capital social é dividido em 88.990.128 ações ordinárias. De acordo com o nosso Estatuto Social, o capital social poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, com a emissão de até 44.495.064 ações adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração. Os acionistas deverão aprovar em assembleia geral qualquer aumento de capital que exceda o limite do capital autorizado. De acordo com o Contrato de Participação no Novo Mercado firmado com a BM&FBOVESPA, não podemos emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Ações em Tesouraria

Não possuímos ações em tesouraria.

Nos termos da regulamentação da CVM, não podemos manter em tesouraria ações que representem mais de 10,0% de cada classe das nossas ações em circulação.

Histórico do Capital Social

A tabela abaixo mostra a evolução do nosso capital social desde a nossa constituição:

Data	Ato societário	Capital social original	Capital social final
		(em R$)	(em R$)
26.08.2005.....	Subscrição de capital e integralização em espécie	100,00	1.000.000,00
14.05.2007.....	Subscrição de capital e integralização em espécie	1.000.000,00	39.356.221,33
30.04.2008.....	Subscrição de capital e integralização em espécie	39.356.221,33	47.013.922,38
30.10.2008.....	Subscrição de capital e integralização em espécie	47.013.922,38	69.413.922,38
30.01.2009.....	Incorporação da controladora TTS	69.413.922,38	260.674.781,00

Registro de Nossas Ações

Nossas ações são mantidas sob a forma escritural junto ao Banco Itaú S.A., autorizado pela CVM a prestar este tipo de serviço. A transferência de nossas ações é realizada por meio de um lançamento nos sistemas de registro a débito da conta de ações do alienante e a crédito da conta de ações do adquirente, mediante ordem por escrito do alienante ou mediante ordem ou autorização judicial.

Direitos das Ações Ordinárias

Nos termos do nosso Estatuto Social, cada ação ordinária confere ao respectivo titular direito a um voto nas Assembleias Gerais ordinárias e extraordinárias.

Ônus

As ações detidas pelos Acionistas Vendedores estão vinculadas ao Acordo de Acionistas Pré-IPO que contém, entre outras disposições, restrições à capacidade de transferência de Ações. Após a realização da Oferta, parte das Ações não vendidas pelos Acionistas Vendedores no âmbito da Oferta, representativas de 40% de nosso capital, estará vinculada ao Acordo de Acionistas Pós-IPO, que também contém restrições à transferência de ações, tais como um período de vedação de transferência de ações até 31 de julho de 2011, com liberações gradativas após um ano e um ano e seis meses a partir da data de assinatura do Acordo Pós-IPO. Para maiores informações, veja a seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores – Acordo de Acionistas", na página 156 deste Prospecto.

As ações detidas pelos Acionistas Minoritários estão também vinculadas ao Acordo de Acionistas com Minoritários que celebraram com os Acionistas Controladores que contém, entre outras disposições, restrições à capacidade de transferência de ações, tais como direito de preferência dos demais acionistas e um período de vedação de transferência de ações de 2 anos. Para maiores informações, veja a seção "Principais Acionistas e Acionistas Vendedores – Acordo de Acionistas", na página 156 deste Prospecto.

Direito de Recesso e Resgate

Direito de Recesso

Qualquer um de nossos acionistas dissidente de determinadas deliberações tomadas em Assembleia Geral poderá retirar-se da Companhia, mediante o reembolso do valor patrimonial de suas ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de recesso poderá ser exercido, dentre outras, nos seguintes eventos: (i) mudança nas preferências, privilégios ou condições de amortização ou resgate conferidos às nossas ações, ou a criação de uma nova e mais favorecida classe de ações (no caso, somente ao acionista prejudicado por tal alteração ou criação terá o direito de retirada); (ii) nossa cisão (observado o disposto abaixo); (iii) redução do nosso dividendo obrigatório; (iv) mudança do nosso objeto social; (v) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade em situações específicas (conforme descrito abaixo); (vi) nossa participação em um grupo de sociedades, conforme tal expressão é utilizada na Lei das Sociedades por Ações; (vii) nossa transformação societária; (viii) incorporação de todas as nossas ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e (ix) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, ainda, que a nossa cisão ensejará direito de recesso nos casos em que ela ocasionar: (i) a mudança do nosso objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social; (ii) a redução do nosso dividendo obrigatório; ou (iii) a nossa participação em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações.

Caso ocorra (i) a nossa fusão ou incorporação em outra sociedade; ou (ii) a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei de Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de recesso caso suas ações (a) tenham liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (b) tenham dispersão, de forma que nossos acionistas controladores ou outras sociedades sob controle comum detenham menos da metade das ações da espécie ou classe objeto do direito de retirada.

O direito de recesso deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contado da publicação da ata da Assembleia Geral que deliberar a matéria que der ensejo a tal direito. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de recesso nos 10 dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entendermos que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso do exercício do direito de recesso, os acionistas terão direito a receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembleia Geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80,0% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembleia Geral.

Resgate

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nossas ações podem ser resgatadas mediante determinação de nossos acionistas em Assembleia Geral extraordinária. O resgate deve ser feito por sorteio, salvo se compreender todas as ações da espécie ou classe em questão. Na hipótese de resgate de uma ou mais classes de nossas ações, a operação deverá ser aprovada por detentores de mais da metade das ações representativas da classe afetada.

Direito de Preferência

Exceto conforme descrito abaixo, nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária à época do referido aumento de capital. Nossos acionistas também possuem direito de preferência em qualquer oferta de nossas ações ou bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contado da publicação de aviso aos acionistas referente ao aumento de capital para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social, nossos acionistas não têm direito de preferência nos casos de outorga ou de exercício de qualquer opção de compra de ações. Além disso, o nosso Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência de nossos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou subscrição pública ou por meio de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle. A presente Oferta será realizada com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas.

Assembleias Gerais

Nas Assembleias Gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a deliberar sobre todos os negócios relativos ao nosso objeto e a tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos nossos interesses. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, na Assembleia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras, e deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Nossos conselheiros e membros de nosso Conselho Fiscal, se e quando instalado, são, em regra, eleitos em Assembleias Gerais ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária.

Uma Assembleia Geral Extraordinária pode ser realizada ao mesmo tempo em que a Assembleia Geral Ordinária. Compete exclusivamente aos nossos acionistas decidir, em Assembleias Gerais, as seguintes matérias, dentre outras: (i) reforma do Estatuto Social; (ii) fixação da remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração e da nossa Diretoria, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (iii) tomar anualmente as contas dos Administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a respectiva distribuição de nossos dividendos e bonificações, bem como criação de quaisquer reservas, exceto reserva legal; (v) eleger e destituir o liquidante em caso de nossa liquidação, bem como os membros do Conselho Fiscal, durante o período de liquidação; (vi) deliberar sobre a descontinuidade das práticas de governança do Novo Mercado; (vii) suspensão do exercício dos direitos de acionista que deixou de cumprir obrigação prevista em lei ou em nosso Estatuto Social; (viii) nossa fusão, incorporação em outra sociedade ou cisão; e (ix) nossa dissolução e liquidação, bem como a aprovação das contas pelos liquidantes.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a Assembleia Geral é instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25,0% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de, pelo menos, 2/3 das ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

A CVM pode autorizar a redução do quorum previsto acima no caso da companhia aberta com ações dispersas no mercado e cujas três últimas assembleias gerais tenham sido realizadas com a presença de acionistas representando menos de metade das ações com direito a voto.

De modo geral, a aprovação de acionistas que compareceram pessoalmente ou por meio de procurador a uma Assembleia Geral, e que representem no mínimo a maioria das ações ordinárias presentes à assembleia, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo. A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto é necessária, todavia, para a adoção das seguintes matérias, entre outras: (i) redução do dividendo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; (ii) mudança do nosso objeto social; (iii) nossa fusão, cisão ou incorporação; (iv) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações); (v) cessação do nosso estado de liquidação; e (vi) nossa dissolução.

Convocação

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas Assembleias Gerais sejam convocadas mediante três publicações no Diário Oficial da União Federal ou do Estado em que esteja situada a nossa sede, e em outro jornal de grande circulação. Adicionalmente, estamos obrigados a publicá-las também em um jornal de grande circulação em São Paulo, onde se localiza a BM&FBOVESPA. Nossas publicações são atualmente feitas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como no jornal "Valor Econômico", sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 15 dias antes da assembleia, e a segunda convocação realizada com oito dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para nossas Assembleias Gerais seja feita em até 30 dias antes da data prevista para a realização da respectiva Assembleia Geral. A CVM poderá ainda, a pedido de qualquer acionista, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação da Assembleia Geral extraordinária, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à Assembleia. O edital de convocação de Assembleia Geral deverá conter, além do local, data e hora da Assembleia, a ordem do dia e, no caso de reforma do nosso Estatuto Social, a indicação da matéria.

Local da Realização de Assembleia Geral

Nossas Assembleias Gerais são realizadas em nossa sede, na Cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo. A Lei das Sociedades por Ações permite que nossas Assembleias Gerais sejam realizadas fora de nossa sede, nas hipóteses de força maior, desde que elas sejam realizadas na Cidade de Mogi das Cruzes e a respectiva convocação contenha uma indicação expressa e inequívoca do local em que a Assembleia geral deverá ocorrer.

Competência para Convocar Assembleias Gerais

Compete, normalmente, ao nosso Conselho de Administração convocar as Assembleias Gerais, sem prejuízo de que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos: (i) qualquer acionista, quando nossos Administradores retardarem, por mais de 60 dias, a convocação contida em previsão legal ou estatutária; (ii) acionistas que representem 5,0%, no mínimo, do nosso capital social, caso nossos Administradores deixem de convocar, no prazo de oito dias, uma Assembleia solicitada por meio de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado; (iii) acionistas que representem 5,0%, no mínimo, do nosso capital social quando nossos Administradores não atenderem, no prazo de oito dias, um pedido de convocação de assembleia que tenha como finalidade a instalação do Conselho Fiscal; e (iv) o Conselho Fiscal, caso o nosso Conselho de Administração deixe de convocar a Assembleia Geral Ordinária, sendo que o Conselho Fiscal poderá também convocar uma Assembleia Geral extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes.

Legitimação e Representação

Os acionistas presentes à Assembleia Geral deverão provar a sua qualidade de acionista e sua titularidade das ações com relação às quais pretendem exercer o direito de voto, devendo apresentar, com no mínimo 72 horas de antecedência, além do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso: (i) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, cinco dias antes da data da realização da Assembleia Geral; (ii) o instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iii) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente.

Nossos acionistas podem ser representados na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de um ano, que seja nosso acionista, administrador ou por advogado, ou ainda por uma instituição financeira. Fundos de investimento devem ser representados pelo seu administrador.

Juízo Arbitral

Nós, nossos acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigamo-nos a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, em eventuais acordos de acionistas arquivados na nossa sede, nas normas editadas pela CVM, pelo CMN e pelo Banco Central, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, no Contrato de Participação do Novo Mercado e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Estamos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações e por nosso Estatuto Social a realizar Assembleia Geral Ordinária até o quarto mês subsequente ao encerramento de cada exercício social na qual, entre outras coisas, os acionistas terão que deliberar sobre o pagamento de dividendo do exercício social encerrado. O pagamento de dividendos de determinado exercício social encerrado toma por base as demonstrações financeiras auditadas, referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares ou usufrutuários de ações na data em que o dividendo for declarado fazem jus ao recebimento dos dividendos. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, o dividendo anual deve ser pago no prazo de 60 dias a contar de sua declaração, a menos que a deliberação de acionistas estabeleça outra data de pagamento que, em qualquer hipótese, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício social em que o dividendo tenha sido declarado.

O nosso Estatuto Social não estabelece que o valor do pagamento dos dividendos seja corrigido por conta da inflação.

Os acionistas têm prazo de três anos, contados da data em que os dividendos ou os juros sobre capital próprio tenham sido postos à sua disposição, para reclamar os respectivos pagamentos, após o qual o valor dos dividendos e/ou juros não reclamados, conforme o caso, reverterá em nosso favor.

O Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros apurados no último balanço anual ou semestral. Adicionalmente, o Conselho de Administração pode declarar dividendos a partir do lucro líquido constante de balanço trimestral não auditado. Os dividendos intermediários também podem ser declarados a débito da conta de reserva de lucros existente no último balanço anual ou semestral. Os dividendos semestrais ou trimestrais não podem exceder ao montante das reservas de capital. Os pagamentos de dividendos intermediários podem ser compensados do valor do dividendo mínimo obrigatório relativo ao lucro líquido do final do exercício em que os dividendos intermediários forem pagos.

A Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social estabelecem o pagamento de dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, a não ser que a sua distribuição seja suspensa, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral que a distribuição é incompatível com a nossa condição financeira. O dividendo mínimo obrigatório é equivalente a um percentual mínimo do nosso lucro líquido do exercício social anterior, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social determina que esse percentual mínimo é de 25,0% do montante do lucro líquido apurado nas nossas demonstrações financeiras, ajustado de acordo com a Lei das Sociedades por Ações. O dividendo mínimo obrigatório pode ser pago na forma de dividendos ou a título de juros sobre capital próprio, cujo valor líquido do imposto de renda retido na fonte pode ser imputado como parte do valor do dividendo mínimo obrigatório e pode ser considerado como despesa dedutível para fins de imposto de renda de pessoa jurídica e CSLL.

Por fim, se apurarmos lucro em exercícios sociais futuros, dividendos podem não ser pagos se o Conselho de Administração recomendar à Assembleia Geral de acionistas a não distribuição de tais dividendos em vista da nossa condição financeira.

Não obstante, isso não implica que dividendos não possam ser pagos aos acionistas nos exercícios sociais seguintes.

Reservas de Lucros e Reserva de Capital

As demonstrações financeiras das sociedades constituídas sob a legislação brasileira apresentam, normalmente, duas principais contas de reservas no Patrimônio Líquido – as reservas de lucros e as reservas de capital.

Reservas de lucros

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as reservas de lucros compreendem a reserva legal, a reserva de lucros a realizar, a reserva para contingências, as reservas estatutárias e a reserva de retenção de lucros. Em 30 de junho de 2009, o valor total de nossas reservas de lucros era de R$17,31 milhões.

Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5,0% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá em mais de 20,0% o capital social. Não obstante, poderemos deixar de constituir a reserva legal no exercício social em que o saldo dessa reserva, acrescido das demais reservas de capital constituídas, exceder em 30,0% o nosso capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social. Seus valores podem ser utilizados exclusivamente para compensar prejuízos ou aumentar o nosso capital social, não estando, porém, disponíveis para pagamento de dividendos. Em 30 de junho de 2009, não havia saldo de reserva legal, pois o lucro de 2008 foi utilizado para consumo do prejuízo acumulado do ano anterior.

Reserva de lucros a realizar

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício social em que o valor do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. Nos termos da Lei das Sociedades por Ações, considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder a soma dos seguintes valores (i) o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e (ii) o lucro, ganho ou rendimento em operações cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizadas, devem ser acrescidos ao primeiro dividendo declarado após a sua realização, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. Em 30 de junho de 2009, não havia saldo de reserva de lucros a realizar.

Reserva para contingências

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado. A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição. Em 30 de junho de 2009, não havia saldo de reserva para contingências.

Reserva de retenção de lucros

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital. Em 30 de junho de 2009, o saldo de nossa reserva de retenção de lucros era de R$17,31 milhões.

Reservas estatutárias

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer companhia pode criar uma reserva estatutária, a qual deverá ser descrita no estatuto social. O estatuto social que autorizar a destinação de uma porcentagem do lucro líquido da companhia a essa reserva estatutária deve também indicar o propósito, critério de alocação e o limite máximo da reserva. Nosso Estatuto Social não prevê reserva estatutária.

Reserva de capital

Nos termos do art. 182 da Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital é formada por (i) ágio pago na subscrição de ações, (ii) produto da alienação de partes beneficiárias (não aplicável a nós) e bônus de subscrição, (iii) prêmio recebido na emissão de debêntures, (iv) doações e subvenções para investimento, e (v) atualização de títulos e valores mobiliários. As reservas de capital podem ser utilizadas exclusivamente para (a) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (b) resgate, reembolso ou aquisição de ações de nossa própria emissão, (c) resgate de partes beneficiárias (não aplicável a nós), (d) incorporação ao capital social, ou (e) pagamento de dividendos a ações preferenciais, em determinadas circunstâncias (não aplicável a nós). Em 30 de junho de 2009, o valor total de nossa reserva de capital era de R$3,26 milhões.

Juros sobre Capital Próprio

Desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras estão autorizadas a pagar juros sobre capital próprio a acionistas e considerar tais pagamentos dedutíveis para efeito do imposto de renda da pessoa jurídica e, desde 1998, também para efeito da CSLL. A dedução fica limitada ao que for maior entre (i) 50,0% do lucro líquido (antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes à CSLL e imposto de renda) do período com relação ao qual o pagamento seja efetuado, e (ii) 50,0% dos lucros acumulados. O nosso Estatuto Social permite o pagamento de juros sobre capital próprio como forma alternativa de pagamento de dividendos. Os juros sobre capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP. O valor pago a título de juros sobre capital próprio, líquido de imposto de renda, poderá ser imputado como parte do valor do dividendo mínimo obrigatório. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigada a pagar aos acionistas um valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre capital próprio, descontado o pagamento do imposto retido na fonte, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente ao menos ao montante do dividendo mínimo obrigatório.

Qualquer pagamento de juros sobre capital próprio a acionistas, sejam eles residentes ou não no Brasil, está sujeito a imposto de renda de 15,0%, sendo que esse percentual é de 25,0% caso a pessoa que receba os juros seja residente em um paraíso fiscal (i.e., um país onde não exista imposto de renda ou que tenha seu percentual fixado abaixo de 20,0% ou onde a legislação local imponha restrições à divulgação da composição dos acionistas ou do proprietário do investimento).

Os juros pagos e a pagar aos nossos acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, são registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Apenas para fins de apresentação das demonstrações financeiras, esses valores são revertidos da demonstração do resultado e apresentados a débito de lucros acumulados, como distribuição de lucros.

Não realizamos distribuição de quaisquer montantes a título de juros sobre capital próprio.

Valores Distribuídos a Título de Dividendo

A tabela abaixo indica os pagamentos de dividendos aos nosso acionistas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			**Período de seis meses encerrado em 30 de junho de**
	2006	**2007**	**2008**	**2009**
			(em R$ milhões)	
Dividendos efetivamente pagos no exercício	13,16	–	3,27	–

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa aplicáveis a nós, e deve ser analisada conjuntamente com as seções "Descrição do Estatuto Social e Outras Informações" e "Administração", nas páginas 165 e 148 deste Prospecto.

Introdução

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas *(accountability)*; e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. A *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos especiais para negociação de valores mobiliários no mercado de ações, conhecidos como Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que sigam as melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir boas práticas de governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação a eles fornecida.

Adesão ao Novo Mercado

Com o propósito de manter o mais elevado padrão de governança corporativa, celebramos, em 8 de setembro de 2009, um contrato com a BM&FBOVESPA objetivando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias, (ii) manter, no mínimo, 25,0% de ações do capital da companhia em circulação, (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais, informações anuais e demonstrações financeiras padronizadas e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contratos entre nós, nossos Administradores e Acionistas Controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do nosso Estatuto Social para as regras contidas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas impostas pelo Novo Mercado, as quais têm por objetivo conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais estamos sujeitos.

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto social às cláusulas mínimas exigidas pela BM&FBOVESPA. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25,0% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia. Existe, ainda, uma vedação à emissão de partes beneficiárias (ou manutenção em circulação) pelas companhias listadas no Novo Mercado.

O Conselho de Administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por, no mínimo, cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20,0% devem ser Conselheiros Independentes. Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio deste Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacam-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de realizar ofertas de distribuição de ações sempre de modo a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária submissão da companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento de Arbitragem para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da companhia, nas normas editadas pelo CMN, Banco Central e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em decorrência da Resolução CMN 2.829, que estabeleceram novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos a negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja de Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela BM&FBOVESPA, podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da Resolução CMN 2.829, um investimento importante e atrativo para as entidades fechadas de previdência privada, que são grandes investidores do mercado de capitais brasileiro. Este fato poderá impulsionar o desenvolvimento do Novo Mercado, beneficiando as companhias cujos valores mobiliários são ali negociados, inclusive a nós.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

O cancelamento do registro de companhia aberta por decisão do acionista controlador ou grupo de acionistas controladores só pode ocorrer caso o controlador, grupo de acionistas controladores, ou a própria companhia efetive uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e observados os regulamentos e normas da CVM. O preço mínimo ofertado pelas ações na oferta pública de aquisição corresponderá, obrigatoriamente ao valor econômico dessas ações, o qual deverá ser determinado por empresa especializada, mediante utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

O laudo de avaliação deverá ser elaborado por sociedade especializada e independente do poder de decisão da companhia, seus administradores e acionistas controladores, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembleia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo conselho de administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes de ações em circulação (todas as ações emitidas pela companhia, excetuadas aquelas detidas pelos acionistas controladores, pessoas a eles vinculadas, administradores, e aquelas em tesouraria) presentes naquela Assembleia Geral, que para ser instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20,0% do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação. Os custos de elaboração de referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante.

Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante, conforme disposto no parágrafo acima.

Se o valor econômico das nossas ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado. Nas demais, o procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente, especialmente aquelas constantes das normas editadas pela CVM sobre a matéria e respeitados os preceitos constantes de nosso Estatuto Social.

Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado

Podemos, a qualquer momento, descontinuar o exercício das práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria das nossas ações, e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com, no mínimo, 30 dias de antecedência. A descontinuidade das práticas do Novo Mercado não implicará a perda da nossa condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral deliberem: (i) a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado para que as nossas ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida no Novo Mercado, nossos acionistas controladores deverão efetivar oferta pública de aquisição de ações dos nossos demais acionistas, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao seu valor econômico, apurado em laudo de avaliação elaborado conforme previsto nesta seção em "Cancelamento do Registro de Companhia Aberta" acima. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral de nossos acionistas que houver aprovado referida saída ou reorganização societária.

Alienação de Controle

Nos termos do nosso Estatuto Social, a alienação do nosso controle, seja ela feita direta ou indiretamente, por meio de uma única operação ou operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos demais acionistas nos mesmos termos e condições concedidas ao controlador alienante, de forma a assegurar tratamento igualitário a todos os nossos acionistas.

A oferta pública será exigida, ainda, quando:

- houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; e

- houver transferência indireta do nosso controle, sendo que, neste caso, o acionista alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído a nós nessa alienação e anexar os documentos que comprovem esse valor.

O adquirente do controle, quando necessário, deverá adotar as medidas cabíveis para recompor, dentro dos seis meses subsequentes, o percentual mínimo de 25,0% de ações em circulação no mercado.

Os Acionistas Controladores não poderão transferir as nossas ações por eles detidas ao adquirente do nosso controle, e nós não registraremos a transferência dessas ações, na hipótese de tal adquirente não assinar o Termo de Anuência dos Acionistas Controladores ao Regulamento do Novo Mercado de Governança e ao Regulamento de Arbitragem.

Negociação de Valores Mobiliários de Nossa Emissão pelos Nossos Acionistas Controladores, Administradores e por Nós

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358 quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, nós, nossos Acionistas Controladores, membros do nosso Conselho de Administração, nossos Diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos nossos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados "insiders" para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários) somos vedados de negociar valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de nossa emissão, nas seguintes condições:

- antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios;

- que se afastarem de cargos de nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas aos nossos negócios, originadas durante o seu período de gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo nosso ou dos nossos acionistas;

- sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de nossa emissão por nós próprios, nossas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover a nossa incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;

- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas Informações Trimestrais – ITR e anuais – DFP exigidas pela CVM; e

- relativamente aos nossos Acionistas Controladores, membros do nosso Conselho de Administração e Diretores, sempre que estiver em curso aquisição ou alienação de ações de nossa emissão por nós próprios, ou por qualquer uma das nossas controladas, coligadas ou outra companhia sob nosso controle comum.

Conforme os acordos de não disposição, nós, nossos Acionistas Controladores e nossos Administradores concordamos que não iremos de qualquer forma dispor, exceto conforme circunstâncias expressamente previstas, de quaisquer ações de nossa emissão, no prazo de 180 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, sem o consentimento prévio por escrito do Coordenador Líder. Veja a seção "Informações sobre a Oferta – Restrições à Negociação de Nossas Ações (*Lock up*)", na página 51 deste Prospecto.

Após esse período de seis meses, nossos administradores e nossos Acionistas Controladores não poderão, por seis meses adicionais, vender ou ofertar mais do que 40,0% de ações ou derivativos lastreados em ações de nossa emissão e de sua titularidade.

Ainda, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o acionista controlador fica obrigado a comunicar à BM&FBOVESPA (i) a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que seja titular direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, sendo que tal comunicação deverá ser feita imediatamente após a aquisição do poder de controle e (ii) quaisquer negociações que vierem a ser efetuadas, relativas aos valores mobiliários e seus derivativos, em detalhe, informando-se inclusive o preço, no prazo de dez dias após o término do mês em que se verificar a negociação.

Operações de Compra de Ações de Nossa Própria Emissão

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, por nós mesmos, de ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas: (i) resultar na redução do nosso capital social; (ii) requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definidos na regulamentação aplicável), constantes do último balanço; (iii) criar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não equitativas; (iv) ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes aos nossos acionistas controladores; ou (v) ocorrer, enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição de nossas ações.

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10,0% da totalidade das ações de nossa emissão, excluídas as ações de titularidade dos acionistas controladores, incluindo as ações detidas por nossas subsidiárias.

Qualquer compra de ações de nossa própria emissão deve ser realizada em bolsa, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço igual ou inferior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda das ações de nossa emissão.

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Novo Mercado estipula que, pelo menos uma vez ao ano, nós e nossos Administradores deveremos realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

Fica estipulado pelo Novo Mercado que nós e nossos Administradores deveremos enviar à BM&FBOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos e publicações de nossos documentos que estejam programados, contendo informações sobre nós, os eventos e as publicações, bem como suas datas de realização. Eventuais alterações subsequentes em relação aos eventos programados deverão ser enviadas à BM&FBOVESPA e divulgadas imediatamente.

Contratos com o Mesmo Grupo

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre nós e as nossas controladas e coligadas, nossos Administradores, nossos Acionistas Controladores e, ainda, entre nós e sociedades controladas e coligadas de nossos Administradores e do Acionistas Controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$0,20 milhão, ou valor igual ou superior a 1,0% de nosso patrimônio líquido, considerando-se o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos nossos negócios.

Arbitragem

Nós, nossos acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, assumimos a obrigação de resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, em eventuais acordos de acionistas arquivados na nossa sede, nas normas editadas pela CVM, pelo CMN e pelo Banco Central, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, no Contrato de Participação do Novo Mercado e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade, de forma a: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, adotamos as seguintes:

- Emissão exclusiva de ações ordinárias;
- Política "uma ação igual a um voto";
- Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, que comprometam sua independência;
- Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- Transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- Convocações de assembleia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sempre objetivando a realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- Previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre nós e nossos acionistas;
- Conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras;
- Formação de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração;
- A oferta de compra de ações que resulte em transferência de controle deve ser dirigida a todos os acionistas, que terão a opção de vender as suas ações nas mesmas condições do controlador, incluindo a participação no prêmio de controle, se houver; e
- O número de membros do Conselho de Administração varia entre cinco e nove membros.

Para informações adicionais sobre outras práticas de governança corporativa adotadas por nós, veja as Seções "Descrição do Estatuto Social e Outras Informações" e "Administração", nas páginas 165 e 148 deste Prospecto.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Em linhas com as melhores práticas de governança corporativa, nosso Estatuto Social permite ao nosso Conselho de Administração a criação de comitês de assessoramento, para auxiliá-lo em questões que demandam tempo de análise e busca das soluções mais adequadas. O objetivo dos comitês é o de municiar o Conselho de Administração com as informações pertinentes à cada comitê para que os Conselheiros, ao tomarem decisões estratégicas para a Companhia, estejam cientes e bem informados a respeito das matérias que estão apreciando.

Ao criar determinado comitê, nosso Conselho de Administração estabelecerá suas regras de funcionamento e composição, sendo que os comitês poderão ser formados por membros de nossa Administração e consultores externos.

Divulgação de Informações

Por sermos uma companhia aberta, estamos sujeitos às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas Normas Expedidas Pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Novo Mercado, deveremos seguir, também, as exigências contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BM&FBOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Preveem também a obrigação de arquivarmos na CVM de acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembleias Gerais, bem como as atas dessas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, adotaremos, após a conclusão da Oferta, os seguintes padrões de divulgação:

- a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a conclusão da Oferta, deveremos em, no máximo, quatro meses após o encerramento do exercício social (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais IFRS ou princípios contábeis normalmente aceitos nos Estados Unidos, denominados USGAAP, em reais ou dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas (a) do relatório da administração, (b) das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e a proposta da destinação do resultado, e (c) do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas (a) de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais IFRS ou princípios contábeis normalmente aceitos nos Estados Unidos, denominado USGAAP, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e (b) do parecer dos auditores independentes; e

- a partir da divulgação das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os critérios apresentados acima, deveremos no máximo 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais IFRS ou Práticas Contábeis Norte-Americanas, acompanhadas de relatório dos auditores independentes.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos observar também os seguintes requisitos de divulgação:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado, apresentar nossas demonstrações financeiras e consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos; e

- enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre nós, nossas controladas e coligadas, nossos Acionistas Controladores, Administradores, e sociedades controladas e coligadas de nossos Administradores e Acionistas Controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$0,20 milhão, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o nosso patrimônio líquido, considerando o maior.

Divulgação de Informações Trimestrais

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e com as práticas de governança corporativa que adotamos, as seguintes informações complementares deverão ser apresentadas em nossas Informações Trimestrais – ITRs: (i) o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado e comentário de desempenho consolidado; (ii) a posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5,0% das ações de cada espécie, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) a quantidade e características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os Acionistas Controladores, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, de forma consolidada; (iv) a evolução da participação dos Acionistas Controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas e (vii), a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

As informações previstas no segundo, terceiro, quarto, sexto e sétimo itens acima deverão também ser incluídas no quadro "Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes" das nossas Informações Trimestrais – ITR, e as informações previstas no terceiro, quarto e sétimo itens acima deverão ser incluídas nas nossas Informações Anuais – IAN, no quadro "Outras Informações Consideradas Importantes para Melhor Entendimento da Companhia".

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as nossas demonstrações financeiras e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre (excetuando-se o último trimestre) e de cada exercício social, devem, obrigatoriamente, incluir demonstração dos fluxos de caixa, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos apresentar as demonstrações de fluxos de caixa após seis meses da data em que obtivermos autorização para negociar no Novo Mercado.

Divulgação de Negociação por Acionistas Controladores, Administradores ou Membros do Conselho Fiscal

De acordo com as regras da CVM, os Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão com funções técnicas ou consultivas, criados por disposições estatutárias, ficam obrigados a nos comunicar a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de nossa emissão, ou de emissão de nossas controladas ou controladores que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem com as alterações em suas posições. Quando se tratar de pessoa física, as informações deverão incluir os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge, companheiro ou dependente incluído em sua declaração de imposto de renda e de sociedade controlada direta ou indiretamente por quaisquer dessas pessoas. A comunicação deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e
- forma, preço e data das transações.

Essas informações devem ser enviadas imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação do pedido de registro da companhia como aberta, e no prazo de dez dias a contar do final do mês em que se verificar alteração das posições detidas.

Sempre que os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegem membros do nosso Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como de qualquer pessoa, física ou jurídica, ou grupo de pessoas atuando em conjunto ou representando um mesmo interesse, atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5,0% ou mais das nossas ações, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão comunicar a nós as seguintes informações:

- nome e qualificação do adquirente das ações;
- objetivo da participação e quantidade visada;
- número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e
- indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de nossa emissão.

Tal comunicação também é obrigatória para a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior a 5,0% das nossas ações, sempre que tal participação se eleve ou reduza em 5,0%.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluída nesta definição qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) apresenta exemplos de atos ou fatos potencialmente relevantes que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o Diretor de Relações com Investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados nos quais a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhias abertas; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos acionistas controladores ou Administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco nossos interesses legítimos.

Política de Divulgação de Informações ao Mercado

Possuímos, ainda, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Informações ao Mercado, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Informação relevante consiste em qualquer decisão dos nossos acionistas controladores, deliberação de nossa Assembleia Geral ou de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação de nossos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter nossos valores mobiliários; ou (iii) na decisão de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (por meio de anúncio publicado no jornal, por exemplo). A Instrução CVM 358 prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante, de acordo com a qual uma informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco nosso interesse legítimo. Nossos acionistas controladores, nossos Diretores, membros do Conselho de Administração, do nosso Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, nossos gerentes e funcionários que tenham acesso frequente a informações relevantes ou outras que consideramos necessárias ou convenientes deverão assinar Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar-nos e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

ANEXOS

Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto

Estatuto Social

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 5 de agosto de 2009, aprovando a abertura de capital da Companhia

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Tivit Tecnologia, realizada em 5 de agosto de 2009, aprovando a Oferta Pública Secundária de Ações da Companhia e a alienação de Ações no âmbito de tal Oferta

Informações Anuais – IAN relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, somente as informações não constantes do Prospecto

Informações Trimestrais – ITR relativas ao período de três meses encerrado em 31 de março de 2009

Informações Trimestrais – ITR relativas ao período de três meses encerrado em 30 de junho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Declarações de Veracidade das Informações do Prospecto

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03

A **TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.**, sociedade por ações com sede na Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, n.º 490, Vila Mogilar, na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob n.º 07.073.027/0001-53, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, de emissão da Companhia, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações") de titularidade de Tivit Tecnologia da Informação S.A., Lit Tele LLC, Pátria Investimentos S.A., Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier ("Acionistas Vendedores"), compreendendo a distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sujeita a registros na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser coordenada pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Coordenador Líder"), pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), e de sociedades corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros ("BM&FBOVESPA") contratadas pelos Coordenadores da Oferta ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelo *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, pelo *Morgan Stanley & Co. Incorporated* e pelo *Bradesco Securities, Inc.* ("Agentes de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado ("*Securities Act*"), e (ii) para investidores nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no *Regulation* S ("Regulamento S") do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos em operações isentas de registro em conformidade com o *Securities Act* ("Oferta"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(i) a Companhia constituiu consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo realizada uma auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

2

TIVIT JURÍDICO

(iii) a Companhia disponibilizou, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) a Companhia, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

A Companhia declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Mogi das Cruzes, 9 de setembro de 2009.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

Nome: ERALDO DANTE DE PAOLA
Cargo: DIRETOR VICE PRESIDENTE DE PROCESSOS DE NEGÓCIOS

Nome: LUIZ ROBERTO NOVAES MATTAR
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR VICE PRESIDENTE DE T.I.

TIVIT JURÍDICO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1355, 22º andar, conjunto B, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 03.461.300/0001-66, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Tivit Tecnologia"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações") de emissão da TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("Companhia"), e de titularidade de Tivit Tecnologia da Informação S.A., Lit Tele LLC, Pátria Investimentos S.A., Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier ("Acionistas Vendedores"), compreendendo a distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sujeita a registros na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser coordenada pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Coordenador Líder"), pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), e de sociedades corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros ("BM&FBOVESPA") contratadas pelos Coordenadores da Oferta ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelo *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, pelo *Morgan Stanley & Co. Incorporated* e pelo *Bradesco Securities, Inc.* ("Agentes de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado ("*Securities Act*"), e (ii) para investidores nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no *Regulation* S ("Regulamento S") do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos em operações isentas de registro em conformidade com o *Securities Act* ("Oferta"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(i) os Acionistas Vendedores constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo realizada uma auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(iii) os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da

TIVIT JURÍDICO

Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

A Tivit Tecnologia declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 9 de setemrbo de 2009.

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

Nome: ERALDO DANTE DE PAOLA
Cargo: DIRETOR VICE PRESIDENTE EXECUTIVO

Nome: LUIZ ROBERTO NOVAES MATTAR
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE

TIVIT JURÍDICO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03

LIT TELE LLC, sociedade devidamente constituída e organizada segundo as leis de *Delaware*, Estados Unidos da América, com sede em 3441 *Silverside RoadRodney Building*, cidade de *Wilmington*, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 05.716.355/0001-03, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Lit Tele"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações") de emissão da TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("Companhia"), e de titularidade de Tivit Tecnologia da Informação S.A., Lit Tele LLC, Pátria Investimentos S.A., Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier ("Acionistas Vendedores"), compreendendo a distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sujeita a registros na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser coordenada pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Coordenador Líder"), pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), e de sociedades corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros ("BM&FBOVESPA") contratadas pelos Coordenadores da Oferta ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelo *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, pelo *Morgan Stanley & Co. Incorporated* e pelo *Bradesco Securities, Inc.* ("Agentes de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado ("*Securities Act*"), e (ii) para investidores nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no *Regulation* S ("Regulamento S") do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos em operações isentas de registro em conformidade com o *Securities Act* ("Oferta"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(i) os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo realizada uma auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(iii) os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da

Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

A Lit Tele declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 9 de setembro de 2009.

LIT TELE LLC

Nome: Paulo Henrique de Oliveira Santos
Cargo: Diretor

Nome: Naldilei Zumpano
Cargo: Diretor

VNN Jurídico

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03

FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL - FIP, fundo de investimento constituído sob a forma de condomínio fechado, administrado e gerido pelo Pátria Investimentos S.A., companhia com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, 7º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o n.º 05.145.646/0001-80, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Pátria FIP"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações") de emissão da TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("Companhia"), e de titularidade de Tivit Tecnologia da Informação S.A., *Lit Tele LLC*, Pátria Investimentos S.A., Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier ("Acionistas Vendedores"), compreendendo a distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sujeita a registros na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser coordenada pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Coordenador Líder"), pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), e de sociedades corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros ("BM&FBOVESPA") contratadas pelos Coordenadores da Oferta ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelo *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, pelo *Morgan Stanley & Co. Incorporated* e pelo *Bradesco Securities, Inc.* ("Agentes de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado ("*Securities Act*"), e (ii) para investidores nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no *Regulation* S ("Regulamento S") do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos em operações isentas de registro em conformidade com o *Securities Act* ("Oferta"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(i) os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo realizada uma auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(iii) os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do

Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as informações por eles consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Pátria FIP declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 9 de setembro de 2009.

FUNDO DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O BRASIL - FIP

Nome: Luiz Otavio Reis de Magalhães
Cargo: DIRETOR EXECUTIVO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03

Luiz Roberto Novaes Mattar, brasileiro, empresário, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 7.576.274 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 072.672.558-76, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar ("Luiz Roberto"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações") de emissão da TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("Companhia"), e de titularidade de Tivit Tecnologia da Informação S.A., Lit Tele LLC, Pátria Investimentos S.A., Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier ("Acionistas Vendedores"), compreendendo a distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sujeita a registros na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser coordenada pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Coordenador Líder"), pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), e de sociedades corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros ("BM&FBOVESPA") contratadas pelos Coordenadores da Oferta ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelo *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, pelo *Morgan Stanley & Co. Incorporated* e pelo *Bradesco Securities, Inc.* ("Agentes de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado ("*Securities Act*"), e (ii) para investidores nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no *Regulation* S ("Regulamento S") do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos em operações isentas de registro em conformidade com o *Securities Act* ("Oferta"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(i) os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo realizada uma auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(iii) os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as

TIVIT JURÍDICO

informações por eles consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Sr. Luiz Roberto declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 9 de setembro de 2009.

Luiz Roberto Novaes Mattar

TIVIT JURÍDICO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03

Eraldo Dante de Paola, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.760.836 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 441.252.087-00, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar ("Eraldo Dante"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações") de emissão da TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("Companhia"), e de titularidade de Tivit Tecnologia da Informação S.A., Lit Tele LLC, Pátria Investimentos S.A., Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Flavio Benjamin Giovine Mornerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier ("Acionistas Vendedores"), compreendendo a distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sujeita a registros na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser coordenada pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Coordenador Líder"), pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), e de sociedades corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros ("BM&FBOVESPA") contratadas pelos Coordenadores da Oferta ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelo *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, pelo *Morgan Stanley & Co. Incorporated* e pelo *Bradesco Securities, Inc.* ("Agentes de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado ("*Securities Act*"), e (ii) para investidores nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no *Regulation* S ("Regulamento S") do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos em operações isentas de registro em conformidade com o *Securities Act* ("Oferta"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(i) os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo realizada uma auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(iii) os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as

informações por eles consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Sr. Eraldo Dante declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 9 de setembro de 2009.

Eraldo Dante de Paola

TIVIT JURÍDICO

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03

Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 079.580.040-3 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 965.280.107-06 residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 9, Barra da Tijuca ("Flavio Benjamim"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações") de emissão da TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("Companhia"), e de titularidade de Tivit Tecnologia da Informação S.A., Lit Tele LLC, Pátria Investimentos S.A., Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier ("Acionistas Vendedores"), compreendendo a distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sujeita a registros na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser coordenada pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Coordenador Líder"), pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), e de sociedades corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros ("BM&FBOVESPA") contratadas pelos Coordenadores da Oferta ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelo *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, pelo *Morgan Stanley & Co. Incorporated* e pelo *Bradesco Securities, Inc.* ("Agentes de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado ("*Securities Act*"), e (ii) para investidores nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no *Regulation* S ("Regulamento S") do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos em operações isentas de registro em conformidade com o *Securities Act* ("Oferta"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(i) os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo realizada uma auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(iii) os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as

informações por eles consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Sr. Flavio Benjamin declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2009.



Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo

DECLARAÇÃO
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM N.º 400/03

Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier, brasileiro, solteiro, analista de sistemas, portador da Cédula de Identidade RG nº 087.31403-5 IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 982.990.937-91, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 9, Barra da Tijuca ("Paulo Gustavo"), no âmbito da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames ("Oferta" e "Ações") de emissão da TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. ("Companhia"), e de titularidade de Tivit Tecnologia da Informação S.A., Lit Tele LLC, Pátria Investimentos S.A., Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier ("Acionistas Vendedores"), compreendendo a distribuição pública secundária de Ações no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, sujeita a registros na CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), a ser coordenada pelo Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse" ou "Coordenador Líder"), pelo Banco Morgan Stanley S.A. ("Morgan Stanley") e pelo Banco Bradesco BBI S.A. ("BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder e o Morgan Stanley, "Coordenadores da Oferta"), e de sociedades corretoras autorizadas a operar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros ("BM&FBOVESPA") contratadas pelos Coordenadores da Oferta ("Corretoras" e, em conjunto com os Coordenadores Contratados, "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de venda das Ações no exterior, a serem realizados pelo *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, pelo *Morgan Stanley & Co. Incorporated* e pelo *Bradesco Securities, Inc.* ("Agentes de Colocação Internacional"), (i) nos Estados Unidos a investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*), definidos em conformidade com o disposto na *Rule 144A* ("Regra 144A") do *Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado ("*Securities Act*"), e (ii) para investidores nos demais países (exceto nos Estados Unidos e no Brasil), com base no *Regulation* S ("Regulamento S") do *Securities Act* ("Investidores Estrangeiros"), em ambos os casos em operações isentas de registro em conformidade com o *Securities Act* ("Oferta"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, em qualquer caso, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável, vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM, expor e declarar o quanto segue:

Considerando que:

(i) os Acionistas Vendedores e os Coordenadores da Oferta constituíram consultores legais para auxiliá-los na implementação da Oferta;

(ii) para a realização da Oferta, está sendo realizada uma auditoria jurídica na Companhia, iniciada em junho de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo");

(iii) os Acionistas Vendedores disponibilizaram, para análise dos Coordenadores da Oferta e seus consultores legais, todos os documentos que estes consideraram relevantes para a preparação do Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, bem como foram prestadas todas as

informações por eles consideradas relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iv) os Acionistas Vendedores, em conjunto com os Coordenadores da Oferta, participaram na elaboração do Prospecto Preliminar e participarão na elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus próprios consultores legais.

O Sr. Paulo Gustavo declara que:

(i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a Oferta;

(ii) o Prospecto Preliminar contém, nesta data, e que o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua divulgação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Ações, da Companhia, das atividades da Companhia, da situação econômico-financeira da Companhia, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes, as quais são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e

(iii) o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Rio de Janeiro, 9 de setembro de 2009.

Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier

CREDIT SUISSE

DECLARAÇÃO

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3064, 12º, 13º e 14º andares – parte, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 33.987.793/0001-33, neste ato representado nos termos de seu estatuto social, na qualidade de instituição líder ("Coordenador Líder") da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias de emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Companhia"), cujo pedido de registro está sob análise dessa D. Comissão de Valores Mobiliários ("Oferta"), vem, pela presente, nos termos do artigo 56, parágrafo 5º, da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar o quanto segue:

CONSIDERANDO que:

(i) o Coordenador Líder constituiu consultores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;

(ii) para realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Companhia e em suas controladas, iniciada em 15 de julho de 2009 ("Auditoria"), sendo que a Auditoria prosseguirá até a divulgação do Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Prospecto Definitivo");

(iii) por solicitação do Coordenador Líder, os auditores independentes da Companhia participaram da revisão do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Prospecto Preliminar"), participarão da revisão do Prospecto Definitivo, e emitirão para o Coordenador Líder cartas de conforto substancialmente nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12;

(iv) a Companhia disponibilizou os documentos que considerou relevantes para a Oferta;

(v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Companhia; e

(vi) conforme informações prestadas pela Companhia, a Companhia disponibilizou, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores

CREDIT SUISSE

legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações, considerados relevantes sobre os negócios da Companhia, para permitir aos investidores a tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e

(vii) a Companhia, em conjunto com o Coordenador Líder, participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus consultores legais;

O Coordenador Líder declara que tomou cautela e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que:

I - as informações prestadas pela Companhia são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

II - as informações prestadas ao mercado durante todo prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Companhia e/ou que venham a integrar o Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

O Coordenador Líder ainda declara que:

III - o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, dos valores mobiliários ofertados, da Companhia, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes a sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; bem como que o Prospecto Preliminar foi e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo a Instrução CVM n.º 400/03.

São Paulo, 8 de setembro de 2009.

BANCO DE INVESTIMENTOS CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A.

Nome: Marcelo Jeha Kayath
Cargo: DIRETOR

Nome: José Olympio V. Pereira
Cargo: DIRETOR

JBD

CREDIT SUISSE Departamento Jurídico

Estatuto Social

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Anexo I

à Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A., realizada em 23 de setembro de 2009.

ESTATUTO SOCIAL
DA TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, nº 490, Vila Mogilar, CEP 08773-490, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (a) a prestação de serviços de contatos telefônicos, envolvendo: serviços de *call center*; implantação de centrais de atendimento para terceiros; recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; desenvolvimento, implementação, gerenciamento, execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; serviços de cobrança extrajudicial; (b) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados e de outros bens relacionados às atividades previstas neste artigo; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às

atividades referidas neste artigo; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; ensino e treinamento em serviços e informática; (c) locação de espaço físico em imóveis; e (d) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Parágrafo Único – A filial da Companhia registrada no NIRE (JUCESP) 35.9.0340559.7, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.073.027/0020-16, localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Av. Maria Coelho Aguiar, nº 215, BLOCO D, 7º andar e 1º subsolo, lojas 61, 60 e 51-A, Jardim São Luis, CEP 05805-000, tem por objeto social, além das atividades descritas no Artigo 3º acima, a atividade de comércio, importação e exportação de equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo, para uso próprio ou em conexão com prestação de serviços para terceiros.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 260.674.781,00 (duzentos e sessenta milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais), divididos em 88.990.128 (oitenta e oito milhões, novecentas e noventa mil, cento e vinte e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Artigo 6º - Todas as ações da Companhia poderão assumir a forma escritural e, neste caso, serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto a uma instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, sem emissão de certificados e cancelando-se os certificados eventualmente em circulação.

Parágrafo Único – A instituição financeira está autorizada a cobrar os custos relativos à transferência de propriedade das ações diretamente do adquirente da ação transferida, bem como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela legislação pertinente.

Artigo 7º - A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 44.495.064 (quarenta e quatro milhões, quatrocentas e noventa e cinco mil e sessenta e quatro) ações ordinárias adicionais.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Parágrafo 2º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 8º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º - As ações em que se divide o capital subscrito e integralizado poderão ser agrupadas ou desmembradas, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 10 - Em caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, os acionistas terão direito de preferência para subscrição na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76").

Parágrafo 1º - A critério do Conselho de Administração, poderão ser realizados aumentos de capital, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, sem direito de preferência ou com redução do mesmo, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - No caso previsto no caput deste artigo, o prazo para o exercício do direito de preferência será fixado pela Assembleia Geral em, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da data da publicação de anúncio no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação, exceto nos casos excepcionais previstos em lei.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras de ações não subscritas, em aumento de capital, durante o prazo do exercício do direito de preferência, determinando, antes da venda das mesmas em bolsa de valores, em benefício da Companhia, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

Artigo 11 - A Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, observado o plano aprovado pela Assembleia Geral e o limite de até 3% (três por cento) do capital social, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, não se aplicando o direito de preferência dos acionistas.

Artigo 12 – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e disposições regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404/76, pelo Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, pelo Diretor-Presidente.

Artigo 14 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na ausência desses, por qualquer membro do Conselho de Administração ou qualquer Diretor, escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 15 - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto:

(a) aumento do limite do capital autorizado, redução do capital social subscrito, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações, exceto quando de competência do Conselho de Administração nos termos da lei ou deste Estatuto, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;

(b) qualquer alteração deste Estatuto, em especial, mas sem limitação, alteração de vantagens ou características das ações existentes, bem como a realização de qualquer mudança no escopo das atividades sociais da Companhia;

(c) fixação da remuneração máxima anual e global dos administradores da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;

(d) a cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia (inclusive incorporação de ações), sua transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária;

(e) a autorização aos administradores da Companhia para confessar falência ou pedir recuperação extrajudicial ou judicial;

(f) a liquidação e dissolução da Companhia;

(g) distribuição de resultados da Companhia, a qualquer título, incluindo dividendos, em forma diferente daquela estabelecida neste Estatuto;

(h) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, limitados a até 3% (três por cento) do capital social da Companhia;

(i) deliberar sobre a abertura de capital, bem como a entrada ou saída em qualquer segmento especial de listagem visando à negociação pública de valores mobiliários; e

(j) escolher empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de segmento especial de listagem, conforme previsto no Capítulo V deste Estatuto, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 16 - O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições dos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO

Sub-Seção I
Disposições Gerais

Artigo 17 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo 1º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Sub-Seção II
Conselho de Administração

Artigo 18 - O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros efetivos, todos acionistas, podendo haver até igual número de suplentes, conforme deliberado pelos acionistas, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 2º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 3º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverá(ão) ser Conselheiro(s) Independente(s), expressamente declarado(s) como tal(is) na Assembleia Geral que o(s) eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5 (meio); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (meio).

Parágrafo 4º - Para os fins deste artigo, o termo "Conselheiro Independente" significa o Conselheiro que: (a) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (b) não é Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado), cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador; ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou a entidade relacionada ao Acionista Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (c) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (d) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da Companhia; (f) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (g) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta

restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 19 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral, observado o previsto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais, observado o previsto no artigo 14 acima, bem como as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na ausência de ambos, por qualquer membro do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, que não decorra de conflito de interesses do conselheiro, este será substituído por seu respectivo suplente.

Parágrafo 3º - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, este órgão deverá convocar Assembleia Geral para formalizar a eleição do suplente ou daquele que o substituirá, o qual deverá permanecer no cargo até o final do mandato do membro substituído.

Artigo 20 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, e será instalado com a presença da maioria de seus membros. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.



Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 8 (oito) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - Poderá ser dispensada a convocação prévia de todos os conselheiros para reunião, se estiverem presentes todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas preferencialmente na filial da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto se outro local for devidamente informado na respectiva convocação.

Artigo 21 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros, observados eventuais quoruns específicos previstos em Acordos de Acionistas previamente arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho de Administração e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 2º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem, sendo ainda admitido o voto por procuração outorgada a outro Conselheiro, com poderes específicos.

Artigo 22 - Além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou por este Estatuto, compete exclusivamente ao Conselho de Administração:

(a) aprovação do orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e das controladas (o "Plano Anual de Negócios"), bem como qualquer de suas alterações, e ainda aprovação de quaisquer novos investimentos em projetos de qualquer natureza,



incluindo, mas não se limitando, a investimentos em ativos fixos, que não aqueles previstos no aludido Plano Anual de Negócios;

(b) aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer acionista ou Parte Relacionada (conforme definição do parágrafo primeiro abaixo);

(c) realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) supere a quantia de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ajustada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde 30 de junho de 2009;

(d) contratação, seja a Companhia credora ou devedora, de empréstimos ou outras obrigações financeiras, em valor que exceda a R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ajustado pelo IPCA desde 30 de junho de 2009 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(e) autorização para celebração de quaisquer contratos com fornecedores em valor que exceda a quantia de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ajustada pelo IPCA desde 30 de junho de 2009 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(f) autorização para celebração de quaisquer contratos com clientes em valor que exceda a quantia de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ajustada pelo IPCA desde 30 de junho de 2009 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(g) alienação, oneração ou locação, pela Companhia, de ativos relevantes para suas operações, assim entendidos como aqueles cujo valor de mercado represente, individualmente, quantia superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ajustada pelo IPCA desde 30 de junho de 2009;

(h) concessão pela Companhia de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações que sejam assumidas no curso de seus negócios, com observância da Política de Alçadas referida na alínea (w) abaixo;

(i) contratação e substituição pela Companhia de sua empresa de auditoria independente, que deverá estar devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ter notória reputação internacional;

(j) eleição, reeleição, destituição e substituição dos Diretores da Companhia e dos principais executivos da Companhia (conforme sejam assim considerados pelo Conselho de Administração), observado o previsto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia;

(k) aprovação da política salarial e planos de incentivos aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, incluindo a criação de planos de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, nos termos do artigo 11 deste Estatuto Social;

(l) alienação por qualquer forma ou oneração de investimentos detidos pela Companhia em outras sociedades;

(m) realização de investimentos e aquisições de participações pela Companhia em outras sociedades;

(n) a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível;

(o) fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia;

(p) emissões privadas de ações, até o limite do capital autorizado, bem como os termos e condições da emissão, inclusive, mas sem limitação, preço e condições de integralização;

(q) exercício do direito de voto pela Companhia, em relação às matérias enumeradas no artigo 15 acima e neste artigo, incluindo, mas sem limitação, eleição de administradores, membros do Conselho de Administração ou Diretores, nas Assembleias Gerais, reuniões de sócios, reuniões de

Conselho de Administração ou alterações de contrato social de qualquer sociedade da qual a Companhia seja direta ou indiretamente acionista ou sócia;

(r) registro da Companhia como companhia aberta e demais matérias relacionadas às disposições e atendimento das condições de adesão à segmento especial de listagem que assegure níveis diferenciados de governança corporativa;

(s) as emissões públicas de ações, até o limite do capital autorizado e quaisquer outras matérias relacionadas a ofertas públicas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja competência, por lei, seja atribuída ao Conselho de Administração;

(t) aumento do capital social da Companhia, para subscrição particular ou pública, dentro do limite do capital autorizado;

(u) aprovação da assunção de obrigações que possam acarretar responsabilidade à Companhia por lucros cessantes, danos emergentes, danos indiretos e perdas financeiras, nos termos do parágrafo segundo deste artigo;

(v) aprovação da abertura e encerramento de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia, no País ou no exterior;

(w) definição de política que estabeleça os valores, parâmetros e condições em que a Companhia estará legalmente obrigada, bem como a forma pela qual a Companhia deverá se fazer representar ("Política de Alçadas"), a qual será levada a registro na Junta Comercial competente;

(x) deliberar sobre a exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 deste Estatuto Social;

(y) deliberar sobre operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, bem como da forma de

realização, e celebrados exclusivamente para fins de proteção patrimonial (*hedge*), observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo; e

(z) apresentar à Assembleia Geral lista tríplice de instituições especializadas em avaliação econômica, para fins de apuração do valor econômico conforme disposto nos artigos 40 e 41 deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º – Para os fins deste Estatuto, "Parte Relacionada" significa (i) qualquer Membro da Família do acionista; (ii) qualquer Afiliada do acionista; e (iii) no caso de acionista que seja Fundo de Investimento, seus quotistas e seu administrador e/ou gestor, ou qualquer de suas Afiliadas. Ainda, para os fins deste Estatuto Social, "Afiliada" significa qualquer pessoa ou sociedade que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou que esteja sob controle comum de qualquer acionista, tendo "Controle" e suas variações, o significado que lhe é atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e "Membros de Família" significa, em relação a uma pessoa natural, seus pais, seu cônjuge, seus ascendentes e descendentes diretos, irmãos e colaterais até o 2º (segundo) grau.

Parágrafo 2º - A Companhia não se obriga pela assunção de compromissos ou obrigações que envolvam lucros cessantes, danos emergentes; danos indiretos e perdas financeiras, exceto se expressamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - A aprovação, pelo Conselho de Administração das operações previstas no item (y) deste artigo dependerá de prévia proposta da Diretoria da Companhia, identificando, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (*hedge*); (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e (iv) eventuais informações adicionais solicitadas pelo Conselho de Administração, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade.

Artigo 23 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias a seu cargo e previstas neste Estatuto:

(a) coordenar as atividades dos dois órgãos de administração da Companhia;

(b) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral; e,

(c) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

Sub-Seção III
Da Diretoria

Artigo 24 - A Diretoria será composta por 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, e por este destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, com as seguintes designações: (i) Diretor-Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia de Informação ("TI"); (iii) Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios; (iv) Diretor de Desenvolvimento Corporativo e de Relações com Investidores; e (v) Diretor Administrativo-Financeiro.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão indicados pelo Diretor-Presidente e eleitos pelo Conselho de Administração e devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de Diretor, o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, acarretará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo, exceto se de outra forma autorizado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor.

Parágrafo 6º - É permitido que um Diretor acumule 1 (um) outro cargo na Diretoria da Companhia.

Artigo 25 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.

Parágrafo 2º - As reuniões da Diretoria serão realizadas preferencialmente na filial da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto se outro local for devidamente informado na respectiva convocação.

Artigo 26 - Compete ao Diretor-Presidente, além das atribuições próprias a seu cargo e as demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria, promover o desenvolvimento das atividades da Companhia como um todo e reportar sua atuação ao Conselho de Administração;

(b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

(c) constituir, em conjunto com outro Diretor, procuradores, de acordo com o disposto no artigo 32, parágrafo 3º abaixo.

Artigo 27 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de TI, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das atividades da unidade de negócios de TI da Companhia;

(b) promover o desenvolvimento das unidades de negócio de TI da Companhia; e

(c) reportar sobre a realização das atividades de TI ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Artigo 28 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das atividades da unidade de negócios de processos de negócios da Companhia;

(b) promover o desenvolvimento das unidades de processos de negócio da Companhia; e

(c) reportar sobre a realização das atividades de processos de negócio ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Artigo 29 - Compete ao Diretor de Desenvolvimento Corporativo e de Relações com Investidores, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as Bolsas de Valores e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e Bolsas de Valores;

(c) manter atualizado o registro de companhia aberta; e

(d) reportar sobre a realização das atividades de relações com investidores ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Artigo 30 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas contábil, fiscal e financeira; e

(c) propor alternativas de financiamento e aprovar as condições financeiras dos negócios da Companhia.

Artigo 31 - Compete aos Diretores, de forma conjunta:

(a) administrar e gerir os negócios da Companhia;

(b) rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades de ampliação dos negócios e as modernas técnicas de administração;

(c) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;

(d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; e

(e) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas.

Artigo 32 - A representação da Companhia será realizada na forma descrita neste artigo.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente a representação geral da Companhia, em juízo ou fora dele, competindo-lhe assegurar o respeito às leis vigentes e à política e objetivos estabelecidos pelas autoridades governamentais, bem como à orientação geral estabelecida e às deliberações da Assembleia Geral, competindo-lhe, ainda, dirigir a

execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, coordenar e supervisionar as atividades de administração da Companhia, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o Plano Anual de Negócios e o orçamento anual da Companhia, convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

Parágrafo 2º - Observadas as disposições contidas neste Estatuto, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, será feita mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) diretores, 1 (um) diretor e 1 (um) procurador ou, ainda, de 2 (dois) procuradores, de acordo com a Política de Alçadas devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo necessariamente um deles o Diretor Presidente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano, observado que nenhum instrumento de procuração, exceto aqueles para fins judiciais, poderá conferir poderes ao respectivo procurador para substabelecer os poderes a ele outorgados pela Companhia. Na ausência do Diretor Presidente, as procurações deverão ser outorgadas pelo Diretor Administrativo Financeiro em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios.

Parágrafo 4º - Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 5º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.



Artigo 33 – As reuniões da Diretoria serão convocadas na forma do artigo 25 acima, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes, tendo o Diretor Presidente o voto qualificado em caso de empate.

SEÇÃO III
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 34 - O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO IV
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 35 - O exercício social corresponde ao ano civil e se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Companhia:

(a) balanço patrimonial;
(b) demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
(c) demonstração do resultado do exercício;
(d) demonstração dos fluxos de caixa; e
(e) demonstração do valor adicionado.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto na lei e neste Estatuto.

Parágrafo 3º - Os resultados apurados no exercício social terão obrigatoriamente a seguinte destinação:

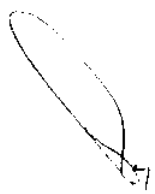
(a) provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
(b) abatimento de prejuízos, se existirem;
(c) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
(c) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 36 deste Estatuto e na lei; e
(d) o saldo remanescente será distribuído como dividendos além dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 36 deste Estatuto, exceto em caso de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, que justifique sua retenção.

Artigo 36 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

(a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
(b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo 2º - A Assembleia poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.



Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Ata da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar a sua distribuição, salvo se outro prazo for deliberado pelos acionistas na referida Assembleia.

Parágrafo 5º - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 6° - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 37 - Na hipótese de alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 38 - A oferta pública referida no artigo 37 deste Estatuto também deverá ser efetivada:

(a) nas hipóteses de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou,

(b) nas hipóteses de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle (conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros -"BM&FBOVESPA") da Companhia, sendo que, nesse caso, o alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA S.A. o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 39 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 37 deste Estatuto Social; e

(b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo IPCA.

Artigo 40 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, nos termos do artigo 42 deste Estatuto Social.

Artigo 41 - Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (a) a transferência da Companhia de seu atual segmento especial de listagem para um segmento de listagem de nível de governança corporativa inferior, ou (b) a reorganização societária da qual a Companhia resultante não seja admitida para negociação em seu atual segmento especial de listagem ou segmento de listagem de nível de governança corporativa superior, o acionista, ou grupo de acionistas, que detiver o poder de controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de

aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos do artigo 42 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 42 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 40 e 41 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Para fins deste Estatuto, "Ações em Circulação" significa todas as ações de emissão da Companhia exceto aquelas (a) detidas pelo acionista controlador e/ou por pessoas a ele vinculadas; (b) em tesouraria da Companhia; e (c) detidas pelos administradores da Companhia.

Parágrafo 3º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 43 - A Companhia não registrará: (a) qualquer transferência de ações para o Comprador do controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores; e (b) acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o regulamento de listagem aplicável à Companhia.

Artigo 44 - É facultada a efetivação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas no Capítulo V deste Estatuto, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 45 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DA ARBITRAGEM

Artigo 46 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas normas editadas pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, no Contrato de Participação do segmento especial de listagem aplicável à Companhia e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. A arbitragem terá lugar na Cidade de São Paulo e será conduzida no idioma português, sendo aplicável a legislação brasileira, sem renúncia a qualquer preceito.

CAPÍTULO VII
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA



Artigo 47 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em Lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como instalar o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 48 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede social da Companhia.

Artigo 49 – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 50 – Os membros do Conselho de Administração, os Diretores e os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão, antes de assumir os cargos respectivos, subscrever o Termo de Anuência dos Administradores e o Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que se refere o regulamento de listagem aplicável à Companhia.

Artigo 51 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76.

Artigo 52 - As disposições constantes dos Capítulos V e VI, bem como as regras constantes dos parágrafos 3º e 4º do artigo 18 e do item (z) do artigo 22 deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, assim como a disposição constante do item (e) do parágrafo 1º do artigo 35 somente terá eficácia a partir da concessão do registro de companhia aberta, conforme pedidos protocolados na CVM em 10 de

agosto de 2009, sob os nºs RJ 2009/7546 e 7547, e a elas estarão sujeitos a Companhia, os acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

* * *

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 5 de agosto de 2009, aprovando a abertura de capital da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP PROTOCOLO
0.699.055/09-0

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/MF: 07.073.027/0001-53
NIRE: 35.300.344.511

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2009

1. Data, Hora e Local: Aos 05 de agosto de 2009, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Av. Prefeito Carlos Ferreira Lopes, nº 490, CEP 08773-490.

2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme se verificou pelas assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia;

3. Mesa: Presidente: Paulo Henrique de Oliveira Santos; Secretário: Luiz Roberto Novaes Mattar.

4. Ordem do Dia: **(i)** Abertura de capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução CVM nº 202/93, conforme alterada; **(ii)** adesão da Companhia ao Novo Mercado, segmento especial de listagem de ações na BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"); **(iii)** alteração do Estatuto Social da Companhia para adaptação às exigências de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa; e **(iv)** autorização para a diretoria praticar todos os atos necessários para o cumprimento dos tópicos acima.

5. Deliberações: Pela unanimidade dos presentes e sem reservas, foram tomadas as seguintes deliberações: **(i)** foi aprovada a abertura de capital da Companhia, bem como a submissão de pedido de registro de companhia aberta perante a CVM, nos termos da Instrução CVM nº 202/93, conforme alterada; **(ii)** foi aprovada a adesão da Companhia ao segmento de listagem da BM&FBovespa de Novo Mercado de Governança Corporativa, bem como a celebração com a

VNA Jurídico

TIVIT JURÍDICO

BM&FBovespa do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Novo Mercado; **(iii)** foi aprovada a alteração do Estatuto Social da Companhia, para adaptação às exigências de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBovespa, alterando integralmente seus Capítulos II, III, VI e IX, bem como incluindo novo Capítulo V, observada a renumeração dos demais Capítulos e respectivos artigos, passando o Estatuto Social da Companhia a vigorar na forma consolidada constante do Anexo I; e **(iv)** foi autorizada a Administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para o seu registro como companhia aberta perante a CVM, bem como aqueles necessários para sua adesão ao segmento Novo Mercado da BM&FBovespa e a realização da Oferta.

5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia, lavrando-se esta ata, a qual foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. Mesa: Presidente: Paulo Henrique de Oliveira Santos; Secretário: Luiz Roberto Novaes Mattar. Acionistas presentes: Tivit Tecnologia da Informação S.A.; Lit Tele LLC; Luiz Roberto Novaes Mattar; Eraldo Dante de Paola; Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil – FIP; Paulo Henrique de Oliveira Santos, Alexandre Teixeira da Assumpção Saigh, Naldilei Zumpano, Elton Flávio Silva de Oliveira, Fernando de Castro Reinach, Marco Nicola D'Ippolito, Ricardo Gonçalves da Costa, Flávio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier.

Certifico que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em Livro próprio.

São Paulo, 05 de agosto de 2009.

Paulo Henrique de Oliveira Santos
Presidente

Luiz Roberto Novaes Mattar
Secretário

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 293.547/09-9
ANA CRISTINA DE S.P. CALDAS
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

VNM Jurídico

TIVIT JURÍDICO

ESTATUTO SOCIAL
DA TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, nº 490, Vila Mogilar, CEP 08773-490, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (a) a prestação de serviços de contatos telefônicos, envolvendo: serviços de call center; implantação de centrais de atendimento para terceiros; recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; desenvolvimento, implementação, gerenciamento,e execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; serviços de cobrança extrajudicial; (b) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados e de outros bens relacionados às atividades previstas neste artigo; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; ensino e treinamento em serviços e informática; (c) locação de espaço físico em

imóveis; e (d) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Parágrafo Único – A filial da Companhia registrada no NIRE (JUCESP) 35.9.0340559.7, e no CNPJ/MF 07.073.027/0020-16, localizada no Estado de São Paulo, Cidade de São Paulo, na Av. Maria Coelho Aguiar, 215, BLOCO D, 7º andar e 1º subsolo, lojas 61, 60 e 51-A, Jardim São Luis, CEP 05805-000 tem por objeto social, além das atividades descritas no Artigo 3º, acima, a atividade de comércio, importação e exportação de equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo, para uso próprio ou em conexão com prestação de serviços para terceiros

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 260.674.781,00 (duzentos e sessenta milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais), divididos em 7.415.844 (sete milhões, quatrocentas e quinze mil, oitocentas e quarenta e quatro) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Artigo 6º - Todas as ações da Companhia poderão assumir a forma escritural e, neste caso, serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto a uma instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, sem emissão de certificados e cancelando-se os certificados eventualmente em circulação.

Parágrafo Único – A instituição financeira está autorizada a cobrar os custos relativos à transferência de propriedade das ações diretamente do adquirente da ação transferida, bem como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela legislação pertinente.

Artigo 7º - A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 3.707.922 (três milhões, setecentas e sete mil, novecentas e vinte e duas) ações ordinárias adicionais.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Parágrafo 2º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 8º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º - As ações em que se divide o capital subscrito e integralizado poderão ser agrupadas ou desmembradas, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 10 - Em caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, os acionistas terão direito de preferência para subscrição na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76").

Parágrafo 1º - A critério do Conselho de Administração, poderão ser realizados aumentos de capital, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, sem direito de preferência ou com redução do mesmo, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - No caso previsto no caput deste artigo, o prazo para o exercício do direito de preferência será fixado, pelo Conselho de Administração, em, no mínimo, 30 (trinta)

dias, contados da data da publicação de anúncio no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras de ações não subscritas, em aumento de capital, durante o prazo do exercício do direito de preferência, determinando, antes da venda das mesmas em bolsa de valores, em benefício da Companhia, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

Artigo 11 - A Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, observado o plano aprovado pela Assembleia Geral e o limite de até 3% (três por cento) do capital social, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, não se aplicando o direito de preferência dos acionistas.

Artigo 12 – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e disposições regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404/76, pelo Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, pelo Diretor-Presidente.

Artigo 14 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na ausência desses, por qualquer membro do Conselho de Administração ou qualquer Diretor, escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 15 - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto:

(a) aumento do limite do capital autorizado, redução do capital social subscrito, resgate de ações, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações, exceto quando de competência do Conselho de Administração nos termos deste Estatuto, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;

(b) qualquer alteração deste Estatuto, em especial, mas sem limitação, alteração de vantagens ou características das ações existentes, bem como a realização de qualquer mudança no escopo das atividades sociais da Companhia;

(c) fixação da remuneração máxima anual e global dos administradores da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;

(d) a cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia, sua transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária;

(e) a autorização aos administradores da Companhia para confessar falência ou pedir recuperação extrajudicial ou judicial;

(f) a liquidação e dissolução da Companhia;

(g) distribuição de resultados da Companhia, a qualquer título, incluindo dividendos, em forma diferente daquela estabelecida neste Estatuto;

(h) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, limitados a até 3% (três por cento) do capital social da Companhia;

(i) deliberar sobre a abertura de capital, bem como a entrada ou saída em qualquer segmento especial de listagem visando à negociação pública de valores mobiliários; e

(j) escolher empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de segmento especial de listagem, conforme previsto no Capítulo V deste Estatuto, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 16 - O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições dos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO

Sub-Seção I
Disposições Gerais

Artigo 17 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo 1º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Sub-Seção II
Conselho de Administração

Artigo 18 - O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 (cinco) e no máximo 7 (sete) membros efetivos, todos acionistas, podendo haver até igual número de suplentes, conforme deliberado pelos acionistas, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 2º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 3º - No mínimo 20% dos membros do Conselho de Administração deverá(ão) ser Conselheiro(s) Independente(s), expressamente declarado(s) como tal(is) na Assembleia Geral que o(s) eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5 (meio); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (meio).

Parágrafo 4º - Para os fins deste artigo, o termo "Conselheiro Independente" significa o Conselheiro que: (a) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no

capital social; (b) não é Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado), cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador; ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou a entidade relacionada ao Acionista Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (c) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (d) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da Companhia; (f) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (g) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 19 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral, observado o previsto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais, observado o previsto no artigo 14 acima, bem como as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na ausência de ambos, por qualquer membro do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, que não decorra de conflito de interesses do conselheiro, este será substituído por seu respectivo suplente.

Parágrafo 3º - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, este órgão deverá convocar Assembleia Geral para formalizar a eleição do suplente ou daquele que o substituirá, o qual deverá permanecer no cargo até o final do mandato do membro substituído.

Artigo 20 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, e será instalado com a presença 5 (cinco) membros, exceto no caso da alínea (t) do artigo 22 abaixo, cuja instalação dependerá da presença de 6 (seis) membros. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - Poderá ser dispensada a convocação prévia de todos os conselheiros para reunião, se estiverem presentes todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas preferencialmente na filial da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto se outro local for devidamente informado na respectiva convocação.

Artigo 21 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável de 5 (cinco) membros presentes à reunião, exceto no caso da alínea (t) do artigo 22 do presente

Estatuto, para a qual se fará necessária a aprovação por voto favorável de 6 (seis) membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho de Administração e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 2º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem, sendo ainda admitido o voto por procuração outorgada a outro Conselheiro, com poderes específicos.

Artigo 22 - Compete exclusivamente ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou por este Estatuto:

(a) aprovação do orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e das controladas (o "Plano Anual de Negócios"), bem como qualquer de suas alterações, e ainda aprovação de quaisquer novos investimentos em projetos de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em ativos fixos, que não aqueles previstos no aludido Plano Anual de Negócios;

(b) aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer acionista ou Parte Relacionada (conforme definição do parágrafo primeiro abaixo);

(c) realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) supere a quantia de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ajustada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde 30 de junho de 2009;

(d) contratação, seja a Companhia credora ou devedora, de empréstimos ou outras obrigações financeiras, em valor que exceda a R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ajustado pelo IPCA desde 30 de junho de 2009;

(e) autorização para celebração de quaisquer contratos com fornecedores em valor que exceda a quantia de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ajustada pelo IPCA desde 30 de junho de 2009 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(f) autorização para celebração de quaisquer contratos com clientes em valor que exceda a quantia de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ajustada pelo IPCA desde 30 de junho de 2009 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(g) alienação, oneração ou locação, pela Companhia, de ativos relevantes para suas operações, assim entendidos como aqueles cujo valor de mercado represente, individualmente, quantia superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ajustada pelo IPCA desde 30 de junho de 2009;

(h) concessão pela Companhia de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações que sejam assumidas no curso de seus negócios, com observância da Política de Alçadas referida na alínea (w) abaixo;

(i) contratação e substituição pela Companhia de sua empresa de auditoria independente, que deverá estar devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ter notória reputação internacional;

(j) eleição, reeleição, destituição e substituição dos Diretores da Companhia e dos principais executivos da Companhia (conforme sejam assim considerados pelo Conselho de Administração), observado o previsto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia;

VNA Jurídico

VIVO Jurídico

(k) aprovação da política salarial e planos de incentivos aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, incluindo a criação de planos de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, nos termos do artigo 11 deste Estatuto Social;

(l) alienação por qualquer forma ou oneração de investimentos detidos pela Companhia em outras sociedades;

(m) realização de investimentos e aquisições de participações pela Companhia em outras sociedades;

(n) a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível;

(o) fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia;

(p) emissões privadas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações do capital da Companhia, até o limite do capital autorizado, bem como os termos e condições da emissão, inclusive, mas sem limitação, preço e condições de integralização;

(q) exercício do direito de voto pela Companhia, em relação às matérias enumeradas no artigo 15 acima e neste artigo, incluindo, mas sem limitação, eleição de administradores, membros do Conselho de Administração ou Diretores, nas Assembleias Gerais, reuniões de sócios, reuniões de Conselho de Administração ou alterações de contrato social de qualquer sociedade da qual a Companhia seja direta ou indiretamente acionista ou sócia;

(r) registro da Companhia como companhia aberta e demais matérias relacionadas às disposições e atendimento das condições de adesão à segmento especial de listagem que assegure níveis diferenciados de governança corporativa;

VNM Jurídico

(s) as emissões públicas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações do capital da Companhia, até o limite do capital autorizado e quaisquer outras matérias relacionadas a ofertas públicas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja competência, por lei, seja atribuída ao Conselho de Administração;

(t) aumento do capital social da Companhia, para subscrição particular ou pública, dentro do limite do capital autorizado;

(u) aprovação da assunção de obrigações que possam acarretar responsabilidade à Companhia por lucros cessantes, danos emergentes, danos indiretos e perdas financeiras, nos termos do parágrafo segundo deste artigo;

(v) aprovação da abertura e encerramento de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia, no País ou no exterior;

(w) definição de política que estabeleça os valores, parâmetros e condições em que a Companhia estará legalmente obrigada, bem como a forma pela qual a Companhia deverá se fazer representar ("Política de Alçadas"), a qual será levada a registro na Junta Comercial competente;

(x) deliberar sobre a exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos termos do artigo 10 deste Estatuto Social;

(y) deliberar sobre operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, bem como da forma de realização, e celebrados exclusivamente para fins de proteção patrimonial (*hedge*), observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo; e

(z) apresentar à Assembleia Geral lista tríplice de instituições especializadas em avaliação econômica, para fins de apuração do valor econômico conforme disposto nos artigos 40 e 41 deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º – Para os fins deste Estatuto, "Parte Relacionada" significa (i) qualquer Membro da Família do acionista; (ii) qualquer Afiliada do acionista; e (iii) no caso de acionista que seja Fundo de Investimento, seus quotistas e seu administrador e/ou gestor, ou qualquer de suas Afiliadas. Ainda, para os fins deste Estatuto Social, "Afiliada" significa qualquer pessoa ou sociedade que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou que esteja sob controle comum de qualquer acionista, tendo "Controle" e suas variações, o significado que lhe é atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e "Membros de Família" significa, em relação a uma pessoa natural, seus pais, seu cônjuge, seus ascendentes e descendentes diretos, irmãos e colaterais até o 2º (segundo) grau.

Parágrafo 2º - A Companhia não se obriga pela assunção de compromissos ou obrigações que envolvam lucros cessantes, danos emergentes; danos indiretos e perdas financeiras, exceto se expressamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - A aprovação, pelo Conselho de Administração das operações previstas no item (y) deste artigo dependerá de prévia proposta da Diretoria da Companhia, identificando, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (*hedge*); (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e (iv) eventuais informações adicionais solicitadas pelo Conselho de Administração, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade.

Artigo 23 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias a seu cargo e previstas neste Estatuto:

(a) coordenar as atividades dos dois órgãos de administração da Companhia;

(b) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral; e,

(c) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

Sub-Seção III
Da Diretoria

Artigo 24 - A Diretoria será composta por 5 (cinco) Diretorias, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, e por este destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, com as seguintes designações: (i) Diretor-Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia de Informação ("TI"); (iii) Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios; (iv) Diretor de Desenvolvimento Corporativo e de Relações com Investidores; e (v) Diretor Administrativo-Financeiro.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão indicados pelo Diretor-Presidente e eleitos pelo Conselho de Administração e devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de Diretor, o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, acarretará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo, exceto se de outra forma autorizado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor.

Parágrafo 6º - É permitido que um Diretor acumule 1 (um) outro cargo na Diretoria da Companhia.

Artigo 25 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.

Parágrafo 2º - As reuniões da Diretoria serão realizadas preferencialmente na filial da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto se outro local for devidamente informado na respectiva convocação.

Artigo 26 - Compete ao Diretor-Presidente, além das atribuições próprias a seu cargo e as demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria, promover o desenvolvimento das atividades da Companhia como um todo e reportar sua atuação ao Conselho de Administração;

(b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

(c) constituir, em conjunto com outro Diretor, procuradores, de acordo com o disposto no artigo 32, parágrafo 3º abaixo.

Artigo 27 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de TI, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das atividades da unidade de negócios de TI da Companhia;

(b) promover o desenvolvimento das unidades de negócio de TI da Companhia; e

(c) reportar sobre a realização das atividades de TI ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Artigo 28 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das atividades da unidade de negócios de processos de negócios da Companhia;

(b) promover o desenvolvimento das unidades de processos de negócio da Companhia; e

(c) reportar sobre a realização das atividades de processos de negócio ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Artigo 29 - Compete ao Diretor de Relações com Investidores, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as Bolsas de Valores e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e Bolsas de Valores;

(c) manter atualizado o registro de companhia aberta; e

(d) reportar sobre a realização das atividades de relações com investidores ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Artigo 30 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas contábil, fiscal e financeira; e

(c) propor alternativas de financiamento e aprovar as condições financeiras dos negócios da Companhia.

Artigo 31 - Compete aos Diretores, de forma conjunta:

(a) administrar e gerir os negócios da Companhia;

(b) rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades de ampliação dos negócios e as modernas técnicas de administração;

(c) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;

(d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; e

(e) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas.

Artigo 32 - A representação da Companhia será realizada na forma descrita neste artigo.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente a representação geral da Companhia, em juízo ou fora dele, competindo-lhe assegurar o respeito às leis vigentes e à política e objetivos estabelecidos pelas autoridades governamentais, bem como à orientação geral estabelecida e às deliberações da Assembleia Geral, competindo-lhe, ainda, dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, coordenar e supervisionar as atividades de administração da Companhia, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o Plano Anual de Negócios e o orçamento anual da Companhia, convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

Parágrafo 2º - Observadas as disposições contidas neste Estatuto, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, será feita mediante a assinatura conjunta de 2 (dois) diretores, 1 (um) diretor e 1 (um) procurador ou, ainda, de 2 (dois) procuradores, de acordo com a Política de Alçadas devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo necessariamente um deles o Diretor Presidente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano, observado que nenhum instrumento de procuração, exceto aqueles para fins judiciais, poderá conferir poderes ao respectivo procurador para substabelecer os poderes a ele outorgados pela Companhia. Na ausência do Diretor Presidente, as procurações deverão ser outorgadas pelo Diretor Administrativo Financeiro em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios.

Parágrafo 4º - Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 5º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.

Artigo 33 – As reuniões da Diretoria serão convocadas na forma do artigo 25 acima, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes, tendo o Diretor Presidente o voto qualificado em caso de empate.

SEÇÃO III
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 34 - O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO IV
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 35 - O exercício social corresponde ao ano civil e se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Companhia:

(a) balanço patrimonial;
(b) demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
(c) demonstração do resultado do exercício; e
(d) demonstração das origens e aplicações de recursos.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto na lei e neste Estatuto.

Parágrafo 3º - Os resultados apurados no exercício social terão obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
(b) abatimento de prejuízos, se existirem;
(c) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
(c) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 36 deste Estatuto e na lei; e

(d) o saldo remanescente será distribuído como dividendos além dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 36 deste Estatuto, exceto em caso de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, que justifique sua retenção.

Artigo 36 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

(a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e

(b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo 2º - A Assembleia poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Ata da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar a sua distribuição, salvo se outro prazo for deliberado pelos acionistas na referida Assembleia.

Parágrafo 5º - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 6º - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 37 - Na hipótese de alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 38 - A oferta pública referida no artigo 37 deste Estatuto também deverá ser efetivada:

(a) nas hipóteses de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou,

(b) nas hipóteses de alienação do controle do acionista controlador da Companhia, sendo que, nesse caso, o controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 39 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 37 deste Estatuto Social; e

(b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo IPCA.

Artigo 40 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, nos termos do artigo 42 deste Estatuto Social.

Artigo 41 - Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (a) a transferência da Companhia de seu atual segmento especial de listagem para um segmento de listagem de nível de governança corporativa inferior, ou (b) a reorganização societária da qual a Companhia resultante não seja admitida para negociação em seu atual segmento especial de listagem ou segmento de listagem de nível de governança corporativa superior, o acionista, ou grupo de acionistas, que detiver o poder de controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos do artigo 42 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 42 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 40 e 41 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores,

devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Para fins deste Estatuto, "Ações em Circulação" significa todas as ações de emissão da Companhia exceto aquelas (a) detidas pelo acionista controlador e/ou por pessoas a ele vinculadas; (b) em tesouraria da Companhia; e (c) detidas pelos administradores da Companhia.

Parágrafo 3º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 43 - A Companhia não registrará: (a) qualquer transferência de ações para o Comprador do controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores; e (b) acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores.

Artigo 44 - É facultada a efetivação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas no Capítulo V deste Estatuto, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e

não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 45 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DA ARBITRAGEM

Artigo 46 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas normas editadas pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, no Contrato de Participação do segmento especial de listagem aplicável à Companhia e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. A arbitragem terá lugar na Cidade de São Paulo e será conduzida no idioma português, sendo aplicável a legislação brasileira, sem renúncia a qualquer preceito.

CAPÍTULO VII
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 47 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em Lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como instalar o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 48 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede social da Companhia.

Artigo 49 – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 50 – Os membros do Conselho de Administração, os Diretores e os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão, antes de assumir os cargos respectivos, subscrever o Termo de Anuência dos Administradores e o Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que se refere o regulamento de listagem aplicável à Companhia.

Artigo 51 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76.

Artigo 52 - As disposições constantes dos Capítulos V e VI, bem como as regras constantes dos parágrafos 3º e 4º do artigo 18 e do item (z) do artigo 22 deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações e a elas estarão sujeitos a Companhia, os acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

* * *

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Tivit Tecnologia, realizada em 5 de agosto de 2009, aprovando a Oferta Pública Secundária de Ações da Companhia e a alienação de Ações no âmbito de tal Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

JUCESP PROTOCOLO
0.699.047/09-2

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

NIRE Nº 35.300.192.605
CNPJ/MF nº 03.461.300/0001-66

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 2009

1. **Local, hora e data:** Aos 05 dias do mês de agosto de 2009, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, conjunto B, CEP 01452-002.

Presenças: A totalidade dos acionistas da Companhia.

Mesa: Presidente: Paulo Henrique de Oliveira Santos. Secretário: Luiz Roberto Novaes Mattar.

Ordem do dia: Deliberar sobre: (i) aprovação da oferta pública secundária de ações, com esforços de venda no exterior ("Oferta Secundária"), da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Tivit"), sociedade na qual a Companhia detém 53,72% do capital social; e (ii) alienação de parte das ações de emissão da Tivit detidas pela Companhia, no âmbito da Oferta Secundária

Deliberações tomadas por unanimidade: Foram tomadas as seguintes deliberações, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) a aprovação da Oferta Secundária da Tivit, nos termos e condições acordados entre a Tivit, a Companhia, os demais acionistas participantes da Oferta Secundária e as instituições financeiras coordenadoras da Oferta Secundária ("Coordenadores da Oferta"); e (ii) a alienação de parte das ações de emissão da Tivit detidas pela Companhia, no âmbito da Oferta Secundária, no montante e pelo preço determinado oportunamente de comum acordo entre a Tivit, a Companhia, os demais acionistas participantes da Oferta Secundária e os Coordenadores da Oferta.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada pela totalidade dos presentes e pelo Presidente e Secretário da Mesa. São paulo, 05 de agosto de 2009. **Mesa**: Paulo Henrique de Oliveira Santos, Presidente; Luiz Roberto Novaes Mattar, Secretário. **Acionistas**: VOTORANTIM PARTICIPAÇÕES S.A., p. Marcus Olintho de Camargo Arruda e Raul Calfat; Fernando De Castro Reinach; Paulo Henrique De Oliveira Santos; Naldilei Zumpano; Luís Ermírio De Moraes.

São Paulo, 05 de agosto de 2009.

Paulo Henrique de Oliveira Santos
Presidente

Luiz Roberto Novaes Mattar
Secretário

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 296.653/09-3
ANA CRISTINA DE S.F. CALANDRA
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

VNN Jurídico

TIVIT JURÍDICO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Informações Anuais – IAN relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, somente as informações não constantes do Prospecto

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
999998	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07073027000153

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
TIVIT

5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
TIVIT ATENDIMENTOS TELEFÔNICOS S.A.

6 - NIRE	7 - SITE
35.300.344.511	www.tivit.com.br
8 - DATA DE CONSTITUIÇÃO DA CIA	9 - DATA DE REGISTRO DA CIA NA CVM
20/10/2004	

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Prefeito Carlos Ferreira Lopes, 490				Vila Mogilar
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
08773-490	Mogi das Cruzes			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
011	3757-2618	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
011	3757-2902	-	-	
15 - E-MAIL				
investor.relations@tivit.com.br				

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME				
Edson Hiroshi Matsubayashi				
2 - CARGO				
D. Desenv. Corporativo e Rel. com Invest				
3 - ENDEREÇO COMPLETO				4 - BAIRRO OU DISTRITO
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 22 and				J. Paulistano
5 - CEP	6 - MUNICÍPIO			7 - UF
01452-002	São Paulo			SP
8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
011	3757-2618	-	-	
13 - DDD	14 - FAX	15 - FAX	16 - FAX	
011	3757-2902	-	-	
17 - E-MAIL				
investor.relations@tivit.com.br				

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME				
Banco Itaú S.A.				
19 - CONTATO				
José Nilson Cordeiro				
20 - ENDEREÇO COMPLETO				21 - BAIRRO OU DISTRITO
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100				Pq. Jabaquara
22 - CEP	23 - MUNICÍPIO			24 - UF
04344-902	São Paulo			SP
25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
011	5029-1317	-	-	
30 - DDD	31 - FAX	32 - FAX	33 - FAX	
011	5029-1917	-	-	
34 - E-MAIL				
jose-nilson.cordeiro@itau.com.br				

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01	São Paulo	SP	011	3247-5721	-
02	Rio de Janeiro	RJ	21	2202-2592	-
03	Curitiba	PR	41	320-4128	-
04	Porto Alegre	RS	51	3210-9150	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME					
Edson Hiroshi Matsubayashi					
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO		
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1355 - 22 and			J. Paulistano		
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO				6 - UF
01452-002	São Paulo				SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX	
011	3757-2618	-	-		
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX		
011	3757-2902	-	-		
16 - E-MAIL					
investor.relations@tivit.com.br					
17 - DIRETOR BRASILEIRO	18 - CPF	18 - PASSAPORTE			
SIM	182.469.988-38				

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2008	31/12/2008

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2009	31/12/2009

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	8 - CPF DO RESP. TÉCNICO
Ismar de Moura	051.550.278-29

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

BVBAAL	BVMESB	BVPR	BVRJ	BVST
BVES	BVPP	BVRG	X BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO	
Bolsa	
3 - TIPO DE SITUAÇÃO	
Operacional	
4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE	
1150 - Comunicação e Informática	
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL	6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES
Prestação de serviços de contatos telefônicos e prestação de serviços de tecnologia de informação.	NÃO

Reapresentação por: Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
19984-8	TIVIT TERC DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-93

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

DESCRIÇÃO

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
	30/04/2009
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
	28/04/2009

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	Diário Oficial Est. São Paulo	SP
02	Valor Econômico	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
23/09/2009	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

02.01.01 - COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA

1 - ITEM	2 - NOME DO ADMINISTRADOR	3 - CPF	4 - DATA DA ELEIÇÃO	5 - PRAZO DO MANDATO	6 - CÓDIGO TIPO DO ADMINISTRADOR *	7 - ELEITO P/ CONTROLADOR	8 - CARGO /FUNÇÃO	9 - FUNÇÃO
01	Paulo Henrique de Oliveira Santos	034.880.428-80	04/09/2009	2 anos	2	NÃO	20	Presidente do Conselho de Administração
02	Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh	116.834.178-79	04/09/2009	2 anos	2	NÃO	21	Vice Presidente Cons. de Administração
03	Luiz Roberto Novaes Mattar	072.672.558-76	04/09/2009	2 anos	3	NÃO	39	Cons. Efetivo, Dir. Pres. e Vice de TI
04	Naldilei Zumpano	046.590.248-06	04/09/2009	2 anos	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
05	Elton Flávio Silva de Oliveira	174.322.408-76	04/09/2009	2 anos	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
06	Eraldo Dante de Paola	441.252.087-00	04/09/2009	2 anos	3	NÃO	37	Conselheiro(Suplente) e Dir. Vice Pres.
07	Marco Nicola D'Ippolito	267.642.998-11	04/09/2009	2 anos	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
08	Ricardo Gonçalves da Costa	222.000.038-97	04/09/2009	2 anos	2	NÃO	23	Conselho de Administração (Suplente)
09	Edson Hiroshi Matsubayashi	182.469.988-38	05/08/2009	1 ano	1		19	D. Desenv. Corporativo e de Rel. com Inv
10	José João Trigo	768.565.008-82	30/04/2009	1 ano	1		19	Diretor Administrativo-Financeiro
11	Fernando de Castro Reinach	052.720.088-39	04/09/2009	2 anos	2	NÃO	22	Conselho de Administração (Efetivo)
12	Maurizio Mauro	221.898.588-87	04/09/2009	2 anos	2	NÃO	27	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)

* CÓDIGO: 1 - PERTENCE APENAS À DIRETORIA;
2 - PERTENCE APENAS AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;
3 - PERTENCE À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Informações Biográficas dos Conselheiros

Conselheiros

Paulo Henrique de Oliveira Santos. O Sr. Paulo Henrique de Oliveira Santos foi Presidente do Conselho de Administração da TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito Presidente do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 4 de novembro de 1958, graduou-se em Engenharia pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), além de concluir curso de especialização em finanças e *marketing* (CEAG), pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), e curso *OPM – Owner/President Management Program*, pela Harvard Business School. Em 2000, foi o responsável pela criação e estruturação da VNN, nossa acionista indireta, onde liderava profissionais nas áreas de estruturação de negócios, fusões e aquisições, estratégia, gestão operacional e financeira, ciência e tecnologia, entre outras. Atuou em diversos processos de privatizações dentre os quais o da CPFL, no qual liderou a equipe de transição. Foi também Diretor Financeiro da Votorantim Metais e Diretor Executivo do Banco Votorantim, além de atuar em outros bancos em São Paulo e em Nova York nas áreas de Tesouraria e Finanças Corporativas. Foi ainda Diretor Financeiro da Brasilpar Ltda., um dos primeiros fundos de Private Equity do Brasil. Atualmente é Diretor Presidente da Votorantim Novos Negócios e Diretor de Fusões e Aquisições da Votorantim Industrial S.A.

Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh. O Sr. Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh foi membro do Conselho de Administração da TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 13 de julho de 1967, graduou-se em Ciências, Administração Financeira e Administração Hoteleira, pela Universidade de Boston, nos Estados Unidos, e é pós-graduado em Economia, pela Universidade de Harvard, também nos Estados Unidos. É sócio co-fundador e responsável pela área de *private equity* do Pátria Investimentos S.A. É, ainda, Presidente do Conselho de Administração da Anhanguera Educacional S.A., desde 2005. Foi sócio responsável pelo desenvolvimento e execução da área de *private equity* do Banco Patrimônio S.A., além de Diretor Presidente e Diretor Financeiro da Drogasil S.A. Foi ainda Vice-Presidente do JPMorgan Investment Bank, além de atuar nas divisões de finanças corporativas e fusões e aquisições desta mesma instituição.

Luiz Roberto Novaes Mattar. O Sr. Luiz Roberto Novaes Mattar foi membro do Conselho de Administração da TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 18 de agosto de 1963, cursou Engenharia Civil na Universidade Presbiteriana Mackenzie. É sócio-fundador da Telefutura. Antes de fundar a Telefutura, o Sr. Luiz Mattar foi tenista profissional e ocupou o *ranking* de 27° melhor tenista do mundo, conquistou 12 títulos da Associação de Tenistas Profissionais, participou das Olimpíadas de Barcelona e Seul, e integrou a equipe brasileira da Copa Davis. Foi, ainda, um dos sócios fundadores de uma das primeiras micro cervejarias do Brasil, Dado Bier.

Naldilei Zumpano. O Sr. Naldilei Zumpano foi membro do Conselho de Administração da TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 5 de janeiro de 1964, graduou-se em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Contábeis de Rio Claro (FACCO). Desde 2000, atua como Diretor Financeiro da VNN, empresa integrante do Grupo Votorantim. Foi ainda Gerente de Controladoria do Banco SulAmérica S.A. e Diretor Executivo da Brasilpar Ltda.

Elton Flávio Silva de Oliveira. O Sr. Elton Flávio Silva de Oliveira foi membro do Conselho de Administração de TTS de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

novamente membro do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 25 de abril de 1975, graduou-se em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e é pós-graduado em Administração de Empresas, também pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, e em Direito do Consumidor, Ambiental e Processos Coletivos, pela Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP). Desde 2005, é Gerente Jurídico da VNN, sendo anteriormente advogado sênior da Votorantim Celulose e Papel S.A., empresa do Grupo Votorantim.

Fernando de Castro Reinach. O Sr. Fernando de Castro Reinach é membro de nosso Conselho de Administração desde 25 de agosto de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 3 de abril de 1956, graduou-se em biologia pela Universidade de São Paulo (USP). É pós-graduado também pela USP e obteve seu PhD na Cornell University Medical College. Foi professor titular da USP, Secretário do Desenvolvimento Científico do Ministério de Ciência e Tecnologia e é membro da Academia Brasileira de Ciências. É Diretor Executivo da VNN desde 2001. Como gestor do fundo de capital de risco da VNN, montou e presidiu as empresas Alellyx e Canavialis das quais também foi Presidente do Conselho de Administração até sua venda para a Monsanto em 2008. É membro do *Board of Directors* da Amyris e da Moksha8, empresas de biotecnologia com sede nos EUA. Antes de ocupar seu cargo na VNN, fundou em 1990 a Genomic Engenharia Molecular, um dos primeiros laboratórios a oferecer testes de paternidade por DNA no Brasil. Em 1999 fundou a .comDominio, uma empresa de *datacenters* na qual ocupou o cargo de Diretor de TI. Entre 1996 e 2001 idealizou e foi um dos coordenadores do Projeto Genoma Brasileiro.

Maurizio Mauro. O Sr. Maurizio Mauro é membro independente de nosso Conselho de Administração desde 25 de agosto de 2009 e foi reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 6 de maio de 1949, graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas e é pós-graduado em *Corporate Finance* pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. O Sr. Maurizio Mauro é sócio da TTLM Gestão e Participações, empresa com atividades em investimentos em ativos não líquidos. Entre 2001 e 2005, o Sr. Maurizio Mauro foi CEO do Grupo Abril, um dos maiores grupos de mídia do Brasil, e entre 1998 e 2001 trabalhou na Booz Allen Hamilton, chegando a ocupar o cargo de *country head.* O Sr. Maurizio Mauro é membro de conselho de administração de diversas empresas, entre elas Tecnisa S.A., Dufry S.A., Banco Pine S.A. e Droga Raia S.A.

Suplentes

Eraldo Dante de Paola. O Sr. Eraldo Dante de Paola foi membro suplente do Sr. Luiz Roberto Novaes Mattar como membro do Conselho de Administração da TTS, de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro suplente do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 6 de dezembro de 1952, graduou-se em Engenharia pela Universidade do Estado da Guanabara e cursou mestrado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e MBA, pela *New York University,* em Nova York, nos Estados Unidos. Em 1999, foi um dos fundadores da Telefutura. Foi também Vice-Presidente da área de *Customer* Services do Banco Citibank S.A. e Diretor Geral de Vendas a Pessoas Físicas do Banco Nacional S.A. Ver "-Processos Judiciais e Administrativos Envolvendo Nossos Administradores", na página 154 deste Prospecto.

Marco Nicola D'Ippolito. O Sr. Marco Nicola D'Ippolito foi suplente do Sr. Alexandre Teixeira de Assumpção Saigh como membro do Conselho de Administração da TTS, de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro suplente do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 2 de setembro de 1976, graduou-se em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e é mestre em Administração de Empresas pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Desde 2007, é sócio do Pátria

02.02 - EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADMINISTRAÇÃO E FISCAL) E DIRETOR

Investimentos S.A., sendo responsável por novos negócios na divisão de *private equity*. Foi gestor de carteira de *private equity* para um dos maiores *family offices* do Brasil, além de trabalhar no Banco CCF Brasil S.A.

Ricardo Gonçalves da Costa. O Sr. Ricardo Gonçalves da Costa foi suplente dos membros titulares indicados pelo Grupo Votorantim como membro do Conselho de Administração da TTS, de 31 de julho de 2007 até 31 de janeiro de 2009, quando a TTS foi incorporada por nós. Foi eleito novamente membro suplente do nosso Conselho de Administração em 2 de março de 2009 e reeleito em 4 de setembro do mesmo ano. Nascido em 21 de novembro de 1981, graduou-se em Administração de Empresas, pela Fundação Getúlio Vargas (FGV - EAESP). Desde 2005, é analista de negócios na VNN. Foi também analista na área de consultoria econômico-financeira da BDO-Trevisan.

Informações Biográficas dos Diretores

(exceto os Srs. Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola, que compõem o Conselho de Administração)

José João Trigo. O Sr. José João Trigo é nosso Diretor Administrativo-Financeiro desde 15 de agosto de 2007. Nascido em 18 de março de 1955, graduou-se em Administração de Empresas pela Faculdade São Luiz e cursou MBA Executivo em Finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC). Ingressou no Grupo Votorantim em 2000, sendo *controller* e gerente geral de tesouraria da Votorantim Celulose e Papel S.A. até 2006. Antes de ingressar no Grupo Votorantim, atuou em outras empresas como Nestlé, Unilever e Grupo Louis Dreyfus.

Edson Hiroshi Matsubayashi. O Sr. Edson Hiroshi Matsubayashi é nosso Diretor de Relações com Investidores desde 5 de agosto de 2009, cumulando o cargo de Diretor de Desenvolvimento Corporativo. Nascido em 23 de outubro de 1974, graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (FGV-EAESP) e possui MBA pela The University of Chicago. Ingressou na Tivit como Diretor de Soluções de Negócios em julho de 2007. Foi analista de negócios sênior na VNN entre 2004 e 2007. Foi também consultor sênior da empresa de consultoria estratégica The Boston Consulting Group.

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
AGE	04/09/2009	12	0	SIM	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS
	30/08/2009

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
NÃO	0	0,00	0	0,00	0	0,00

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001	Tivit Tecnologia da Informação S.A.	03.461.300-0001/66	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
47.805.378	53,72	0	0,00	47.805.378	53,72	30/01/2009	SIM	SIM

15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	15/3 - % PREFERENCIAIS

001	Tivit Tecnologia da Informação S.A.	03.461.300-0001/66	Brasileira	SP
47.805.378	53,72	0	0,00	47.805.378	53,72	30/01/2009	SIM	SIM

002	Lit Tele LLC	05.716.355-0001/03	Norte Americana	
16.001.088	17,98	0	0,00	16.001.088	17,98	30/01/2009	SIM	SIM

003	Pátria FIP	05.145.646-0001/80	Brasileira	SP
11.033.638	12,40	0	0,00	11.033.638	12,40	30/01/2009	SIM	SIM

004	Luiz Roberto Novaes Mattar	072.672.558-76	Brasileira	SP
8.899.380	10,00	0	0,00	8.899.380	10,00		SIM	SIM

005	Eraldo Dante de Paola	441.252.087-00	Brasileira	RJ
4.102.620	4,61	0	0,00	4.102.620	4,61		SIM	SIM

006	Paulo Henrique de Oliveira Santos	034.880.428-80	Brasileira	SP
160.189	0,18	0	0,00	160.189	0,18		NÃO	

007	Naldilei Zumpano	046.590.248-06	Brasileira	SP
53.401	0,06	0	0,00	53.401	0,06		NÃO	

008	Alexandre Teixiera de Assumpção Saigh	116.834.178-79	Brasileira	SP
1	0,00	0	0,00	1	0,00		NÃO	

009	Elton Flávio Silva de Oliveira	174.322.408-76	Brasileira	SP
1	0,00	0	0,00	1	0,00		NÃO	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	15/3 - % PREFERENCIAIS						
010	Marco Nicola D'Ippolito	267.642.998-11	Brasileira	SP
1	0,00	0	0,00	1	0,00		NÃO	
011	Ricardo Gonçalves da Costa	222.000.038-97	Brasileira	SP
1	0,00	0	0,00	1	0,00		NÃO	
012	Maurizio Mauro	221.898.588-87	Brasileira	SP
1	0,00	0	0,00	1	0,00		NÃO	
996	Fernando de Castro Reinach	052.720.088-39	Brasileira	SP
160.189	0,18	0	0,00	160.189	0,18		NÃO	NÃO
997	AÇÕES EM TESOURARIA			
0	0,00	0	0,00	0	0,00			
998	OUTROS			
774.240	0,87	0	0,00	774.240	0,87			
999	TOTAL			
88.990.128	100,00	0	0,00	88.990.128	100,00			

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001	Tivit Tecnologia da Informação S.A.	30/01/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001	Votorantim Participações S.A.	61.082.582-0001/97	Brasileira	SP
001002	Outros			
001999	TOTAL			

1 - ITEM	6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
001001	0	99,99	0	0,00	0	99,99	06/08/2009
001002	0	0,01	0	0,00	0	0,01	
001999	0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001001	Votorantim Participações S.A.	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001	Hejoassu Administrações S.A.	61.194.148-0001/07	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	98,58	0	0,00	0	98,58	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001002	Outros			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	1,42	0	0,00	0	1,42	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001001001	Hejoassu Administrações S.A.	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001001	JEMF Participações S.A.	05.062.394-0001/26	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	25,00	0	0,00	0	25,00	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001002	AEM Participações S.A.	05.062.403-0001/89	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	25,00	0	0,00	0	25,00	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001003	ERMAN Participações S.A.	05.062.376-0001/44	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	25,00	0	0,00	0	25,00	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001004	MRC Participações S.A.	05.062.355-0001/29	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	25,00	0	0,00	0	25,00	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001001001001	JEMF Participações S.A.	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001001001	José Ermírio de Moraes Neto		Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	33,33	0	0,00	0	33,33	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001001002	José Roberto Ermírio de Moraes	029.080.178-81	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	33,33	0	0,00	0	33,33	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001001003	Neide Helena de Moraes		Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	33,33	0	0,00	0	33,33	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001001004	Outros			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	0,01	0	0,00	0	0,01	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001001999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001001001002	AEM Participações S.A.	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001002001	Antônio Ermirio de Moraes		Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001002999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001001001003	ERMAN Participações S.A.	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001003001	Ermírio Pereira de Moraes		Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001003999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001001001004	MRC Participações S.A.	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001004001	Maria Helena Moraes Scripilliti		Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001001001004999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002	Lit Tele LLC	30/01/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
002001	Votorantim Novos Negócios Ltda.		Brasileira	SP
002999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	06/08/2009
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002001	Votorantim Novos Negócios Ltda.	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
002001001	Votorantim Participações S.A	61.082.582-0001/97	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	99,99	0	0,00	0	99,99	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
002001002	Outros			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	0,01	0	0,00	0	0,01	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
002001999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
002001001	Votorantim Participações S.A	06/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
003	Pátria FIP	30/01/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
003001	Arthur Brandi Mascioli	001.460.998-34	Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	58,36	0	0,00	0	58,36	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
003002	Adalmiro Dellape Baptista		Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	13,62	0	0,00	0	13,62	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
003003	Antonio Carlos de Freitas Valle		Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	8,95	0	0,00	0	8,95	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
003004	John George de Carle Gottheiner		Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	5,45	0	0,00	0	5,45	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
003005	Lotário Heilbrunn Krause		Brasileira	SP

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	5,45	0	0,00	0	5,45	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
003006	Outros			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	8,17	0	0,00	0	8,17	

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
003999	TOTAL			

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.
0	100,00	0	0,00	0	100,00	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

04.01 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

1 - Data da Última Alteração: 04/09/2009

2- ITEM	3 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	4 - NOMINATIVA OU ESCRITURAL	5 - VALOR NOMINAL (Reais)	6 - QTD. DE AÇÕES (Unidades)	7 - SUBSCRITO (Reais Mil)	8 - INTEGRALIZADO (Reais Mil)
01	ORDINÁRIAS	NOMINATIVA		88.990.128	260.675	260.675
02	PREFERENCIAIS			0	0	0
03	PREFERENCIAIS CLASSE A			0	0	0
04	PREFERENCIAIS CLASSE B			0	0	0
05	PREFERENCIAIS CLASSE C			0	0	0
06	PREFERENCIAIS CLASSE D			0	0	0
07	PREFERENCIAIS CLASSE E			0	0	0
08	PREFERENCIAIS CLASSE F			0	0	0
09	PREFERENCIAIS CLASSE G			0	0	0
10	PREFERENCIAIS CLASSE H			0	0	0
11	PREFER. OUTRAS CLASSES			0	0	0
99	TOTAIS			88.990.128	260.675	260.675

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Unidades)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	14/05/2007	39.356	38.356	Incorporação de Empresas	0	0,0000000000
02	30/05/2007	39.361	5	Subscrição Particular em Dinheiro	50.626	0,1000000000
03	30/04/2008	40.014	653	Incorporação de Empresas	0	0,0000000000
04	25/08/2008	47.014	7.000	Subscrição Particular em Dinheiro	230.339	30,3900000000
05	30/10/2008	54.414	7.400	Subscrição Particular em Dinheiro	228.113	32,4400000000
06	30/10/2008	69.414	15.000	Subscrição Particular em Dinheiro	462.392	32,4400000000
07	30/01/2009	260.675	191.261	Incorporação de Empresas	5.444.374	35,1300000000

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Unidades)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Unidades)
01	04/09/2009			7.415.844	88.990.128

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Unidades)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
44.495.064	0	04/09/2009

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Unidades)
01	ORDINÁRIAS		44.495.064

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
001	31/12/2008	13.782	DIVIDENDO	AGO	30/04/2009	ORDINÁRIA		3.273	0,4413997988	0

12.1 - VALOR DISTRIBUÍDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO
0,0000000000	0,0000000000		0,0000000000		

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		100,00	NÃO		PLENO	100,00		
		0,00	0,00000						

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
04/09/2009	25,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
NÃO	6.000	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2008

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2007

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

4 - ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	200	0	2.155
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	0	0	1.115
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	4.141	0	64
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	8.455	0

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Nossa História

Possuímos uma história marcada por empreendedorismo, crescimento e sucesso. Obtivemos significativo êxito por meio da expansão da nossa escala operacional e da ampliação de nossa oferta de serviços. Nos últimos 10 anos, desenvolvemos novas competências e fizemos aquisições que contribuíram para a ampliação de nosso escopo de atuação.

Resultamos da combinação de duas outras empresas: Telefutura e Optiglobe. A Telefutura foi fundada em 1998 por um grupo de empreendedores como uma prestadora de serviços de BPO, especialmente nas indústrias de serviços financeiros e serviços públicos. Em 2001, o Grupo Votorantim tornou-se acionista e passou a aplicar modernas ferramentas e práticas de gestão e estritos princípios de governança corporativa. Em 2006, o Pátria Investimentos tornou-se acionista da Telefutura, contribuindo para fortalecer os princípios de governança corporativa e as iniciativas de fusões e aquisições e mercado de capitais. Nossa Administração, cultura, perfil e modelo de negócios foram influenciados pelos nossos acionistas financeiros. Com o passar dos anos, o modelo de negócios da Telefutura evoluiu de uma prestadora de serviços isolados de BPO para uma companhia de múltiplos processos de BPO, desenvolvendo e realizando atividades de maior complexidade.

A Optiglobe foi fundada em 1999 como uma prestadora de serviços de infra-estrutura de TI. Em 2002, o Grupo Votorantim adquiriu 100,0% das ações da Optiglobe, transformando seu modelo de negócios em uma prestadora de serviços completos de terceirização de TI. Em 2005, a Proceda, uma prestadora de serviços de infra-estrutura de TI e especializada em processamento mainframe e de serviços de BPO, integrante do Grupo Votorantim desde 2004, foi incorporada à Optiglobe, criando uma plataforma unificada e integrada de infra-estrutura de TI e serviços de BPO. Todas funções e back-offices operacionais, comerciais e administrativos foram integradas. Já em 2005, a nova empresa surgida desta fusão começou a operar sob uma marca e entidade legal unificadas chamada de Tivit Tecnologia, uma prestadora de serviços integrados de BPO e TI, que buscava estender a abrangência dos serviços de TI e entrar em novos segmentos do mercado de BPO.

Tanto a Tivit Tecnologia quanto a Telefutura evoluíram em seus modelos de negócios, compartilhando culturas semelhantes e direções estratégicas. Em 20 de abril de 2007, entendendo que os modelos de negócio de ambas as empresas eram altamente complementares e que, juntas, as empresas estariam melhor posicionadas para competir nas indústrias de serviços de BPO e de TI, a Tivit Tecnologia, a Telefutura e seus respectivos acionistas celebraram um contrato de associação para unir as atividades da Tivit Tecnologia e da Telefutura, formando uma companhia integrada de prestação de serviços de BPO e TI. Em 2007, as plataformas de BPO e TI pertencentes às duas companhias foram combinadas, com significativo ganho de escala. Também foram integrados os back-offices comerciais, de recursos humanos, finanças, contabilidade e administrativos das duas companhias. Em julho de 2007, adquirimos a Softway, uma plataforma de BPO especializada na gestão de recebíveis e cobrança. Durante o segundo semestre de 2007, tais operações foram integradas às nossas plataformas de BPO e iniciamos nossos esforços de *cross-selling* de gestão de recebíveis em nossa base de clientes. Em maio de 2008, adquirimos a Open Concept, uma companhia especializada em software de processamento de alto volume e de Soluções Críticas para transações financeiras. Em dezembro de 2008, a Open Concept já estava completamente integrada à nossa divisão de TI e as competências técnicas da Open Concept foram fundamentais para que conquistássemos um de nossos maiores e mais recentes contratos, celebrado em 2008 com a Câmara Interbancária de Pagamentos, por meio do qual todo o processo de emissão e gestão de boletos bancários do cliente está sendo automatizado, integrando mais de 120 bancos e reduzindo sensivelmente o manuseio de papel.

Em abril de 2007, incorporamos a Telefutura, nossa controladora na ocasião.

Em junho de 2007, Lit Tele, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP (por meio de sua controlada Varanasi) e Profill contribuíram ao capital social da TTS a totalidade de suas

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

participações na Companhia, com base em laudos contábeis em 31 de maio de 2007, de forma que passamos a ser controlados pela TTS e referidos acionistas receberam ações da TTS em troca da participação que detinham na Companhia.

Em julho de 2007, a Tivit Tecnologia contribuiu ao capital social da TTS parte do seu acervo, incluindo os ativos operacionais, com base no valor contábil de 30 de junho de 2007. A Tivit Tecnologia permaneceu com o seu saldo de disponibilidades em 30 de junho de 2007, bem como com o saldo de impostos a pagar, parte do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos e as provisões para contingências. Ainda, a Tivit Tecnologia obrigou-se contratualmente a responder por eventuais contingências fiscais, trabalhistas e previdenciárias relativas às atividades desenvolvidas até junho de 2007, que sejam conhecidos até a data de realização da Oferta.

Ainda em julho de 2007, adquirimos a totalidade do capital social da Softway, uma das dez maiores empresas de BPO do Brasil, pelo valor de R$91,50 milhões, consolidando nossa posição de liderança no mercado de BPO, reforçando nossa atuação no segmento de cobrança, bem como aprofundando nossa presença em cidades fora do eixo Rio-São Paulo, que apresentam condições de mão-de-obra mais atraentes.

Em 31 de dezembro de 2007, incorporamos a Varanasi, tendo em vista que referida empresa não possuía bens relevantes além de sua participação societária na Companhia. Ainda em 31 de dezembro de 2007, incorporamos nossa controlada, Tivit Locação de Equipamentos Ltda., com o intuito de otimizar o desenvolvimento de nossas atividades operacionais.

Em 5 de maio de 2008, adquirimos 100,0% do capital social da Open Concept Serviços que, por sua vez, detinha 100,0% do capital social da Open Concept Tecnologia, pelo valor total de R$2,50 milhões. Incorporamos tais sociedades em 30 de junho de 2008. Uma vez que o acervo líquido de tais sociedades já estava refletido no nosso patrimônio líquido, não houve nenhuma emissão de ações ou aumento de capital em decorrência de tais incorporações. O objetivo dessa aquisição foi aumentar a exportação de serviços e o desenvolvimento de sistemas, bem como agregar o *know how* em projetos de sistemas transacionais críticos de alto volume e alta disponibilidade.

Em maio de 2008, a TTS constituiu a Tivit USA em Delaware, Estados Unidos, que passou a ser nossa controlada incorporarmos a TTS, em janeiro de 2009. A Tivit USA poderá ser utilizada como um veículo para implementação da nossa estratégia de internacionalização.

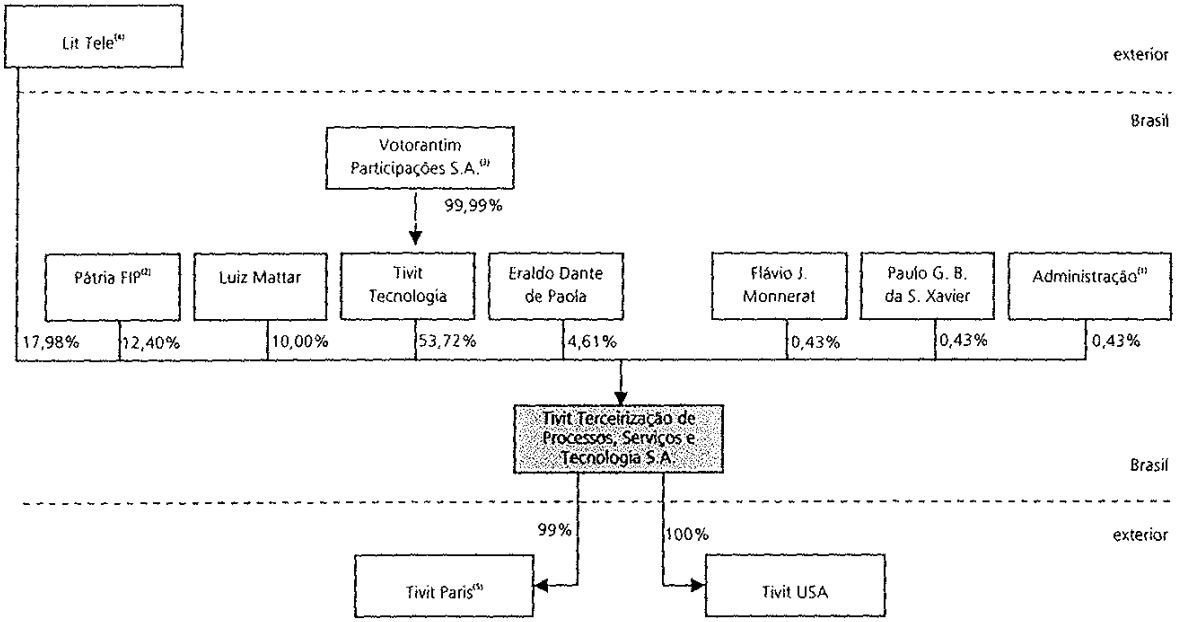
Em junho de 2008, incorporamos a Softway, para otimização de resultados e aproveitamento de sinergias, sem aumento do nosso capital social, uma vez que a totalidade do acervo líquido da Softway já estava refletida no nosso patrimônio líquido.

Em janeiro de 2009, incorporamos nossa controladora, TTS. Como consequência, todas as ações de nossa emissão foram canceladas, reemitidas e conferidas aos antigos acionistas da TTS, à proporção da participação por eles antes detida em tal companhia. Dessa forma, o nosso capital social passou a ter sua atual distribuição.

Em janeiro de 2009, constituímos a Tivit Paris, sendo 99,0% de seu capital social detido por nós e 1,0% detido por Luiz Roberto Novaes Mattar.

Apresentamos abaixo organograma de nossa estrutura societária atual.

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA



(1) Exclui os Srs. Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola. Para maiores informações sobre a quantidade de ações detidas pelos membros de nossa Administração, veja a seção "Administração", na página 147 deste Prospecto.

(2) Os Srs. Arthur Brandi Mascioli, Adalmiro Dellape Baptista, Antonio Carlos de Freitas Valle, John George de Carle Gottheiner e Lotário Heilbrunn Krause possuem, respectivamente, 58,36%, 13,62%, 8,95%, 5,45% e 5,45% das quotas do Pátria FIP.

(3) A Votorantim Participações S.A. é diretamente controlada pela Hejoassu Administração S.A., que detém 98,58% de seu capital social. A Hejoassu Administração S.A. é diretamente controlada por JEMF Participações S.A., AEM Participações S.A., ERMAN Participações S.A. e MRC Participações S.A. que detêm, cada uma, 25% do seu capital social. A JEMF Participações S.A. é diretamente controlada pelos Srs. José Ermírio de Moraes Neto, José Roberto Ermírio de Moraes e Neide Helena de Moraes, que detêm, cada um, 33,33% do capital social. A AEM Participações S.A. é diretamente controlada pelo Sr. Antônio Ermírio de Moraes, que detém 100% de seu capital social. A ERMAN Participações S.A. é diretamente controlada pelo Sr. Ermírio Pereira de Moraes, que detém 100% de seu capital social. A MRC Participações S.A. é diretamente controlada pela Sra. Maria Helena Moraes Scripilliti, que detém 100% de seu capital social.

(4) A Lit Tele é indiretamente controlada pela Votorantim Participações S.A., que detém 99,99% de seu capital social.

(5) A Tivit Paris, localizada em Paris, na França, é 1% detida pelo Sr. Luiz Roberto Novaes Mattar.

Grupo Votorantim e Pátria Investimentos

Votorantim Novos Negócios

Votorantim Novos Negócios Ltda. é o braço de investimentos do Grupo Votorantim, focado em biotecnologia, exploração mineral e terceirização de serviços. O Grupo Votorantim é o maior grupo privado brasileiro, segundo a revista Exame (Exame – 100 Maiores Grupos, edição de junho de 2009), com R$40,80 bilhões em vendas líquidas em 2008 e EBITDA de R$7,30 bilhões de acordo com o relatório da administração e demonstrações financeiras publicadas em 30 de abril de 2009 e presentes no *website* do grupo (http://www.votorantim.com.br/). O Grupo Votorantim está presente em mais de 100 cidades brasileiras, com unidades em 17 países, gerenciando negócios de capital intensivo e tecnologia de ponta. Com aproximadamente 60 mil funcionários, o Grupo Votorantim tem operações nos mercados de cimento e concreto, mineração e metalurgia (alumínio, aço, níquel e zinco), papel e celulose, suco de laranja concentrado, indústria química, auto-geração de energia elétrica e no setor financeiro com o Banco Votorantim S.A.

09.01 - BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA

Fundado em 1918, o Grupo Votorantim é um grupo de controle familiar, agora em sua terceira geração. Foi reconhecido pela IMD Business School e pelo Lombard Odier Darier Hentsch Bank como o melhor grupo de controle familiar do mundo em 2005. O Grupo Votorantim também faz parte do seleto grupo de empresas brasileiras classificadas pelas três principais agências de *rating* do mundo: Standard & Poor's, Fitch Ratings e Moody's.

Pátria Investimentos

O Pátria Investimentos é uma das principais empresas de gestão de ativos alternativos e assessor financeiro do Brasil, com mais de R$4,60 bilhões de ativos sob gestão. É especializado na gestão de fundos de *private equity*, de *real estate*, de infra-estrutura, de *hedge funds* e também atua como assessor em fusões e aquisições, reestruturações e finanças corporativas.

O Pátria Investimentos é formado por um time de investimento altamente comprometido, sob o comando de 16 sócios e mais de 130 profissionais, que combinam 140 anos de experiência em gestão empresarial e em transações financeiras.

Desde o início de suas atividades em *private equity*, em 1994, o Pátria Investimentos investiu em 12 empresas e realizou mais de 90 transações. Entre as empresas do seu portfólio estão a Anhanguera Educacional, o maior grupo de ensino superior do Brasil; e a Zatix, a maior empresa de rastreamento, monitoramento e recuperação de veículos da América Latina.

Informações sobre nossa constituição

Fomos constituídos em 20 de outubro de 2004, sob a denominação social de Barjols Participações Ltda., com um capital social de R$100,00, dividido em 100 quotas, detidas pelo Sr. Alexandre Gossn Barreto, detentor de 99 quotas, e pelo Sr. Roberto Barrieu, detentor de 1 quota. Fomos mantidos inoperantes até 02 de março de 2006, data na qual nossos então sócios transferiram a totalidade de suas quotas aos Srs. Luiz Roberto Novaes Mattar (1 quota), Cassio Varella Motta (1 quota), José Carlos Macedo dos Santos (1 quota), BancBoston Investments Telefutura Holdings (1 quota), Lit Tele LLC (1 quota) e Telefutura Centrais de Atendimentos S.A. (95 quotas). Na mesma data, nossa denominação social foi alterada para Telefutura Atendimentos Telefônicos Ltda. e nosso capital social foi aumentado em R$0,9 milhão, sendo tal aumento totalmente subscrito e integralizado pela Telefutura Centrais de Atendimentos S.A.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Visão Geral

Acreditamos ser a companhia brasileira líder na prestação de serviços integrados de BPO e de TI na América Latina. Os nossos serviços de BPO consistem na terceirização e gestão de processos críticos, que tipicamente envolvem atividades operacionais, comerciais, financeiras, dentre outras, de forma a permitir que nossos clientes se concentrem em suas atividades fim. Os serviços de BPO que prestamos aos nossos clientes normalmente envolvem o acompanhamento e gestão de atividades que são intensivas em pessoas, processos e tecnologia, como, por exemplo, atividades de pós-venda, controle de processos logísticos, organização e armazenagem de informações transacionais, serviços de atendimento ao consumidor e cobrança, entre outras. Nossa divisão de TI é responsável pelo planejamento, desenvolvimento, integração e manutenção das infra-estruturas de TI de nossos clientes, oferecendo, dentre outros, serviços de processamento de contas, armazenamento de dados, processamento *mainframe*, serviços integrados de *help desk* e *field services*, autorização e processamento de transações, e gerenciamento de aplicativos relacionados ao ERP. Acreditamos contar com uma das maiores plataformas de BPO e TI da América Latina, com mais de 23.000 funcionários e 15 unidades operacionais no Brasil, incluindo dois *datacenters* Nível 5. Um dos nossos principais diferenciais é que as nossas divisões de BPO e TI trabalham de forma integrada, buscando criar soluções customizadas que gerem valor para nossos clientes. Somos especializados na prestação de serviços e soluções para diversos segmentos de negócio, incluindo serviços financeiros, seguros, serviços públicos e indústrias de bens de consumo, entre outros.

Devido à natureza dos serviços que prestamos, um alto grau de confiança e cooperação é estabelecido entre nós e nossos clientes, sejam eles empresas brasileiras ou grandes multinacionais com operações no Brasil. Acreditamos ser vistos pelos nossos clientes como uma extensão de suas áreas de negócios e parceiros estratégicos na terceirização de suas atividades. Elaboramos soluções personalizadas e inovadoras para seus negócios por meio do desenvolvimento, implementação e gerenciamento de atividades críticas de BPO e TI. Oferecemos aos nossos clientes soluções que apresentam resultados tangíveis, verificados por meio da redução de custos, aumento da eficiência de processos e melhoria no nível de serviços. A satisfação e confiança de nossos clientes nos serviços que prestamos é evidenciada pela relação contratual de longo prazo que possuímos com eles e também pelo baixo *Churn* de nosso portfólio. Como resultado, estas características nos propiciam um fluxo estável e previsível de receitas, sendo que 90,8% das nossas receitas no primeiro semestre de 2009 foram decorrentes de contratos com prazo de pelo menos 24 meses.

Acreditamos que a nossa habilidade para gerenciar pessoas, processos e tecnologias de maneira eficiente é a principal razão para a manutenção do nosso modelo diferencial de negócios e impulsiona o forte crescimento de nossas operações, resultando em consistente geração de caixa.

Nossa receita líquida de 2008 foi de R$866,59 milhões, de R$524,84 milhões em 2007 e de R$201,67 milhões em 2006. A receita líquida de 2006 da Tivit Tecnologia, cujos ativos foram integralizados em julho de 2007 numa sociedade que posteriormente foi incorporada por nós (em janeiro de 2009), foi de R$275,17 milhões. Já a receita líquida da Softway em 2006 (adquirida por nós em julho de 2007 e incorporada por nós em junho de 2008) foi de R$120,81 milhões. O nosso crescimento médio anual entre 2006 e 2008 foi significativamente superior ao crescimento médio anual do mercado brasileiro de BPO e de TI no mesmo período de acordo com o IDC. O crescimento da nossa receita líquida reflete, entre outros fatores, o efeito de nossos esforços focados em *cross-selling* e na celebração de novos contratos. Nossa Margem de EBITDA Ajustado de 2008 foi de 18,0%, representando um

aumento de 2,6 ponto percentual sobre a Margem de EBITDA Ajustado de 2006, que foi de 15,4%. A Margem de EBITDA Ajustado de 2006 da Tivit Tecnologia foi de 14,7% e da Softway foi de 3,3%. Acreditamos que o aumento da nossa Margem de EBITDA Ajustado demonstra a significativa capacidade de gestão e escalabilidade do nosso modelo de negócios, bem como a nossa capacidade de integrar as atividades e melhorar a rentabilidade das empresas que adquirimos. Em 30 de junho de 2009, nossa carteira era composta por mais de 900 clientes. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, nosso maior cliente representou 13,5% de nossa receita total bruta, ao passo que nossos dez maiores clientes representaram 63,3% de nossa receita nesse período. Entre nossos maiores clientes estão grandes companhias internacionais e brasileiras.

A tabela abaixo apresenta algumas de nossas informações financeiras para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008	**Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008**	**Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009**
	(Combinado)		(Consolidado)
	(em R$ milhões, exceto percentuais)		
Informações financeiras:			
Receita líquida de serviços	866,59	419,02	452,23
BPO	462,59	226,39	255,17
TI	404,00	192,63	197,06
Lucro bruto	179,76	76,16	98,31
Lucro líquido	13,96	8,81	21,73
Outras informações:			
EBITDA	151,91	73,73	78,34
EBITDA Ajustado	155,56	73,73	78,34
Margem EBITDA Ajustado[(1)]	18,0%	17,6%	17,3%

A tabela abaixo apresenta a distribuição percentual de nossa receita bruta entre os principais setores da economia representados pelos nossos clientes para os períodos indicados:

Percentual da Receita Bruta por Setor

Setor	**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008**	**Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008**	**Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009**
	% da Receita Bruta		
Cartões	28,7%	29,1%	30,1%
Bancos e Seguradoras	31,0%	30,7%	32,8%
Indústria	16,3%	17,1%	12,4%
Saúde, Varejo, Logística e *Agribusiness*	12,6%	11,9%	10,8%
Serviços Públicos	10,6%	10,4%	13,5%
Outros	0,9%	0,8%	0,5%

Total	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Endividamento

Nosso saldo de empréstimos e financiamentos apresentava a seguinte composição, em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006:

	Encargos financeiros	Em 30 de junho de 2009	Em 31 de dezembro de 2008	2007	2006
		(consolidado) (em R$ milhões)	(combinado)		
Banco ABN AMRO Real S.A.	104,5% CDI	131,06	124,03	120,03	–
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social – BNDES	9,55% a.a.	6,28	7,94	9,90	–
Banco do Brasil S.A	101% do CDI	27,16	25,75	–	–
Arrendamento mercantil a pagar	103,7% CDI	42,32	57,45	58,02	2,15
Outros	–	–	–	–	–
Total		**206,81**	**215,17**	**187,95**	**2,15**
Parcela do circulante		189,81	67,49	160,73	1,63
Parcela do não circulante		17,00	147,68	27,22	0,52

A composição da parcela de empréstimos e financiamentos não circulante, em 30 de junho de 2009, por ano de vencimento, pode ser assim demonstrada:

Ano de vencimento	Em 30 de junho de 2009
	(em R$ milhões)
2010	16,58
2011	0,42
Total	**17,00**

Obrigações Contratuais

Além das obrigações financeiras mencionadas na discussão acima sobre nosso endividamento, nossas obrigações contratuais, em 30 de junho de 2009, encontram-se resumidas na tabela abaixo:

Tipo de obrigação	Parte	Valor de despesa no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009	Vigência
		(em R$ milhões)	

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Energia elétrica.....	Light Serviços de Eletricidade S.A.	1,99	Início 14/11/2002, prorrogável automaticamente
	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	6,78	Início em 11/2006, prorrogável automaticamente
	Bandeirantes Energia S.A.	0,19	01/03/2006 a 01/03/2011
	Cia Piratininga de Força e Luz – CPFL	0,21	Início em 04/12/07, prorrogável automaticamente
	Celesc Distribuição S/A	0,18	Início em 09/2005, prorrogável automaticamente
Telefonia.....	Diversos	10,43	Diversos
Transmissão e entrega de sinais digitais.....	Diversos	7,41	Diversos
Licenças de uso de software e manutenção	BMC	0,37	01/10/2006 a 31/12/2011
	Computer Associates	6,33	31/03/2006 a 31/03/2012
	IBM	7,52	Diversos
	Diversos	12,14	Diversos
Aluguel de imóveis.....	Diversos	10,68	Diversos
Total.....		**64,23**	

A Indústria

A globalização da economia mundial elevou consideravelmente o nível de competição entre as empresas em praticamente todos os mercados. Devido aos avanços tecnológicos e das telecomunicações, as companhias passaram a competir em escala global. Para permanecerem competitivas, as empresas tiveram que aumentar seus níveis de eficiência, concentrando esforços nas suas atividades principais e terceirizando processos e atividades de suporte. Nesse sentido, a globalização tem desempenhado papel fundamental para os setores de BPO e TI, que compreendem atividades terceirizadas de suporte aos negócios das empresas, tais como o planejamento, desenho e gerenciamento de infra-estrutura e processos tecnológicos.

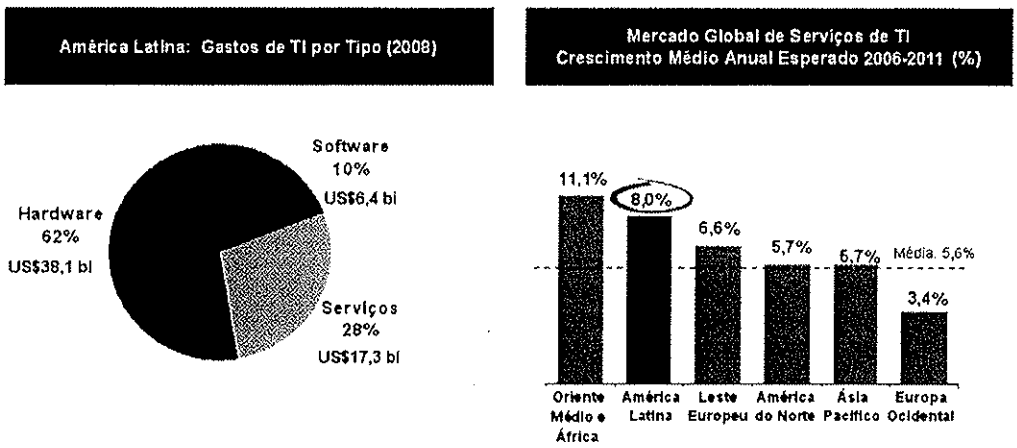
A prestação do serviço de BPO consiste na contratação de serviços de terceiros para gerenciar uma função ou processo dentro do negócio do cliente, como por exemplo, processamento de ocorrências, administração e gerenciamento de clientes, enquanto a terceirização de funções de TI inclui o planejamento, desenho e gerenciamento da estratégia de TI de uma companhia e da infra-estrutura necessária para suportar operações de missão crítica.

A necessidade das empresas por um gerenciamento intensivo de custos para se manterem competitivas tem se intensificado com a desaceleração da economia mundial, principalmente a partir de meados de 2008, e o atual cenário de incerteza, fazendo com que as empresas elevem de maneira estratégica o grau de terceirização de suas atividades. Os serviços de BPO representam uma importante área de crescimento no mercado de terceirização, dado que a demanda de clientes por serviços de natureza estratégica cresce em detrimento da demanda por serviços de terceirização focados unicamente na redução de custos. Além do crescimento individual dos setores, foi identificado ainda um crescimento na

integração da prestação de serviços de BPO e TI, evidenciada, segundo Gartner (dezembro de 2008), pelo crescimento no número de contratos com oferta integrada de serviços de BPO e TI em 2007 e 2008. Este é um importante indicador que valida a estratégia de fornecedores de oferecer serviços de maneira integrada e abrangente e o crescimento da demanda de clientes por soluções completas que estejam presentes em todas as fases de determinados processos. Consequentemente, acreditamos que empresas que forneçam soluções integradas de BPO e TI terão posicionamento privilegiado junto a seus clientes.

O mercado global estimado para esses serviços de BPO e TI em 2008 foi de US$1,15 trilhão, de acordo com o IDC, e é esperada uma taxa de crescimento médio anual de 7,5% até 2013.

A América Latina tem crescentemente se inserido nesse cenário como um mercado importante para serviços de BPO e TI, em função do aumento de seu crescimento econômico. Em 2008, a região apresentou o quinto ano sucessivo de crescimento econômico, a taxas de aproximadamente 5,0% ao ano. De acordo com o IDC e com base em informações da Global Insight e Gartner, de um mercado total de US$61,7 bilhões de gastos com TI (que incluem gastos com *hardware*, *software* e serviços de TI) na América Latina em 2008, aproximadamente 28,0% (ou cerca de US$17,3 bilhões) foram gastos com serviços de TI. De acordo com dados da Global Insight e do Gartner (2007), o mercado latino-americano de serviços de TI deverá estar dentre os de maior crescimento entre todos os mercados no mundo, no período de 2006 a 2011, apresentando um crescimento médio anual esperado de 8,0%.



Fonte: IDC, 2008; Global Insight e Gartner, 2007.

Acreditamos que a demanda por serviços de TI no Brasil é mais sofisticada do que em outros países. Parte disto deve-se à diversidade das plataformas de TI em operação no Brasil, onde os mais importantes produtos/soluções de TI existentes no mundo são encontrados. De acordo com as informações divulgadas pela BRASSCOM, o Brasil possui o segundo maior parque de *mainframes* do mundo e, consequentemente, possui o segundo maior contingente global de programadores COBOL, fato que faz com que o País seja extremamente atraente para o desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas legados. Esse cenário criou um ambiente bastante competitivo e aberto no mercado de serviços de BPO e TI no Brasil.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

O Brasil possui o maior mercado de serviços de TI na América Latina, movimentando cerca de US$10,10 bilhões, o equivalente a 58,0% do gasto anual em serviços de TI na América Latina, de acordo com o IDC. Além de seu tamanho, o mercado brasileiro de serviços de TI deverá apresentar um elevado crescimento médio nos próximos anos de acordo com o IDC, de cerca de 8,0% ao ano no período de 2008 a 2013. Apesar de não existirem estudos estatísticos abrangentes sobre o mercado brasileiro de BPO preparados por institutos de pesquisa internacionais, acreditamos que a oportunidade de BPO no Brasil pode ser ainda maior e menos explorada que o mercado de serviços de TI.

Apesar de constituir o maior mercado de serviços de TI na América Latina, esse mercado ainda é pouco penetrado quando comparado a mercados mais maduros, como os EUA. Segundo o IDC, os serviços de TI representaram apenas 34,0% dos gastos de TI das empresas em 2008, enquanto, nos EUA, os serviços de TI representaram 42% dos gastos de TI das empresas. O mercado brasileiro de BPO é provavelmente ainda menos explorado que o mercado de serviços de TI. Estima-se que, somente no segmento de serviços financeiros, os gastos internos das instituições financeiras com processos de negócios poderiam ser até três vezes maiores que os seus gastos totais de TI, de acordo com o Anuário Outsourcing – Edição Anual de Junho de 2009 – da Série Estudos (Anuário Outsourcing 2009). A mesma publicação define o mercado brasileiro de BPO como sendo "a nova fronteira" para a terceirização, com um crescimento médio anual histórico de faturamento de 11,9% entre 2006 e 2008 e um crescimento médio anual projetado de faturamento de 11,6% de 2008 a 2013.

Adicionalmente ao crescimento da demanda por serviços de terceirização no mercado interno, acreditamos que o Brasil tornar-se-á um dos principais pólos de serviços de *offshoring*. O mercado *offshore* de serviços de BPO e TI é pouco explorado atualmente por empresas brasileiras devido às grandes oportunidades existentes no mercado interno. As empresas globais estão começando a buscar diferentes provedores de serviços de BPO e TI em novos mercados, o que representa uma oportunidade importante para a América Latina, especialmente para o Brasil, como atesta o A.T. Kearney Global Services Location Index. Os atributos que acreditamos que fazem do Brasil um destino atrativo para terceirização de serviços de BPO e TI incluem (i) mão-de-obra abundante a custos competitivos; (ii) infra-estrutura moderna em comparação com outros destinos de terceirização *offshore* de BPO e TI; (iii) estabilidade geopolítica; (iv) proximidade geográfica e fuso horário favorável em relação aos Estados Unidos; e (v) maior semelhança com os Estados Unidos e Europa, comparativamente a países asiáticos. O segmento de *offshoring* é o de maior crescimento nos mercados de serviços de BPO e TI, de acordo com a A.T. Kearney Global Services Location Index.

De acordo com informações divulgadas pela BRASSCOM, o País possui cerca de 2.300 universidades federais e privadas, com cerca de oito milhões de estudantes em 2009, nas quais existem aproximadamente 110 cursos de pós-graduação relacionados a TI. Atualmente, existe cerca de 1,7 milhão de profissionais trabalhando em funções relacionadas a TI, sendo que escolas técnicas e universidades estão formando cerca de 250.000 profissionais na área de TI por ano.

Em função desses fatores, entendemos que as oportunidades nos mercados de BPO e TI no Brasil são bastante expressivas, principalmente porque: (i) o país possui o maior mercado na América Latina; (ii) esse mercado ainda é pouco penetrado e ainda há expressivas oportunidades de crescimento; e (iii) os serviços de *offshoring* ainda representam uma pequena fração do total.

09.02 - CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossos principais pontos fortes sejam:

Oferta abrangente e integrada de soluções de negócios

Acreditamos ser a companhia brasileira líder na América Latina na prestação de serviços baseados em soluções integradas de BPO e de TI. Nossa divisão de serviços de BPO opera de forma integrada e coordenada com nossa divisão de serviços de TI para desenvolver e implementar soluções que melhor atendam às demandas de nossos clientes. Nosso conhecimento e experiência em plataformas e aplicativos de TI nos permitem melhor administrar a transição de processos, operá-los de forma mais eficiente e substituir ou redesenhar processos para melhorar a produtividade de nossos clientes. Nosso modelo de negócios nos permite prestar serviços de alto valor agregado, que abrangem uma gama completa de soluções de BPO e TI. Buscamos nos tornar uma extensão das operações de nossos clientes, beneficiando-nos de nossa plataforma integrada de soluções de terceirização, alavancando oportunidades de *cross-selling* e aumentando a penetração nas atividades e processos de nossos clientes. Por exemplo, oito dos nossos 20 maiores clientes no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 contrataram nossos serviços de TI e de BPO. Em 2006, somente três dentre esses 20 clientes contratavam nossos serviços em ambas as divisões de negócios.

Relacionamento de longo prazo com clientes devido à oferta de Soluções Críticas

Mantemos relacionamentos de longo prazo com nossos clientes, para os quais administramos uma grande variedade de processos. A partir da nossa vasta experiência e conhecimento na prestação de serviços de terceirização em diversos setores, focamos em serviços de BPO e TI que são críticos ao funcionamento diário das operações de nossos clientes, e somos reconhecidos como parceiros estratégicos para funcionamento de seus negócios. A experiência que adquirimos nos últimos anos e a excelência dos nossos serviços permitem que a maior parte dos nossos contratos seja de longa duração, com prazos que podem variar de um a 10 anos para os contratos de TI e de um a cinco anos para os contratos de BPO. Para alguns clientes que foram integralmente migrados para nossos centros de processamento de dados (*datacenters*), essa estrutura contratual nos proporciona uma receita relativamente previsível e estável para grande parte de nossos negócios e dilui nossos custos com vendas e *marketing* em comparação com serviços prestados em projetos pontuais. O relacionamento com nossos clientes é expandido à medida que, por meio de oportunidades de *cross-selling*, evoluímos de um processo inicial isolado para uma cadeia de processos integrados, em múltiplas linhas de negócio. Acreditamos que essa evolução, considerando a excelência, customização e complexidade dos serviços que oferecemos, contribua para a fidelização de nossos clientes, o que é evidenciado por: (i) contratos de longo prazo, com uma média de 50 meses; e (ii) taxa de *Churn* inferior a 3,0% em 2008, em número de clientes, que acreditamos ser relativamente baixa comparada às demais empresas brasileiras de BPO e TI.

Cultura orientada para a busca contínua pela excelência operacional

Acreditamos que a oferta de soluções customizadas para cada cliente, combinada com nossa constante busca pela excelência operacional, seja fundamental para o sucesso de longo prazo de empresas prestadoras de serviços de BPO e TI. Nossa Administração, equipe de vendas e de serviços técnicos desenvolvem um entendimento profundo da indústria e do negócio no qual nossos

clientes operam. A nossa equipe de vendas e *marketing* está organizada para atender determinados setores de atividade econômica nos quais focamos, como serviços financeiros, cartões de crédito, seguros, serviços públicos e indústria, e beneficia-se de sua especialização e conhecimento das melhores práticas de cada mercado para desenvolver soluções que atendam às necessidades específicas de nossos clientes. Trabalhamos próximos aos nossos clientes e criamos soluções customizadas para facilitar nossa integração às suas operações, proporcionando uma melhoria contínua de processos, desenvolvendo novas soluções e identificando potenciais novos serviços. Adicionalmente, desenvolvemos em cada serviço uma abordagem direcionada para excelência operacional, controlando e analisando as diferentes métricas e melhorias na qualidade da prestação de nossos serviços. Nós também investimos fortemente em metodologias e ferramentas de governança, tais como Seis Sigma (metodologia para redução de custos), PDCA (*Plan-Do-Check-Act*, ferramenta para solução de problemas) e BSC (*Balanced Scorecard*, ferramenta de gestão) sustentando ainda mais nossa abordagem voltada à excelência operacional e garantindo a entrega de serviços de alta qualidade e de resultados tangíveis aos investimentos de nossos clientes.

Plataforma robusta de BPO e TI com tecnologia e infra-estrutura de ponta

As empresas que objetivam a terceirização de determinadas atividades geralmente buscam prestadores de serviços que possam suportar um escopo abrangente de serviços, possuam uma extensa e qualificada base de profissionais, utilizem infra-estrutura de tecnologia e de telecomunicações de ponta e tenham capacidade para atender as necessidades crescentes de seus negócios. Acreditamos possuir uma das maiores plataformas de BPO e TI na América Latina, empregando mais de 23.000 funcionários em 15 unidades em todo o Brasil. Além disso, procuramos manter uma infra-estrutura baseada em escalabilidade, redundância e segurança de informação. Temos diversos *datacenters* no Brasil com tecnologia de ponta, capazes de suportar nosso crescimento futuro. Acreditamos ser a única companhia no Brasil com dois *datacenters* Nível 5 garantindo disponibilidade de 99,999% (ou Cinco 9's) para as operações críticas de TI de nossos clientes. Adicionalmente, a nossa unidade de BPO localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, foi uma das primeiras unidades de BPO na América Latina a empregar *VoIP* em larga escala.

Abordagem diferenciada na gestão de pessoas

Acreditamos que nossos funcionários representam um dos principais fatores de sucesso do nosso negócio. Investimos significativamente em nossa capacidade de atrair, treinar, motivar e reter pessoas, para prestar serviços de alta qualidade e para adaptar rapidamente nosso quadro de profissionais ao aumento na demanda por nossos serviços. Temos uma equipe dedicada exclusivamente a identificar, atrair e desenvolver talentos para nossas operações. Recrutamos ativamente nossos profissionais em instituições de ensino técnico e superior e acreditamos que a força da nossa marca nos ajuda a atrair os melhores talentos. Investimos fortemente no treinamento de nossos funcionários e temos capacidade para treinar mensalmente mais de 1.900 funcionários, em vários níveis de nossos negócios, implementando programas de qualificação com foco na melhoria da capacitação e identificação de melhores prática de trabalho. Celebramos acordos com instituições educacionais de nível superior para qualificar nossos funcionários em competências específicas, tais como programação avançada de sistemas, e para facilitar a contratação de alunos da graduação que apresentam alto desempenho acadêmico. Nosso foco na gestão de recursos humanos nos proporciona baixas taxas de evasão. Em nossa unidade de TI, a

taxa mensal de evasão voluntária no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 foi de 0,6% e, na unidade de BPO, de 3,7%. Nossos indicadores de resultado possibilitam que nossa Administração analise de forma objetiva o desempenho de nossos funcionários. Acreditamos que nosso foco na gestão de nossos funcionários nos proporcione uma significativa vantagem competitiva em nossos mercados de atuação.

Equipe de executivos com relevante experiência e marca reconhecida

Contamos com uma experiente equipe de executivos, com uma cultura que enfatiza o trabalho em equipe e abordagem voltada à identificação das necessidades do cliente e ao desenvolvimento de uma oferta integrada de serviços. Nossa equipe de executivos tem profundo conhecimento dos mercados de BPO e TI, com competência gerencial destacada e alto nível de comprometimento, sendo alguns deles nossos fundadores. A nossa equipe de executivos é liderada por Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Carlos Eduardo Mazon e José Maria Dias Gadanha, que juntos possuem mais de 79 anos de experiência como profissionais prestadores de serviços de BPO e TI, com um histórico de sucesso na aquisição e integração de empresas. Também temos uma sólida gerência de nível médio, composta, em 30 de junho de 2009, por 21 superintendentes, 226 gerentes e 227 coordenadores, que supervisionam e executam as estratégias do nosso Conselho de Administração, garantindo a excelência de nossas operações.

Além de contar com uma equipe de executivos altamente qualificada e experiente, nossa marca Tivit é notoriamente reconhecida entre os principais diretores operacionais, diretores de TI e outros principais executivos do Brasil. Em 2009, fomos considerados o prestador de serviços de *datacenter* mais confiável do País, de acordo com a revista InfoExame, e fomos classificados entre os três mais confiáveis prestadores de serviços de TI nos *rankings* publicados nos últimos 4 anos (2006 a 2009), segundo uma pesquisa realizada entre 500 executivos conduzida pela mesma publicação. Adicionalmente, recebemos o prêmio de melhor empresa de cobrança do ano de 2009, pela Revista Clientes S/A, uma das principais publicações de BPO do Brasil, e ganhamos prêmios por casos de inovação em estratégias e utilização de TI para melhorar a eficiência das operações de cobrança. Ainda em 2009, figuramos no ranking das 100 maiores empresas de *outsourcing* do mundo, elaborado pela IAOP (*International Association of Outsourcing Professionals*) e publicado pela Fortune, sendo a única empresa brasileira classificada entre as sete maiores empresas na categoria de *Size and Growth*, juntamente com empresas indianas e chinesas. Estamos entre as três empresas do setor brasileiro de TI que mais geraram valor ao acionista (EBITDA sobre margem líquida), de acordo com a revista Valor Econômico 1000, edição 2009.

Consistente crescimento e sólida geração de caixa

Nossa capacidade de combinar recursos de maneira diferenciada nos faz competitivos. Nosso modelo integrado de soluções de BPO e TI nos permite entregar serviços de maneira contínua e recorrente para nossos clientes. Entre os nossos 20 maiores clientes, oito são tomadores de serviços de BPO e TI de maneira integrada. Temos um modelo de negócios que nos permite atender de forma personalizada uma base diversificada de mais de 900 clientes. Em média, nossos contratos têm um prazo de 50 meses. O nosso crescimento médio anual entre 2006 e 2008 foi significativamente superior ao crescimento médio anual do mercado brasileiro de BPO e de TI no mesmo período de acordo com o IDC. O crescimento da nossa receita líquida reflete, entre outros fatores, o efeito de nossos esforços focados em *cross-selling* e na celebração de novos contratos. A capacidade de gerenciar de forma eficiente nossos custos associada à natureza do nosso modelo de negócios escalonável nos permitiram alcançar um incremento de margens bruta entre o primeiro

semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2008. Nossa Margem de EBITDA Ajustado de 2008 foi de 18,0%, representando um aumento de 2,6 pontos percentuais sobre a Margem de EBITDA Ajustado de 2006, que foi de 15,4%. O aumento da nossa Margem de EBITDA Ajustado demonstra a significativa capacidade de gestão e escalabilidade do nosso modelo de negócios, bem como a nossa capacidade de integrar e melhorar a rentabilidade das empresas adquiridas. Nosso modelo de negócios propicia uma sólida geração de caixa. Entre os períodos de 30 de junho de 2008 e 30 de junho de 2009, nosso saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras subiu 101,1% para R$66,54 milhões em 30 de junho de 2009, enquanto nosso saldo de empréstimos, financiamentos e arrendamentos mercantis, diminuíram 3,9% para R$206,81 milhões, em 30 de junho de 2009. Somos conservadores na alavancagem financeira. Em 30 de junho de 2009, o índice de dívida líquida de caixa e aplicações dividido pelo EBITDA Ajustado era de 0,9 vez.

Nossa sede situa-se na Av. Prefeito Carlos Ferreira Lopes, nº 490, Mogi das Cruzes – SP, e o número de telefone da nossa Diretoria de Relações com Investidores é (11) 3757-2222.

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

10.01 - PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS

1- ITEM	2 - PRINCIPAIS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS	3 - % RECEITA LÍQUIDA
01	Terceirização de Processos de Negócios (BPO)	52,00
02	Tecnologia da Informação	48,00

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Nossa Abordagem

Nosso compromisso é trabalhar em conjunto com nossos clientes para melhoria de suas operações. Trabalhamos com nossos clientes em estreita colaboração para aproveitar as oportunidades de melhoria de qualidade e de desempenho de suas operações, reduzindo os custos de seus processos de negócio e de TI. Em nossa abordagem comercial, essa estreita colaboração se inicia na fase da proposta de serviços. Investimos uma parte considerável de nosso tempo e energia para entender os negócios e necessidades de nossos clientes. Com a finalidade de identificar as melhores soluções, inicialmente mapeamos os processos operacionais de nossos clientes para entender todos os passos necessários para atender as suas expectativas.

Com base nesses conceitos, usamos nosso conhecimento das operações e dos setores de nossos clientes, bem como nossa criatividade, para auxiliar na melhoria ou na remodelagem de soluções de alto desempenho, pela combinação de nosso conhecimento em três recursos fundamentais: tecnologia, capital humano e processos. Interagimos com nossos clientes para sintonizar e desenvolver um plano de implementação, baseado em nossa extensa experiência operacional. Uma vez assinado o contrato, iniciamos a fase de implementação, com o apoio integral e a estreita supervisão de nossos *Project Management Officers*. Trabalhando em conjunto com a equipe de vendas e operações, nossos *Project Management Officers* garantem que os projetos sejam iniciados e implementados de acordo com o cronograma estabelecido e que os objetivos sejam alcançados. As ferramentas de metodologia e gestão, tais como Seis Sigma, *PDCA* e *BSC*, proporcionam um alicerce para a colaboração interna e criam incentivos para focar nossos esforços na solução das necessidades de nossos clientes.

Os quadros abaixo mostram nossos programas de gestão de qualidade e de melhoria de desempenho:

Gestão da Qualidade
PMI – Gestão de Projetos
ISO – 9001-2000
ITIL – Infraestrutura de TI
ISO 27001:2005
PDCA

Melhorias de Desempenho
Seis Sigma
BSC – Avaliação de Desempenho
COBIT
CMMi

Em gestão de qualidade, possuímos as seguintes certificações como prestadores de serviço terceirizado para BPO e TI:

1. PMI – Certificado de atendimento aos padrões de gestão de projetos, de acordo com as melhores práticas conhecidas pelo instituto PMI;
2. ISO 9001-2000 – Certificação garantida pela ISO, que certifica o sistema de qualidade na produção;

3. Infra-estrutura de ITIL – Certificado de atendimento ao ITIL que, por sua vez, é um conjunto de conceitos e políticas para a gestão de infra-estrutura, desenvolvimento e operação da tecnologia da informação; e

4. ISO 27001:2005 – Certificação de atendimento ao padrão internacional de qualidade para sistema de gerência da segurança da informação.

5. PDCA – PDCA é modelo que tem por princípio tornar mais claros e ágeis os processos envolvidos na execução da gestão dividindo-a em quatro passos principais que são planejar, fazer, checar e agir.

Na gestão de processos, usamos quatro ferramentas principais para garantir uma melhoria contínua em nossos serviços:

1. Seis Sigma – Ferramenta de gestão que busca a melhoria da qualidade dos processos, por meio da identificação e resolução das causas dos erros e variações nos processos;

2. BSC – *Balanced Scorecard* é uma metodologia de avaliação de desempenho e gestão estratégica baseada no contínuo monitoramento de indicadores referentes a quatro perspectivas corporativas: financeira, clientes, aprendizado e crescimento, e processos internos;

3. COBIT – Controle de Objetivos para Informação e Tecnologia Relacionada é um guia desenvolvido por especialistas com foco na otimização dos resultados dos investimentos de TI; e

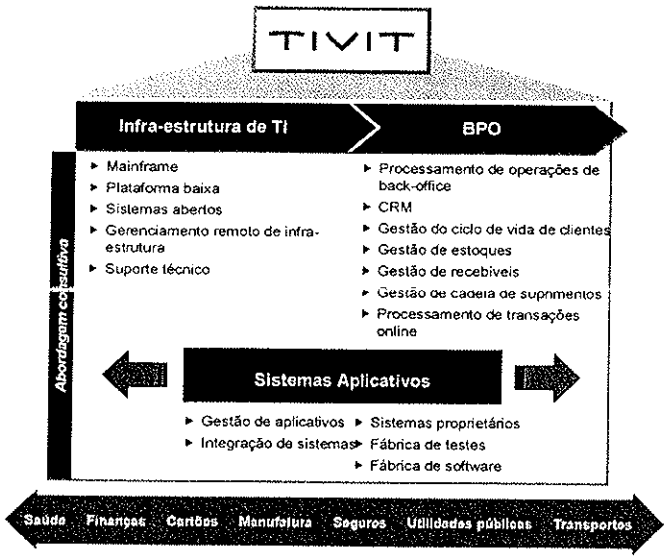
4. CMMi – CMMi é um modelo de referência para o processo de melhoria corporativo. Temos certificado CMMi nível 3 para toda nossa fábrica de *software*.

Nossa Oferta de Serviços

Estamos organizados em duas divisões de negócios: BPO e TI. Empregamos uma abordagem integrada para oferecer soluções completas de terceirização a nossos clientes. Possuímos extenso *expertise* em nossas divisões de negócios, o que nos permite proporcionar soluções customizadas que geram valor para nossos clientes. Nosso processo de desenvolvimento de sistemas de TI ilustra a abordagem integrada que adotamos. Nossa fábrica de *software*, além de prestar serviços de integração de *software* aos nossos clientes de TI, tem papel fundamental de viabilizar a operacionalização da nossa estratégia de serviços integrados e tem sido responsável pelos sistemas desenvolvidos para cada uma das nossas demais linhas de negócio. Desenvolvemos mais de 150 sistemas para nossos serviços de BPO e para clientes de infra-estrutura de TI, o que nos permite integrar diferentes serviços em uma plataforma única e aprimorar o conhecimento em desenvolvimento de *software*, com significativo ganho de escala.

O organograma abaixo demonstra o mecanismo de oferta dos nossos serviços nas nossas divisões de negócio:

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO



Serviços de BPO

Trabalhamos junto a nossos clientes para identificar suas necessidades operacionais e criar soluções de BPO diferenciadas. Nossa capacidade de construir relacionamentos de longo prazo com nossos clientes nos auxilia no melhor entendimento de seus processos e na identificação de oportunidades para melhoria contínua na prestação de nossos serviços, ao mesmo tempo em que nos permite antecipar novas soluções.

Nossos serviços de BPO gerenciam a totalidade ou parte da cadeia de valor dos processos terceirizados de nossos clientes. Buscamos migrar nossos clientes que utilizam apenas serviços de terceirização de processos individuais para soluções integradas e completas de BPO. Alcançamos esse objetivo por meio de uma ampla linha de soluções e *software* proprietários desenvolvidos pelo nosso time de sistemas aplicativos para criar uma solução integrada e customizada para nossos clientes. Por exemplo, na indústria farmacêutica, prestamos serviços que abrangem consultoria e *business intelligence*, faturamento, autorização para serviços médicos, faturamento digital, *back-office* e serviços de cobrança, dentre outros.

A divisão de negócios de BPO opera em um ambiente integrado e cooperativo com a divisão de TI para auxiliar na criação e implementação de soluções que agregam valor aos nossos clientes. Nossa diversificada oferta de soluções e experiência na prestação de serviços de BPO tem nos ajudado a consolidar nossa posição no mercado.

Serviços de TI

Desenvolvemos uma oferta completa de serviços de terceirização de TI, por meio da qual nossos clientes podem terceirizar desde suas necessidades de infra-estrutura e suporte técnico até a integração e desenvolvimento de sistemas. Podemos gerenciar a infra-estrutura de nossos clientes a partir de nossos *datacenters*, migrá-la para os nossos *datacenters*, desenvolver um novo pacote completo de sistemas ou desenvolver nossas soluções para seu próprio ambiente e gerenciá-las remotamente.

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO

Com relação à infra-estrutura de TI, acreditamos ser a única companhia no Brasil a possuir dois *datacenters* Nível 5, uma medida de alta confiabilidade e disponibilidade operacional, indicando nível máximo de segurança para *datacenter* com disponibilidade garantida de 99,999%. Acreditamos também ser a única companhia brasileira capaz de oferecer soluções integradas de infra-estrutura de TI para sustentar operações críticas e de larga escala das grandes corporações brasileiras e grandes filiais de multinacionais no Brasil. Não só garantimos Cinco 9's de disponibilidade de infra-estrutura por meio de nossos *datacenters* Nível 5 no Brasil, como também oferecemos serviços completos de gestão de TI, que incluem gestão e demais serviços relacionados à infra-estrutura de TI, bem como suporte técnico.

Acreditamos fazer parte de um pequeno e seleto grupo de prestadores de serviços de TI no mercado brasileiro que oferecem soluções de terceirização em todas as plataformas, desde *mainframe* até plataforma baixa para sistemas abertos. Estamos entre os três maiores prestadores de serviços de *full outsourcing* no Brasil, em volume de vendas, de acordo com a revista Outsourcing 2009 – Série Estudos, de forma que apresentamos larga escala para competir neste mercado. Temos grande capacidade e vasta experiência para implementar e operar projetos de terceirização de grande escala.

A figura abaixo mostra alguns de nossos serviços de infra-estrutura de TI:

Gestão de Infra-Estrutura de TI	Serviços de Suporte e Técnico	Serviços Relacionados à Infra-Estrutura

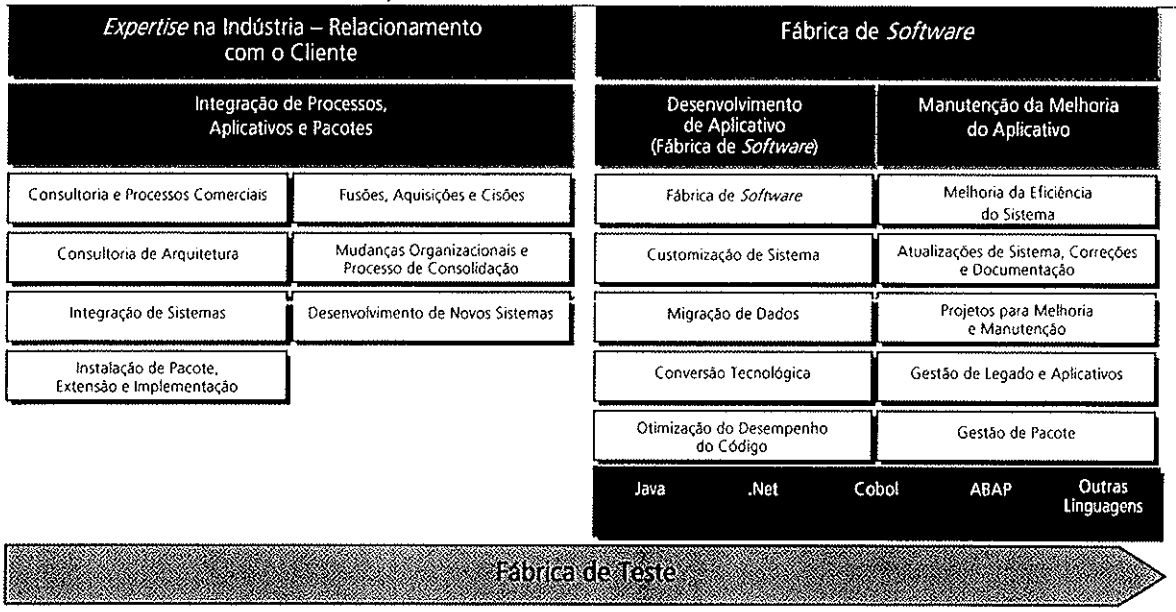
• Hospedagem
• Gestão de Recursos de TI
• Administração de Banco de Dados
• Gestão de *Data Warehouse*
• Serviços Relacionados à Rede
• Monitoramento e Gestão de Segurança da Informação
• Processamento de Sistemas Abertos
	• Suporte Técnico:
	  • Primeiro Nível
	  • Segundo Nível
	• Serviços de Campo
	• Serviços de Desktop
		• Definição de Arquitetura
		• Consolidação de Funções de TI
		• Renovação Tecnológica
		• Migração de Plataforma
		• Serviços de Gestão de TI
		• Serviços de Gestão de Projeto
		• Armazenagem
		• Segurança
		• Serviços de Gestão de Documentos

Para servir nossos clientes da melhor forma possível, criamos soluções customizadas por meio de nosso processo de trabalho flexível e cooperativo, e executamos serviços com rígida disciplina e adesão às melhores práticas operacionais. Operamos sob rígida disciplina de execução operacional regidos por fortes protocolos de gestão de processos em conformidade com padrões ITIL, CoBIT, ISO 27001:25, SAS 70 e ISO 9001:2000. Nossos processos de implementação são apoiados por metodologias PMI e temos profissionais certificados para administrar processos de implementação de grande escala.

A nossa capacidade de soluções de TI segue uma estratégia de oferecer uma linha completa de serviços de valor agregado aos nossos clientes, incluindo consultoria, desenvolvimento, integração e manutenção. A nossa fábrica de *software* viabiliza a nossa abordagem integrada de serviços de BPO e TI.

A figura abaixo lista as estruturas, os processos e as capacitações de nossa fábrica de *software*:

11.01 - PROCESSO DE PRODUÇÃO



O processo de desenvolvimento de sistemas é baseado em duas estruturas principais. A primeira estrutura é a de relacionamento com o cliente, na qual nos concentramos em compreender o processo de negócio do cliente para criar soluções otimizadas e integradas para as suas necessidades de sistemas aplicativos. Nosso pessoal de serviços de BPO e de infra-estrutura de TI trabalha em conjunto com nossa área de sistemas para avaliar e ajudar a determinar a solução mais adequada a ser desenvolvida. Aplicamos a nossa capacidade de consultoria e nosso profundo conhecimento de diversos sistemas aplicativos para oferecer serviços que vão desde a customização e desenvolvimento de sistemas até a integração completa de pacotes de sistemas ERP. A segunda estrutura do processo de desenvolvimento de sistemas é a nossa fábrica de *software* que é responsável pelo desenvolvimento e manutenção de aplicativos para nossos clientes. A fábrica de *software* customiza, integra, implementa melhorias e mantém sistemas aplicativos ou conjuntos de sistemas aplicativos em diversas plataformas tecnológicas, alcançando significativo ganho de escala, não apenas dos serviços fornecidos por nosso departamento de serviços de TI, mas também para o desenvolvimento de *software* proprietário para a nossa divisão de BPO. A experiência em operações críticas que possuímos em BPO e TI, o vasto conhecimento dos processos de negócios que temos acumulado nos últimos anos e a nossa escala de desenvolvimento de sistemas nos permite hoje desenvolver, de forma eficiente, *software* proprietário. Nosso *software* proprietário pode ser comercializado na forma de produto ou na forma de serviço. Na forma de produto, cobramos o aluguel de licença e taxa de manutenção. Na forma de serviço, obtemos receitas pela execução de um processamento de transação viabilizada pelo nosso *software* proprietário. Nosso processo de desenvolvimento de *software* proprietário parte de uma plataforma já existente e criada para atender as necessidades internas da companhia de gestão de seus contratos e operações de clientes. Desta forma, ao partir de plataformas já existentes, o ciclo de desenvolvimento e produção de softwares pode ser mais rápido e barato.

Nossa fábrica de *software* é especializada em diversas linguagens, como Java, .Net, COBOL e ABAP.

O escopo da nossa certificação CMMi de nível 3 abrange todos os processos da nossa fábrica de *software*. CMMi significa *Capability Maturity Model Integration* (Integração do Modelo de Maturidade da Capacidade) e consiste em uma abordagem de melhoria de processo. A certificação CMMi tem uma escala que vai de 1 a 5, sendo 5 a qualificação mais alta. Estamos investindo em processos e treinamento para rapidamente alcançarmos a certificação de nível 5 em maturidade de processo.

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO

Nossa Abordagem

Nosso compromisso é trabalhar em conjunto com nossos clientes para melhorar suas operações. Trabalhamos com nossos clientes em estreita colaboração para aproveitar as oportunidades de melhoria de qualidade e de performance de suas operações, reduzindo os custos de seus processos de negócios e de TI. Em nossa abordagem comercial, essa estreita colaboração se inicia na fase da proposta de serviços. Investimos uma parte considerável de nosso tempo e energia para entender os negócios e necessidades de nossos clientes. Com a finalidade de identificar as melhores soluções, inicialmente mapeamos os processos de nossos clientes para entender todos os passos necessários para atender às suas expectativas.

Com base nesses conceitos, usamos nosso entendimento das operações e do setor dos nossos clientes, bem como nossa criatividade, para auxiliar na melhoria ou na remodelagem de soluções de alta performance, pela combinação de nosso conhecimento em três recursos fundamentais: tecnologia, pessoas e processos. Interagimos com nossos clientes para sintonizar e implementar a solução que propusemos aos seus negócios. Uma vez assinado o contrato, iniciamos a fase de implementação, com o apoio integral e a estreita supervisão de nossos *Project Management Officers*. Trabalhando em conjunto com a equipe de vendas e operações, nossos *Project Management Officers* garantem que os projetos serão iniciados e implementados de acordo com o cronograma estabelecido e que os objetivos serão alcançados. As ferramentas de metodologia e gestão, tais como *Seis Sigma*, *PDCA* e *BSC*, proporcionam base para a colaboração interna e criam incentivos para focar os esforços na solução das necessidades de nossos clientes.

Gestão de Qualidade
PMI – Gestão de Projeto
ISO – 9001-2000
Infra-estrutura de ITIL
Segurança BS7799

Melhoria de Desempenho
Seis Sigma
Avaliação de Desempenho
COBIT
CMMI

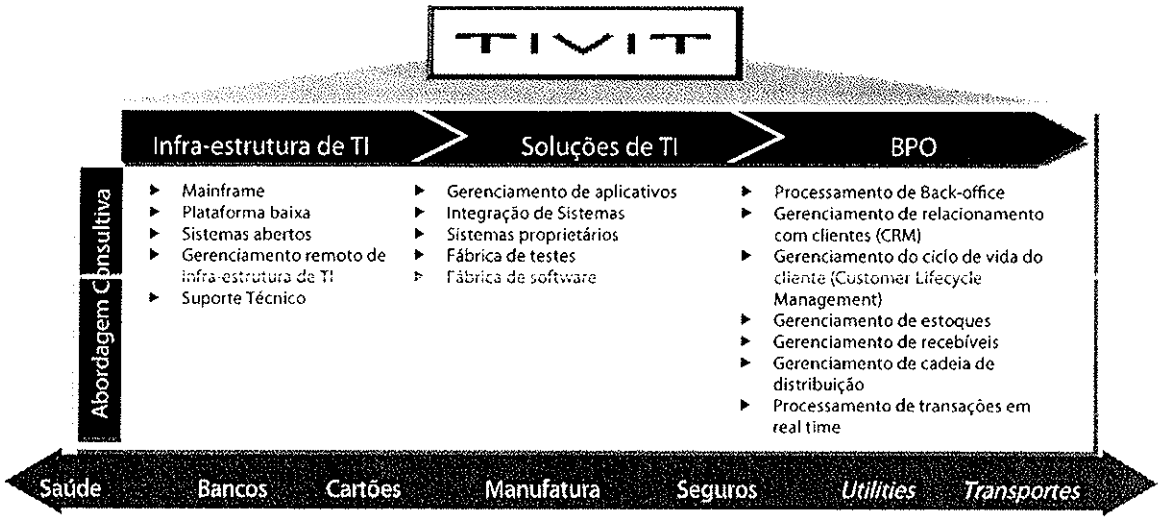
Nossa Oferta de Serviços

Estamos organizados em duas divisões de negócios: BPO e TI. Empregamos uma abordagem integrada para oferecer soluções completas de terceirização a nossos clientes. Possuímos extenso *expertise* em nossas duas principais divisões de negócios, o que nos permite proporcionar soluções adequadas para as necessidades de nossos clientes. Nosso *expertise* no desenvolvimento de sistemas de TI, concentrada em nossas unidades de fabricação de *software*, é o melhor exemplo da abordagem voltada ao processo que adotamos. Nossa fábrica de *software*, além de prestar serviços de integração de *softwares* aos nossos clientes de TI, é responsável pelos sistemas desenvolvidos para cada uma das nossas demais linhas de negócio. Desenvolvemos mais de 150 sistemas para nossos serviços de BPO e para clientes de infra-estrutura de TI, nos permitindo aprimorar o conhecimento em desenvolvimento de *software* e ganhar escala.

O organograma abaixo demonstra o mecanismo de oferta dos nossos serviços nas nossas divisões de negócio:

99999-8 TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A. 07.073.027/0001-53

11.02 - PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO



11.03 - POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO

Concorrência

Acreditamos ser a companhia brasileira líder na prestação de serviços baseados em soluções integradas de BPO e de TI na América Latina. Em razão do nosso modelo único de negócio, não podemos ser comparados a um único grupo de competidores, mas a algumas características pertencentes a cada um dos três grupos abaixo. Temos uma oferta de serviços abrangente e integrada como um competidor global; apresentamos alto crescimento e excelente base de clientes, composta por grandes empresas brasileiras e multinacionais, que estão nos ajudando a desenvolver as nossas capacidades de *offshoring* como os concorrentes regionais; e nossa receita se concentra em um mercado atraente e de alto crescimento, o Brasil, como os competidores locais.

Nossos concorrentes podem ser classificados de acordo com sua abrangência geográfica ou sua oferta de serviço, conforme segue:

- ***Grandes concorrentes multinacionais:*** International Business Machines Corp. – IBM, Accenture Ltd., Hewlett-Packard Company – HP e outros. Esses concorrentes têm uma oferta de serviço de BPO e TI abrangente. Eles possuem uma extensa rede de infra-estrutura em todo o mundo e podem prestar diferentes serviços a seus clientes a partir de diversos locais, focando em contratos globais com os clientes.

- ***Concorrentes regionais***: WNS (Holdings) Ltd., Genpact Ltd., Syntel, Inc., Cognizant Technology Solutions, Tata Consultancy Services (TCS), Wipro Ltd., Infosys Tecnologies Ltd. e outros. Esses concorrentes prestam serviços *offshore* de BPO e TI para mercados desenvolvidos, como os Estados Unidos e Europa. Eles concentram suas capacidades em um ou mais locais, como a Índia, e têm sua receita concentrada em países desenvolvidos, onde normalmente dispõem de um *front-end* comercial. Apresentam altas taxas de crescimento e boa base de clientes.

- ***Concorrentes locais***: Stefanini IT Solutions Ltda., CPM-Braxis S.A., Atento Brasil S.A., Dedic Ltda., Sonda Procwork Software Informática Ltda. e outros. Esses concorrentes são companhias locais, focadas no mercado doméstico, e que normalmente atuam em consórcio para competir por contratos maiores com companhias que prestam serviços completos de BPO e TI, como os competidores multinacionais.

12.01 - PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS

Propriedade Intelectual

A nossa estratégia envolve a tomada de todas as medidas necessárias para proteger os direitos de propriedade intelectual relativos ao nosso *software* e atividades à luz da legislação brasileira aplicável a tais direitos e propriedades, bem como utilizarmos os recursos legais disponíveis para tal proteção nos contratos firmados com nossos clientes. Todas as marcas relevantes utilizadas por nós estão registradas ou em processo de registro no INPI ou em órgão competente no exterior, ou, ainda, em processo de transferência em razão de nossa reorganização societária, conforme descrito abaixo.

Patentes

Não possuímos patentes no Brasil ou no exterior.

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes no País, sendo assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional, durante um prazo de 10 anos, renovável por períodos adicionais de 10 anos cada um, para uma determinada classe de serviços ou produtos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para uso exclusivo das marcas depositadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

Somos titulares do registro da marca "Tivit" no Brasil nas classes 41, 38 e 35, além de diversos pedidos de registro da marca "Tivit" em outras classes. Tal marca foi transferida para nós pela Tivit Tecnologia, em 4 de agosto de 2008, transferência essa anotada pelo INPI em agosto de 2009. No entanto, três desses pedidos de registro, nas classes 42, 37 e 9, referentes a serviços de tecnologia, *software* e *hardware*, sofreram oposição da empresa Kivik Comercial em Informática Ltda., que aduziu suposta similaridade entre sua marca e aquelas por nós requeridas. Ressaltamos que o pedido da marca "Kivik" que embasou a oposição aos pedidos de registro de nossa marca foi arquivado, pelo INPI, em 8 de janeiro de 2008, por falta de pagamento de taxas, de modo que, oportunamente, a oposição apresentada deverá ser julgada improcedente.

A Tivit Tecnologia é titular de pedido de registro da marca "Tivit" em diversas outras jurisdições, tais como União Europeia, Índia, China e alguns países da América Latina, sendo que, em alguns casos já obtivemos o registro da marca, como, por exemplo, no Reino Unido, Chile, México e Uruguai. Tais pedidos de registro de marca serão transferidos da Tivit Tecnologia para nós, no momento das respectivas renovações.

Apresentamos ainda oposição na Índia, (i) em face da empresa Orion Media Pvt Ltd., em 20 de março de 2009, contra a tentativa de registro da marca "TIVI", nas classes 35, 38, 41 e 42, a qual encontra-se pendente de julgamento; e (ii) em face da empresa Tuv Nord AG., em 14 de julho de 2009, contra a tentativa de registro da marca "TUVIT", na classe 42, a qual também encontra-se pendente de julgamento.

Somos titulares dos slogans "TIVIT IT CREATIVITY", "TIVIT IT SENSITIVITY" e "TIVIT IT CONNECTIVITY", registrados em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, utilizados com exclusividade desde julho de 2005. A proteção aos direitos de que trata a lei brasileira de direitos

autorais independe de registro. Entretanto, tal lei não é clara quanto à possibilidade de proteção de slogans especificamente. Além disso, o uso de slogans por concorrente é tipificado como crime de concorrência desleal, de modo que é vedado aos nossos concorrentes utilizar essas expressões em suas atividades. Assim sendo, ainda que o registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos não garanta a proteção irrestrita dos slogans por direito de autor, ele demonstra uma anterioridade no uso desse slogan, sendo suficiente para coibir o seu uso por concorrentes.

Software

A proteção conferida pela legislação brasileira aos direitos de propriedade intelectual sobre o *software* independe de registro. Tal registro (que é atualmente realizado no INPI) serve principalmente para facilitar a prova de titularidade do *software*. Entretanto, por ser necessário informar a identificação do método de elaboração do *software* pelo interessado para a concessão do registro, optamos por não registrar nosso *software* no INPI, a fim de proteger nossos segredos industriais.

Não desenvolvemos *software* em nome próprio, mas por encomenda, por meio de nossos empregados e/ou prestadores de serviços, os quais têm em seus contratos de trabalho cláusulas que prevêem expressamente a cessão dos direitos, alteração de conteúdo e demais aspectos relativos ao *software* desenvolvidos em nosso favor.

Domínios

Nossos principais nomes de domínio foram devidamente registrados no Brasil em nosso nome (como é o caso dos domínios http://www.tivit.net/, http://www.telefutura.com.br/ e http://www.softway.com.br/) ou em nome da Tivit Tecnologia (como é o caso do domínio http://www.tivit.com.br/), sendo que esse último se encontra em processo de transferência para nós.

Além disso, a Tivit Tecnologia possui diversos nomes de domínio formados pelas expressões "tivit" e/ou "tivittechnology" registrados em outras jurisdições, como Alemanha, Argentina, Canadá, Chile, China, União Europeia, Estados Unidos, México, Uruguai e Reino Unido, os quais serão transferidos para nós oportunamente.

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO								
4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	
14 - OBSERVAÇÃO										
01	Imóvel Comercial	Av. das Indústrias, 655								
Jundiaí	SP	16,205	5,161	29	NÃO	NÃO	SIM	20/05/2004	19/05/2014	
02	Sala Comercial	Praça Pereira Oliveira, 64 cj. 501								
Florianópolis	SC	0,103	0,084	31	NÃO	NÃO	SIM	01/12/2008	01/12/2009	
03	Lojas Comerciais	Av. Coelho Aguiar, 215								
São Paulo	SP	3,157	2,226	14	NÃO	NÃO	SIM	29/08/2003	31/08/2013	
Referem-se as somas da área total e construída lojas 51, 60, 61, 67, 99 e 100.										
04	Conjuntos Comerciais	Praça Alfredo Issa, 48								
São Paulo	SP	10,376	7,494	41	NÃO	NÃO	SIM	01/11/2006	30/11/2012	
Conj. Comercial da Brigadeiro Tobias, 363 e 369.										
05	Conjuntos comerciais	Av. Paulista, 1098, 1106 e 1114								
São Paulo	SP	3,408	3,073	41	NÃO	SIM	SIM	17/04/2008	31/12/2012	
06	Imóvel Comercial	Rod. Pres. Dutra, km 154,7 prédio 21								
São José dos Campos	SP	10,031	6,772	14	NÃO	SIM	SIM	15/01/2007	14/01/2012	

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO	4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO	14 - OBSERVAÇÃO
07	Imóvel Comercial	Av. Ipiranga, 855	São Paulo	SP	1,640	19,515	19	NÃO	NÃO	SIM	17/06/2008	31/05/2012	
08	Imóvel Comercial	Rua Bentro Branco de Andrade Filho, 621	São Paulo	SP	10,754	13,063	28	SIM	NÃO	SIM	08/08/2008	05/08/2018	
09	Imóvel Comercial	Rua Prefeito Carlos Ferreira Lopes, 490	Mogi das Cruzes	SP	15,767	6,297	21	SIM	SIM	SIM	10/11/2005	09/11/2009	
10	Salas Comerciais	Av. Presidente Vargas, 824 e 844	Rio de Janeiro	RJ	6,658	5,517	32	SIM	SIM	SIM	01/02/2008	31/01/2013	
11	Salas Comerciais	Av. Brig. Faria Lima, 1355	São Paulo	SP	2,082	1,346	21	NÃO	NÃO	SIM	23/04/2007	22/04/2011	Conjuntos 2102, 2201 e 2202.
12	Salas Comerciais	Praça da República, 497	São Paulo	SP	9,425	7,968	30	NÃO	NÃO	SIM	01/10/2004	01/02/2012	As somas da área total e construída referem-se do 1º ao 13º andares.

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

13.01 - PROPRIEDADES RELEVANTES

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO
13	Salas Comerciais	Av. Dr. Vieira de Carvalho, 172

4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
São Paulo	SP	0,930	0,626	32	NÃO	NÃO	SIM	08/12/2003	08/12/2008

14 - OBSERVAÇÃO: Contrato de aluguel celbrado em 08/12/2003 com prazo indeterminado.

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO
14	Imóvel Comercial	Av. Pedra Branca, 744

4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
Palhoça	SC	4,511	5,419	3	SIM	NÃO	SIM	07/04/2006	06/04/2016

1- ITEM	2 - TIPO DE PROPRIEDADE	3 - ENDEREÇO
15	Imóvel Comercial	Av. dos Bandeirantes, 10916

4 - MUNICÍPIO	5 - UF	6 - ÁREA TOTAL (MIL M²)	7 - ÁREA CONSTRUÍDA (MIL M²)	8 - IDADE (ANOS)	9 - SEGURO	10 - HIPOTECA	11 - ALUGADA DE TERCEIROS	12 - DATA DO CONTRATO	13 - TÉRMINO LOCAÇÃO
Rio de Janeiro	RJ	185,367	15,170	8	SIM	NÃO	NÃO		

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Nossa Estratégia

Pretendemos continuar sendo um dos líderes no desenvolvimento e implementação de uma ampla gama de soluções de BPO e TI na América Latina, com uma estratégia de crescimento e consolidação de nossas operações tendo por base os seguintes pilares principais:

Continuar desenvolvendo nossos conhecimentos e competências

Os mercados de BPO e TI são dinâmicos e exigem constante inovação. Pretendemos continuar a investir no desenvolvimento de novos serviços, ampliando nossas competências e desenvolvendo novas soluções integradas em nossa crescente oferta de serviços. Nós continuaremos alavancando nosso profundo conhecimento para desenvolver soluções proprietárias que auxiliarão em nossa estratégia de integrar, controlar e gerenciar um escopo crescente de soluções de BPO e TI para nossos clientes. Um exemplo de como conseguimos desenvolver uma solução integrada é um dos maiores e mais recentes contratos que celebramos, firmado em 2008 com a Câmara Interbancária de Pagamentos, por meio do qual todo o processo de emissão e gestão de boletos bancários de clientes está sendo automatizado, integrando mais de 120 bancos e reduzindo sensivelmente os custos de cobrança, especialmente despesas com impressões e despesas de envio postal.

Aumentar o* cross-selling *em nossa base de clientes e conquistar novos clientes

Nossa base de clientes é majoritariamente composta por grandes empresas, com diferentes necessidades de serviços de BPO e TI e um potencial para terceirização de serviços ainda maior do que o já explorado por nós. Planejamos continuar nossa estratégia de expandir a escala e o escopo dos serviços que prestamos a esses grandes clientes. Frequentemente, iniciamos nosso relacionamento com determinado cliente pela terceirização de um processo isolado e, com o passar do tempo, expandimos nossa atuação de forma a prestar serviços mais complexos de BPO e TI, em um leque mais amplo de atividades. Adicionalmente, pretendemos estruturar nosso profundo conhecimento do mercado de BPO e TI em soluções proprietárias que possam ser vendidas como uma solução isolada ou como parte de uma solução mais ampla de BPO ou TI. Nós acreditamos também que haja uma grande oportunidade para ampliarmos nossa receita por meio de *cross-selling* em nossa base atual de clientes. Por exemplo, oito dos nossos 20 maiores clientes no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 contrataram nossos serviços de TI e de BPO. Em 2006, somente três dentre esses 20 clientes contratavam nossos serviços em ambas as divisões de negócios, o que demonstra, além de uma evolução, haver ainda um grande potencial inexplorado no restante da nossa base de clientes. Além disso, há no mercado outras empresas com potencial para a terceirização de serviços, mas que ainda não utilizam esse recurso, para as quais pretendemos oferecer nossos serviços.

Continuar com nossa estratégia seletiva de aquisições

Esperamos continuar nossa estratégia de aquisições seletivas no Brasil e no exterior, a qual tem basicamente quatro objetivos: (i) agregar novas competências, áreas de atuação, serviços e *expertise*; (ii) potencializar as oportunidades de *cross-selling* na base de clientes das companhias adquiridas; (iii) aumentar economias de escala; e (iv) expandir nossa presença para novas geografias. Pretendemos focar em aquisições de empresas de médio e pequeno porte, com operações em determinados nichos de mercado que possam agregar valor à nossa oferta de

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

serviços, ao mesmo tempo que minimizam os riscos de integração. Para implementar essa estratégia, estamos continuamente avaliando empresas que se encaixam nesse perfil.

Aperfeiçoar constantemente o nosso capital humano

Nosso sucesso depende da qualidade e comprometimento de nossos funcionários. Planejamos continuar investindo significativamente na atração, contratação, desenvolvimento e retenção de funcionários, estendendo nossas parcerias com universidades e buscando desenvolver técnicas inovadoras de recrutamento. Além disso, pretendemos continuar expandindo nossas operações em cidades que possuam mão-de-obra qualificada e menor competição para contratação, bem como ampliar o número e aprofundar o escopo dos treinamentos que oferecemos aos nossos funcionários.

Continuar investindo em nossa excelência operacional

Pretendemos continuar investindo na geração de valor por meio da gestão eficiente dos processos de nossos clientes. Nossa capacidade de desenvolver e implementar serviços e de trabalhar com diversas plataformas tecnológicas em inúmeras indústrias complementam nosso *expertise* em processos. Pretendemos continuar a investir em metodologias e em ferramentas de gestão, tais como Seis Sigma, PDCA e BSC para nos concentrarmos na obtenção de resultados de alto valor agregado para nossos clientes e para nos mantermos na vanguarda de nosso mercado de atuação. Obtivemos a certificação CMMi de nível 3 e estamos investindo em processos e treinamento para chegarmos ao CMMi de nível 5 em maturidade de processo.

Expandir nossas operações internacionais

Atualmente, menos de 1,0% de nossa receita total bruta provém de operações internacionais. Planejamos aumentar nossa presença internacional, principalmente por meio de duas oportunidades: (i) a crescente internacionalização de companhias brasileiras; e (ii) a grande quantidade de multinacionais que possuímos em nossa base de clientes. A primeira oportunidade fundamenta-se em acompanhar companhias brasileiras em seu processo de internacionalização. Grandes conglomerados industriais brasileiros e instituições financeiras de capital nacional têm aumentado sua presença fora do Brasil nos últimos anos e isso abre a oportunidade de oferecermos nossos serviços nos países em que essas companhias se instalam ou atender às necessidades das operações internacionais destas empresas a partir do Brasil. A segunda oportunidade é estreitar nosso relacionamento com as matrizes de empresas multinacionais que possuam grandes operações no Brasil. Em determinados casos, os serviços de terceirização de gestão tecnológica que desenvolvemos para a filial brasileira são adotados pela sua matriz e replicados globalmente. Nossas filiais recentemente abertas nos Estado Unidos e na França foram resultado desse processo. Desenvolvemos um serviço de TI no Brasil para uma multinacional francesa e a matriz na França decidiu utilizar este serviço prestado a partir do Brasil para atender todas as suas unidades espalhadas pelo mundo.

FATORES DE RISCO

O investimento nas nossas Ações envolve alto grau de risco. Os investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomar uma decisão de investimento. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

por quaisquer desses riscos, dentre outros. O preço de mercado das nossas Ações pode diminuir devido a quaisquer desses riscos ou outros fatores, e os potenciais investidores podem vir a perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão nos afetar de maneira adversa, sendo que riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos por nós, ou que atualmente consideramos irrelevantes, podem também prejudicar nossas atividades de maneira significativa.

Para fins desta seção, a indicação de que um risco pode ter ou terá "um efeito adverso sobre nós" significa que o risco pode ter um efeito negativo sobre as nossas atividades, situação financeira, liquidez, resultados operacionais ou valor das Ações.

Riscos Relacionados aos Nossos Negócios e ao Setor de Atuação

Se não conseguirmos atrair novos talentos e manter funcionários qualificados para dar apoio às nossas operações, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira serão materialmente afetados.

Nossa atividade depende de um grande número de empregados e nosso sucesso depende, em grande parte, de nossa capacidade de atrair, contratar, treinar e manter pessoal qualificado. Ademais, a conjuntura econômica pode influenciar nossa capacidade de retenção de empregados, devido ao aumento da concorrência direta ou indireta por recursos humanos em determinadas cidades onde atuamos, elevando nossa taxa de *turn over*. Adicionalmente, há forte e contínua concorrência no setor em que atuamos quanto à contratação de profissionais nas áreas operacional, técnica e em outras. Poderemos não conseguir atrair, treinar e manter pessoal com as necessárias qualificações para atender nossos clientes, o que poderá afetar materialmente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A saída de membros da nossa Administração, ou a incapacidade de atrair e manter membros adicionais para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Nossa capacidade de manter uma posição competitiva e alcançar estratégias de crescimento depende da nossa Administração. Nossos Administradores possuem habilidades técnicas e negociais específicas que dificultam sua reposição por outro profissional. Ademais, poderemos não obter sucesso em atrair e manter membros qualificados para integrá-la. A perda dos serviços de qualquer dos membros da nossa Administração, por qualquer razão, e nossa incapacidade de atrair um substituto qualificado em tempo adequado, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode causar um efeito adverso relevante na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

O Sr. Eraldo Dante de Paola, um de nossos Diretores, é uma das muitas partes na Ação Penal que tramita no Rio de Janeiro, sob a alegação da prática de crimes contra o sistema financeiro e formação de quadrilha, decorrentes da liquidação do Banco Nacional S.A., onde o Sr. Eraldo Dante de Paola trabalhou durante o período de 1988 a 1993.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Podemos não ser capazes de administrar nosso crescimento de forma efetiva e manter controles internos efetivos, o que pode ter um efeito negativo relevante sobre nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Esperamos ter um grande crescimento e uma significativa expansão de nossas atividades. Para administrar o crescimento de forma efetiva, devemos implementar e aprimorar os sistemas operacionais, os procedimentos e controles internos de forma oportuna. Se não implementarmos esses sistemas, procedimentos e controles de forma oportuna, podemos não ser capazes de manter nossos clientes ou obter novos negócios, contratar e manter novos funcionários, concluir futuras potenciais aquisições ou operar nossos negócios de forma efetiva.

Aumentos de salários podem reduzir nossa margem de lucro.

Os salários e benefícios de nossos empregados são nossos custos mais significativos. Entretanto, os níveis de salário para empregados vêm aumentando nos últimos anos, em função de novas leis, acordos sindicais e outras razões, tais como o crescimento econômico do País, maior concorrência por empregados e maior demanda por serviços de BPO. Por exemplo, no Estado de São Paulo, por meio da Lei Estadual nº 12.640, de 11 de julho de 2007, alterada pela Lei Estadual nº 12.967, de 29 de abril de 2008 e posteriormente pela Lei Estadual nº 13.485, de 3 de abril de 2009 e no Estado do Rio de Janeiro, por meio da Lei Estadual nº 5.357, de 23 de dezembro de 2008 foram fixados pisos salariais regionais, acima do salário mínimo nacional. É possível que não consigamos repassar os aumentos de salário aos preços de nossos serviços, o que pode vir a reduzir nossas margens e, se repassarmos tais aumentos, poderemos deixar de ser competitivos.

Se não formos capazes de negociar de forma adequada com os sindicatos aos quais nossos empregados são filiados, nosso negócio poderá ser adversamente afetado.

Nossos empregados são filiados a diferentes sindicatos de trabalhadores, denominados Sintratel (Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing), Sintetel (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações), SindPD (Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Empregados de Empresas de Processamento de Dados) e Sinttel (Sindicato de Telecomunicações), e, de acordo com as leis trabalhistas, somos obrigados a negociar anualmente com os sindicatos os níveis salariais, benefícios, jornadas, entre outros. Se não formos capazes de satisfatoriamente negociar com os sindicatos de nossos empregados, podemos ser obrigados a aumentar os níveis dos salários em valores superiores aos índices inflacionários ou conceder outros benefícios que podem resultar em um aumento em nossas despesas ou gerar insatisfações de nossos empregados, que podem resultar em greves e paralisações.

Se as leis trabalhistas e previdenciárias tornarem-se mais rigorosas e onerosas, o mercado em que atuamos e, consequentemente, nossos negócios poderão ser adversamente afetados.

O Brasil tem legislações trabalhista e previdenciária rigorosas, que protegem os interesses dos empregados, e onerosas, com diversos encargos trabalhistas e previdenciários incidentes sobre a remuneração paga aos empregados. Como nossa atividade é bastante dependente de mão de obra, em termos quantitativos e qualitativos, se as leis trabalhistas e previdenciárias se tornarem mais rigorosas ou impuserem encargos adicionais, bem como aumentarem as alíquotas dos encargos

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

existentes, o mercado em que atuamos será afetado e, como consequência, nossos negócios serão adversamente afetados.

O mercado em que atuamos e nosso negócio dependem dos serviços de telecomunicações e energia elétrica. O desenvolvimento inadequado da infra-estrutura da rede pública necessária para expansão de nossas atividades poderá causar um impacto adverso ao nosso negócio.

O desenvolvimento inadequado da infra-estrutura da rede pública necessária ou o atraso na adoção de tecnologias e melhorias poderá causar um impacto adverso ao mercado em que atuamos e, consequentemente, ao nosso negócio. Mudanças no serviço ou disponibilidade insuficiente dos serviços de telecomunicação podem causar tempos de resposta mais lentos, afetando a conectividade necessária à prestação dos nossos serviços. Além disso, o aumento do custo dos serviços de telefonia e de transmissão de dados geram elevação de custos para o mercado em que atuamos, o que pode afetar nossos negócios na medida em que não conseguirmos repassar esses custos de forma eficiente aos preços que praticamos. A eventual incapacidade da rede pública de prestar adequadamente os serviços de telecomunicações e energia elétrica pode impactar negativamente na nossa capacidade de prestar nossos serviços com o mesmo nível de qualidade e disponibilidade.

Dependemos de tecnologias de terceiros, às quais podemos deixar de ter acesso ou ter acesso em condições não satisfatórias, podendo acarretar custos adicionais.

Para prestar nossos serviços dependemos, em parte, da tecnologia que licenciamos de terceiros de forma não exclusiva. Como resultado da estratégia de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de serviços, podemos nos tornar mais dependentes da tecnologia fornecida por terceiros. Tais tecnologias podem ser revogadas ou não serem renovadas, e podemos não conseguir as licenças necessárias para o desenvolvimento de serviços no futuro. Além disso, podemos não conseguir renegociar tais licenças em termos aceitáveis para refletir mudanças em nossa estrutura de preços. Mudanças ou perdas dessas licenças podem aumentar nossos custos com licenças, bem como levar à redução de desempenho dos nossos serviços. Adicionalmente, a tecnologia licenciada de terceiros pode conter erros não detectados que prejudiquem a funcionalidade ou afetem o sucesso de sua integração às nossas atividades. Como resultado dessas mudanças ou perdas, poderemos incorrer em custos adicionais para garantir o contínuo desempenho de nossos serviços, bem como sofrer atrasos na prestação desses serviços até que a reposição da tecnologia, se disponível, seja obtida e integrada às nossas atividades. Quaisquer erros, atrasos ou omissões que tivermos em relação a tecnologia de terceiros, podem impactar negativamente nossos negócios, bem como prejudicar o relacionamento comercial com nossos clientes.

O desaquecimento da economia e movimentos de consolidação podem fazer com que a demanda por serviços de TI e BPO caiam no mercado em que atuamos ou nos setores em que concentramos nossa atuação, gerando uma redução da nossa receita.

Alterações na atividade econômica afetam significativamente o resultado de nossas operações. Nossas atividades dependem principalmente do volume e frequência de transações realizadas diariamente, as quais, por sua vez, dependem do aquecimento da economia nacional e, em menor

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

escala, internacional. Reduções na atividade econômica nacional, em razão de variados fatores, tais como reduções no crescimento do PIB, aumentos das taxas de juros, inflação alta, reflexos de crises internacionais etc., reduzem nossas receitas porque elas são impactadas, diretamente ou indiretamente, pela redução no volume de processos de negócio. O desaquecimento na atividade econômica poderá afetar substancialmente o mercado em que atuamos e, como consequência, nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

A maioria de nossos clientes se concentra nos setores de serviços financeiros, seguros, serviços públicos, indústria, aviação civil e saúde. O sucesso de nosso negócio depende em grande parte da demanda continuada por nossos serviços pelos clientes desses setores, bem como da manutenção de tendências de terceirização de processos de negócios verificadas nesses setores. O desaquecimento de quaisquer desses setores, a desaceleração ou reversão da tendência de terceirização de processos de negócios em quaisquer desses setores resultará em diminuição da demanda por nossos serviços, o que, por sua vez, afetará nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira. Outros acontecimentos também poderão conduzir à diminuição da demanda por nossos serviços nesses setores, como, por exemplo, a verificação de movimentos de consolidação em quaisquer desses setores ou aquisições em que participem nossos clientes, diminuindo o número de consumidores potenciais de nossos serviços, o que poderá afetar adversamente nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Nossos clientes podem reduzir gastos com serviços de TI ou deixar de terceirizar parte ou todas as suas atividades conosco, o que pode afetar negativamente nossos resultados. Muitos dos nossos principais clientes têm ou podem desenvolver capacitação técnica e suporte tecnológico para suprir internamente suas necessidades relativas aos processos que hoje contratam conosco. Adicionalmente, a maioria dos nossos contratos comerciais é celebrada por prazos de um a dez anos no caso de serviços de TI e de um a cinco anos no caso de serviços de BPO, sem previsão de exclusividade e sem obrigatoriedade de renovação. Alguns destes contratos podem conter dispositivos que permitem a sua rescisão unilateral por liberalidade do cliente. Qualquer alteração na demanda dos serviços por um ou mais desses principais clientes, dificuldade de recebimento de pagamento ou mesmo perda de qualquer destes clientes poderá ter um efeito adverso sobre os nossos resultados operacionais. Pode haver situações onde iniciamos a prestação dos serviços durante o processo de formalização contratual, bem como situações onde a demora na conclusão do processo de formalização contratual ou constestação pelo cliente da medição dos serviços prestados podem gerar perdas e/ou atrasos no faturamento, reduzindo nossas receitas. No vencimento desses contratos, os clientes podem reavaliar seu relacionamento conosco, deixando de renová-los e, eventualmente, optar por desenvolver seus próprios serviços. A redução na demanda por nossos serviços por parte de nossos clientes também poderá afetar nosso negócio, resultados operacionais e situação financeira.

Temos instalações localizadas em municípios com alíquota favorável de Imposto sobre Serviços e a modificação de tais alíquotas pode afetar adversamente os nossos resultados.

Possuímos instalações em municípios nos quais a alíquota do Imposto sobre Serviços é reduzida em relação à alíquota praticada nas grandes capitais. A majoração de tal alíquota ou das bases de cálculo por legislação posterior poderá acarretar aumento do custo operacional e, caso não consigamos repassar estes custos para nossos clientes, nossos resultados financeiros e situação

financeira poderão ser afetados negativamente. Se não conseguirmos cumprir as metas de negócios e de investimentos exigidas como contra-partida pelos municípios nos quais temos benefícios fiscais, podemos sofrer aumento de custos com impostos.

Os setores em que atuamos são competitivos e podemos não ser capazes de competir eficientemente, o que pode dificultar a expansão dos nossos negócios.

Os mercados nos quais atuamos são altamente competitivos, fragmentados e sujeitos a rápidas mudanças. Acreditamos que os principais fatores competitivos no nosso setor sejam a amplitude e complexidade dos processos que empregamos, *expertise* tecnológica, qualidade de serviço, capacidade de atrair, treinar e reter pessoal qualificado, controles eficientes, capacidade de atuação global, preço, conhecimento das indústrias atendidas e capacidade de *marketing* e vendas. Competimos com uma grande variedade de companhias, incluindo empresas multinacionais que prestam serviços de consultoria, tecnologia e/ou de terceirização de processos de negócios, prestadores de serviços de BPO localizados em áreas competitivas de termos de preço e empresas de *software* que também prestam serviços de BPO.

Alguns de nossos competidores têm mais recursos financeiros, de *marketing*, tecnológicos e outros, além de uma maior base de clientes do que nós, e podem expandir suas ofertas de serviço e concorrer de forma mais efetiva por clientes e funcionários do que nós. Adicionalmente, alguns de nossos competidores multinacionais que não atuam no Brasil podem expandir sua capacidade de atuação até o Brasil, podendo ocasionar um aumento na concorrência para contratação de funcionários e reduzir nossa vantagem competitiva. Mudanças nos rumos de terceirização e tecnologia podem resultar no surgimento de novos e diferentes competidores em nossos mercados. Poderão também surgir novos competidores de maior expressão oriundos da fusão de competidores menores ou de companhias que prestam diferentes serviços ou serviços a diferentes divisões de negócios.

Esperamos que a concorrência se intensifique no futuro, com a entrada de mais empresas em nossos mercados. Uma maior concorrência pode resultar em preços e volumes mais baixos, maiores custos de recursos, especialmente de pessoal, lucratividade mais baixa, maior pressão sobre os preços, perda de *market share* e pressão inflacionária sobre os salários de nossos funcionários. Podemos não ser capazes de prestar aos clientes os serviços que eles consideram superiores e a preços competitivos e podemos perder negócios para nossos concorrentes. Qualquer incapacidade de concorrer de forma efetiva afetará de forma negativa os nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira.

Os mercados em que atuamos estão sujeitos a rápida evolução tecnológica.

Os padrões tecnológicos estão sujeitos a rápida evolução, de forma que não podemos garantir que os padrões com base nos quais optamos por desenvolver novos serviços nos permitirão competir de forma eficiente para a exploração de oportunidades comerciais nos mercados em que atuamos. A nossa capacidade de nos mantermos em uma posição de liderança no mercado no futuro dependerá da nossa capacidade de desenvolver novas soluções ou de nos adaptarmos a mudanças tecnológicas e de padrões de mercado, bem como de melhorar o desempenho dos nossos serviços e respectiva confiabilidade. A adaptação às mudanças tecnológicas podem envolver investimentos substanciais de nossa parte, podendo afetar nossos resultados operacionais e situação financeira.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Se não formos capazes de continuar adicionando valor agregado aos nossos serviços, nossas margens poderão ser substancialmente afetadas.

O nosso sucesso depende da nossa capacidade de implementar e integrar novos serviços e alinhá-los à demanda dos nossos clientes. Tendo em vista os constantes avanços tecnológicos do mercado de TI e de BPO, as necessidades dos nossos clientes são cada vez mais complexas e estes demandam constantemente novos serviços. Caso deixemos de prever e desenvolver melhorias tecnológicas, de aperfeiçoar e incrementar nossos serviços em tempo hábil, ou de nos posicionarmos ou precificarmos nossos serviços de modo a atender à demanda do mercado, os nossos clientes poderão deixar de adquirir nossos serviços e, como consequência, poderemos ter nossas margens reduzidas.

Parcela significativa das nossas receitas advém de contratos de prestação de serviços concentrados em poucos clientes.

Uma parcela significativa da nossa receita está concentrada entre os nossos dez maiores clientes em termos de receita bruta anual. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, esses clientes representaram, aproximadamente, 63,3% da nossa receita bruta e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, aproximadamente 61,1%. Não há garantia de que nossos contratos com nossos principais clientes serão renovados ou prorrogados ou que obteremos dos nossos principais clientes uma receita equivalente no futuro. Cerca de 90,8% de nossas receitas decorrem de contratos com prazo de pelo menos 24 meses. Qualquer alteração na demanda dos serviços por um ou mais desses principais clientes, dificuldade de recebimento de pagamento ou mesmo perda de qualquer destes clientes poderá ter um efeito adverso sobre os nossos resultados operacionais.

Estamos sujeitos a erros, atrasos ou falhas de nossas medidas de segurança de TI, que poderão também ser violadas ou comprometidas, além de estarmos sujeitos a indisponibilidades imprevistas de sistema de TI, que podem resultar em indenizações e na perda da confiança de nossos clientes na segurança dos nossos serviços, afetando adversamente nossas receitas.

Somos comumente contratados para a coleta e armazenagem de informações relacionadas às nossas atividades e, portanto, a manutenção ininterrupta da segurança de computadores e de redes de conectividade é crítica para nós e para os nossos clientes. Tentativas por qualquer pessoa, incluindo nossos funcionários, de violar dados ou invadir a segurança de redes para apropriar-se indevidamente de informações confidenciais, bem como a invasão de nossa rede por vírus de qualquer natureza ou falhas de sistema ou de nossos funcionários que acarretem no uso indevido de informações confidenciais, podem acarretar a interrupção da prestação dos nossos serviços e, consequentemente, afetar as operações dos nossos clientes. Em tais hipóteses, estaremos sujeitos a responsabilidades significativas perante nossos clientes ou os clientes de nossos clientes em virtude da violação das disposições contratuais de confidencialidade ou leis de privacidade. Ademais, podemos ser obrigados a despender significativos recursos financeiros e de outra natureza para nos protegermos da ameaça de quebras de segurança e para minimizar os problemas causados por violações, bem como por qualquer indisponibilidade imprevista dos nossos sistemas internos de TI. Em nossos esforços para desenvolver novos serviços e incrementar os

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

existentes, procuramos criar características destinadas a otimizar a segurança desses, entretanto, tais esforços não constituem uma imunidade absoluta à violação de dados por terceiros.

A divulgação não autorizada de dados exclusivos ou confidenciais de clientes, quer seja pela violação de nossos sistemas de computador, falha de sistema ou de outra forma, também pode prejudicar nossa reputação e fazer com que percamos os clientes existentes e os clientes em potencial, além de nos sujeitar a penalidades previstas em lei.

Podemos ficar sujeitos a erros e/ou atrasos significativos nos serviços que oferecemos.

Os serviços que oferecemos e a sua implementação podem conter erros ou falhas no projeto, especialmente quando introduzidos pela primeira vez. Esses erros ou falhas nos expõem à responsabilidade por serviço e reclamações de desempenho, bem como prejudicam a nossa reputação, o que pode causar impacto nas vendas futuras.

Podemos não ser capazes de repassar integralmente aos nossos clientes os aumentos de custos em que incorrermos, incluindo os aumentos de preço de nossos fornecedores.

Os nossos custos são afetados pelo preço pago pelos produtos e serviços oferecidos pelos nossos fornecedores, entre outros custos. Por outro lado, as nossas receitas oriundas dos contratos firmados com nossos clientes não são necessariamente ajustados pelos mesmos índices pelos quais são ajustados os contratos com os nossos fornecedores. Se os custos aumentarem e não formos capazes de repassar esses acréscimos para os nossos clientes, teremos que absorver tais acréscimos, o que poderá afetar negativamente nossos resultados.

Podemos não conseguir executar integralmente nossa estratégia de negócio.

Nossa capacidade de implementar nossa estratégia de negócio depende de uma série de fatores, incluindo nossa habilidade de:

- captar novos clientes e reter clientes existentes;
- adquirir novas empresas e/ou ativos tanto no Brasil como no exterior;
- financiar investimentos;
- estabelecer e manter parcerias;
- contratar e reter mão de obra capacitada; e
- aumentar a capacidade de atuação em mercados existentes e expandir para novos mercados.

O não atingimento de quaisquer desses objetivos, seja originado por dificuldades competitivas ou fatores de custo, pode limitar a nossa capacidade de executar integralmente nossa estratégia de negócio, afetando negativamente nossos resultados.

Enfrentamos um longo ciclo de venda para garantir um novo contrato e períodos de implementação que exigem significativos compromissos de recursos, o que pode afetar a manutenção de receitas.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Normalmente enfrentamos um longo ciclo de venda para garantir um novo contrato, com a significativa utilização de recursos humanos e esforços comerciais. Após a celebração do contrato, caso haja falhas ou perda de eficiência da nossa área comercial e operacional, seja por fatores internos ou externos, a implementação e a manutenção dos serviços contratados pode ser afetada, acarretando perda de rentabilidade.

Também não podemos garantir que seja possível negociar novos contratos com base na mesma estrutura de custos que a atual, de forma que caso não possamos manter, por fatores internos ou externos, a mesma estrutura de custos na negociação de novos contratos e esses venham a ser celebrados, as receitas daí advindas poderão ser com menor margem do que as receitas atuais.

Celebramos contratos de longo prazo e contratos de preço fixo com nossos clientes. Se não definirmos corretamente o preço desses contratos nossa lucratividade pode ser afetada negativamente.

Os preços de nossos serviços são definidos em nossos contratos, muitos dos quais são de prazo longo. Em certos casos, comprometemo-nos com certos preços durante o prazo do contrato, assumindo o risco de aumento dos custos envolvidos. Se não estimarmos precisamente os futuros índices de correção salarial, taxas de câmbio ou nossos outros custos, bem como o tempo necessário para a conclusão dos serviços, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser negativamente afetados.

Podemos estar sujeitos a pedidos de indenização substanciais feitas por nossos clientes, decorrentes de interrupções em seus negócios ou de serviço inadequado.

A maior parte de nossos contratos de prestação de serviço com clientes contém exigências de nível de serviço e desempenho, incluindo exigências relacionadas à qualidade de nossos serviços e ao tempo demandado para a conclusão dos mesmos. O fato de não cumprirmos de forma consistente as exigências de serviço de um cliente ou de errarmos no curso da prestação dos serviços, podem interromper os negócios do cliente e resultar em uma redução nas receitas e/ou em um pedido de indenização contra nós. Além disso, podemos incorrer em responsabilidade se um processo que administramos para um cliente resultar em falhas de controle interno ou prejudicar a capacidade de nosso cliente cumprir suas próprias exigências de controle interno.

Podemos não ser capazes de renovar a licença de utilização de nossa propriedade intelectual ou de terceiros ou não sermos capazes de proteger nossa propriedade intelectual ou a de terceiros.

Nossos serviços de TI e BPO dependem do uso intensivo de propriedade intelectual. Nós não detemos a propriedade de grande parte do software que utilizamos no desenvolvimento de nossos produtos, contando com a licença para sua utilização dos detentores desse software. Caso tais licenças não sejam renovadas, por qualquer razão, ou caso sejamos acionados judicialmente por uso indevido desse software ou propriedade intelectual relacionada, isto poderá afetar negativamente as operações da empresa e seu fluxo de caixa. Valemo-nos de uma combinação de proteções oferecidas pela propriedade intelectual, tais como leis sobre direitos autorais, patentes, marcas e de segredos de negócio e indústria, procedimentos de confidencialidade e compromissos

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

contratuais para proteção das suas informações confidenciais e de terceiros. Apesar de nossos esforços, não se pode garantir que essas proteções serão adequadas.

A imposição de leis e regulamentos proibindo ou restringindo as atividades de prestação de serviços de atendimento telefônico no Brasil ou no exterior poderão afetar adversamente nossas operações e receitas.

Em 31 de julho de 2008, foi editado o Decreto Federal nº 6.523/2008, que entrou em vigor em 1º de dezembro de 2008. Tal Decreto estabeleceu diversas restrições e regras operacionais aplicáveis aos serviços de atendimento ao consumidor, ou SACs (assim entendidos os serviços de atendimento telefônico que tenham como finalidade resolver as demandas dos consumidores sobre informação, dúvida, reclamação, suspensão ou cancelamento de contratos e de serviços). Em caso de descumprimento de tais restrições e regras, a parte inadimplente estará sujeita a multa. Ademais, o Governo do Estado de São Paulo promulgou em 7 de outubro de 2008 a Lei nº 13.226/08, que entrou em vigor na data de sua publicação, criando o Cadastro para Bloqueio do Recebimento de Ligações, cadastro esse no qual estão inscritos consumidores que manifestaram seu interesse por não receber ligações telefônicas de prestadores de serviços. A existência de previsões legais que restrinjam nossa atuação no ramo de forma ativa poderá desencorajar nossos clientes na terceirização de tais serviços. Ademais, parte de nossa estratégia de captação de novos clientes consiste na oferta de serviços de atendimento telefônico ativo, estratégia que poderá ser afetada pela existência de novas regulamentações. Se forem promulgadas novas leis que (i) proíbam, dificultem ou restrinjam nossa estratégia de captação de clientes, ou (ii) estabeleçam novos critérios técnicos e operacionais que aumentem o custo de nossos serviços, nossos negócios serão adversamente afetados.

A imposição de leis e regulamentos proibindo ou restrigindo as atividades de terceirização de processos de negócios no Brasil ou no exterior poderão afetar adversamente nossas operações e receitas.

Empresas que terceirizam serviços a prestadores de serviços estrangeiros tornaram-se tópico de discussão política em muitos países, em função dos efeitos da terceirização vis a vis a perda de empregos nos mercados domésticos. Além disso, tem havido uma recente publicidade sobre experiências negativas relacionadas à terceirização no exterior, tais como roubo e apropriação indébita de dados confidenciais de clientes. Nossos clientes estrangeiros podem ser estimulados a terceirizar serviços ou processos para prestadores locais, para evitar as percepções negativas que podem ser associadas ao uso de uma prestadora estrangeira. Qualquer desaceleração ou mudança das atuais tendências do segmento para a terceirização prejudicará nossa capacidade de concorrer de forma efetiva com prestadoras de serviços.

No Brasil, a terceirização de processos de negócios não é uma atividade regulada. A falta de regulamentação resultou em discussões trabalhistas sobre vínculo empregatício entre os empregados das empresas terceirizadas com os contratantes dos serviços. A Súmula nº 331 do TST consolidou o entendimento jurisprudencial para considerar válida a terceirização de atividades quando se trata de serviços especializados, ligados à atividade-meio da empresa tomadora, devendo a prestação dos serviços ocorrer sem a existência de pessoalidade e subordinação. Além disso, ainda que se trate de terceirização regular (de acordo com a Súmula nº 331, do TST), a empresa tomadora de serviços é considerada responsável subsidiária pelos débitos trabalhistas não

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

quitados pela empresa prestadora com relação aos seus empregados. Neste aspecto, se forem promulgadas novas leis que proíbam, restrinjam ou dificultem a terceirização de serviços por nossos clientes, nossos negócios serão adversamente afetados.

Somos resultado de aquisições e reorganizações societárias e parte de nossa estratégia de crescimento está baseada na continuidade destas aquisições não apenas no Brasil, mas também no exterior. As aquisições e reorganizações societárias apresentam muitos riscos que poderão afetar adversamente nossas operações e receitas.

Somos resultado de aquisições e reorganizações societárias e a continuidade da aquisição de ativos e negócios não apenas no Brasil, mas também no exterior, constitui elemento importante da nossa estratégia de crescimento e esperamos continuar a adquirir empresas, serviços e tecnologias. Os riscos provenientes destas aquisições e reorganizações societárias incluem, entre outros, os seguintes: (i) a aquisição poderá não contribuir para nossa estratégia comercial, ou pode-se pagar por ela mais do que seu valor real; (ii) poderemos não ser capazes de integrar de forma satisfatória as empresas e negócios que adquirimos por variadas razões; (iii) poderemos ter dificuldade em assimilar as tecnologias adquiridas à nossa linha de serviços, não conseguindo manter padrões, controles, procedimentos e políticas uniformes; (iv) o relacionamento com os atuais e novos funcionários, clientes e fornecedores poderá ficar prejudicado; (v) o processo de diligência de negócios pode não identificar problemas técnicos, tais como questões ligadas à qualidade ou estrutura de serviços da empresa adquirida; (vi) a aquisição pode acarretar processos movidos por funcionários demitidos ou terceiros; (vii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos e a atenção da nossa Administração pode ser desviada para questões ligadas à transição ou à integração; e (viii) as aquisições podem vir a gerar ágio contábil e sua amortização terá como efeito a redução do lucro no período e, em consequência, a redução do valor do dividendo obrigatório. Adicionalmente, podemos assumir um passivo contingente das empresas adquiridas e/ou resultante de reorganizações societárias relativo a questões civis, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e questões de propriedade intelectual, práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das empresas alvo.

Fazemos aquisições onde assumimos o compromisso de pagamento futuro atrelado ao cumprimento de indicadores financeiros e garantimos a manutenção de parte da gestão da empresa adquirida por um prazo determinado. A metodologia de cálculo dos indicadores financeiros utilizados no contrato pode ser questionada em função de mudanças nas práticas contábeis, critérios de apropriação de receitas, custos, despesas e investimentos entre linhas de negócios que estão atrelados às métricas do contrato de aquisição. O prazo de garantia de permanência dos gestores da empresa adquirida pode ser inferior ao período de vigência dos pagamentos futuros, e os gestores podem ser desligados. Este fato pode também gerar questionamentos em relação à condução dos negócios e seu impacto nos pagamentos futuros.

A expansão para países nos quais não operamos atualmente pode gerar dificuldades regulamentares, de pessoal, tecnológicas, comerciais e outras dificuldades que aumentem nossas despesas ou adiem nossa capacidade de iniciar nossas operações ou nos tornarmos lucrativos nesses países.

Esses fatores, aliados ao risco de assumirmos um passivo contingente de empresas adquiridas e/ou resultante de reorganizações societárias, podem causar efeito prejudicial sobre os nossos negócios,

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

resultados operacionais, situação financeira ou fluxos de caixa, especialmente no caso de aquisição de empresas de maior porte. Podemos utilizar ações de nossa emissão como forma de pagamento por tais aquisições. Na medida em que emitirmos ações no âmbito de aquisições futuras, os acionistas existentes poderão ter suas participações diluídas.

Alguns de nossos contratos de longo prazo com clientes contêm disposições de "benchmarking" que, caso acionadas, poderiam afetar adversamente nossas receitas futuras oriundas desses contratos.

Alguns dos contratos que celebramos com nossos clientes contêm disposições de "*benchmarking*". Disposições de "*benchmarking*" são cláusulas contratuais pelas quais um cliente poderá, sob certas circunstâncias, requerer que um terceiro designado pelas partes produza um estudo de mercado comparando determinados fatores, como nosso preço, desempenho e o ganho de eficiência proporcionado ao cliente, com os mesmos fatores de empresas que prestam serviços comparáveis aos nossos. Com base nos resultados dos estudos de "*benchmarking*" e dependendo das razões que deram ensejo a uma variação desfavorável a nós, poderemos ser obrigados a reduzir os nossos preços nos contratos objeto do "*benchmarking*" pelo seu prazo de vigência restante, o que poderia acarretar um impacto adverso relevante em nossas receitas.

Nossas instalações físicas e nossos sistemas de informação estão sujeitos a infortúnios em decorrência de desastres catastróficos, eclosão de doenças contagiosas ou eventos similares

Nossa sede, nossos centros de processamento de dados, nossos sistemas de informação e nossas centrais de atendimento estão sujeitos a interrupções em seu funcionamento, em decorrência de catástrofes imprevisíveis que se encontram além do nosso controle, tais como desastres naturais, eclosão de doenças contagiosas (como a influenza A, H1N1) e a suspensão no fornecimento de energia elétrica. Se alguma dessas instalações for afetada por algum dos acontecimentos apontados acima ou eventos similares, isso poderá interromper nossas operações, retardar a prestação de serviços e postergar o aferimento de receitas, resultando na interrupção de nossas principais atividades, o que poderá afetar significativamente nossas operações e receitas.

Riscos Relativos ao Brasil

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, podem afetar adversamente nossas atividades e o valor de mercado de nossas Ações.

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes, e por vezes significativas, intervenções do Governo Federal, nas políticas monetária, de crédito, fiscal e outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e colocar em prática outras políticas, envolveram no passado, entre outras, aumentos nas taxas de juros, mudanças na política fiscal, controle de preços, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e limitações sobre as mercadorias e os serviços importados. Não temos controle e não podemos prever quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro. Os negócios, condição financeira e resultados das nossas operações, bem como o valor de mercado das Ações, podem ser adversamente afetados em razão

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

de mudanças na política pública em nível federal, estadual e municipal, relacionadas a determinados fatores, tais como:

- taxas de juros;
- controle no câmbio e restrições a remessas ao exterior, tais como as que eram impostas a remessas (incluindo dividendos) em 1989 ao início de 1990;
- variações nas taxas de câmbio;
- inflação;
- liquidez no mercado doméstico financeiro e de capitais e mercados de empréstimos;
- política fiscal e regime tributário;
- tarifas públicas;
- políticas governamentais de investimento em telecomunicações e energia;
- medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o Brasil; e
- restrição à importação de *software*, equipamentos e outros insumos necessários à nossa operação.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

A inflação e os esforços do Governo Federal para combater a inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar nossas atividades e o preço de mercado de nossas Ações.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal com o intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, as taxas de juros oficiais no Brasil em 30 de junho de 2009 foram de 9,3% e no final de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 foram de 17,7%, 18,0%, 13,2%, 11,2% e 13,7%, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM. A taxa de inflação, conforme medida pelo IPCA, para os anos de 2004 a 2008, foi de 7,6%, 5,7%, 3,1%, 4,5% e 5,9%, respectivamente.

Inflação, medidas de combate à inflação e especulação sobre possíveis medidas também podem contribuir de forma relevante para incertezas sobre a economia no Brasil e enfraquecer a confiança do investidor no Brasil, podendo afetar a nossa capacidade de acessar fontes de financiamento, incluindo o acesso a mercado de capitais internacional.

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação,

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

afetando adversamente o desempenho da economia brasileira como um todo. Se o Brasil experimentar novamente inflação elevada, podemos não ser capazes de ajustar os preços que cobramos dos nossos clientes para compensar o custo da inflação em nossa estrutura de custos, o que poderá aumentar nossos custos e reduzir nossas margens líquidas e operacionais.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como nossos negócios e o preço de mercado de nossas Ações.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações em relação ao Dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, mini desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. Por exemplo, o Real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao Dólar. O Real se valorizou 8,1%, 11,8%, 8,7% e 17,2% em relação ao Dólar em 2004, 2005, 2006 e 2007, respectivamente. No entanto, em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 31,9% frente ao Dólar. Não se pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou valorização em relação ao Dólar novamente, tampouco que a instabilidade cambial não persistirá. Em 31 de dezembro de 2008, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar foi de R$2,337 por US$1,00. Em 30 de junho de 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R$1,9516 por US$1,00.

Caso o Real continue a se valorizar em relação ao Dólar, nossos serviços poderão ficar mais caros, especialmente para nossos clientes estrangeiros, podendo nos deixar menos competitivos em termos globais, afetando o resultado de nossas operações. Por outro lado, as desvalorizações do Real em relação ao Dólar afetam diretamente nosso custo porque grande parte de nossos equipamentos são importados e/ou dolarizados, afetando nossa capacidade de repor equipamentos. Adicionalmente, as desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o resultado de nossas operações, e o preço de mercado das Ações, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos e em países de economia emergente, podem afetar adversamente a economia brasileira, nossos negócios e o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros, incluindo as nossas Ações, além de poder limitar nosso acesso aos mercados internacionais.

O preço de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas e de mercado de outros países, principalmente dos Estados Unidos e da China, bem como países da América Latina e países de economia emergente. Condições econômicas adversas em outros mercados emergentes resultaram algumas vezes em significativos fluxos de saída de recursos do Brasil ao exterior. Além disso, a crise financeira originada nos Estados Unidos no quarto trimestre de 2008 resultou em um cenário

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

recessivo em escala global, com diversos reflexos, que direta ou indiretamente afetam de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos pelos nossos clientes, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras, inclusive das Ações. Crises em outros países podem dificultar ou impedir nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das nossas operações no futuro, em termos aceitáveis, bem como, direta ou indiretamente, dificultar ou impedir nosso acesso a mercados internacionais, afetando negativamente os nossos resultados operacionais, nosso valor de mercado e nossa condição financeira.

Flutuações da taxa de juros poderão aumentar nossos custos ocasionando efeitos adversos sobre nosso negócio e o preço de nossas Ações.

O Banco Central estabelece periodicamente a taxa SELIC, a taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro, que serve como um importante instrumento para o cumprimento de metas inflacionárias. A taxa básica de juros tem oscilado frequentemente nos últimos anos. O Banco Central tem frequentemente ajustado a taxa básica de juros em razão de incertezas econômicas e para atingir os objetivos determinados pela política econômica do Governo Federal. Por exemplo, em resposta ao cenário econômico, o Banco Central reduziu a taxa básica de juros durante o primeiro semestre de 2004. Já em 2005, o Banco Central, com o intuito de controlar a inflação, aumentou por diversas vezes a taxa básica de juros, a qual passou de 16,0% ao ano em setembro de 2004, para 19,8% ao ano, em maio de 2005. Nos últimos dois anos, o Governo Federal vinha reduzindo as taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2006, a taxa básica de juros era de 13,2% ao ano, e em 31 de dezembro de 2007, de 11,2% ao ano. Já em 2008, o Banco Central retomou a postura de controle da inflação, novamente aumentando a taxa básica de juros que, em 31 de dezembro de 2008, era de 13,7% ao ano. Já em 2009, devido aos efeitos da crise econômica mundial no Brasil, há nova tendência de queda na taxa básica de juros que, em 30 de junho de 2009, era de 9,3%.

Grande parte de nossos equipamentos são objeto de contratos de *leasing* e, portanto, aumentos na taxa básica de juros podem afetar adversamente o resultado das nossas operações, por meio do aumento de nossos custos e diminuição das margens, dentre outros fatores.

As nossas condições financeiras e resultados reportados podem ser afetados adversamente pelas mudanças nos práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os princípios contábeis brasileiros estão sendo rapidamente alterados em razão de legislação adotada no fim de 2007, fazendo com que os parâmetros dos princípios contábeis brasileiros convirjam com o IFRS, que se tornará obrigatório em 2010. Mudanças que entraram em vigor em 2008 foram refletidas nos exercícios de 2006, 2007 e 2008 nas nossas demonstrações financeiras combinadas e estão descritas na nota explicativa nº 2 de nossas demonstrações financeiras auditadas e combinadas.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Novos pronunciamentos contábeis foram adotados e estão vigentes, enquanto a emissão de outros é esperada em breve. Ainda não se pode prever os efeitos que a entrada em vigor dessas mudanças terá sobre as nossas demonstrações financeiras. Esses efeitos podem incluir a redução de receitas, lucro líquido ou lucro operacional reportados ou afetar adversamente o nosso balanço patrimonial.

Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Ações Ordinárias

Um mercado ativo e líquido para nossas Ações poderá não se desenvolver e a participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de Bookbuilding poderá ter um impacto adverso na liquidez das Ações e na definição do Preço por Ação.

Não existe, atualmente, um mercado ativo ou líquido para nossas Ações. Não podemos prever em que medida o interesse de investidores por nós ocasionará o desenvolvimento de um mercado para a negociação das Ações na BM&FBOVESPA, e o quão líquido poderá vir a ser este mercado. O mercado de valores mobiliários brasileiro é substancialmente menor, menos líquido, mais volátil e mais concentrado do que os principais mercados de valores mobiliários internacionais.

Como exemplo, a BM&FBOVESPA apresentou capitalização bursátil de aproximadamente R$1,36 trilhões em 31 de dezembro de 2008 e uma média diária de negociação de R$5,40 bilhões em 2008. As dez ações mais negociadas em termos de volume contabilizaram, aproximadamente, 57,4% do volume total negociado na BM&FBOVESPA no ano de 2008. Essas características de mercado podem limitar substancialmente a capacidade dos detentores de Ações de vendê-las ao preço e na ocasião em que desejarem fazê-lo e, consequentemente, poderão vir a afetar negativamente o preço de mercado das Ações.

O Preço por Ação será determinado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* e poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta. Ademais, nos termos da regulamentação em vigor, caso a demanda verificada na Oferta seja inferior a um terço das Ações (excluídas as Ações Suplementares), Pessoas Vinculadas, que sejam consideradas Investidores Institucionais, poderão adquirir Ações, o que poderá ter um impacto na definição do Preço por Ação, ou na liquidez das Ações no mercado secundário. A aquisição de Ações realizadas para proteção (hedge) de operações com derivativos não serão consideradas investimento efetuado por Pessoas Vinculadas para fins da presente Oferta.

A venda de quantidades significativas das Ações após a Oferta pode fazer com que o preço das Ações diminua.

Nós, nossos Administradores e os Acionistas Controladores nos comprometemos a celebrar acordos de não disposição, em conformidade com os quais, observadas certas exceções, concordamos em não emitir, oferecer, vender, contratar a venda, conceder qualquer preferência, direito ou garantia para compra, emprestar, dar em garantia ou de outra forma alienar, direta ou indiretamente, no prazo de até 180 dias a contar da data do Prospecto Definitivo, quaisquer das Ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em Ações, que possam ser permutados por Ações, ou que representem direito de receber Ações. Concordamos também em, até 180 dias a contar da data do Prospecto Definitivo, não celebrar swap ou qualquer acordo que transfira a terceiro, total ou parcialmente, resultados econômicos dos proprietários das Ações. Referidos compromissos

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

negativos estendem-se a qualquer arquivamento junto à CVM de pedidos ou requerimentos visando à prática de quaisquer dos atos acima descritos. Além disso, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, os Acionistas Controladores e Administradores não podem vender ou ofertar as Ações e instrumentos derivativos relacionados às Ações, durante os seis primeiros meses após a Oferta. Após o período de seis meses, os Acionistas Controladores e Administradores não poderão, por um período adicional de seis meses, vender ou ofertar mais de 40,0% das Ações ou instrumentos derivativos relacionados às Ações adquiridas após a Oferta. Após assinarem o Acordo de Acionistas Pós-IPO, ações de nossa emissão detidas pelos Acionistas Controladores, representativas de 40% de nosso capital social na data do Prospecto Preliminar de noss Oferta Pública Inicial Secundária de Ações, estarão sujeitas a restrição de venda até 31 de julho de 2011, sendo que após um ano da data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO, a Tivit Tecnologia e a Lit Tele poderão vender ações representativas de 2,91% de nosso capital, o Pátria FIP poderá vender ações representativas de 0,50% de nosso capital, Luiz Roberto Novaes Mattar poderá vender ações representativas de 0,40% de nosso capital e Eraldo Dante de Paola poderá vender ações representativas de 0,19% de nosso capital. Um ano e seis meses após a data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO, Tivit Tecnologia, Lit Tele, Pátria FIP, Luiz Roberto Novaes Mattar e Eraldo Dante de Paola poderão vender mais ações de nosso capital social, nas mesmas quantidades liberadas após um ano da data de assinatura do Acordo de Acionistas Pós-IPO (ou seja, a Tivit Tecnologia e a Lit Tele poderão vender ações representativas de 2,91% de nosso capital, o Pátria FIP poderá vender ações representativas de 0,50% de nosso capital, Luiz Roberto Novaes Mattar poderá vender ações representativas de 0,40% de nosso capital e Eraldo Dante de Paola poderá vender ações representativas de 0,19% de nosso capital). Após 31 de julho de 2011, todas as Ações estarão integralmente livres para venda ao público. Caso os titulares das Ações as vendam ou, caso o mercado tenha a impressão de que pretendemos vender as Ações ou um montante significativo de Ações, o preço de mercado das Ações poderá cair significativamente.

Poderemos vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá afetar o preço das Ações e resultar em uma diluição da participação do investidor nas Ações.

Poderemos vir a ter que captar recursos adicionais no futuro por meio de operações de emissão pública ou privada de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas. Qualquer captação de recursos por meio da distribuição de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por elas pode resultar em alteração no preço das Ações e na diluição da participação do referido investidor nas Ações.

Ao adquirir as Ações, o investidor sofrerá diluição imediata no valor contábil de seu investimento.

Esperamos que o Preço por Ação exceda o valor patrimonial contábil por ação de nosso capital social. O investidor, portanto, pagará um Preço por Ação maior do que o total de nosso ativo, menos o total de nosso passivo, dividido pelo número total de nossas ações ordinárias, sofrendo uma diluição imediata e substancial do valor patrimonial contábil de seu investimento.

Os interesses dos Acionistas Controladores podem entrar em conflito com os interesses dos investidores.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

Os Acionistas Controladores terão poderes para decidir, na forma determinada pelo Acordo de Acionistas Pós-IPO, que estipula reuniões prévias vinculantes para o exercício do voto em reuniões do Conselho de Administração e nas Assembleias Gerais, todas as matérias sujeitas à aprovação de nossos acionistas, incluindo a eleição dos nossos administradores, a distribuição e o pagamento de dividendos e outros assuntos operacionais e administrativos. Os interesses dos nossos Acionistas Controladores podem não coincidir com os interesses dos detentores das Ações.

A Oferta poderá nos deixar expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a esforços de venda de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta compreende a oferta de Ações realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, por meio de uma distribuição pública secundária registrada na CVM, que inclui esforços de colocação das Ações no exterior, nos Estados Unidos para investidores institucionais qualificados (*qualified institutional buyers*) definidos em conformidade com o disposto na Regra 144A do *Securities Act* e para investidores nos demais países (exceto Estados Unidos e Brasil), com base no Regulamento S do *Securities Act* que invistam no Brasil em conformidade com os mecanismos de investimento autorizados pelo governo brasileiro. Os esforços de colocação de Ações no exterior nos expõe a normas relacionadas à proteção destes Investidores Estrangeiros em relação a informações incorretas relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*, inclusive no que tange aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a essas questões. Adicionalmente, somos parte do *Placement Facilitation Agreement*, que regula os esforços de venda de Ações no exterior e apresenta cláusula de indenização em favor dos Agentes de Colocação Internacional caso venham a sofrer perdas no exterior em razão de informações incorretas relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Offering Memorandum* e no *Final Offering Memorandum*. Caso os Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a tais questões, estes poderão ter direito de regresso contra nós em razão desta cláusula de indenização. Ademais, este contrato possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais. Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra nós no exterior. Esses procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique comprovado que nenhuma improbidade foi cometida. A nossa eventual condenação em um processo no exterior pelos motivos expostos acima poderá envolver valores elevados, o que poderá nos causar um impacto significativo e adverso.

Os detentores das nossas Ações podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com o nosso Estatuto Social, devemos pagar aos nossos acionistas, no mínimo, 25,0% do nosso lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, sob a forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio. O lucro líquido pode ser capitalizado,

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

utilizado para compensar prejuízo ou retido nos termos previstos na Lei das Sociedades por Ações e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações permite que uma companhia aberta, como nós, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos em determinado exercício social, caso o Conselho de Administração informe à Assembleia Geral Ordinária que a distribuição seria incompatível com a nossa situação financeira.

CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, da validade, da eficácia, da interpretação, da violação e de seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

RELAÇÃO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03 de 14 de maio de 1999, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, além dos serviços de prestação de serviços de auditoria externa relacionados à análise das nossas demonstrações financeiras, prestou serviços relacionados à Oferta Pública de Ações e foi contratada para serviços de consultoria para o acompanhamento do projeto de implantação do ERP, a ser conduzido por nós mesmos, no período de julho de 2007 a julho de 2008. Os correspondentes honorários para esses serviços totalizaram aproximadamente R$830.000,00 e representaram aproximadamente 65% do total de honorários relativos à auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2008, incluindo a reapresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007, 2006 e 2005. A nossa Política de contratação de serviços de auditores independentes estabelece que não pode haver conflito de interesses, perda de independência ou objetividade pelos auditores. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em (a) o auditor não auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não promover os interesses de seu cliente.

Nesse sentido, conforme requerido pelo artigo 3º da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes declarou que os outros serviços por ela prestados a nós não se enquadram nos exemplos de serviços descritos no parágrafo único do artigo 23 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio 1999, pois não influenciaram ou poderão vir a influenciar as decisões tomadas pela nossa administração, tampouco afetaram a independência ou objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes a nós.

14.03 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA

PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES OUTORGADO PELA TIVIT TECNOLOGIA A SEUS ADMINISTRADORES, MAS QUE TÊM COMO OBJETO AÇÕES DE NOSSA EMISSÃO

Os Srs. Paulo Henrique de Oliveira Santos, Fernando de Castro Reinach e Naldilei Zumpano, membros do nosso Conselho de Administração, são beneficiários de um plano de opção de compra de ações da Tivit Tecnologia. Com base em referido plano, a Tivit Tecnologia, utilizando ações de nossa emissão de sua titularidade, outorgou opções de compra de ações aos beneficiários. Dessa forma, o Sr. Paulo Henrique de Oliveira Santos adquiriu 160.188 ações, o Sr. Fernando de Castro Reinach adquiriu 160.188 ações e o Sr. Naldilei Zumpano adquiriu 53.400 ações. As ações adquiridas no âmbito desse plano serão recompradas pela Tivit Tecnologia pelo Preço por Ação referente à Oferta Inicial Secundária de nossa ações, no dia em que for definido nos termos do Procedimento de *Bookbuilding*. Após o exercício das opções de recompra pela Tivit Tecnologia, a remuneração indireta representada pelo plano de opção de compra de ações da Tivit Tecnologia será de R$ 6.914.856,00 para os Srs. Paulo Henrique de Oliveira Santos, Fernando de Castro Reinach e Naldilei Zumpano, com base no ponto médio da faixa de preço indicativa referida na capa do Prospecto Preliminar da Oferta Inicial Secundária de nossa ações (R$ 18,50).

O plano de opção de compra de ações acima referenciado se explica pelo nosso histórico de crescimento. Somos resultado da associação entre as atividades e ativos da Tivit Tecnologia e da Telefutura, concluída em julho de 2007, além da aquisição da Softway, também concluída em julho de 2007. Especificamente no que se refere à Tivit Tecnologia, referida empresa foi adquirida pelo Grupo Votorantim (através da Votorantim Novos Negócios, braço de investimento do grupo), ainda sob o nome de Optiglobe Telecomunicações Ltda., e passou por uma transformação no seu modelo de negócios, tornando-se uma plataforma unificada e integrada de infra-estrutura de TI e serviços de BPO, até sua associação com a Telefutura. Como forma de remunerar os principais executivos da Tivit Tecnologia, que desenvolveram seu modelo de negócios e a levaram até a associação com a Telefutura, o que possibilitou, entre outras coisas, o acesso ao mercado de capitais, o Grupo Votorantim decidiu estabelecer uma forma de remuneração variável, utilizando como ativo as ações de nossa emissão. Desta forma, o plano de opção de compra de ações em questão não se trata de um plano de incentivo para nossa administração e sim de um prêmio aos executivos do Grupo Votorantim que se dedicaram ao desenvolvimento da Tivit Tecnologia até sua associação com a Telefutura, razão pela qual foi estabelecido no âmbito da controladora.

Os Srs. Paulo Henrique de Oliveira Santos, Fernando de Castro Reinach e Naldilei Zumpano, beneficiários do plano de opção de compra, são executivos da Votorantim Novos Negócios, braço de investimento do Grupo Votorantim, e foram os responsáveis por levar a Tivit Tecnologia de uma prestadora de serviços de TI até uma companhia unificada e integrada de infra-estrutura de TI e serviços de BPO, que se associou à Telefutura.

15.01 - PROBLEMAS AMBIENTAIS

Preservação Ambiental

As nossas atividades não geram impactos ambientais significativos, pois nossas atividades não ocasionam a emissão de poluentes e os produtos por elas desenvolvidos decorrem de trabalho intelectual e de equipamentos que, quando podem causar algum impacto potencial ambiental, são devidamente licenciados pelas autoridades ambientais competentes. Dessa forma, possuímos um CDL (Certificado de Dispensa de Licença), emitido pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, do Estado de São Paulo (Cetesb-SP), inclusive no que diz respeito à quantidade de óleo diesel que armazenamos para nossas atividades.

Adotamos medidas concretas de análise dos aspectos ambientais e consequentes impactos, tais como o descarte de lâmpadas fluorescentes, baterias, óleos e caixas de coleta, atendendo às regulamentações legais. Possuímos ainda uma área de proteção ambiental junto à nossa unidade localizada na Barra da Tijuca, no Estado do Rio de Janeiro.

Não aderimos a padrões internacionais relativos à proteção ambiental.

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

16.01 - AÇÕES JUDICIAIS COM VALOR SUPERIOR A 5% DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO OU DO LUCRO LÍQUIDO

1 - ITEM	2 - DESCRIÇÃO	3 - % PATRIM. LÍQUIDO	4 - % LUCRO LÍQUIDO	5 - PROVISÃO	6 - VL.PROVISIONADO (Reais Mil)	7 - VL. TOTAL AÇÕES (Reais Mil)
8 - OBSERVAÇÃO						
01	TRABALHISTA	0,12	1,50	SIM	7.600	32.700
02	FISCAL/TRIBUTÁRIA	0,01	0,07	SIM	16.200	1.700
03	OUTRAS	0,00	0,00	SIM	80	980

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Acreditamos que todos os contratos firmados com nossas partes relacionadas observem condições equânimes de mercado (*arms' length basis*). Nosso Estatuto Social prevê que a aprovação de qualquer negócio entre nós e qualquer Parte Relacionada deverá ser previamente aprovada pelo Conselho de Administração. No caso de qualquer conselheiro possuir interesse conflitante com o nosso na contratação com Parte Relacionada, tal conselheiro não tomará parte das discussões sobre referido contrato.

Em 30 de junho de 2009, as operações com nossas Partes Relacionadas referiam-se à prestação de serviços de tecnologia da informação de natureza diversa às empresas integrantes do Grupo Votorantim, tais como hospedagem, gerenciamento de ambientes, atendimento a clientes, gerenciamento de dados, gestão de aplicativos, impressão de dados variáveis, segurança da informação, serviços de campo de *software*, serviços de rede, arquitetura de soluções, disponibilização e gestão de ativos, gestão de projetos, serviços de campo de hardware, serviços distribuídos, dentre outros.

Tais contratos conjuntamente considerados representaram uma receita, em 30 de junho de 2009, de R$22,04 milhões, o que equivale a aproximadamente 5,0% do nosso faturamento bruto estimado mensal.

Elencamos as empresas do Grupo Votorantim que são nossos clientes, a saber: Anfreixo S.A., Banco Votorantim S.A. (um dos Coordenadores Contratados), Citrovita Agroindustrial Ltda., Citrovita Agropecuária Ltda., Companhia Brasileira de Alumínio, Companhia Nitro Química Brasileira, Engemix S.A., Saint Mary´s Cement Inc., Votorantim Celulose e Papel S.A., VCP-MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda., Votorantim Cimentos Brasil Ltda., Votorantim Cimentos Ltda., Votorantim Energia Ltda., Votorantim International Brasil Ltda., Votorantim Investimentos Industriais S.A., Votorantim Metais Ltda., Votorantim Metais Zinco Ltda., Votorantim Metais Níquel S.A., Votorantim Novos Negócios Ltda. e Votorantim Participações S.A.

A tabela abaixo indica nosso ativo e nossa receita com as empresas do Grupo Votorantim, em 30 de junho de 2009:

	Ativo	Receita
Aplicações financeiras-		
Banco Votorantim S.A.	57.455	1.276
Contas a receber:		
Anfreixo S.A.	4	25
Banco Votorantim S.A.	73	444
Citrovita Agro Industrial Ltda.	366	1.609
Citrovita Agro Pecuária Ltda.	6	8
Companhia Brasileira de Alumínio	200	1.265
Companhia Nitroquímica Brasileira	72	463
Siderúrgica Barra Mansa	372	1.614
VCP - MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.	56	217
Votorantim Celulose e Papel S.A.	949	4.532

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Votorantim Cimentos Ltda.	45	3.825
Votorantim Cimento Brasil Ltda.	682	493
Votorantim Energia Ltda.	57	348
Votorantim International Brasil Ltda.	85	565
Votorantim Investimentos Industriais S.A.	227	1.506
Votorantim Metais Ltda.	714	4.224
Votorantim Metais Zinco S.A.	80	366
Votorantim Metais Níquel S.A.	–	26
Votorantim Novos Negócios Ltda.	3	19
Votorantim Participações S.A.	3	30
St. Marys Cement Inc.	–	459
	3.994	**22.038**

	Passivo	**Despesa**
Contas a pagar:		
Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda ..	–	933
Profill Consultoria em Marketing e Tecnologia	–	1.547
DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda.	–	–
	–	**2.480**

As Empresas Profill, que incluem a Profill, DMN Webdesigns, Java Point e DM, são detidas, direta ou indiretamente, por nossos acionistas Srs. Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier.

A relação com a Profill e seus controladores foi iniciada pela Telefutura em 2002. Na época, a Profill prestava serviços ligados à área de informática. Os sócios da Telefutura convidaram, em 2006, os Srs. Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier, controladores da Profill, para tornarem-se sócios na Telefutura, por julgar que os serviços prestados pela Profill eram estratégicos e com o intuito de incentivar a retenção de tais profissionais. Os Srs. Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier tornaram-se sócios da TAT em 2007, inicialmente através da Profill e depois diretamente.

A Profill continua como uma de nossas fornecedoras e, no período encerrado em 30 de junho de 2009, nós contratamos serviços das Empresas Profill no valor total de R$2,48 milhões, que representaram 0,7% dos nossos custos operacionais no mesmo período.

Em 20 de setembro de 2002, foi celebrado o Contrato Profill, posteriormente aditado em 1º de dezembro de 2003 e em 1º de julho de 2006. O Contrato Profill versa sobre a prestação de serviços, pelas Empresas Profill, de gestão de informática, com a implantação, reestruturação, planejamento, coordenação, aquisição de materiais, treinamento de pessoal e acompanhamento das atividades das contratantes, bem como a elaboração de novos projetos e modernização operacional e comercial relacionados à área de informática. O contrato teve seu primeiro vencimento em 20 de setembro de 2007, sendo renovável automaticamente por períodos sucessivos de cinco anos, exceto se manifestado seu desinteresse por quaisquer das partes, com antecedência mínima de seis meses. Em 13 de novembro de 2007, o contrato foi aditado e, nesse aditamento, as Empresas Profill outorgaram a nós a opção de compra do *software* DB 2000, de forma não exclusiva, exercível no prazo de um ano, a contar do início da negociação das nossas

17.01 - OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

ações na BM&FBOVESPA. O Contrato Profill pode ainda ser rescindido, pelas contratantes, mediante aviso prévio e escrito com antecedência de 60 dias e, pelas Empresas Profill, sempre em conjunto, mediante aviso prévio e escrito com antecedência de 120 dias.

O Contrato Profill prevê ainda a confidencialidade das informações obtidas por meio dos serviços prestados e contém cláusula de não-concorrência entre as Empresas Profill e as contratantes, durante a vigência do contrato e por um período adicional de cinco anos.

Em 18 de julho de 2007 celebramos o Instrumento Particular de Cessão e Transferência de Marcas com a Tivit Tecnologia, pelo qual a Tivit Tecnologia nos transferiu a titularidade sobre os registros e pedidos de registros de marcas, dentre elas a marca "Tivit", pelo valor total de R$130.595,27, valor esse que foi utilizado pela Tivit Tecnologia para integralizar o aumento por ela subscrito em nosso capital social.

Em 21 de junho de 2005, foi firmado um contrato, por prazo indeterminado, entre a UNIBERO – Centro Universitário Ibero-Americano e a Companhia (à época, ainda chamada TAT e antes da associação com a Tivit Tecnologia), para concessão de desconto (bolsas parciais) aos funcionários e seus dependentes. No dia 08 de fevereiro de 2007, a Anhanguera Educacional Participações S.A., assumiu o controle da entidade mantenedora da UNIBERO – Centro Universitário Ibero-Americano. O acionista controlador da Anhanguera Educacional Participações S.A., é Fundo de Educação para o Brasil (FEBR), com 49% do total das ações, que é administrado pelo Pátria Investimentos, que também é gestor do Pátria FIP, nosso acionista e um dos Acionistas Vendedores.

ESTATUTO SOCIAL
DA TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1º - TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. é uma sociedade por ações, que se rege pelo presente estatuto social ("Estatuto") e pela legislação aplicável.

Artigo 2º - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Prefeito Carlos Ferreira Lopes, nº 490, Vila Mogilar, CEP 08773-490, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3º - A Companhia tem por objeto social (a) a prestação de serviços de contatos telefônicos, envolvendo: serviços de *call center*; implantação de centrais de atendimento para terceiros; recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; desenvolvimento, implementação, gerenciamento, execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados referentes aos serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; serviços de cobrança extrajudicial; (b) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados e de outros bens relacionados às atividades previstas neste artigo; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; ensino e treinamento em serviços e informática; (c) locação de espaço físico em imóveis; e (d) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista.

Parágrafo Único – A filial da Companhia registrada no NIRE (JUCESP) 35.9.0340559.7, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.073.027/0020-16, localizada na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Av. Maria Coelho Aguiar, nº 215, BLOCO D, 7º andar e 1º subsolo, lojas 61, 60 e 51-A, Jardim São Luis, CEP 05805-000, tem por objeto social, além das atividades descritas no Artigo 3º acima, a atividade de comércio, importação e exportação de equipamentos relacionados às atividades referidas neste artigo, para uso próprio ou em conexão com prestação de serviços para terceiros.

Artigo 4º - O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES

Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 260.674.781,00 (duzentos e sessenta milhões, seiscentos e setenta e quatro mil, setecentos e oitenta e um reais), divididos em 88.990.128 (oitenta e oito milhões, novecentas e noventa mil, cento e vinte e oito) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Artigo 6º - Todas as ações da Companhia poderão assumir a forma escritural e, neste caso, serão mantidas em conta de depósito em nome de seus titulares, junto a uma instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários, sem emissão de certificados e cancelando-se os certificados eventualmente em circulação.

Parágrafo Único – A instituição financeira está autorizada a cobrar os custos relativos à transferência de propriedade das ações diretamente do adquirente da ação transferida, bem como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela legislação pertinente.

Artigo 7º - A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de até 44.495.064 (quarenta e quatro milhões, quatrocentas e noventa e cinco mil e sessenta e quatro) ações ordinárias adicionais.

Parágrafo 1º - O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, dentro do limite do capital autorizado, deliberar a emissão de bônus de subscrição.

Parágrafo 2º - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Artigo 8º - O capital social será representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Artigo 9º - As ações em que se divide o capital subscrito e integralizado poderão ser agrupadas ou desmembradas, por deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 10 - Em caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, os acionistas terão direito de preferência para subscrição na forma da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76").

Parágrafo 1º - A critério do Conselho de Administração, poderão ser realizados aumentos de capital, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão, sem direito de preferência ou com redução do mesmo, de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos do artigo 172, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - No caso previsto no caput deste artigo, o prazo para o exercício do direito de preferência será fixado pela Assembleia Geral em, no mínimo, 30 (trinta) dias, contados da data da publicação de anúncio no Diário Oficial e em outro jornal de grande circulação, exceto nos casos excepcionais previstos em lei.

Parágrafo 3º - O Conselho de Administração deverá dispor sobre as sobras de ações não subscritas, em aumento de capital, durante o prazo do exercício do direito de preferência, determinando, antes da venda das mesmas em bolsa de valores, em benefício da Companhia, o rateio, na proporção dos valores subscritos, entre os acionistas que tiverem manifestado, no boletim ou lista de subscrição, interesse em subscrever as eventuais sobras.

Artigo 11 - A Companhia poderá outorgar opção de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, observado o plano aprovado pela Assembleia Geral e o limite de até 3% (três por cento) do capital social, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, não se aplicando o direito de preferência dos acionistas.

Artigo 12 – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir suas próprias ações, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, observadas as condições e requisitos expressos no artigo 30 da Lei nº 6.404/76 e disposições regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO III
DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA

SEÇÃO I
DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 13 - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano e, extraordinariamente, quando convocada nos termos da Lei nº 6.404/76, pelo Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, pelo Diretor-Presidente.

Artigo 14 - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor Presidente da Companhia ou, na ausência desses, por qualquer membro do Conselho de Administração ou qualquer Diretor, escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral indicar o secretário que poderá ser acionista ou não da Companhia.

Artigo 15 - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas na Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto:

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

(a) aumento do limite do capital autorizado, redução do capital social subscrito, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, criação e emissão de ações preferenciais, debêntures, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações, exceto quando de competência do Conselho de Administração nos termos da lei ou deste Estatuto, sendo vedada, em qualquer hipótese, a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;

(b) qualquer alteração deste Estatuto, em especial, mas sem limitação, alteração de vantagens ou características das ações existentes, bem como a realização de qualquer mudança no escopo das atividades sociais da Companhia;

(c) fixação da remuneração máxima anual e global dos administradores da Companhia, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, quando instalado;

(d) a cisão, fusão, incorporação envolvendo a Companhia (inclusive incorporação de ações), sua transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária;

(e) a autorização aos administradores da Companhia para confessar falência ou pedir recuperação extrajudicial ou judicial;

(f) a liquidação e dissolução da Companhia;

(g) distribuição de resultados da Companhia, a qualquer título, incluindo dividendos, em forma diferente daquela estabelecida neste Estatuto;

(h) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, limitados a até 3% (três por cento) do capital social da Companhia;

(i) deliberar sobre a abertura de capital, bem como a entrada ou saída em qualquer segmento especial de listagem visando à negociação pública de valores mobiliários; e

(j) escolher empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou de segmento especial de listagem, conforme previsto no Capítulo V deste Estatuto, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração.

Artigo 16 - O Presidente da Assembleia Geral deverá observar e fazer cumprir as disposições dos eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, não permitindo que se computem os votos proferidos em contrariedade com o conteúdo de tais acordos.

SEÇÃO II
DA ADMINISTRAÇÃO

Sub-Seção I
Disposições Gerais

Artigo 17 - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo 1º - A investidura nos cargos far-se-á por termo lavrado em livro próprio, assinado pelo administrador empossado, dispensada qualquer garantia de gestão.

Parágrafo 2º - Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Sub-Seção II
Conselho de Administração

Artigo 18 - O Conselho de Administração será composto por 7 (sete) membros efetivos, todos acionistas, podendo haver até igual número de suplentes, conforme deliberado pelos acionistas, todos eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho de Administração serão investidos nos seus cargos mediante a assinatura de termo lavrado em livro próprio. Os membros do Conselho de Administração deverão permanecer em seus cargos e no exercício de suas funções até que sejam eleitos seus substitutos, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo 2º - O membro do Conselho de Administração deve ter reputação ilibada, não podendo ser eleito, salvo dispensa da Assembleia Geral, aquele que (i) ocupar cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia.

Parágrafo 3º - No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverá(ão) ser Conselheiro(s) Independente(s), expressamente declarado(s) como tal(is) na Assembleia Geral que o(s) eleger. Quando a aplicação do percentual anteriormente mencionado resultar em número fracionário de Conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, se a fração for igual ou superior a 0,5 (meio); ou (ii) imediatamente inferior, se a fração for inferior a 0,5 (meio).

Parágrafo 4º - Para os fins deste artigo, o termo "Conselheiro Independente" significa o Conselheiro que: (a) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (b) não é Acionista Controlador (conforme definido no Regulamento de

Listagem do Novo Mercado), cônjuge ou parente até segundo grau do Acionista Controlador; ou não ser ou não ter sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado a sociedade ou a entidade relacionada ao Acionista Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (c) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (d) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (e) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos da Companhia; (f) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (g) não recebe outra remuneração da Companhia além da de Conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 5º - O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas que não façam parte da administração da Companhia.

Artigo 19 - O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão indicados pela Assembleia Geral, observado o previsto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia.

Parágrafo 1º - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as Assembleias Gerais, observado o previsto no artigo 14 acima, bem como as reuniões do Conselho de Administração e em caso de ausência ou impedimento temporário, essas funções deverão ser exercidas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração e, na ausência de ambos, por qualquer membro do Conselho de Administração.

Parágrafo 2º - No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, que não decorra de conflito de interesses do conselheiro, este será substituído por seu respectivo suplente.

Parágrafo 3° - Ocorrendo vacância no Conselho de Administração, este órgão deverá convocar Assembleia Geral para formalizar a eleição do suplente ou daquele que o substituirá, o qual deverá permanecer no cargo até o final do mandato do membro substituído.

Artigo 20 - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, trimestralmente, e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros, e será instalado com a presença da maioria de seus membros. As reuniões do Conselho poderão ser realizadas, excepcionalmente, por conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio de comunicação no qual haja prova inequívoca da manifestação de voto.

Parágrafo 1º - As convocações para as reuniões serão feitas por escrito com antecedência mínima de 8 (oito) dias, por meio de carta, telegrama, fax, e-mail ou qualquer forma que permita a comprovação do recebimento da convocação pelo destinatário, devendo conter a ordem do dia e serem acompanhadas de documentação relativa à ordem do dia.

Parágrafo 2º - Poderá ser dispensada a convocação prévia de todos os conselheiros para reunião, se estiverem presentes todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas preferencialmente na filial da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto se outro local for devidamente informado na respectiva convocação.

Artigo 21 - As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros, observados eventuais quoruns específicos previstos em Acordos de Acionistas previamente arquivados na sede da Companhia.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações do Conselho de Administração constarão de atas lavradas no respectivo livro do Conselho de Administração e assinadas pelos conselheiros presentes.

Parágrafo 2º - Nas reuniões do Conselho de Administração são admitidos o voto escrito antecipado e o voto proferido por fax, correio eletrônico ou por qualquer outro meio de comunicação, computando-se como presentes os membros que assim votarem, sendo ainda admitido o voto por procuração outorgada a outro Conselheiro, com poderes específicos.

Artigo 22 - Além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas pela Lei nº 6.404/76 ou por este Estatuto, compete exclusivamente ao Conselho de Administração:

(a) aprovação do orçamento anual e o planejamento comercial e operacional anual da Companhia e das controladas (o "Plano Anual de Negócios"), bem como qualquer de suas alterações, e ainda aprovação de quaisquer novos investimentos em projetos de qualquer natureza, incluindo, mas não se limitando, a investimentos em ativos fixos, que não aqueles previstos no aludido Plano Anual de Negócios;

(b) aprovação de qualquer negócio de qualquer natureza entre a Companhia e qualquer acionista ou Parte Relacionada (conforme definição do parágrafo primeiro abaixo);

(c) realização de qualquer despesa ou investimento pela Companhia, cujo valor (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social) supere a quantia de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ajustada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde 30 de junho de 2009;

(d) contratação, seja a Companhia credora ou devedora, de empréstimos ou outras obrigações financeiras, em valor que exceda a R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ajustado pelo IPCA desde 30 de junho de 2009 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(e) autorização para celebração de quaisquer contratos com fornecedores em valor que exceda a quantia de R$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), ajustada pelo IPCA desde 30 de junho de 2009 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(f) autorização para celebração de quaisquer contratos com clientes em valor que exceda a quantia de R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ajustada pelo IPCA desde 30 de junho de 2009 (considerado o ato isoladamente ou um conjunto de atos de mesma natureza realizados num mesmo exercício social);

(g) alienação, oneração ou locação, pela Companhia, de ativos relevantes para suas operações, assim entendidos como aqueles cujo valor de mercado represente, individualmente, quantia superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), ajustada pelo IPCA desde 30 de junho de 2009;

(h) concessão pela Companhia de quaisquer avais, fianças ou outras garantias em relação a obrigações que sejam assumidas no curso de seus negócios, com observância da Política de Alçadas referida na alínea (w) abaixo;

(i) contratação e substituição pela Companhia de sua empresa de auditoria independente, que deverá estar devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e ter notória reputação internacional;

(j) eleição, reeleição, destituição e substituição dos Diretores da Companhia e dos principais executivos da Companhia (conforme sejam assim considerados pelo Conselho de Administração), observado o previsto nos Acordos de Acionistas arquivados na sede social da Companhia;

(k) aprovação da política salarial e planos de incentivos aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, incluindo a criação de planos de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a outra sociedade sob seu controle, nos termos do artigo 11 deste Estatuto Social;

(l) alienação por qualquer forma ou oneração de investimentos detidos pela Companhia em outras sociedades;

(m) realização de investimentos e aquisições de participações pela Companhia em outras sociedades;

(n) a cessão ou transferência, por qualquer meio, a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know how, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial, intelectual ou bem intangível;

(o) fixação da remuneração individual dos administradores da Companhia;

(p) emissões privadas de ações, até o limite do capital autorizado, bem como os termos e condições da emissão, inclusive, mas sem limitação, preço e condições de integralização;

(q) exercício do direito de voto pela Companhia, em relação às matérias enumeradas no artigo 15 acima e neste artigo, incluindo, mas sem limitação, eleição de administradores, membros do Conselho de Administração ou Diretores, nas Assembleias Gerais, reuniões de sócios, reuniões de Conselho de Administração ou alterações de contrato social de qualquer sociedade da qual a Companhia seja direta ou indiretamente acionista ou sócia;

(r) registro da Companhia como companhia aberta e demais matérias relacionadas às disposições e atendimento das condições de adesão à segmento especial de listagem que assegure níveis diferenciados de governança corporativa;

(s) as emissões públicas de ações, até o limite do capital autorizado e quaisquer outras matérias relacionadas a ofertas públicas de ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, cuja competência, por lei, seja atribuída ao Conselho de Administração;

(t) aumento do capital social da Companhia, para subscrição particular ou pública, dentro do limite do capital autorizado;

(u) aprovação da assunção de obrigações que possam acarretar responsabilidade à Companhia por lucros cessantes, danos emergentes, danos indiretos e perdas financeiras, nos termos do parágrafo segundo deste artigo;

(v) aprovação da abertura e encerramento de filiais, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos relacionados ao objeto social da Companhia, no País ou no exterior;

(w) definição de política que estabeleça os valores, parâmetros e condições em que a Companhia estará legalmente obrigada, bem como a forma pela qual a Companhia deverá se fazer representar ("Política de Alçadas"), a qual será levada a registro na Junta Comercial competente;

(x) deliberar sobre a exclusão ou redução do direito de preferência dos acionistas nos aumentos de capital mediante subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 10 deste Estatuto Social;

(y) deliberar sobre operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, bem como da forma de

realização, e celebrados exclusivamente para fins de proteção patrimonial (*hedge*), observado o disposto no parágrafo 3º deste artigo; e

(z) apresentar à Assembleia Geral lista tríplice de instituições especializadas em avaliação econômica, para fins de apuração do valor econômico conforme disposto nos artigos 40 e 41 deste Estatuto Social.

Parágrafo 1º – Para os fins deste Estatuto, "Parte Relacionada" significa (i) qualquer Membro da Família do acionista; (ii) qualquer Afiliada do acionista; e (iii) no caso de acionista que seja Fundo de Investimento, seus quotistas e seu administrador e/ou gestor, ou qualquer de suas Afiliadas. Ainda, para os fins deste Estatuto Social, "Afiliada" significa qualquer pessoa ou sociedade que, direta ou indiretamente, controle ou seja controlada por, ou que esteja sob controle comum de qualquer acionista, tendo "Controle" e suas variações, o significado que lhe é atribuído pelo artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e "Membros de Família" significa, em relação a uma pessoa natural, seus pais, seu cônjuge, seus ascendentes e descendentes diretos, irmãos e colaterais até o 2º (segundo) grau.

Parágrafo 2º - A Companhia não se obriga pela assunção de compromissos ou obrigações que envolvam lucros cessantes, danos emergentes; danos indiretos e perdas financeiras, exceto se expressamente aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - A aprovação, pelo Conselho de Administração das operações previstas no item (y) deste artigo dependerá de prévia proposta da Diretoria da Companhia, identificando, no mínimo, as seguintes informações: (i) avaliação sobre a relevância dos derivativos para a posição financeira e os resultados da Companhia, bem como a natureza e extensão dos riscos associados a tais instrumentos; (ii) objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos, particularmente, a política de proteção patrimonial (*hedge*); (iii) riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado, adequação dos controles internos e parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos; e (iv) eventuais informações adicionais solicitadas pelo Conselho de Administração, incluindo, mas não se limitando, a quadros demonstrativos de análise de sensibilidade.

Artigo 23 - Compete ao Presidente do Conselho de Administração e, na sua ausência, ao Vice-Presidente do Conselho de Administração, além das atribuições próprias a seu cargo e previstas neste Estatuto:

(a) coordenar as atividades dos dois órgãos de administração da Companhia;

(b) convocar, em nome do Conselho de Administração, a Assembleia Geral; e,

(c) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração.

Sub-Seção III

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

Da Diretoria

Artigo 24 - A Diretoria será composta por 5 (cinco) Diretores, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pelo Conselho de Administração, e por este destituíveis a qualquer tempo, para um mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição, com as seguintes designações: (i) Diretor-Presidente; (ii) Diretor Vice-Presidente de Tecnologia de Informação ("TI"); (iii) Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios; (iv) Diretor de Desenvolvimento Corporativo e de Relações com Investidores; e (v) Diretor Administrativo-Financeiro.

Parágrafo 1º - Os Diretores serão indicados pelo Diretor-Presidente e eleitos pelo Conselho de Administração e devem atender aos requisitos estabelecidos na Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 2º - Os membros da Diretoria não reeleitos permanecerão no exercício dos respectivos cargos até a posse dos novos Diretores.

Parágrafo 3º - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo de Diretor, o Conselho de Administração deverá ser imediatamente convocado para eleição de substituto.

Parágrafo 4º - A ausência ou impedimento de qualquer Diretor por período contínuo superior a 30 (trinta) dias, acarretará o término do respectivo mandato, aplicando-se o disposto no parágrafo 3º deste artigo, exceto se de outra forma autorizado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 5º - Um Diretor não poderá substituir, simultaneamente, mais do que um outro Diretor.

Parágrafo 6º - É permitido que um Diretor acumule 1 (um) outro cargo na Diretoria da Companhia.

Artigo 25 - A Diretoria reunir-se-á por convocação de seu Diretor Presidente ou por quaisquer 2 (dois) Diretores em conjunto, sempre que os interesses sociais assim exigirem.

Parágrafo 1º - Todas as deliberações da Diretoria constarão de atas lavradas no respectivo livro da Diretoria e assinadas pelos Diretores presentes.

Parágrafo 2º - As reuniões da Diretoria serão realizadas preferencialmente na filial da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 22º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto se outro local for devidamente informado na respectiva convocação.

Artigo 26 - Compete ao Diretor-Presidente, além das atribuições próprias a seu cargo e as demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das competências e atribuições da Diretoria, promover o desenvolvimento das atividades da Companhia como um todo e reportar sua atuação ao Conselho de Administração;

(b) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; e

(c) constituir, em conjunto com outro Diretor, procuradores, de acordo com o disposto no artigo 32, parágrafo 3º abaixo.

Artigo 27 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de TI, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das atividades da unidade de negócios de TI da Companhia;

(b) promover o desenvolvimento das unidades de negócio de TI da Companhia; e

(c) reportar sobre a realização das atividades de TI ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Artigo 28 - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) exercer a supervisão geral das atividades da unidade de negócios de processos de negócios da Companhia;

(b) promover o desenvolvimento das unidades de processos de negócio da Companhia; e

(c) reportar sobre a realização das atividades de processos de negócio ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Artigo 29 - Compete ao Diretor de Desenvolvimento Corporativo e de Relações com Investidores, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, as Bolsas de Valores e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;

(b) prestar informações ao público investidor, à CVM e Bolsas de Valores;

(c) manter atualizado o registro de companhia aberta; e

(d) reportar sobre a realização das atividades de relações com investidores ao Conselho de Administração e ao Diretor-Presidente.

Artigo 30 - Compete ao Diretor Administrativo-Financeiro, além das demais atribuições e funções que lhe sejam fixadas pelo Conselho de Administração:

(a) administrar o caixa e as contas a pagar e a receber da Companhia;

(b) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar as áreas contábil, fiscal e financeira; e

(c) propor alternativas de financiamento e aprovar as condições financeiras dos negócios da Companhia.

Artigo 31 - Compete aos Diretores, de forma conjunta:

(a) administrar e gerir os negócios da Companhia;

(b) rever e atualizar as práticas de administração e gestão da Companhia, tendo em vista as necessidades de ampliação dos negócios e as modernas técnicas de administração;

(c) cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral de Acionistas;

(d) submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração, o Relatório da Administração e as contas da Diretoria, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; e

(e) apresentar trimestralmente ao Conselho de Administração o balancete econômico-financeiro e patrimonial detalhado da Companhia e suas controladas.

Artigo 32 - A representação da Companhia será realizada na forma descrita neste artigo.

Parágrafo 1º - Compete ao Diretor Presidente a representação geral da Companhia, em juízo ou fora dele, competindo-lhe assegurar o respeito às leis vigentes e à política e objetivos estabelecidos pelas autoridades governamentais, bem como à orientação geral estabelecida e às deliberações da Assembleia Geral, competindo-lhe, ainda, dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia, coordenar e supervisionar as atividades de administração da Companhia, elaborar e apresentar ao Conselho de Administração o Plano Anual de Negócios e o orçamento anual da Companhia, convocar e presidir as reuniões da Diretoria.

Parágrafo 2º - Observadas as disposições contidas neste Estatuto, a representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros e repartições públicas federais, estaduais ou municipais, será feita mediante a assinatura conjunta de 2

(dois) diretores, 1 (um) diretor e 1 (um) procurador ou, ainda, de 2 (dois) procuradores, de acordo com a Política de Alçadas devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 3º - As procurações outorgadas em nome da Companhia o serão sempre por 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo necessariamente um deles o Diretor Presidente, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter um período máximo de validade de 1 (um) ano, observado que nenhum instrumento de procuração, exceto aqueles para fins judiciais, poderá conferir poderes ao respectivo procurador para substabelecer os poderes a ele outorgados pela Companhia. Na ausência do Diretor Presidente, as procurações deverão ser outorgadas pelo Diretor Administrativo Financeiro em conjunto com o Diretor Vice-Presidente de Processos de Negócios.

Parágrafo 4º - Na ausência de determinação de período de validade nas procurações outorgadas pela Companhia, presumir-se-á que as mesmas foram outorgadas pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo 5º - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhos aos objetivos sociais, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.

Artigo 33 – As reuniões da Diretoria serão convocadas na forma do artigo 25 acima, sempre que o interesse social assim exigir, sendo as deliberações tomadas por maioria de voto dos presentes, tendo o Diretor Presidente o voto qualificado em caso de empate.

SEÇÃO III
DO CONSELHO FISCAL

Artigo 34 - O Conselho Fiscal da Companhia com as atribuições estabelecidas em lei será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros e igual número de suplentes.

Parágrafo 1º - O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante solicitação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

Parágrafo 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso obrigatório das despesas de locomoção e estadia necessárias ao desempenho da função será fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

CAPÍTULO IV
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 35 - O exercício social corresponde ao ano civil e se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com observância dos preceitos legais pertinentes, as seguintes demonstrações financeiras, sem prejuízo de outras demonstrações exigidas por regulamento de listagem das ações da Companhia:

(a) balanço patrimonial;
(b) demonstrações das mutações do patrimônio líquido;
(c) demonstração do resultado do exercício;
(d) demonstração dos fluxos de caixa; e
(e) demonstração do valor adicionado.

Parágrafo 2º - Fará parte das demonstrações financeiras do exercício, proposta da administração sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto na lei e neste Estatuto.

Parágrafo 3º - Os resultados apurados no exercício social terão obrigatoriamente a seguinte destinação:

(a) provisão para o Imposto de Renda e para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
(b) abatimento de prejuízos, se existirem;
(c) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social subscrito;
(c) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no artigo 36 deste Estatuto e na lei; e
(d) o saldo remanescente será distribuído como dividendos além dos dividendos obrigatórios previstos no artigo 36 deste Estatuto, exceto em caso de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, que justifique sua retenção.

Artigo 36 - Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido do exercício, com os seguintes ajustes:

(a) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e
(b) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas.

Parágrafo 1º - Sempre que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Parágrafo 2º - A Assembleia poderá atribuir aos administradores uma participação nos lucros, observados os limites legais pertinentes. É condição para pagamento de tal participação a atribuição aos acionistas do dividendo obrigatório a que se refere este artigo.

Parágrafo 3º - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou em períodos menores. Observadas as condições impostas por lei, o Conselho de Administração poderá: (a) deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanço semestral ou em períodos menores *ad referendum* da Assembleia Geral; e (b) declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo 4º - Os dividendos serão pagos em até 60 (sessenta) dias a contar da publicação da Ata da Assembleia Geral de Acionistas que aprovar a sua distribuição, salvo se outro prazo for deliberado pelos acionistas na referida Assembleia.

Parágrafo 5º - Os dividendos não reclamados em 3 (três) anos prescrevem em favor da Companhia.

Parágrafo 6º - O Conselho de Administração deliberará sobre proposta da Diretoria de pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os valores correspondentes aos juros sobre capital próprio deverão ser imputados ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO V
DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO, DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO

Artigo 37 - Na hipótese de alienação do controle acionário da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Artigo 38 - A oferta pública referida no artigo 37 deste Estatuto também deverá ser efetivada:

(a) nas hipóteses de cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou,

(b) nas hipóteses de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle (conforme definido no Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros -"BM&FBOVESPA") da Companhia, sendo que, nesse caso, o alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA S.A. o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Artigo 39 - Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o poder de controle acionário, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

(a) efetivar a oferta pública referida no Artigo 37 deste Estatuto Social; e

(b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da alienação de controle, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao acionista controlador alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pelo IPCA.

Artigo 40 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado em laudo de avaliação, nos termos do artigo 42 deste Estatuto Social.

Artigo 41 - Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem: (a) a transferência da Companhia de seu atual segmento especial de listagem para um segmento de listagem de nível de governança corporativa inferior, ou (b) a reorganização societária da qual a Companhia resultante não seja admitida para negociação em seu atual segmento especial de listagem ou segmento de listagem de nível de governança corporativa superior, o acionista, ou grupo de acionistas, que detiver o poder de controle da Companhia deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações dos demais acionistas, no mínimo, pelo seu respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação nos termos do artigo 42 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Artigo 42 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos 40 e 41 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo 1º - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada pela maioria

dos votos dos acionistas representantes das Ações em Circulação presentes naquela Assembleia, que se instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de Ações em Circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

Parágrafo 2º - Para fins deste Estatuto, "Ações em Circulação" significa todas as ações de emissão da Companhia exceto aquelas (a) detidas pelo acionista controlador e/ou por pessoas a ele vinculadas; (b) em tesouraria da Companhia; e (c) detidas pelos administradores da Companhia.

Parágrafo 3º - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Artigo 43 - A Companhia não registrará: (a) qualquer transferência de ações para o Comprador do controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o controle, enquanto este(s) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores; e (b) acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do poder de controle enquanto os seus signatários não subscreverem o Termo de Anuência dos Controladores a que se refere o regulamento de listagem aplicável à Companhia.

Artigo 44 - É facultada a efetivação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas no Capítulo V deste Estatuto, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM quando exigida pela legislação aplicável.

Artigo 45 - A Companhia ou os acionistas responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição de ações prevista neste Capítulo V, no regulamento de listagem aplicável à Companhia ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua realização por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de efetivar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

CAPÍTULO VI
DA ARBITRAGEM

Artigo 46 - A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, de acordo com Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, neste Estatuto, em eventuais acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, nas normas editadas pela CVM, pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, nos regulamentos da

BM&FBOVESPA, no Contrato de Participação do segmento especial de listagem aplicável à Companhia e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral. A arbitragem terá lugar na Cidade de São Paulo e será conduzida no idioma português, sendo aplicável a legislação brasileira, sem renúncia a qualquer preceito.

CAPÍTULO VII
DA LIQUIDAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 47 - A Companhia entrará em liquidação nos casos determinados em Lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante ou liquidantes, bem como instalar o Conselho Fiscal que deverá funcionar nesse período, obedecidas as formalidades legais.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 48 - A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede social, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência de ações e/ou direitos de subscrição de ações ou outros valores mobiliários em descumprimento ao previsto em acordos de acionistas devidamente arquivados na sede social da Companhia.

Artigo 49 – É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais.

Artigo 50 – Os membros do Conselho de Administração, os Diretores e os membros do Conselho Fiscal da Companhia deverão, antes de assumir os cargos respectivos, subscrever o Termo de Anuência dos Administradores e o Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que se refere o regulamento de listagem aplicável à Companhia.

Artigo 51 - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pela Assembleia Geral e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76.

Artigo 52 - As disposições constantes dos Capítulos V e VI, bem como as regras constantes dos parágrafos 3º e 4º do artigo 18 e do item (z) do artigo 22 deste Estatuto Social, somente terão eficácia a partir da data de publicação do Anúncio de Início de Distribuição Pública de Ações, assim como a disposição constante do item (e) do parágrafo 1º do artigo 35 somente terá eficácia a partir da concessão do registro de companhia aberta, conforme pedidos protocolados na CVM em 10 de agosto de 2009, sob os nºs RJ 2009/7546 e 7547, e a elas estarão sujeitos a Companhia, os acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal da Companhia.

* * *

99999-8 TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A. 07.073.027/0001-53

18.01 - ESTATUTO SOCIAL

20.01 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Introdução

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas *(accountability)*; e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. A *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa

Em 2000, a BM&FBOVESPA introduziu três segmentos especiais para negociação de valores mobiliários no mercado de ações, conhecidos como Níveis 1 e 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa e Novo Mercado. O objetivo foi criar um mercado secundário para valores mobiliários emitidos por companhias abertas brasileiras que sigam as melhores práticas de governança corporativa. Os segmentos de listagem são destinados à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam voluntariamente a cumprir boas práticas de governança corporativa e maiores exigências de divulgação de informações em relação àquelas já impostas pela legislação brasileira. Em geral, tais regras ampliam os direitos dos acionistas e melhoram a qualidade da informação a eles fornecida.

Adesão ao Novo Mercado

Com o propósito de manter o mais elevado padrão de governança corporativa, celebramos, em 8 de setembro de 2009, um contrato com a BM&FBOVESPA objetivando cumprir com os requisitos de listagem do Novo Mercado. As companhias que ingressam no Novo Mercado submetem-se, voluntariamente, a determinadas práticas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que é exigido pela legislação brasileira, obrigando-se, por exemplo, a (i) emitir apenas ações ordinárias, (ii) manter, no mínimo, 25,0% de ações do capital da companhia em circulação, (iii) detalhar e incluir informações adicionais nas informações trimestrais, informações anuais e demonstrações financeiras padronizadas e (iv) disponibilizar as demonstrações financeiras anuais no idioma inglês e com base em princípios de contabilidade internacionalmente aceitos. A adesão ao Novo Mercado se dá por meio da assinatura de contratos entre nós, nossos Administradores e Acionistas Controladores e a BM&FBOVESPA, além da adaptação do nosso Estatuto Social para as regras contidas no Regulamento de Listagem do Novo Mercado.

Ao assinar os contratos, as companhias devem adotar as normas e práticas impostas pelo Novo Mercado, as quais têm por objetivo conceder transparência com relação às atividades e situação econômica das companhias ao mercado, bem como maiores poderes para os acionistas minoritários de participação na administração das companhias, entre outros direitos. As principais regras relativas ao Novo Mercado são sucintamente descritas a seguir, às quais estamos sujeitos.

20.01 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Primeiramente, a companhia que tenha intenção de listar seus valores mobiliários no Novo Mercado deve obter e manter atualizado seu registro de companhia aberta junto à CVM. Além disso, a companhia deve, entre outras condições, firmar Contrato de Participação no Novo Mercado e adaptar seu estatuto social às cláusulas mínimas exigidas pela BM&FBOVESPA. Com relação à estrutura do capital social, deve ser dividido exclusivamente em ações ordinárias e uma parcela mínima de ações, representando 25,0% do capital social, deve ser mantida em circulação pela companhia. Existe, ainda, uma vedação à emissão de partes beneficiárias (ou manutenção em circulação) pelas companhias listadas no Novo Mercado.

O Conselho de Administração de companhias autorizadas a terem suas ações negociadas no Novo Mercado deve ser composto por, no mínimo, cinco membros, eleitos pela assembleia geral, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, ao menos 20,0% devem ser Conselheiros Independentes. Todos os novos membros do conselho de administração e da diretoria devem subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio deste Termo de Anuência, os novos administradores da companhia responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Participação no Novo Mercado, com o Regulamento de Arbitragem e com o Regulamento do Novo Mercado.

Dentre outros requisitos impostos às companhias listadas no Novo Mercado, destacam-se: (i) a obrigação de efetivar ofertas públicas de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico sob determinadas circunstâncias, como, por exemplo, quando do cancelamento do registro de negociação no Novo Mercado; (ii) dever de realizar ofertas de distribuição de ações sempre de modo a favorecer a dispersão acionária; (iii) extensão para todos os acionistas das mesmas condições obtidas pelos controladores quando da venda do controle da companhia; (iv) obrigações de prestação de informações não financeiras a cada trimestre, como, por exemplo, o número de ações detidas pelos administradores da companhia e o número de ações em circulação; (v) dever de maior divulgação de operações com partes relacionadas; e (vi) necessária submissão da companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal ao Regulamento de Arbitragem para a resolução de conflitos que possam surgir entre eles, relacionados ou oriundos da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no estatuto social da companhia, nas normas editadas pelo CMN, Banco Central e CVM, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Em decorrência da Resolução CMN 2.829, que estabeleceram novas regras de aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência privada, ações de emissão de companhias que adotam práticas diferenciadas de governança corporativa, tais como aquelas cujos valores mobiliários são admitidos a negociação no segmento especial Novo Mercado ou cuja classificação de listagem seja de Nível 1 ou Nível 2 de acordo com a regulamentação emitida pela BM&FBOVESPA, podem ter maior participação na carteira de investimento de tais fundos de pensão. Assim, as ações de companhias que adotam práticas de governança corporativa passaram a ser, desde a edição da Resolução CMN 2.829, um investimento importante e atrativo para as entidades fechadas de previdência privada, que são grandes investidores do mercado de capitais brasileiro. Este fato poderá impulsionar o desenvolvimento do Novo Mercado, beneficiando as companhias cujos valores mobiliários são ali negociados, inclusive a nós.

Cancelamento do Registro de Companhia Aberta

O cancelamento do registro de companhia aberta por decisão do acionista controlador ou grupo de acionistas controladores só pode ocorrer caso o controlador, grupo de acionistas controladores, ou a

própria companhia efetive uma oferta pública de aquisição de todas as ações em circulação, de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e observados os regulamentos e normas da CVM. O preço mínimo ofertado pelas ações na oferta pública de aquisição corresponderá, obrigatoriamente ao valor econômico dessas ações, o qual deverá ser determinado por empresa especializada, mediante utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

O laudo de avaliação deverá ser elaborado por sociedade especializada e independente do poder de decisão da companhia, seus administradores e acionistas controladores, com experiência comprovada, que será escolhida pela Assembleia Geral a partir de lista tríplice apresentada pelo conselho de administração, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, o direito a um voto, ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas representantes de ações em circulação (todas as ações emitidas pela companhia, excetuadas aquelas detidas pelos acionistas controladores, pessoas a eles vinculadas, administradores, e aquelas em tesouraria) presentes naquela Assembleia Geral, que para ser instalada em primeira convocação deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20,0% do total de ações em circulação, ou que se instalada em segunda convocação poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes de ações em circulação. Os custos de elaboração de referido laudo deverão ser integralmente suportados pelo ofertante.

Quando for informada ao mercado a decisão de se proceder ao cancelamento de registro de companhia aberta, o ofertante deverá divulgar o valor máximo por ação ou lote de mil ações pelo qual formulará a oferta pública. A oferta pública ficará condicionada a que o valor apurado no laudo de avaliação não seja superior ao valor divulgado pelo ofertante, conforme disposto no parágrafo acima.

Se o valor econômico das nossas ações for superior ao valor informado pelo ofertante, a decisão de se proceder ao cancelamento do registro de companhia aberta ficará revogada, exceto se o ofertante concordar expressamente em formular a oferta pública pelo valor econômico apurado, devendo o ofertante divulgar ao mercado a decisão que tiver adotado. Nas demais, o procedimento para o cancelamento do registro de companhia aberta deve seguir os procedimentos e demais exigências estabelecidas pela legislação vigente, especialmente aquelas constantes das normas editadas pela CVM sobre a matéria e respeitados os preceitos constantes de nosso Estatuto Social.

Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Novo Mercado

Podemos, a qualquer momento, descontinuar o exercício das práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria das nossas ações, e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com, no mínimo, 30 dias de antecedência. A descontinuidade das práticas do Novo Mercado não implicará a perda da nossa condição de companhia aberta registrada na BM&FBOVESPA.

Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral deliberem: (i) a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa do Novo Mercado para que as nossas ações passem a ter registro de negociação fora do Novo Mercado, ou (ii) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida no Novo Mercado, nossos acionistas controladores deverão

efetivar oferta pública de aquisição de ações dos nossos demais acionistas, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao seu valor econômico, apurado em laudo de avaliação elaborado conforme previsto nesta seção em "Cancelamento do Registro de Companhia Aberta" acima. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral de nossos acionistas que houver aprovado referida saída ou reorganização societária.

Alienação de Controle

Nos termos do nosso Estatuto Social, a alienação do nosso controle, seja ela feita direta ou indiretamente, por meio de uma única operação ou operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das demais ações dos demais acionistas nos mesmos termos e condições concedidas ao controlador alienante, de forma a assegurar tratamento igualitário a todos os nossos acionistas.

A oferta pública será exigida, ainda, quando:

- houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou de direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do nosso controle; e

- houver transferência indireta do nosso controle, sendo que, neste caso, o acionista alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído a nós nessa alienação e anexar os documentos que comprovem esse valor.

O adquirente do controle, quando necessário, deverá adotar as medidas cabíveis para recompor, dentro dos seis meses subsequentes, o percentual mínimo de 25,0% de ações em circulação no mercado.

Os Acionistas Controladores não poderão transferir as nossas ações por eles detidas ao adquirente do nosso controle, e nós não registraremos a transferência dessas ações, na hipótese de tal adquirente não assinar o Termo de Anuência dos Acionistas Controladores ao Regulamento do Novo Mercado de Governança e ao Regulamento de Arbitragem.

Negociação de Valores Mobiliários de Nossa Emissão pelos Nossos Acionistas Controladores, Administradores e por Nós

Estamos sujeitos às regras estabelecidas na Instrução CVM 358 quanto à negociação de valores mobiliários de nossa emissão. Sendo assim, nós, nossos Acionistas Controladores, membros do nosso Conselho de Administração, nossos Diretores e membros do nosso Conselho Fiscal, quando instalado, membros dos nossos comitês e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária (considerados "insiders" para efeito da Lei do Mercado de Valores Mobiliários) somos vedados de negociar valores mobiliários de nossa emissão, incluindo operações com derivativos que envolvam valores mobiliários de nossa emissão, nas seguintes condições:

- antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos nossos negócios;

- que se afastarem de cargos de nossa administração anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas aos nossos negócios, originadas durante o seu período de

gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo nosso ou dos nossos acionistas;

- sempre que estiver em curso processo de aquisição ou venda de ações de nossa emissão por nós próprios, nossas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, bem como se existir a intenção de promover a nossa incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária;

- durante o período de 15 dias anteriores à divulgação de nossas Informações Trimestrais – ITR e anuais – DFP exigidas pela CVM; e

- relativamente aos nossos Acionistas Controladores, membros do nosso Conselho de Administração e Diretores, sempre que estiver em curso aquisição ou alienação de ações de nossa emissão por nós próprios, ou por qualquer uma das nossas controladas, coligadas ou outra companhia sob nosso controle comum.

Conforme os acordos de não disposição, nós, nossos Acionistas Controladores e nossos Administradores concordamos que não iremos de qualquer forma dispor, exceto conforme circunstâncias expressamente previstas, de quaisquer ações de nossa emissão, no prazo de 180 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, sem o consentimento prévio por escrito do Coordenador Líder.

Após esse período de seis meses, nossos administradores e nossos Acionistas Controladores não poderão, por seis meses adicionais, vender ou ofertar mais do que 40,0% de ações ou derivativos lastreados em ações de nossa emissão e de sua titularidade.

Ainda, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, o acionista controlador fica obrigado a comunicar à BM&FBOVESPA (i) a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que seja titular direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, sendo que tal comunicação deverá ser feita imediatamente após a aquisição do poder de controle e (ii) quaisquer negociações que vierem a ser efetuadas, relativas aos valores mobiliários e seus derivativos, em detalhe, informando-se inclusive o preço, no prazo de dez dias após o término do mês em que se verificar a negociação.

Operações de Compra de Ações de Nossa Própria Emissão

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, por nós mesmos, de ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas: (i) resultar na redução do nosso capital social; (ii) requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definidos na regulamentação aplicável), constantes do último balanço; (iii) criar, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não equitativas; (iv) ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes aos nossos acionistas controladores; ou (v) ocorrer, enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição de nossas ações.

20.01 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Não podemos manter em tesouraria mais do que 10,0% da totalidade das ações de nossa emissão, excluídas as ações de titularidade dos acionistas controladores, incluindo as ações detidas por nossas subsidiárias.

Qualquer compra de ações de nossa própria emissão deve ser realizada em bolsa, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço igual ou inferior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda das ações de nossa emissão.

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Novo Mercado estipula que, pelo menos uma vez ao ano, nós e nossos Administradores deveremos realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à sua respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

Fica estipulado pelo Novo Mercado que nós e nossos Administradores deveremos enviar à BM&FBOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos e publicações de nossos documentos que estejam programados, contendo informações sobre nós, os eventos e as publicações, bem como suas datas de realização. Eventuais alterações subsequentes em relação aos eventos programados deverão ser enviadas à BM&FBOVESPA e divulgadas imediatamente.

Contratos com o Mesmo Grupo

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre nós e as nossas controladas e coligadas, nossos Administradores, nossos Acionistas Controladores e, ainda, entre nós e sociedades controladas e coligadas de nossos Administradores e do Acionistas Controlador, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$0,20 milhão, ou valor igual ou superior a 1,0% de nosso patrimônio líquido, considerando-se o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos nossos negócios.

Arbitragem

Nós, nossos acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, se instalado, assumimos a obrigação de resolver, por meio de arbitragem, de acordo com o Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre nós, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, em eventuais acordos de acionistas arquivados na nossa sede, nas normas editadas pela CVM, pelo CMN e pelo Banco Central, nos regulamentos

da BM&FBOVESPA, no Contrato de Participação do Novo Mercado e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral.

Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC

O "Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa", editado pelo IBGC objetiva indicar os caminhos para todos os tipos de sociedade, de forma a: (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade, sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa. Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em tal código, adotamos as seguintes:

- Emissão exclusiva de ações ordinárias;
- Política "uma ação igual a um voto";
- Contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, que comprometam sua independência;
- Estatuto Social claro quanto à (i) forma de convocação da Assembleia Geral; (ii) competências do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- Transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- Convocações de assembleia e documentação pertinente disponíveis desde a data da primeira convocação, com detalhamento das matérias da ordem do dia, sempre objetivando a realização de assembleias em horários e locais que permitam a presença do maior número possível de acionistas;
- Vedação ao uso de informações privilegiadas e existência de política de divulgação de informações relevantes;
- Previsão estatutária de arbitragem como forma de solução de eventuais conflitos entre nós e nossos acionistas;
- Conselheiros com experiência em questões operacionais e financeiras;
- Formação de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração;
- A oferta de compra de ações que resulte em transferência de controle deve ser dirigida a todos os acionistas, que terão a opção de vender as suas ações nas mesmas condições do controlador, incluindo a participação no prêmio de controle, se houver; e
- O número de membros do Conselho de Administração varia entre cinco e nove membros.

Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração

Em linhas com as melhores práticas de governança corporativa, nosso Estatuto Social permite ao nosso Conselho de Administração a criação de comitês de assessoramento, para auxiliá-lo em

questões que demandam tempo de análise e busca das soluções mais adequadas. O objetivo dos comitês é o de municiar o Conselho de Administração com as informações pertinentes à cada comitê para que os Conselheiros, ao tomarem decisões estratégicas para a Companhia, estejam cientes e bem informados a respeito das matérias que estão apreciando.

Ao criar determinado comitê, nosso Conselho de Administração estabelecerá suas regras de funcionamento e composição, sendo que os comitês poderão ser formados por membros de nossa Administração e consultores externos.

Divulgação de Informações

Por sermos uma companhia aberta, estamos sujeitos às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nas Normas Expedidas Pela CVM. Ainda, em função da listagem das nossas ações no Novo Mercado, deveremos seguir, também, as exigências contidas no Regulamento do Novo Mercado.

Divulgação de Informações Eventuais e Periódicas

A Lei do Mercado de Valores Mobiliários e a Instrução CVM 358 estabelecem que uma companhia aberta deve fornecer à CVM e à BM&FBOVESPA determinadas informações periódicas, que incluem as informações anuais, as informações trimestrais e os relatórios trimestrais da administração e dos auditores independentes. Preveem também a obrigação de arquivarmos na CVM de acordos de acionistas e avisos de convocação de Assembleias Gerais, bem como as atas dessas assembleias.

Além dos requisitos de divulgação da legislação societária e da CVM, adotaremos, após a conclusão da Oferta, os seguintes padrões de divulgação:

- a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício após a conclusão da Oferta, deveremos em, no máximo, quatro meses após o encerramento do exercício social (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões internacionais IFRS ou princípios contábeis normalmente aceitos nos Estados Unidos, denominados USGAAP, em reais ou dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas (a) do relatório da administração, (b) das notas explicativas que informem, inclusive, o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício, segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e a proposta da destinação do resultado, e (c) do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, em idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e as notas explicativas, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhadas (a) de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e segundo os padrões internacionais IFRS ou princípios contábeis normalmente aceitos nos Estados Unidos, denominado USGAAP, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e (b) do parecer dos auditores independentes; e

- a partir da divulgação das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com os critérios apresentados acima, deveremos no máximo 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação para divulgação das informações trimestrais, (i) apresentar, na íntegra, as informações trimestrais traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) apresentar as demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas de acordo com os padrões

internacionais IFRS ou Práticas Contábeis Norte-Americanas, acompanhadas de relatório dos auditores independentes.

Segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos observar também os seguintes requisitos de divulgação:

- no máximo seis meses após a obtenção de autorização para negociar no Novo Mercado, apresentar nossas demonstrações financeiras e consolidadas após o término de cada trimestre (excetuado o último) e de cada exercício social, incluindo a demonstração de fluxo de caixa que deverá indicar, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregados em fluxos operacionais, financiamentos e investimentos; e

- enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre nós, nossas controladas e coligadas, nossos Acionistas Controladores, Administradores, e sociedades controladas e coligadas de nossos Administradores e Acionistas Controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$0,20 milhão, ou valor igual ou superior a 1,0% sobre o nosso patrimônio líquido, considerando o maior.

Divulgação de Informações Trimestrais

De acordo com o Regulamento do Novo Mercado e com as práticas de governança corporativa que adotamos, as seguintes informações complementares deverão ser apresentadas em nossas Informações Trimestrais – ITRs: (i) o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado e comentário de desempenho consolidado; (ii) a posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5,0% das ações de cada espécie, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) a quantidade e características dos valores mobiliários de nossa emissão de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os Acionistas Controladores, os Administradores e os membros do Conselho Fiscal, se instalado, de forma consolidada; (iv) a evolução da participação dos Acionistas Controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas e (vii), a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

As informações previstas no segundo, terceiro, quarto, sexto e sétimo itens acima deverão também ser incluídas no quadro "Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes" das nossas Informações Trimestrais – ITR, e as informações previstas no terceiro, quarto e sétimo itens acima deverão ser incluídas nas nossas Informações Anuais – IAN, no quadro "Outras Informações Consideradas Importantes para Melhor Entendimento da Companhia".

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Novo Mercado que as nossas demonstrações financeiras e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre (excetuando-se o último trimestre) e de cada exercício social, devem, obrigatoriamente, incluir demonstração dos fluxos de caixa, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes

de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos. Segundo o Regulamento do Novo Mercado, devemos apresentar as demonstrações de fluxos de caixa após seis meses da data em que obtivermos autorização para negociar no Novo Mercado.

Divulgação de Negociação por Acionistas Controladores, Administradores ou Membros do Conselho Fiscal

De acordo com as regras da CVM, os Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, ou de qualquer outro órgão com funções técnicas ou consultivas, criados por disposições estatutárias, ficam obrigados a nos comunicar a quantidade, as características e a forma de aquisição dos valores mobiliários de nossa emissão, ou de emissão de nossas controladas ou controladores que sejam companhias abertas, ou a eles referenciados, de que sejam titulares, bem com as alterações em suas posições. Quando se tratar de pessoa física, as informações deverão incluir os valores mobiliários que sejam de propriedade de cônjuge, companheiro ou dependente incluído em sua declaração de imposto de renda e de sociedade controlada direta ou indiretamente por quaisquer dessas pessoas. A comunicação deve conter, no mínimo, as seguintes informações:

- nome e qualificação do comunicante;
- quantidade, por espécie e classe, no caso de ações, e demais características no caso de outros valores mobiliários, além da identificação da companhia emissora; e
- forma, preço e data das transações.

Essas informações devem ser enviadas imediatamente após a investidura no cargo ou quando da apresentação do pedido de registro da companhia como aberta, e no prazo de dez dias a contar do final do mês em que se verificar alteração das posições detidas.

Sempre que os acionistas controladores, diretos ou indiretos, e os acionistas que elegem membros do nosso Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal, bem como de qualquer pessoa, física ou jurídica, ou grupo de pessoas atuando em conjunto ou representando um mesmo interesse, atingir participação, direta ou indireta, que corresponda a 5,0% ou mais das nossas ações, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão comunicar a nós as seguintes informações:

- nome e qualificação do adquirente das ações;
- objetivo da participação e quantidade visada;
- número de ações, bônus de subscrição, bem como de direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, debêntures conversíveis em ações já detidas, direta ou indiretamente, pelo adquirente ou por pessoa a ele ligada; e
- indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de nossa emissão.

Tal comunicação também é obrigatória para a pessoa ou grupo de pessoas representando um mesmo interesse, titular de participação acionária igual ou superior a 5,0% das nossas ações, sempre que tal participação se eleve ou reduza em 5,0%.

Divulgação de Ato ou Fato Relevante

20.01 - INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluída nesta definição qualquer decisão dos acionistas controladores, deliberação de Assembleia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) apresenta exemplos de atos ou fatos potencialmente relevantes que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o Diretor de Relações com Investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados nos quais a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhias abertas; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos acionistas controladores ou Administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco nossos interesses legítimos.

Política de Divulgação de Informações ao Mercado

Possuímos, ainda, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Informações ao Mercado, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Informação relevante consiste em qualquer decisão dos nossos acionistas controladores, deliberação de nossa Assembleia Geral ou de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação de nossos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter nossos valores mobiliários; ou (iii) na decisão de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos nossos negócios que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (por meio de anúncio publicado no jornal, por exemplo). A Instrução CVM 358 prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante, de acordo com a qual uma informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco nosso interesse legítimo. Nossos acionistas controladores, nossos Diretores, membros do Conselho de Administração, do nosso Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária,

nossos gerentes e funcionários que tenham acesso frequente a informações relevantes ou outras que consideramos necessárias ou convenientes deverão assinar Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar-nos e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer.

99999-8 TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A. 07.073.027/0001-53

21.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Ofício/CVM/SRE/SEP/Nº42/2009

21.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

CVM Comissão de Valores Mobiliários

Protegendo quem investe no futuro do Brasil

(a) Exigência 3.2.9.2 – Atender plenamente à exigência, encaminhando as versões originais das Declarações da Companhia, dos Acionistas Vendedores e da Instituição Líder. Adicionalmente, ressaltamos que as assinaturas dos representantes legais das pessoas jurídicas devem estar identificadas e qualificadas.

6. Bloqueio das Ações

(a) Exigência 3.2.10 – Atender à exigência, encaminhando o documento comprobatório do bloqueio das ações referente à Oferta, inclusive o relativo ao lote suplementar.

REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Tendo em vista a análise efetuada pela SEP, solicitamos o atendimento das exigências abaixo listadas.

1. Instrução CVM Nº 381/03

A Companhia deverá inserir no Quadro 14.03 do Formulário IAN-31/12/08, a seguinte informação:

1.1. Resumo da declaração do auditor à administração da Companhia, contendo as razões de que, em seu entendimento, a prestação de outros serviços não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, conforme o art. 3º da Instrução em referência.

2. Formulário IAN – 31/12/08

Aprimorar os quadros constantes do Formulário IAN-31/12/08, conforme abaixo:

2.1. Quadro 04.01 – Composição do Capital Social: retificar o campo 6, tendo em vista o desdobramento evidenciado no quadro 04.03;

2.2. Quadro 04.02 – Capital Social Subscrito e Alterações nos Últimos 3 Anos: retificar os valores do campo 3 (valor do capital social), tendo em vista que devem refletir o valor do capital social após a alteração, conforme orientado no *Help* do formulário; e

2.3. Quadro 14.03 – Outras Informações Consideradas Importantes Para Melhor Entendimento da Companhia: inserir as informações sobre o plano de opção de compra de ações da Tivit Tecnologia, requisitadas no item 11.6.3 do Ofício/CVM/SRE/SEP/Nº 037/2009 de exigências, a saber:

2.3.1. descrição do plano, conforme divulgado na página 146 do Prospecto Preliminar;

2.3.2. motivo da realização do plano de opções pela controladora e não pela Companhia; e

2.3.3. os cargos ocupados pelos conselheiros beneficiários no grupo controlador.

3. Estatuto Social

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
01	01	09	02	Data de Registro da Cia na CVM vazia
01	02	08	02	Telefone da Sede vazio
01	02	09	02	Telefone da Sede vazio
01	02	10	02	Telex da Sede vazio
01	02	13	02	Fax da Sede vazio
01	02	14	02	Fax da Sede vazio
01	03	10	02	Telefone do departamento de acionistas vazio
01	03	10	02	Telefone do departamento de acionistas vazio
01	03	12	02	Telex do departamento de acionistas vazio
01	03	15	02	Fax do departamento de acionistas vazio
01	03	16	02	Fax do departamento de acionistas vazio
01	03	27	02	Telefone do agente emissor vazio
01	03	28	02	Telefone do agente emissor vazio
01	03	29	02	Telex do agente emissor vazio
01	03	32	02	Fax do agente emissor vazio
01	03	33	02	Fax do agente emissor vazio
01	03	40	02	Telefone Vazio - item nº 01
01	03	40	02	Telefone Vazio - item nº 02
01	03	40	02	Telefone Vazio - item nº 03
01	03	40	02	Telefone Vazio - item nº 04
01	04	09	02	Telefone do DRI vazio
01	04	10	02	Telefone do DRI vazio
01	04	11	02	Telex do DRI vazio
01	04	14	02	Fax do DRI vazio
01	04	15	02	Fax do DRI vazio
01	08	01	02	Data de Aviso aos Acionistas sobre disponibilidade da DFs VAZIA
01	08	03	02	Data da Convocação da AGO para aprovação da DFs vazia
03	01	04	02	Quantidade de Investidores Institucionais vazia
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001
03	02	05	02	UF vazia - item nº 002
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 002
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 002
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 003
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 003
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 004
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 004
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 004
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 005
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 005
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 005

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 006
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 006
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 006
03	02	14	02	Controlador vazio - item nº 006
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 007
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 007
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 007
03	02	14	02	Controlador vazio - item nº 007
03	02	07	02	Percentual de Ações Ordinárias vazia - item nº 008
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 008
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 008
03	02	11	02	Percentual de Ações Total vazia - item nº 008
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 008
03	02	14	02	Controlador vazio - item nº 008
03	02	07	02	Percentual de Ações Ordinárias vazia - item nº 009
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 009
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 009
03	02	11	02	Percentual de Ações Total vazia - item nº 009
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 009
03	02	14	02	Controlador vazio - item nº 009
03	02	07	02	Percentual de Ações Ordinárias vazia - item nº 010
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 010
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 010
03	02	11	02	Percentual de Ações Total vazia - item nº 010
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 010
03	02	14	02	Controlador vazio - item nº 010
03	02	07	02	Percentual de Ações Ordinárias vazia - item nº 011
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 011
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 011
03	02	11	02	Percentual de Ações Total vazia - item nº 011
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 011
03	02	14	02	Controlador vazio - item nº 011
03	02	07	02	Percentual de Ações Ordinárias vazia - item nº 012
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 012
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 012
03	02	11	02	Percentual de Ações Total vazia - item nº 012
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 012
03	02	14	02	Controlador vazio - item nº 012
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 996
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 996
03	02	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 996

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
03	02	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias em Tesouraria vazia - item nº 997
03	02	07	02	Percentual de Ações Ordinárias em Tesouraria vazia - item nº 997
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais em Tesouraria vazia - item nº 997
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais em Tesouraria vazia - item nº 997
03	02	10	02	Quantidade de Ações em Tesouraria Total vazia - item nº 997
03	02	11	02	Percentual de Ações em Tesouraria Total vazia - item nº 997
03	02	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 998
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 998
03	02	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 999
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001001
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 001001001001001
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001001001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001001001
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 001001001001001
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001001002
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001002
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001002
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001001002
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 001001001001002
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 001001001001003
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001001003
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001003
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001003
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001001003
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 001001001001003
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 001001001001004
03	03	04	02	Nacionalidade vazia - item nº 001001001001004
03	03	05	02	UF vazia - item nº 001001001001004

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001001004
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001004
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001004
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001001004
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 001001001001004
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001001999
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001002
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001002
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001002
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001002
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 001001001002001
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001002001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001002001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001002001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001002001
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 001001001002001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001002999
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001003
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001003
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001003
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001003
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 001001001003001
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001003001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001003001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001003001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001003001
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 001001001003001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001003999
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001004
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001004
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001004
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001004
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 001001001004001
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001001004001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001004001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001004001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001001004001
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 001001001004001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001004999
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001001999
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 001001002

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
03	03	04	02	Nacionalidade vazia - item nº 001001002
03	03	05	02	UF vazia - item nº 001001002
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001001002
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001002
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001002
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001001002
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 001001002
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001001999
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 001002
03	03	04	02	Nacionalidade vazia - item nº 001002
03	03	05	02	UF vazia - item nº 001002
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 001002
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 001002
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001002
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 001002
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 001002
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 001999
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 002001
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 002001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 002001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 002001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 002001
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 002001001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 002001001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 002001001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 002001001
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 002001002
03	03	04	02	Nacionalidade vazia - item nº 002001002
03	03	05	02	UF vazia - item nº 002001002
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 002001002
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 002001002
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 002001002
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 002001002
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 002001002
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 002001999
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 002999
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 003001
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 003001
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 003001
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 003001
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 003001

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 003002
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 003002
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 003002
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 003002
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 003002
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 003002
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 003003
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 003003
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 003003
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 003003
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 003003
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 003003
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 003004
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 003004
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 003004
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 003004
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 003004
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 003004
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 003005
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 003005
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 003005
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 003005
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 003005
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 003005
03	03	03	02	CPF/CNPJ vazio - item nº 003006
03	03	04	02	Nacionalidade vazia - item nº 003006
03	03	05	02	UF vazia - item nº 003006
03	03	06	02	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas vazia - item nº 003006
03	03	08	02	Quantidade de Ações Preferenciais vazia - item nº 003006
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 003006
03	03	10	02	Quantidade de Ações/Cotas Total vazia - item nº 003006
03	03	12	02	Data da Composição do Capital vazia - item nº 003006
03	03	09	02	Percentual de Ações Preferenciais vazia - item nº 003999
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 01
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 02
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 02
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 02
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 02
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 02
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 03
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 03

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 03
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 03
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 03
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 04
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 04
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 04
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 04
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 04
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 05
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 05
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 05
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 05
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 05
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 06
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 06
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 06
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 06
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 06
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 07
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 07
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 07
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 07
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 07
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 08
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 08
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 08
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 08
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 08
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 09
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 09
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 09
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 09
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 09
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 10
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 10
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 10
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 10
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 10
04	01	04	02	Nominativa/Escritural vazio - item nº 11
04	01	05	02	Valor Nominal vazio - item nº 11
04	01	06	02	Quantidade de Ações Vazia - item nº 11

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
04	01	07	02	Subscrito Vazio - item nº 11
04	01	08	02	Integralizado Vazio - item nº 11
04	02	07	02	Quantidade de Ações Emitidas Vazia - item nº 01
04	02	08	02	Preço da Ação na Emissão Vazio - item nº 01
04	02	07	02	Quantidade de Ações Emitidas Vazia - item nº 03
04	02	08	02	Preço da Ação na Emissão Vazio - item nº 03
04	03	03	02	Valor Nominal por Ação Antes da Aprovação Vazio - item nº 01
04	03	04	02	Valor Nominal por Ação Depois da Aprovação Vazio - item nº 01
04	04	02	02	Valor vazio
05	01		02	Ações em Tesouraria não preenchido
05	02		02	Partes Beneficiárias, Bônus de Subscrição ou Opção de Compra de Ações não preenchido
06	01	11	02	Nº de Parcelas de Pagamento Vazia - item nº 001
06	01	12.1	02	Valor Distribuido Vazio - item nº 001
06	01	12.2	02	Correção/Juros Vazio - item nº 001
06	01	12.2	02	Correção/Juros Vazio - item nº 001
06	01	13	02	Data de Início do Pagamento Vazia - item nº 001
06	01	14	02	Fator de Correção Vazio - item nº 001
06	01	15	02	Data da Posição Acionária para Crédito do Provento - item nº 001
06	01	16	02	Observação Vazio - item nº 001
06	02		02	Dividendos Retidos nos três Últimos Anos não preenchido
07	02	06	02	Valor do Último Exercício Vazio - item nº 01
07	02	07	02	Valor do Penúltimo Exercício Vazio - item nº 01
07	02	08	02	Valor do Antepeenúltimo Exercício Vazio - item nº 01
07	02	07	02	Valor do Penúltimo Exercício Vazio - item nº 02
07	02	06	02	Valor do Último Exercício Vazio - item nº 03
07	02	07	02	Valor do Penúltimo Exercício Vazio - item nº 03
07	02	06	02	Valor do Último Exercício Vazio - item nº 04
07	02	07	02	Valor do Penúltimo Exercício Vazio - item nº 04
07	02	08	02	Valor do Antepeenúltimo Exercício Vazio - item nº 04
07	02	06	02	Valor do Último Exercício Vazio - item nº 05
07	02	07	02	Valor do Penúltimo Exercício Vazio - item nº 05
07	02	08	02	Valor do Antepeenúltimo Exercício Vazio - item nº 05
07	02	06	02	Valor do Último Exercício Vazio - item nº 06
07	02	07	02	Valor do Penúltimo Exercício Vazio - item nº 06
07	02	08	02	Valor do Antepeenúltimo Exercício Vazio - item nº 06
07	02	06	02	Valor do Último Exercício Vazio - item nº 07
07	02	07	02	Valor do Penúltimo Exercício Vazio - item nº 07
07	02	08	02	Valor do Antepeenúltimo Exercício Vazio - item nº 07
07	02	07	02	Valor do Penúltimo Exercício Vazio - item nº 08
07	02	06	02	Valor do Último Exercício Vazio - item nº 09
07	02	08	02	Valor do Antepeenúltimo Exercício Vazio - item nº 09

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

VERIFICAÇÃO DE ERROS

GRUPO	QUADRO	CAMPO	TIPO DE ERRO	DESCRIÇÃO DO ERRO
07	03		02	Participações em Sociedades Controladas e/ou Coligadas não preenchido
08	01		02	Características da Emissão Pública ou Particular de Debêntures não preenchido
09	03		02	Período de Sazonalidade nos Negócios não Preenchido
10	02		02	Matérias Primas e Fornecedores não preenchido
10	03		02	Clientes Principais por Produtos e/ou Serviços não preenchido
10	04		02	Pedidos em Carteira nos Três Últimos Anos não preenchido
14	01		02	Projeções Empresariais e/ou de resultados não Preenchido
14	02		02	Informações Recomendáveis, mas não obrigatórias não Preenchido
14	05		02	Projetos de Investimento não Preenchido
16	01	08	02	Observação Vazia - Item nº 01
16	01	08	02	Observação Vazia - Item nº 02
16	01	04	02	% do Lucro Líquido Vazio - Item nº 03
16	01	08	02	Observação Vazia - Item nº 03

Reapresentação por Exigência CVM Nº Ofício 42/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-8	TIVIT TERC. DE PROC., SERV. E TEC. S.A.	07.073.027/0001-53

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS	1
01	04	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	2
01	05	REFERÊNCIA / AUDITOR	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS	3
01	08	PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS	3
01	09	JORNAIS ONDE A CIA DIVULGA INFORMAÇÕES	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02.01	01	COMPOSIÇÃO ATUAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORIA	4
02	02	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FORMAÇÃO ACADÊMICA DE CADA CONSELHEIRO (ADM. E FISCAL) E	5
03	01	EVENTOS RELATIVOS A DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL	8
03	02	POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES	9
03	03	DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES	11
04	01	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	22
04	02	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	23
04	03	BONIFICAÇÃO/DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	24
04	04	CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO	25
04	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL ACIONÁRIO AUTORIZADO	25
06	01	PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS 3 ÚLTIMOS ANOS	26
06	03	DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL	27
06	04	DIVIDENDO OBRIGATÓRIO	27
07	01	REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	28
07	02	PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS	28
09	01	BREVE HISTÓRICO DA EMPRESA	29
09	02	CARACTERÍSTICA DO SETOR DE ATUAÇÃO	33
10	01	PRODUTOS E SERVIÇOS OFERECIDOS	43
11	01	PROCESSO DE PRODUÇÃO	44
11	02	PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, MERCADOS E EXPORTAÇÃO	49
11	03	POSICIONAMENTO NO PROCESSO COMPETITIVO	51
12	01	PRINCIPAIS PATENTES, MARCAS COMERCIAIS E FRANQUIAS	52
13	01	PROPRIEDADES	54
14	03	OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS IMPORTANTES PARA MELHOR ENTENDIMENTO DA COMPANHIA	57
15	01	PROBLEMAS AMBIENTAIS	78
16	01	AÇÕES JUDICIAIS	79
17	01	OPERAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS	80
18	01	ESTATUTO SOCIAL	83
20	01	INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA	103
21	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	115
		VERIFICAÇÃO DE ERROS	117/125

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes das Informações Trimestrais - ITR Primeiro Trimestre - 2009

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua José Guerra, 127
04719-030 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.. +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR (controladora e consolidadas) da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas ("Sociedades"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações das Sociedades.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa (controladora e consolidadas) correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram extraídas das demonstrações financeiras por nós examinadas, sobre as quais emitimos parecer de auditoria, sem ressalvas, datado de 5 de maio de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano 2008, essas demonstrações financeiras foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 12 - "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros".

São Paulo, 24 de julho de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53
4 - NIRE		
35300344511		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
AV. PREFEITO CARLOS FERREIRA LOPES, 490				VILA MOGILAR
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
08773-490	MOGI DAS CRUZES			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
11	3411-4141	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
	-	-	-	
15 - E-MAIL				
tivit@tivit.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
EDSON HIROSHI MATSUBAYASHI				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
AV. PREFEITO CARLOS FERREIRA LOPES, 490				VILA MOGILAR
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
08773-490	SÃO PAULO			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3757-2222	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
	-	-	-	
16 - E-MAIL				
investor.relations@tivit.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	1	01/01/2009	31/03/2009	4	01/10/2008	31/12/2008

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	00385-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
ISMAR DE MOURA	051.550.278-29

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 31/03/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2008	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 31/03/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	7.416	1.971	1.000
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	7.416	1.971	1.000
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1150 - Comunicação e Informática
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Prestação de serviços de call center, transmissão de dados, hospedagem e suporte a internet.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	651.750	277.237
1.01	Ativo Circulante	230.482	114.499
1.01.01	Disponibilidades	51.792	15.220
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	6.773	3.908
1.01.01.02	Aplicações financeiras	45.019	11.312
1.01.02	Créditos	143.470	87.502
1.01.02.01	Clientes	120.648	72.631
1.01.02.01.01	Clientes terceiros	116.966	71.972
1.01.02.01.02	Clientes - partes relacionadas	3.682	659
1.01.02.02	Créditos Diversos	22.822	14.871
1.01.02.02.01	Impostos a recuperar	15.622	10.332
1.01.02.02.02	IRPJ e CSLL diferidos	7.200	4.539
1.01.03	Estoques	169	0
1.01.04	Outros	35.051	11.777
1.01.04.01	Despesas antecipadas	24.801	2.895
1.01.04.02	Outros créditos	10.250	8.882
1.02	Ativo Não Circulante	421.268	162.738
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.404	5.164
1.02.01.01	Créditos Diversos	4.368	5.164
1.02.01.01.01	Impostos a recuperar	2.541	3.255
1.02.01.01.02	IRPJ e CSLL diferidos	1.827	1.909
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	26.036	0
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas	26.036	0
1.02.02	Ativo Permanente	390.864	157.574
1.02.02.01	Investimentos	226	3
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	226	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	3
1.02.02.02	Imobilizado	260.718	69.114
1.02.02.03	Intangível	129.920	88.457
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	651.750	277.237
2.01	Passivo Circulante	334.971	61.459
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	190.325	885
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	54.848	16.513
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	19.598	7.706
2.01.04.01	IRPJ e CSLL diferidos	977	168
2.01.04.02	Impostos parcelados	345	345
2.01.04.03	Impostos, taxas e contribuições	18.276	7.193
2.01.05	Dividendos a Pagar	3.273	0
2.01.06	Provisões	59.896	30.941
2.01.06.01	Salários e encargos sociais	16.963	8.360
2.01.06.02	Provisão férias, 13º sal e encargos	41.484	21.132
2.01.06.03	Provisão para contingências	1.449	1.449
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	1.808
2.01.08	Outros	7.031	3.606
2.02	Passivo Não Circulante	44.082	147.503
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	44.082	147.503
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.486	125.000
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	18.651	20.233
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	18.651	20.233
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	4.945	2.270
2.02.01.06.01	Fornecedores	1.498	0
2.02.01.06.02	IRPJ e CSLL diferidos	1.341	93
2.02.01.06.03	Impostos parcelados	2.106	2.100
2.02.01.06.04	Outras contas a pagar	0	77
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	272.697	68.275
2.05.01	Capital Social Realizado	260.675	69.414
2.05.02	Reservas de Capital	3.263	3.263
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.759	(4.402)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	257.180	257.180	82.554	82.554
3.02	Deduções da Receita Bruta	(28.716)	(28.716)	(5.932)	(5.932)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	228.464	228.464	76.622	76.622
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(164.439)	(164.439)	(67.693)	(67.693)
3.05	Resultado Bruto	64.025	64.025	8.929	8.929
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(49.861)	(49.861)	(14.234)	(14.234)
3.06.01	Com Vendas	(5.123)	(5.123)	(468)	(468)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(39.810)	(39.810)	(6.651)	(6.651)
3.06.03	Financeiras	(5.192)	(5.192)	(3.105)	(3.105)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.374	1.374	119	119
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(6.566)	(6.566)	(3.224)	(3.224)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	753	753	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(489)	(489)	(4.010)	(4.010)
3.07	Resultado Operacional	14.164	14.164	(5.305)	(5.305)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	14.164	14.164	(5.305)	(5.305)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(548)	(548)	0	0
3.11	IR Diferido	(455)	(455)	1.785	1.785
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	13.161	13.161	(3.520)	(3.520)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	7.416	7.416	1.000	1.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,77468	1,77468		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(3,52000)	(3,52000)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.433	51.433	(3.533)	(3.533)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.266	39.266	2.777	2.777
4.01.01.01	(Prejuízo) Lucro liquido do trimestre	13.161	13.161	(3.520)	(3.520)
4.01.01.02	Depreciações e amortizações	21.542	21.542	4.408	4.408
4.01.01.03	Custo residual de ativos baixados	(1)	(1)	0	0
4.01.01.04	IRPJ e CSLL diferidos	455	455	(1.899)	(1.899)
4.01.01.05	Reversão da provisão para contingências	(1.935)	(1.935)	0	0
4.01.01.06	Juros sobre empréstimos	6.044	6.044	0	0
4.01.01.07	Equivalencia patrimonial	0	0	3.788	3.788
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(5.702)	(5.702)	(6.310)	(6.310)
4.01.02.01	Aumento contas a receber	(10.939)	(10.939)	(4.254)	(4.254)
4.01.02.02	Aumento contas a receber p. relaciondas	(11.086)	(11.086)	0	0
4.01.02.03	Redução impostos a recuperar	1.018	1.018	2.781	2.781
4.01.02.04	(Aumento) Redução depositos judiciais	820	820	(195)	(195)
4.01.02.05	(Aument) Red. desp. antecip. e outros	1.490	1.490	(1.006)	(1.006)
4.01.02.06	Aumento (Redução) fornecedores	471	471	(5.848)	(5.848)
4.01.02.07	Aumento (redução) provisões trabalhistas	4.790	4.790	3.062	3.062
4.01.02.08	Aumento (redução) impostos a recolher	6.085	6.085	(392)	(392)
4.01.02.09	Redução contingencias	(467)	(467)	0	0
4.01.02.10	Aumento (redução) outras contas a pagar	2.116	2.116	(458)	(458)
4.01.03	Outros	17.869	17.869	0	0
4.01.03.01	Caixa proveniente de controladora incorp	17.869	17.869	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(6.849)	(6.849)	(6.916)	(6.916)
4.02.01	Adiçoes ao ativo imobilizado	(5.599)	(5.599)	(5.749)	(5.749)
4.02.02	Adições ao ativo intangível	(1.250)	(1.250)	0	0
4.02.03	Aquisição de investimento	0	0	(1.167)	(1.167)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(8.012)	(8.012)	11.313	11.313

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/03/2009	4 -01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/200801/01/2008 a	6 -01/01/2008 a 31/03/200801/01/2008 a 31/03/2008
4.03.01	Captação emprestimos/leasing	1.178	1.178	11.313	11.313
4.03.02	Pagamento de empréstimos	(9.190)	(9.190)	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	36.572	36.572	864	864
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.220	15.220	2.711	2.711
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	51.792	51.792	3.575	3.575

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	69.414	3.263	0	0	(3.413)	0	69.264
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(989)	0	(989)
5.03	Saldo Ajustado	69.414	3.263	0	0	(4.402)	0	68.275
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	13.161	0	13.161
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.12.01	Incorp. da controladora Tivit Terceir.	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.13	Saldo Final	260.675	3.263	0	0	8.759	0	272.697

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	69.414	3.263	0	0	(3.413)	0	69.264
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(989)	0	(989)
5.03	Saldo Ajustado	69.414	3.263	0	0	(4.402)	0	68.275
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	13.161	0	13.161
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.12.01	Incorp. da controladora Tivit Terceir.	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.13	Saldo Final	260.675	3.263	0	0	8.759	0	272.697

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
1	Ativo Total	652.319	0
1.01	Ativo Circulante	231.274	0
1.01.01	Disponibilidades	52.011	0
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	6.992	0
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	45.019	0
1.01.02	Créditos	144.044	0
1.01.02.01	Clientes	121.222	0
1.01.02.01.01	Clientes terceiros	117.540	0
1.01.02.01.02	Cleintes - partes relacionadas	3.682	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	22.822	0
1.01.02.02.01	Impostos a recuperar	15.622	0
1.01.02.02.02	IRPJ e CSLL diferidos	7.200	0
1.01.03	Estoques	169	0
1.01.04	Outros	35.050	0
1.01.04.01	Despesas antecipadas	24.801	0
1.01.04.02	Outros créditos	10.249	0
1.02	Ativo Não Circulante	421.045	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	30.404	0
1.02.01.01	Créditos Diversos	4.368	0
1.02.01.01.01	Impostos a recuperar	2.541	0
1.02.01.01.02	IRPJ e CSLL a diferidos	1.827	0
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	26.036	0
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas	26.036	0
1.02.02	Ativo Permanente	390.641	0
1.02.02.01	Investimentos	3	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	3	0
1.02.02.02	Imobilizado	260.559	0
1.02.02.03	Intangível	130.079	0
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 31/03/2009	4 - 31/12/2008
2	Passivo Total	652.319	0
2.01	Passivo Circulante	335.540	0
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	190.325	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	58.001	0
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	19.601	0
2.01.04.01	IRPJ e CSLL diferidos	977	0
2.01.04.02	Impostos parcelados	345	0
2.01.04.03	Impostos, taxas e contribuições	18.279	0
2.01.05	Dividendos a Pagar	3.273	0
2.01.06	Provisões	59.896	0
2.01.06.01	Salários e encargos sociais	16.963	0
2.01.06.02	Provisão férias, 13° sal. e encargos	41.484	0
2.01.06.03	Provisão para contingências	1.449	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	4.444	0
2.02	Passivo Não Circulante	44.082	0
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	44.082	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	20.486	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	18.651	0
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	18.651	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	4.945	0
2.02.01.06.01	Fornecedores	1.498	0
2.02.01.06.02	IRPJ e CSLL diferidos	1.341	0
2.02.01.06.03	Impostos parcelados	2.106	0
2.02.01.06.04	Outras contas a pagar	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	272.697	0
2.05.01	Capital Social Realizado	260.675	0
2.05.02	Reservas de Capital	3.263	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -31/03/2009	4 -31/12/2008
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	8.759	0
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	257.373	257.373	115.899	115.899
3.02	Deduções da Receita Bruta	(28.716)	(28.716)	(7.863)	(7.863)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	228.657	228.657	108.036	108.036
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(164.631)	(164.631)	(93.287)	(93.287)
3.05	Resultado Bruto	64.026	64.026	14.749	14.749
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(49.862)	(49.862)	(20.250)	(20.250)
3.06.01	Com Vendas	(5.123)	(5.123)	(476)	(476)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(40.299)	(40.299)	(11.734)	(11.734)
3.06.03	Financeiras	(5.193)	(5.193)	(3.111)	(3.111)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.374	1.374	193	193
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(6.567)	(6.567)	(3.304)	(3.304)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	753	753	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	(4.929)	(4.929)
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	14.164	14.164	(5.501)	(5.501)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	14.164	14.164	(5.501)	(5.501)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(548)	(548)	(471)	(471)
3.11	IR Diferido	(455)	(455)	2.452	2.452
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	13.161	13.161	(3.520)	(3.520)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	7.416	7.416	1.000	1.000
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,77468	1,77468		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(3,52000)	(3,52000)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/01/2009 a 31/03/2009	4 - 01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/2008	6 - 01/01/2008 a 31/03/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.652	51.652	(1.000)	(1.000)
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.266	39.266	3.102	3.102
4.01.01.01	(Prejuizo) Lucro Liquido do Trimestre	13.161	13.161	(3.520)	(3.520)
4.01.01.02	Depreciações a amortizações	21.542	21.542	10.606	10.606
4.01.01.03	Custo residual de ativos baixados	(1)	(1)	0	0
4.01.01.04	IRPJ e CSLL diferidos	455	455	(2.452)	(2.452)
4.01.01.05	Reversão da provisão para contingencias	(1.935)	(1.935)	(1.532)	(1.532)
4.01.01.06	Juros sobre emprestimos	6.044	6.044	0	0
4.01.01.07	Equivalencia patrimonial	0	0	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(5.483)	(5.483)	(4.102)	(4.102)
4.01.02.01	Aumento contas a receber	(10.720)	(10.720)	(4.104)	(4.104)
4.01.02.02	Aumento contas a recber p. relaciondas	(11.086)	(11.086)	0	0
4.01.02.03	(Aumento)Redução impostos a recuperar	1.018	1.018	3.784	3.784
4.01.02.04	(Aumento) Redução depositos judiciais	820	820	(293)	(293)
4.01.02.05	(Aument) Red. desp. antecip. e outras	1.490	1.490	(575)	(575)
4.01.02.06	Aumento (redução) fornecedores	471	471	(5.256)	(5.256)
4.01.02.07	Aumento (redução) provisões trabalhistas	4.790	4.790	2.982	2.982
4.01.02.08	Aumento (redução) impostos a recolher	6.085	6.085	(800)	(800)
4.01.02.09	Redução contingencias	(467)	(467)	0	0
4.01.02.10	Aumento (redução) outras contas a pagar	2.116	2.116	160	160
4.01.03	Outros	17.869	17.869	0	0
4.01.03.01	Caixa proveniente de controlada incorp.	17.869	17.869	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(6.849)	(6.849)	(6.631)	(6.631)
4.02.01	Adições ao ativo imobilizado	(5.599)	(5.599)	(6.631)	(6.631)
4.02.02	Adições ao ativo intangível	(1.250)	(1.250)	0	0
4.02.03	Aquisição de investimento	0	0	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(8.012)	(8.012)	11.187	11.187

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/01/2009 a 31/03/2009	4 -01/01/2009 a 31/03/2009	5 - 01/01/2008 a 31/03/200801/01/2008 a 31/03/2008	6 -01/01/2008 a 31/03/200801/01/2008 a 31/03/2008
4.03.01	Captação de emprestimos/leasing	1.178	1.178	11.187	11.187
4.03.02	Pagamento de emprestimos	(9.190)	(9.190)	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	36.791	36.791	3.556	3.556
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	15.220	15.220	7.974	7.974
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.011	52.011	11.530	11.530

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	69.414	3.263	0	0	(3.413)	0	69.264
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(989)	0	(989)
5.03	Saldo Ajustado	69.414	3.263	0	0	(4.402)	0	68.275
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	13.161	0	13.161
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.12.01	Incorp da controladora Tivit Terceir.	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.13	Saldo Final	260.675	3.263	0	0	8.759	0	272.697

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	69.414	3.263	0	0	(3.413)	0	69.264
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(989)	0	(989)
5.03	Saldo Ajustado	69.414	3.263	0	0	(4.402)	0	68.275
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	13.161	0	13.161
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.12.01	Incorp da controladora Tivit Terceir.	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.13	Saldo Final	260.675	3.263	0	0	8.759	0	272.697

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (anteriormente denominada Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.) ("Sociedade" ou "TTP") foi constituída em 2 de março de 2006, com sede na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos: (a) prestação de serviços de contatos telefônicos; (b) serviços de "call center"; (c) implantação de centrais de atendimento a terceiros; (d) recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; (e) locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; (f) desenvolvimento, implementação, gerenciamento e execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados; (g) serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; e (h) serviços de cobrança extrajudicial e participação em outras sociedades, como cotista ou acionista, (i) serviços de armazenamento de dados e armazenamento de outros bens; (j) serviços de assessoria e consultoria em informática; (k) serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (l) serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às suas atividades; e (m) serviços de processamento de dados em geral e congêneres.

Eventos societários

Em abril de 2007, a Tivit Tecnologia da Informação S.A. ("Tivit Tecnologia"), a Telefutura Centrais de Atendimento S.A. ("Telefutura") e seus respectivos acionistas celebraram um "Contrato de Associação" para a união de suas atividades.

Em maio de 2007, a Sociedade incorporou a Telefutura, então controladora da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de abril de 2007, preparado por avaliadores independentes. Como consequência, o patrimônio líquido da Sociedade foi aumentado em R$42.125, conforme demonstrado a seguir:

Ativo:	
Circulante	37.322
Não circulante	40.040
Total do ativo	77.362
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	30.196
Não circulante	5.041
Patrimônio líquido	42.125

Total do passivo e patrimônio líquido	77.362

Em julho de 2007, a Tivit Tecnologia contribuiu ao capital de sua então controlada Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. ("Tivit Terceirização") o seu acervo líquido operacional. Como consequência, o patrimônio líquido da Tivit Terceirização foi aumentado em R$198.327, conforme demonstrado a seguir:

Ativo:	
Circulante	57.532
Não circulante	198.012
Total do ativo	255.544
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	46.270
Não circulante	10.947
Patrimônio líquido	198.327
Total do passivo e patrimônio líquido	255.544

Em julho de 2007, por meio da controlada indireta Tivit Investimentos S.A. ("Tivit Investimentos"), a Tivit Terceirização adquiriu de terceiros, a saber: Cambury LLC, Nederlandse Financierings - Maatschappij Voor Ontwikkelingslanden, Luiz Francisco Novelli Viana, Roberto e Lúcia Josuá, HPELCA Administração e Participação Ltda., Topázio Silveira Neto, Jarbas Leme Nogueira Junior e Ladislau Zavaldi Neto, a totalidade das ações da Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway") e das cotas de sua controladora Angra dos Reis Ltda. ("Angra dos Reis"), por R$91.553, gerando um ágio de R$98.628, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 10).

Na data da aquisição, o balanço patrimonial consolidado das empresas adquiridas era o seguinte:

Ativo:	
Circulante	22.590
Não circulante	13.838
Total do ativo	36.428
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	23.302
Não circulante	20.201
Passivo a descoberto	(7.075)
Total do passivo e passivo a descoberto	36.428

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em dezembro de 2007, a Sociedade incorporou a Varanasi Administração de Bens S.A., então acionista da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2007, preparado por avaliadores independentes. Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1
Não circulante	10.031
Total do ativo	10.032
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	2
Patrimônio líquido	10.030
Total do passivo e patrimônio líquido	10.032

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em dezembro de 2007, a Sociedade incorporou a Telefutura Locações de Equipamentos Ltda., então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2007, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	8.612
Não circulante	24.797
Total do ativo	33.409
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	3.580
Patrimônio líquido	29.829
Total do passivo e patrimônio líquido	33.409

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Tivit Investimentos e a Angra dos Reis foram incorporadas por sua controlada Softway, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

	Tivit	Angra

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Investimentos	dos Reis
Ativo:		
Circulante	1	17
Não circulante	86.095	287
Total do ativo	86.096	304
Passivo e patrimônio líquido:		
Circulante	31	55
Patrimônio líquido	86.065	249
Total do passivo e patrimônio líquido	86.096	304

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway"), então sua controlada integral, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	21.516
Não circulante	6.018
Permanente	96.615
Total do ativo	124.149
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	19.005
Não circulante	19.079
Patrimônio líquido	86.065
Total do passivo e patrimônio líquido	124.149

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Open Concept Serviços Ltda. ("Open Concept Serviços"), então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 1° de junho de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1.989
Não circulante	2.504
Total do ativo	4.493

Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	887
Não circulante	12.333
Passivo a descoberto	(8.727)
Total do passivo e passivo a descoberto	4.493

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Open Concept Tecnologia em Informática Ltda. ("Open Concept"), então controlada integral da Open Concept Serviços, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1
Não circulante	59
Total do ativo	60

Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	2.286
Passivo a descoberto	(2.226)
Total do passivo e passivo a descoberto	60

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em janeiro de 2009, a Sociedade incorporou a Tivit Terceirização, então sua controladora, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de dezembro de 2008, preparado por avaliadores independentes. O valor do patrimônio líquido da Tivit Terceirização de R$260.526, deduzido do saldo do investimento na Sociedade de R$69.264, resultou em um acervo líquido incorporado pela Sociedade de R$191.262. Os ativos e passivos incorporados, antes de referida eliminação, foram:

Ativo:	
Circulante	80.011
Não circulante	333.844
Total do ativo	413.855

Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	125.607
Não circulante	27.722

Patrimônio líquido	260.526
Total do passivo e patrimônio líquido	413.855

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 31 de março de 2009, há uma insuficiência consolidada de capital circulante líquido de R$104.489. A Administração não antecipa problemas para a liquidação de suas obrigações de curto prazo, tendo em vista as previsões de geração de caixa operacional e as possibilidades de alongamento dos vencimentos dos empréstimos bancários, atualmente em estudo.

Concentração da receita

Parcela significativa da receita está concentrada em dez principais clientes. Em 31 março de 2009, esses clientes representaram 63% da receita bruta.

Comparação das demonstrações financeiras

Considerando que em 30 de abril de 2007 houve a incorporação da Telefutura Centrais de Atendimento ("TCA"), em 30 de novembro de 2007 houve a incorporação da Telefutura Locações de Equipamentos ("TLE") e as incorporações da Softway, da Open Concept Tecnologia da Informação Ltda. e da Open Concept Serviços Ltda. em 30 de junho de 2008, as demonstrações financeiras não são comparativas.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modificou as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida Lei, com aplicação a partir de 2008, estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração de

demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e atribui à CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), a Sociedade estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2005. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Sociedade preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Sociedade exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As principais alterações nas práticas contábeis decorrentes da aplicação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram as seguintes:

- Em atendimento ao item 51 do pronunciamento técnico CPC 13, a Sociedade deixou de apresentar a demonstração das origens e aplicações de recursos.

- Conforme divulgado na nota explicativa nº 24, os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

- Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Sociedade

avaliou os efeitos do ajuste a valor presente de direitos e obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Criação da rubrica "Intangível", apresentada nos balanços patrimoniais no grupo "Ativo não circulante".

- Eliminação da rubrica "Ativo diferido", cujos valores foram alocados aos ativos imobilizado e intangível.

- Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações da Sociedade adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamento.

- Extinção da rubrica "Resultados não operacionais", apresentada na demonstração do resultado.

Para fins de melhor comparação, e de acordo com a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, as demonstrações financeiras de 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reclassificadas e os efeitos nessas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	31.03.2008
Prejuízo do trimestre originalmente reportado	(3.742)
Ajustes:	
Reversão das despesas com arrendamento mercantil	595
Contabilização das despesas de depreciação do exercício	(258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(115)
Prejuízo do trimestre ajustado	(3.520)

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Aplicações financeiras

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercício/trimestre.

b) Contas a receber de clientes

Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos e ajustados ao seu valor presente, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber, considerando os seguintes critérios: (i) provisão de 100% para os saldos vencidos há mais de 120 dias; e (ii) análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento.

c) Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras preparadas nas mesmas datas-base de apresentação dos saldos da Sociedade. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição.

d) Ágio na aquisição de controladas

O ágio na aquisição de investimentos, classificado como intangível, é fundamentado com base na expectativa de lucratividade futura e será amortizado considerando as expectativas de geração de resultados futuros, revisadas anualmente. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição.

e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 10, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção são capitalizados, quando aplicável. Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Sociedade adota como procedimento revisar os ativos intangíveis para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Em 31 de março de 2009, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas.

f) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, que consideram a vida útil-econômica estimada dos softwares e dos gastos com implementação de sistemas.

O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado com base na expectativa de lucratividade futura Anualmente, é avaliado o valor recuperável do ágio e é feita uma provisão para perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de março de 2009, não foram identificados eventos que pudessem alterar as projeções iniciais quanto à expectativa de recuperação do ágio nas operações.

g) Outros ativos (circulante e não circulante)

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas de encerramento do exercício/trimestre.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais pela aplicação das alíquotas vigentes. Adicionalmente, foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

i) Outros passivos (circulante e não circulante)

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento do exercício/trimestre.

j) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre dados das

suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil-econômica estimada dos bens do ativo imobilizado, às projeções preparadas para a realização do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos e às provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências.

k) Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores legais e pela Administração das Sociedades, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas.

l) Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

m) Lucro (prejuízo) por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento do exercício/trimestre.

n) Fluxos de caixa

A CVM emitiu em 13 de agosto de 2008 a Deliberação nº 547, que trata da demonstração dos fluxos de caixa. A Sociedade, que divulgava regularmente suas demonstrações dos fluxos de caixa de acordo com a NPC nº 20 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, optou por divulgar tais demonstrações de acordo com a referida Deliberação. Para fins de comparação com o trimestre atual, foram efetuadas reclassificações relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2008.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações financeiras consolidadas para o trimestre findo em 31 de março de 2009 foram preparadas de acordo com as normas expedidas pela CVM, sendo as principais práticas descritas na nota explicativa nº 2. As demonstrações financeiras consolidadas findas no trimestre de 31 de março de 2008 incluem os saldos e as transações das controladas diretas Tivit Investimentos S.A. e indiretas Angra dos Reis Ltda. e Softwary Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A., as findas no trimestre de 31 de março de 2009 incluem os saldos e as transações das controladas diretas Tivit USA LLC e Tivit Paris SARL. O detalhe das controladas consolidadas está apresentado na nota explicativa nº 9. Na preparação dessas demonstrações foram eliminados os saldos de investimentos em controladas e os decorrentes de transações realizadas entre as Sociedades. A participação dos acionistas minoritários foi destacada.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Remuneração %	Controladora Consolidado 31.03.2009	Controladora 31.12.2008
Aplicação em Certificados de Depósito Bancário - CDBs	10,97 a.a.	45.019	11.312

As aplicações financeiras têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado
	31.03.2009	31.12.2008	31.03.2009
Contas a receber faturado	75.327	37.627	75.091
Contas a receber a faturar	41.991	34.345	41.991
Partes relacionadas (Vide nota explicativa nº12)	3.682	659	3.682
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(352)	-	(352)
	120.648	72.631	121.222

O saldo de contas a receber de clientes e partes relacionadas em 31 de março de 2009 e de 31 de dezembro de 2008, por prazo de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31.03.2009	31.12.2008	31.03.2009
A vencer:			
Até 30 dias	84.452	24.742	85.026
Entre 31 e 90 dias	23.242	33.686	23.242
Vencidas:			
Até 90 dias	9.813	11.565	9.813
Acima de 90 dias	3.493	2.638	3.493
	121.000	72.631	121.574

6. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado
	31.03.2009	31.12.2008	31.03.2009
Manutenção de softwares (a)	5.026	-	5.026
Licença de uso de software (b)	12.573	-	12.573
Adiantamento para prestação de serviços (c)	29.000	-	29.000
Outros	4.238	2.895	4.238
	50.837	2.895	50.837
Parcela do circulante	24.801	2.895	24.801
Parcela do não circulante	26.036	-	26.036

(a) Refere-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de manutenção de softwares, apropriados ao resultado pelos períodos contratados.

(b) Refere-se, substancialmente, ao Termo de Licença de Uso e Manutenção firmado com o fornecedor de software Computer Associates Programas de Computadores Ltda. em 31 de março de 2006, prorrogado em outubro de 2007 por um prazo de sete anos e no valor total de R$61.424, a ser pago em sete parcelas anuais reajustadas com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, a partir do segundo ano. A apropriação ao resultado é efetuada de forma linear no período do contrato.

(c) Refere-se a um contrato entre a Sociedade e determinado cliente (contratante), com aval da Votorantim Novos Negócios Ltda., para a prestação de serviços de processamento de dados, contrato que tem compromisso de confidenciabilidade das informações. O prazo do contrato é de dez anos, iniciado em 30 de março de 2006. Como garantia à prestação dos serviços foi pago o valor de R$40.000 pela Sociedade ao cliente, o qual está sendo amortizado de forma linear pelo prazo do contrato. Em caso de rescisão de alguma cláusula do contrato por parte do contratante, existirá reembolso proporcional do valor de acordo com o número de anos decorridos.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Referem-se ao benefício fiscal futuro do ágio gerado nas então controladoras Halifax Participações Ltda. e Simpson Participações Ltda., incorporadas em outubro de 2001, e nas então controladoras Cardet Holdings S.A. e Caux Participações Ltda., incorporadas em maio de 2006.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL de sua incorporadora, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31.03.2009	31.12.2008
Ágio - incorporado	50.885	50.885
Provisão constituída	(40.163)	(40.163)
Benefício fiscal	10.722	10.722
Amortização de ágio acumulada	(28.352)	(28.352)

Reversão da provisão acumulada	20.016	20.016
Líquido correspondente ao crédito fiscal	2.386	2.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	6.641	4.062
Total	9.027	6.448
Ativo circulante	7.200	4.539
Ativo não circulante	1.827	1.909

Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31.03.2009	31.12.2008
Diferenças temporárias	2.318	261
Parcela do circulante	977	168
Parcela do não circulante	1.341	93

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora e Consolidado	Controladora
	31.03.2009	31.12.2008
IRRF e CSLL retidos na fonte	2.395	8.103
IRPJ e CSLL a recuperar	4.470	-
PIS e COFINS retidos na fonte (faturamento)	1.851	466
INSS a recuperar	3.586	1.756
ISS a recuperar	1.552	2.146
Outros	4.309	1.116
	18.163	13.587
Parcela do circulante	15.622	10.332
Parcela do não circulante	2.541	3.255

9. INVESTIMENTOS

	Controladora	
	31.03.2009	31.12.2008
Tivit Paris SARL (a)	125	-
Tivit USA LLC (b)	98	-
Aplicações e incentivos fiscais - FINOR	3	3
	226	3

Principais informações sobre as controladas em 31 de março de 2009

Controlada	Capital social	Lucro (Prejuízo) líquido do trimestre	Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)	Participação - %	Saldo do investimento	Resultado de equivalência patrimonial
					31.03.2009	31.03.2009
Controlada direta						
Tivit USA LLC	1.203	(499)	96	100	98	(494)
Tivit Paris SARL	119	-	123	100	125	5
					223	(489)

a) Em 18 de setembro de 2008, 26 de dezembro de 2008, 3 de fevereiro de 2009 e 26 de março de 2009 foram feitos aportes de capital na Tivit USA LLC de R$383, R$ 142, R$ 301 e R$ 157, respectivamente. A perda com a variação cambial sobre a tradução das demonstrações financeiras da controlada Tivit USA LLC foi registrada na rubrica "Resultado financeiro".

b) Em 8 de janeiro e 2 de março de 2009 foram feitos aportes de capital na Tivit Paris SARL de R$ 62 e R$ 61, respectivamente. A perda com a variação cambial sobre a tradução das demonstrações financeiras da controlada Tivit Paris SARL foi registrada na rubrica "Resultado financeiro".

10. IMOBILIZADO

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora e Consolidado				Controladora
	Taxa média anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	31.03.2009 Líquido	31.12.2008 Líquido
Terrenos	-	10.426	-	10.426	-
Máquinas e equipamentos	20	157.813	(100.152)	57.661	15.278
Instalações	10	7.204	(2.804)	4.400	1.968
Móveis e utensílios	10	32.747	(14.505)	18.242	14.124
Edificações	4	42.859	(14.264)	28.595	
Computadores e periféricos	20	309.766	(191.460)	118.306	17.865
Benfeitorias em propriedade de terceiros	11	84.417	(62.783)	21.634	19.769
Veículos	20	3.388	(1.934)	1.454	110
Total		648.620	(387.902)	260.718	69.114

Na rubrica "Benfeitorias em propriedade de terceiros" estão registrados os custos com a construção dos "data centers", bem como os custos relativos à instalação e adaptação de equipamentos computadorizados.

A depreciação e amortização alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas operacionais no trimestre findo em 31 de março de 2009 são de R$ 15.719 e R$ 644, respectivamente.

Em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, existem ativos imobilizados de R$99.485 e R$103.530, respectivamente, dados em garantia às operações de arrendamento mercantil. As despesas de depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil no trimestre findo em 31 de março de 2009, registradas na rubrica "Custo dos serviços prestados", são de R$4.975.

11. INTANGÍVEL

	Controladora e Consolidado				Controladora
		31.03.2009			31.12.2008
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de investimentos (*)		111.779	(26.604)	85.175	88.457
Outros intangíveis:					
Marcas e patentes	-	131	(9)	122	-
Software	20	121.253	(77.276)	43.977	-
Gastos com implementação de software	20	1.281	(635)	646	-
		234.444	(104.524)	129.920	88.457

(*)Refere-se substancialmente aos ágios gerados nas aquisições das então controladas indiretas Softway e Open Concept, subsequentemente incorporadas pela Sociedade. Esses ágios são fundamentados nas expectativas de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, que foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir dessa data, com a introdução da Lei nº 11.638/07, o ágio não será mais amortizado linearmente. Anualmente será realizada avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável ("impairment").

As amortizações alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas operacionais no trimestre findo em 31 de março de 2009 são de R$4.967 e R$212, respectivamente.

12. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Sociedade, os acionistas controladores, as empresas relacionadas e as controladas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Essas operações incluem, substancialmente, a prestação de serviços de tecnologia da informação de natureza diversa a empresas integrantes do Grupo Votorantim, tais como hospedagem, gerenciamento de ambientes, atendimento a clientes,

gerenciamento de dados, gestão de aplicativos, impressão de dados variáveis, segurança da informação, serviços de campo de software, serviços de rede, arquitetura de soluções, disponibilização e gestão de ativos, gestão de projetos, serviços de campo de hardware e serviços distribuídos, entre outros.

Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições equânimes de mercado, considerando preços, prazos e condições financeiras para pagamentos praticados com terceiros. Tais contratos considerados em conjunto representam uma receita, em 31 de março de 2009, de aproximadamente R$11.909, equivalente a aproximadamente 5% da receita total da Sociedade.

Os saldo em 31 de março de 2009 e as transações no trimestre na controladora e no consolidado são os seguintes:

	Aplicações Financeiras	Contas a receber de clientes	Resultado Receita
Banco Votorantim	43.983	-	649
Acerias Pas Del Rio S.A.	-	69	-
Anfreixo S.A.	-	4	14
Banco Votorantim S.A.	-	150	220
Citrovita Agro Industrial Ltda.	-	255	821
Citrovita Agro Pecuária Ltda.	-	13	2
Companhia Brasileira de Alumínio	-	368	634
Companhia Nitroquímica Brasileira	-	72	232
Engemix S.A.	-	70	-
Votorantim Celulose e Papel S.A.	-	276	2.525
Votorantim Cimentos Ltda.	-	905	2.325
Votorantim Energia Ltda.	-	69	191
Votorantim International Brasil Ltda.	-	50	172
Votorantim Investimentos Industriais S.A.	-	227	665
Votorantim Metais Ltda.	-	759	2.557
Votorantim Novos Negócios Ltda.	-	3	10
Votorantim Participações S.A.	-	7	12
St. Marys Cement Inc.	-	156	235
Siderurgica Barra Mansa S.A.	-	229	645
	43.983	3.682	11.909

Adicionalmente, a Sociedade tem celebrado contrato de prestação de serviços com as empresas Profill, DMN Webdesigns e Mídia Digital Ltda., Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda. e DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda.,

detidas, direta ou indiretamente, pelos acionistas Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier. Esse contrato versa sobre a prestação de serviços, pela Profill, de: (a) gestão de informática, com implantação, reestruturação, planejamento, coordenação, aquisição de materiais, treinamento de pessoal e acompanhamento das atividades das contratantes, bem como elaboração de novos projetos e modernização operacional e comercial relacionadas à área de informática; e (b) licenciamento, manutenção, suporte técnico e atualização periódica de software. A remuneração devida em decorrência de tais serviços, calculada conforme o número de pessoas necessárias para entrega dos serviços contratados, é equivalente a: (a) R$65 mensais, pelos serviços de gestão de informática; (b) R$31 mensais, por licenciamento, manutenção e atualização do software; (c) valores variáveis de acordo com o trabalho realizado, em decorrência dos serviços de suporte técnico; e (d) R$0,08 por hora e por pessoa participante de treinamento operacional. Tais valores estão sujeitos à revisão anual.

Os preços praticados com partes relacionadas e clientes, de forma geral, foram calculados através de projeções de custos e investimentos para a prestação do serviço.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado
	31.03.2009	31.12.2008	31.03.2009
Licença de uso e manutenção de software	19.745	5.272	20.315
Serviços profissionais	11.650	3.579	14.233
Equipamentos de informática e telecomunicação	10.253	2.000	10.253
Telefonia	4.769	4.800	4.769
Outros	9.929	862	9.929
	56.346	16.513	59.499
Parcela do circulante	54.848	16.513	58.001
Parcela do não circulante (*)	1.498	-	1.498

(*) Corresponde à parcela de longo prazo nos contratos de manutenção de softwares.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCATIL

	Taxa %	Controladora e Consolidado 31.03.2009	Controladora 31.12.2008
Banco ABN AMRO Real S.A. (a) (b)	0,9117 a.m.	127.690	124.034
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES (c)	9,55 a.a	7.203	-
Banco do Brasil S.A. (d)	1,14 a.m.	26.478	-
Arrendamento mercantil a pagar (e)	11,44 a.a.	49.440	1.851
		210.811	125.885
Parcela do circulante		190.325	885
Parcela do não circulante		20.486	125.000

(a) Em 27 de junho de 2007, a TTP emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédulas de Crédito Bancário e celebrou também os contratos de "swap", por meio dos quais captou recursos de R$15,5 milhões ao custo de 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com vencimento para 15 de janeiro e 30 de janeiro de 2008 e com garantia da Tivit Tecnologia. Esses recursos foram utilizados para financiamento de suas atividades operacionais. Em 11 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado, com vencimento para 29 de abril e 16 de julho de 2008, ao custo médio de 105% do CDI, e foram liquidados em suas respectivas datas de vencimento.

(b) Em 19 de julho de 2007, a TTP emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédula de Crédito Bancário e celebrou também contrato de "swap", por meio do qual captou recursos de R$99,54 milhões ao custo de 102% do CDI, com vencimento previsto para 19 de outubro de 2007 e com garantia da acionista Tivit Tecnologia. Esses recursos foram utilizados pela TTP, parte para aquisição da Softway, por meio da Tivit Investimentos, e parte para a utilização em outras atividades operacionais. Esse empréstimo foi renovado em 19 de outubro de 2007 com vencimento para 18 de janeiro de 2008 ao custo de 105,5% do CDI. Em 18 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado com vencimento para 18 de abril de 2008 ao custo de 104,8% do CDI. Em 19 de março de 2008, o empréstimo foi novamente renovado com vencimento para 5 de março de 2010 ao custo de 104,5% do CDI. Em 31 de março de 2009, o valor atualizado do empréstimo é de R$127,7 milhões.

(c) Em 30 de novembro de 2006, a Tivit Tecnologia (com posterior transferência à Sociedade, quando da contribuição do acervo líquido, conforme descrito na nota explicativa nº 1), emitiu em favor do Banco Itaú S.A. Cédula de Crédito Bancário, proveniente de linha de crédito do BNDES automático, de R$10 milhões, com carência de 12 meses, pagamento de juros trimestrais e amortização do principal em 48 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2008. Tais recursos foram utilizados para financiamento de investimentos de aquisição de software e consultorias para projeto de implantação de Sistema ERP. Em 31 de março de 2009, o saldo atualizado do empréstimo é de R$7,2 milhões.

(d) Em 9 de outubro de 2008 a Sociedade emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. Notas de Crédito de Exportação Indireta, por meio das quais captou R$25 milhões ao custo de 101% do CDI, com vencimento previsto em 5 de outubro de 2009. Esse recurso foi utilizado pela Sociedade com o intuito de fomentar a exportação de prestação de serviços de tecnologia principalmente a empresas do Grupo Votorantim. Em 31 de março de 2009, o saldo atualizado do empréstimo é de R$26,5 milhões.

(e) Refere-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Sociedade. Em 31 de março de 2009, a Sociedade possuía 36 contratos de arrendamento mercantil, com vencimentos entre 14 de fevereiro de 2009 e 29 de outubro de 2011, com juros médios de 11,44% ao ano, no montante total de R$49,4 milhões. Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem, mediante nota promissória a favor do arrendador.

15. IMPOSTOS PARCELADOS

Em 2006, a sociedade incorporada, Telefutura Centrais de Atendimento S.A., protocolou pedido de opção por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, para pagamento ao Instituto Nacional do Seguro Social - Serviço Social do Comércio - INSS-SESC não recolhido no período de junho de 2001 a outubro de 2005.

Composição do saldo devedor em 31 de março de 2009:

	Controladora e Consolidado				Controladora
Período	Prazo do parcelamento	Principal	Multa e juros	Saldo devedor 31.03.2009	Saldo devedor 31.12.2008
Junho de 2001 a janeiro de 2003	130 meses	470	9	479	454
Fevereiro de 2003 a outubro de 2005	120 meses	1.909	63	1.972	1.991
		2.379	72	2.451	2.445
Parcela do circulante				345	345
Parcela do não circulante				2.106	2.100

A parcela do não circulante em 31 de março de 2009 tem os seguintes vencimentos:

Ano	
2010 (a partir de abril)	345
2011	345
2012	345
2013 em diante	1.071
	2.106

Após a homologação do pedido por parte da Receita Federal, a Sociedade será obrigada a manter o pagamento regular dos impostos e das contribuições como condição essencial para a manutenção do parcelamento.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para todas as questões que estão sendo contestadas é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos assessores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, cíveis e trabalhistas. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados às contingências trabalhistas e previdenciárias. A composição das contingências é como segue:

	Controladora e Consolidado 31.03.2009	Controladora 31.12.2008
Tributárias (a)	7.176	8.297
Trabalhistas e previdenciárias (b)	18.420	19.752
	25.596	27.999
(-) Depósitos judiciais	(5.496)	(6.317)
	20.100	21.732
Parcela do circulante	1.449	1.499
Parcela do não circulante	18.651	20.233

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída na controlada Softway para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e sobre a incidência de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins sobre a parcela das receitas de suas atividades. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que esses tributos não incidiam sobre essas operações. Não há ação judicial relacionada a essa provisão.

(b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício.

A Sociedade é ainda parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos consultores jurídicos da Sociedade, de R$14.837 em 31 de março 2009, está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

A movimentação nas provisões é como segue:

	Controladora e Consolidado		
	31.12.2008	Baixas (a)	31.03.2009
Tributária	8.247	(1.071)	7.176
Trabalhistas e previdenciárias	19.752	(1.332)	18.420
	27.999	(2.403)	25.596

(a) Referem-se à reversão de contingências previdenciárias e tributárias em virtude da decadência de prazo.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2009, o capital social de R$260.675 está dividido em 7.415.844 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Quantidade de ações	Participação - %
Tivit Tecnologia da Informação S.A.	3.980.074	53,67
Lit Tele Ltda.	1.333.424	17,98
Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - FIP	919.470	12,40
Luis Roberto Novaes Mattar	741.615	10,00
Eraldo Dante de Paola	341.885	4,61
Outros	99.376	1,34
Total	7.415.844	100,00

b) Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Aumento de capital

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de abril de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital em R$7.653 decorrente de: (i) capitalização de R$653 da parcela amortizada da reserva de ágio; e (ii) emissão de 230.339 ações ordinárias nominativas totalmente subscritas e integralizadas pela acionista TIVIT Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. Em 31 de outubro de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital em R$22.400 decorrente da emissão de 741.131 ações ordinárias nominativas totalmente subscritas e integralizadas pela acionista TIVIT Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. Em 31 de janeiro de 2009, a Assembléia Geral Extraordinária deliberou e aprovou a emissão de 5.444.374 novas ações ordinárias, nominativas totalmente subscritas e integralizadas devido a incorporação da controladora Tivit Terceirização Tecnologia e Serviços S.A..

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2009	31.03.2008	31.03.2009	31.03.2008
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	14.444	(5.420)	14.444	(5.838)
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL - %	34	34	34	34
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes	(4.911)	1.843	(4.911)	1.985
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre diferenças permanentes	3.861	1.438	3.861	577
Outros	47	(1.381)	47	(466)
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado do trimestre	(1.003)	1.900	(1.003)	2.096

19. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora 31.03.2009	Consolidado 31.03.2008
Perdas na alienação de ativos	(12)	-
Multas por rescisões contratuais	765	-
Amortização de ágio	-	(4.929)
	753	(4.929)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2009	31.03.2008	31.03.2009	31.03.2008
Rendimentos sobre aplicações financeiras	945	22	945	59
Juros passivos	(6.367)	(3.058)	(6.367)	(3.129)
Despesas bancárias	(200)	(37)	(200)	(42)
Variação cambial	430	-	430	
Outras despesas	-	(32)	(1)	1
	(5.192)	(3.105)	(5.193)	(3.111)

21. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Sociedade tem como política a distribuição de bônus aos seus funcionários vinculados a um plano de ação e ao alcance de objetivos específicos, que são estabelecidos e acordados no início de cada exercício, embora não haja um plano formal firmado com o sindicato da categoria. Durante o trimestre findo em 31 de março de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R$4.378.

22. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2009, os honorários dos administradores foram de R$724.

23. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pelas Sociedades são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica para fins de provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica principal da Sociedade. O contrato tem vigência entre março de 2006 e março de 2011. No trimestre findo em 31 de março de 2009, os custos relacionados a esse contrato foram de R$4.758 (consolidado).

- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No trimestre findo em 31 de março de 2009, os custos relacionados a esses contratos foram de R$4.283.

- Transmissão e entrega de sinais digitais - consiste em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No trimestre findo em 31 de março de 2009, os custos relacionados a esse contrato foram de R$3.545.

- Uso de sistema operacional - o contrato tem vigência de três anos, conforme detalhado na nota explicativa nº 6. No trimestre findo em 31 de março de 2009, os custos relacionados a esse contrato foram de R$13.055.

- Arrendamento mercantil - a Sociedade possui diversos contratos de arredamento de equipamentos com diversas instituições financeiras. Os detalhes desses compromissos estão apresentados nas notas explicativas nº 10 e nº 14.

- Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Sociedade é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. No trimestre findo em 31 de março de 2009, os custos relacionados a esses contratos foram de R$5.379. Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade e suas controladas participam em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a

seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de março de 2009, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	Saldo contábil	Valor de mercado
Aplicações financeiras	45.019	43.859
Empréstimos e financiamentos	210.811	212.330

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

Os seguintes instrumentos financeiros ativos e passivos são mantidos pela Sociedade e suas controladas em 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008, bem como os critérios para valorização e/ou avaliação:

a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar de curto prazo - considerando a natureza dos saldos e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

b) Investimentos - consistem, principalmente, em investimento em controlada de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial. Considerações de valor de mercado das participações possuídas não são aplicáveis.

c) Risco de crédito - a base de clientes da Sociedade é bastante concentrada e os dez principais clientes representam aproximadamente 63% da receita bruta em 31 de março de 2009. A política de vendas da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

d) Derivativos - os instrumentos derivativos contratados pela Sociedade e suas controladas têm o propósito de proteger suas aplicações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de juros, e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de março de 2009, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.(a), a Sociedade celebrou contratos de "swap" para mitigar os riscos de variação cambial sobre os empréstimos denominados em moeda estrangeira, passando o custo efetivo de juros a ser fixado em 105% do CDI.

25. SEGUROS (NÃO AUDITADOS)

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração da Sociedade para cobrir eventuais sinistros e é de aproximadamente R$37.120 em 31 de março de 2009, como segue:

Modalidade	Importância segurada
Equipamentos	619.497
Riscos diversos	2.000
Responsabilidade civil profissional	9.000
Multirisco	380.769

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Vide comentário do desempenho da companhia no trimestre consolidado.

Relatório da Administração da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S/A.
Relativo ao período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009

I - Descrição dos Negócios, Produtos e Serviços

Acreditamos ser a companhia líder na América Latina na prestação de serviços baseados em soluções integradas de BPO e de TI. Trabalhamos em proximidade e cooperação com nossos clientes, sejam eles empresas brasileiras ou grandes multinacionais com operações no Brasil, auxiliando-os na elaboração de soluções customizadas para seus negócios através do planejamento, implementação e gerenciamento de operações críticas de BPO e TI. Com foco no constante aumento de eficiência dos negócios de nossos clientes, procuramos oferecer Soluções Críticas que apresentem resultados tangíveis, principalmente verificados através da redução de custos, maior eficiência de processos e melhor nível de serviços. Os nossos serviços de terceirização abrangem desde o planejamento, desenvolvimento, integração e manutenção das infra-estruturas de TI de nossos clientes, até a gestão de seus processos de negócios para o desempenho de funções operacionais, comerciais, financeiras e/ou de suporte. Nossa divisão de BPO trabalha de forma integrada com nossa divisão de TI para criar soluções customizadas que geram valor para nossos clientes. Somos especializados em diversos segmentos de negócio, incluindo serviços financeiros, seguros, serviços públicos e indústria. Acreditamos contar com uma das maiores plataformas de BPO e TI da América Latina, uma vez que empregamos mais de 23.000 funcionários e temos 16 unidades operacionais no Brasil, que incluem dois datacenters Nivel 5. No primeiro trimestre de 2008 e de 2009, anunciamos, respectivamente, a abertura de duas unidades fora do Brasil – uma nos Estados Unidos e outra na França – para dar suporte aos nossos clientes em suas operações internacionais.

Utilizamos nossa vasta experiência e conhecimento em diversos segmentos de negócio para criar soluções inovadoras para nossos clientes. Somos reconhecidos por eles como parceiros estratégicos na terceirização de suas atividades. Procuramos construir relacionamentos de longo prazo, tornando-nos especialistas nos mercados em que nossos clientes atuam, criando soluções flexíveis e eficientes, a custos competitivos para nossos clientes. Nosso modelo de negócios consiste na prestação de serviços de terceirização de operações críticas de nossos clientes, caracterizado por contratos de longo prazo, baixa necessidade de capital, baixa rotatividade de clientes e elevado potencial de alavancagem operacional. Tais características decorrem da utilização de nossa infra-estrutura de ponta, profunda expertise em ferramentas de BPO e TI e processos de gestão de recursos humanos extremamente eficazes. Todas essas características nos propiciam um elevado grau de visibilidade quanto a nossas receitas, as quais possuem, em grande parte, uma natureza

recorrente. Na prática, isso é evidenciado pelo fato de que 90,8% das nossas receitas são decorrentes de contratos com prazo de pelo menos 24 meses.

II - Visão do Setor e Conjuntura Econômica

A globalização obrigou as companhias a aumentar sua produtividade e reduzir custos com maior eficiência, para que pudessem se manter competitivas em seus mercados, conservando a qualidade de seus serviços e agregando valor aos seus acionistas. Para atingir tais objetivos, as companhias passaram a se concentrar em suas atividades principais, terceirizando processos de negócios e de TI a terceiros que possam realizá-los de forma mais eficiente e a custos mais competitivos. Terceirizando suas atividades secundárias para países como a Índia, as Filipinas e Brasil, as empresas puderam se beneficiar de salários significativamente mais baixos e mão-de-obra altamente qualificada. De acordo com estudos recentes, a terceirização *offshore* de serviços integrados de BPO e TI é o segmento que apresenta crescimento mais rápido no mercado de terceirização. Entretanto, este segmento ainda tem um potencial significativo de crescimento, representando uma oportunidade para os países com mão de obra qualificada e custos competitivos. À medida que os serviços se tornaram mais concentrados nos países asiáticos, onde surgiram preocupações em relação à crescente competição por mão-de-obra e conseqüente aumento das taxas de evasão e inflação salarial, as empresas passaram a buscar locais alternativos, com custos também competitivos e mão-de-obra qualificada. Nos últimos anos, a América Latina ganhou importância nas decisões de *offshoring* e *near-shoring*.

Acreditamos que o Brasil, é a maior economia da América Latina e uma das que cresce mais rápido, apresenta um mercado de BPO e TI de tamanho considerável, bastante fragmentado e pouco explorado. Mudanças na economia interna, em conjunto com a globalização, tornaram as empresas brasileiras mais propensas a terceirizar serviços que antes eram realizados internamente, em uma busca por redução de custos e maior eficiência, aumentando assim a demanda doméstica por serviços de BPO e TI, razões pelas quais acreditamos que estes mercados crescerão no Brasil.

III - Análise dos Resultados Financeiros

Em razão do processo de reorganização societária ocorrido em 31 de janeiro de 2009, onde a Companhia incorporou a Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A ("Tivit Terceirização"), então sua controladora integral, os resultados consolidados não são comparáveis, desta forma qualquer analise comparativa pode ficar prejudicada.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita líquida de serviços

A receita líquida de serviços aumentou 111,6% ou R$ 120,62 milhões, para R$ 228,66 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009, comparados com R$ 108,04 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2008. Essa variação se explica, principalmente, pela receita liquida da Tivit Terceiração nos primeiros três meses de 2008, no período que antecedeu a incorporação da Tivit Terceirização, que foi de R$ 93,35 milhões. O restante do crescimento da receita ou R$ 27,27 milhões são provenientes do crescimento do volume de serviços prestados aos clientes da base e conquista de novos clientes.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados aumentou 76,5% ou R$ 71,34 milhões, para R$ 164,63 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009, comparado com R$ 93,29 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2008. Essa variação se explica, principalmente, pelo custo dos serviços prestados da Tivit Terceirização, nos primeiros três meses de 2008, no período que antecedeu a incorporação da Tivit Terceirização, que foi de R$ 70,41 milhões. Os custos dos serviços residuais foram impactados pelo aumento dos custos operacionais para fazer frente ao crescimento dos serviços prestados.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 334,1% ou R$ 49,27 milhões, para R$ 64,02 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009, comparado com R$ 14,75 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2008. Essa variação se explica, principalmente, pelo lucro bruto da Tivit Terceirização nos primeiros três meses de 2008, no período que antecedeu a incorporação da Tivit Terceirização, que foi de R$ 22,94 milhões. O lucro bruto residual foi impactado pelo aumento do volume faturado aos clientes da base e da conquista de novos clientes.

Despesas operacionais (com vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais líquidas)

As despesas operacionais aumentaram 159,0% ou R$ 27,25 milhões, para R$ 44,39 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009, comparado com R$ 17,14 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2008. Essa variação se explica, principalmente, pelas despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais líquidas) da Tivit Terceirização nos primeiros três meses de 2008, no período que antecedeu a incorporação da Tivit Terceirização, que foram de R$ 15,14 milhões. As despesas operacionais residuais foram impactadas pelo aumento da provisão para

pagamento do bônus, de gastos com ocupação e de gastos com a implementação de ERP (SAP) em 2009, aumento esse parcialmente compensado pela redução da amortização de ágio de aquisições, que, por força da Lei nº 11.638/07, foi efetuado somente até o final de 2008. A variação remanescente refere-se ao aumento nas despesas gerais para suportar o aumento das nossas atividades.

Resultado financeiro

A despesa financeira liquida aumentou 66,9% ou R$ 2,08 milhões, para uma despesa de R$ 5,19 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009, comparado com uma despesa de R$ 3,11 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2008. Essa variação se explica, principalmente pelo aumento das despesas financeiras dos contratos de leasing compensado em parte pela redução na taxa de juros no período.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

As despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) aumentaram 150,6% ou R$ 2,98 milhões, para R$1,00 milhão no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009, comparado com um credito de imposto de R$ 1,98 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2008 devido, principalmente, ao maior lucro período. A taxa efetiva foi reduzida para 6,9% em no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009 comparado com 35,9% no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2008, principalmente em decorrência do aproveitamento do credito fiscal do ágio e compensação de prejuízos fiscais no período de três meses encerrado em 31 de março de 2009.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido aumentou 481,82% ou R$ 16,68 milhões, para R$ 13,16 milhões no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009, comparado com o prejuízo de R$ 3,52 milhões em no período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009, como resultado da combinação dos fatores acima discutidos.

IV - Clientes

Mantemos relacionamentos de longo prazo com nossos clientes, para os quais administramos uma grande variedade de processos. Focamos na prestação de serviços de BPO e TI que são críticos ao funcionamento diário das operações de nossos clientes. A maior parte de nossos serviços de BPO e TI é prestada com base em contratos de longa duração, com prazos que podem variar de 1 a 10 anos para os contratos de TI e de 1 a 5 anos para os contratos de BPO. Para aqueles clientes que foram integralmente migrados para nossos centros de processamento de dados, essa estrutura contratual nos proporciona uma receita relativamente previsível e estável para grande parte de nossos negócios e dilui nossos custos com vendas e marketing em comparação com serviços prestados em projetos pontuais. O relacionamento com nossos clientes é expandido à medida que, por meio de oportunidades de cross-selling, evoluímos de um processo isolado para uma cadeia de processos integrados, em múltiplas linhas de negócio. Acreditamos que essa evolução, considerando a customização e complexidade dos serviços que oferecemos, contribua para a fidelização de nossos clientes, o que é evidenciado por: (i) contratos de longo prazo, com uma média de 50 meses; e (ii) taxa de Churn de 1,5% em 2008, em relação à receita.

VI - Recursos Humanos

Acreditamos que nosso capital humano seja nosso ativo mais valioso. Em 31 de Março de 2009, tínhamos aproximadamente 24.765 funcionários e o valor da nossa folha de pagamento mensal, em conjunto com a de nossas controladas, incluindo remuneração, encargos sociais e benefícios dos empregados, totalizava R$44,43 milhões (R$41,18 milhões em 2008).

O nível de experiência desses profissionais vai desde analistas de sistema até gerentes de identificação de novos negócios a consultores seniores e engenheiros com larga experiência em TI. Temos pessoal com experiência em mainframe, Plataforma Baixa e tecnologias de sistemas abertos, com formação em diversas linguagens de programação de computador, ferramentas de software, sistemas de gerenciamento de bancos de dados, processo de redes e metodologias, técnicas e padrões. Implementamos uma estrutura de gestão e organização de recursos humanos direcionada a maximizar a possibilidade de expandirmos nossa base de profissionais. Cuidamos do desenvolvimento e das necessidades gerais de nosso pessoal em nível estratégico e dividimos nossas iniciativas sobre gestão de recursos humanos em quatro pilares principais: (i) recrutamento; (ii) treinamento; (iii) motivação, plano de carreira e retenção; e (iv) avaliação de desempenho e remuneração.

Também somos muito ativos na contratação em campus universitários. Temos alguns acordos com universidades brasileiras para fazer apresentações periódicas sobre a nossa Companhia e as oportunidades de carreira. Acreditamos ter uma marca com sólida reputação que nos ajuda a atrair os melhores talentos.

VII – Investimentos

No período de três meses encerrado em 31 de Março de 2009, nossos investimentos totais foram de R$6,85 milhões (R$6,63 milhões em 2008) e contemplam computadores e periféricos, licenças de uso de softwares, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e benfeitorias em propriedade de terceiros, que são em sua essência, aqueles necessários à manutenção de nossas operações.

VIII - Plataforma robusta de BPO e TI com tecnologia e infra-estrutura de ponta

As empresas que objetivam a terceirização de determinadas atividades buscam prestadores de serviços que possam suportar um escopo abrangente de serviços, possuam uma extensa e qualificada base de profissionais, utilizem infra-estrutura de tecnologia e de telecomunicações de ponta e tenham capacidade para atender as necessidades crescentes de seus negócios. Acreditamos possuir uma das maiores plataformas de BPO e TI na América Latina, empregando mais de 23.000 funcionários em 16 unidades em todo o Brasil. Além disso, procuramos manter uma infra-estrutura baseada em escalabilidade, redundância e segurança de informação. Temos diversos datacenters no Brasil com tecnologia de ponta, capazes de suportar nosso crescimento futuro. Acreditamos ser a única companhia no Brasil com dois datacenters Nível Cinco garantindo disponibilidade de 99,999% (ou Cinco 9's) para as operações críticas de TI de nossos clientes. Adicionalmente, a nossa unidade de BPO localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, foi uma das primeiras unidades de BPO na América Latina a empregar VoIP em larga escala.

IX - Prêmios e Reconhecimentos

Prêmio ABT
Melhor empresa de cobrança do ano de 2009, pela Revista Clientes S/A, uma das principais publicações de BPO do Brasil.

100 Maiores Empresas de Outsourcing
Figuramos no ranking das 100 maiores empresas de outsourcing do mundo, elaborado pela IAOP (International Association of Outsourcing Professionals) e publicado pela Fortune, sendo a única empresa brasileira classificada entre as 10 maiores empresas na categoria de Size and Growth, juntamente com empresas indianas e chinesas

X – Relacionamento com Auditores

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03 de 14 de maio de 1999, informamos Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, além dos serviços de prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi contratada para a prestação de serviços relacionados à Oferta Pública de Ações e para serviços de diagnóstico das diferenças entre de praticas contábeis adotado no Brasil e as práticas contábeis internacionais (IFRS). Os correspondentes honorários para esses serviços totalizaram aproximadamente R$ 270.000,00 e representou aproximadamente 35% do total dos honorários relativos à auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR (controladora e consolidadas) da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas ("Sociedades"), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações das Sociedades.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa (controladora e consolidadas) correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram extraídas das demonstrações financeiras por nós examinadas, sobre as quais emitimos parecer de auditoria, sem ressalvas, datado de 5 de maio de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano 2008, essas demonstrações

financeiras foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 12 - "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros".

São Paulo, 24 de julho de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	12
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	18
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	20
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 31/03/2009	21
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	22
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	51
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	52
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	59/60

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes das Informações Trimestrais - ITR Segundo Trimestre - 2009

(Reapresentação)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua José Guerra, 127
04719-030 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR (controladora e consolidadas) da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas ("Sociedades"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações das Sociedades.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa (controladora e consolidadas) correspondentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram extraídas das demonstrações financeiras por nós revisadas, sobre as quais emitimos relatório de revisão limitada, sem ressalvas, datado de 15 de julho de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano 2008, essas demonstrações financeiras foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 12 - "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros".

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº nº 26 (a) e (b), as informações trimestrais estão sendo reapresentadas para incorporar informações adicionais às notas explicativas.

São Paulo, 24 de julho de 2009 (exceto para a nota explicativa nº 26 (a), cuja data é 6 de setembro de 2009 e 26 (b), cuja data é 23 de setembro de 2009)

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA , SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53
4 - NIRE		
35300344511		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO				2 - BAIRRO OU DISTRITO
AV. PREFEITO CARLOS FERREIRA LOPES, 490				VILA MOGILAR
3 - CEP	4 - MUNICÍPIO			5 - UF
08773-490	MOGI DAS CRUZES			SP
6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
11	3411-4141	-	-	
11 - DDD	12 - FAX	13 - FAX	14 - FAX	
	-	-	-	
15 - E-MAIL				
tivit@tivit.com.br				

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
EDSON HIROSHI MATSUBAYASHI				
2 - ENDEREÇO COMPLETO				3 - BAIRRO OU DISTRITO
AV. PREFEITO CARLOS FERREIRA LOPES, 490				VILA MOGILAR
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
08773-490	SÃO PAULO			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
11	3757-2222	-	-	
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
	-	-	-	
16 - E-MAIL				
investor.relations@tivit.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2009	31/12/2009	2	01/04/2009	30/06/2009	1	01/01/2009	31/03/2009

9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	10 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	00385-9
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	12 - CPF DO RESP. TÉCNICO
ISMAR DE MOURA	051.550.278-29

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/06/2009	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/03/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/06/2008
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	7.416	7.416	1.281
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	7.416	7.416	1.281
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1150 - Comunicação e Informática
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Prestação de serviços de call center, transmissão de dados, hospedagem e suporte a internet.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1 - ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
1	Ativo Total	630.275	651.750
1.01	Ativo Circulante	223.795	230.482
1.01.01	Disponibilidades	66.470	51.792
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	7.955	6.773
1.01.01.02	Aplicações financeiras	58.515	45.019
1.01.02	Créditos	129.167	143.470
1.01.02.01	Clientes	106.308	120.648
1.01.02.01.01	Clientes terceiros	102.314	116.966
1.01.02.01.02	Clientes - partes relacionadas	3.994	3.682
1.01.02.02	Créditos Diversos	22.859	22.822
1.01.02.02.01	Impostos a recuperar	16.380	15.622
1.01.02.02.02	IRPJ e CSLL diferidos	6.479	7.200
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	28.158	35.220
1.01.04.01	Despesas antecipadas	20.721	24.801
1.01.04.02	Outros créditos	7.437	10.419
1.02	Ativo Não Circulante	406.480	421.268
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.650	30.404
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.946	4.368
1.02.01.01.01	Impostos a recuperar	315	2.541
1.02.01.01.02	IRPJ e CSLL diferidos	1.631	1.827
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	24.704	26.036
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas	24.704	26.036
1.02.02	Ativo Permanente	379.830	390.864
1.02.02.01	Investimentos	254	226
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	226
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	251	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	3	0
1.02.02.02	Imobilizado	246.710	260.718
1.02.02.03	Intangível	132.866	129.920
1.02.02.04	Diferido	0	0

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
2	Passivo Total	630.275	651.750
2.01	Passivo Circulante	311.873	334.971
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	189.814	190.325
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	36.437	54.848
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	11.656	19.598
2.01.04.01	IRPJ e CSLL diferidos	977	977
2.01.04.02	Impostos parcelados	346	345
2.01.04.03	Impostos, taxas e contribuições	10.333	18.276
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	3.273
2.01.06	Provisões	68.633	59.896
2.01.06.01	Salários e encargos sociais	18.194	16.963
2.01.06.02	Provisão férias, 13º sal e encargos	48.490	41.484
2.01.06.03	Provisões para contingências	1.949	1.449
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	5.333	7.031
2.02	Passivo Não Circulante	37.151	44.082
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	37.151	44.082
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.004	20.486
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	16.016	18.651
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	16.016	18.651
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	4.131	4.945
2.02.01.06.01	Fornecedores	749	1.498
2.02.01.06.02	IRPJ e CSLL diferidos	1.343	1.341
2.02.01.06.03	Impostos parcelados	2.039	2.106
2.02.01.06.04	Outras contas a pagar	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	281.251	272.697
2.05.01	Capital Social Realizado	260.675	260.675
2.05.02	Reservas de Capital	3.263	3.263
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2009	4 -31/03/2009
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.313	8.759
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	249.532	506.712	102.675	185.229
3.02	Deduções da Receita Bruta	(26.096)	(54.812)	(7.127)	(13.059)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	223.436	451.900	95.548	172.170
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(189.151)	(353.590)	(85.251)	(152.607)
3.05	Resultado Bruto	34.285	98.310	10.297	19.563
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(21.688)	(71.549)	(10.620)	(24.854)
3.06.01	Com Vendas	(3.944)	(9.067)	(519)	(987)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(13.426)	(53.236)	(5.944)	(12.595)
3.06.03	Financeiras	(3.680)	(8.872)	(4.970)	(8.075)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.586	2.960	2	121
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(5.266)	(11.832)	(4.972)	(8.196)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	177	404	2.942	2.942
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(526)	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	(289)	(778)	(2.129)	(6.139)
3.07	Resultado Operacional	12.597	26.761	(323)	(5.291)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	12.597	26.761	(323)	(5.291)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.064)	(3.612)	24	24
3.11	IR Diferido	(979)	(1.434)	1.652	3.323
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	8.554	21.715	1.353	(1.944)

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	7.416	7.416	1.281	1.281
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,15345	2,92813	1,05621	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				(1,51756)

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	39.863	103.379	12.065	9.206
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	37.223	79.220	4.603	8.054
4.01.01.01	(Prejuízo) Lucro liquido do periodo	8.373	21.715	1.353	(1.944)
4.01.01.02	Depreciações e amortizações	21.780	42.698	6.981	11.389
4.01.01.03	Custo residual de ativos baixados	795	1.466	270	270
4.01.01.04	IRPJ e CSLL diferidos	979	1.434	(1.653)	(3.323)
4.01.01.05	Reversão da provisão para contingencias	4	83	(4.477)	(4.477)
4.01.01.06	Juros sobre emprestimos	5.002	11.046	0	0
4.01.01.07	Equivalencia patrimonial	290	778	2.129	6.139
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.640	6.427	2.606	(3.704)
4.01.02.01	(Aumento) redução contas a receber	14.340	6.135	1.982	(2.272)
4.01.02.02	Aumento contas a receber p. relacionadas	0	0	0	0
4.01.02.03	Redução impostos a recuperar	1.467	2.484	(3.276)	(495)
4.01.02.04	(Aumento) Redução depositos judiciais	(1.562)	(2.177)	(678)	(873)
4.01.02.05	(Aument) Reduç. desp. antecip. e outros	8.393	751	(780)	(1.786)
4.01.02.06	(Aumento) Redução fornecedores	(21.742)	(13.138)	1.880	(3.968)
4.01.02.07	(Aumento) Redução provisões trabalhistas	8.237	13.485	2.125	5.187
4.01.02.08	(Aumento) Redução impostos a recolher	(8.070)	(2.442)	132	(260)
4.01.02.09	Redução contingencias	(577)	0	0	0
4.01.02.10	Aumento (redução) outras contas a pagar	2.154	1.329	1.221	763
4.01.03	Outros	0	17.732	4.856	4.856
4.01.03.01	Caixa proveniente de controlada incorp.	0	17.732	4.856	4.856
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(12.949)	(31.054)	(9.415)	(17.005)
4.02.01	Adições ao ativo imobilizado	(12.602)	(30.129)	(7.590)	(14.013)
4.02.02	Aquisição de investimento	(347)	(925)	(1.825)	(2.992)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(12.239)	(21.075)	1.806	13.119
4.03.01	Captação emprestimos/leasing	2.452	3.850	0	6.119

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2009 a 30/06/2009	4 -01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/200801/04/2008 a	6 - 01/01/2008 a 30/06/200801/01/2008 a 30/06/2008
4.03.02	Pagamento de emprestimos	(11.418)	(20.608)	(5.194)	0
4.03.03	Pagamento de dividendos	(3.273)	(3.273)	0	0
4.03.04	Aumento de capital	0	0	7.000	7.000
4.03.05	Pagamento de contingencias	0	(1.044)	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	14.675	51.250	4.456	5.320
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	51.795	15.220	3.575	2.711
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.470	66.470	8.031	8.031

Rubricado tão-somente para fins de identificação,
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	260.675	3.263	0	0	8.759	0	272.697
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	260.675	3.263	0	0	8.759	0	272.697
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	8.554	0	8.554
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	17.313	(17.313)	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	260.675	3.263	0	17.313	0	0	281.251

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	69.414	3.263	0	0	(3.413)	0	69.264
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	(989)	0	(989)
5.03	Saldo Ajustado	69.414	3.263	0	0	(4.402)	0	68.275
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	21.715	0	21.715
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	17.313	(17.313)	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	260.675	3.263	0	17.313	0	0	281.251

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
1	Ativo Total	630.427	652.319
1.01	Ativo Circulante	224.198	231.274
1.01.01	Disponibilidades	66.548	52.011
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	8.033	6.992
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	58.515	45.019
1.01.02	Créditos	129.492	144.044
1.01.02.01	Clientes	106.633	121.222
1.01.02.01.01	Clientes terceiros	102.639	117.540
1.01.02.01.02	Clientes - partes relacionadas	3.994	3.682
1.01.02.02	Créditos Diversos	22.859	22.822
1.01.02.02.01	Impostos a recuperar	16.380	15.622
1.01.02.02.02	IRPJ e CSLL diferidos	6.479	7.200
1.01.03	Estoques	0	169
1.01.04	Outros	28.158	35.050
1.01.04.01	Despesas antecipadas	20.721	24.801
1.01.04.02	Outros créditos	7.437	10.249
1.02	Ativo Não Circulante	406.229	421.045
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26.650	30.404
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.946	4.368
1.02.01.01.01	Impostos a recuperar	315	2.541
1.02.01.01.02	IRPJ e CSLL a diferidos	1.631	1.827
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	24.704	26.036
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas	24.704	26.036
1.02.02	Ativo Permanente	379.579	390.641
1.02.02.01	Investimentos	3	3
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	3
1.02.02.02	Imobilizado	246.710	260.718
1.02.02.03	Intangível	132.866	129.920
1.02.02.04	Diferido	0	0

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/06/2009	4 - 31/03/2009
2	Passivo Total	630.427	652.319
2.01	Passivo Circulante	312.025	335.540
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	189.814	190.325
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	36.589	58.001
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	11.656	19.601
2.01.04.01	IRPJ e CSLL diferidos	977	977
2.01.04.02	Impostos parcelados	346	345
2.01.04.03	Impostos, taxas e contribuições	10.333	18.279
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	3.273
2.01.06	Provisões	68.633	59.896
2.01.06.01	Salários e encargos sociais	18.194	16.963
2.01.06.02	Provisão férias, 13º sal. e encaros	48.490	41.484
2.01.06.03	Provisão para contingências	1.949	1.449
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	5.333	4.444
2.02	Passivo Não Circulante	37.151	44.082
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	37.151	44.082
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	17.004	20.486
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	16.016	18.651
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	16.016	18.651
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	4.131	4.945
2.02.01.06.01	Fornecedores	749	1.498
2.02.01.06.02	IRPJ e CSLL diferidos	1.343	1.341
2.02.01.06.03	Impostos parcelados	2.039	2.106
2.02.01.06.04	Outras contas a pagar	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	281.251	272.697
2.05.01	Capital Social Realizado	260.675	260.675
2.05.02	Reservas de Capital	3.263	3.263
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/06/2009	4 -31/03/2009
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	17.313	8.759
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	249.664	507.037	102.675	185.229
3.02	Deduções da Receita Bruta	(26.096)	(54.812)	(7.127)	(13.059)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	223.568	452.225	95.548	172.170
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(189.284)	(353.915)	(85.251)	(152.607)
3.05	Resultado Bruto	34.284	98.310	10.297	19.563
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(21.687)	(71.549)	(10.620)	(24.854)
3.06.01	Com Vendas	(3.944)	(9.067)	(519)	(987)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(13.713)	(54.012)	(5.944)	(12.595)
3.06.03	Financeiras	(3.681)	(8.874)	(4.970)	(8.075)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	1.586	2.960	2	121
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(5.267)	(11.834)	(4.972)	(8.196)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	177	404	2.942	2.942
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(526)	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	(2.129)	(6.139)
3.07	Resultado Operacional	12.597	26.761	(323)	(5.291)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	12.597	26.761	(323)	(5.291)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(3.064)	(3.612)	24	24
3.11	IR Diferido	(979)	(1.434)	1.652	3.323
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	8.554	21.715	1.353	(1.944)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	7.416	7.416	1.281	1.281
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	1,15345	2,92813	1,05621	
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				(1,51756)

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2009 a 30/06/2009	4 - 01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/2008
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	39.954	84.663	0	0
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	36.906	78.334	0	0
4.01.01.01	Lucro líquido	8.554	21.715	0	0
4.01.01.02	IR e CS diferidos	979	1.434	0	0
4.01.01.03	Depreciação e amortização	21.212	42.698	0	0
4.01.01.04	Valor residual de ativo baixado	1.184	1.466	0	0
4.01.01.05	Provisão (reversão) para contingências	4	4	0	0
4.01.01.06	Juros sobre emprestimos	4.973	11.017	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	3.048	6.329	0	0
4.01.02.01	Redução do contas a receber	14.589	3.650	0	0
4.01.02.02	(Aum) Red das despesas antecipadas	5.411	(5.676)	0	0
4.01.02.03	Redução dos impostos a recuperar	1.467	2.485	0	0
4.01.02.04	Aumento dos depósitos judiciais	(1.562)	(2.195)	0	0
4.01.02.05	Redução do contas a receber	2.982	4.473	0	0
4.01.02.06	Redução dos fornecedores	(22.160)	(8.856)	0	0
4.01.02.07	Aum (Red) de salários e encargos sociais	1.230	(1.594)	0	0
4.01.02.08	Aumento da provisão p férias e 13º	7.007	14.621	0	0
4.01.02.09	Redução dos impostos a recolher	(8.070)	(1.985)	0	0
4.01.02.10	Aumento de outras contas a pagar	2.154	1.406	0	0
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(12.602)	(30.128)	0	0
4.02.01	Aquisição de bens para o imobilizado	(12.602)	(30.128)	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(12.816)	(21.076)	0	0
4.03.01	Pagamento de emprestimos	(11.418)	(20.608)	0	0
4.03.02	Pagamento de contingências	(577)	(1.044)	0	0
4.03.03	Pagamento de dividendos	(3.273)	(3.273)	0	0
4.03.04	Captação de Leasing	2.452	3.849	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -01/04/2009 a 30/06/2009	4 -01/01/2009 a 30/06/2009	5 - 01/04/2008 a 30/06/200801/04/2008 a 30/06/2008	6 - 01/01/2008 a 30/06/200801/01/2008 a 30/06/2008
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	14.536	33.459	0	0
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	52.012	33.089	0	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.548	66.548	0	0

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	260.675	3.263	0	0	8.759	0	272.697
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	260.675	3.263	0	0	8.759	0	272.697
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	8.554	0	8.554
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	260.675	3.263	0	0	17.313	0	281.251

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOTTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 30/06/2009 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	69.414	3.263	0	0	(4.402)	0	68.275
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	69.414	3.263	0	0	(4.402)	0	68.275
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	21.715	0	21.715
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	17.313	(17.313)	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	191.261	0	0	0	0	0	191.261
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	260.675	3.263	0	17.313	0	0	281.251

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (anteriormente denominada Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.) ("Sociedade") foi constituída em 2 de março de 2006, com sede na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos: (a) prestação de serviços de contatos telefônicos; (b) serviços de "call center"; (c) implantação de centrais de atendimento a terceiros; (d) recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; (e) locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; (f) desenvolvimento, implantação, gerenciamento e execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados; (g) serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; (h) serviços de cobrança extrajudicial; (i) serviços de armazenamento de dados e armazenamento de outros bens; (j) serviços de assessoria e consultoria em informática; (k) serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (l) serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às suas atividades; e (m) serviços de processamento de dados em geral e congêneres e participação em outras sociedades, como cotista ou acionista.

Eventos societários

Em abril de 2007, a Tivit Tecnologia da Informação S.A. ("Tivit Tecnologia"), a Telefutura Centrais de Atendimento S.A. ("Telefutura") e seus respectivos acionistas celebraram um "Contrato de Associação" para a união de suas atividades.

Em maio de 2007, a Sociedade incorporou a Telefutura, então controladora da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de abril de 2007, preparado por avaliadores independentes. Como consequência, o patrimônio líquido da Sociedade foi aumentado em R$42.125, conforme demonstrado a seguir:

Ativo:	
Circulante	37.322
Não circulante	40.040
Total do ativo	77.362
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	30.196
Não circulante	5.041
Patrimônio líquido	42.125
Total do passivo e patrimônio líquido	77.362

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em julho de 2007, a Tivit Tecnologia contribuiu ao capital de sua então controlada Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. ("Tivit Terceirização") o seu acervo líquido operacional. Como consequência, o patrimônio líquido da Tivit Terceirização foi aumentado em R$198.327, conforme demonstrado a seguir:

Ativo:	
Circulante	57.532
Não circulante	198.012
Total do ativo	255.544
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	46.270
Não circulante	10.947
Patrimônio líquido	198.327
Total do passivo e patrimônio líquido	255.544

Em julho de 2007, por meio da controlada indireta Tivit Investimentos S.A. ("Tivit Investimentos"), a Tivit Terceirização adquiriu de terceiros, a saber: Cambury LLC, Nederlandse Financierings - Maatschappij Voor Ontwikkelingslanden, Luiz Francisco Novelli Viana, Roberto e Lúcia Josuá, HPELCA Administração e Participação Ltda., Topázio Silveira Neto, Jarbas Leme Nogueira Junior e Ladislau Zavaldi Neto, a totalidade das ações da Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway") e das cotas de sua controladora Angra dos Reis Ltda. ("Angra dos Reis"), por R$91.553, gerando um ágio de R$98.628, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 10).

Na data da aquisição, o balanço patrimonial consolidado das empresas adquiridas era o seguinte:

Ativo:	
Circulante	22.590
Não circulante	13.838
Total do ativo	36.428
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	23.302
Não circulante	20.201
Passivo a descoberto	(7.075)
Total do passivo e passivo a descoberto	36.428

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em dezembro de 2007, a Sociedade incorporou a Varanasi Administração de Bens S.A., então acionista da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2007, preparado por avaliadores independentes. Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1
Não circulante	10.031
Total do ativo	10.032
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	2
Patrimônio líquido	10.030
Total do passivo e patrimônio líquido	10.032

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em dezembro de 2007, a Sociedade incorporou a Telefutura Locações de Equipamentos Ltda., então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2007, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	8.612
Não circulante	24.797
Total do ativo	33.409
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	3.580
Patrimônio líquido	29.829
Total do passivo e patrimônio líquido	33.409

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Tivit Investimentos e a Angra dos Reis foram incorporadas por sua controlada Softway, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Tivit Investimentos	Angra dos Reis
Ativo:		
Circulante	1	17
Não circulante	86.095	287
Total do ativo	86.096	304
Passivo e patrimônio líquido:		
Circulante	31	55
Patrimônio líquido	86.065	249
Total do passivo e patrimônio líquido	86.096	304

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway"), então sua controlada integral, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	21.516
Não circulante	6.018
Permanente	96.615
Total do ativo	124.149
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	19.005
Não circulante	19.079
Patrimônio líquido	86.065
Total do passivo e patrimônio líquido	124.149

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Open Concept Serviços Ltda. ("Open Concept Serviços"), então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 1º de junho de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo:	
Circulante	1.989
Não circulante	2.504
Total do ativo	4.493
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	887
Não circulante	12.333
Passivo a descoberto	(8.727)
Total do passivo e passivo a descoberto	4.493

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Open Concept Tecnologia em Informática Ltda. ("Open Concept"), então controlada integral da Open Concept Serviços, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1
Não circulante	59
Total do ativo	60
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	2.286
Passivo a descoberto	(2.226)
Total do passivo e passivo a descoberto	60

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em janeiro de 2009, a Sociedade incorporou a Tivit Terceirização, então sua controladora, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de dezembro de 2008, preparado por avaliadores independentes. O valor do patrimônio líquido da Tivit Terceirização de R$260.526, deduzido do saldo do investimento na Sociedade de R$69.264, resultou em um acervo líquido incorporado pela Sociedade de R$191.262. Os ativos e passivos incorporados, antes de referida eliminação, foram:

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Ativo:	
Circulante	80.011
Não circulante	333.844
Total do ativo	413.855
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	125.607
Não circulante	27.722
Patrimônio líquido	260.526
Total do passivo e patrimônio líquido	413.855

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 30 de junho de 2009, há uma insuficiência consolidada de capital circulante líquido de R$87.827. A Administração não antecipa problemas para a liquidação de suas obrigações de curto prazo, tendo em vista as previsões de geração de caixa operacional e as possibilidades de alongamento dos vencimentos dos empréstimos bancários, atualmente em estudo.

Concentração da receita

Parcela significativa da receita está concentrada em dez principais clientes em termos de receita bruta anual. No semestre findo em 30 de junho de 2009, esses clientes representaram aproximadamente 64% da receita bruta anual.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Sociedade depende, em parte, de tecnologia licenciada de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de suas estratégias de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Sociedade poderá tornar-se mais dependentes da tecnologia fornecida por terceiros.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Considerando os eventos societários mencionados anteriormente, as demonstrações financeiras não são comparáveis.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modificou as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida Lei, com aplicação a partir de 2008, estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e atribui à CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), a Sociedade estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2005. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Sociedade preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Sociedade exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As principais alterações nas práticas contábeis decorrentes da aplicação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram as seguintes:

- Em atendimento ao item 51 do pronunciamento técnico CPC 13, a Sociedade deixou de apresentar a demonstração das origens e aplicações de recursos.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

- Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Sociedade avaliou os efeitos do ajuste a valor presente de direitos e obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Criação da rubrica "Intangível", apresentada nos balanços patrimoniais no grupo "Ativo não circulante".

- Eliminação da rubrica "Ativo diferido", cujos valores foram alocados aos ativos imobilizado e intangível.

- Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações da Sociedade adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamento.

- Extinção da rubrica "Resultados não operacionais", apresentada na demonstração do resultado.

Para fins de melhor comparação, e de acordo com a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reclassificadas e os efeitos nessas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Patrimônio líquido originalmente reportado	39.130
Ajustes:	
Custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por arrendamento mercantil, líquido	1.406
Saldo de financiamento - arrendamento mercantil a pagar	(517)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(229)
Patrimônio líquido ajustado	39.790
Prejuízo líquido do semestre originalmente reportado	(2.389)
Ajustes:	
Reversão das despesas com arrendamento mercantil	1.191
Contabilização das despesas de depreciação do semestre	(517)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(229)
Prejuízo líquido do semestre ajustado	(1.944)

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Aplicações financeiras

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos semestres.

b) Contas a receber de clientes

Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos e ajustados ao seu valor presente, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber, considerando os seguintes critérios: (i) provisão de 100% para os saldos vencidos há mais de 120 dias; e (ii) análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento.

c) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas principalmente substancialmente, por contrato de prestação de serviços de processamento de dados, com prazo de até dez anos, são amortizadas de forma linear no período do contrato.

d) Outros ativos (circulante e não circulante)

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas de encerramento dos semestres.

e) Investimentos

Avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras preparadas na mesma data-base da Sociedade.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção são capitalizados, quando aplicável. Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos. De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, a Sociedade constitui provisão para desvalorização. Em 30 de junho de 2009, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perda foi consignada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, de acordo com o parágrafo 3° da lei 11.941/09, a Sociedade revisará os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação e, conforme previsto no Pronunciamento do CPC nº 13, em seu parágrafo 54, neste momento de transição, a primeira análise periódica será concluída até dezembro de 2009.

g) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 10, que consideram a vida útil-econômica estimada dos softwares e dos gastos com implementação de sistemas.

O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado com base na expectativa de lucratividade futura.

Em 31 de dezembro de cada exercício, a Administração avalia os valores recuperáveis dos ativos intangíveis e registra provisão para perdas para redução aos

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

valores recuperáveis. Em 30 de junho de 2009, não foram identificados eventos que pudessem alterar as projeções iniciais quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis nas operações e, portanto, nenhuma provisão para perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais pela aplicação das alíquotas vigentes. Adicionalmente, foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Considerando as disposições da Instrução CVM nº 371/02, os impostos diferidos estão registrados apenas para os valores prováveis de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 7.

i) Outros passivos (circulante e não circulante)

Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento dos semestres.

j) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil-econômica estimada dos bens do ativo imobilizado, às projeções preparadas para a realização do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos e às provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

k) Provisão para contingências

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos externos e pela Administração da Sociedade, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas.

l) Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

m) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e para aqueles não classificados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subseqüentemente ao reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são mensurados conforme abaixo:

i) Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se é mantido para negociação ou designado pela Sociedade no reconhecimento inicial. No reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subseqüentes reconhecidas no resultado do exercício.

ii) Outros instrumentos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de perda do valor recuperável (*impairment*).

n) Moeda funcional

De acordo com os conceitos descritos no pronunciamento técnico CPC 02, a Administração da Sociedade definiu que a sua moeda funcional é o real, uma vez que é esta é a moeda que mais influencia nos preços dos serviços prestados e na mão-de-obra, material e outros custos para o fornecimento de seus serviços.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

o) Lucro (prejuízo) líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos semestres.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2009 foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, sendo as principais descritas na nota explicativa nº 2. Essas demonstrações financeiras incluem os saldos e as transações da Sociedade e de suas controladas Tivit USA LLC e Tivit Paris S.A.R.L. Na preparação dessas demonstrações financeiras foram eliminados os saldos dos investimentos em controladas e os saldos e as transações entre as sociedades.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora e Consolidado	
	Remuneração	30/06/2009	31/03/2009
Aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs	105% do CDI	58.515	45.019

As aplicações financeiras têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

5. CONTAS A RECEBER - CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Contas a receber a faturar	37.761	41.991	37.761	41.991
Contas a receber faturado	64.905	75.327	65.230	75.901
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(352)	(352)	(352)	(352)
Total - terceiros	102.314	116.966	102.639	117.540
Partes relacionadas (*)	3.994	3.682	3.994	3.682
	106.308	120.648	106.633	121.222

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo de contas a receber de clientes e partes relacionadas em 30 de junho de 2009 e de 2008, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
A vencer:				
Até 30 dias	51.501	84.452	51.501	85.026
Entre 31 e 90 dias	45.907	23.242	45.907	23.242
Vencidas:				
Até 90 dias	6.029	9.813	6.354	9.813
Acima de 90 dias	3.223	3.493	3.223	3.493
	106.660	121.000	106.985	121.574

6. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Manutenção de softwares (a)	1.981	5.026	1.981	5.026
Licença de uso de software (b)	14.122	12.573	14.122	12.573
Adiantamento para prestação de serviços (c)	27.000	29.000	27.000	29.000
Outros	2.322	4.238	2.322	4.238
	45.425	50.837	45.425	50.837
Parcela do circulante	20.721	24.801	20.721	24.801
Parcela do não circulante	24.704	26.036	24.704	26.036

(a) Refere-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de manutenção de softwares, apropriados ao resultado pelos períodos contratados.

(b) Refere-se, substancialmente, ao Termo de Licença de Uso e Manutenção firmado com o fornecedor de software Computer Associates Programas de Computadores Ltda. em 31 de março de 2006, prorrogado em outubro de 2007 por um prazo de sete anos e no valor total de R$61.424, a ser pago em sete parcelas anuais reajustadas com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, a partir do segundo ano. A apropriação ao resultado é efetuada de forma linear no período do contrato.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

(c) Refere-se a um contrato entre a Sociedade e determinado cliente (contratante), com aval da Votorantim Novos Negócios Ltda., para a prestação de serviços de processamento de dados, contrato que tem compromisso de confidenciabilidade das informações. O prazo do contrato é de dez anos, iniciado em 30 de março de 2006. Como garantia à prestação dos serviços foi pago o valor de R$40.000 pela Sociedade ao cliente, o qual está sendo amortizado de forma linear pelo prazo do contrato. Em caso de rescisão de alguma cláusula do contrato por parte do contratante, existirá reembolso proporcional do valor de acordo com o número de anos decorridos.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Ágio - incorporado	50.885	50.885	50.885	50.885
Provisão constituída	(40.163)	(40.163)	(40.163)	(40.163)
Benefício fiscal	10.722	10.722	10.722	10.722
Amortização de ágio acumulada	(28.352)	(28.352)	(28.352)	(28.352)
Reversão da provisão acumulada	20.016	20.016	20.016	20.016
Líquido correspondente ao crédito fiscal (i)	2.386	2.386	2.386	2.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social (ii)	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (iii):	-	6.641	-	6.641
Provisão de fornecedores	2.600	-	2.600	-
Provisão para bônus	2.355	-	2.355	-
Outros	769	-	769	-
	8.110	9.027	8.110	9.027
Parcela do circulante	6.479	7.200	6.479	7.200
Parcela do não circulante	1.631	1.827	1.631	1.827

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(i) Refere-se ao benefício fiscal futuro do ágio gerado nas então sociedades controladoras Halifax Participações Ltda. e Simpson Participações Ltda., incorporadas em outubro de 2001, e nas então sociedades controladoras Cardet Holdings S.A. e Caux Participações Ltda., incorporadas em maio de 2006. Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL de sua incorporadora, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001. A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, PMIPL e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

(ii) Créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerados no primeiro semestre de 2008 e integralmente utilizados para compensação de lucro tributável dentro do próprio exercício de 2008.

(iii) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e estão mantidos no circulante e não circulante, considerando a expectativa de realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Diferenças temporárias (*)	2.320	2.318	2.320	2.318
Parcela do circulante	977	977	977	977
Parcela do não circulante	1.343	1.341	1.343	1.341

(*) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos através de arrendamento mercantil e já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base da contribuição social e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Adicionalmente, em 30 de junho de 2009, a Sociedade possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados em anos anteriores, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, de R$33.732. Os créditos tributários decorrentes do imposto de renda e da contribuição social sobre as bases mencionadas serão registrados por ocasião da geração de resultados positivos.

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão substancialmente realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e da contribuição social demonstrados no resultado do semestre apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda ("IRPJ") e da contribuição social ("CSLL")	26.761	(5.965)	26.761
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes	(9.099)	2.028	(9.099)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	2.729	-	2.729
Reversão de provisões e outras diferenças temporárias de empresas incorporadas	-	2.642	-
Amortização do ágio para fins fiscais	4.122	990	4.122
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre diferenças permanentes	(2.798)	(2.084)	(2.798)
Crédito (despesa) de IRPJ e CSLL no resultado do semestre	(5.046)	3.576	(5.046)

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. INVESTIMENTOS

Controlada	Participação - %	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Prejuízo do semestre ajustado	Saldo do investimento 30/06/2009	Resultado de equivalência patrimonial 30/06/2009
Tivit USA LLC	100	1.435	32	(762)	32	(762)
Tivit Paris S.A.R.L.	100	235	219	(16)	219	(16)
Tivit Investimentos S.A. (*)					-	-
					251	(778)
Incentivos fiscais					3	-
					254	(778)

(*) Controladas incorporadas em 30 de junho de 2008.

9. IMOBILIZADO

		Controladora e consolidado			Controladora e consolidado
		30/06/2009			31/03/2009
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos		10.426	-	10.426	10.426
Edificações	4	42.857	(14.728)	28.129	28.595
Instalações	10	8.613	(2.993)	5.620	4.400
Móveis e utensílios	10	32.735	(15.271)	17.464	18.242
Benfeitorias em propriedades de terceiros	11	85.872	(64.866)	21.006	21.634
Máquinas e equipamentos	20	150.821	(102.856)	47.965	57.661
Computadores e periféricos	20	317.542	(202.702)	114.840	118.306
Veículos	20	3.374	(2.114)	1.260	1.454
		652.240	(405.530)	246.710	260.718

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Na rubrica "Benfeitorias em propriedades de terceiros" estão registrados os custos com a construção dos "data centers", bem como os custos relativos à instalação e adaptação de equipamentos computadorizados.

As depreciações e amortizações alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas operacionais no semestre findo em 30 de junho de 2009 são de R$33.111 e R$1.743, respectivamente.

Em 30 de junho de 2009, exceto pelas garantias dadas as operações de arrendamento mercantil, não existem outros ativos imobilizados dados em garantia.

Arrendamento mercantil

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos é como segue:

	Controladora e consolidado				Controladora e consolidado
		30/06/2009			31/03/2009
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	11.922	(4.974)	6.948	6.540
Computadores e periféricos	20	106.970	(63.192)	43.778	46.090
Software	20	26.828	(12.807)	14.021	14.423
		145.720	(80.973)	64.747	67.053

Em 30 de junho de 2009, os ativos objeto dos arrendamentos mercantis foram dados em garantia das respectivas operações de financiamento. As despesas de depreciação dos ativos adquiridos por meio de operações de arrendamento mercantil no semestre findo em 30 de junho de 2009, registradas na rubrica "custo dos serviços prestados", são de R$14.560.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro em 30 de junho de 2009 estão detalhados a seguir:

Até 1 ano	27.213
Acima de 1 e abaixo de 5 anos	15.109
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	42.322
Menos total de juros provisionados	(9.088)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil	33.234

Em 30 de junho de 2009, a Sociedade não possui contratos relevantes de arrendamento mercantil operacional.

10. INTANGÍVEL

		Controladora e consolidado			Controladora e consolidado
	Taxa anual de amortização	30/06/2009			31/03/2009
	%	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio na aquisição de controladas (*)		111.779	(26.707)	85.072	85.072
Outros intangíveis:					
Marcas e patentes		131	-	131	122
Software (**)	20	126.964	(79.910)	47.054	44.080
Gastos com implementação de software	20	1.349	(740)	609	646
		128.444	(80.650)	47.794	44.848

(*) Refere-se aos ágios gerados nas aquisições das então controladas indiretas Softway e Open Concept, nos montantes de R$ 98.628 e R$ 13.151, respectivamente. Essas empresas foram adquiridas de terceiros em julho de 2007 e maio de 2008 e foram subsequentemente incorporadas pela Sociedade. Esses ágios são fundamentados nas expectativas de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir dessa data, com a introdução da Lei nº 11.638/07, o ágio não será

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

mais amortizado linearmente. Anualmente será realizada avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável ("impairment"). Em 30 de junho de 2009, não foram identificados eventos que pudessem alterar as projeções iniciais quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis nas operações e, portanto, nenhuma provisão para perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

(**) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante em 30 de junho de 2009.

A movimentação no intangível no semestre findo em 30 de junho de 2009 é como segue:

	31/12/2008	Adições Incorporação (***)	Adições Adquirido de terceiros	Amortização	30/06/2009
Ágio na aquisição de controladas	85.072	-	-	-	85.072
Outros intangíveis:					
Marcas e patentes	-	131	-	-	131
Software	4.374	43.647	6.670	(7.637)	47.054
Gastos com implementação de software	-	687	1	(79)	609
	4.374	44.465	7.660	(7.716)	47.794

(***) Trata-se de valores recebidos por incorporação da Tivit Terceirização, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, e também integralmente adquiridos de terceiros.

No semestre findo em 30 de junho de 2009, as amortizações de outros intangíveis alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas operacionais são de R$7.324 e R$392, respectivamente.

11. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Sociedade, os acionistas controladores, as empresas relacionadas e as controladas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Essas operações incluem, substancialmente, a prestação de serviços de tecnologia da

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

informação de natureza diversa a empresas integrantes do Grupo Votorantim, tais como hospedagem, gerenciamento de ambientes, atendimento a clientes, gerenciamento de dados, gestão de aplicativos, impressão de dados variáveis, segurança da informação, serviços de campo de software, serviços de rede, arquitetura de soluções, disponibilização e gestão de ativos, gestão de projetos, serviços de campo de hardware e serviços distribuídos, entre outros.

Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições equânimes de mercado, considerando preços, prazos e condições financeiras para pagamentos praticados com terceiros. Tais contratos considerados em conjunto representam uma receita, em 30 de junho de 2009, de aproximadamente R$22.038, equivalente a aproximadamente 5% da receita total da Sociedade.

Em maio de 2008 e janeiro de 2009, constituímos a Tivit USA LLC em Delaware, Estados Unidos e a Tivit Paris S.A.R.L. em Paris, França, respectivamente. Essas controladas no exterior serão utilizadas como um veículo para implementação da nossa estratégia de internacionalização. Não foram realizadas transações comerciais ou financeiras entre a Sociedade e essas controladas.

Adicionalmente, a Sociedade tem celebrado contratos de prestação de serviços com as empresas Profill, DMN Webdesigns e Mídia Digital Ltda., Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda. e DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda., detidas, direta ou indiretamente, pelos acionistas Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier. Estes contratos referem-se a prestação de serviços de: (a) gestão de informática, com implantação, reestruturação, planejamento, coordenação, aquisição de materiais, treinamento de pessoal e acompanhamento das atividades das contratantes, bem como elaboração de novos projetos e modernização operacional e comercial relacionadas à área de informática; e (b) licenciamento, manutenção, suporte técnico e atualização periódica de software. A remuneração devida em decorrência de tais serviços, aplicáveis a todas as empresas acima, é calculada conforme o número de pessoas necessárias para entrega dos serviços contratados, é equivalente a: (a) R$65 mensais, pelos serviços de gestão de informática; (b) R$31 mensais, por licenciamento, manutenção e atualização do software; (c) valores variáveis de acordo com o trabalho realizado, em decorrência dos serviços de suporte técnico; e (d) R$0,08 por hora e por pessoa participante de treinamento operacional. Tais valores estão sujeitos à revisão anual.

Esses contratos prevêem ainda a confidencialidade das informações obtidas por meio dos serviços prestados e contém cláusula de não-concorrência entre as empresas contratadas e a contratante, durante a vigência do contrato e por um período adicional de cinco anos.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os saldos em 30 de junho de 2009 e as transações no semestre são os seguintes:

	Ativos	Receita
Aplicações financeiras-		
Banco Votorantim S.A.	57.455	1.276
Contas a receber:		
Anfreixo S.A.	4	25
Banco Votorantim S.A.	73	444
Citrovita Agro Industrial Ltda.	366	1.609
Citrovita Agro Pecuária Ltda.	6	8
Companhia Brasileira de Alumínio	200	1.265
Companhia Nitroquímica Brasileira	72	463
Siderúrgica Barra Mansa	372	1.614
VCP - MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.	56	217
Votorantim Celulose e Papel S.A.	949	4.532
Votorantim Cimentos Ltda.	45	3.825
Votorantim Cimento Brasil Ltda.	682	493
Votorantim Energia Ltda.	57	348
Votorantim International Brasil Ltda.	85	565
Votorantim Investimentos Industriais S.A.	227	1.506
Votorantim Metais Ltda.	714	4.224
Votorantim Metais Zinco S.A.	80	366
Votorantim Metais Níquel S.A.	-	26
Votorantim Novos Negócios Ltda.	3	19
Votorantim Participações S.A.	3	30
St. Marys Cement Inc.	-	459
	3.994	22.038

	Passivo	Despesa
Contas a pagar:		
Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda	-	933
Profill Consultoria em Marketing e Tecnologia	-	1.547
DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda.	-	-
	-	2.480

Os preços praticados com partes relacionadas e clientes, de forma geral, foram calculados através de projeções de custos e investimentos para a prestação do serviço.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2009	31/03/2009	30/06/2009	31/03/2009
Licença de uso e manutenção de software	9.931	19.745	9.931	20.315
Serviços profissionais	530	11.650	530	14.233
Equipamentos de informática e telecomunicação	7.320	10.253	7.320	10.253
Telefonia	7.476	4.769	7.476	4.769
Ocupação	2.531	309	2.531	309
Benefícios	5.868	3.653	3.863	3.653
Outros	3.530	5.967	5.687	5.967
	37.186	56.346	37.338	59.499
Parcela do circulante	36.437	54.848	36.589	58.001
Parcela do não circulante (*)	749	1.498	749	1.498

(*) Corresponde à parcela de longo prazo nos contratos de manutenção de softwares.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Encargos Financeiros médios	Controladora Consolidado 30/06/2009	Controladora Consolidado 31/03/2009
Banco ABN AMRO Real S.A.(a) (b)	104,5% CDI a.a.	131.063	127.690
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES (c)	9,55% a.a.	6.283	7.203
Banco do Brasil S.A. (d)	101% CDI a.a.	27.150	26.478
Arrendamento mercantil a pagar (e)	103% CDI a.a..	42.322	49.440
		206.818	210.811
Parcela do circulante		189.814	190.325
Parcela do não circulante		17.004	20.486

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(a) Em 27 de junho de 2007, a Sociedade emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédulas de Crédito Bancário - CCBs e celebrou também os contratos de "swap" (vide nota explicativa nº 22), por meio dos quais captou recursos de R$15,5 milhões ao custo de 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com vencimento para 15 de janeiro e 30 de janeiro de 2008 e com garantia da Tivit Tecnologia. Esses recursos foram utilizados para financiamento de suas atividades operacionais. Em 11 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado, com vencimento para 29 de abril e 16 de julho de 2008, ao custo médio de 105% do CDI, e foram liquidados em suas respectivas datas de vencimento.

(b) Em 19 de julho de 2007, a Sociedade emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. CCBs, originalmente denominados em Iene, e celebrou concomitantemente contrato de "swap" (vide nota explicativa nº 23), por meio do qual captou recursos de R$99,54 milhões ao custo de 102% do CDI, com vencimento previsto para 19 de outubro de 2007 e com garantia da acionista Tivit Tecnologia. Esses recursos foram utilizados pela Sociedade, parte para aquisição da Softway, por meio da Tivit Investimentos, e parte para a utilização em outras atividades operacionais. Esse empréstimo foi renovado em 19 de outubro de 2007 com vencimento para 18 de janeiro de 2008 ao custo de 105,5% do CDI. Em 18 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado com vencimento para 18 de abril de 2008 ao custo de 104,8% do CDI. Em 19 de março de 2008, o empréstimo foi novamente renovado com vencimento para 5 de março de 2010 ao custo de 104,5% do CDI. Em 30 de junho de 2009, o valor atualizado do empréstimo é de R$131,1 milhões.

(c) Em 30 de novembro de 2006, a Tivit Tecnologia (com posterior transferência à Tivit Terceirização, quando da contribuição do acervo líquido, conforme descrito na nota explicativa nº 1), emitiu em favor do Banco Itaú S.A. CCBs, proveniente de linha de crédito do BNDES automático, de R$10 milhões, com carência de 12 meses, pagamento de juros trimestrais e amortização do principal em 48 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2008. Esse financiamento é denominado em reais – R$. Tais recursos foram utilizados para financiamento de investimentos de aquisição de software e consultorias para projeto de implantação de Sistema ERP. Em 30 de junho de 2009, o saldo atualizado do empréstimo é de R$6,3 milhões.

(d) Em 9 de outubro de 2008, a Sociedade emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. Notas de Crédito de Exportação Indireta, por meio das quais captou R$25 milhões ao custo de 101% do CDI, com vencimento previsto em 5 de outubro de 2009. Esse empréstimo é denominado em reais – R$. Esse recurso foi utilizado pela Sociedade com o intuito de fomentar a exportação de prestação de serviços de tecnologia principalmente a Empresas do Grupo Votorantim. Em 30 de junho de 2009, o saldo atualizado do empréstimo é de R$27,1 milhões.

(e) Refere-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Sociedade. Em 30 de junho de 2009, a Sociedade possui 30 contratos de arrendamento mercantil financeiro, com vencimentos entre 5 de julho de 2009 e 15 de novembro de 2011, com juros médios

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

de aproximadamente 104% do CDI. Os contratos de arrendamento mercantil, conforme nota explicativa nº 9, têm como garantia o próprio bem, mediante nota promissória a favor do arrendador.

A composição da parcela de longo prazo em 30 de junho de 2009, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
2010 (a partir de julho)	16.579
2011	425
	17.004

Os contratos não prevêem a manutenção de índices financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.).

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para todas as questões que estão sendo contestadas é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos assessores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, cíveis e trabalhistas. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados às contingências trabalhistas e previdenciárias.

A composição das contingências é como segue:

	Consolidado e Consolidado	
	30/6/2009	31/03/2009
Tributárias (a)	5.715	7.176
Trabalhistas e previdenciárias (b)	18.077	18.420
	23.792	25.596
Depósitos judiciais	(5.827)	(5.496)
	17.965	20.100
Parcela do circulante	1.949	1.449
Parcela do não circulante	16.016	18.651

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e sobre a incidência de

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins sobre a parcela das receitas de suas atividades. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, entende que esses tributos não incidiam sobre essas operações. Não há ação judicial relacionada a essa provisão.

(b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício.

A Sociedade é ainda parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos assessores jurídicos externos da Sociedade, de aproximadamente R$23.400 em 30 de junho de 2009, está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

A movimentação nas provisões no semestre findo em 30 de junho de 2009 é como segue:

	31/12/2008	Adições	Baixas (a)	30/6/2009
Tributárias	7.528	-	(1.813)	5.715
Trabalhistas e previdenciárias	20.471	1.390	(3.784)	18.077
	27.999	1.390	(5.597)	23.792

(*) Refere-se basicamente à reversão de contingências previdenciárias e tributárias em virtude da prescrição.

Risco relacionado à controladora Tivit Tecnologia

A Tivit Tecnologia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos assessores jurídicos externos da controladora é de aproximadamente R$100.820 em 30 de junho de 2009 (informação não auditada), relacionados ao acervo da Tivit Tecnologia (incluindo os ativos operacionais) transferidos para Sociedade no âmbito da reorganização societária mencionada na nota explicativa nº 1.

Nos termos do Acordo de Acionistas "Pré-IPO", a Tivit Tecnologia obrigou-se a responder por eventuais contingências fiscais, trabalhistas e previdenciárias relativas às

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

atividades por ela desenvolvidas até junho de 2007, que tenham sido transferidas à Sociedade no âmbito da reorganização societária, enquanto permanecer titular de ações representativas de 50% mais uma das ações da Sociedade ("Participação Controladora Majoritária"). Dessa forma, enquanto a Tivit Tecnologia detiver tal participação, as contingências mencionadas acima serão de responsabilidade da Tivit Tecnologia, empresa integralmente detida pelo Grupo Votorantim.

Caso a Tivit Tecnologia deixe de ter Participação Controladora Majoritária, a Tivit Tecnologia deixará de estar obrigada de indenizar a Sociedade por contingências oriundas da sucessão ocasionada pela reorganização societária na forma estabelecida no Acordo de Acionistas "Pré-IPO", exceto com relação àquelas contingências já assumidas pela Tivit Tecnologia até a data em que deixar de ser titular dessa Participação Controladora Majoritária, equivalente às ações judiciais no valor aproximado de R$100.820 descritas acima.

Assim, considerando que após a Oferta a Tivit Tecnologia terá diluição de sua participação societária, caso haja alguma contingência da Tivit Tecnologia relacionada ao acervo operacional contribuído ao capital social da Sociedade, relativa ao período anterior a 30 de junho de 2007, e que se torne conhecida somente após a realização da Oferta e que não esteja já assumida pela Tivit Tecnologia, tal contingência será responsabilidade da Sociedade.

15. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora e consolidado 30/06/2009	Controladora 31/03/2009
ISS – Imposto sobre Serviços	3.892	5.497
Cofins – Contribuição para o Financiamento do Seguro Social	3.390	5.976
Imposto de renda e contribuição social	2.247	4.331
PIS - Programa de Integração Social	673	1.256
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social	131	188
Outros	-	1.028
	10.333	18.276

16. IMPOSTOS PARCELADOS

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2006, a sociedade incorporada Telefutura protocolou pedido de opção por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, para pagamento ao Instituto Nacional do Seguro Social - Serviço Social do Comércio - INSS-SESC não recolhido no período de junho de 2001 a outubro de 2005.

	Controladora e consolidado 30/06/2009				Controladora 31/03/2009
Período	Prazo do parcelamento	Principal	Multa e juros	Saldo devedor	Saldo devedor
Junho de 2001 a janeiro de 2003	130 meses	471	12	483	479
Fevereiro de 2003 a outubro de 2005	120 meses	1.808	94	1.902	1.972
				2.385	2.451
Parcela do circulante				346	345
Parcela do não circulante				2.039	2.106

A parcela do não circulante em 30 de junho de 2009 tem o seguinte vencimento:

Ano	
2010 (a partir de julho)	346
2011	346
2012	346
2013 em diante	1.001
	2.039

Após a homologação do pedido por parte da Receita Federal, a Sociedade será obrigada a manter o pagamento regular dos impostos e das contribuições como condição essencial para a manutenção do parcelamento.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2009, o capital social de R$260.675 está dividido em 7.415.844 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Acionista	Quantidade de ações	Participação - %
Tivit Tecnologia da Informação S.A.	3.980.074	53,67
Lit Tele Ltda.	1.333.424	17,98
Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - FIP	919.470	12,40
Luis Roberto Novaes Mattar	741.615	10,00
Eraldo Dante de Paola	341.885	4,61
Outros	99.376	1,34
	7.415.844	100,00

b) Acordo de acionistas

A Sociedade é regulada por acordo de sócios que, entre outros assuntos, estabelece restrições às transferências de ações e aos direitos de indicação de membros para o Conselho de Administração

c) Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Aumento do capital social

Em 30 de abril de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social em R$7.653 decorrente de: (i) capitalização de R$653 da parcela amortizada da reserva de ágio; e (ii) R$7.000 em dinheiro mediante a emissão de 230.339 ações ordinárias nominativas totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Tivit Terceirização. Em 31 de outubro de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital em dinheiro de R$22.400 decorrente da emissão de 741.131 ações ordinárias nominativas totalmente subscritas e integralizadas por essa acionista.

Em 31 de janeiro de 2009, a Sociedade incorporou a Tivit Terceirização, então sua controladora integral. O patrimônio líquido da Tivit Terceirização de R$260.526, deduzido do saldo do investimento na Sociedade de R$69.264, resultou em um acervo líquido incorporado pela Sociedade de R$191.262, com a emissão de 5.444.374 novas ações ordinárias, nominativas.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009
Perda na alienação de bens do ativo imobilizado	(229)	-	(229)
Perda na alienação de investimentos	(213)	-	(213)
Multas de rescisões contratuais de clientes	954	-	954
Amortização de ágio	-	(2.076)	-
Reversão de provisão para contingências	-	5.000	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(108)	18	(108)
	404	2.942	404

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008	30/06/2009
Receitas financeiras:			
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.060	13	2.060
Outras receitas	900	108	900
Total das receitas financeiras	2.960	121	2.960
Despesas financeiras:			
Juros passivos	(11.452)	(7.856)	(11.452)
Despesas bancárias	(131)	(107)	(131)
Outras despesas	(249)	(233)	(251)
Total das despesas financeiras	(11.832)	(8.196)	(11.834)
Resultado financeiro	(8.872)	(8.075)	(8.874)

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

20. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Sociedade tem como política a distribuição de bônus aos seus funcionários vinculados a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e acordados no início de cada período, embora não haja um plano formal firmado com o sindicato da categoria. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R$8.280, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em Assembleia Geral Extraordinária foi fixada a remuneração global anual dos administradores em R$6.000 para o exercício de 2009. Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro) dessa Sociedade.

No semestre findo em 30 de junho de 2009, foram pagos aos nossos Administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) de R$1.366, além de terem sido disponibilizados veículos no valor médio unitário de R$ 100.

Não foram pagos quaisquer valores a título de (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo); (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; nem (iv) remuneração baseada em ações.

22. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pela Sociedade são:

a) Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica da Sociedade para fins de provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. O contrato tem vigência entre março de 2006 e março de 2011. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esse contrato foram de R$9.353, os quais foram apropriados ao resultado . A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios. Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

energia elétrica serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

b) Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia da Sociedade, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esses contratos foram de R$10.434, os quais foram apropriados ao resultado . Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

c) Transmissão e entrega de sinais digitais - consiste em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esse contrato foram de R$7.411, os quais foram apropriados ao resultado . Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

d) Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. O contrato tem vigência de 1º de outubro de 2006 a 31 de dezembro de 2011. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esse contrato foram de R$26.363, os quais foram apropriados ao resultado . Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com as licenças serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

e) Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Sociedade é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esses contratos foram de R$10.684, os quais foram apropriados ao resultado . Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços. Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com os aluguéis de imóveis serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

f) Arrendamento mercantil - a Sociedade possui diversos contratos de arredamento de equipamentos com diversas instituições financeiras. Os detalhes desses compromissos estão apresentados nas notas explicativas nº 9 e nº 13.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade participa em operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 30 de junho de 2009, o valor justo estimado dos instrumentos financeiros pode ser assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	Saldo contábil	Valor Justo
Aplicações financeiras	58.490	58.466
Aplicações financeiras – ajuste *Swap*	25	25
Empréstimos e financiamentos	212.940	213.427
Empréstimos e financiamentos – ajuste *Swap*	(6.122)	(6.259)

O método para a apuração do valor justo dos ativos financeiros e dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares. O valor justo das operações de Swap de moedas e taxas foi avaliado pelo valor presente a taxa de mercado na data-base e o fluxo futuro pelas aplicações das taxas contratuais até o vencimento.

Em 30 de junho de 2009, os valores estimados das operações de Swap podem ser assim demonstrados:

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Controladora e Consolidado		
	Ativa	Passiva	Ganho em operações de Swap (*)
Aplicações financeiras - *Swap* (a)	43.347	43.322	25
Empréstimos e financiamentos - *Swap* (b)	137.185	131.063	6.122

(*) O ganho anulou o efeito da variação nos empréstimos.

(a) A Sociedade possui operação de *Swap*, custodiada na CETIP, com ponta ativa de 105% do CDI e ponta passiva taxa prefixada de 9,5% a.a com valor *notional* de R$42.889 para vencimento até 14 de junho de 2010. Essas operações de *Swap* estão disponíveis para negociação e tem por objetivo proteger a redução das taxas de juros no mercado. Essas operações não são negociadas em bolsa ou balcão e a contraparte é o Banco Votorantim.

(b) A Sociedade possui operação de *Swap*, custodiada na CETIP, com ponta ativa Iene mais 2,56% e ponta passiva 104,5% do CDI com valor *notional* de R$ 113.541 para vencimento em 5 de março de 2010. A Sociedade tem a intenção de manter as operações de *Swap* pelo prazo do contrato de empréstimo e tem por objetivo proteger a variação do Iene frente ao real. Essas operações não são negociadas em bolsa ou balcão e a contraparte é o Banco ABN Amro.

Os seguintes instrumentos financeiros ativos e passivos são mantidos pela Sociedade em 30 de junho de 2009, bem como os critérios para valorização e/ou avaliação:

a) Caixa e bancos, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar de curto prazo - considerando a natureza dos saldos, as condições e os prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

b) Aplicações financeiras - foram substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas, visto que a Sociedade tem o objetivo de manter tais investimentos até o momento do seu resgate.

c) Investimentos - consistem, principalmente, em investimentos em sociedades anônimas de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial. Considerações de valor de mercado das participações possuídas não são aplicáveis.

d) Empréstimos e financiamentos - conforme a nota explicativa nº 13.(b), a Sociedade emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. CCBs, denominadas em moeda estrangeira e com vencimento final em março de 2010. O risco vinculado a esse

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

passivo surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. Para mitigar esse risco, a Sociedade também celebrou com o Banco ABN AMRO Real S.A. contratos de "swap", passando o custo efetivo de juros a ser fixado em 104,5% do CDI.

e) Empréstimos e financiamentos - a Sociedade possui um financiamento com o BNDES relacionado à aquisição de software e de consultoria para projeto de implantação de sistemas, com encargos financeiros médios de 104,8% do CDI e com vencimento em parcelas mensais até dezembro de 2011. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessa transação.

f) Empréstimos e financiamentos - em 9 de outubro de 2008, a Sociedade emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. Notas de Crédito de Exportação Indireta, por meio das quais captou R$25 milhões ao custo de 9,05% ao ano, com vencimento previsto para 5 de outubro de 2009. Esse recurso foi utilizado pela Sociedade com o intuito de fomentar a exportação de prestação de serviços de tecnologia principalmente a Empresas do Grupo Votorantim.

Os seguintes principais riscos são decorrentes das operações da Sociedade:

Risco de crédito - a base de clientes da Sociedade é bastante concentrada e os dez principais clientes representam aproximadamente 64% da receita bruta do semestre findo em 30 de junho de 2009. A política de vendas da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de preço e valor de mercado - a Sociedade celebrou contratos de longo prazo e de preço fixo, reajustáveis anualmente pelos índices de inflação, com alguns de seus clientes. Nesses casos, assumiu o risco de aumento dos custos envolvidos. Os aumentos nos futuros índices de correção salarial, nas taxas de câmbio ou nos outros custos, bem como o tempo necessário para a conclusão dos serviços, os nossos resultados operacionais e a situação financeira podem impactar negativamente os resultados futuros. A Administração monitora esses riscos a fim de minimizar os potenciais impactos em seus negócios.

Risco de taxa de juros e câmbio - A Sociedade está sujeita a variações de taxas de câmbio e juros e administra o risco das flutuações dos valores em reais que serão

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

necessários para pagar as obrigações em moeda estrangeira, utilizando instrumentos derivativos (swaps) para a proteção desses riscos.

Risco de atuação no mercado- Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, a Administração, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas tempestivas de projeção e avaliação da exposição cambial da Sociedade, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração, quanto a contratação destes instrumentos financeiros.

Embora a Sociedade faça uso de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("hedge"), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção ("hedge accounting"). Os instrumentos derivativos contratados pela Sociedade têm o propósito de: (i) proteger suas aplicações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos e (ii) para mitigar os riscos de variação cambial sobre os empréstimos denominados em moeda estrangeira, passando o custo efetivo de juros a ser fixado em 104,5% do CDI.

Em 30 de junho de 2009, a análise de sensibilidade em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e TJLP, principais indexadores das obrigações contratadas pela Sociedade:

		Juros a incorrer/Variação cambial		
Operação	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Arrendamento mercantil	Alta do CDI	3.354	3.728	4.098
ABN Amro Real S.A.	Alta do CDI	7.945	9.881	11.797
Banco do Brasil	Alta do CDI	644	798	949
BNDES	Alta da TJLP	639	854	1.025
Swap de câmbio (*)	Alta do Iene	19.416	56.263	91.053

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(*) Os cenários para esta operação estão sendo apresentados para fins de atendimento a deliberação CVM nº 550/08. Contudo os valores não representam o risco efetivo, uma vez que o objetivo desta operação é de mitigar o risco de variação cambial do empréstimo captado em Ienes junto ao banco ABN Amro Real S.A., e fixar o custo desta operação em CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados de acordo com a regulamentação como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

Indicadores	Cenário I - Provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,75%	10,94%	13,13%
TJLP + spread (b)	9,30%	11,63%	13,95%
Cotação do Iene (c)	R$ 0,020	R$ 0,025	R$ 0,030

(a) CDI em 30 de junho de 2009.
(b) TJLP em 30 de junho de 2009.
(c) Cotação do Iene em 30 de junho de 2009.

Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Sociedade por meio de política de controles e estabelecimento de estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

De acordo com as políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

24. SEGUROS

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

A cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado e lucros cessantes é de R$1.011.266 em 30 de junho de 2009, como segue:

Modalidade	Importância segurada
Risco operacional	619.497
Responsabilidade geral	2.000
Responsabilidade civil profissional	9.000
Multirrisco	380.769

25. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

No semestre findo em 30 de junho de 2009 e no trimestre findo em 31 de março de 2009, as transações que não afetaram o caixa, relativas a aquisição de equipamentos de informática através de operações com arrendamento mercantil foram de R$ 950 e R$ 1.100, respectivamente.

26. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) As presentes demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais às seguintes notas explicativas: "2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis", "9 - Imobilizado", "10 - Intangível", "11 - Transações com Partes Relacionadas", "13 – Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil", "14 – Provisão para Contingências", "15 – Impostos a Recolher", "21 – Remuneração dos Administradores", "23 – Instrumentos Financeiros", "24 – Seguros" e "25 – Transações que não afetam caixa'.

(b) Essas demonstrações financeiras, reapresentadas em 6 de setembro de 2009 para contemplar as informações adicionais às notas explicativas mencionadas no item (a) acima, estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais às seguintes notas explicativas: "11 – Partes Relacionadas", "14 - Provisão para Contingências" e "23 - Instrumentos Financeiros"

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

VIDE COMENTÁRIO DE DESEMPENHO CONSOLIDADO

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

Relatório da Administração da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S/A.
Relativo ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009

I - Descrição dos Negócios, Produtos e Serviços

Acreditamos ser a companhia líder na América Latina na prestação de serviços baseados em soluções integradas de BPO e de TI. Trabalhamos em proximidade e cooperação com nossos clientes, sejam eles empresas brasileiras ou grandes multinacionais com operações no Brasil, auxiliando-os na elaboração de soluções customizadas para seus negócios através do planejamento, implementação e gerenciamento de operações críticas de BPO e TI. Com foco no constante aumento de eficiência dos negócios de nossos clientes, procuramos oferecer Soluções Críticas que apresentem resultados tangíveis, principalmente verificados através da redução de custos, maior eficiência de processos e melhor nível de serviços. Os nossos serviços de terceirização abrangem desde o planejamento, desenvolvimento, integração e manutenção das infra-estruturas de TI de nossos clientes, até a gestão de seus processos de negócios para o desempenho de funções operacionais, comerciais, financeiras e/ou de suporte. Nossa divisão de BPO trabalha de forma integrada com nossa divisão de TI para criar soluções customizadas que geram valor para nossos clientes. Somos especializados em diversos segmentos de negócio, incluindo serviços financeiros, seguros, serviços públicos e indústria. Acreditamos contar com uma das maiores plataformas de BPO e TI da América Latina, uma vez que empregamos mais de 23.000 funcionários e temos 16 unidades operacionais no Brasil, que incluem dois datacenters Nivel 5. No primeiro semestre de 2008 e de 2009, anunciamos, respectivamente, a abertura de duas unidades fora do Brasil – uma nos Estados Unidos e outra na França – para dar suporte aos nossos clientes em suas operações internacionais.

Utilizamos nossa vasta experiência e conhecimento em diversos segmentos de negócio para criar soluções inovadoras para nossos clientes. Somos reconhecidos por eles como parceiros estratégicos na terceirização de suas atividades. Procuramos construir relacionamentos de longo prazo, tornando-nos especialistas nos mercados em que nossos clientes atuam, criando soluções flexíveis e eficientes, a custos competitivos para nossos clientes. Nosso modelo de negócios consiste na prestação de serviços de terceirização de operações críticas de nossos clientes, caracterizado por contratos de longo prazo, baixa necessidade de capital, baixa rotatividade de clientes e elevado potencial de alavancagem operacional. Tais características decorrem da utilização de nossa infra-estrutura de ponta, profundo expertise em ferramentas de BPO e TI e processos de gestão de recursos humanos extremamente eficazes. Todas essas características nos propiciam um elevado grau de visibilidade quanto a nossas receitas, as quais possuem, em grande parte, uma natureza

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

recorrente. Na prática, isso é evidenciado pelo fato de que 90,8% das nossas receitas são decorrentes de contratos com prazo de pelo menos 24 meses.

II - Visão do Setor e Conjuntura Econômica

A globalização obrigou as companhias a aumentar sua produtividade e reduzir custos com maior eficiência, para que pudessem se manter competitivas em seus mercados, conservando a qualidade de seus serviços e agregando valor aos seus acionistas. Para atingir tais objetivos, as companhias passaram a se concentrar em suas atividades principais, terceirizando processos de negócios e de TI a terceiros que possam realizá-los de forma mais eficiente e a custos mais competitivos. Terceirizando suas atividades secundárias para países como a Índia, as Filipinas e Brasil, as empresas puderam se beneficiar de salários significativamente mais baixos e mão-de-obra altamente qualificada. De acordo com estudos recentes, a terceirização *offshore* de serviços integrados de BPO e TI é o segmento que apresenta crescimento mais rápido no mercado de terceirização. Entretanto, este segmento ainda tem um potencial significativo de crescimento, representando uma oportunidade para os países com mão de obra qualificada e custos competitivos. À medida que os serviços se tornaram mais concentrados nos países asiáticos, onde surgiram preocupações em relação à crescente competição por mão-de-obra e conseqüente aumento das taxas de evasão e inflação salarial, as empresas passaram a buscar locais alternativos, com custos também competitivos e mão-de-obra qualificada. Nos últimos anos, a América Latina ganhou importância nas decisões de *offshoring* e *near-shoring*.

Acreditamos que o Brasil, é a maior economia da América Latina e uma das que cresce mais rápido, apresenta um mercado de BPO e TI de tamanho considerável, bastante fragmentado e pouco explorado. Mudanças na economia interna, em conjunto com a globalização, tornaram as empresas brasileiras mais propensas a terceirizar serviços que antes eram realizados internamente, em uma busca por redução de custos e maior eficiência, aumentando assim a demanda doméstica por serviços de BPO e TI, razões pelas quais acreditamos que estes mercados crescerão no Brasil.

III - Análise dos Resultados Financeiros

Em razão do processo de reorganização societária ocorrido em 31 de janeiro de 2009, onde a Companhia incorporou a Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A ("Tivit Terceirização"), então sua controladora integral, os resultados consolidados não são comparáveis, desta forma qualquer analise comparativa pode ficar prejudicada.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita líquida de serviços

A receita líquida de serviços aumentou 162,7% ou R$ 280,05 milhões, para R$ 452,22 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparados com R$ 172,17 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Essa variação se explica, principalmente, pela receita líquida da Tivit Terceiração nos primeiros seis meses de 2008, no período que antecedeu a incorporação da Tivit Terceirização, que foi de R$ 192,17 milhões. O restante do crescimento da receita ou R$ 87,88 milhões são provenientes do crescimento do volume de serviços prestados aos clientes da base e conquista de novos clientes.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados aumentou 130,9% ou R$ 200,63 milhões, para R$ 353,91 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparado com R$ 153,28 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Essa variação se explica, principalmente, pelo custo dos serviços prestados da Tivit Terceirização, nos primeiros seis meses de 2008, no período que antecedeu a incorporação da Tivit Terceirização, que foi de R$ 147,39 milhões. Os custos dos serviços residuais foram impactados pelo aumento dos custos operacionais para fazer frente ao crescimento dos serviços prestados.

Lucro bruto

O lucro bruto aumentou 420,4% ou R$ 79,42 milhões, para R$ 98,31 milhões no período de seis meses encerrado em 31 de Junho de 2009, comparado com R$ 18,89 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2008. Essa variação se explica, principalmente, pelo lucro bruto da Tivit Terceirização nos primeiros seis meses de 2008, no período que antecedeu a incorporação da Tivit Terceirização, que foi de R$ 44,77 milhões. O lucro bruto residual foi impactado pelo aumento do volume faturado aos clientes da base e da conquista de novos clientes.

Despesas operacionais (com vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais líquidas)

As despesas operacionais aumentaram 273,5% ou R$ 45,90 milhões, para R$ 62,68 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2009, comparado com R$ 16,78 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2008. Essa variação se explica, principalmente, pelas despesas operacionais (vendas, gerais e administrativas e outras receitas e despesas operacionais líquidas) da Tivit Terceirização nos primeiros seis meses de 2008, no período que antecedeu a incorporação da Tivit Terceirização, que foram de R$ 31,34 milhões. As despesas operacionais residuais foram impactadas pelo aumento da provisão para

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

pagamento do bônus, de gastos com ocupação e de gastos com a implementação de ERP (SAP) em 2009, aumento esse parcialmente compensado pela redução da amortização de ágio de aquisições, que, por força da Lei nº 11.638/07, foi efetuado somente até o final de 2008. A variação remanescente refere-se ao aumento nas despesas gerais para suportar o aumento das nossas atividades.

Resultado financeiro

A despesa financeira liquida aumentou 9,9% ou R$ 0,80 milhões, para uma despesa de R$ 8,87 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2009, comparado com uma despesa de R$ 8,07 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2008. Essa variação se explica, principalmente pelo aumento das despesas financeiras dos contratos de leasing compensado em parte pela redução na taxa de juros no período.

Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos)

As despesas com imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos) aumentaram 250,7% ou R$ 8,40 milhões, para R$ 5,05 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2009, comparado com uma credito de imposto de R$ 3,35 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2008 devido, principalmente, ao maior lucro período. A taxa efetiva foi reduzida para 18,8% em no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2009 comparado com 59,9% no período de seis meses encerrado em 31 de Junho de 2008, principalmente em decorrência do aproveitamento do credito fiscal do ágio e compensação de prejuízos fiscais no período de seis meses encerrado em 31 de março de 2009.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido aumentou 1.219,6% ou R$ 23,66 milhões, para R$ 21,72 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2009, comparado com o prejuízo de R$ 1,94 milhões em no período de seis meses encerrado em 30 de Junho de 2009, como resultado da combinação dos fatores acima discutidos.

IV - Clientes

Mantemos relacionamentos de longo prazo com nossos clientes, para os quais administramos uma grande variedade de processos. Focamos na prestação de serviços de BPO e TI que são críticos ao funcionamento diário das operações de nossos clientes. A maior parte de nossos serviços de BPO e TI é prestada com base em contratos de longa duração, com prazos que podem variar de 1 a 10 anos para os contratos de TI e de 1 a 5

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

anos para os contratos de BPO. Para aqueles clientes que foram integralmente migrados para nossos centros de processamento de dados, essa estrutura contratual nos proporciona uma receita relativamente previsível e estável para grande parte de nossos negócios e dilui nossos custos com vendas e marketing em comparação com serviços prestados em projetos pontuais. O relacionamento com nossos clientes é expandido à medida que, por meio de oportunidades de cross-selling, evoluímos de um processo isolado para uma cadeia de processos integrados, em múltiplas linhas de negócio. Acreditamos que essa evolução, considerando a customização e complexidade dos serviços que oferecemos, contribua para a fidelização de nossos clientes, o que é evidenciado por: (i) contratos de longo prazo, com uma média de 50 meses; e (ii) taxa de Churn de 1,5% em 2008, em relação à receita.

VI - Recursos Humanos

Acreditamos que nosso capital humano seja nosso ativo mais valioso. Em 30 de junho de 2009, tínhamos 23.686 funcionários e o valor da nossa folha de pagamento mensal, em conjunto com a de nossas controladas, incluindo remuneração, encargos sociais e benefícios dos empregados, totalizava R$44,66 milhões (R$42,58 milhões em 2008).

O nível de experiência desses profissionais vai desde analistas de sistema até gerentes de identificação de novos negócios a consultores seniores e engenheiros com larga experiência em TI. Temos pessoal com experiência em mainframe, Plataforma Baixa e tecnologias de sistemas abertos, com formação em diversas linguagens de programação de computador, ferramentas de software, sistemas de gerenciamento de bancos de dados, processo de redes e metodologias, técnicas e padrões. Implementamos uma estrutura de gestão e organização de recursos humanos direcionada a maximizar a possibilidade de expandirmos nossa base de profissionais. Cuidamos do desenvolvimento e das necessidades gerais de nosso pessoal em nível estratégico e dividimos nossas iniciativas sobre gestão de recursos humanos em quatro pilares principais: (i) recrutamento; (ii) treinamento; (iii) motivação, plano de carreira e retenção; e (iv) avaliação de desempenho e remuneração.

Também somos muito ativos na contratação em campus universitários. Temos alguns acordos com universidades brasileiras para fazer apresentações periódicas sobre a nossa Companhia e as oportunidades de carreira. Acreditamos ter uma marca com sólida reputação que nos ajuda a atrair os melhores talentos.

VII – Investimentos

No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, nossos investimentos totais foram de R$30,13 milhões (R$17,01 milhões em 2008) e contemplam computadores e periféricos, licenças de uso de softwares,máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e benfeitorias em propriedade de terceiros, que são em sua essência, aqueles necessários à manutenção de nossas operações.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

VIII - Plataforma robusta de BPO e TI com tecnologia e infra-estrutura de ponta

As empresas que objetivam a terceirização de determinadas atividades buscam prestadores de serviços que possam suportar um escopo abrangente de serviços, possuam uma extensa e qualificada base de profissionais, utilizem infra-estrutura de tecnologia e de telecomunicações de ponta e tenham capacidade para atender as necessidades crescentes de seus negócios. Acreditamos possuir uma das maiores plataformas de BPO e TI na América Latina, empregando mais de 23.000 funcionários em 16 unidades em todo o Brasil. Além disso, procuramos manter uma infra-estrutura baseada em escalabilidade, redundância e segurança de informação. Temos diversos datacenters no Brasil com tecnologia de ponta, capazes de suportar nosso crescimento futuro. Acreditamos ser a única companhia no Brasil com dois datacenters Nível Cinco garantindo disponibilidade de 99,999% (ou Cinco 9's) para as operações críticas de TI de nossos clientes. Adicionalmente, a nossa unidade de BPO localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, foi uma das primeiras unidades de BPO na América Latina a empregar VoIP em larga escala.

IX - Prêmios e Reconhecimentos

Prêmio ABT
Melhor empresa de cobrança do ano de 2009, pela Revista Clientes S/A, uma das principais publicações de BPO do Brasil.

100 Maiores Empresas de Outsourcing
Figuramos no ranking das 100 maiores empresas de outsourcing do mundo, elaborado pela IAOP (International Association of Outsourcing Professionals) e publicado pela Fortune, sendo a única empresa brasileira classificada entre as 10 maiores empresas na categoria de Size and Growth, juntamente com empresas indianas e chinesas

X – Relacionamento com Auditores

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03 de 14 de maio de 1999, informamos Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, além dos serviços de prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi contratada para a prestação de serviços relacionados à Oferta Pública de Ações e para serviços de diagnóstico das diferenças entre de praticas contábeis adotado no Brasil e as práticas contábeis internacionais (IFRS). Os correspondentes honorários para esses serviços totalizaram aproximadamente R$ 270.000,00 e representou aproximadamente 35% do total dos honorários relativos à auditoria das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2009.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR (controladora e consolidadas) da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas ("Sociedades"), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2009, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações das Sociedades.

3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

4. As demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa (controladora e consolidadas) correspondentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram extraídas das demonstrações financeiras por nós revisadas, sobre as quais emitimos relatório de revisão limitada, sem ressalvas, datado de 15 de julho de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o ano 2008, essas demonstrações

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

financeiras foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC nº 12 - "Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros".

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº nº 26 (a) e (b), as informações trimestrais estão sendo reapresentadas para incorporar informações adicionais às notas explicativas.

São Paulo, 24 de julho de 2009 (exceto para a nota explicativa nº 26 (a), cuja data é 6 de setembro de 2009 e 26 (b), cuja data é 23 de setembro de 2009)

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

23.01 - DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS

Em atendimento ao Ofício CVM/SRE/SEP/Nº037/2009:

(a) As presentes demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais às seguintes notas explicativas: "2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis", "9 - Imobilizado", "10 - Intangível", "11 - Transações com Partes Relacionadas", "13 – Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil", "14 – Provisão para Contingências", "15 – Impostos a Recolher", "21 – Remuneração dos Administradores", "23 – Instrumentos Financeiros", "24 – Seguros" e "25 – Transações que não afetam o caixa'.

Em atendimento ao Ofício CVM/SRE/SEP/Nº042/2009:

(b) Essas demonstrações financeiras, reapresentadas em 6 de setembro de 2009 para contemplar as informações adicionais às notas explicativas mencionadas no item (a) acima, estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais às seguintes notas explicativas: "11 – Partes Relacionadas", "14 - Provisão para Contingências" e "23 - Instrumentos Financeiros"

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	TIVIT TERC. PROC., SERV, E TECNO. S.A.	07.073.027/0001-53

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/04/2009 a 30/06/2009	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2009 a 30/06/2009	12
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	18
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/04/2009 a 30/06/2009	20
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2009 a 30/06/2009	21
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	22
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	61
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	62
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	69
23	01	DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES ALTERADAS	71

Rubricado tão-somente para fins de identificação.
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e respectivos pareceres dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras combinadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e respectivos pareceres dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008, e respectivo parecer dos Auditores Independentes para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, incluindo parágrafo específico sobre a revisão limitada para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008

Demonstrações Financeiras da Tivit Tecnologia, individuais e consolidadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e respectivo parecer dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras da Tivit Tecnologia, individuais e consolidadas, relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e 2007, e respectivos relatórios de revisão limitada dos auditores independentes

Demonstrações Financeiras da Softway relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e respectivos pareceres dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e respectivos pareceres dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008, de 2007 e de 2006 e Parecer dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.. +55 (11) 5186-1000
Fax +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (anteriormente denominada Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.) ("Sociedade"), levantados em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Examinamos também, o balanço patrimonial consolidado da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas, levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo naquela data. Essas demonstrações financeiras foram elaboradas sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

3. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 2 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado consolidado de suas operações, os fluxos de caixa consolidados e o valor adicionado consolidado nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o exercício de 2008, as demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram reclassificadas e ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros. Adicionalmente, foram identificados, em 2009, alguns ajustes e reclassificações nas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas relativas ao exercício de 2008, as quais estão sendo também reapresentadas de acordo com a NPC 12 e com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

São Paulo, 24 de julho de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 2008	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007
CIRCULANTE					
Caixa e bancos		3.908	1.760	1.956	7.023
Aplicações financeiras	4	11.312	951	1.179	951
Contas a receber de clientes	5	71.972	40.264	4.384	53.295
Contas a receber - partes relacionadas	5 e 9	659	485	-	485
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	4.539	979	-	979
Impostos a recuperar		10.332	4.713	358	6.470
Despesas antecipadas		2.895	504	-	504
Outros créditos		8.882	1.121	29	2.210
Total do ativo circulante		114.499	50.777	7.906	71.917
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Outros créditos		-	942	157	942
Impostos a recuperar		3.255	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	1.909	2.286	-	2.286
Investimentos	7	3	90.552	-	-
Imobilizado	8	69.114	52.322	4.851	64.992
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	8	84.083	-	-	89.840
Outros intangíveis	8	4.374	2.406	21	7.851
Total do ativo não circulante		162.738	148.508	5.029	165.911
TOTAL DO ATIVO		277.237	199.285	12.935	237.828

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2008	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007
CIRCULANTE					
Fornecedores	10	16.513	13.485	1.957	18.182
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	12	885	120.030	-	120.915
Partes relacionadas	9	1.808	386	3.789	386
Impostos a recolher		7.193	3.166	144	4.183
Impostos parcelados	11	345	345	-	345
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	168	-	-	168
Salários e encargos sociais		8.360	8.281	774	11.787
Provisão para férias e encargos sociais		21.132	12.258	1.134	19.697
Provisão para contingências	13	1.449	1.803	-	1.802
Outras contas a pagar		3.606	2.367	113	2.674
Total do passivo circulante		61.459	162.121	7.911	180.140
NÃO CIRCULANTE					
Impostos parcelados	11	2.100	2.430	-	2.430
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	12	125.000	-	-	983
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	93	-	-	196
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	3.789	-
Outras contas a pagar		77	-	171	23
Provisão para contingências	13	20.233	-	-	19.322
Total do passivo não circulante		147.503	2.430	3.960	22.954
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	14.a)	69.414	39.361	1.000	39.361
Reserva de capital		3.263	3.916	-	3.916
Lucros (Prejuízos) acumulados		(4.402)	(8.543)	64	(8.543)
Total do patrimônio líquido		68.275	34.734	1.064	34.734
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		277.237	199.285	12.935	237.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	Controladora			Consolidado
		2008	2007	2006	2007
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		452.534	181.908	24.708	292.282
Deduções de vendas		(32.137)	(9.970)	(1.413)	(15.708)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		420.397	171.938	23.295	276.574
Custo dos serviços prestados		(341.777)	(170.919)	(20.083)	(219.962)
LUCRO BRUTO		78.620	1.019	3.212	56.612
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas		(437)	(1.706)	(9)	(1.810)
Gerais e administrativas		(41.017)	(23.424)	(2.871)	(45.539)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(6.128)	22.942	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	16	(12.292)	-	-	(4.736)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		18.746	(1.169)	332	4.527
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	17	478	729	47	958
Despesas financeiras	17	(17.081)	(7.362)	(285)	(8.518)
		(16.603)	(6.633)	(238)	(7.560)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.143	(7.802)	94	(3.033)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	15	24	-	(30)	(4.730)
Diferidos	15	1.974	(653)	-	(692)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.141	(8.455)	64	(8.455)
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO		1.971.470	1.000.000	1.000.000	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - R$		2,10	(8,46)	0,06	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Ágio por subscrição	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Integralização de capital em 14 de maio de 2006		1.000	-	-	1.000
Lucro líquido do exercício		-	-	64	64
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		1.000	-	64	1.064
Aumento de capital por incorporação de sociedade controladora	1	38.361	3.916	(152)	42.125
Prejuízo líquido do exercício originalmente reportado		-	-	(8.670)	(8.670)
Ajustes de exercícios anteriores contabilizados retrospectivamente	2	-	-	215	215
Prejuízo líquido do exercício ajustado		-	-	(8.455)	(8.455)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		39.361	3.916	(8.543)	34.734
Aumento de capital	14.c)	29.400	-	-	29.400
Capitalização da reserva de ágio	14.c)	653	(653)	-	-
Lucro líquido do exercício originalmente reportado		-	-	3.861	3.861
Ajustes de exercícios anteriores contabilizados retrospectivamente	2	-	-	280	280
Lucro líquido do exercício ajustado		-	-	4.141	4.141
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		69.414	3.263	(4.402)	68.275

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora			Consolidado
	2008	2007	2006	2007
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.141	(8.455)	64	(8.455)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	28.406	5.516	631	18.029
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	457	184	-	186
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.974)	653	-	692
Provisão para contingências	(7.288)	(653)	-	1.253
Juros sobre empréstimos	8.337	7.230	-	7.560
Resultado de equivalência patrimonial	6.128	(22.942)	-	-
	38.207	(18.467)	695	19.265
Aumento (redução) nos ativos operacionais:				
Contas a receber de clientes	(10.921)	(3.722)	(4.384)	(2.318)
Contas a receber - partes relacionadas	485	-	-	-
Impostos a recuperar	(6.630)	(2.717)	(358)	(3.540)
Depósitos judiciais	(1.471)	-	-	-
Despesas antecipadas e outros créditos	(8.382)	65	(186)	(248)
	(26.919)	(6.374)	(4.928)	(6.106)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(462)	4.341	1.957	4.627
Salários, encargos sociais e provisão para férias e encargos sociais	(2.597)	2.528	1.908	(356)
Impostos a recolher e parcelados	1.509	(342)	144	(1.265)
Outras contas a pagar	(423)	1.198	284	(872)
	(1.973)	7.725	4.293	2.134
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	9.315	(17.116)	60	15.293
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimentos	(5.167)	(93.834)	-	(99.197)
Valores depositados judicialmente e pagamento de contingências	-	(60)	-	(184)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(22.545)	(23.342)	(5.503)	(30.324)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(27.712)	(117.236)	(5.503)	(129.705)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	29.400	-	1.000	-
Captação de empréstimos	17.058	112.800	-	112.470
Partes relacionadas	-	(7.075)	7.578	(2.792)
Recebimento de dividendos de sociedade controlada	-	22.486	-	-
Pagamento de empréstimos	(20.347)	-	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	(3.000)	-	(5.551)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	26.111	125.211	8.578	104.127
Caixa proveniente da sociedade controlada adquirida	4.795	-	-	6.407
Caixa proveniente das sociedades controladora e controlada incorporadas	-	8.717	-	8.717
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (*)	12.509	(424)	3.135	4.839
Saldo final	15.220	2.711	3.135	7.974
Saldo inicial	2.711	3.135	-	3.135
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (*)	12.509	(424)	3.135	4.839
INFORMAÇÕES ADICIONAIS				
Juros pagos no exercício	3.165	-	-	6.715
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	-	201	-	717

(*) Caixa, bancos e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora			Consolidado
	2008	2007	2006	2007
RECEITAS				
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	448.314	187.160	25.550	292.282
Outras receitas operacionais	141	115	-	510
	448.455	187.275	25.550	292.792
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Licença de uso e manutenção de software, telefonia e outros	(17.861)	(5.636)	(64)	(7.764)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(62.815)	(20.168)	(5.028)	(48.242)
Outras despesas operacionais, líquidas	(12.713)	-	-	(4.876)
	(93.389)	(25.804)	(5.092)	(60.882)
VALOR ADICIONADO BRUTO	355.066	161.471	20.458	231.910
RETENÇÕES				
Depreciações e amortizações	(28.406)	(5.516)	(631)	(11.844)
Provisão para contingências	7.288	653	-	(1.253)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	333.948	156.608	19.827	218.813
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	(6.128)	22.942	-	-
Receitas financeiras, líquidas	478	729	47	958
	(5.650)	23.671	47	958
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	328.298	180.279	19.874	219.771
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal e encargos	223.921	138.100	13.700	178.337
Impostos, taxas e contribuições	73.933	31.960	3.922	42.492
Juros provisionados e aluguéis	26.303	18.674	2.188	7.397
Lucros retidos (prejuízos a compensar)	4.141	(8.455)	64	(8.455)
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	328.298	180.279	19.874	219.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006 (REAPRESENTAÇÃO)
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (anteriormente denominada Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.) ("Sociedade"), com sede na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos: (a) prestação de serviços de contatos telefônicos; (b) serviços de "call center"; (c) implantação de centrais de atendimento a terceiros; (d) recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; (e) locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; (f) desenvolvimento, implantação, gerenciamento e execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados; (g) serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; (h) serviços de armazenamento de dados e armazenamento de outros bens; (i) serviços de assessoria e consultoria em informática; (j) serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (k) serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às suas atividades; (l) serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e (m) serviços de cobrança extrajudicial e participação em outras sociedades, como cotista ou acionista.

Concentração da receita

Parcela significativa da receita está concentrada em dez principais clientes em termos de receita bruta anual. Em 2008, esses clientes representaram, aproximadamente, 71,15% da receita anual bruta.

Eventos societários

Em maio de 2007, a Sociedade incorporou a Telefutura Centrais de Atendimento S.A. ("Telefutura"), então controladora da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de abril de 2007, preparado por avaliadores independentes. Como consequência, o patrimônio líquido da Sociedade foi aumentado em R$42.125, conforme demonstrado a seguir:

Ativo:	
Circulante	37.322
Não circulante	40.040
Total do ativo	77.362
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	30.196
Não circulante	5.041
Patrimônio líquido	42.125
Total do passivo e patrimônio líquido	77.362

Em dezembro de 2007, a Sociedade incorporou a Varanasi Administração de Bens S.A. ("Varanasi"), então acionista da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2007, preparado por avaliadores independentes. Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1
Não circulante	10.031
Total do ativo	10.032
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	2
Patrimônio líquido	10.030
Total do passivo e patrimônio líquido	10.032

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em dezembro de 2007, a Sociedade incorporou a Telefutura Locações de Equipamentos Ltda. ("Telefutura Locações"), então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2007, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	8.612
Não circulante	24.797
Total do ativo	33.409
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	3.580
Patrimônio líquido	29.829
Total do passivo e patrimônio líquido	33.409

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Angra dos Reis Ltda. ("Angra") foi incorporada pela Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway"), então sua controlada integral, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	17
Não circulante	287
Total do ativo	304
Passivo e patrimônio líquido:	
Não circulante	55
Patrimônio líquido	249
Total do passivo e patrimônio líquido	304

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Tivit Investimentos S.A. ("Tivit Investimentos") foi incorporada pela Softway, então sua controlada integral, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1
Não circulante	86.095
Total do ativo	86.096
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	31
Patrimônio líquido	86.065
Total do passivo e patrimônio líquido	86.096

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Softway, então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de junho de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	21.516
Não circulante	102.632
Total do ativo	124.148
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	19.005
Não circulante	19.078
Patrimônio líquido	86.065
Total do passivo e patrimônio líquido	124.148

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Open Concept Tecnologia em Informática Ltda. ("Open Concept"), então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1
Não circulante	59
Total do ativo	60
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	2.286
Passivo a descoberto	(2.226)
Total do passivo e passivo a descoberto	60

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Open Concept Serviços Ltda. ("Open Concept Serviços"), então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1.989
Não circulante	2.504
Total do ativo	4.493
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	887
Não circulante	12.333
Passivo a descoberto	(8.727)
Total do passivo e passivo a descoberto	4.493

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Considerando os eventos societários mencionados anteriormente, as demonstrações financeiras não são comparáveis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modificou as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida Lei, com aplicação a partir de 2008, estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e atribui à CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), a Sociedade estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2005. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Sociedade preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Sociedade exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As principais alterações decorrentes da aplicação dessas novas práticas contábeis foram as seguintes:

- Em atendimento ao item 51 do pronunciamento técnico CPC 13, a Sociedade deixou de apresentar a demonstração das origens e aplicações de recursos.

- Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

- Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Sociedade avaliou os efeitos do ajuste a valor presente de direitos e obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Criação da rubrica "Intangível", apresentada nos balanços patrimoniais no grupo "Ativo não circulante".

- Eliminação da rubrica "Ativo diferido", cujos valores foram alocados aos ativos imobilizado e intangível.

- Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações da Sociedade adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamento.

- Extinção da rubrica "Resultados não operacionais", apresentada na demonstração do resultado.

Para fins de melhor comparação, e de acordo com a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, as demonstrações financeiras foram ajustadas e reclassificadas e os efeitos estão demonstrados a seguir:

	Controladora			Consolidado
	2008	2007	2006	2007
Patrimônio líquido originalmente reportado	69.264	34.519	1.064	34.519
Ajustes:				
Custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por arrendamento mercantil em controlada, líquido	-	215	-	2.447
Saldo de financiamento - arrendamento mercantil a pagar	-	-	-	(1.868)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	-	(364)
Outros (*)	(989)	-	-	-
Patrimônio líquido ajustado	68.275	34.734	1.064	34.734
Lucro (prejuízo) líquido do exercício originalmente reportado	3.861	(8.670)	64	(8.670)
Ajustes:				
Reversão das despesas com arrendamento mercantil em controlada	-	215	-	7611
Contabilização das despesas de depreciação do exercício	-	-	-	(507)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	-	-	-	(39)
Outros (*)	280	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício ajustado	4.141	(8.455)	64	(8.455)

(*) Ajuste decorrente de operações de arrendamento mercantil em empresa adquirida no exercício de 2007 e subsequentemente incorporada (ver nota explicativa nº 1).

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Aplicações financeiras

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

b) Contas a receber

Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos e ajustados ao seu valor presente, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber, considerando os seguintes critérios: (i) provisão de 100% para os saldos vencidos há mais de 120 dias; e (ii) análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento.

c) Outros ativos (circulante e não circulante)

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

d) Investimentos

Avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras preparadas na mesma data-base da Sociedade.

e) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção são capitalizados, quando aplicável. Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Sociedade adota como procedimento revisar os ativos intangíveis para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Em 31 de dezembro de 2008, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas.

f) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que consideram a vida útil-econômica estimada dos softwares e dos gastos com implementação de sistemas.

O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado com base na expectativa de lucratividade futura e, até 31 de dezembro de 2008, foi amortizado pelo prazo de cinco anos, de forma linear, considerando as expectativas de geração de resultados futuros.

Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Sociedade adota como procedimento revisar os ativos intangíveis para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes.

Em 31 de dezembro de 2008, não foram identificados eventos que pudessem alterar as projeções iniciais quanto à expectativa de recuperação do ágio nas operações.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais. Adicionalmente, foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas controladas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não-cumulatividade na apuração do PIS - Programa de Integração Social - e da Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Considerando as disposições da Instrução CVM nº 371/02, os impostos diferidos estão registrados apenas para os valores prováveis de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 6.

h) Outros passivos (circulante e não circulante)

Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado, às projeções preparadas para a realização do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos e às provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências.

j) Provisão para contingências

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos consultores jurídicos externos e pela Administração da Sociedade, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas.

k) Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

l) Lucro (prejuízo) líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela CVM, sendo as principais práticas descritas na nota explicativa nº 2, e incluem os saldos e as transações da Sociedade e de suas então sociedades controladas diretas Telefutura Locação de Equipamentos Ltda. e Tivit Investimentos S.A. e sociedades controladas indiretas Angra dos Reis Ltda. e Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. Na preparação dessas demonstrações consolidadas foram eliminados os saldos dos investimentos em controladas e os efeitos decorrentes de transações realizadas entre as Sociedades.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Remuneração da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI - em 2008 - %	Controladora			Consolidado
		2008	2007	2006	2007
Aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDB	105	11.312	951	1.179	951

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora			Consolidado
	2008	2007	2006	2007
Contas a receber faturado	37.627	21.796	1.670	25.156
Contas a receber a faturar	34.345	19.753	2.714	29.424
Partes relacionadas (ver nota explicativa nº 9)	659	485	-	485
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(1.285)	-	(1.285)
	72.631	40.749	4.384	53.780

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora			Consolidado
	2008	2007	2006	2007
A vencer:				
Até 30 dias	24.742	12.104	1.802	11.528
Entre 31 e 90 dias	33.686	23.358	2.281	33.039
Vencidas:				
Até 90 dias	11.565	4.997	246	8.847
Há mais de 91 dias	2.638	1.575	55	1.651
	72.631	42.034	4.384	55.065

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos - ativo

	Controladora		Consolidado
	2008	2007	2007
Ágio - incorporado	50.885	30.903	30.903
Provisão constituída	(40.163)	(20.521)	(20.521)
Benefício fiscal	10.722	10.382	10.382
Amortização de ágio acumulada	(28.352)	(21.305)	(21.305)
Reversão da provisão acumulada	20.016	14.188	14.188
Líquido correspondente ao crédito fiscal (i)	2.386	3.265	3.265
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (ii)	4.062	-	-
	6.448	3.265	3.265
Parcela do circulante	4.539	979	979
Parcela do não circulante	1.909	2.286	2.286

(i) Refere-se ao benefício fiscal futuro do ágio gerado nas sociedades então controladoras Halifax Participações Ltda. e Simpson Participações Ltda., incorporadas em outubro de 2001, e nas então sociedades controladoras Cardet Holdings S.A. e Caux Participações Ltda., incorporadas em maio de 2006. Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL de sua incorporadora, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001. A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, PMIPL e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

(ii) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e estão mantidos no circulante e não circulante, considerando a expectativa de realização.

b) Imposto de renda e a contribuição social diferidos - passivo

	Controladora		Consolidado
	2008	2006	2007
Diferenças temporárias (*)	261	355	364
Parcela do circulante	168	269	168
Parcela do não circulante	93	86	196

(*) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos através de arrendamento mercantil e já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base negativa da contribuição social e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

7. INVESTIMENTOS

A seguir, as informações dos investimentos em 31 de dezembro de 2007:

Controlada	Capital social	Prejuízo líquido do exercício	Patrimônio líquido ajustado	Participação - %	Saldo do investimento em 31 de dezembro de 2007	Resultado de equivalência patrimonial	
						2008	2007
Tivit Investimentos S.A.	93.834	(2.647)	90.552	100	90.552	-	(2.507)
Telefutura Locações de Equipamentos S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	25.449
Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. (b)	-	-	-	-	-	(5.756)	-
Open Concept Tecnologia em Informática Ltda. (b)	-	-	-	-	-	(90)	-
Open Concept Serviços Ltda. (b)	-	-	-	-	-	(282)	-
					90.552	(6.128)	22.942

(a) Resultado de equivalência patrimonial de 1° de maio a 30 de novembro de 2007, data da incorporação, como descrito na nota explicativa n° 1.

(b) Resultado de equivalência patrimonial de 1° de janeiro a 30 de junho de 2008, data da incorporação, como descrito na nota explicativa n° 1.

Os investimentos de R$3 em 31 de dezembro de 2008 referem-se a incentivos fiscais.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

		Controladora					Consolidado
		2008			2007	2006	2007
	Taxa anual de depreciação/ amortização - %	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado:							
Instalações	15	3.306	(1.338)	1.968	-	-	1.531
Móveis e utensílios	10	19.683	(5.559)	14.124	11.776	-	14.586
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	25.232	(9.954)	15.278	11.068	-	13.370
Veículos	20	290	(180)	110	138	-	215
Computadores e periféricos	20	41.906	(24.041)	17.865	11.174	-	16.058
Benfeitorias em propriedades de terceiros (a)	25	35.800	(16.031)	19.769	18.176	4.851	19.232
		126.217	(57.103)	69.114	52.332	4.851	64.992
Intangível:							
Licença de uso e desenvolvimento de sistema	20	11.735	(7.361)	4.374	2.406	21	7.851
Ágio na aquisição de investimentos (b)	20	111.779	(27.696)	84.083	-	-	88.840
		123.514	(35.057)	88.457	2.406	21	97.691

(a) As benfeitorias em propriedades de terceiros são amortizadas pelos prazos de vigência dos contratos de aluguel, na sua maioria de quatro anos.

(b) Refere-se substancialmente ao ágio gerado nas aquisições das então sociedades controladas Softway, Open Concept e Open Concept Serviços, subsequentemente incorporadas pela Sociedade. Esses ágios são fundamentados nas expectativas de rentabilidade futura, conforme laudos de avaliação econômica preparados por empresas especializadas, e foram amortizados em cinco anos até 31 de dezembro de 2008.

As depreciações e amortizações alocadas ao custo dos serviços prestados em 2008 são de R$31.039 (R$4.822 em 2007 e R$631 em 2006).

Em 31 de dezembro de 2008, existem ativos imobilizados de R$5.186, dados em garantia às operações de arrendamento mercantil. As despesas de depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, registradas na rubrica "custo dos serviços prestados", são de R$1.034 (R$1.071 no consolidado).

9. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Sociedade, o acionista controlador, as empresas relacionadas e as controladas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Essas operações incluem, substancialmente, a prestação de serviços de consultoria e a administração dos recursos financeiros.

Os saldos em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006 são os seguintes:

	Controladora									
	2008			2007			2006			
	Contas a receber	Contas a pagar	Receitas (despesas)	Contas a receber	Contas a pagar	Receitas (despesas)	Aplicações financeiras	Contas a pagar	AFAC	Receitas (despesas)
Banco Votorantim S.A.	-	-	-	-	-	-	2	-	-	45
DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda. (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(870)
Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda. (a)	-	-	-	-	386	(386)	-	-	-	(498)
Profill Consultoria em Marketing e Tecnologia da Informação Ltda. (a)	-	355	(355)	-	-	-	-	-	-	(179)
Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. (b)	659	1.453	309	485	-	485	-	-	-	-
Pessoas físicas	-	-	-	-	-	-	-	3.789	3.789	-
	659	1.808	(46)	485	386	99	2	3.789	3.789	(1.502)

(a) Refere-se a transações de prestação de serviços de gestão em informática, com base em contratos firmados entre as partes que preveem preços e condições similares àquelas praticadas com terceiros.

(b) Refere-se a transações de prestação de serviços de teleatendimento em condições financeiras e prazos similares àquelas praticadas com terceiros.

10. FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado
	2008	2007	2006	2007
Licença de uso e manutenção de software	5.272	2.832	-	3.161
Serviços profissionais	3.579	3.766	-	-
Equipamentos de informática e telecomunicação	2.000	2.060	1.109	3.430
Telefonia	4.800	3.490	534	6.488
Outros	862	1.337	314	5.103
	16.513	13.485	1.957	18.182

11. IMPOSTOS PARCELADOS

Em 2006, a sociedade incorporada, Telefutura Centrais de Atendimento S.A., protocolou pedido de opção por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS para pagamento ao Instituto Nacional do Seguro Social - Serviço Social do Comércio - INSS-SESC não recolhido no período de junho de 2001 a outubro de 2005.

A composição do saldo devedor em 31 de dezembro de 2008 é como segue:

	Controladora				Controladora e consolidado
	2008				2007
Período	Prazo do parcelamento	Principal	Multa e juros	Saldo devedor	Saldo devedor
Junho de 2001 a janeiro de 2003	130 meses	474	20	454	510
Fevereiro de 2003 a outubro de 2005	120 meses	1.903	88	1.991	2.265
		2.377	108	2.445	2.775
Parcela do circulante				345	345
Parcela do não circulante				2.100	2.430

A parcela do não circulante em 31 de dezembro de 2008 tem o seguinte vencimento:

Ano	
2010	345
2011	345
2012	345
2013 em diante	1.065
	2.100

Após a homologação do pedido por parte da Receita Federal, a Sociedade será obrigada a manter o pagamento regular dos impostos e das contribuições como condição essencial para a manutenção do parcelamento.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Encargos financeiros	Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2007
Banco ABN AMRO Real S.A. (a)	104,5 do CDI	124.034	120.030	120.030
Arrendamento mercantil (b)	104% do CDI	1.851	-	1.868
		125.885	120.030	121.898
Parcela do circulante		885	120.030	120.915
Parcela do não circulante		125.000	-	983

(a) Em 19 de julho de 2007, a Sociedade emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédula de Crédito Bancário - CCB e celebrou também contrato de "swap" (vide nota explicativa nº 21.d)), por meio do qual captou recursos de R$99,54 milhões ao custo de 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com vencimento previsto para 19 de outubro de 2007 e com garantia da acionista Tivit Tecnologia da Informação S.A. Esses recursos foram utilizados pela Sociedade, parte para aquisição da Softway, por meio da Tivit Investimentos S.A., e parte para utilização em outras atividades operacionais. Esse empréstimo foi renovado em 19 de outubro de 2007 com vencimento para 18 de janeiro de 2008 ao custo de 105,5% do CDI. Em 18 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado com vencimento para 18 de abril de 2008 ao custo de 104,8% do CDI. Em 19 de março de 2008, o empréstimo foi novamente renovado com vencimento para 5 de março de 2010 ao custo de 104,5% do CDI. Em 31 de dezembro de 2008, o valor atualizado do empréstimo é de R$124,0 milhões.

(b) Refere-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Sociedade. Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade possuía 26 contratos de arrendamento mercantil financeiros, com vencimentos entre 14 de fevereiro de 2009 e 29 de agosto de 2011, com juros médios de 11,44% ao ano no montante de R$55,6 milhões. Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem, mediante nota promissória a favor do arrendador.

As parcelas classificadas no longo prazo vencem em 2010.

Os contratos não prevêem a manutenção de índices financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.).

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para todas as questões que estão sendo contestadas é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos assessores jurídicos externos. Os valores provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, cíveis e trabalhistas. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados às contingências trabalhistas e previdenciárias.

A composição das contingências é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2008	2007	2007
Tributárias (a)	7.528	-	6.685
Trabalhistas e previdenciárias (b)	20.471	2.505	18.591
Cíveis (c)	-	-	466
	27.999	2.505	25.742
Depósitos judiciais	(6.317)	(702)	(4.617)
	21.682	1.803	21.125
Parcela do circulante	1.449	1.803	1.803
Parcela do não circulante	20.233	-	19.322

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e sobre a incidência de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins sobre a parcela das receitas de suas atividades. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, entende que esses tributos não incidiam sobre essas operações. Não há ação judicial relacionada a essa provisão.

(b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício.

(c) Referem-se a prováveis ações de cobrança relacionadas principalmente ao pagamento de contas de telefonia, considerando valores inferiores aos efetivamente utilizados pela Sociedade.

A Sociedade é ainda parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos assessores jurídicos da Sociedade, de R$14.997 em 2008, está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

A movimentação nas provisões é como segue:

	Consolidado			
	2007	Adições (a)	Baixas (b)	2008
Tributárias (a)	6.685	4.110	(3.267)	7.528
Trabalhistas e previdenciárias (b)	18.591	10.863	(8.983)	20.471
Cíveis	466	-	(466)	-
	25.742	14.973	(12.716)	27.999

(a) Referem-se substancialmente às provisões para contingências registradas pela Open Concept, incorporada em 30 de junho de 2008.

(b) Referem-se à reversão de contingências previdenciárias e tributárias em virtude da prescrição.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 14 de maio de 2007, os acionistas aprovaram a transformação da Sociedade em sociedade por ações, por meio da conversão de 1.000.000 de cotas em ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2008, o capital social da Sociedade é representado por 1.971.470 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes à Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A.

b) Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c) Aumento do capital social

Em 30 de abril de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social em R$7.653 decorrente de: (i) capitalização de R$653 da parcela amortizada da reserva de ágio; e (ii) R$7.000 em dinheiro mediante a emissão de 230.339 ações ordinárias nominativas totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. ("Tivit Terceirização"). Em 31 de outubro de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital em dinheiro de R$22.400 decorrente da emissão de 741.131 ações ordinárias nominativas totalmente subscritas e integralizadas por essa mesma acionista.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, de R$36.582. Os créditos tributários decorrentes do imposto de renda e da contribuição social sobre as bases mencionadas serão registrados por ocasião da geração de resultados positivos.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e da contribuição social demonstrados no resultado do exercício ou período apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		
	2008	2007	2006
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	2.143	(7.802)	94
Alíquota vigente de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%
Expectativa de despesa (receita) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(728)	2.652	(32)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:			
Equivalência patrimonial	(2.083)	7.800	-
Outros	813	121	2
Efeito do IRPJ e da CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais (*)	-	(11.226)	-
Receitas (despesas) de IRPJ e CSLL	1.998	(653)	(30)

	Consolidado
	2007
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(3.033)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(1.919)
	(4.952)
Alíquota vigente de IRPJ e CSLL	34%
Expectativa de crédito de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	1.683
Efeito de IRPJ e CSLL de controlada tributada pelo lucro presumido	8.359
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes-	(4.238)
Efeito do IRPJ e da CSLL diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais (*)	(11.226)
Despesa de IRPJ e CSLL	(5.422)

(*) Corresponde substancialmente ao prejuízo fiscal e à base negativa da contribuição social gerados nas operações, cujos créditos fiscais correspondentes não foram constituídos por não atender a todos os requerimentos da Instrução CVM nº 371/02.

16. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora	Consolidado
	2008	2007
Ganhos na alienação de ativos	141	-
Amortização de ágio	(12.713)	(4.736)
	(12.572)	(4.736)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado
	2008	2007	2006	2007
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	478	614	47	912
Outras receitas	-	115	-	46
Total das receitas financeiras	478	729	47	958
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(16.358)	(7.230)	-	(7.855)
Despesas bancárias	(723)	(124)	(285)	(230)
Outras despesas	-	(8)	-	(433)
Total das despesas financeiras	(17.081)	(7.362)	(285)	(8.518)
Resultado financeiro	(16.603)	(6.633)	(238)	(7.560)

18. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Sociedade tem como política a distribuição de bônus aos seus funcionários vinculados a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e acordados no início de cada exercício, embora não haja um plano formal firmado com o sindicato da categoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a participação nos lucros e resultados foi de R$200 (R$3.270 no exercício findo em 31 de dezembro de 2006), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

19. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os honorários dos administradores foram de R$1.320 (R$41 no exercício findo em 31 de dezembro de 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

20. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pela Sociedade são:

a) Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica com a Bandeirantes Energia S.A. para fins de provimento de insumo no desenvolvimento da sua atividade econômica principal. O contrato tem vigência entre março de 2006 e março de 2011. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$622 (R$570 em 2007 e R$475 em 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados". Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com energia elétrica serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

b) Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia com a Embratel e Intelig, os quais consistem no recebimento de transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esses contratos foram de R$10.050 (R$10.750 em 2007 e R$1.291 em 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados". Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

c) Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Sociedade é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com exercício de vigência entre dois e quatro anos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, as despesas com aluguéis foram de aproximadamente R$9.467 (R$5.302 em 2007 e R$701 em 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados". Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços. Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com aluguel de imóveis serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade e suas controladas participam em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2008, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Controladora	
	Saldo contábil	Valor de mercado
Aplicações financeiras	11.312	11.312
Empréstimos e financiamentos	125.884	125.484

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

Os seguintes instrumentos financeiros ativos e passivos são mantidos pela Sociedade e suas controladas em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, bem como os critérios para valorização e/ou avaliação:

a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar de curto prazo - considerando a natureza dos saldos e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

b) Investimentos - consistem, principalmente, em 2007 a investimento em controlada de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial. Considerações de valor de mercado das participações possuídas não são aplicáveis.

c) Risco de crédito - a base de clientes da Sociedade é bastante concentrada e os dez principais clientes representam aproximadamente 71,15% do total do faturamento em 2008. A política de vendas da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

d) Derivativos - os instrumentos derivativos contratados pela Sociedade e suas controladas têm o propósito de proteger suas aplicações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2008, a Sociedade celebrou contratos de "swap" para mitigar os riscos de variação cambial sobre os empréstimos denominados em moeda estrangeira, passando o custo efetivo de juros a ser fixado em 105% do CDI.

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Sociedade por meio de política de controles e estabelecimento de estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

De acordo com as políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

22. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e sua operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração da Sociedade para cobrir eventuais sinistros e é de aproximadamente R$37.120 em 31 de dezembro de 2008, como segue:

Modalidade	Importância segurada
Equipamentos (10% dos prejuízos)	33.200
Riscos diversos	1.820
Responsabilidade civil profissional	2.100

23. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 31 de janeiro de 2009, a Sociedade incorporou a Tivit Terceirização, então sua controladora, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de dezembro de 2008, preparado por avaliadores independentes. O valor do patrimônio líquido da Tivit Terceirização de R$260.526, deduzido do saldo na Sociedade de R$69.264, resultou em um acervo líquido incorporado pela Sociedade de R$191.262. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	80.011
Não circulante	333.844
Total do ativo	413.855
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	125.607
Não circulante	27.722
Patrimônio líquido	260.526
Total do passivo e patrimônio líquido	413.855

Demonstrações Financeiras combinadas da Companhia, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e respectivos pareceres dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Grupo TIVIT

Demonstrações Financeiras Combinadas
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2008, de 2007 e de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Tel : +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181 2911
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais combinados do Grupo TIVIT ("Grupo"), constituído pelas Sociedades relacionadas na nota explicativa nº 2, levantados em 31 dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade da Administração do Grupo. Essas demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base nas demonstrações financeiras históricas originadas das demonstrações individuais das Sociedades, as quais foram por nós auditadas. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras combinadas.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos das Sociedades; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração das Sociedades, bem como da apresentação das demonstrações financeiras combinadas tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, o resultado combinado de suas operações, as mutações combinadas do patrimônio líquido, os fluxos de caixa combinados e o valor adicionado combinado nas operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. O objetivo dessas demonstrações financeiras combinadas é apresentar quais seriam as demonstrações financeiras do Grupo, a partir da reorganização societária ocorrida em junho de 2007 e detalhada na nota explicativa nº 1, uma vez que as Sociedades passaram a possuir controle e administração comuns. Dessa forma, as demonstrações financeiras combinadas foram preparadas para apresentar a posição patrimonial e financeira combinada, o resultado combinado das operações, as mutações combinadas do patrimônio líquido, os fluxos de caixa combinados e o valor adicionado combinado nas operações do Grupo e não necessariamente representam as condições que existiriam ou os resultados combinados das operações, as mutações combinadas do patrimônio líquido, os fluxos de caixa combinados e o valor adicionado combinado nas operações do Grupo caso as operações das Sociedades combinadas tivessem sido efetivamente conduzidas como um Grupo ou estivessem concentradas em uma única entidade jurídica.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais das Sociedades combinadas foram ajustadas e reclassificadas em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o exercício de 2008 e, como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, foram reapresentadas para refletir os efeitos de forma retrospectiva. As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base nessas demonstrações financeiras individuais ajustadas e reapresentadas.

São Paulo, 24 de julho de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

GRUPO TIVIT

BALANÇOS PATRIMONIAIS COMBINADOS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2008	2007	2006
CIRCULANTE				
Caixa e bancos		7.773	17.222	6.369
Aplicações financeiras	4	25.316	5.256	2.095
Contas a receber de clientes	5	106.115	92.554	27.513
Contas a receber - partes relacionadas	5 e 9	4.168	5.928	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	7.685	7.190	979
Impostos a recuperar		15 892	8 221	1.913
Despesas antecipadas	7	13.959	19.531	-
Outros créditos		11.909	7.625	1.955
Total do ativo circulante		192.817	163.527	40.824
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Despesas antecipadas	7	28.397	35.596	-
Impostos a recuperar		3.288	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	1.827	2.284	3.263
Investimentos		3	3	-
Imobilizado	8	260.591	266.782	34.036
Intangível:				
Ágio na aquisição de investimentos	8	84.083	92.426	-
Outros intangíveis	8	48.834	47.843	890
Total do ativo não circulante		427.023	444.934	38 189
TOTAL DO ATIVO		619.840	608.461	79.013

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2008	2007	2006
CIRCULANTE				
Fornecedores	10	44.215	65.851	5.538
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	67.486	160.732	-
Partes relacionadas		-	390	-
Impostos a recolher		10.636	11.736	3.331
Impostos parcelados	11	345	345	298
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	1.160	1 171	-
Salários e encargos sociais		19.788	21.798	7.550
Provisão para férias e encargos sociais	12	33.869	30.314	7.877
Dividendos propostos		3.273	-	13.163
Provisão para contingências	15	1.449	1.803	1.502
Outras contas a pagar		3.926	10.539	1.171
Total do passivo circulante		186.147	304.679	40.430
NÃO CIRCULANTE				
Impostos parcelados	11	2.100	2.430	2.627
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	147.680	27.219	-
Fornecedores	10	1.497	2.244	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	2.749	3.470	-
Outras contas a pagar		-	22	-
Provisão para contingências	15	20.233	19.322	2.938
Total do passivo não circulante		174.259	54.707	5.565
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		-	328	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	259.434	248.747	33.018
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		619.840	608.461	79.013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

GRUPO TIVIT

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	2008	2007	2006
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		965.222	576.832	214.575
Deduções de vendas		(98.625)	(51.990)	(12.906)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		866.597	524.842	201.669
Custo dos serviços prestados		(686.830)	(406.731)	(159.808)
LUCRO BRUTO		179.767	118.111	41.861
DESPESAS OPERACIONAIS				
Vendas		(17.764)	(11.375)	(1.299)
Gerais e administrativas		(101.841)	(80.093)	(16.835)
Resultado de equivalência patrimonial		-	(22)	-
Outras despesas operacionais, líquidas	17	(17.054)	(4.851)	(1.295)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		43.108	21.770	22.432
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	18	1.251	1.553	1.438
Despesas financeiras	18	(24.641)	(9.681)	(433)
		(23.390)	(8.128)	1.005
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		19.718	13.642	23.437
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	16	(5.162)	(9.240)	(4.731)
Diferidos	16	(651)	1.160	(1.466)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		13.905	5.562	17.240
Participação de minoritários		55	-	-
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.960	5.562	17.240

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

GRUPO TIVIT

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		33.326
Aumento de capital		4.943
Dividendos propostos		(22.491)
Lucro líquido do exercício		17.240
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		33.018
Aumento de capital	1	242.286
Prejuízo líquido do exercício		5.562
Redução do patrimônio líquido em virtude da incorporação da controladora		(32.119)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		248.747
Lucro líquido do exercício		13.960
Dividendos propostos e pagos		(3.273)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		259.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

GRUPO TIVIT

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

	2008	2007	2006
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	13.960	5.562	17.240
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício			
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	108.750	53.470	8.675
Custo residual de bens do ativo imobilizado baixados	9.988	1.723	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	651	(1.160)	1.146
Provisão para participação nos resultados	-	-	3.897
Provisão para contingências	3.671	1.253	4.074
Aumento na provisão para devedores duvidosos	-	225	-
Juros sobre empréstimos	10.393	1.828	1.095
Resultado de equivalência patrimonial	-	22	-
	147.413	62.923	36.127
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	(13.913)	(19.093)	(8.305)
Contas a receber - partes relacionadas	1.760	(5.928)	-
Depósitos judiciais	909	1.113	-
Despesas antecipadas	12.770	(3.544)	-
Outros créditos	(18.922)	(8.829)	(253)
	(17.396)	(36.281)	(8.558)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(20.468)	33.846	2.739
Salários, encargos sociais e provisão para férias e encargos sociais	1.546	6.365	1.056
Impostos a recolher e parcelados	519	7.165	659
Outras contas a pagar	(6.631)	2.471	312
	(25.034)	49.847	4.766
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	104.983	76.489	32.335
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Resgate de aplicação financeira de longo prazo	-	-	143
Aquisição de investimentos	-	(98.234)	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	(106.103)	(78.914)	(25.988)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(106.103)	(177.148)	(25.845)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de empréstimos	40.440	120.030	-
Pagamento de empréstimos	(23.691)	(1.902)	-
Participação de minoritários	(328)	-	-
Pagamentos de contingências	(1.415)	(909)	(1.570)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(3.275)	(8.953)	(13.538)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	11.731	108.266	(15.108)
Caixa proveniente da sociedade controlada adquirida	-	6.407	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (*)	10.611	14.014	(8.618)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo final	33.089	22.478	8.464
Saldo inicial	22.478	8.464	17.082
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (*)	10.611	14.014	(8.618)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
Juros pagos no exercício	4.006	8.054	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	3.472	1.474	201

(*) Caixa, bancos e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

GRUPO TIVIT

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008, DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - **R$**)

	2008	2007	2006
RECEITAS			
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	955.425	574.982	213.456
Outras receitas operacionais	6.060	-	-
	961.485	574.982	213.456
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Licença de uso e de manutenção de software, telefonia e outros	(83.933)	(28.444)	(4.609)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(133.020)	(90.853)	(37.362)
Outras despesas operacionais, líquidas	(23.498)	(5.089)	(1.295)
	(240.451)	(124.386)	(43.266)
VALOR ADICIONADO BRUTO	721.034	450.596	170.190
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	(108.750)	(53.470)	(8.675)
Provisão para contingências	(3.671)	(1.253)	(4.074)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	608.613	395.873	157.441
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Equivalência patrimonial	-	(22)	-
Receitas financeiras	1.251	1.553	1.438
	1.251	1.531	1.438
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	609.864	397.404	158.879
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos	405.162	248.641	83.251
Impostos, taxas e contribuições	169.513	98.480	39.812
Juros provisionados e aluguéis	17.954	35.768	5.037
Dividendos propostos e pagos	3.275	8.953	13.539
Lucros retidos	13.960	5.562	17.240
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	609.864	397.404	158.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (anteriormente denominada Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.) ("TTP"), com sede na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos: (a) prestação de serviços de contatos telefônicos; (b) serviços de "call center"; (c) implantação de centrais de atendimento a terceiros; (d) recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; (e) locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; (f) desenvolvimento, implantação, gerenciamento e execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados; (g) serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; (h) serviços de armazenamento de dados e armazenamento de outros bens; (i) serviços de assessoria e consultoria em informática; (j) serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (k) serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às suas atividades; (l) serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e (m) serviços de cobrança extrajudicial e participação em outras sociedades, como cotista ou acionista.

O Grupo TIVIT é a associação das atividades e dos ativos da Tivit Tecnologia da Informação S.A. (anteriormente denominada Optiglobe) e da Telefutura, concluída em julho de 2007, além da aquisição da Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A., ("Softway") e da Open Concept Serviços Ltda. ("Open Concept"), também concluída em julho de 2007 e maio de 2008, respectivamente. No âmbito dessa reorganização, houve os seguintes principais eventos societários:

- Em maio de 2007, a controladora Telefutura Centrais de Atendimento S.A. ("Telefutura") foi incorporada por sua controlada TTP (denominada TAT naquela data).
- Em junho de 2007, Lit Tele LLC, Luiz Roberto Novaes Mattar, Eraldo Dante de Paola, Pátria FIP (através de sua controlada Varanasi Administração de Bens S.A.) e Profill Consultoria em Marketing e Tecnologia de Informação Ltda. ("Profill") contribuíram ao capital social da Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. ("Tivit Terceirização"), a totalidade de suas participações na TTP, de forma que a TTP passou ser controlada pela Tivit Terceirização, como consequência, o patrimônio líquido Tivit Terceirização foi aumentado em R$ 43.959.
- Em julho de 2007, a controladora Tivit Tecnologia contribuiu ao capital social de sua controlada Tivit Terceirização parte do seu acervo, incluindo os ativos operacionais. Como consequência, o patrimônio líquido da Tivit Terceirização foi aumentado em R$198.327.

- Em julho de 2007, por meio da controlada indireta Tivit Investimentos S.A., a Tivit Terceirização adquiriu de terceiros as ações da Softway por R$91.553, gerando um ágio de R$98.628, fundamentado na expectativa de lucratividade futura.

- Em dezembro de 2007, a Tivit Terceirização incorporou a sua então acionista Varanasi Administração de Bens S.A. Nessa mesma data, a controladora TTP incorporou a sua controlada Telefutura Locação de Equipamentos Ltda. Essas incorporações não geraram alterações no capital social da Tivit Terceirização nem da TTP.

- Em maio de 2008, por meio da controlada indireta Tivit Investimentos S.A., a Tivit Terceirização adquiriu de terceiros as ações da Open Concept por R$ 2.516, gerando um ágio de R$ 12.813, fundamentado na expectativa de lucratividade futura.

- Em junho de 2008, a controladora TTP, em ato contínuo, incorporou sua controlada direta Tivit Investimentos S.A. e suas controladas indiretas Softway, Open Concept Serviços e Open Concept Tecnologia. Não houve alteração no capital social da TTP em decorrência de tais incorporações.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, as Sociedades dependem, em parte, de tecnologia licenciada de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de suas estratégias de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, as Sociedades poderão tornar-se mais dependentes da tecnologia fornecida por terceiros.

Concentração da receita

Parcela significativa da receita está concentrada em dez principais clientes em termos de receita bruta anual. Em 31 de dezembro de 2008, esses clientes representaram, aproximadamente, 71,15% da receita anual bruta.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

Considerando os diversos eventos societários mencionados na nota explicativa nº 1, com o propósito de possibilitar uma melhor comparação entre as demonstrações financeiras, estão sendo apresentados o balanço patrimonial combinado e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, abrangendo as demonstrações financeiras das seguintes Sociedades:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2006:

- 12 meses de operações da Telefutura Centrais de Atendimento S.A. ("Telefutura"), então controladora da TTP.

- 10 meses de operações da TTP, para o período de 2 de março a 31 de dezembro de 2007, então controlada pela Telefutura.

- 12 meses de operações da Telefutura Locação de Equipamentos Ltda. ("TLE"), então controlada pela Telefutura.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2007:

- 4 meses de operações da Telefutura, para o período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2007, data de sua incorporação pela TTP.
- 12 meses de operações da TTP, incluindo as operações da Telefutura a partir de 1º de maio de 2007.
- 6 meses de operações da Tivit Terceirização de Serviços e Tecnologia S.A. ("Tivit Terceirização"), para o período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2007, data de associação com a TTP.
- 11 meses de operações da Tivit Locação de Equipamentos Ltda., para o período de 1º de janeiro a 30 de novembro de 2007, data de sua incorporação pela TTP.
- 6 meses de operações da Softway, para o período de 1º de julho (data de aquisição pela TTP) a 31 de dezembro de 2007.
- 6 meses de operações da Tivit Investimentos S.A., para o período de 1º de julho (data de constituição) a 31 de dezembro de 2007.
- 6 meses de operações da Angra dos Reis Ltda., para o período de 1º de julho (data de aquisição pela TTP) a 31 de dezembro de 2007.
- 9 meses de operações da Notafix Consultoria e Assessoria em Informática S.A., para o período de 3 de abril (data de constituição) a 31 de dezembro de 2007.
- 7 meses de operações da Varanasi Administração de Bens S.A., para o período de 1º de junho (data de aquisição pela TTP) a 31 de dezembro de 2007.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008:

- 12 meses de operações da TTP, então controlada pela Tivit Terceirização.
- 12 meses de operações da Tivit Terceirização.
- 6 meses de operações da Softway, para o período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2008, data de sua incorporação pela TTP.
- 5 meses de operações da Tivit Investimentos S.A., para o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2008, data de sua incorporação pela Softway.
- 5 meses de operações da Angra dos Reis Ltda., para o período de 1º de janeiro a 31 de maio de 2008, data de sua incorporação pela Softway.
- 8 meses de operações da Notafix Consultoria e Assessoria em Informática S.A., para o período de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2008, data de sua alienação.
- 1 mês de operações da Open Concept Serviços Ltda., para o período de 31 de maio (data de sua aquisição) a 30 de junho de 2008, data de sua incorporação pela TTP.
- 1 mês de operações da Open Concept Tecnologia em Informática Ltda., para o período de 31 de maio (data de aquisição pela TTP) a 30 de junho de 2008, data de sua incorporação pela TTP.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O objetivo dessas demonstrações financeiras combinadas é apresentar quais seriam as demonstrações financeiras do Grupo, a partir da reorganização societária ocorrida em junho de 2007 e detalhada na nota explicativa nº 1, uma vez que as Sociedades passaram a possuir controle e administração comuns. Dessa forma, as demonstrações financeiras combinadas foram preparadas para apresentar a posição patrimonial e financeira combinada, o resultado combinado das operações, as mutações combinadas do patrimônio líquido, os fluxos de caixa combinados e o valor adicionado combinado nas operações do Grupo e não necessariamente representam as condições que existiriam ou os resultados combinados das operações, as mutações combinadas do patrimônio líquido, os fluxos de caixa combinados e o valor adicionado combinado nas operações do Grupo caso as operações das Sociedades combinadas tivessem sido efetivamente conduzidas como um Grupo ou estivessem concentradas em uma única entidade jurídica.

As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos,a s orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incluem os efeitos, nos respectivos exercícios, da adoção pelas Sociedades combinadas das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Dessa forma, as presentes demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base nas demonstrações financeiras individuais ajustadas e representadas das Sociedades combinadas.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras combinadas são:

a) Aplicações financeiras

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

b) Contas a receber

Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando aplicável, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber, tendo como base a análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento. Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprova o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, foram avaliados os efeitos do ajuste a valor presente de direitos de longo prazo e relevantes de curto prazo.

c) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas principalmente por um contrato de prestação de serviços de processamento de dados, com prazo de dez anos, são amortizadas de forma linear no período do contrato.

d) Outros ativos (circulante e não circulante)

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

e) Ágio na aquisição de investimentos

Fundamentado com base na expectativa de lucratividade futura, foi amortizado em cinco anos, de forma linear, até 31 de dezembro de 2008. Anualmente, é avaliado o valor recuperável do ágio e é feita uma provisão para perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2008, não foram identificados eventos que pudessem alterar as projeções iniciais quanto à expectativa de recuperação do ágio nas operações.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção são capitalizados, quando aplicável. Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, a Sociedade adota como procedimento revisar os ativos intangíveis para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Em 31 de dezembro de 2008, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas.

g) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que consideram a vida útil-econômica estimada dos softwares e dos gastos com implementação de sistemas. Sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros, as Sociedades combinadas adotam como procedimento revisar os ativos intangíveis para verificação de possíveis perdas consideradas permanentes. Em 31 de dezembro de 2008, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais. Adicionalmente, foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas combinadas optaram pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e a da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas brutas provenientes da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Por esse motivo, essas empresas não registraram imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias e não estão inseridas no contexto da não-cumulatividade na apuração do PIS - Programa de Integração Social - e da Cofins - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

Considerando as disposições da Instrução CVM nº 371/02, os impostos diferidos estão registrados apenas para os valores prováveis de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 6.

i) Outros passivos (circulante e não circulante)

Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

j) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas das Sociedades, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado, às projeções preparadas para a realização do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos e às provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências.

k) Provisão para contingências

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos externos e pela Administração das Sociedades, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas.

l) Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Remuneração da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI - em 2008 - %	2008	2007	2006
Aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs	105	25.316	5.256	2.095

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	2008	2007	2006
Contas a receber faturado	72.122	66.459	14.433
Contas a receber a faturar	34.345	28.424	13.080
Partes relacionadas	4.168	5.928	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(352)	(2.329)	-
	110.283	98.482	27.513

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	2008	2007	2006
A vencer:			
Até 30 dias	58.043	48.966	8.772
Entre 31 e 90 dias	35.099	36.073	17.638
Vencidas:			
Até 90 dias	14.360	14.158	866
Há mais de 91 dias	3.133	1.614	237
	110.635	100.811	27.513

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são como segue:

	2008	2007	2006
Ágio - incorporado	50.885	30.903	30.903
Provisão constituída	(40.163)	(20.521)	(20.521)
Benefício fiscal	10.722	10.382	10.382
Amortização de ágio acumulada	(28.352)	(21.305)	(18.427)
Reversão da provisão acumulada	20.016	14.188	12.287
Líquido correspondente ao crédito fiscal (a)	2.386	3.265	4.242
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (b)	7.126	6.209	-
	9.512	9.474	4.242
Parcela do circulante	7.685	7.190	979
Parcela do não circulante	1.827	2.284	3.263

(a) Refere-se ao benefício fiscal futuro do ágio gerado nas sociedades então controladoras Halifax Participações Ltda. e Simpson Participações Ltda., incorporadas em outubro de 2001, e nas então sociedades controladoras Cardet Holdings S.A. e Caux Participações Ltda., incorporadas em maio de 2006. Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL de sua incorporadora, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001. A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais das Sociedades combinadas, conforme descrito na nota explicativa nº 2, apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, PMIPL e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

(b) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e estão mantidos no circulante e não circulante, considerando a expectativa de realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são como segue:

	2008	2007
Diferenças temporárias (*)	3.909	4.641
Parcela do circulante	1.160	1.171
Parcela do não circulante	2.749	3.470

(*) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos através de arrendamento mercantil e já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base negativa da contribuição social e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	2008	2007
Manutenção de softwares (a)	8.658	16.180
Licença de uso de software (b)	1.803	4.118
Adiantamento para prestação de serviços (c)	29.000	33.000
Outros	2.895	1.829
	42.356	55.127
Parcela do circulante	13.959	19.531
Parcela do não circulante	28.397	35.596

(a) Representa pagamentos efetuados por conta dos contratos de manutenção de softwares, apropriados ao resultado pelos períodos contratados.

(b) Refere-se, substancialmente, ao Termo de Licença de Uso e Manutenção firmado com o fornecedor de software Computer Associates Programas de Computadores Ltda. em 31 de março de 2006, prorrogado em outubro de 2007 por um prazo de sete anos e no valor total de R$61.424, a ser pago em sete parcelas anuais reajustadas com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, a partir do segundo ano. A apropriação ao resultado é efetuada de forma linear no período do contrato.

(c) Refere-se a um contrato entre a Tivit Terceirização e determinado cliente (contratante), com aval da Votorantim Novos Negócios Ltda., para a prestação de serviços de processamento de dados, contrato que tem compromisso de confidenciabilidade das informações. O prazo do contrato é de dez anos, iniciado em 30 de março de 2006. Como garantia à prestação dos serviços foi pago o valor de R$40.000 pela Tivit Terceirização ao cliente, o qual está sendo amortizado de forma linear pelo prazo do contrato. Em caso de rescisão de alguma cláusula do contrato por parte do contratante, existirá reembolso proporcional do valor de acordo com o número de anos decorridos.

8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

		2008			2007	2006
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado:						
Terrenos	-	10.426	-	10.426	10.426	-
Edificações	-	42.856	(13.731)	29.125	27.836	-
Instalações	10 - 15	7.332	(2.642)	4.690	4.491	-
Móveis e utensílios	10	32.606	(13.711)	18.895	19.724	8.212
Máquinas, equipamentos e acessórios	10	154.754	(96.143)	58.611	57.692	7.986
Veículos	20	3.403	(1.795)	1.608	5.434	258
Computadores e periféricos	20	296.687	(183.455)	113.232	109.283	7.726
Benfeitorias em propriedades de terceiros	25	84.070	(60.066)	24.004	31.896	9.854
		632.134	(371.543)	260.591	266.782	34.036

	Taxa anual de depreciação - %	2008 Custo	2008 Depreciação acumulada	2008 Líquido	2007 Líquido	2006 Líquido
Intangível:						
Licença de uso e desenvolvimento de sistema	20	121.613	(72.779)	48.834	47.843	890
Ágio na aquisição de investimentos (*)	20	111.779	(27.696)	84.083	92.426	-
		233.392	(100.475)	132.917	140.269	890

(*) Refere-se substancialmente ao ágio gerado nas aquisições das sociedades então controladas Softway e Open Concept, subsequentemente incorporadas pela TTP. Esses ágios são fundamentados nas expectativas de rentabilidade futura, conforme laudos de avaliação econômica preparados por empresas especializadas, e foram amortizados em cinco anos, até 31 de dezembro de 2008.

Na rubrica "Benfeitorias em propriedades de terceiros" estão registrados os custos com a construção dos "data centers", bem como os custos relativos à instalação e adaptação de equipamentos computadorizados.

As depreciações e amortizações alocadas ao custo dos serviços prestados em 2008 são de R$99.405 (R$36.857 em 2007 e R$8.675 em 2006).

Em 31 de dezembro de 2008, existem ativos imobilizados de R$103.530 (R$146.915 em 2007) dados em garantia às operações de arrendamento mercantil. As despesas de depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, registradas na rubrica "custo dos serviços prestados", são de R$25.684 (R$24.612 em 2007).

As amortizações alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2008 são de R$31.855 e R$2.027, respectivamente.

9. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios das Sociedades, o acionista controlador, as empresas relacionadas e as controladas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Essas operações incluem, substancialmente, a prestação de serviços de tecnologia da informação de natureza diversa a empresas integrantes do Grupo Votorantim, tais como hospedagem, gerenciamento de ambientes, atendimento a clientes, gerenciamento de dados, gestão de aplicativos, impressão de dados variáveis, segurança da informação, serviços de campo de software, serviços de rede, arquitetura de soluções, disponibilização e gestão de ativos, gestão de projetos, serviços de campo de hardware e serviços distribuídos, entre outros.

Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições equânimes de mercado, considerando preços, prazos e condições financeiras para pagamentos praticados com terceiros. Tais contratos considerados em conjunto representam uma receita, em 31 de dezembro de 2008, de aproximadamente R$47.476, equivalente a aproximadamente 5% da receita total das Sociedades.

Os saldos em 31 de dezembro de 2008 são os seguintes:

	Aplicações financeiras	Contas a receber de clientes	Receita bruta de serviços (*)/ Receita financeira
Acerias Pas Del Rio S.A.	-	69	69
Anfreixo S.A.	-	73	44
Banco Votorantim S.A.	14.004	76	1.708
Citrovita Agro Industrial Ltda.	-	433	4.369
Citrovita Agro Pecuária Ltda.	-	5	18
Companhia Brasileira de Alumínio	-	259	3.745
Companhia Nitroquímica Brasileira	-	136	1.211
Engemix S.A.	-	70	59
Votorantim Celulose e Papel S.A.	-	187	8.776
Votorantim Cimentos Ltda.	-	1.194	8.261
Votorantim Energia Ltda.	-	83	743
Votorantim International Brasil Ltda.	-	140	1.454
Votorantim Investimentos Industriais S.A.	-	493	4.565
Votorantim Metais Ltda.	-	38	10.472
Votorantim Novos Negócios Ltda.	-	7	57
Votorantim Participações S.A.	-	2	26
St. Marys Cement Inc.	-	903	1.899
	14.004	4.168	47.476

(*) Os preços praticados com partes relacionadas e terceiros, de forma geral, foram calculados através de projeções de custos e investimentos para a prestação do serviço.

Adicionalmente, a Tivit Tecnologia da Informação S.A. ("Tivit Tecnologia") e a Telefutura (incorporada pela controladora TTP em 30 de novembro de 2007) celebraram contrato de prestação de serviços com as empresas Profill Consultoria em Marketing e Tecnologia de Informação Ltda., DMN Webdesigns e Mídia Digital Ltda., Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda. e DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda., detidas, direta ou indiretamente, pelos acionistas Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier. Esse contrato versa sobre a prestação de serviços, pela Profill, de: (a) gestão de informática, com implantação, reestruturação, planejamento, coordenação, aquisição de materiais, treinamento de pessoal e acompanhamento das atividades das contratantes, bem como elaboração de novos projetos e modernização operacional e comercial relacionadas à área de informática; e (b) licenciamento, manutenção, suporte técnico e atualização periódica de software. A remuneração devida em decorrência de tais serviços, calculada conforme o número de pessoas necessárias para entrega dos serviços contratados, é equivalente a: (a) R$65 mensais, pelos serviços de gestão de informática; (b) R$31 mensais, por licenciamento, manutenção e atualização do software; (c) valores variáveis de acordo com o trabalho realizado, em decorrência dos serviços de suporte técnico; e (d) R$0,08 por hora e por pessoa participante de treinamento operacional. Tais valores estão sujeitos à revisão anual.

10. FORNECEDORES

	2008	2007	2006
Licença de uso e manutenção de software	18.926	47.863	-
Serviços profissionais	14.261	2.766	-
Equipamentos de informática e telecomunicação	5.059	4.616	2.620
Telefonia	5.758	7.838	1.918
Outros	1.708	5.012	1.000
	45.712	68.095	5.538
Parcela do circulante	44.215	65.851	5.538
Parcela do não circulante	1.497	2.244	-

11. IMPOSTOS PARCELADOS

Em 2006, a sociedade combinada Telefutura Centrais de Atendimento S.A., protocolou pedido de opção por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS para pagamento do Instituto Nacional do Seguro Social - Serviço Social do Comércio - INSS-SESC não recolhido no período de junho de 2001 a outubro de 2005.

A composição do saldo devedor em 31 de dezembro é como segue:

		2008			2007	2006
Período	Prazo do parcelamento	Principal	Multa e juros	Saldo devedor	Saldo devedor	Saldo devedor
Junho de 2001 a janeiro de 2003	130 meses	434	20	454	510	529
Fevereiro de 2003 a outubro de 2005	120 meses	1.903	88	1.991	2.265	2.396
		2.337	108	2.445	2.775	2.925
Parcela do circulante				345	345	298
Parcela do não circulante				2.100	2.430	2.627

A parcela do não circulante em 31 de dezembro de 2008 tem o seguinte vencimento:

Ano	
2010	345
2011	345
2012	345
2013 em diante	1.065
	2.100

Após a homologação do pedido por parte da Receita Federal, a TTP será obrigada a manter o pagamento regular dos impostos e das contribuições como condição essencial para a manutenção do parcelamento.

12. PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

	2008	2007	2006
Provisão para férias	24.896	22.462	5.899
Encargos sociais	8.973	7.852	1.978
	33.869	30.314	7.877

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Encargos financeiros	2008	2007
Banco ABN AMRO Real S.A. (a) (b)	104,5% do CDI	124.034	120.030
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (c)	9,55% a.a.	7.936	9.897
Banco do Brasil S.A. (d)	1,14% a.m.	25.745	-
Arrendamento mercantil (e)	104% do CDI	57.451	58.024
		215.166	187.951
Parcela do circulante		67.486	160.732
Parcela do não circulante		147.680	27.219

(a) Em 27 de junho de 2007, a TTP emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédulas de Crédito Bancário - CCBs e celebrou também os contratos de "swap" (vide nota explicativa nº 22.e)), por meio dos quais captou recursos de R$15,5 milhões ao custo de 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com vencimento para 15 de janeiro e 30 de janeiro de 2008 e com garantia da acionista Tivit Tecnologia. Esses recursos foram utilizados para financiamento de suas atividades operacionais. Em 11 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado, com vencimento para 29 de abril e 16 de julho de 2008, ao custo médio de 105% do CDI, e foram liquidados em suas respectivas datas de vencimento.

(b) Em 19 de julho de 2007, a TTP emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. CCBs e celebrou também contrato de "swap" (vide nota explicativa nº 21.c)), por meio do qual captou recursos de R$99,54 milhões ao custo de 102% do CDI, com vencimento previsto para 19 de outubro de 2007 e com garantia da acionista Tivit Tecnologia. Esses recursos foram utilizados pela TTP, parte para aquisição da Softway, por meio da Tivit Investimentos, e parte para a utilização em outras atividades operacionais. Esse empréstimo foi renovado em 19 de outubro de 2007 com vencimento para 18 de janeiro de 2008 ao custo de 105,5% do CDI. Em 18 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado com vencimento para 18 de abril de 2008 ao custo de 104,8% do CDI. Em 19 de março de 2008, o empréstimo foi novamente renovado com vencimento para 5 de março de 2010 ao custo de 104,5% do CDI. Em 31 de dezembro de 2008, o valor atualizado do empréstimo é de R$124 milhões.

(c) Em 30 de novembro de 2006, a Tivit Tecnologia (com posterior transferência à Tivit Terceirização, quando da contribuição do acervo líquido) emitiu em favor do Banco Itaú S.A. CCBs, proveniente de linha de crédito do BNDES automático, de R$10 milhões, com carência de 12 meses, pagamento de juros trimestrais e amortização do principal em 48 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2008. Tais recursos foram utilizados para financiamento de investimentos de aquisição de software e consultorias para projeto de implantação de Sistema ERP. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo atualizado do empréstimo é de R$7,93 milhões.

(d) Em 9 de outubro de 2008, a TTP emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. Notas de Crédito de Exportação Indireta, por meio das quais captou R$25 milhões ao custo de 101% do CDI, com vencimento previsto em 5 de outubro de 2009. Esse recurso foi utilizado pela TTP com o intuito de fomentar a exportação de prestação de serviços de tecnologia principalmente a Empresas do Grupo Votorantim. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo atualizado do empréstimo é de R$25,7 milhões.

(e) Refere-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações das Sociedades. Em 31 de dezembro de 2008, as Sociedades possuíam 36 contratos de arrendamento mercantil financeiros, com vencimentos entre 14 de fevereiro de 2009 e 29 de agosto de 2011, com juros médios de 11,44% ao ano. Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem, mediante nota promissória a favor do arrendador.

A composição da parcela de longo prazo em 31 de dezembro de 2008, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano	
2010	138.994
2011	8.686
	147.680

Os contratos não preveem a manutenção de índices financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor do patrimônio líquido foi apurado por meio do somatório dos valores das respectivas contas dos patrimônios líquidos das sociedades mencionadas na nota explicativa nº 2.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para todas as questões que estão sendo contestadas é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos assessores jurídicos externos. Os valores provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, cíveis e trabalhistas. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados às contingências trabalhistas e previdenciárias.

A composição das contingências é como segue:

	2008	2007	2006
Tributárias (a)	7.528	6.517	-
Trabalhistas e previdenciárias (b)	20.471	18.750	4.476
Cíveis (c)	-	476	466
	27.999	25.743	4.942
Depósitos judiciais	(6.317)	(4.618)	(502)
	21.682	21.125	4.440
Parcela do circulante	1.449	1.803	1.502
Parcela do não circulante	20.233	19.322	2.938

(a) Referem-se, substancialmente, a provisões constituídas para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e sobre a incidência de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins sobre a parcela das receitas de suas atividades. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, entende que esses tributos não incidiam sobre essas operações.

(b) Referem-se a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Em 31 de dezembro de 2008, existem 1.733 reclamações trabalhistas em andamento. Adicionalmente, foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais contingências relacionadas a essas disputas, mas ainda não materializadas.

(c) Referem-se a prováveis ações de cobrança relacionadas principalmente ao pagamento de contas de telefonia, considerando valores inferiores aos efetivamente utilizados pelas Sociedades.

As Sociedades são também partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos assessores jurídicos externos das Sociedades, de R$14.997 em 2008 (R$19.572 em 2007 e R$45 em 2006), está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

A acionista Tivit Tecnologia, controladora da TTP, assumiu contratualmente a responsabilidade por quaisquer contingências, materializadas ou não, decorrentes das operações realizadas até 30 de junho de 2007, data em que os ativos operacionais foram contribuídos ao capital da Tivit Terceirização, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação nas provisões durantes os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 foi a seguinte:

	2006	Adições (a)	2007	Adições (b)	Baixas (c)	2008
Tributárias	-	6.517	6.517	3.139	(2.128)	7.528
Trabalhistas e previdenciárias	4.476	14.274	18.750	10.216	(8.495)	20.471
Cíveis	466	10	476	-	(476)	-
	4.942	20.801	25.743	13.355	(11.099)	27.999

(a) Referem-se às contingências da Softway, adquirida em julho de 2007.

(b) Referem-se às contingências da Open Concept, adquirida em maio de 2008.

(c) Refere-se à reversão de contingências previdenciárias e tributárias em virtude da prescrição.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2008, as Sociedades possuem saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, no valor total de R$36.582.

Adicionalmente, as Sociedades possuem saldo de diferenças temporariamente indedutíveis, principalmente oriundas de provisões para contingências. Os créditos tributários decorrentes do imposto de renda e da contribuição social sobre as bases mencionadas serão registrados por ocasião da geração de resultados positivos.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e da contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2008	2007	2006
Lucro antes do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	19.718	13.642	23.437
Alíquota vigente de IRPJ e CSLL	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(6.704)	(4.638)	(7.969)
Efeito de IRPJ e CSLL de controlada tributada pelo lucro presumido	-	8.359	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes	(1.295)	(575)	1.772
Efeito do IRPJ e da CSLL não constituídos sobre as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais (*)	-	(11.226)	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(5.813)	(8.080)	(6.197)

(*) Corresponde substancialmente ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social gerados nas operações, cujos créditos fiscais correspondentes não foram constituídos por não atender a todos os requerimentos da Instrução CVM nº 371/02.

17. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	2008	2007	2006
Amortização de ágio	(21.192)	(4.693)	-
Multas por rescisão de contrato de clientes	3.635	-	-
Ganhos na alienação de ativos	2.455	-	-
Perdas na alienação de investimentos	(1.952)	-	-
Outras	-	(158)	(1.295)
	(17.054)	(4.851)	(1.295)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	2008	2007	2006
Receitas financeiras:			
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.089	1.389	1.438
Outras receitas	162	164	-
Total das receitas financeiras	1.251	1.553	1.438
Despesas financeiras:			
Juros passivos	(24.393)	(7.617)	(249)
Outras despesas	(248)	(2.064)	(184)
Total das despesas financeiras	(24.641)	(9.681)	(433)
Resultado financeiro	(23.390)	(8.128)	1.005

19. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

As Sociedades têm como política a distribuição de bônus aos seus funcionários vinculados a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e acordados no início de cada exercício, embora não haja um plano formal firmado com o sindicato da categoria. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a participação nos lucros e resultados foi de R$7.161 (R$9.807 em 2007 e R$1.699 em 2006), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os honorários dos administradores foram de R$3.163 (R$1.320 em 2007 e R$953 em 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas". Em Assembleia Geral Extraordinária, foi fixada a remuneração global anual dos administradores em R$6.000 para o exercício de 2008.

21. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pelas Sociedades são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica para fins de serviços de manutenção de rede de telecomunicações na instalação localizada na Estrada dos Bandeirantes, 10.916, na cidade do Rio de Janeiro. O contrato é prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de dois anos, tendo iniciado em 14 de novembro de 2002. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$3.682 (R$2.065 em 2007), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados". Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com energia elétrica serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica das Sociedades para fins de provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica principal das Sociedades. O contrato tem vigência entre março de 2006 e março de 2011. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$4.061 (R$2.128 em 2007 e R$467 em 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados". Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com energia elétrica serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia das Sociedades, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pelas Sociedades. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esses contratos foram de R$6.541 (R$10.750 em 2007 e R$12.330 em 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados". Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

- Transmissão e entrega de sinais digitais - consiste em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pelas Sociedades. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$12.894 (R$5.302 em 2007 e R$701 em 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados". Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implantação, adaptação, parametrização e treinamento. O contrato tem vigência de 1º de outubro de 2006 a 31 de dezembro de 2011. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$663 (R$374 em 2007), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com licenças serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

- Uso de sistema operacional - o contrato tem vigência de três anos, conforme detalhado na nota explicativa nº 7. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$9.739 (R$5.002 em 2007), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados". Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com uso de sistema operacional serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

- Fornecimento de software e serviços - os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$14.933 (R$5.816 em 2007), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com fornecimento de software e serviços serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

- Arrendamento mercantil - as Sociedades possuem diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras. Os detalhes desses compromissos estão apresentados nas notas explicativas nº 8 e nº 13.

- Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais das Sociedades é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008, os custos relacionados a esses contratos foram de R$16.721 (R$7.091 em 2007 e R$3.569 em 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custo dos serviços prestados". Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços. Em 31 de dezembro de 2008, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com aluguel de imóveis serão consistentes com os gastos incorridos durante o exercício de 2008.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As Sociedades participam em operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade avalia seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2008, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	Saldo contábil	Valor de mercado
Aplicações financeiras	25.316	25.316
Empréstimos e financiamentos	215.166	214.766

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

Os seguintes instrumentos financeiros ativos e passivos são mantidos pelas Sociedades em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006, bem como os critérios para valorização e/ou avaliação:

a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar de curto prazo - considerando a natureza dos saldos, as condições e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

b) Risco de crédito - a base de clientes das Sociedades é bastante concentrada e os dez principais clientes representam aproximadamente 71,15% da receita bruta do exercício findo em 2008. A política de vendas das Sociedades está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitarem no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

c) Derivativos - os instrumentos derivativos contratados pela TTP tem o propósito de proteger suas aplicações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2008, a TTP celebrou contratos de "swap" para mitigar os riscos de variação cambial sobre os empréstimos denominados em moeda estrangeira, passando o custo efetivo de juros a ser fixado em 105% do CDI.

d) Risco de preço e valor de mercado - as Sociedades celebraram contratos de longo prazo e de preço fixo, reajustáveis anualmente pelos índices de inflação, com alguns de seus clientes. Nesses casos, assumiu o risco de aumento dos custos envolvidos. Os aumentos nos futuros índices de correção salarial, nas taxas de câmbio ou nos outros custos, bem como o tempo necessário para a conclusão dos serviços, os nossos resultados operacionais e a situação financeira podem impactar negativamente os resultados futuros. A Administração monitora esses riscos a fim de minimizar os potenciais impactos em seus negócios.

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras das Sociedades por meio de política de controles e estabelecimento de estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

De acordo com as políticas financeiras, as Sociedades vêm aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

23. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

As Sociedades possuem um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração das Sociedades para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração das Sociedades para cobrir eventuais sinistros e é de aproximadamente R$591.983 em 31 de dezembro de 2008, como segue:

Modalidade	Importância segurada
Risco operacional	549.611
Responsabilidade geral	2.000
Responsabilidade civil profissional	6.100
Multirrisco	34.272

24. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 31 de janeiro de 2009, a TTP incorporou a Tivit Terceirização, então sua controladora, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de dezembro de 2008, preparado por avaliadores independentes. O valor do patrimônio líquido da Tivit Terceirização de R$260.526, deduzido do saldo do investimento na TTP de R$69.264, resultou em um acervo líquido incorporado pela TTP de R$191.262. Os ativos e passivos incorporados, antes de referida eliminação, foram:

Ativo:	
Circulante	80.011
Não circulante	333.844
Total do ativo	413.855
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	125.607
Não circulante	27.722
Patrimônio líquido	260.526
Total do passivo e patrimônio líquido	413.855

25. SUMÁRIO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS (COMBINADAS)

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Tivit em 31 de dezembro de 2008, de 2007 e de 2006 estão sumariadas a seguir:

	2006					
	Telefutura	TLE	TAT	Subtotal	Eliminações (1)	Combinado
BALANÇO PATRIMONIAL						
ATIVO						
Circulante	33.434	6.506	7.906	47.846	(7.022)	40.824
Não circulante	34.498	28.105	5.029	67.632	(25.526)	42.106
Total	67.932	34.611	12.935	115.478	(32.548)	82.930
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Circulante	33.908	8.512	7.911	50.331	(9.504)	40.827
Não circulante	-	3.716	3.960	7.676	-	7.676
Patrimônio líquido	34.024	22.383	1.064	57.471	(23.044)	34.427
Total	67.932	34.611	12.935	115.478	(32.548)	82.930
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO						
Receita líquida	134.416	43.957	23.296	201.669	-	201.669
Lucro bruto	24.815	32.043	3.213	60.071	(16.446)	43.625
Lucro operacional	7.498	29.666	93	37.257	(12.056)	25.201
Lucro líquido	18.089	24.964	64	43.117	(24.468)	18.649

(*) Incluem as eliminações de investimentos, partes relacionadas combinadas e patrimônio líquido.

	2007										
	Telefutura	TLE	TAT	Softway	Angra dos Reis	Tivit Investimentos	Notafix	Tivit Terceirização	Subtotal	Eliminações (1)	Combinado
BALANÇO PATRIMONIAL											
ATIVO											
Circulante	-	-	50.351	22.116	17	1	87	92.012	164.584	(1.057)	163.527
Não circulante	-	-	149.976	15.849	(599)	92.278	1.964	314.706	574.174	(129.240)	444.934
Total	-	-	200.327	37.965	(582)	92.279	2.051	406.718	738.758	(130.297)	608.461
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)											
Circulante	-	-	163.303	16.081	55	1.167	737	124.393	305.736	(1.057)	304.679
Não circulante	-	-	2.505	23.260	-	-	-	33.578	59.343	(4.308)	55.035
Patrimônio líquido	-	-	34.519	(1.376)	(637)	91.112	1.314	248747	373.679	(124.932)	248.747
Total	-	-	200.327	37.965	(582)	92.279	2.051	406.718	738.758	(130.297)	608.461
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO											
Receita líquida	51.936	62.701	163.144	71.780	-	-	-	175.281	524.842	-	524.842
Lucro bruto	6.215	50.403	1.020	22.075	-	-		38.398	118.111	-	118.111
Lucro operacional	242	48.600	(28.394)	2.539	8	(4.931)	(651)	(7.935)	9.478	4.164	13.642
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	11.248	41.884	(8.669)	2.217	3.339	(2.722)	(651)	(7.909)	38.737	(33.175)	5.562

(1) Incluem as eliminações de investimentos, partes relacionadas combinadas e patrimônio líquido.

(2) Empresas incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

	2008							
	TAT	Open Concept (2)	Softway (2)	Notafix (3)	Tivit Terceirização	Subtotal	Eliminações (1)	Combinado
BALANÇO PATRIMONIAL								
ATIVO								
Circulante	114.499	-	-	-	80.011	194.510	(1.693)	192.817
Não circulante	163.727	-	-	-	333.844	497.571	(70.548)	427.023
Total	278.226	-	-	-	413.855	692.081	(72.241)	619.840
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Circulante	61.459	-		-	126.381	187.840	(1.693)	186.147
Não circulante	147.503	-	-	-	28.040	175.543	(1.284)	174.259
Patrimônio líquido	69.264	-	-	-	259.434	328.698	(69.264)	259.434
Total	278.226	-	-	-	413.855	692.081	(72.241)	619.840
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO								
Receita líquida	420.397	869	53.811	192	391.328	866.597		866.597
Lucro bruto	78.620	127	11.306	(486)	90.200	179.767		179.767
Lucro operacional	1.863	112	3.541	(673)	19.718	24.561	(4.843)	19.718
Lucro líquido								
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	3.861	86	2.056	(223)	13.960	19.740	(5.780)	13.960

(1) Incluem as eliminações de investimentos, partes relacionadas combinadas e patrimônio líquido.

(2) Empresas incorporadas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

(3) Investimento alienado em 2008.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras da Companhia, individuais e consolidadas, relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008, e respectivo parecer dos Auditores Independentes para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, incluindo parágrafo específico sobre a revisão limitada para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Referentes aos Semestres Findos em
30 de Junho de 2009 e de 2008 e
Parecer dos Auditores Independentes

(Reapresentação)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Jose Guerra, 127
04719 030 - Sao Paulo - SP
Brasil

Tel: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181 2911
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("Sociedade") e controladas, levantados em 30 de junho de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, controladora e consolidada, da TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas em 30 de junho de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações referentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Anteriormente, revisamos as demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e o nosso relatório de revisão limitada, datado de 15 de julho de 2008, não contém ressalvas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o exercício de 2008, essas demonstrações financeiras foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

5. A nossa revisão foi conduzida com o objetivo de emitir relatório de revisão limitada sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 4, tomadas em conjunto. O balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2008 e as demonstrações combinadas do resultado e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2008, apresentadas na nota explicativa nº 25, estão sendo apresentados para propiciar informações suplementares sobre as Sociedades e não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos no parágrafo 4 e, com base em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações financeiras para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. O objetivo das demonstrações combinadas do resultado e dos fluxos de caixa é apresentar quais seriam a situação patrimonial e financeira e os resultados e os fluxos de caixa das operações da Sociedade e de sua controladora integral Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A., mencionada na nota explicativa nº 1, para o período de seis meses anterior à incorporação reversa, visto que essas Sociedades estavam sob controle e administração comuns. Dessa forma, essas demonstrações financeiras combinadas não necessariamente representam as condições que existiriam ou a situação patrimonial e financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa caso as operações das Sociedades combinadas tivessem sido efetivamente conduzidas em uma única entidade jurídica.

7. Conforme mencionado na nota explicativa nº 26 (a) e (b), as demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para incorporar informações adicionais às notas explicativas.

São Paulo, 24 de julho de 2009 (exceto para a nota explicativa nº 26 (a), cuja data é 6 de setembro de 2009 e 26 (b), cuja data é 23 de setembro de 2009)

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 2009	Controladora 2008 (Não auditado)	Consolidado 2009
CIRCULANTE				
Caixa e bancos		7.955	6.194	8.033
Aplicações financeiras	4	58.515	1.837	58.515
Contas a receber de clientes	5	102.314	65.003	102.639
Contas a receber - partes relacionadas	5 e 11	3.994	1.725	3.994
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	6.479	4.629	6.479
Impostos a recuperar		16.380	7.486	16.380
Despesas antecipadas	6	20.721	595	20.721
Outros créditos		7.437	3.009	7.437
Total do ativo circulante		223.795	90.478	224.198
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.631	2.328	1.631
Impostos a recuperar		315	-	315
Despesas antecipadas	6	24.704	1.553	24.704
Outros créditos		-	12	-
Investimentos	8	254	3	3
Imobilizado	9	246.710	67.049	246.710
Intangível:				
Ágio na aquisição de investimento	10	85.072	94.947	85.072
Outros intangíveis	10	47.794	4.891	47.794
Total do ativo não circulante		406.480	170.783	406.229
TOTAL DO ATIVO		630.275	261.261	630.427

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2009	Controladora 2008 (Não auditado)	Consolidado 2009
CIRCULANTE				
Fornecedores	12	36.437	14.815	36.589
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	189.814	14.493	189.814
Impostos a recolher	15	10.333	5.253	10.333
Impostos parcelados	16	346	346	346
Salários e encargos sociais		18.194	8.798	18.194
Provisão para férias e 13º salário e encargos sociais		48.490	28.478	48.490
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	977	400	977
Provisão para contingências	14	1.949	1.803	1.949
Outras contas a pagar		5.333	4.702	5.333
Total do passivo circulante		311.873	79.088	312.025
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores	12	749	-	749
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	13	17.004	116.324	17.004
Provisão para contingências	15	16.016	23.288	16.016
Impostos parcelados	16	2.039	2.270	2.039
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.343	193	1.343
Outras contas a pagar		-	308	-
Total do passivo não circulante		37.151	142.383	37.151
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	17.a)	260.675	47.014	260.675
Reserva de capital		3.263	3.263	3.263
Reserva de lucros		17.313	-	17.313
Prejuízos acumulados		-	(10.487)	-
Total do patrimônio líquido		281.251	39.790	281.251
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		630.275	261.261	630.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro (prejuízo) líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2009	2008 (Não auditada)	2009
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		506.712	185.229	507.037
Deduções de vendas		(54.812)	(13.059)	(54.812)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		451.900	172.170	452.225
Custo dos serviços prestados		(353.590)	(152.607)	(353.915)
LUCRO BRUTO		98.310	19.563	98.310
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Vendas		(9.067)	(987)	(9.067)
Gerais e administrativas		(53.236)	(12.595)	(54.012)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(778)	(6.139)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	16	404	2.942	404
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		35.633	2.784	35.635
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	19	2.960	121	2.960
Despesas financeiras	19	(11.832)	(8.196)	(11.834)
		(8.872)	(8.075)	(8.874)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		26.761	(5.291)	26.761
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	7.c)	(3.612)	24	(3.612)
Diferidos	7.c)	(1.434)	3.323	(1.434)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE		21.715	(1.944)	21.715
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO FIM DO SEMESTRE		7.415.844	1.971.470	
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NO FIM DO SEMESTRE - R$		2,93	(0,99)	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital Ágio por subscrição	Reserva de lucros Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		39.361	3.916	-	(8.758)	34.519
Ajuste de exercícios anteriores contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	215	215
SALDOS DE ABERTURA EM 1º DE JANEIRO DE 2007		39.361	3.916	-	(8.543)	34.734
Aumento de capital em 30 de abril	17.d)	7.653	(653)	-	-	7.000
Prejuízo líquido do semestre originalmente reportado		-	-	-	(2.389)	(2.389)
Ajuste de exercícios anteriores contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	445	445
Prejuízo líquido ajustado		-	-	-	(1.944)	(1.944)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 (NÃO AUDITADOS)		47.014	3.263	-	(10.487)	39.790
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		69.414	3.263	-	(4.402)	68.275
Aumento de capital por incorporação em 31 de janeiro	17.d)	191.261	-	-	-	191.261
Lucro líquido do semestre		-	-	-	21.715	21.715
Transferência para reserva de lucros		-	-	17.313	(17.313)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009		260.675	3.263	17.313	-	281.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado
	2009	2008 (Não auditada)	2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	21.715	(1.944)	21.715
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do semestre com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.434	(3.323)	1.434
Depreciações e amortizações	42.698	11.389	42.698
Valor residual de baixa de ativo permanente	1.466	270	1.466
Provisão para contingências	83	(4.477)	4
Juros sobre empréstimos	11.046	-	11.017
Resultado de equivalência patrimonial	778	6.139	-
	79.220	8.054	78.334
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber - clientes e partes relacionadas	6.135	(2.272)	3.650
Impostos a recuperar	2.484	(495)	2.485
Despesas antecipadas	(5.676)	(1.590)	(5.676)
Depósitos judiciais	(2.177)	(873)	(2.195)
Outras contas a receber	6.427	(196)	4.473
	7.193	(5.426)	2.737
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(13.138)	(3.968)	(8.856)
Salários, provisão para férias e encargos sociais	13.485	5.187	13.027
Impostos a recolher	(2.442)	(260)	(1.985)
Outras contas a pagar	1.329	763	1.406
	(766)	1.722	3.592
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	85.647	4.350	84.663
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aportes de capital em controladas	(925)	(2.992)	-
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e adições ao intangível	(30.128)	(14.013)	(30.128)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(31.053)	(17.005)	(30.128)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	-	7.000	-
Pagamento de empréstimos	(20.608)	-	(20.608)
Pagamento de contingências	(1.044)	-	(1.044)
Pagamento de dividendos	(3.273)	-	(3.273)
Arrendamento mercantil	3.849	-	3.849
Obtenção de empréstimos	-	6.119	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(21.076)	13.119	(21.076)
Caixa proveniente de controladas adquiridas	17.732	4.856	-
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (*)	51.250	5.320	33.459
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo final	66.470	8.031	66.548
Saldo inicial	15.220	2.711	33.089
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (*)	51.250	5.320	33.459
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
Juros pagos no semestre	3.004	2.589	3.004
Imposto de renda e contribuição social pagos no semestre	40	-	40
TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA			
Ativos adquiridos em operações de arrendamento mercantil	950	-	950

(*) Caixa, bancos e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado
	2009	2008 (Não auditada)	2009
RECEITAS			
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	499.395	175.462	500.192
Outras receitas operacionais	954	5.018	954
	500.349	180.480	501.146
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Licença de uso e de manutenção de software, telefonia e outros	(43.838)	(4.124)	(43.838)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(55.823)	(15.309)	(55.823)
Outras despesas operacionais, líquidas	(550)	(2.076)	(550)
	(100.211)	(21.509)	(100.211)
VALOR ADICIONADO BRUTO	400.138	158.971	400.935
RETENÇÕES			
Depreciações e amortizações	(42.698)	(11.389)	(42.698)
Provisão para contingências	(83)	4.477	(4)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	357.357	152.059	358.233
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial	(778)	(6.139)	-
Receitas financeiras, líquidas	2.960	121	2.960
	2.182	(6.018)	2.960
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	359.539	146.041	361.193
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos	227.020	105.819	228.674
Impostos, taxas e contribuições	88.296	30.486	88.296
Juros provisionados e aluguéis	22.508	11.680	22.508
Lucros retidos (prejuízos a compensar)	21.715	(1.944)	21.715
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	359.539	146.041	361.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E DE 2008
(As demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais - R$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (anteriormente denominada Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.) ("Sociedade") foi constituída em 2 de março de 2006, com sede na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, tendo como principais objetivos: (a) prestação de serviços de contatos telefônicos; (b) serviços de "call center"; (c) implantação de centrais de atendimento a terceiros; (d) recrutamento, treinamento, locação e fornecimento de mão-de-obra especializada; (e) locação de equipamentos de telefonia e informática em geral; (f) desenvolvimento, implantação, gerenciamento e execução de sistemas de informática, processamento e digitação de dados; (g) serviços de centrais de atendimento, telemarketing, promoção de vendas de produtos e serviços diversos, pesquisa de mercado e mala direta de qualquer forma ou natureza; (h) serviços de cobrança extrajudicial; (i) serviços de armazenamento de dados e armazenamento de outros bens; (j) serviços de assessoria e consultoria em informática; (k) serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (l) serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às suas atividades; e (m) serviços de processamento de dados em geral e congêneres e participação em outras sociedades, como cotista ou acionista.

Eventos societários

Em abril de 2007, a Tivit Tecnologia da Informação S.A. ("Tivit Tecnologia"), a Telefutura Centrais de Atendimento S.A. ("Telefutura") e seus respectivos acionistas celebraram um "Contrato de Associação" para a união de suas atividades.

Em maio de 2007, a Sociedade incorporou a Telefutura, então controladora da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de abril de 2007, preparado por avaliadores independentes. Como consequência, o patrimônio líquido da Sociedade foi aumentado em R$42.125, conforme demonstrado a seguir:

Ativo:	
Circulante	37.322
Não circulante	40.040
Total do ativo	77.362
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	30.196
Não circulante	5.041
Patrimônio líquido	42.125
Total do passivo e patrimônio líquido	77.362

Em julho de 2007, a Tivit Tecnologia contribuiu ao capital de sua então controlada Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. ("Tivit Terceirização") o seu acervo líquido operacional. Como consequência, o patrimônio líquido da Tivit Terceirização foi aumentado em R$198.327, conforme demonstrado a seguir:

Ativo:	
Circulante	57.532
Não circulante	198.012
Total do ativo	255.544
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	46.270
Não circulante	10.947
Patrimônio líquido	198.327
Total do passivo e patrimônio líquido	255.544

Em julho de 2007, por meio da controlada indireta Tivit Investimentos S.A. ("Tivit Investimentos"), a Tivit Terceirização adquiriu de terceiros, a saber: Cambury LLC, Nederlandse Financierings - Maatschappij Voor Ontwikkelingslanden, Luiz Francisco Novelli Viana, Roberto e Lúcia Josuá, HPELCA Administração e Participação Ltda., Topázio Silveira Neto, Jarbas Leme Nogueira Junior e Ladislau Zavaldi Neto, a totalidade das ações da Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway") e das cotas de sua controladora Angra dos Reis Ltda. ("Angra dos Reis"), por R$91.553, gerando um ágio de R$98.628, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 10).

Na data da aquisição, o balanço patrimonial consolidado das empresas adquiridas era o seguinte:

Ativo:	
Circulante	22.590
Não circulante	13.838
Total do ativo	36.428
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	23.302
Não circulante	20.201
Passivo a descoberto	(7.075)
Total do passivo e passivo a descoberto	36.428

Em dezembro de 2007, a Sociedade incorporou a Varanasi Administração de Bens S.A., então acionista da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2007, preparado por avaliadores independentes. Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1
Não circulante	10.031
Total do ativo	10.032
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	2
Patrimônio líquido	10.030
Total do passivo e patrimônio líquido	10.032

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em dezembro de 2007, a Sociedade incorporou a Telefutura Locações de Equipamentos Ltda., então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2007, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	8.612
Não circulante	24.797
Total do ativo	33.409
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	3.580
Patrimônio líquido	29.829
Total do passivo e patrimônio líquido	33.409

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Tivit Investimentos e a Angra dos Reis foram incorporadas por sua controlada Softway, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

	Tivit Investimentos	Angra dos Reis
Ativo:		
Circulante	1	17
Não circulante	86.095	287
Total do ativo	86.096	304
Passivo e patrimônio líquido:		
Circulante	31	55
Patrimônio líquido	86.065	249
Total do passivo e patrimônio líquido	86.096	304

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway"), então sua controlada integral, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	21.516
Não circulante	6.018
Permanente	96.615
Total do ativo	124.149
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	19.005
Não circulante	19.079
Patrimônio líquido	86.065
Total do passivo e patrimônio líquido	124.149

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Open Concept Serviços Ltda. ("Open Concept Serviços"), então controlada integral da Sociedade, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 1° de junho de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1.989
Não circulante	2.504
Total do ativo	4.493
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	887
Não circulante	12.333
Passivo a descoberto	(8.727)
Total do passivo e passivo a descoberto	4.493

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em junho de 2008, a Sociedade incorporou a Open Concept Tecnologia em Informática Ltda. ("Open Concept"), então controlada integral da Open Concept Serviços, com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 31 de maio de 2008, preparado por avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	1
Não circulante	59
Total do ativo	60
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	2.286
Passivo a descoberto	(2.226)
Total do passivo e passivo a descoberto	60

Não houve alteração do capital social da Sociedade em decorrência de tal incorporação.

Em janeiro de 2009, a Sociedade incorporou a Tivit Terceirização, então sua controladora, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 31 de dezembro de 2008, preparado por avaliadores independentes. O valor do patrimônio líquido da Tivit Terceirização de R$260.526, deduzido do saldo do investimento na Sociedade de R$69.264, resultou em um acervo líquido incorporado pela Sociedade de R$191.262. Os ativos e passivos incorporados, antes de referida eliminação, foram:

Ativo:	
Circulante	80.011
Não circulante	333.844
Total do ativo	413.855
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	125.607
Não circulante	27.722
Patrimônio líquido	260.526
Total do passivo e patrimônio líquido	413.855

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 30 de junho de 2009, há uma insuficiência consolidada de capital circulante líquido de R$87.827. A Administração não antecipa problemas para a liquidação de suas obrigações de curto prazo, tendo em vista as previsões de geração de caixa operacional e as possibilidades de alongamento dos vencimentos dos empréstimos bancários, atualmente em estudo.

Concentração da receita

Parcela significativa da receita está concentrada em dez principais clientes em termos de receita bruta anual. No semestre findo em 30 de junho de 2009, esses clientes representaram aproximadamente 64% da receita bruta anual.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Sociedade depende, em parte, de tecnologia licenciada de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de suas estratégias de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Sociedade poderá tornar-se mais dependentes da tecnologia fornecida por terceiros.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

Considerando os eventos societários mencionados anteriormente, as demonstrações financeiras não são comparáveis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modificou as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida Lei, com aplicação a partir de 2008, estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e atribui à CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), a Sociedade estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2005. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Sociedade preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Sociedade exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As principais alterações nas práticas contábeis decorrentes da aplicação das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 foram as seguintes:

- Em atendimento ao item 51 do pronunciamento técnico CPC 13, a Sociedade deixou de apresentar a demonstração das origens e aplicações de recursos.

- Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

- Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Sociedade avaliou os efeitos do ajuste a valor presente de direitos e obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Criação da rubrica "Intangível", apresentada nos balanços patrimoniais no grupo "Ativo não circulante".

- Eliminação da rubrica "Ativo diferido", cujos valores foram alocados aos ativos imobilizado e intangível.

- Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações da Sociedade adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamento.

- Extinção da rubrica "Resultados não operacionais", apresentada na demonstração do resultado.

Para fins de melhor comparação, e de acordo com a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, as demonstrações financeiras de 30 de junho de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e reclassificadas e os efeitos nessas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	(Não auditados)
Patrimônio líquido originalmente reportado	39.130
Ajustes:	
Custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por arrendamento mercantil, líquido	1.406
Saldo de financiamento - arrendamento mercantil a pagar	(517)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(229)
Patrimônio líquido ajustado	39.790
Prejuízo líquido do semestre originalmente reportado	(2.389)
Ajustes:	
Reversão das despesas com arrendamento mercantil	1.191
Contabilização das despesas de depreciação do semestre	(517)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(229)
Prejuízo líquido do semestre ajustado	(1.944)

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Aplicações financeiras

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos semestres.

b) Contas a receber de clientes

Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos e ajustados ao seu valor presente, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber, considerando os seguintes critérios: (i) provisão de 100% para os saldos vencidos há mais de 120 dias; e (ii) análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento.

c) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas principalmente substancialmente, por contrato de prestação de serviços de processamento de dados, com prazo de até dez anos, são amortizadas de forma linear no período do contrato.

d) Outros ativos (circulante e não circulante)

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até as datas de encerramento dos semestres.

e) Investimentos

Avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras preparadas na mesma data-base da Sociedade.

f) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção são capitalizados, quando aplicável. Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos. De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, sempre que eventos ou mudanças de circunstâncias indiquem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos possa não ser recuperável, a Sociedade constitui provisão para desvalorização. Em 30 de junho de 2009, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perda foi consignada nas demonstrações financeiras. Adicionalmente, de acordo com o parágrafo 3° da lei 11.941/09, a Sociedade revisará os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada para cálculo da depreciação e, conforme previsto no Pronunciamento do CPC nº 13, em seu parágrafo 54, neste momento de transição, a primeira análise periódica será concluída até dezembro de 2009.

g) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 10, que consideram a vida útil-econômica estimada dos softwares e dos gastos com implementação de sistemas.

O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado com base na expectativa de lucratividade futura.

Em 31 de dezembro de cada exercício, a Administração avalia os valores recuperáveis dos ativos intangíveis e registra provisão para perdas para redução aos valores recuperáveis. Em 30 de junho de 2009, não foram identificados eventos que pudessem alterar as projeções iniciais quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis nas operações e, portanto, nenhuma provisão para perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

h) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais pela aplicação das alíquotas vigentes. Adicionalmente, foram constituídos o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Considerando as disposições da Instrução CVM nº 371/02, os impostos diferidos estão registrados apenas para os valores prováveis de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 7.

i) Outros passivos (circulante e não circulante)

Os demais passivos são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento dos semestres.

j) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil-econômica estimada dos bens do ativo imobilizado, às projeções preparadas para a realização do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos e às provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências.

k) Provisão para contingências

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos externos e pela Administração da Sociedade, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas.

l) Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

m) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e para aqueles não classificados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subseqüentemente ao reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são mensurados conforme abaixo:

i) Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se é mantido para negociação ou designado pela Sociedade no reconhecimento inicial. No reconhecimento inicial, os custos de transação são reconhecidos no resultado. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subseqüentes reconhecidas no resultado do exercício.

ii) Outros instrumentos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de perda do valor recuperável (*impairment*).

n) Moeda funcional

De acordo com os conceitos descritos no pronunciamento técnico CPC 02, a Administração da Sociedade definiu que a sua moeda funcional é o real, uma vez que é esta é a moeda que mais influencia nos preços dos serviços prestados e na mão-de-obra, material e outros custos para o fornecimento de seus serviços.

o) Lucro (prejuízo) líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos semestres.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2009 foram preparadas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da CVM, sendo as principais descritas na nota explicativa nº 2. Essas demonstrações financeiras incluem os saldos e as transações da Sociedade e de suas controladas Tivit USA LLC e Tivit Paris S.A.R.L. Na preparação dessas demonstrações financeiras foram eliminados os saldos dos investimentos em controladas e os saldos e as transações entre as sociedades.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

		Controladora		Consolidado
	Remuneração	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs	105% do CDI	58.515	1.837	58.515

As aplicações financeiras têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

5. CONTAS A RECEBER - CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Contas a receber faturado	64.905	54.594	65.230
Contas a receber a faturar	37.761	10.409	37.761
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(352)	-	(352)
Subtotal	102.314	65.003	102.639
Partes relacionadas (nota explicativa nº 11)	3.994	1.725	3.994
Total	106.308	66.728	106.633

O saldo de contas a receber de clientes e partes relacionadas em 30 de junho de 2009 e de 2008, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
A vencer			
Até 30 dias	51.501	18.789	51.501
Entre 31 e 90 dias	45.907	45.270	45.907
Vencidas:			
Até 90 dias	6.029	1.589	6.354
Há mais de 90 dias	3.223	1.080	3.223
	106.660	66.728	106.985

6. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Manutenção de softwares (a)	1.981	-	1.981
Licença de uso de software (b)	14.122	-	14.122
Adiantamento para prestação de serviços (c)	27.000	-	27.000
Outros	2.322	2.148	2.322
	45.425	2.148	45.425
Parcela do circulante	20.721	595	20.721
Parcela do não circulante	24.704	1.553	24.704

(a) Refere-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de manutenção de softwares, apropriados ao resultado pelos períodos contratados.

(b) Refere-se, substancialmente, ao Termo de Licença de Uso e Manutenção firmado com o fornecedor de software Computer Associates Programas de Computadores Ltda. em 31 de março de 2006, prorrogado em outubro de 2007 por um prazo de sete anos e no valor total de R$61.424, a ser pago em sete parcelas anuais reajustadas com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, a partir do segundo ano. A apropriação ao resultado é efetuada de forma linear no período do contrato.

(c) Refere-se a um contrato entre a Sociedade e determinado cliente (contratante), com aval da Votorantim Novos Negócios Ltda., para a prestação de serviços de processamento de dados, contrato que tem compromisso de confidenciabilidade das informações. O prazo do contrato é de dez anos, iniciado em 30 de março de 2006. Como garantia à prestação dos serviços foi pago o valor de R$40.000 pela Sociedade ao cliente, o qual está sendo amortizado de forma linear pelo prazo do contrato. Em caso de rescisão de alguma cláusula do contrato por parte do contratante, existirá reembolso proporcional do valor de acordo com o número de anos decorridos.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Ágio - incorporado	50.885	50.885	50.885
Provisão constituída	(40.163)	(40.163)	(40.163)
Benefício fiscal	10.722	10.722	10.722
Amortização de ágio acumulada	(28.352)	(22.949)	(28.352)
Reversão da provisão acumulada	20.016	15.137	20.016
Líquido correspondente ao crédito fiscal (i)	2.386	2.910	2.386
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social (ii)	-	4.047	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (iii):			
Provisão de fornecedores	2.600	-	2.600
Provisão para bônus	2.355	-	2.355
Outros	769	-	769
	8.110	6.957	8.110
Parcela do circulante	6.479	4.629	6.479
Parcela do não circulante	1.631	2.328	1.631

(i) Refere-se ao benefício fiscal futuro do ágio gerado nas então sociedades controladoras Halifax Participações Ltda. e Simpson Participações Ltda., incorporadas em outubro de 2001, e nas então sociedades controladoras Cardet Holdings S.A. e Caux Participações Ltda., incorporadas em maio de 2006. Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido - PMIPL de sua incorporadora, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 6 de março de 2001. A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado e, consequentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios. Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Sociedade apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, PMIPL e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

(ii) Créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerados no primeiro semestre de 2008 e integralmente utilizados para compensação de lucro tributável dentro do próprio exercício de 2008.

(iii) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e estão mantidos no circulante e não circulante, considerando a expectativa de realização.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Diferenças temporárias (*)	2.320	593	2.320
Parcela do circulante	977	400	977
Parcela do não circulante	1.343	193	1.343

(*) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos através de arrendamento mercantil e já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base da contribuição social e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2009, a Sociedade possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social gerados em anos anteriores, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, de R$33.732. Os créditos tributários decorrentes do imposto de renda e da contribuição social sobre as bases mencionadas serão registrados por ocasião da geração de resultados positivos.

A Administração considera que os ativos e passivos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão substancialmente realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

c) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores do imposto de renda e da contribuição social demonstrados no resultado do semestre apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda ("IRPJ") e da contribuição social ("CSLL")	26.761	(5.291)	26.761
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes	(9.099)	1.799	(9.099)
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	2.729	-	2.729
Reversão de provisões e outras diferenças temporárias de empresas incorporadas	-	2.642	-
Amortização do ágio para fins fiscais	4.122	990	4.122
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre diferenças permanentes	(2.798)	(2.084)	(2.798)
Crédito (despesa) de IRPJ e CSLL no resultado	(5.046)	3.347	(5.046)

8. INVESTIMENTOS

Controlada	Participação - %	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Prejuízo do semestre ajustado	Saldo do investimento 30/06/2009	Resultado de equivalência patrimonial 30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)
Tivit USA LLC	100	1.435	32	(762)	32	(762)	-
Tivit Paris S.A.R.L.	100	235	219	(16)	219	(16)	-
Tivit Investimentos S.A. (*)					-	-	(6.214)
Open Concept Serviços Ltda. (*)					-	-	75
					251	(778)	(6.139)
Incentivos fiscais					3	-	-
					254	(778)	(6.139)

(*) Controladas incorporadas em 30 de junho de 2008.

9. IMOBILIZADO

	Controladora e consolidado 30/06/2009				Controladora 30/06/2008
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido (Não auditados)
Terrenos		10.426	-	10.426	-
Edificações	4	42.857	(14.728)	28.129	-
Instalações	10	8.613	(2.993)	5.620	1.436
Móveis e utensílios	10	32.735	(15.271)	17.464	15.804
Benfeitorias em propriedades de terceiros	11	85.872	(64.866)	21.006	17.936
Máquinas e equipamentos	20	150.821	(102.856)	47.965	16.180
Computadores e periféricos	20	317.542	(202.702)	114.840	15.480
Veículos	20	3.374	(2.114)	1.260	213
		652.240	(405.530)	246.710	67.049

Na rubrica "Benfeitorias em propriedades de terceiros" estão registrados os custos com a construção dos "data centers", bem como os custos relativos à instalação e adaptação de equipamentos computadorizados.

As depreciações e amortizações alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas operacionais no semestre findo em 30 de junho de 2009 são de R$33.111 e R$1.743, respectivamente.

Em 30 de junho de 2009, exceto pelas garantias dadas as operações de arrendamento mercantil, não existem outros ativos imobilizados dados em garantia.

Arrendamento mercantil

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos é como segue:

	Controladora e consolidado				Controladora
	30/06/2009				30/06/2008
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido (Não auditados)
Máquinas e equipamentos	20	11.922	(4.974)	6.948	159
Computadores e periféricos	20	106.970	(63.192)	43.778	1.740
Software	20	26.828	(12.807)	14.021	473
		145.720	(80.973)	64.747	2.372

Em 30 de junho de 2009, os ativos objeto dos arrendamentos mercantis foram dados em garantia das respectivas operações de financiamento. As despesas de depreciação dos ativos adquiridos por meio de operações de arrendamento mercantil no semestre findo em 30 de junho de 2009, registradas na rubrica "custo dos serviços prestados", são de R$14.560.

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro em 30 de junho de 2009 estão detalhados a seguir:

Até 1 ano	27.213
Acima de 1 e abaixo de 5 anos	15.109
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	42.322
Menos total de juros provisionados	(9.088)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil	33.234

Em 30 de junho de 2009, a Sociedade não possui contratos relevantes de arrendamento mercantil operacional.

10. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	Controladora e consolidado 30/06/2009 Custo	Amortização acumulada	Líquido	Consolidado 30/06/2008 Líquido (Não auditados)
Ágio na aquisição de controladas (*)		111.779	(26.707)	85.072	94.947
Outros intangíveis:					
Marcas e patentes		131	-	131	-
Software (**)	20	126.964	(79.910)	47.054	4.843
Gastos com implementação de software	20	1.349	(740)	609	-
Outros		-	-	-	48
		128.444	(80.650)	47.794	4.891

(*) Refere-se aos ágios gerados nas aquisições das então controladas indiretas Softway e Open Concept, nos montantes de R$ 98.628 e R$ 13.151, respectivamente. Essas empresas foram adquiridas de terceiros em julho de 2007 e maio de 2008 e foram subsequentemente incorporadas pela Sociedade. Esses ágios são fundamentados nas expectativas de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir dessa data, com a introdução da Lei nº 11.638/07, o ágio não será mais amortizado linearmente. Anualmente será realizada avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável ("impairment"). Em 30 de junho de 2009, não foram identificados eventos que pudessem alterar as projeções iniciais quanto à expectativa de recuperação dos intangíveis nas operações e, portanto, nenhuma provisão para perda foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

(**) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante em 30 de junho de 2009.

A movimentação no intangível no semestre findo em 30 de junho de 2009 é como segue:

		Adições			
	31/12/2008	Incorporação (***)	Adquirido de terceiros	Amortização	30/06/2009
Ágio na aquisição de controladas	85.072	-	-	-	85.072
Outros intangíveis:					
Marcas e patentes	-	131	-	-	131
Software	4.374	43.647	6.670	(7.637)	48.043
Gastos com implementação de software	-	687	1	(79)	609
	4.374	44.465	7.660	(7.716)	48.783

(***) Trata-se de valores recebidos por incorporação da Tivit Terceirização, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, e também integralmente adquiridos de terceiros.

No semestre findo em 30 de junho de 2009, as amortizações de outros intangíveis alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas operacionais são de R$7.324 e R$392, respectivamente.

11. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Sociedade, os acionistas controladores, as empresas relacionadas e as controladas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Essas operações incluem, substancialmente, a prestação de serviços de tecnologia da informação de natureza diversa a empresas integrantes do Grupo Votorantim, tais como hospedagem, gerenciamento de ambientes, atendimento a clientes, gerenciamento de dados, gestão de aplicativos, impressão de dados variáveis, segurança da informação, serviços de campo de software, serviços de rede, arquitetura de soluções, disponibilização e gestão de ativos, gestão de projetos, serviços de campo de hardware e serviços distribuídos, entre outros.

Os contratos firmados com partes relacionadas observam condições equânimes de mercado, considerando preços, prazos e condições financeiras para pagamentos praticados com terceiros. Tais contratos considerados em conjunto representam uma receita, em 30 de junho de 2009, de aproximadamente R$22.039, equivalente a aproximadamente 5% da receita total da Sociedade.

Em maio de 2008 e janeiro de 2009, constituímos a Tivit USA LLC em Delaware, Estados Unidos e a Tivit Paris S.A.R.L. em Paris, França, respectivamente. Essas controladas no exterior serão utilizadas como um veículo para implementação da nossa estratégia de internacionalização. Não foram realizadas transações comerciais ou financeiras entre a Sociedade e essas controladas.

Adicionalmente, a Sociedade tem celebrado contratos de prestação de serviços com as empresas Profill, DMN Webdesigns e Mídia Digital Ltda., Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda. e DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda., detidas, direta ou indiretamente, pelos acionistas Flavio Benjamin Giovine Monnerat Araújo e Paulo Gustavo Braz da Silva Xavier. Estes contratos referem-se a prestação de serviços de: (a) gestão de informática, com implantação, reestruturação, planejamento, coordenação, aquisição de materiais, treinamento de pessoal e acompanhamento das atividades das contratantes, bem como elaboração de novos projetos e modernização operacional e comercial relacionadas à área de informática; e (b) licenciamento, manutenção, suporte técnico e atualização periódica de software. A remuneração devida em decorrência de tais serviços, aplicáveis a todas as empresas acima, é calculada conforme o número de pessoas necessárias para entrega dos serviços contratados, é equivalente a: (a) R$65 mensais, pelos serviços de gestão de informática; (b) R$31 mensais, por licenciamento, manutenção e atualização do software; (c) valores variáveis de acordo com o trabalho realizado, em decorrência dos serviços de suporte técnico; e (d) R$0,08 por hora e por pessoa participante de treinamento operacional. Tais valores estão sujeitos à revisão anual.

Esses contratos prevêem ainda a confidencialidade das informações obtidas por meio dos serviços prestados e contém cláusula de não-concorrência entre as empresas contratadas e a contratante, durante a vigência do contrato e por um período adicional de cinco anos.

Os saldos em 30 de junho de 2009 e as transações no semestre são os seguintes:

	Ativo	Receita
Aplicações financeiras-		
Banco Votorantim S.A.	57.455	1.276
Contas a receber:		
Anfreixo S.A.	4	25
Banco Votorantim S.A.	73	444
Citrovita Agro Industrial Ltda.	366	1.609
Citrovita Agro Pecuária Ltda.	6	8
Companhia Brasileira de Alumínio	200	1.265
Companhia Nitroquímica Brasileira	72	463
Siderúrgica Barra Mansa	372	1.614
VCP - MS Celulose Sul Mato-Grossense Ltda.	56	217
Votorantim Celulose e Papel S.A.	949	4.532
Votorantim Cimentos Ltda.	45	3.825
Votorantim Cimento Brasil Ltda.	682	493
Votorantim Energia Ltda.	57	348
Votorantim International Brasil Ltda.	85	565
Votorantim Investimentos Industriais S.A.	227	1.506
Votorantim Metais Ltda.	714	4.224
Votorantim Metais Zinco S.A.	80	366
Votorantim Metais Níquel S.A.	-	26
Votorantim Novos Negócios Ltda.	3	19
Votorantim Participações S.A.	3	30
St. Marys Cement Inc.	-	459
	3.994	22.038

	Passivo	Despesa
Contas a pagar:		
Java Point Consultoria em Processamento de Dados Ltda	-	933
Profill Consultoria em Marketing e Tecnologia	-	1.547
DM Processamento de Dados e Consultoria Ltda.	-	-
	-	2.480

Os preços praticados com partes relacionadas e clientes, de forma geral, foram calculados através de projeções de custos e investimentos para a prestação do serviço.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Licença de uso e manutenção de software	9.931	539	9.931
Serviços profissionais	530	402	530
Equipamentos de informática e telecomunicação	7.320	502	7.320
Telefonia	7.476	8.767	7.476
Ocupação	2.531	1.008	2.531
Vale-transporte e vale-refeição	5.868	1.539	3.863
Outros	3.530	2.058	5.687
	37.186	14.815	37.338
Parcela do circulante	36.437	14.815	36.589
Parcela do não circulante (*)	749	-	749

(*) Corresponde à parcela de longo prazo nos contratos de manutenção de softwares.

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Encargos financeiros	Controladora		Consolidado
		30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Banco ABN AMRO Real S.A. (a) (b)	104,5% do CDI	131.063	123.474	131.063
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (c)	9,55% a.a.	6.283	-	6.283
Banco do Brasil S.A. (d)	101% do CDI	27.150	-	27.150
Arrendamento mercantil a pagar (e)	104% do CDI	42.322	2.385	42.322
Outros		-	4.958	-
		206.818	130.817	206.818
Parcela do circulante		189.814	14.493	189.814
Parcela do não circulante		17.004	116.324	17.004

(a) Em 27 de junho de 2007, a Sociedade emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédulas de Crédito Bancário - CCBs e celebrou também os contratos de "swap" (vide nota explicativa nº 23), por meio dos quais captou recursos de R$15,5 milhões ao custo de 102% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com vencimento para 15 de janeiro e 30 de janeiro de 2008 e com garantia da Tivit Tecnologia. Esses recursos foram utilizados para financiamento de suas atividades operacionais. Em 11 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado, com vencimento para 29 de abril e 16 de julho de 2008, ao custo médio de 105% do CDI, e foram liquidados em suas respectivas datas de vencimento.

(b) Em 19 de julho de 2007, a Sociedade emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. CCBs, originalmente denominados em Iene, e celebrou concomitantemente contrato de "swap" (vide nota explicativa nº 23), por meio do qual captou recursos de R$99,54 milhões ao custo de 102% do CDI, com vencimento previsto para 19 de outubro de 2007 e com garantia da acionista Tivit Tecnologia. Esses recursos foram utilizados pela Sociedade, parte para aquisição da Softway, por meio da Tivit Investimentos, e parte para a utilização em outras atividades operacionais. Esse empréstimo foi renovado em 19 de outubro de 2007 com vencimento para 18 de janeiro de 2008 ao custo de 105,5% do CDI. Em 18 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado com vencimento para 18 de abril de 2008 ao custo de 104,8% do CDI. Em 19 de março de 2008, o empréstimo foi novamente renovado com vencimento para 5 de março de 2010 ao custo de 104,5% do CDI. Em 30 de junho de 2009, o valor atualizado do empréstimo é de R$131,1 milhões.

(c) Em 30 de novembro de 2006, a Tivit Tecnologia (com posterior transferência à Tivit Terceirização, quando da contribuição do acervo líquido, conforme descrito na nota explicativa nº 1), emitiu em favor do Banco Itaú S.A. CCBs, proveniente de linha de crédito do BNDES automático, de R$10 milhões, com carência de 12 meses, pagamento de juros trimestrais e amortização do principal em 48 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2008. Esse financiamento é denominado em reais - R$. Tais recursos foram utilizados para financiamento de investimentos de aquisição de software e consultorias para projeto de implantação de Sistema ERP. Em 30 de junho de 2009, o saldo atualizado do empréstimo é de R$6,3 milhões.

(d) Em 9 de outubro de 2008, a Sociedade emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. Notas de Crédito de Exportação Indireta, por meio das quais captou R$25 milhões ao custo de 101% do CDI, com vencimento previsto em 5 de outubro de 2009. Esse empréstimo é denominado em reais - R$. Esse recurso foi utilizado pela Sociedade com o intuito de fomentar a exportação de prestação de serviços de tecnologia principalmente a Empresas do Grupo Votorantim. Em 30 de junho de 2009, o saldo atualizado do empréstimo é de R$27,1 milhões.

(e) Refere-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Sociedade. Em 30 de junho de 2009, a Sociedade possui 30 contratos de arrendamento mercantil financeiro, com vencimentos entre 5 de julho de 2009 e 15 de novembro de 2011, com juros médios de aproximadamente 104% do CDI. Os contratos de arrendamento mercantil, conforme nota explicativa nº 9, têm como garantia o próprio bem, mediante nota promissória a favor do arrendador.

A composição da parcela de longo prazo em 30 de junho de 2009, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

	Controladora e consolidado
2010 (a partir de julho)	16.579
2011	425
	17.004

Os contratos não prevêem a manutenção de índices financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.).

14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para todas as questões que estão sendo contestadas é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação dos assessores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, cíveis e trabalhistas. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados às contingências trabalhistas e previdenciárias.

A composição das contingências é como segue:

	Controladora e consolidado 30/06/2009	Controladora 30/06/2008 (Não auditados)
Tributárias (a)	5.715	9.467
Trabalhistas e previdenciárias (b)	18.077	20.561
	23.792	30.028
Depósitos judiciais	(5.827)	(4.937)
	17.965	25.091
Parcela do circulante	1.949	1.803
Parcela do não circulante	16.016	23.288

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e sobre a incidência do Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins sobre a parcela das receitas de suas atividades. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, entende que esses tributos não incidiam sobre essas operações. Não há ação judicial relacionada a essa provisão.

(b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício

A Sociedade é ainda parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos assessores jurídicos externos da Sociedade, de aproximadamente R$23.400 em 30 de junho de 2009, está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos.

A movimentação nas provisões no semestre findo em 30 de junho de 2009 é como segue:

	31/12/2008	Adições	Baixas (*)	30/06/2009
Tributárias	7.528	-	(1.813)	5.715
Trabalhistas e previdenciárias	20.471	941	(3.335)	18.077
	27.999	941	(5.148)	23.792

(*) Refere-se basicamente à reversão de contingências previdenciárias e tributárias em virtude da prescrição.

Risco relacionado à controladora Tivit Tecnologia

A Tivit Tecnologia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos assessores jurídicos externos da controladora é de aproximadamente R$ 100.820 em 30 de junho de 2009 (informação não auditada), relacionados ao acervo da Tivit Tecnologia (incluindo os ativos operacionais) transferidos para Sociedade no âmbito da reorganização societária mencionada na nota explicativa nº 1.

Nos termos do Acordo de Acionistas "Pré-IPO", a Tivit Tecnologia obrigou-se a responder por eventuais contingências fiscais, trabalhistas e previdenciárias relativas às atividades por ela desenvolvidas até junho de 2007, que tenham sido transferidas à Sociedade no âmbito da reorganização societária, enquanto permanecer titular de ações representativas de 50% mais uma das ações da Sociedade ("Participação Controladora Majoritária"). Dessa forma, enquanto a Tivit Tecnologia detiver tal participação, as contingências mencionadas acima serão de responsabilidade da Tivit Tecnologia, empresa integralmente detida pelo Grupo Votorantim.

Caso a Tivit Tecnologia deixe de ter Participação Controladora Majoritária, a Tivit Tecnologia deixará de estar obrigada de indenizar a Sociedade por contingências oriundas da sucessão ocasionada pela reorganização societária na forma estabelecida no Acordo de Acionistas "Pré-IPO", exceto com relação àquelas contingências já assumidas pela Tivit Tecnologia até a data em que deixar de ser titular dessa Participação Controladora Majoritária, equivalente às ações judiciais no valor aproximado de R$100.820 descritas acima.

Assim, considerando que após a Oferta a Tivit Tecnologia terá diluição de sua participação societária, caso haja alguma contingência da Tivit Tecnologia relacionada ao acervo operacional contribuído ao capital social da Sociedade, relativa ao período anterior a 30 de junho de 2007, e que se torne conhecida somente após a realização da Oferta e que não esteja já assumida pela Tivit Tecnologia, tal contingência será responsabilidade da Sociedade.

15. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora e consolidado 30/06/2009	Controladora 30/06/2008 (Não auditados)
ISS - Imposto sobre Serviços	3.892	2.035
Cofins - Contribuição para o Financiamento do Seguro Social	3.390	1.526
Imposto de renda e contribuição social	2.247	1.335
PIS - Programa de Integração Social	673	357
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	131	-
	10.333	5.253

16. IMPOSTOS PARCELADOS

Em 2006, a sociedade incorporada Telefutura protocolou pedido de opção por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, para pagamento ao Instituto Nacional do Seguro Social - Serviço Social do Comércio - INSS-SESC não recolhido no período de junho de 2001 a outubro de 2005.

	Controladora e consolidado 30/06/2009				Controladora 30/06/2008
Período	Prazo do parcelamento	Principal	Multa e juros	Saldo devedor	Saldo devedor (Não auditados)
Junho de 2001 a janeiro de 2003	130 meses	471	12	483	493
Fevereiro de 2003 a outubro de 2005	120 meses	1.808	94	1.902	2.123
				2.385	2.616
Parcela do circulante				346	346
Parcela do não circulante				2.039	2.270

A parcela do não circulante em 30 de junho de 2009 tem o seguinte vencimento:

Ano	
2010 (a partir de julho)	346
2011	346
2012	346
2013 em diante	1.001
	2.039

Após a homologação do pedido por parte da Receita Federal, a Sociedade será obrigada a manter o pagamento regular dos impostos e das contribuições como condição essencial para a manutenção do parcelamento.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2009, o capital social de R$260.675 está dividido em 7.415.844 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Quantidade de ações	Participação - %
Tivit Tecnologia da Informação S.A.	3.980.074	53,67
Lit Tele Ltda.	1.333.424	17,98
Fundo de Terceirização de Serviços para o Brasil - FIP	919.470	12,40
Luis Roberto Novaes Mattar	741.615	10,00
Eraldo Dante de Paola	341.885	4,61
Outros	99.376	1,34
	7.415.844	100,00

b) Acordo de acionistas

A Sociedade é regulada por acordo de sócios que, entre outros assuntos, estabelece restrições às transferências de ações e aos direitos de indicação de membros para o Conselho de Administração.

c) Dividendos

Os acionistas terão direito a um dividendo anual de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Aumento do capital social

Em 30 de abril de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento do capital social em R$7.653 decorrente de: (i) capitalização de R$653 da parcela amortizada da reserva de ágio; e (ii) R$7.000 em dinheiro mediante a emissão de 230.339 ações ordinárias nominativas totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Tivit Terceirização.

Em 31 de outubro de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária deliberou o aumento de capital em dinheiro de R$22.400 decorrente da emissão de 741.131 ações ordinárias nominativas totalmente subscritas e integralizadas por essa acionista.

Em 31 de janeiro de 2009, a Sociedade incorporou a Tivit Terceirização, então sua controladora integral. O patrimônio líquido da Tivit Terceirização de R$260.526, deduzido do saldo do investimento na Sociedade de R$69.264, resultou em um acervo líquido incorporado pela Sociedade de R$191.262, com a emissão de 5.444.374 novas ações ordinárias, nominativas.

18. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Perda na alienação de bens do ativo imobilizado	(229)	-	(229)
Perda na alienação de investimentos	(213)	-	(213)
Multas de rescisões contratuais de clientes	954	-	954
Amortização de ágio	-	(2.076)	-
Reversão de provisão para contingências	-	5.000	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(108)	18	(108)
	404	2.942	404

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	30/06/2009	30/06/2008 (Não auditados)	30/06/2009
Receitas financeiras:			
Rendimentos sobre aplicações financeiras	2.060	13	2.060
Outras receitas	900	108	900
Total das receitas financeiras	2.960	121	2.960
Despesas financeiras:			
Juros passivos	(11.452)	(7.856)	(11.452)
Despesas bancárias	(131)	(107)	(131)
Outras despesas	(249)	(233)	(251)
Total das despesas financeiras	(11.832)	(8.196)	(11.834)
Resultado financeiro	(8.872)	(8.075)	(8.874)

20. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Sociedade tem como política a distribuição de bônus aos seus funcionários vinculados a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e acordados no início de cada período, embora não haja um plano formal firmado com o sindicato da categoria. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R$8.280, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas".

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em Assembleia Geral Extraordinária foi fixada a remuneração global anual dos administradores em R$6.000 para o exercício de 2009. Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro) dessa Sociedade.

No semestre findo em 30 de junho de 2009, foram pagos aos Administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários e contribuições para a seguridade social, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) de R$1.366, além de terem sido disponibilizados veículos no valor médio unitário de R$ 100.

Não foram pagos quaisquer valores a título de (i) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (ii) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço, benefícios de invalidez de longo prazo); (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; nem (iv) remuneração baseada em ações.

22. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pela Sociedade são:

a) Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica da Sociedade para fins de provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. O contrato tem vigência entre março de 2006 e março de 2011. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esse contrato foram de R$9.353, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custos dos serviços prestados". A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios. Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com energia elétrica serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

b) Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia da Sociedade, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esses contratos foram de R$10.434, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custos dos serviços prestados". Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

c) Transmissão e entrega de sinais digitais - consiste em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esse contrato foram de R$7.411, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custos dos serviços prestados". Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

d) Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. O contrato tem vigência de 1° de outubro de 2006 a 31 de dezembro de 2011. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esse contrato foram de R$26.363, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custos dos serviços prestados". Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com as licenças serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

e) Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Sociedade é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. No semestre findo em 30 de junho de 2009, os custos relacionados a esses contratos foram de R$10.684, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Custos dos serviços prestados". Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços. Em 30 de junho de 2009, com base nos contratos vigentes, os Administradores entendem que gastos futuros com os aluguéis de imóveis serão consistentes com os gastos incorridos durante o primeiro semestre de 2009.

f) Arrendamento mercantil - a Sociedade possui diversos contratos de arredamento de equipamentos com diversas instituições financeiras. Os detalhes desses compromissos estão apresentados nas notas explicativas n° 9 e n° 13.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade participa em operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 30 de junho de 2009, o valor justo estimado dos instrumentos financeiros pode ser assim demonstrado:

	Controladora e Consolidado	
	Saldo contábil	Valor Justo
Aplicações financeiras	58.490	58.466
Aplicações financeiras – ajuste *Swap*	25	25
Empréstimos e financiamentos	212.940	213.427
Empréstimos e financiamentos – ajuste *Swap*	(6.122)	(6.259)

O método para a apuração do valor justo dos ativos financeiros e dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares. O valor justo das operações de Swap de moedas e taxas foi avaliado pelo valor presente a taxa de mercado na data-base e o fluxo futuro pelas aplicações das taxas contratuais até o vencimento.

Em 30 de junho de 2009, os valores estimados das operações de Swap podem ser assim demonstrados:

	Controladora e Consolidado		
	Ativa	Passiva	Ganho em operações de Swap (*)
Aplicações financeiras - *Swap* (a)	43.347	43.322	25
Empréstimos e financiamentos - *Swap* (b)	137.185	131.063	6.122

(*) O ganho anulou o efeito da variação nos empréstimos.

(a) A Sociedade possui operação de *Swap*, custodiada na CETIP, com ponta ativa de 105% do CDI e ponta passiva taxa prefixada de 9,5% a.a com valor *notional* de R$42.889 para vencimento até 14 de junho de 2010. Essas operações de *Swap* estão disponíveis para negociação e tem por objetivo proteger a redução das taxas de juros no mercado. Essas operações não são negociadas em bolsa ou balcão e a contraparte é o Banco Votorantim.

(b) A Sociedade possui operação de *Swap*, custodiada na CETIP, com ponta ativa Iene mais 2,56% e ponta passiva 104,5% do CDI com valor *notional* de R$ 113.541 para vencimento em 5 de março de 2010. A Sociedade tem a intenção de manter as operações de *Swap* pelo prazo do contrato de empréstimo e tem por objetivo proteger a variação do Iene frente ao real. Essas operações não são negociadas em bolsa ou balcão e a contraparte é o Banco ABN Amro.

Os seguintes instrumentos financeiros ativos e passivos são mantidos pela Sociedade em 30 de junho de 2009, bem como os critérios para valorização e/ou avaliação:

a) Caixa e bancos, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar de curto prazo - considerando a natureza dos saldos, as condições e os prazos, têm seus valores contábeis registrados no balanço patrimonial próximos aos valores de mercado.

b) Aplicações financeiras - foram substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas, visto que a Sociedade tem o objetivo de manter tais investimentos até o momento do seu resgate.

c) Investimentos - consistem, principalmente, em investimentos em sociedades anônimas de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial. Considerações de valor de mercado das participações possuídas não são aplicáveis.

d) Empréstimos e financiamentos - conforme a nota explicativa nº 13.(b), a Sociedade emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. CCBs, denominadas em moeda estrangeira e com vencimento final em março de 2010. O risco vinculado a esse passivo

surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos desses passivos. Para mitigar esse risco, a Sociedade também celebrou com o Banco ABN AMRO Real S.A. contratos de "swap", passando o custo efetivo de juros a ser fixado em 104,5% do CDI.

e) Empréstimos e financiamentos - a Sociedade possui um financiamento com o BNDES relacionado à aquisição de software e de consultoria para projeto de implantação de sistemas, com encargos financeiros médios de 104,8% do CDI e com vencimento em parcelas mensais até dezembro de 2011. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessa transação.

f) Empréstimos e financiamentos - em 9 de outubro de 2008, a Sociedade emitiu em favor do Banco do Brasil S.A. Notas de Crédito de Exportação Indireta, por meio das quais captou R$25 milhões ao custo de 9,05% ao ano, com vencimento previsto para 5 de outubro de 2009. Esse recurso foi utilizado pela Sociedade com o intuito de fomentar a exportação de prestação de serviços de tecnologia principalmente a Empresas do Grupo Votorantim.

Os seguintes principais riscos são decorrentes das operações da Sociedade:

Risco de crédito - a base de clientes da Sociedade é bastante concentrada e os dez principais clientes representam aproximadamente 64% da receita bruta do semestre findo em 30 de junho de 2009. A política de vendas da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que estão dispostas a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de preço e valor de mercado - a Sociedade celebrou contratos de longo prazo e de preço fixo, reajustáveis anualmente pelos índices de inflação, com alguns de seus clientes. Nesses casos, assumiu o risco de aumento dos custos envolvidos. Os aumentos nos futuros índices de correção salarial, nas taxas de câmbio ou nos outros custos, bem como o tempo necessário para a conclusão dos serviços, os nossos resultados operacionais e a situação financeira podem impactar negativamente os resultados futuros. A Administração monitora esses riscos a fim de minimizar os potenciais impactos em seus negócios.

Risco de taxa de juros e câmbio - A Sociedade está sujeita a variações de taxas de câmbio e juros e administra o risco das flutuações dos valores em reais que serão necessários para pagar as obrigações em moeda estrangeira, utilizando instrumentos derivativos (swaps) para a proteção desses riscos.

Risco de atuação no mercado- Em virtude de obrigações financeiras assumidas pela Sociedade em moedas estrangeiras, a Administração, com base nas diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, pode contratar operações com instrumentos financeiros derivativos para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Entre os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente, estão incluídas rotinas tempestivas de projeção e avaliação da exposição cambial da Sociedade, sobre as quais se

baseiam as decisões tomadas pela Administração, quanto a contratação destes instrumentos financeiros.

Embora a Sociedade faça uso de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção ("hedge"), não adota a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção ("hedge accounting"). Os efeitos estão apresentados acima. Os instrumentos derivativos contratados pela Sociedade têm o propósito de: (i) proteger suas aplicações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos e (ii) para mitigar os riscos de variação cambial sobre os empréstimos denominados em moeda estrangeira, passando o custo efetivo de juros a ser fixado em 104,5% do CDI.

Em 30 de junho de 2009, a análise de sensibilidade em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e TJLP, principais indexadores das obrigações contratadas pela Sociedade:

		Juros a incorrer/Variação cambial		
Operação	Risco	Cenário I - Provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Arrendamento mercantil	Alta do CDI	3.354	3.728	4.098
ABN Amro Real S.A.	Alta do CDI	7.945	9.881	11.797
Banco do Brasil	Alta do CDI	644	798	949
BNDES	Alta da TJLP	639	854	1.025
Swap de câmbio (*)	Alta do Iene	19.416	56.263	91.053

(*) Os cenários para esta operação estão sendo apresentados para fins de atendimento a deliberação CVM nº 550/08. Contudo os valores não representam o risco efetivo, uma vez que o objetivo desta operação é de mitigar o risco de variação cambial do empréstimo captado em Ienes junto ao banco ABN Amro Real S.A., e fixar o custo desta operação em CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados de acordo com a regulamentação como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

Indicadores	Cenário I - Provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	8,75%	10,94%	13,13%
TJLP + spread (b)	9,30%	11,63%	13,95%
Cotação do Iene (c)	R$ 0,020	R$ 0,025	R$ 0,030

(a) CDI em 30 de junho de 2009.
(b) TJLP em 30 de junho de 2009.
(c) Cotação do Iene em 30 de junho de 2009.

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Sociedade por meio de política de controles e estabelecimento de estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

De acordo com as políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

24. SEGUROS

A Sociedade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação.

A cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado e lucros cessantes é de R$1.011.266 em 30 de junho de 2009, como segue:

Modalidade	Importância segurada
Risco operacional	619.497
Responsabilidade geral	2.000
Responsabilidade civil profissional	9.000
Multirrisco	380.769

25. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

O objetivo da apresentação do balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2008 e das demonstrações combinadas do resultado e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data é apresentar as demonstrações financeiras da Sociedade e de sua controladora integral Tivit Terceirização de Serviços S.A., mencionada na nota explicativa nº 1, para o período de seis meses anterior à incorporação reversa, visto que essas Sociedades estavam sob controle e administração comuns. Dessa forma, essas demonstrações financeiras combinadas não necessariamente representam as condições que existiriam ou a situação patrimonial e financeira, os resultados combinados das operações e os fluxos de caixa caso as operações das Sociedades combinadas tivessem sido efetivamente conduzidas em uma única entidade jurídica.

Essas demonstrações financeiras combinadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2008 foram preparadas de acordo com as normas expedidas pela CVM para fins de consolidação, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, regulamentadas pelo CPC, e incluem os saldos e as transações da Sociedade e de sua então controladora Tivit Terceirização.

a) Balanço patrimonial combinado em 30 de junho de 2008 (não auditado):

ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e bancos	7.990	Fornecedores	56.946
Aplicações financeiras	7.837	Empréstimos e financiamentos	44.513
Contas a receber de clientes	99.258	Impostos a recolher	11.071
Contas a receber - partes relacionadas	6.417	Impostos parcelados	346
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.865	Salários e encargos sociais	17.448
Impostos a recuperar	9.485	Provisão para férias e 13º salário e encargos sociais	45.373
Despesas antecipadas	25.374	Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.782
Outros créditos	9.272	Demais contas a pagar	5.250
Total do ativo circulante	170.498	Total do passivo circulante	183.729
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Realizável a longo prazo:		Fornecedores	1.497
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.448	Empréstimos e financiamentos	137.722
Despesas antecipadas	31.594	Provisão para contingências	25.066
Outros créditos	12	Impostos parcelados	2.270
Investimentos	3	Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.466
Imobilizado	248.544	Outras contas a pagar	308
Intangível	140.395	Total do passivo não circulante	168.329
Total do ativo não circulante	429.996		
		PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS	215
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	248.221
TOTAL DO ATIVO	600.494	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	600.494

b) Demonstração combinada do resultado referente ao semestre findo em 30 de junho de 2008 (não auditada):

RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS	466.105
Deduções de vendas	(47.088)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	419.017
Custo dos serviços prestados	(342.861)
LUCRO BRUTO	76.156
DESPESAS OPERACIONAIS	
Vendas	(6.420)
Gerais e administrativas	(46.575)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.347)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	20.814
RESULTADO FINANCEIRO	
Receitas financeiras	408
Despesas financeiras	(9.246)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.976
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	
Correntes	(7.327)
Diferidos	4.042
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS MINORITÁRIOS	8.691
Participação dos minoritários	120
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	8.811

c) Demonstração combinada dos fluxos de caixa referente ao semestre findo em 30 de junho de 2008 (não auditada):

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Lucro líquido do semestre	8.811
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.042)
Depreciações e amortizações	41.417
Valor residual de baixa de ativo permanente	9.775
Provisão para contingências	3.686
	59.647
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	
Contas a receber - clientes e partes relacionadas	(7.421)
Impostos a recuperar	(1.160)
Despesas antecipadas	(2.762)
Depósitos judiciais	(898)
Outras contas a receber	1.584
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	
Fornecedores	(9.122)
Salários, provisão para férias e encargos sociais	9.591
Impostos a recolher	(984)
Outras contas a pagar	(4.930)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	43.545
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de investimentos	(19.844)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	(45.800)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(65.644)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Aumento de capital	10.367
Adiantamento para futuro aumento de capital	(631)
Pagamento de empréstimos	(1.201)
Obtenção de empréstimos	6.119
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	14.654
Caixa proveniente de controladas adquiridas	794
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (*)	(6.651)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	
Saldo final	15.827
Saldo inicial	22.478
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (*)	(6.651)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS:	
Juros pagos no semestre	3.063
Imposto de renda e contribuição social pagos no semestre	5.277
TRANSAÇÕES NÃO CAIXA: Arrendamento mercantil	13.800

(*) Caixa, bancos e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

26. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(a) Essas demonstrações financeiras, originalmente divulgadas em 24 de julho de 2009, foram reapresentadas para contemplar informações adicionais às seguintes notas explicativas: "2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis", "9 - Imobilizado", "10 - Intangível", "11 - Transações com Partes Relacionadas", "13 - Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Mercantil", "14 - Provisão para Contingências", "15 - Impostos a Recolher", "21 - Remuneração dos Administradores", "23 - Instrumentos Financeiros", "24 - Seguros" e "25 - Demonstrações Financeiras Combinadas', e também nas demonstrações dos fluxos de caixa para a inclusão da informação das transações que não afetam caixa.

(b) Essas demonstrações financeiras, reapresentadas em 6 de setembro de 2009 para contemplar as informações adicionais às notas explicativas mencionadas no item (a) acima, estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais às seguintes notas explicativas: "14 - Provisão para Contingências" e "23 - Instrumentos Financeiros"

Demonstrações Financeiras da Tivit Tecnologia, individuais e consolidadas, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e respectivo parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TIVIT Tecnologia da Informação S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2007 e de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes

(Reapresentação)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua José Guerra, 127
04719-030 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da TIVIT Tecnologia da Informação S.A. ("Sociedade"), levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Examinamos também, o balanço patrimonial consolidado TIVIT Tecnologia da Informação S.A. e controladas ("Sociedades"), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

3. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

4. A Administração da Sociedade deixou de apresentar as demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, embora requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, após a promulgação da Lei nº 11.638/07, para cumprir com as normas da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

5. Em nossa opinião, exceto quanto à não apresentação das demonstrações do valor adicionado, conforme mencionado no parágrafo 4 acima, que resulta em apresentação incompleta, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TIVIT Tecnologia da Informação S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa das operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

6. Em nossa opinião, exceto quanto à não apresentação da demonstração do valor adicionado, conforme mencionado no parágrafo 4 acima, que resulta em apresentação incompleta, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 2 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da TIVIT Tecnologia da Informação S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), e os fluxos de caixa das operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram ajustadas e reclassificadas em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o exercício de 2008 e, como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, foram reapresentadas para refletir os efeitos de forma retrospectiva.

São Paulo, 30 de janeiro de 2008, exceto para o assunto mencionado na nota explicativa nº 2 e parágrafo 7 acima e quanto ao assunto mencionado na nota explicativa 25.b), cuja data é 24 de julho de 2009.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007
CIRCULANTE				
Caixa e bancos		681	545	9.925
Aplicações financeiras	4	503.329	464.746	506.150
Contas a receber de clientes	5	277	23.693	49.950
Contas a receber de partes relacionadas	5 e 10	-	5.398	2.550
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	3.952
Despesas pagas antecipadamente	6	-	12.856	10.552
Dividendos propostos a receber		-	-	-
Demais contas a receber		6.738	6.160	15.080
Total do ativo circulante		511.025	513.398	598.159
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Despesas pagas antecipadamente	6	-	41.733	19.104
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	2.568	1.225
Mútuo a receber	10	-	-	-
Demais contas a receber		-	772	-
Investimentos	7	134.751	960	570
Imobilizado	8	-	169.418	143.182
Intangível:				
Ágio na aquisição de investimentos	9	63.610	-	113.896
Outros intangíveis	9	-	32.984	26.943
Total do ativo não circulante		198.361	248.435	304.920
TOTAL DO ATIVO		709.386	761.833	903.079

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007
CIRCULANTE				
Fornecedores		-	20.620	35.552
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	11	-	12.593	86.265
Partes relacionadas	10	1.177	42	545
Impostos a recolher		1.686	3.739	7.985
Impostos parcelados	13	-	-	185
Salários e encargos sociais		-	11.659	11.699
Provisão para férias e encargos sociais	14	-	9.323	16.270
Dividendos propostos	16	6.419	7.452	6.419
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	1.099	623
Demais contas a pagar		15	237	6.937
Total do passivo circulante		9.297	66.764	172.480
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores		-	7.696	1.204
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	11	-	15.063	14.608
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	1.050	1.868
Provisão para contingências	12	8.115	8.349	19.453
Impostos parcelados	13	-	-	1.304
Adiantamento para futuro aumento de capital	10 e 15	-	5.500	-
Demais contas a pagar		-	-	12
Total do passivo não circulante		8.115	37.658	38.449
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		-	-	176
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social integralizado	16.a)	531.018	525.518	531.018
Reserva legal		8.254	6.903	8.254
Reserva de retenção de lucros		152.702	124.990	152.702
Total do patrimônio líquido		691.974	657.411	691.974
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		709.386	761.833	903.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		183.897	322.160	410.627
Deduções da receita bruta de serviços		(26.114)	(46.987)	(49.439)
RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL		157.783	275.173	361.188
Custo dos serviços prestados		(129.094)	(221.928)	(289.101)
LUCRO BRUTO		28.689	53.245	72.087
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Com vendas		(16.086)	(29.061)	(21.057)
Gerais e administrativas		(11.983)	(36.026)	(49.319)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(5.283)	184	(713)
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(3.611)	1.185	(3.817)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(8.274)	(10.473)	(2.819)
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	18	55.407	60.266	55.795
Despesas financeiras	18	(7.948)	(12.685)	(11.870)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		39.185	37.108	41.106
Imposto de renda e contribuição social	17.b)	(12.624)	(8.252)	(15.996)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.b)	1.469	1.896	2.832
LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		28.030	30.752	27.942
Participação de minoritários		-	-	88
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		28.030	30.752	28.030
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO	16.a)	93.723	92.951	
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NO FIM DO EXERCÍCIO - R$		299,07	330,84	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Reservas de lucros - Legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		464.143	(80)	5.334	95.730	565.127
Ajustes de exercícios anteriores relacionados à aplicação da Lei nº 11.638/07 e outros		-	-	-	5.857	5.857
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2006		464.143	(80)	5.334	101.587	570.984
Reversão de dividendos propostos	16.c)	-	-	-	1.672	1.672
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital		61.455	-	-	-	61.455
Lucro líquido originalmente reportado		-	-	-	31.376	31.376
Ajustes de exercícios anteriores contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	(3.286)	(3.286)
Ajustes relacionados à aplicação da Lei nº 11.638/07 contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	2.662	2.662
Lucro líquido ajustado		-	-	-	30.752	30.752
Destinação do lucro líquido:						
Constituição da reserva legal		-	-	1.569	(1.569)	-
Dividendos propostos - R$14,48 por ação		-	-	-	(7.452)	(7.452)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		525.598	(80)	6.903	124.990	657.411
Reversão de dividendos propostos		-	-	-	7.452	7.452
Capitalização de adiantamento para futuro aumento de capital		5.500	-	-	-	5.500
Lucro líquido do exercício originalmente reportado		-	-	-	27.027	27.027
Ajuste de exercícios anteriores contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	1.003	1.003
Lucro do exercício ajustado		-	-	-	28.030	28.030
Destinação do lucro líquido:						-
Constituição da reserva legal	16.b)	-	-	1.351	(1.351)	-
Dividendos propostos	16.b)	-	-	-	(6.419)	(6.419)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		531.098	(80)	8.254	152.702	691.974

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais - R$)

	Controladora		Consolidado
	2007	2006	2007
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício	28.030	30.752	28.030
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.469)	(1.896)	(2.832)
Depreciação e amortização	33.004	50.950	58.799
Valor residual de baixa do ativo permanente	3.023	755	3.803
Provisão para devedores duvidosos		(229)	
Complemento da provisão para contingências	565	1.516	1.917
Resultado de equivalência patrimonial	5.283	(192)	713
Encargos financeiros sobre empréstimos a receber			
Encargos financeiros sobre empréstimos a pagar	-	-	1.268
	68.436	81.656	91.698
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	(5.873)	(2.494)	(5.577)
Depósitos judiciais	-	-	-
Despesas antecipadas	(5.221)	(52.560)	(28.147)
Outras contas a receber	(4.606)	3.144	(9.854)
	(15.700)	(51.910)	(43.578)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	623	14.451	29.315
Partes relacionadas	1.929	-	503
Salários e encargos a pagar	(2.538)	2.022	(998)
Provisão para férias e encargos sociais	(2.030)	-	11.378
Impostos a recolher	1.621	(2.030)	(1.368)
Outras contas a pagar	1.615	(223)	7.389
	1.220	14.220	46.219
Caixa gerado pelas atividades operacionais	53.956	43.966	94.339
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos	-	-	(52.933)
Recebimento pela venda de investimentos		458	
Aquisição de bens para o ativo imobilizado e intangível	(22.186)	(32.472)	(61.362)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(22.186)	(32.014)	(114.295)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	-	40.000	-
Mútuo a receber	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	5.500	-
Pagamento de empréstimos	-	-	(1.343)
Obtenção de empréstimo	6.949	3.038	65.668
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	6.949	48.538	64.325
Caixa, bancos e aplicações financeiras de empresa incorporada	-	-	6.415
AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)	38.719	60.490	50.784
CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
Saldo final	504.010	465.291	516.075
Saldo inicial	465.291	404.801	465.291
AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)	38.719	60.490	50.784
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
Juros pagos durante o exercício	656	998	1.743
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	1.132	1.389	5.310

(*) Saldos com conversabilidade imediata e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TIVIT Tecnologia da Informação S.A. (anteriormente denominada OptiGlobe Telecomunicações S.A.) ("Sociedade") foi constituída em 18 de outubro de 1999 e, em 26 de agosto de 2002, o controle acionário foi adquirido pelo Grupo Votorantim.

A Sociedade tem como principais objetivos: (a) serviços de armazenamento de dados e armazenamento de outros bens; (b) serviços de assessoria e consultoria em informática; (c) serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (d) serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; (e) serviços de processamento de dados em geral, telecomunicações e congêneres; (f) ensino e treinamento em serviços de informática; (g) serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza e elaboração de programas de computador (software); (h) comércio, importação e exportação de equipamentos, para uso próprio ou em conexão com a prestação de serviços para terceiros; (i) locação de espaço físico em imóveis; e (j) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Sociedade e suas controladas dependem, em parte, de tecnologia licenciada de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de suas estratégias de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, as Sociedades poderão se tornar mais dependentes da tecnologia fornecida por terceiros.

Eventos societários recentes

- Em 20 de abril de 2007, a Sociedade, a Telefutura Centrais de Atendimento S.A. ("Telefutura") e seus respectivos acionistas celebraram um Contrato de Associação para a união de suas atividades.

- Em 14 de maio de 2007, a Telefutura foi incorporada por sua controlada Telefutura Atendimentos Telefônicos Ltda., que alterou seu tipo societário e sua denominação social para Tivit Atendimentos Telefônicos S.A. (posteriormente denominada Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.).

- Em 22 e 29 de junho de 2007, os acionistas da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. ("TTP") subscreveram e integralizaram o capital da Tivit Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. ("Tivit Terceirização") com as ações por eles possuídas da própria TTP, com base em laudos de avaliação a valores contábeis em 31 de maio de 2007, como segue:

Ativo:	
Circulante	54.458
Não circulante	46.782
Total do ativo	101.240
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	51.634
Não circulante	5.647
Patrimônio líquido	43.959
Total do passivo e patrimônio líquido	101.240

- Em 18 de julho de 2007, a Sociedade contribuiu para o capital da Tivit Terceirização com o seu acervo líquido operacional, conforme demonstrado a seguir:

Ativo:	
Circulante	57.532
Não circulante	198.012
Total do ativo	255.544
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	46.270
Não circulante	10.947
Patrimônio líquido	198.327
Total do passivo e patrimônio líquido	255.544

- Em 20 de julho de 2007, por meio da controlada indireta Tivit Investimentos S.A. ("Tivit Investimentos"), foi adquirida de terceiros, a saber: Cambury LLC, Nederlandse Financierings - Maatschappij Voor Ontwikkelingslanden, Luiz Francisco Novelli Viana, Roberto e Lúcia Josuá, HPELCA Administração e Participação Ltda., Topázio Silveira Neto, Jarbas Leme Nogueira Junior e Ladislau Zavaldi Neto, a totalidade das ações da Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway") e das cotas de sua controladora Angra dos Reis Ltda. ("Angra dos Reis"), por R$91.553, gerando um ágio de R$98.628, fundamentado na expectativa de rentabilidade futura (vide nota explicativa nº 9).

  Na data da aquisição, o balanço patrimonial consolidado das empresas adquiridas era o seguinte:

Ativo:	
Circulante	22.590
Não circulante	13.838
Total do ativo	36.428
Passivo e passivo a descoberto:	
Circulante	23.302
Não circulante	20.201
Passivo a descoberto	(7.075)
Total do passivo e passivo a descoberto	36.428

Contexto operacional das controladas

A Tivit Terceirização tem como principais objetivos a prestação de serviços de tecnologia da informação, envolvendo: (a) serviços de armazenamento de dados e armazenamento de outros bens relacionados às suas atividades; (b) serviços de assessoria e consultoria em informática; (c) serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (d) serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às suas atividades; (e) serviços de processamento de dados em geral e congêneres; (f) ensino e treinamento em serviços e informática; (g) serviços de pesquisa e desenvolvimento de qualquer natureza, elaboração de programas de computador (software); e (h) comércio, importação e exportação de equipamentos relacionados às suas atividades, para uso próprio ou em conexão com prestação de serviços para terceiros.

A TTP tem como principais objetivos a prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento de qualquer natureza, elaboração de programas de computador (software), de contatos telefônicos e serviços de "call center" e a implantação de centrais de atendimento para terceiros.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modificou as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida Lei, com aplicação a partir de 2008, estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e atribui à CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), a Sociedade estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2005. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Sociedade preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Sociedade exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As presentes demonstrações financeiras haviam sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As principais alterações decorrentes da aplicação dessas novas práticas contábeis adotadas pela Sociedade foram as seguintes:

- Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Inclusão da demonstração do valor adicionado, elaborada conforme pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

- Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Sociedade avaliou os efeitos do ajuste a valor presente de direitos e obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Criação da rubrica "Intangível", apresentada nos balanços patrimoniais no grupo "Ativo não circulante".

- Eliminação da rubrica "Ativo diferido", cujos valores foram alocados aos ativos imobilizado e intangível.

- Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações da Sociedade adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos.

- Extinção da rubrica "Resultados não operacionais", apresentada na demonstração do resultado.

Para fins de melhor comparação, e de acordo com a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, as demonstrações financeiras foram ajustadas e reclassificadas e os efeitos estão demonstrados a seguir:

	2007	2006
Patrimônio líquido originalmente reportado	682.452	648.892
Ajustes:		
Custo de aquisição de equipamentos de informática por meio de arrendamento mercantil, líquido	43.155	35.290
Saldo de financiamento - arrendamento mercantil a pagar	(31.141)	(24.622)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(2.492)	(2.149)
Patrimônio líquido ajustado	691.974	657.411

	2007	2006
Lucro líquido do exercício originalmente reportado	27.027	28.090
Ajustes:		
Reversão das despesas com arrendamento mercantil	7.864	10.788
Contabilização das despesas de depreciação do exercício	(6.519)	(7.455)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(342)	(671)
Lucro líquido do exercício ajustado	28.030	30.752

Adicionalmente aos ajustes relativos à aplicação da Lei nº 11.638/07, a Sociedade havia contabilizado de forma retrospectiva os seguintes ajustes:

	2006
Reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.452)
Complemento da provisão para contingências	(1.300)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(534)
	3.286

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Aplicações financeiras

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

b) Contas a receber

Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos e ajustados ao seu valor presente, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber, considerando os seguintes critérios: (i) provisão de 100% para os saldos vencidos há mais de 120 dias; e (ii) análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento.

c) Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras preparadas na mesma data-base da Sociedade.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção são capitalizados, quando aplicável. Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos.

e) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9, que consideram a vida útil-econômica estimada dos softwares e dos gastos com implementação de sistemas. O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado com base na expectativa de lucratividade futura e é amortizado em cinco anos, de forma linear.

f) Outros ativos (circulante e não circulante)

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais.

h) Outros passivos (circulante e não circulante)

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado, às projeções preparadas para a realização do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos e às provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Sociedade, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas.

k) Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

l) Lucro líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da controlada direta em conjunto, Tivit Terceirização, e suas controladas indiretas em conjunto, TTP (anteriormente denominada Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.), Notafix Consultoria e Assessoria em Informática S.A.

Na preparação dessas demonstrações foram eliminados os saldos de investimentos em controladas e os decorrentes de transações realizadas entre as Sociedades. A participação dos acionistas minoritários foi destacada. As demonstrações financeiras das controladas em conjunto foram consolidadas de forma proporcional, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Remuneração da variação do CDI em 2007 - %	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007
Aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	102	301.584	269.229	304.405
Aplicações com taxa pós-fixada (b)		16.932	156.434	167.932
Contratos de "swap" (nota explicativa nº 23)		33.813	39.083	33.813
		503.329	464.746	506.150

(a) Não há prazo de carência para resgate.

(b) Representadas principalmente por cotas de fundos de investimentos financeiros, administrados por instituições financeiras, com sua posição composta por títulos públicos do governo brasileiro e títulos privados. Não há prazo de carência para resgate.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	Controladora 2007	Controladora 2006	Consolidado 2007
Clientes - terceiros	277	35.375	50.568
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	-	5.398	2.550
Fundo FIDC - contas a receber cedido	-	(6.267)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(5.415)	(618)
	277	29.091	52.500

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2007, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora	Consolidado
A vencer:		
Até 90 dias	277	47.205
Vencidas:		
Até 90 dias	-	5.049
Há mais de 90 dias	-	864
	277	53.118

6. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidado	Controladora
	2007	2006
Manutenção de softwares (a)	8.684	751
Licença de uso de software (b)	2.210	14.809
Adiantamento para prestação de serviços (c)	17.711	37.000
Direito de uso da marca - Salutia	208	1.314
Outras	843	715
	29.656	54.589
Classificadas no circulante	10.552	12.856
Classificadas no não circulante	19.104	41.733

(a) Refere-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de manutenção de softwares, apropriados ao resultado pelos períodos contratados.

(b) Refere-se, substancialmente, ao Termo de Licença de Uso e Manutenção firmado com o fornecedor de software Computer Associates Programas de Computadores Ltda. em 31 de março de 2006, prorrogado em outubro de 2007 por um prazo de sete anos e no valor total de R$61.424, a ser pago em doze parcelas anuais reajustadas com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, a partir do segundo ano. A apropriação ao resultado é efetuada de forma linear no período do contrato.

(c) Refere-se a um contrato entre a Sociedade e determinado cliente (contratante), com aval da Votorantim Novos Negócios Ltda., para a prestação de serviços de processamento de dados, contrato que tem compromisso de confidenciabilidade das informações. O prazo do contrato é de dez anos, iniciado em 30 de março de 2006. Como garantia à prestação dos serviços foi pago o valor de R$40.000 pela Sociedade ao cliente, o qual está sendo amortizado de forma linear pelo prazo do contrato. Em caso de rescisão de alguma cláusula do contrato por parte do contratante, existirá reembolso proporcional do valor de acordo com o número de anos decorridos.

7. INVESTIMENTOS

a) Principais informações sobre as controladas em 31 de dezembro de 2007:

	Participação - %		Dados das controladas					
	Direta	Total	Quantidade de ações/ cotas detidas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Equivalência patrimonial	Saldo
Controladas diretas:								
TIVIT Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A.	53,67	53,67	51.840.019	242.286	250.016	(8.147)	(5.512)	134.184
Votocel Filmes Flexíveis Ltda.	10,03	10,03	2.594	4.205	5.684	(3.878)	(389)	567
Verata Consultoria e Serviços de Tecnologia Ltda.	(***)						618	-
Total - controladora							(5.283)	134.751

b) Informações sobre controladas indiretas

	Participação - %		Dados das controladas			
	Direta	Total	Quantidade de ações/ cotas detidas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Controladas indiretas:						
Tivit Atendimentos Telefônicos S.A. (*)	100	100	1.050.599	39.361	36.003	(8.595)
Varanasi Administração de Bens S.A. (****)						(1.608)
Notafix Consultoria e Assessoria em Informática S.A. (**)	75	75	15.000	619	1.314	(651)
Tivit Locação de Equipamentos Ltda. (****)						18.440
Tivit Investimentos S.A. (**)		100	95.001.000	93.834	91.112	(2.722)
Angra Participações Ltda. (**)		100	21.817.023	21.817	(637)	3.338
Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. (**)		100	233.619	6.329	(1.375)	2.217

(*) Corresponde ao resultado do período de sete meses findo em 31 de dezembro de 2007.

(**) Corresponde ao resultado do período de seis meses findo em 31 de dezembro de 2007.

(***) Corresponde ao resultado dos meses de maio e junho de 2007, antes da incorporação pela controladora Verata Consultoria e Serviços de Tecnologia Ltda.

(****) Corresponde ao resultado do período de maio a novembro de 2007, antes da incorporação pela Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.

8. IMOBILIZADO

		2007			2006
		Consolidado			Controladora
	Taxa média anual de depreciação/ amortização - %	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	5.596	-	5.596	10.426
Máquinas e equipamentos	20	76.290	(45.327)	30.963	53.179
Instalações	10	4.417	(2.007)	2.410	1.529
Móveis e utensílios	10	17.181	(6.595)	10.586	4.363
Edificações	4	22.768	(7.828)	14.940	32.299
Computadores e periféricos	20	135.126	(76.474)	58.652	49.512
Benfeitorias em propriedade de terceiros	11	44.467	(27.348)	17.119	14.731
Veículos	20	3.021	(105)	2.916	3.379
		308.866	(165.684)	143.182	169.418

Na rubrica "Benfeitorias em propriedade de terceiros" estão registrados os custos com a construção dos "data centers", bem como os custos relativos à instalação e adaptação de equipamentos computadorizados.

A depreciação e a amortização alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas operacionais em 2007 são de R$27.743.

Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, existem ativos imobilizados de R$55.565 e R$48.861, respectivamente, dados em garantia às operações de arrendamento mercantil. As despesas de depreciação dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas", são de R$13.784 e R$21.545.

9. INTANGÍVEL

		Controladora				Consolidado		
		2007			2006	2007		
	Taxa média amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio:								
Tivit Terceirização (a)	20	66.958	(3.348)	63.610	-	66.958	(3.348)	63.610
Softway (b)	20	-	-	-	-	59.992	(9.706)	50.286
		66.958	(3.348)	63.610	-	126.950	(13.054)	113.896
Outros:								
Software	20	-	-	-	30.555	54.798	(28.309)	26.489
Gastos com implementação de software	20	-	-	-	2.429	723	(269)	454
		-	-	-	32.984	55.521	(28.578)	26.943
		66.958	(3.348)	63.610	32.984	182.471	(41.632)	140.839

(a) Em 18 de julho de 2007, a Sociedade adquiriu 54,14% do capital social da Tivit Terceirização mediante a conferência de ativos e passivos de propriedade da Sociedade avaliados em R$198.326, conforme laudo de avaliação preparado por peritos avaliadores independentes. Na data da transação, essa participação no patrimônio líquido da controlada Tivit Terceirização representava um investimento de R$131.368; consequentemente, um ágio de R$66.958 foi registrado, fundamentado na expectativa de lucros futuros, o qual está sendo amortizado em cinco anos.

(b) Refere-se substancialmente ao ágio gerado na aquisição da então controlada indireta Softway, subseqüentemente incorporada pela Sociedade. O ágio é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e é amortizado em cinco anos.

10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Sociedade, o acionista controlador, as empresas relacionadas e as controladas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Essas operações incluem, substancialmente, a prestação de serviços de consultoria e a administração dos recursos financeiros.

Os principais saldos e transações consolidados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 são os seguintes:

	2007 - Consolidado			
	Aplicações financeiras	Contas a receber	Contas a pagar	Receita bruta de serviços
Anfreixo S.A.	-	-	-	10
Banco Votorantim S.A.	305.853	30	-	176
Companhia Mineira de Metais	-	2	-	-
Citrovita Agro Industrial Ltda.	-	157	-	1.054
Companhia Brasileira de Alumínio	-	176	-	971
Companhia Nitro Química Brasileira	-	81	-	442
Votorantim Celulose e Papel S.A.	-	419	-	3.350
Votorantim Cimentos Ltda.	-	389	-	2.344
Votorantim Energia Ltda.	-	32	-	163
Votorantim International Brasil Ltda.	-	52	-	223
Votorantim Investimentos Industriais S.A.	-	260	-	852
Votorantim Metais Ltda.	-	495	-	2.864
Votorantim Novos Negócios Ltda.	-	13	-	39
Votorantim Participações S.A.	-	14	-	22
Com. Ind. Atlas Metalúrgica	-	-	-	503
Engemix S.A.	-	20	-	40
St. Marys Cement Inc.	-	410	-	-
Outros	-	-	545	640
	305.853	2.550	545	13.693

	2006 - Controladora						
	Aplicações financeiras	Contas a receber	Fornecedores	Adiantamento para futuro aumento de capital	Receita bruta de serviços (c)	Compras	Receitas financeiras
Anfreixo S.A.	-	4	16	-	42	56	-
Banco Votorantim S.A. (a)	389.823	40	-	-	490	-	37.750
Citrovita Agro Industrial Ltda.	-	318	-	-	5.826	-	-
Companhia Brasileira de Alumínio	-	18	-	-	4.003	-	-
Companhia Nitroquímica Brasileira	-	142	-	-	1.468	-	-
Votorantim Celulose e Papel S.A.	-	2.856	-	-	12.120	3	-
Votorantim Cimentos Ltda.	-	886	-	-	10.665	-	-
Votorantim Cimentos Brasil	-	7	-	-	15	-	-
Votorantim Energia Ltda.	-	44	-	-	579	-	-
Votorantim International Brasil Ltda.	-	26	-	-	269	-	-
Votorantim Investimentos Industriais S.A.	-	276	-	-	2.574	-	-
Votorantim Metais Ltda.	-	777	-	-	15.343	-	-
Votorantim Metais Zinco	-	-	-	-	9	-	-
Votorantim Novos Negócios Ltda.	-	2	-	-	12	-	-
Votorantim Participações S.A.	-	2	-	5.500	370	-	-
Indústria e Comércio Metalúrgica Atlas S.A.	-	-	26	-	-	1.883	-
	389.823	5.398	42	5.500	53.785	1.942	37.750

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO MERCANTIL

	Encargos financeiros médios	Consolidado 2007	Controladora 2006
Banco ABN AMRO Real S.A. (a) (b)	0,9132% a.m.	64.420	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (c)	9,75% a.a.	5.312	3.038
Arrendamento mercantil a pagar (d)	11,44% a.a.	31.141	24.618
		100.873	27.656
Parcela do circulante		86.265	12.593
Parcela do não circulante		14.608	15.063

(a) Em 27 de junho de 2007, a TTP emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédulas de Crédito Bancário e celebrou também os contratos de "swap", por meio dos quais captou recursos de R$15,5 milhões ao custo de 102% do CDI, com vencimento para 15 e 30 de janeiro de 2008 com garantia da Sociedade. Esses recursos foram utilizados para financiamento de suas atividades operacionais.

(b) Em 19 de julho de 2007, a TTP emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédula de Crédito Bancário e celebrou também contrato de "swap", por meio do qual captou recursos de R$99,54 milhões ao custo de 102% do CDI, com vencimento previsto para 19 de outubro de 2007 e com garantia da Sociedade. Esses recursos foram utilizados pela TTP, parte para aquisição da Softway, por meio da Tivit Investimentos S.A., e parte para a utilização em outras atividades operacionais. Esse empréstimo foi renovado em 19 de outubro de 2007 com vencimento para 18 de janeiro de 2008 ao custo de 105,5% do CDI.

(c) Em 30 de novembro de 2006, a Sociedade (com posterior transferência à Tivit Terceirização, quando da contribuição do acervo líquido, conforme descrito na nota explicativa nº 1), emitiu em favor do Banco Itaú S.A. Cédula de Crédito Bancário, proveniente de linha de crédito do BNDES automático, de R$10 milhões, com carência de 12 meses, pagamento de juros trimestrais e amortização do principal em 48 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2008. Tais recursos foram utilizados para financiamento de investimentos de aquisição de software e consultorias para projeto de implantação do sistema ERP.

(d) Refere-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações das controladas. Em 31 de dezembro de 2007, a Tivit Terceirização e sua controlada TTP possuíam 35 contratos de arrendamento mercantil, com vencimentos entre 20 de fevereiro de 2007 e 27 de novembro de 2010, com juros médios de 11,44% ao ano no montante total de R$31,1 milhões. Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem, mediante nota promissória a favor do arrendador.

Em 31 de dezembro de 2007, o cronograma consolidado de pagamento das parcelas de longo prazo é como segue:

	Consolidado 2007
2009	10.956
2010	3.652
	14.608

Os contratos não prevêem a manutenção de índices financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.).

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para todas as questões que estão sendo contestadas é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação da Administração das Sociedades e de seus assessores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, cíveis e trabalhistas. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados às contingências trabalhistas e previdenciárias. A composição das contingências é como segue:

	Controladora		Consolidado
	2007	2006	2007
Tributárias (a)	300	433	3.888
Trabalhistas e previdenciárias (b)	9.863	9.757	19.841
Cíveis (c)	1.862	1.982	2.112
	12.025	12.172	25.841
Depósitos judiciais	(3.910)	(3.823)	(6.388)
	8.115	8.349	19.453

(a) Referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da tributação de certos impostos, taxas e contribuições.

(b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda sem discussão judicial, para as quais a Sociedade e suas controladas consignaram provisão para contingências.

(c) Referem-se a processos relacionados principalmente a ações de cobrança, danos morais e rescisões contratuais.

Os processos encontram-se nas diversas esferas administrativas e judiciais. Contudo, a Administração entende que o caixa gerado em suas operações será suficiente para honrar o pagamento dessas contingências, mesmo se exigidas no curto prazo.

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos seus assessores jurídicos, de R$33.014 em 31 de dezembro de 2007, está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, o qual, quando aplicável, é amparado por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

As movimentações nas provisões consolidadas são como segue:

	31.12.2006	Adições	Reversões	31.12.2007
Tributárias	433	3.588	(133)	3.888
Trabalhistas e previdenciárias	9.757	10.625	(541)	19.841
Cíveis	1.982	250	(120)	2.112
	12.172	14.463	(5.794)	25.841

13. IMPOSTOS PARCELADOS

Em 2006, a controlada TTP protocolou pedido de opção por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, para pagamento ao Instituto Nacional do Seguro Social - Serviço Social do Comércio - INSS-SESC não recolhido no periodo de junho de 2001 a outubro de 2005.

Composição do saldo devedor em 31 de dezembro de 2007:

		2007		
Período	Prazo do parcelamento	Principal	Multa e juros	Saldo devedor
Junho de 2001 a janeiro de 2003	130 meses	254	19	273
Fevereiro de 2003 a outubro de 2005	120 meses	1.129	87	1.216
				1.489
Parcela do circulante				185
Parcela do não circulante				1.304

A parcela de longo prazo em 31 de dezembro de 2007 tem o seguinte vencimento:

Ano	Consolidado
2010	185
2011	185
2012	185
2013 em diante	749
	1.304

Após a homologação do pedido por parte da Receita Federal, a controlada será obrigada a manter o pagamento regular dos impostos e das contribuições como condição essencial para a manutenção do parcelamento.

14. PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora	Consolidado
	2006	2007
Provisão para férias	6.840	12.055
Encargos sociais sobre provisão para férias	2.483	4.215
	9.323	16.270

15. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Durante o exercícios de 2006, a Votorantim Participações S.A. efetuou aporte a título de adiantamento para futuro aumento de capital de R$ 5.500, capitalizado em 2007.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social integralizado

Em 31 de dezembro de 2007, o capital social integralizado é de R$531.018, dividido em 93.723 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Ações ordinárias integralizadas	Participação - %
Votorantim Participações S.A.	89.492	95,49
Esag Holdings Participações S.A.	4.228	4,51
Pessoas físicas	3	-
	93.723	100

b) Dividendos, reserva legal e reserva de lucros

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral.

Os dividendos mínimos propostos pelos Administradores em 31 de dezembro de 2007, conforme cálculo demonstrado a seguir, foi registrado na rubrica "Dividendos a pagar":

Lucro líquido do exercício – originalmente reportado	27.027
Constituição da reserva legal - 5%	(1.351)
Base de cálculo dos dividendos	25.676
Dividendos mínimos a pagar - 25%	6.419

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade e suas controladas possuem saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, de R$171.309 e R$171.408, respectivamente, para os quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Em 31 de dezembro de 2007, a controlada Tivit Terceirização possui saldo de diferenças temporariamente indedutíveis, para as quais foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos de R$5.177 no consolidado.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade e suas controladas possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática por meio de arrendamento mercantil e já aproveitado fiscalmente na apuração do lucro real e da base da contribuição social e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil, conforme requerido pela Lei nº 11.638/07.

O prazo de recuperação dos créditos fiscais dependerá do período em que as provisões constituídas se reverterão.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado
	2007	2006	2007
Lucro antes do imposto de renda ("IRPJ") e da contribuição social ("CSLL")	39.185	37.108	41.106
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL - %	34	34	34
Expectativa de IRPJ e CSLL, de acordo com as alíquotas vigentes	(13.323)	(12.617)	(13.976)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre diferenças permanentes	2.137	6.175	2.596
Outros	31	86	(1.784)
Despesa de IRPJ e CSLL no resultado do exercício	(11.155)	(6.356)	(13.164)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	2007	2006	2007
Receitas:			
Aplicações financeiras	55.341	60.003	55.719
Juros incorridos sobre contas a receber	19	208	29
Descontos obtidos	47	55	47
	55.407	60.266	55.795
Despesas:			
Juros bancários	(6.576)	(12.248)	(9.989)
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	(792)	(21)	(792)
Juros incorridos sobre contas a pagar	(316)	(215)	(341)
Variação cambial	(47)	(5)	(47)
Descontos concedidos	(26)	(53)	(28)
Outras	(191)	(143)	(673)
	(7.948)	(12.685)	(11.870)
Resultado financeiro	47.459	47.581	(43.925)

19. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado
	2007	2006	2007
Amortização de ágio	(4.318)		(4.524)
Ganhos na alienação de ativos	-	1.673	-
Multas de rescisão contratual	707	(488)	707
	(3.611)	1.185	(3.817)

20. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Sociedade e suas controladas têm como política a distribuição de bônus aos seus funcionários vinculados a um plano de ação e ao alcance de objetivos específicos, que são estabelecidos e acordados no início de cada exercício, embora não haja um plano formal firmado com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, as participações nos lucros e resultados foram de R$5.263 (consolidado) (R$4.810 em 2006), as quais foram apropriadas ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". Nos encerramentos dos exercícios, os valores encontravam-se pendentes de pagamento e estavam classificados na rubrica "Salários e encargos sociais".

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os honorários dos administradores foram de R$2.309 (consolidado) (R$2.751 em 2006), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

22. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pelas Sociedades são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica, para fins de serviços de manutenção de rede de telecomunicações na instalação localizada na Estrada dos Bandeirantes, nº 10.916, no Município do Rio de Janeiro. O contrato é prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de dois anos, tendo iniciado em 14 de novembro de 2002. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os custos relacionados a esse contrato foram de R$1.402 (consolidado) (R$1.797 em 2006).

- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. O contrato tem vigência de 1º de outubro de 2006 a 31 de dezembro de 2011. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os custos relacionados a esse contrato foram de R$388 (consolidado) (R$ 356 em 2006).

- Transmissão e entrega de sinais digitais - consistem em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os custos relacionados a esses contratos foram de R$4.043 (consolidado) (R$6.494 em 2006).

- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia da controlada TTP com a Embratel e Intelig, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela controlada. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os custos relacionados a esses contratos foram de R$6.127 (consolidado).

- Uso de sistema operacional - o contrato tem vigência de três anos, conforme detalhado na nota explicativa nº 6. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os custos relacionados a esse contrato foram de R$2.780 (consolidado) (R$3.784 em 2006).

- Fornecimento de software e serviços - os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2007, os custos relacionados a esses contratos foram de R$7.280 (consolidado) (R$14.033 em 2006).

- Arrendamento mercantil - a Sociedade possui diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras. Os detalhes desses compromissos estão apresentados na nota explicativa nº 11.

- Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Sociedade é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, as despesas com aluguéis foram de aproximadamente R$2.383 (consolidado) (R$5.881 em 2006). Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade e suas controladas participam em operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os seguintes instrumentos financeiros ativos e passivos são mantidos pelas Sociedades em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, bem como os critérios para valorização e/ou avaliação:

a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar de curto prazo - considerando a natureza dos saldos e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

b) Investimentos - consistem, principalmente, em investimentos em coligada de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial. Considerações de valor de mercado das participações possuídas não são aplicáveis.

c) Empréstimos e financiamentos - a controlada Tivit Terceirização possui um financiamento com o BNDES relacionado à aquisição de software e de consultoria para projeto de implantação de sistemas, com encargos financeiros médios de 9,75% ao ano e com vencimento em parcelas mensais até dezembro de 2011. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessa transação.

d) Empréstimos e financiamentos - a controlada TTP possui um empréstimo com o Banco ABN AMRO Real S.A. para a compra de participação na Softway, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, com encargos financeiros médios de 0,91% ao mês e com vencimento final em abril de 2012. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessa transação.

e) Risco de crédito - a base de clientes da Sociedade é bastante concentrada e os dez principais clientes representam aproximadamente 56% do total do faturamento no semestre findo em 31 de dezembro de 2007. A política de vendas da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

f) Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Sociedade têm o propósito de proteger suas aplicações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de juros e não são utilizados para fins especulativos. Em 31 de dezembro de 2007, conforme mencionado na nota explicativa nº 11.(a), a controlada TTP detém contratos de "swap" para mitigar os riscos de variação cambial sobre os empréstimos denominados em moeda estrangeira, passando o custo efetivo de juros a ser fixado em 105% do CDI.

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Sociedade por meio de política de controles e estabelecimento de estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

De acordo com as políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

24. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

As controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros e é de aproximadamente R$545.864 em 31 de dezembro de 2007, como segue:

Modalidade	Importância segurada
Risco operacional	549.611
Responsabilidade geral	2.000
Responsabilidade civil profissional	6.100
Multirrisco	34.272

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Conforme o Contrato de Compra e Venda de Ações, em 2 de janeiro de 2008 a ESAG Holding Participações S.A. ("ESAG") vendeu a totalidade de sua participação no capital social da Sociedade à controladora Votorantim Holding Participações S.A. ("VPar"). A transferência do investimento da ESAG para a VPar foi realizada pelo valor patrimonial das ações na data-base da transação; conseqüentemente, nenhum ganho ou perda foi gerado nessas operações.

b) Em 18 de janeiro de 2008, o empréstimo com vencimento para 18 de abril de 2008, mencionado na nota explicativa nº 11.b), foi renovado ao custo de 104,8% do CDI. Em 19 de março de 2008, o empréstimo foi novamente renovado com vencimento para 5 de março de 2010 ao custo de 104,5% do CDI.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras da Tivit Tecnologia, individuais e consolidadas, relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e 2007, e respectivos relatórios de revisão limitada dos auditores independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TIVIT Tecnologia da Informação S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Referentes aos Semestres Findos em
30 de Junho de 2008 e de 2007 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre
Revisão Limitada

(Reapresentação)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua José Guerra, 127
04719-030 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE REVISÃO LIMITADA

Aos Acionistas e Administradores da
TIVIT Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Efetuamos uma revisão limitada dos balanços patrimoniais da TIVIT Tecnologia da Informação S.A. levantados em 30 de junho de 2008 e de 2007, e das correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os semestres findos naquelas datas, preparados sob a responsabilidade da Administração da Sociedade.

2. Efetuamos, também, uma revisão limitada do balanço patrimonial consolidado da TIVIT Tecnologia da Informação S.A. e controladas ("Sociedades"), levantado em 30 de junho de 2007, e das correspondentes demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, preparados sob a responsabilidade da Administração das Sociedades.

3. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e consistiu, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras, controladora e consolidadas, em 30 de junho de 2008 e de 2007 com os responsáveis pelas áreas contábil e financeira. Considerando que essas revisões não representaram um exame de acordo com as normas brasileiras de auditoria, não estamos expressando uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

4. A Administração da Sociedade deixou de apresentar as demonstrações do valor adicionado para os semestres findos em 30 de junho de 2008 e de 2007, embora requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, após a promulgação da Lei nº 11.638/07, para cumprir com as normas da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

5. Com base em nossas revisões limitadas, exceto quanto à não apresentação das demonstrações do valor adicionado, conforme mencionado no parágrafo 4 acima, que resulta em apresentação incompleta, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações financeiras referidas nos parágrafos 1 e 2 para que estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram ajustadas e reclassificadas em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o exercício de 2008 e, como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, foram reapresentadas para refletir os efeitos de forma retrospectiva.

São Paulo, 15 de julho de 2008, exceto para o assunto mencionado na nota explicativa nº 2 e parágrafo 5 acima, cuja data é 24 de julho de 2009.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E DE 2007
(As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	(Não auditados) Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008
CIRCULANTE				
Caixa e bancos		1.886	253	6.175
Aplicações financeiras	4	286.476	482.749	290.682
Contas a receber de clientes	5	-	27.512	54.512
Contas a receber - partes relacionadas	5 e 10	-	4.394	2.204
Despesas pagas antecipadamente	6	-	19.979	13.618
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	6.432
Impostos a recuperar		9.978	11.751	15.068
Demais contas a receber		125	2.003	5.101
Total do ativo circulante		298.465	548.641	393.792
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a longo prazo:				
Despesas pagas antecipadamente	6	-	39.831	16.956
Partes relacionadas - mútuo	10	235.327	-	235.327
Demais contas a receber		-	802	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	4.127	1.250
Investimentos	7	138.872	686	-
Imobilizado	8	-	161.902	133.394
Intangível	9	56.914	32.330	132.264
Total do ativo não circulante		431.113	239.678	519.198
TOTAL DO ATIVO		729.578	788.319	912.990

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	(Não auditados) Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008
CIRCULANTE				
Fornecedores		-	26.213	32.059
Partes relacionadas	10	2.564	-	1.069
Provisão para perdas com investimentos	7	351	-	351
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	11	-	11.837	18.227
Impostos a recolher		1.191	5.713	7.131
Impostos parcelados	13	-	-	186
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17		2.568	3.409
Salários e encargos sociais		-	5.302	9.364
Provisão para férias e 13º salário e encargos sociais	14	-	13.842	24.352
Demais contas a pagar		-	2.863	2.818
Total do passivo circulante		4.106	68.338	98.966
NÃO CIRCULANTE				
Fornecedores		-	2.244	804
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	11	-	19.593	71.018
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17		2.647	1.778
Provisão para contingências	12	8.115	8.514	21.568
Impostos parcelados	13	-	-	1.218
Adiantamento para futuro aumento de capital	10 e 15	1.500	-	1.500
Demais contas a pagar		-	-	166
Total do passivo não circulante		9.615	32.998	98.052
PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		-	-	115
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social integralizado	16.a)	531.018	531.018	531.018
Reserva de lucros - legal	16.b)	8.254	6.902	8.254
Lucros acumulados		176.585	149.063	176.585
Total do patrimônio líquido		715.857	686.983	715.857
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		729.578	788.319	912.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E DE 2007
(As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	(Não auditadas) Controladora 2008	Controladora 2007	Consolidado 2008
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		7.133	177.929	253.685
Deduções de vendas		(1.016)	(25.380)	(26.289)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		6.117	152.549	227.396
Custo dos serviços prestados		(6.099)	(121.353)	(183.912)
LUCRO BRUTO		18	31.196	43.484
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS				
Com vendas		-	(5.100)	(3.446)
Gerais e administrativas		(7.579)	(24.123)	(32.576)
Resultado de equivalência patrimonial	7	3.770	(579)	(915)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		1	632	(3.945)
(PREJUÍZO) LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(3.790)	2.026	2.602
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	18	27.838	28.619	28.057
Despesas financeiras	18	(232)	(8.123)	(5.194)
LUCRO OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		23.816	22.522	25.465
Imposto de renda e contribuição social correntes	17.b)	(6.352)	(5.389)	(10.285)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17.b)	-	(512)	2.223
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS		17.464	16.621	17.403
Participação de minoritários		-	-	61
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE		17.464	16.621	17.464
AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO FIM DO SEMESTRE	16.a)	93.723	92.951	
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NO FIM DO SEMESTRE - R$		186	179	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E DE 2007
(As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva de lucros - legal	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		525.598	(80)	6.902	116.471	648.891
Ajuste de exercícios anteriores relacionados à aplicação da Lei nº 11.638/07		-	-	-	8.519	8.519
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2007		525.598	(80)	6.902	124.990	657.410
Reversão de dividendos		-	-	-	7.452	7.452
Aumento de capital		5.500	-	-	-	5.500
Lucro líquido do semestre originalmente reportado		-	-	-	15.002	15.002
Ajustes relacionados à aplicação da Lei nº 11.638/07 contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	1.619	1.619
Lucro líquido do semestre ajustado		-	-	-	16.621	16.621
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2007 (NÃO AUDITADOS)		531.098	(80)	6.902	149.063	686.983
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		531.098	(80)	8.254	143.180	682.452
Ajustes relacionados à aplicação da Lei nº 11.638/07 contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	9.523	9.523
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2008		531.098	(80)	8.254	152.703	691.975
Reversão de dividendos		-	-	-	6.418	6.418
Lucro líquido do semestre originalmente reportado		-	-	-	16.907	16.907
Ajustes relacionados à aplicação da Lei nº 11.638/07 contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	557	557
Lucro líquido do semestre ajustado		-	-	-	17.464	17.464
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 (NÃO AUDITADOS)		531.098	(80)	8.254	176.585	715.857

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2008 E DE 2007
(As demonstrações financeiras em 30 de junho de 2008 e de 2007 foram revisadas por auditores independentes na extensão descrita no relatório de revisão limitada datado de 15 de julho de 2008)
(Em milhares de reais)

	(Não auditadas)		
	Controladora		Consolidado
	2008	2007	2008
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre	17.464	16.621	17.464
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	512	(2.222)
Depreciação e amortização	6.345	27.211	35.740
Valor residual de baixa do ativo permanente	-	2.202	5.236
Encargos financeiros	(3.495)	314	(3.495)
Reversão de provisão para devedores duvidosos	-	251	-
Complemento da provisão para contingências	-	162	1.975
Constituição de provisão para perda com investimentos	351	-	351
Resultado de equivalência patrimonial	(3.770)	579	915
	(569)	31.231	38.500
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber	277	(3.066)	(3.697)
Despesas antecipadas	-	(5.221)	(1.480)
Impostos a recuperar	(9.978)	(11.751)	(10.599)
Depósitos judiciais	-	-	(481)
Outras contas a receber	6.613	4.128	7.526
	(3.088)	(15.910)	(8.731)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	-	(1.410)	(4.831)
Partes relacionadas	1.387	(42)	1.387
Salários e encargos a pagar	-	(6.357)	1.175
Provisão para férias e encargos sociais	-	4.519	3.963
Impostos a recolher	(495)	1.974	(1.022)
Outras contas a pagar	(15)	2.629	(2.656)
	877	1.313	(1.984)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	14.684	33.255	45.249
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimentos	-	(306)	(10.630)
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	-	(22.189)	(31.719)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	-	(22.495)	(42.349)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	-	-	5.554
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.500	-	1.162
Captação e pagamento de empréstimos	-	6.951	2.635
Mútuo a receber - partes relacionadas	(231.832)	-	(231.832)
Participação de minoritários	-	-	(61)
Caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	(230.332)	6.951	(222.542)
Caixa gerado das controladas adquiridas	-	-	424
(REDUÇÃO) AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)	(215.648)	17.711	(219.218)
CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS			
Saldo final	288.362	483.002	296.857
Saldo inicial	504.010	465.291	516.075
(REDUÇÃO) AUMENTO NOS SALDOS DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)	(215.648)	17.711	(219.218)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
Juros pagos no semestre	-	638	1.644
Imposto de renda e contribuição social pagos no semestre	-	728	2.832

(*) Saldos com conversabilidade imediata e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A TIVIT Tecnologia da Informação S.A. (anteriormente denominada OptiGlobe Telecomunicações S.A.) ("Sociedade") foi constituída em 18 de outubro de 1999 e, em 26 de agosto de 2002, o controle acionário foi adquirido pelo Grupo Votorantim.

A Sociedade tem como principais objetivos: (a) serviços de armazenamento de dados e armazenamento de outros bens; (b) serviços de assessoria e consultoria em informática; (c) serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (d) serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; (e) serviços de processamento de dados em geral, telecomunicações e congêneres; (f) ensino e treinamento em serviços de informática; (g) serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza e elaboração de programas de computador (software); (h) comércio, importação e exportação de equipamentos, para uso próprio ou em conexão com a prestação de serviços para terceiros; (i) locação de espaço físico em imóveis; e (j) participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Sociedade e suas controladas dependem, em parte, de tecnologia licenciada de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de suas estratégias de parceria com outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, as Sociedades poderão se tornar mais dependentes da tecnologia fornecida por terceiros.

Eventos societários recentes

Em junho de 2007, a Sociedade incorporou a controlada integral Verata Consultoria e Serviços de Tecnologia Ltda., com base em laudo de avaliação a valor contábil, com data-base 31 de maio de 2007. Os valores de referida incorporação foram:

Ativo:	
Circulante	547
Não circulante	3.008
Total do ativo	3.555
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	586
Patrimônio líquido	2.969
Total do passivo e patrimônio líquido	3.555

Contribuição de capital

Em julho de 2007, com base em laudo de avaliação a valor contábil, com data-base 30 de junho de 2007, a Sociedade contribuiu o seu acervo líquido operacional como aumento de capital na TIVIT Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A, no montante de R$198.327, conforme a seguir:

Ativo:	
Circulante	57.532
Não circulante	198.012
Total do ativo	255.544
Passivo:	
Circulante	46.270
Não circulante	10.947
Patrimônio líquido	198.327
Total do passivo e patrimônio líquido	255.544

Como conseqüência, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7, a Sociedade passou a participar de 53,67% do capital social de sua controlada em conjunto TIVIT Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A..

Em 30 de junho de 2008 a Tivit Atendimentos Telefônicos S.A. ("TAT") incorporou a Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Softway"), então sua controlada integral, com base em laudo de avaliação a valores contábeis com data-base 1° de junho de 2008, preparado por peritos avaliadores independentes. Os ativos e passivos incorporados foram:

Ativo:	
Circulante	21.516
Não circulante	102.633
Total do ativo	124.149
Passivo e patrimônio líquido:	
Circulante	19.005
Não circulante	19.079
Patrimônio líquido	86.065
Total do passivo e patrimônio líquido	124.149

Contexto operacional das controladas

A TIVIT Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. tem como principais objetivos a prestação de serviços de tecnologia da informação, envolvendo: (a) serviços de armazenamento de dados e armazenamento de outros bens relacionados às suas atividades; (b) serviços de assessoria e consultoria em informática; (c) serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e banco de dados; (d) serviços de manutenção de máquinas e equipamentos relacionados às suas atividades; (e) serviços de processamento de dados em geral e congêneres; (f) ensino e treinamento em serviços e informática; (g) serviços de pesquisa e desenvolvimento de qualquer natureza, elaboração de programas de computador (software); e (h) comércio, importação e exportação de equipamentos relacionados às suas atividades, para uso próprio ou em conexão com prestação de serviços para terceiros.

A TAT tem como principais objetivos a prestação de serviços de pesquisa e desenvolvimento de qualquer natureza, elaboração de programas de computador (software), de contatos telefônicos e serviços de "call center" e a implantação de centrais de atendimento para terceiros.

A Notafix Consultoria e Assessoria em Informática S.A. ("Notafix") tem como objetivos a prestação de serviços de geração, guarda, controle e gerenciamento de documentos fiscais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modificou as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida Lei, com aplicação a partir de 2008, estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e atribui à CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), a Sociedade estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2005. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Sociedade preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Sociedade exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As presentes demonstrações financeiras haviam sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As principais alterações decorrentes da aplicação dessas novas práticas contábeis adotadas pela Sociedade foram as seguintes:

- Conforme divulgado na nota explicativa nº 21, os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Sociedade avaliou os efeitos do ajuste a valor presente de direitos e obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Criação da rubrica "Intangível", apresentada nos balanços patrimoniais no grupo "Ativo não circulante".

- Eliminação da rubrica "Ativo diferido", cujos valores foram alocados aos ativos imobilizado e intangível.

- Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações da Sociedade adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamento.

- Extinção da rubrica "Resultados não operacionais", apresentada na demonstração do resultado.

Para fins de melhor comparação, e de acordo com a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, as demonstrações financeiras foram ajustadas e reclassificadas e os efeitos estão demonstrados a seguir:

	30/06/08	30/06/07
Patrimônio líquido originalmente reportado	705.777	676.845
Ajustes:		
Custo de aquisição de equipamentos de informática por meio de arrendamento mercantil, líquido	30.916	36.794
Saldo de financiamento - arrendamento mercantil a pagar	(15.649)	(21.441)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(5.187)	(5.215)
Patrimônio líquido ajustado	715.857	686.983

	2008	2007
Lucro líquido do semestre originalmente reportado	16.907	15.002
Ajustes:		
Reversão das despesas com arrendamento mercantil	7.184	8.089
Contabilização das despesas de depreciação do exercício	(6.341)	(5.636)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(286)	(834)
Lucro líquido do semestre ajustado	17.464	16.621

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Aplicações financeiras

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos semestres.

b) Contas a receber

Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos e ajustados ao seu valor presente, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber, considerando os seguintes critérios: (i) provisão de 100% para os saldos vencidos há mais de 120 dias; e (ii) análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento.

c) Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base em demonstrações financeiras preparadas na mesma data-base da Sociedade.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 8, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os encargos financeiros de empréstimos e financiamentos incorridos durante o período de construção são capitalizados, quando aplicável. Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos.

e) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9, que consideram a vida útil-econômica estimada dos softwares e dos gastos com implementação de sistemas. O ágio na aquisição de investimentos é fundamentado com base na expectativa de lucratividade futura e é amortizado em cinco anos, de forma linear.

f) Outros ativos (circulante e não circulante)

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas de encerramento dos semestres.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais.

h) Outros passivos (circulante e não circulante)

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento dos semestres.

i) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil-econômica dos bens do ativo imobilizado, às projeções preparadas para a realização do saldo do imposto de renda e da contribuição social diferidos e às provisões para créditos de liquidação duvidosa e para contingências.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Sociedade, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado das causas.

k) Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

l) Lucro líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos semestres.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações da controlada direta em conjunto, TIVIT Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A., e suas controladas indiretas em conjunto, Tivit Atendimentos Telefônicos S.A. e Notafix Consultoria e Assessoria em Informática S.A..

Na preparação dessas demonstrações foram eliminados os saldos de investimentos em controladas e os decorrentes de transações realizadas entre as Sociedades. A participação dos acionistas minoritários foi destacada. As demonstrações financeiras das controladas em conjunto foram consolidadas de forma proporcional, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Remuneração da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI - em 2008 - %	(Não auditados) Controladora 30/06/08	Controladora 30/06/07	Consolidado 30/06/08
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	0,4% ao mês	-	-	3.220
Aplicações em Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	102	225.690	389.430	226.676
Aplicações com taxa pós-fixada (b)		60.786	89.297	60.786
Contratos de "swap" (nota explicativa nº 22)		-	4.022	-
		286.476	482.749	290.682

(a) Não há prazo de carência para resgate.

(b) Representadas principalmente por cotas de fundos de investimentos financeiros, administrados por instituições financeiras, com sua posição composta por títulos públicos do governo brasileiro e títulos privados. Não há prazo de carência para resgate.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PARTES RELACIONADAS

	(Não auditados)	
	Controladora	Consolidado
	30/06/07	30/06/08
Clientes - terceiros	27.322	54.701
Partes relacionadas (nota explicativa nº 10)	4.394	2.204
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(147)	(189)
Fundo FIDC - contas a receber cedido	337	-
	31.906	56.716

O saldo de contas a receber de clientes em 30 de junho de 2008 e de 2007, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	(Não auditados)	
	Controladora	Consolidado
	30/06/07	30/06/08
A vencer:		
Até 90 dias	28.601	24.519
Acima de 91 dias	-	26.445
Vencidas:		
Até 90 dias	3.241	4.450
Há mais de 90 dias	211	1.491
	32.053	56.905

6. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	(Não auditados)	
	Controladora	Consolidado
	30/06/07	30/06/08
Manutenção de softwares (a)	13.922	9.926
Licença de uso de software (b)	8.831	1.632
Adiantamento para prestação de serviços (c)	35.000	16.638
Direito de uso da marca - Salutia (d)	851	-
Outras	1.206	2.378
	59.810	30.574
Classificadas no circulante	19.979	13.618
Classificadas no não circulante	39.831	16.956

(a) Refere-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de manutenção de softwares, apropriados ao resultado pelos períodos contratados.

(b) Refere-se, substancialmente, ao Termo de Licença de Uso e Manutenção firmado com o fornecedor de software Computer Associates Programas de Computadores Ltda. em 31 de março de 2006, prorrogado em outubro de 2007 por um prazo de sete anos e no valor total de R$61.424, a ser pago em doze parcelas anuais reajustadas com base na variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, a partir do segundo ano. A apropriação ao resultado é efetuada de forma linear no período do contrato.

(c) Refere-se a um contrato entre a Sociedade e determinado cliente (contratante), com aval da Votorantim Novos Negócios Ltda., para a prestação de serviços de processamento de dados, contrato que tem compromisso de confidenciabilidade das informações. O prazo do contrato é de dez anos, iniciado em 30 de março de 2006. Como garantia à prestação dos serviços foi pago o valor de R$40.000 pela Sociedade ao cliente, o qual está sendo amortizado de forma linear pelo prazo do contrato. Em caso de rescisão de alguma cláusula do contrato por parte do contratante, existirá reembolso proporcional do valor de acordo com o número de anos decorridos.

(d) Corresponde à compra do direito da propriedade intelectual da marca Salutia. O valor atribuído a essa marca foi de R$1.350, o qual está sendo amortizado em dois anos (vigência do contrato), contados a partir de junho de 2006.

7. INVESTIMENTOS

a) Principais informações (não auditadas) sobre as controladas em 30 de junho de 2008:

			Dados das controladas					
	Participação - %		Quantidade de ações/ cotas detidas	Capital social	Patrimônio líquido (ajustado)	Resultado do semestre (ajustado)	Equivalência patrimonial	Saldo
Controladora	Direta	Total						
Controladas diretas:								
TIVIT Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A.	53,67	53,67	51.840.019	242.286	259.405	8.731	4.686	139.223
Votocel Filmes Flexíveis Ltda.	10,03	10,03	2.594	4.205	(9.133)	(3.499)	(916)	(351)
							3.770	138.872

b) Informações sobre controladas indiretas (não auditadas)

			Dados das controladas			
	Participação - %		Quantidade de ações/ cotas detidas	Capital social	Patrimônio líquido	Resultado do semestre
	Direta	Total				
Controladas indiretas:						
Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.	100	100	1.050.599	47.014	39.537	(1.971)
Notafix Consultoria e Assessoria em Informática S.A.	75	75	15.000	619	855	(458)

8. IMOBILIZADO

		(Não auditados)			
		30/06/08			30/06/07
		Consolidado			Controladora
	Taxa média anual de depreciação/ amortização - %	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	5.596	-	5.596	10.426
Máquinas e equipamentos	20	90.396	(54.878)	35.518	48.747
Instalações	10	4.752	(2.221)	2.531	2.045
Móveis e utensílios	10	18.861	(7.503)	11.358	4.522
Edificações	4	22.799	(6.813)	15.986	31.709
Computadores e periféricos	20	143.596	(95.409)	48.187	49.900
Benfeitorias em propriedade de terceiros	11	45.554	(32.164)	13.390	11.549
Outras	20	1.343	(515)	828	3.004
		332.897	(199.503)	133.394	161.902

Na rubrica "Benfeitorias em propriedade de terceiros" estão registrados os custos com a construção dos "data centers", bem como os custos relativos à instalação e adaptação de equipamentos computadorizados.

A depreciação e a amortização alocadas ao custo dos serviços prestados e às despesas operacionais no semestre findo em 30 de junho de 2008 são de R$19.449 (consolidado) e R$2.121 (consolidado), respectivamente.

Equipamentos arrendados

A Sociedade em 2007, e suas controladas em 2008 e 2007, arrendam certos equipamentos por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos financeiros médios de 18% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, no total de R$24.209 (consolidado), cuja duração varia de dois a três anos.

9. INTANGÍVEL

Controladora

		(Não auditados)			
		30/06/08			30/06/07
	Taxa média anual de amortização - %	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	-	-	-	30.935
Gastos com implementação de software	20	-	-	-	1.395
Ágio	20	66.958	(10.044)	56.914	-
		66.958	(10.044)	56.914	32.330

Consolidado

	Taxa média anual de amortização - %	(Não auditado) 30/06/08 Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
Software	20	59.089	(36.135)	22.954
Gastos com implementação de software	20	972	(312)	660
Outros	20	101	(5)	96
Ágio - Tivit Terceirização (a)	20	66.958	(10.044)	56.914
Ágio - Softway e outras (b)	20	59.808	(8.168)	51.640
		186.928	(54.664)	132.264

(a) Em 18 de julho de 2007, a Sociedade adquiriu 54,14% do capital social da Tivit Terceirização mediante a conferência de ativos e passivos de propriedade da Sociedade avaliados em R$198.326, conforme laudo de avaliação preparado por peritos avaliadores independentes. Na data da transação, essa participação no patrimônio líquido da controlada Tivit Terceirização representava um investimento de R$131.368; conseqüentemente, um ágio de R$66.958 foi registrado, fundamentado na expectativa de lucros futuros, o qual está sendo amortizado em cinco anos.

(b) Refere-se substancialmente ao ágio gerado na aquisição da então controlada indireta Softway, subseqüentemente incorporada pela Sociedade. O ágio é fundamentado na expectativa de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e é amortizado em cinco anos.

10. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso dos negócios da Sociedade, o acionista controlador, as empresas relacionadas e as controladas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Essas operações incluem, substancialmente, a prestação de serviços de consultoria e a administração dos recursos financeiros.

Os principais saldos e transações consolidados em 30 de junho de 2008 são os seguintes:

	(não auditados)					
	Mútuo a receber	Aplicações financeiras	Contas a receber de clientes	AFAC	Contas a pagar	Receitas
Anfreixo S.A.	-	-	2	-	-	14
Banco Votorantim S.A. (b)	-	216.444	32	-	-	16.205
Companhia Mineira de Metais	-	-	2	-	-	-
Citrovita Agroindustrial Ltda.	-	-	182	-	-	1.017
Citrovita Agropecuária Ltda.	-	-	1	-	-	3
Companhia Brasileira de Alumínio	-	-	153	-	-	807
Companhia Nitroquímica Brasileira	-	-	59	-	-	351
Engemix S.A.	-	-	3	-	-	28
Votorantim Celulose e Papel S.A.	-	-	237	-	-	2.282
Votorantim Cimentos Ltda.	-	-	324	-	-	2.122
Votorantim Energia Ltda.	-	-	33	-	-	163
Votorantim Internacional Brasil Ltda.	-	-	67	-	-	338
Votorantim Investimentos Industriais S.A.	-	-	228	-	-	933
Votorantim Metais Ltda.	-	-	487	-	-	2.592
Votorantim Novos Negócios Ltda.	-	-	3	-	-	15
Votorantim Participações S.A. (a) (b)	235.327	-	1	1.500	-	3.504
St. Marys Cement Inc.	-	-	390	-	-	418
Tivit Tecnologia da Informação S.A.	-	-	-	-	1.069	3.607
	235.327	216.444	2.204	1.500	1.069	34.399

(a) Sobre o mútuo incidem juros de 13% ao ano.

(b) A receita é substancialmente decorrente de juros.

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

		(Não auditados)	
	Encargos financeiros médios	Consolidado 30/06/08	Controladora 30/06/07
Banco ABN AMRO Real S.A. (a) (b)	0,9132% a.m.	66.269	-
Banco Itaú S.A.	0,9313% a.m.	-	1.286
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (c)	9,75% a.a.	4.667	8.703
Arrendamento mercantil	103% do CDI	15.649	21.441
Outros - capital de giro	0,9206% a.m.	2.660	-
		89.245	31.430
Parcela do circulante		18.227	11.837
Parcela do não circulante		71.018	19.593

(a) Em 27 de junho de 2007, a TAT emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédulas de Crédito Bancário e celebrou também os contratos de "swap", por meio dos quais captou recursos de R$15,5 milhões ao custo de 102% do CDI, com vencimento para 15 de janeiro e 30 de janeiro de 2008 com garantia da Sociedade. Esses recursos foram utilizados para financiamento de suas atividades operacionais. Em 11 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado, com vencimento para 29 de abril e 16 de julho de 2008, ao custo médio de 105% do CDI.

(b) Em 19 de julho de 2007, a TAT emitiu em favor do Banco ABN AMRO Real S.A. Cédula de Crédito Bancário e celebrou também contrato de "swap", por meio do qual captou recursos de R$99,54 milhões ao custo de 102% do CDI, com vencimento previsto para 19 de outubro de 2007 e com garantia da acionista TIVIT Tecnologia. Esses recursos foram utilizados pela TAT, parte para aquisição da Softway, por meio da Tivit Investimentos S.A., e parte para a utilização em outras atividades operacionais. Esse empréstimo foi renovado em 19 de outubro de 2007 com vencimento para 18 de janeiro de 2008 ao custo de 105,5% do CDI. Em 18 de janeiro de 2008, o referido empréstimo foi renovado com vencimento para 18 de abril de 2008 ao custo de 104,8% do CDI. Em 19 de março de 2008, o empréstimo foi novamente renovado com vencimento para 5 de março de 2010 ao custo de 104,5% do CDI.

(c) Em 30 de novembro de 2006, a Sociedade (com posterior transferência à TIVIT Terceirização, quando da contribuição do acervo líquido, conforme descrito na nota explicativa nº 1) emitiu em favor do Banco Itaú S.A. Cédula de Crédito Bancário, proveniente de linha de crédito do BNDES automático, de R$10 milhões, com carência de 12 meses, pagamento de juros trimestrais e amortização do principal em 48 parcelas mensais e consecutivas a partir de janeiro de 2008. Tais recursos foram utilizados para financiamento de investimentos de aquisição de software e consultorias para projeto de implantação de sistemas do ERP.

(d) Refere-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações de suas controladas. Em 30 de junho de 2009, a Sociedade possuí 30 contratos de arrendamento mercantil, com vencimentos entre 5 de julho de 2009 e 29 de outubro de 2011, com juros médios de aproximadamente 103% do CDI ao ano, no montante total de R$24,2 milhões. Os contratos de arrendamento mercantil têm como garantia o próprio bem, mediante nota promissória a favor do arrendador.

Em 30 de junho de 2008, o cronograma consolidado de pagamento das parcelas de longo prazo é como segue:

	(Não auditados) Consolidado 30/06/08
2009 (a partir de julho)	4.781
2010	64.897
Após 2010	1.340
	71.018

Os contratos não prevêem a manutenção de índices financeiros (endividamento, cobertura de despesas com juros, etc.).

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Para todas as questões que estão sendo contestadas é constituída provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas, com base na avaliação da Administração das Sociedades e de seus assessores jurídicos externos. Os montantes provisionados incluem aqueles relativos a questões fiscais, cíveis e trabalhistas. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados às contingências trabalhistas e previdenciárias. A composição das contingências é como segue:

	(Não auditados)		
	Controladora		Consolidado
	30/06/08	30/06/07	30/06/08
Tributárias (a)	-	133	5.081
Trabalhistas e previdenciárias (b)	10.163	10.704	21.198
Cíveis (c)	1.862	1.582	1.862
	12.025	12.419	28.141
(-) Depósitos judiciais	(3.910)	(3.905)	(6.573)
	8.115	8.514	21.568

(a) Referem-se, principalmente, à discussão quanto à adequada interpretação da tributação de certos impostos, taxas e contribuições.

(b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício, bem como a questões trabalhistas e previdenciárias ainda sem discussão judicial, para as quais a Sociedade e suas controladas consignaram provisão para contingências.

(c) Referem-se a processos relacionados principalmente a ações de cobrança, danos morais e rescisões contratuais.

Os processos encontram-se nas diversas esferas administrativas e judiciais. Contudo, a Administração entende que o caixa gerado em suas operações será suficiente para honrar o pagamento dessas contingências, mesmo se exigidas no curto prazo (informação não auditada).

A Sociedade e suas controladas são partes envolvidas em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos seus consultores jurídicos, de R$24.088 em 30 de junho de 2008, está sendo discutido tanto na esfera administrativa como na judicial, o qual, quando aplicável, é amparado por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores jurídicos externos.

As movimentações nas provisões consolidadas são como segue:

	(Não auditados)			
	31/12/07	Adições	Baixas	30/06/08
Tributárias	3.888	1.193	-	5.081
Trabalhistas e previdenciárias	19.841	1.588	(231)	21.198
Cíveis	2.112	-	(250)	1.862
	25.841	2.781	(481)	28.141

13. IMPOSTOS PARCELADOS

Em 2006, a controlada indireta TAT protocolou pedido de opção por aderir ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, para pagamento ao Instituto Nacional do Seguro Social - Serviço Social do Comércio - INSS-SESC não recolhido no período de junho de 2001 a outubro de 2005.

Composição do saldo devedor

					Consolidado	
Período	Principal	Multa e juros	Saldo devedor	Prazo do parcelamento	Curto prazo	Longo prazo
Junho de 2001 a janeiro de 2003	246	19	265	130 meses	32	233
Fevereiro de 2003 a outubro de 2005	1.055	84	1.139	120 meses	154	985
			1.404		186	1.218

A parcela de longo prazo em 30 de junho de 2008 tem o seguinte vencimento:

Ano	Consolidado
2009 (seis meses)	93
2010	185
2011	185
2012	185
2013 em diante	570
	1.218

Após a homologação do pedido por parte da Receita Federal, a controlada será obrigada a manter o pagamento regular dos impostos e das contribuições como condição essencial para a manutenção do parcelamento.

14. PROVISÃO PARA FÉRIAS E 13º SALÁRIO E ENCARGOS SOCIAIS

	(Não auditados)	
	Controladora 30/06/07	Consolidado 30/06/08
Provisão para férias e 13º salário	10.216	17.870
Encargos sociais sobre provisão para férias	3.626	6.482
	13.842	24.352

15. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Durante o semestre de 2008, a Votorantim Participações S.A. efetuou aporte a título de adiantamento para futuro aumento de capital de R$1.500, ainda não capitalizados.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social integralizado

Em 30 de junho de 2008 o capital social integralizado é de R$531.018, dividido em 93.723 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Ações ordinárias integralizadas	Participação - %
Votorantim Participações S.A.	93.720	100
Pessoas físicas	3	-
	93.723	100

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício ajustado nos termos da legislação societária, não podendo seu saldo acumulado exceder a 20% do capital social.

c) Dividendos

Os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

Em 30 de junho de 2008 a Sociedade e suas controladas possuem saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, de R$163.386 e R$163.287, respectivamente, para os quais não foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos ativos.

Em 30 de junho de 2008, a Sociedade e suas controladas possuem saldo de diferenças temporariamente indedutíveis, para as quais foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos de R$7.682.

O prazo de recuperação dos créditos fiscais dependerá do período em que as provisões constituídas se reverterão.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	(Não auditados)		
	Controladora		Consolidado
	30/06/08	30/06/07	30/06/08
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	23.816	22.522	25.465
Provisões indedutíveis	-	5.765	-
Amortização de ágio	6.695	-	12.220
Resultado da equivalência patrimonial	(3.213)	579	915
	27.298	28.866	38.600
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34	34	34
Expectativa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(9.281)	(9.814)	(13.124)
Compensação de prejuízos fiscais acumulados	2.727	2.944	3.937
Outros	202	969	1.125
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do semestre	(6.352)	(5.901)	(8.062)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	(Não auditados)		
	Controladora		Consolidado
	30/06/08	30/06/07	30/06/08
Receitas:			
Aplicações financeiras	24.342	28.553	24.444
Juros incorridos sobre contas a receber	3.496	56	3.516
Descontos obtidos	-	10	28
Outras	-	-	69
	27.838	28.619	28.057
Despesas:			
Juros bancários	(15)	(6.572)	(329)
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	-	(1.005)	(94)
Juros incorridos sobre contas a pagar	(9)	(316)	(4.233)
Variação cambial	-	(47)	(62)
Descontos concedidos	(54)	(26)	(99)
Outras	(154)	(157)	(377)
	(232)	(8.123)	(5.194)
Resultado financeiro	27.606	20.496	22.863

19. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Sociedade tem como política a distribuição de bônus aos seus funcionários vinculados a um plano de ação e ao alcance de objetivos específicos, que são estabelecidos e acordados no início de cada exercício, embora não haja um plano formal firmado com o sindicato da categoria. No semestre findo em 30 de junho de 2008 as participações nos lucros e resultados foram de R$2.396 (consolidado), as quais foram apropriadas ao resultado nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas gerais e administrativas". Nos encerramentos dos semestres, os valores encontravam-se pendentes de pagamento e estavam classificados na rubrica "Salários e encargos sociais".

20. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

Durante o semestre findo em 30 de junho de 2008, os honorários dos administradores foram de R$765 (consolidado), os quais foram apropriados ao resultado na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

21. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

Os principais compromissos assumidos pelas Sociedades são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica, para fins de serviços de manutenção de rede de telecomunicações na instalação localizada na Estrada dos Bandeirantes, nº 10.916, no Município do Rio de Janeiro. O contrato é prorrogável automaticamente por períodos sucessivos de dois anos, tendo iniciado em 14 de novembro de 2002. No semestre findo em 30 de junho de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$911 (consolidado).

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica da TAT para fins de provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica principal da controlada. O contrato tem vigência entre março de 2006 e março de 2011. No semestre findo em 30 de junho de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$621 (consolidado).

- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. O contrato tem vigência de 1º de outubro de 2006 a 31 de dezembro de 2011. No semestre findo em 30 de junho de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$201 (consolidado).

- Transmissão e entrega de sinais digitais - consistem em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Sociedade. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No semestre findo em 30 de junho de 2008, os custos relacionados a esses contratos foram de R$2.482 (consolidado).

- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia da controlada Tivit Atendimentos com a Telefônica, Embratel e Intelig, os quais consistem no recebimento de transmissão e na entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela controlada. Os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No semestre findo em 30 de junho de 2008, os custos relacionados a esses contratos foram de R$157 (consolidado).

- Uso de sistema operacional - o contrato tem vigência de três anos, conforme detalhado na nota explicativa nº 6. No semestre findo em 30 de junho de 2008, os custos relacionados a esse contrato foram de R$2.278 (consolidado).

- Fornecimento de software e serviços - os contratos possuem prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. No semestre findo em 30 de junho de 2008, os custos relacionados a esses contratos foram de R$6.123 (consolidado).

- Arrendamento mercantil - a Sociedade possui diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras. Os detalhes desses compromissos estão apresentados na nota explicativa nº 8.

- Aluguel de imóveis - parte significativa dos imóveis utilizados nas atividades operacionais da Sociedade é alugada, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre quatro e seis anos. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2008, as despesas com aluguéis foram de aproximadamente R$3.160 (consolidado). Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original (geralmente anual), cujo reajuste é calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Sociedade e suas controladas participam em operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, moeda e taxa de juros. A Sociedade e suas controladas avaliaram seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os seguintes instrumentos financeiros ativos e passivos são mantidos pelas Sociedades em 30 de junho de 2008, bem como os critérios para valorização e/ou avaliação:

a) Caixa e bancos, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar de curto prazo - considerando a natureza dos saldos e os vencimentos em curto prazo, os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

b) Investimentos - consistem, principalmente, em investimentos em coligada de capital fechado, registrados pelo método de equivalência patrimonial. Considerações de valor de mercado das participações possuídas não são aplicáveis.

c) Empréstimos e financiamentos - a controlada TIVIT Terceirização de Tecnologia e Serviços S.A. possui um financiamento com o BNDES relacionado à aquisição de software e de consultoria para projeto de implantação de sistemas, com encargos financeiros médios de 9,75% ao ano e com vencimento em parcelas mensais até dezembro de 2011. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessa transação.

d) Empréstimos e financiamentos - a controlada Tivit Atendimentos possui um empréstimo com o Banco ABN AMRO Real S.A. para a compra de participação na Softway, conforme mencionado na nota explicativa nº 11, com encargos financeiros médios de 0,91% ao mês e com vencimento final em abril de 2012. Não foi contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessa transação.

e) Risco de crédito - a base de clientes da Sociedade é bastante concentrada e os dez principais clientes representam aproximadamente 62,1% do total do faturamento no semestre findo em 30 de junho de 2008. A política de vendas da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

f) Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pelas Sociedades têm o propósito de proteger suas aplicações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

A Administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras das Sociedades por meio de política de controles e estabelecimento de estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

De acordo com as políticas financeiras, as Sociedades vem aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

23. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

As controladas possuem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

A cobertura de seguros contra incêndio, roubo, colisão e riscos diversos sobre bens do ativo imobilizado e lucros cessantes é considerada suficiente pela Administração das controladas para cobrir eventuais sinistros e é de aproximadamente R$545.864 em 30 de junho de 2008, como segue:

Modalidade	Importância segurada
Risco operacional	549.611
Responsabilidade geral	2.000
Responsabilidade civil profissional	6.100
Multirrisco	34.272

Demonstrações Financeiras da Softway relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e respectivos pareceres dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2007 e de 2006 e
Parecer dos Auditores Independentes

(Reapresentação)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua José Guerra, 127
04719-030 - São Paulo SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas da
Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Sociedade"), levantados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Administração da Sociedade deixou de apresentar as demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, embora requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, após a promulgação da Lei nº 11.638/07, para cumprir com as normas da CVM - Comissão de Valores Mobiliários.

4. Em nossa opinião, exceto quanto à não apresentação da demonstração do valor adicionado, conforme mencionado no parágrafo 3 acima, que resulta em apresentação incompleta, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os fluxos de caixa das operações referentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras foram ajustadas e reclassificadas em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante o exercício de 2008 e, como previsto nas Normas e Procedimentos de Contabilidade - NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, foram reapresentadas para refletir os efeitos de forma retrospectiva.

São Paulo, 30 de janeiro de 2008, exceto para o assunto mencionado na nota explicativa nº 2 e parágrafo 5 acima, cuja data é 24 de julho de 2009.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

SOFTWAY CONTACT CENTER SERVICOS DE TELEATENDIMENTO A CLIENTES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	2007	2006
CIRCULANTE			
Caixa e bancos		5.262	3.393
Aplicações financeiras	3	-	4.616
Contas a receber de clientes	4	14.198	14.552
Impostos a recuperar		1.740	1.697
Outros créditos		1.089	794
Total do ativo circulante		22.289	25.052
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos		3	3
Imobilizado	5	12.318	14.268
Intangível	6	3.504	4.800
Total do ativo não circulante		15.825	19.071
TOTAL DO ATIVO		38.114	44.123

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2007	2006
CIRCULANTE			
Fornecedores		4.697	6.421
Financiamentos	7	200	1.898
Títulos a pagar	8	-	1.788
Impostos, taxas e contribuições		1.017	641
Imposto de renda e contribuição social diferido		646	269
Salários e encargos sociais	9	3.506	5.295
Provisão para férias e encargos sociais	10	7.439	6.829
Outras contas a pagar		252	420
Total do passivo circulante		17.757	23.561
NÃO CIRCULANTE			
Financiamentos	7	108	524
Imposto de renda e contribuição social diferido		349	86
Provisão para contingências	11	19.322	17.655
Outras contas a pagar		22	30
Total do passivo não circulante		19.801	18.295
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12.a)	6.329	2.882
Reservas de capital	12.b)	6.683	6.683
Reserva de lucros		25	25
Prejuízos acumulados		(12.481)	(7.323)
Total do patrimônio líquido		556	2.267
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.114	44.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOFTWAY CONTACT CENTER SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO A CLIENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo líquido por ação)

	Nota explicativa	2007	2006
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		140.081	128.602
Deduções de vendas		(8.202)	(7.791)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		131.879	120.811
Custo dos serviços prestados		(97.607)	(90.037)
LUCRO BRUTO		34.272	30.774
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Vendas		(168)	(1.177)
Gerais e administrativas		(33.251)	(30.218)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		62	(931)
Total das (despesas) receitas operacionais		(33.357)	(32.326)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		915	(1.552)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras		428	375
Despesas financeiras		(1.156)	(1.134)
	14	(728)	(759)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		187	(2.311)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13.b)	(592)	(264)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b)	(263)	(52)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(668)	(2.627)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL NO FIM DO EXERCÍCIO - R$		(2,99)	(15,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOFTWAY CONTACT CENTER SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO A CLIENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital: Ágio na emissão de ações	Reservas de capital: Correção monetária	Reservas de capital: Doações	Reserva de lucros - legal	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005		2.882	6.674	6	3	25	(5.507)	4.083
Ajustes de exercícios anteriores contabilizados retrospectivamente	12.d)	-	-	-	-	-	1.311	1.311
SALDO EM 1º DE JANEIRO DE 2006		2.882	6.674	6	3	25	(4.196)	5.394
Prejuízo líquido do exercício originalmente reportado		-	-	-	-	-	(2.726)	(2.726)
Ajustes de exercícios anteriores relativos à Lei nº 11.638/07 contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	-	-	99	99
Prejuízo líquido do exercício ajustado		-	-	-	-	-	(2.627)	(2.627)
Dividendos distribuídos	12.c)	-	-	-	-	-	(500)	(500)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006		2.882	6.674	6	3	25	(7.323)	2.267
Dividendos distribuídos	12.c)	-	-	-	-	-	(4.490)	(4.490)
Prejuízo líquido do exercício originalmente reportado		-	-	-	-	-	(1.179)	(1.179)
Ajustes de exercícios anteriores contabilizados retrospectivamente	2	-	-	-	-	-	511	511
Prejuízo líquido do exercício ajustado		-	-	-	-	-	(668)	(668)
Aumento de capital	12.a)	3.447	-	-	-	-	-	3.447
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		6.329	6.674	6	3	25	(12.481)	556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOFTWAY CONTACT CENTER SERVIÇOS DE TELEATENDIMENTO A CLIENTES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Em milhares de reais)

	2007	2006
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido do exercício	(668)	(2.627)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido		
com o caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	6.425	5.581
Imposto de renda e contribuição social diferidos	263	52
Valor residual de baixa do ativo imobilizado	46	148
Provisão para contingências	1.483	2.797
Encargos financeiros sobre provisão para contingências	830	289
	8.379	6.240
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	354	3.293
Impostos a recuperar	(43)	(377)
Outros créditos	(295)	82
	16	2.998
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.724)	1.697
Salários e encargos sociais	(1.789)	580
Provisão para férias e encargos sociais	610	709
Impostos, taxas e contribuições	376	(274)
Outras contas a pagar - circulante e não circulante	(176)	52
Efeito no caixa proveniente de incorporação	-	934
	(2.703)	3.698
Caixa gerado pelas atividades operacionais	5.692	12.936
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra de investimentos	(1.788)	(3.066)
Valores depositados judicialmente e pagamento de contingências	(646)	(1.273)
Adições ao imobilizado e intangível	(4.684)	(4.871)
Caixa utilizado nas atividades de investimento	(7.118)	(9.210)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	3.447	-
Pagamento de dividendos	(4.500)	(500)
Pagamentos de empréstimos	(268)	(586)
Caixa utilizado nas atividades de financiamento	(1.321)	(1.086)
(REDUÇÃO) AUMENTO DOS SALDOS DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)	(2.747)	2.640
SALDOS DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS		
No início do exercício	8.009	5.369
No fim do exercício	5.262	8.009
(REDUÇÃO) AUMENTO DOS SALDOS DE CAIXA, BANCOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)	(2.747)	2.640
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		
Juros pagos no exercício	142	-
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício	387	-

(*) Saldos com conversabilidade imediata e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Softway Contact Center Serviços de Teleatendimento a Clientes S.A. ("Sociedade") tem como atividades preponderantes: (a) a prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de telemarketing, "call center" e elaboração de modelos financeiros de viabilidade econômica e de planejamento estratégico; (b) a prestação de serviços de atendimento e contato com clientes "call center", através de meios de telecomunicações, em nome e por conta de terceiros; (c) a prestação de serviços de cobranças em nome e por conta de terceiros; (d) a promoção de vendas e de negócios em nome de terceiros; (e) o processamento de dados e correlatos; (f) o desenvolvimento, a implantação e o licenciamento de sistemas e programas para computador; e (g) o comércio de softwares ou programas de computador de "prateleira".

Concentração da receita

Parcela significativa da receita bruta anual está concentrada em cinco principais clientes. Em 2007, esses clientes representaram, aproximadamente, 69% da receita anual bruta.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Alteração na Lei das Sociedades por Ações

Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, a qual modificou as disposições da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76. A referida Lei, com aplicação a partir de 2008, estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração de demonstrações financeiras, visando ao alinhamento com as normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS") e atribui à CVM o poder de emitir normas para as companhias de capital aberto.

Em conformidade com o disposto na Deliberação CVM nº 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), a Sociedade estabeleceu a data de transição para a adoção das novas práticas contábeis em 31 de dezembro de 2005. A data de transição é definida como sendo o ponto de partida para a adoção das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil e representa a data em que a Sociedade preparou seu balanço patrimonial inicial ajustado por esses novos dispositivos contábeis de 2008.

A Sociedade exerceu a opção prevista no CPC 13 e refletiu os ajustes decorrentes da mudança de prática contábil contra a conta de lucros acumulados em 1º de janeiro de 2008. As presentes demonstrações financeiras haviam sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As principais alterações decorrentes da aplicação dessas novas práticas contábeis adotadas pela Sociedade foram as seguintes:

- Conforme divulgado na nota explicativa nº 17, os instrumentos financeiros da Sociedade foram classificados e mensurados em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, elaborada conforme regulamentação do pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

- Em atendimento à Deliberação CVM nº 564, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente, a Sociedade avaliou os efeitos do ajuste a valor presente de direitos e obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo. A adoção desse pronunciamento técnico não gerou diferenças relevantes.

- Criação da rubrica "Intangível", apresentada nos balanços patrimoniais no grupo "Ativo não circulante".

- Eliminação da rubrica "Ativo diferido", cujos valores foram alocados aos ativos imobilizado e intangível.

- Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações da Sociedade adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos.

- Extinção da rubrica "Resultados não operacionais", apresentada na demonstração do resultado.

Para fins de melhor comparação, e de acordo com a Deliberação CVM nº 506, de 19 de junho de 2006, as demonstrações financeiras foram ajustadas e reclassificadas e os efeitos estão demonstrados a seguir:

	2007	2006
Patrimônio líquido originalmente reportado	(1.375)	857
Ajustes:		
Custo de aquisição de equipamentos de informática por meio de arrendamento mercantil, líquido	3.235	3.918
Saldo de financiamento - arrendamento mercantil a pagar	(309)	(2.153)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(995)	(355)
Patrimônio líquido ajustado	556	2.267

	2007	2006
Prejuízo líquido do exercício originalmente reportado	(1.179)	(2.726)
Ajustes:		
Reversão das despesas com arrendamento mercantil	1.580	1.033
Contabilização das despesas de depreciação do exercício	(806)	(882)
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(263)	(52)
Prejuízo líquido do exercício ajustado	(668)	(2.627)

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Aplicações financeiras

Registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

b) Contas a receber de clientes

c) Apresentadas pelos valores nominais dos títulos representativos dos créditos, incluindo, quando aplicável, rendimentos e variações monetárias auferidos e ajustados ao seu valor presente, se aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização do contas a receber, considerando os seguintes critérios: (i) provisão de 100% para os saldos vencidos há mais de 120 dias; e (ii) análise individual dos devedores, independentemente do período de vencimento.

d) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 5, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil, os bens destinados às operações adquiridos através de operações de arrendamento mercantil passaram a ser registrados no ativo imobilizado em contrapartida de empréstimos e financiamentos.

e) Intangível

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 6, que consideram a vida útil-econômica estimada dos softwares. Os ágios gerados nas aquisições de controladas subseqüentemente incorporadas, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, eram amortizados à razão de 20% ao ano.

f) Outros ativos (circulante e não circulante)

Os demais ativos são demonstrados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos até as datas de encerramento dos exercícios.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é constituído à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. Os créditos tributários diferidos relativos ao imposto de renda e à contribuição social sobre os saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias serão constituídos à medida que forem gerados resultados operacionais positivos.

h) Outros passivos (circulante e não circulante)

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento dos exercícios.

i) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, os passivos, as receitas e as despesas da Sociedade, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subseqüentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à vida útil-econômica estimada dos bens do ativo imobilizado e às provisões para contingências.

j) Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Sociedade, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado para as causas.

k) Reconhecimento de receitas, custos e despesas

As receitas, os custos e as despesas são reconhecidos de acordo com o princípio contábil da competência. As receitas são reconhecidas quando efetivamente realizadas, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (i) evidência da existência de contrato; (ii) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (iii) o preço esteja fixado e determinado; e (iv) o recebimento seja provável.

l) (Prejuízo) lucro líquido por ação

Calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos exercícios.

3. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2006
Aplicações em renda fixa (*)	4.616

(*) Representadas principalmente por cotas de fundos de investimentos financeiros, administrados por instituições financeiras, com sua posição composta por títulos públicos do governo brasileiro e por títulos privados. As aplicações financeiras foram resgatadas durante o exercício de 2007.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2007	2006
Contas a receber faturado	4.527	5.726
Contas a receber a faturar (*)	9.671	8.840
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(14)
	14.198	14.552

(*) Referem-se a serviços prestados, porém faturados no mês subseqüente.

O saldo de contas a receber, faturado e a faturar, em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	2007	2006
A vencer:		
Até 30 dias	3.850	3.930
Entre 31 e 90 dias	9.747	9.282
Vencidas:		
Até 30 dias	601	1.340
Acima de 91 dias	-	14
	14.198	14.566

5. IMOBILIZADO

2007

	Controladora			
	Taxa média anual de depreciação/ amortização - %	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
Instalações	10	2.243	(712)	1.531
Móveis e utensílios	10	4.724	(1.912)	2.812
Máquinas, equipamentos e acessórios	15	6.668	(4.199)	2.469
Computadores e periféricos	20	12.034	(7.709)	4.325
Veículos	20	187	(59)	128
Benfeitorias	15	2.683	(1.630)	1.053
		28.539	(16.221)	12.318

2006

	Controladora			
	Taxa média anual de depreciação/ amortização - %	Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
Instalações	10	1.948	(519)	1.429
Móveis e utensílios	10	4.028	(1.455)	2.573
Máquinas, equipamentos e acessórios	15	6.219	(3.230)	2.989
Computadores e periféricos	20	11.132	(5.237)	5.895
Veículos	20	143	(39)	104
Benfeitorias	15	2.664	(1.386)	1.278
		26.134	(11.866)	14.268

A depreciação e amortização alocadas ao custo dos serviços prestados são de R$3.790 em 2007 (R$3.633 em 2006).

Equipamentos arrendados

Certos equipamentos são arrendados por meio de contratos irretratáveis sujeitos a encargos corrigidos à taxa média de juros de 18% ao ano, contendo cláusula de opção de compra, no total de R$309 em 31 de dezembro de 2007 (R$2.153 em 2006), cuja duração varia de dois a três anos.

6. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	2007 Custo	2007 Amortização acumulada	2007 Líquido	2006 Líquido
Licença de uso de software	26	8.664	(5.160)	3.504	4.192
Ágio - controladas incorporadas	20	-	-	-	608
		8.664	(5.160)	3.504	4.800

A amortização alocada ao custo dos serviços prestados foi de R$1.812 em 2007 (R$1.948 em 2006).

7. FINANCIAMENTOS

	2007	2006
Finame:		
Banco ABN AMRO Real S.A.	-	268
Leasing	308	2.154
	308	2.422
Circulante	200	1.898
Não circulante	108	524

8. TÍTULOS A PAGAR

Em 30 de junho de 2005, a Sociedade adquiriu 100% das cotas da Lents por R$7.675, sendo R$1.544 à vista e o restante em 24 parcelas mensais, iguais e sucessivas de R$255, sem encargos financeiros.

Os títulos a pagar foram liquidados em 2007.

9. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	2007	2006
Salários a pagar	62	3.044
INSS a recolher	1.606	1.395
FGTS a recolher	487	474
IRRF a pagar	-	53
Provisão para gratificação aos funcionários	1.335	-
Outros	16	329
	3.506	5.295

10. PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS SOCIAIS

	2007	2006
Provisão para férias	5.445	5.104
Encargos sociais sobre provisão para férias	1.994	1.725
	7.439	6.829

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Sociedade possui processos previdenciários, trabalhistas e cíveis em andamento, que envolvem responsabilidades contingentes e se encontram em fase de defesa administrativa ou em julgamento.

A Administração da Sociedade, com base na opinião de seus assessores jurídicos, revisou as contingências conhecidas e tem constituído provisão, conforme demonstrado a seguir, para aquelas contingências cuja possibilidade de perda é avaliada como provável:

	Consolidado	
	2007	2006
Tributárias (a)	6.685	4.416
Trabalhistas e previdenciárias (b)	12.341	12.541
INSS - cooperativas (c)	4.212	3.968
	23.238	20.925
(-) Depósitos judiciais	(3.916)	(3.270)
	19.322	17.655

(a) Referem-se, substancialmente, à provisão constituída para fazer frente a eventuais discussões judiciais relativas a créditos apropriados e sobre a incidência de Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins sobre a parcela das receitas de suas atividades. A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que esses tributos não incidiam sobre essas operações. Não há ação judicial relacionada a essa provisão.

(b) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Em 31 de dezembro de 2007, há aproximadamente 610 reclamações trabalhistas em andamento nas mais diversas fases de julgamento.

(c) Refere-se ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS incidente sobre as notas fiscais de cooperativas de trabalho. Os valores não recolhidos se encontram integralmente provisionados, incluindo multa e juros. O processo judicial encontra-se em julgamento do recurso extraordinário na esfera judicial.

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Sociedade e de suas então controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionadas.

As movimentações na provisão para contingências são apresentadas a seguir:

	Consolidado	
	2007	2006
Saldos no início do exercício	20.925	17.584
Acréscimo por incorporação de controladas	-	275
Adições	1.483	2.797
Baixas	-	(20)
Encargos	830	289
Saldos no fim do exercício	23.238	20.925

Adicionalmente, a Sociedade possui outras ações de natureza trabalhista de aproximadamente R$2.350, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída. Essas ações referem-se, substancialmente, a reclamações sobre equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2007, o capital social da Sociedade é representado por 223.619 (173.541 em 31 de dezembro de 2006) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Ações ordinárias integralizadas	Participação - %
Tivit Investimentos S.A.	126.370	56,51
Angra dos Reis Ltda.	97.249	43,49
	223.619	100,00

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2007, os acionistas aprovaram um aumento de capital social de R$3.447, mediante a emissão de 50.078 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva de ágio na emissão de ações

Em 3 de fevereiro de 2000, conforme aprovação da Assembléia Geral Extraordinária, foram emitidas 25.250 novas ações ordinárias com ágio de R$6.683. Essa reserva poderá ser utilizada para o aumento de capital.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos da legislação societária. Os dividendos dos exercícios de 2007 e de 2006 foram pagos anteriormente ao registro dos ajustes de exercícios anteriores, identificados em 2007, e apresentados retrospectivamente.

d) Ajustes de exercícios anteriores

No exercício de 2007, foram efetuados ajustes contábeis relativos a exercícios anteriores. Parte substancial desses ajustes foi reconhecida retrospectivamente nas demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006. Contudo, os ajustes relativos aos exercícios anteriores a 2006, substancialmente representados por contingências, foram registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Lucros acumulados".

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

a) Tributos diferidos

Em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, de R$238 (R$485 em 2006) e R$228 em 31 de dezembro de 2007 (R$184 em 2006), respectivamente.

Adicionalmente, a Sociedade possui saldo de diferenças temporariamente indedutíveis, principalmente, oriundas de provisões para contingências.

Os créditos tributários diferidos relativos ao imposto de renda e à contribuição social de R$1.809 em 31 de dezembro de 2007 (R$2.188 em 2006) serão constituídos quando da geração de resultados operacionais positivos.

b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

	2007	2006
Lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	187	(2.311)
Alíquota vigente do IRPJ e da CSLL	34%	34%
Expectativa de receita (despesa) de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(64)	786
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	61	-
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Outros	-	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos	(852)	(1.109)
Despesa contabilizada	(855)	(316)

14. RESULTADO FINANCEIRO

	2007	2006
Rendimentos sobre aplicações financeiras	317	342
Juros passivos	(711)	(711)
Despesas bancárias	(93)	(60)
Outras despesas financeiras	(241)	(330)
	(728)	(759)

15. PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e de objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 foram registrados, a título de participação nos lucros, R$1.337 e R$191, respectivamente, classificada na rubrica "Salários e encargos sociais", tendo como contrapartida a rubrica "Despesas gerais e administrativas".

16. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

A Sociedade registrou R$1.217 no exercício de 2007, a título de remuneração dos administradores (R$1.142 em 2006), como despesas operacionais.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A principal fonte de receitas da Sociedade é decorrente dos serviços de teleatendimento.

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento da Sociedade, a avaliação potencial dos riscos. Assim, podem existir riscos com garantias ou sem garantias dependendo de aspectos circunstanciais ou legais. Os principais fatores de risco de mercado que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

a) Risco de mercado

A Sociedade está exposta a riscos de mercado decorrente de suas atividades. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de mudanças nas taxas de juros, que podem afetar adversamente o valor dos ativos e passivos financeiros ou o fluxo de caixa futuro, bem como os resultados da Sociedade. O risco de mercado é a perda potencial decorrente de mudanças adversas nas taxas de juros e nos preços de mercado.

b) Risco com taxa de juros

A Sociedade possuía financiamentos na modalidade Finame destinados à aquisição de máquinas, sobre os quais incidiam juros médios de 11,5% ao ano. Não havia sido contratado nenhum instrumento financeiro para efeito de mudança das taxas de juros para fixar as taxas dessas transações.

c) Risco de crédito

A base de clientes da Sociedade é bastante concentrada e os cinco principais clientes representam aproximadamente 72% da receita bruta total de 2007. A política de vendas da Sociedade está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de venda e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

d) Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Sociedade têm o propósito de proteger suas aplicações financeiras contra os riscos de flutuação na taxa de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há aplicações em instrumentos derivativos.

18. COMPROMISSOS

Os principais compromissos assumidos pela Sociedade são:

a) Contratos de aluguel

Os imóveis utilizados nas atividades operacionais são alugados, com prazos e valores suportados por contratos com períodos de vigência entre oito e dez anos. Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original, cujo reajuste é calculado de acordo com a variação de índices gerais de preços. Em 31 de dezembro de 2007, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos anuais futuros estimados de aluguéis:

Ano	Total
2008	2.308
2009	2.412
2010	2.521

b) Fornecedores de tecnologia

A Sociedade possui fornecedor de prestação de serviços de suporte de tecnologia, com prazos e valores suportados por contrato com período de vigência de cinco anos. Os contratos são atualizados monetariamente após a data do vencimento original, cujo reajuste é calculado de acordo com a variação de índices de preços ao consumidor. Em 31 de dezembro de 2007, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos anuais futuros estimados a fornecedores de tecnologia:

Ano	Total
2008	2.900
2009	2.500
2010	2.500

c) Contratos de fornecimento de energia elétrica

Em 31 de dezembro de 2007, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos anuais futuros estimados de energia elétrica:

Ano	Total
2008	1.972
2009	2.061
2010	2.154

d) Fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2007, há fiança bancária de aproximadamente R$100, obtida para garantia de determinados contratos de locação de imóveis.

19. SEGUROS (INFORMAÇÃO NÃO AUDITADA)

A Sociedade mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades civis.

Em 31 de dezembro de 2007, a Sociedade possui a seguinte cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil	1.100
Risco operacional	12.000
Risco diversos	1.820